

Maria Filomena Mourato Monteiro



**O Aqueduto da Água da Prata em Évora. Bases
para uma Proposta de Recuperação e Valorização.**



72730

Dissertação de Mestrado em
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
Universidade de Évora, 1995

946.9
MON a

*Eis a nobre cidade, certo assento
Do rebelde Sertório antigamente;
onde ora as águas nítidas de argento
Vêm sustentar de longe a terra e gente,
‘Pelos arcos reaes, que cento e cento
Nos ares se alevantam nobremente,
Obedecem por meio e ousadia
De Geraldo, que medos não temia*

(Luís de Camões, *Lusíadas*, Canto III, Est.63)



Fig.1 - Vista a partir do forte de Santo António.

PREFÁCIO

O aqueduto da Água da Prata na cidade de Évora assume-se no seu troço final, ao atravessar a muralha exterior, como um dos marcos mais notáveis na leitura da imagem urbana, pelo impacto visual marcante da sua arcaria.

O comprimento total do referido troço, assim como a altura que aqui atinge, torna-o monumental relativamente à escala da paisagem envolvente. É pois impossível a qualquer visitante ou residente, ignorar tal construção, parte integrante de um amplo conjunto de adução de água à cidade de Évora mandado construir por D. João III, no ano de 1531.

No seu reinado, a corte instalou-se na urbe Eborense, passando então a cidade a assumir-se como um dos mais importantes polos na vida intelectual e artística do reino. O intenso movimento comercial e urbano, resultante da instalação na cidade de grande número de nobres, tomou-a num núcleo populacional onde o número de habitantes atingiu valores elevados, comparativamente aos das restantes cidades do reino. A melhoria das condições sanitárias na cidade, resultantes da construção deste aqueduto, influenciou grandemente essa fixação, numa época em que a falta de água e consequentes epidemias se tomavam fatais. Sobre esta infraestrutura hídrica que assumiu um papel, de tão grande relevo, no desenvolvimento da cidade muito pouco foi escrito, apenas existindo alguns folhetos versando, essencialmente, a vertente histórico-turística da sua arcaria monumental, que, embora com interesse, se encontram limitados pela especificidade do tema abordado.

Logo, não existindo até ao momento sobre este extenso e complexo abastecimento hídrico, classificado como monumento nacional, quaisquer obras de investigação de âmbito mais vasto, nem se conhecendo propostas para a valorização deste valioso património proponho-me, com a presente dissertação, desenvolver tal tema.

Espero sinceramente que, o produto deste trabalho, possa frutificar e ser de alguma forma útil para o conhecimento, preservação e valorização do cano seiscentista, um dos mais antigos mandados edificar pela realza portuguesa, numa época em que a cidade de Évora constituía um dos principais centros do reino.

O âmbito do assunto agora escolhido foi-me sugerido, no seguimento da parte escolar do Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico durante o qual foram efectuadas investigações versando o tema da distribuição hídrica conventual.

Optei pela abordagem deste objecto, essencialmente, pelo facto de residindo em Évora, e muito embora ele constitua presença diária na minha vivência urbana, nada saber sobre este monumento a não ser lugares comuns, de insignificante relevo.

O facto de trabalhar como arquitecta no Gabinete de Projectos da Câmara Municipal de Évora, igualmente estimulou esta escolha pois, embora o município durante quatro séculos tivesse sido responsável pela gestão desta edificação, possui uma lacuna absoluta sobre a realidade de tal construção.

Na fase inicial da investigação, fui confrontada com diversos documentos inéditos, de grande valor para a compreensão do cano seiscentista, os quais dispersos por diversas entidades, constituíram matéria crucial para o desenvolvimento da presente dissertação.

O interesse despertado por este tema foi, assim, progressivamente aumentando com a descoberta de dados novos que me fizeram ver esta construção sob outros aspectos, de início impensáveis.

No decorrer deste trabalho, que embora moroso me proporcionou enorme satisfação contei com o apoio constante e incansável do Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge o qual, para além de ter aceite a responsabilidade académica desta dissertação, incessantemente me incentivou ao aprofundamento deste estudo, acompanhando todo o seu desenvolvimento.

Para além deste imprescindível apoio, esta investigação só foi possível também graças às facilidades, que me foram gentilmente facultadas, pela Câmara Municipal de Évora.

Este estudo beneficiou ainda do estímulo e do apoio de outras pessoas, a quem se impõe a manifestação pública do meu reconhecimento:

- ao Reverendo Padre Superior do Mosteiro da Cartuxa, Scala Coeli, pela amável disponibilização de documentos inéditos e autorização concedida no acesso à cerca conventual;

- ao Dr. Artur Goulart, director do Museu de Évora, pela gentil cedência de documento antigo, assim como material fotográfico de peças existentes no museu;

- ao Arqtº Álvaro Barbosa, responsável pelo Convento de Cristo em Tomar, pelo apoio inestimável na investigação desenvolvida, sobre o aqueduto dos Pegões, em Tomar;

- à Arqtª Luísa Brito e Cunha, responsável pelo Gabinete de Projectos da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e Engº Joaquim Costa, responsável pelos Serviços de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Évora, pela disponibilização de alguns valiosos elementos de consulta;

- à Drª Ludovina Mata, responsável pelo Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora e Sr. Joaquim Duarte pelo apoio à consulta da diversa bibliografia em arquivo;

- à Arqtª Emília Silveira, senhores Alberto Figueira e Luís Farias, pelo apoio a nível de desenho computarizado;

- aos senhores Abílio Fachada, topógrafo na Câmara Municipal de Évora, e José Justino, pelo apoio topográfico;

- à D. Mariana Bruno pelo trabalho de dactilografia;

- aos Senhores Artur Durão, Casimiro Canaverde e José Ferro pela ajuda inestimável nos trabalhos de investigação de campo;

- ao Vereador Manuel Branco e Arqtº João Videira, pelo interesse e incentivo demonstrado ao longo do trabalho;

e por último, à minha família, que acompanhou com muito interesse e compreensão as investigações desenvolvidas, durante estes dois últimos anos.

Évora, Agosto de 1995

Filomena Monteiro



(Fotografia gentilmente cedida pela Câmara Municipal de Évora)

QUADRO DAS PRINCIPAIS SIGLAS USADAS

- A.D.E. - Arquivo Distrital de Évora.
- A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- B.A. - Biblioteca da Ajuda.
- B.P.E. - Biblioteca Pública de Évora.
- C.C.E. - Convento da Cartuxa de Évora.
- C.M.E. - Câmara Municipal de Évora.
- C.T. - Convento de Cristo em Tomar.
- D.A.S./C.M.E. - Divisão de águas e saneamento / Câmara Municipal de Évora.
- D.G. - Diário do Governo.
- D.G.M.N.S. - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais da Região Sul
- D.O.P./C.M.E. - Divisão de obras particulares / Câmara Municipal de Évora.
- D.R. - Diário da República.
- I.I.P. - Classificação correspondente a Imóvel de Interesse Público.
- M.N. - Classificação correspondente a Monumento Nacional.
- N.D./C.M.E. - Núcleo de documentação / Câmara Municipal de Évora.
- Z.E.P. - Zona Especial de Protecção.

INTRODUÇÃO

A água, elemento fundamental para o florescimento de qualquer civilização, foi desde tempos imemoriais diligentemente procurada e hábilmente posta ao serviço do homem.

A sua maior ou menor abundância e qualidade, condicionou a formação e desaparecimento de muitas cidades, assim como o seu grau de riqueza e desenvolvimento.

Contudo, se nos primórdios o homem escolhia o sítio de fixação essencialmente em função das condições hídricas do local, épocas houve em que outros interesses mais fortes ditaram a sua escolha. Aparecem então sítios inóspitos povoados, e onde a população carenciada desse bem essencial que é a água, a teve de obter por processos mais ou menos engenhosos.

Ao abastecimento em fontes naturais ou rios, seguiu-se todo o percurso de construção de poços e cisternas que, recolhendo e armazenando a água do sub-solo ou das chuvas, permitiu a sua utilização mais racional.

Com o aumento populacional, e a escassez de recursos aquíferos, foi necessário recorrer-se a captações em locais cada vez mais distanciados dos núcleos urbanos. A condução dessa água que primitivamente era feita simplesmente por gravidade, através de canais ou tubagens, assumiu carácter inovador com os gregos (construção dos primeiros túnel e sifão que se conhecem na adução de água) e com os romanos, com a utilização pela primeira vez, também, de arcarias para suporte do canal ou tubagem adutora.

A aplicação destes princípios básicos, extremamente simples, aliados à precisão de execução legou-nos verdadeiras obras monumentais, obras essas acima de tudo essenciais ao florescimento das antigas cidades.

Em Portugal, na exiguidade deste território, muitos foram os aquedutos construídos ao longo dos séculos. As arcarias, mais ou menos monumentais destas aduções de água, passaram a marcar significativamente algumas das nossas paisagens urbanas e rurais. Foram os romanos que desempenharam em Portugal um papel decisivo na construção destas imponentes infraestruturas hídricas, essenciais às exigências públicas da população romana aqui instalada.

De entre os vários aquedutos então construídos, e ainda hoje existentes, são inequivocamente de origem romana os seguintes:

- Aqueduto de Conimbriga construído durante o século I. A adução, ainda em bom estado de conservação, percorre em complexos cotovelos um comprimento de 3,5 quilómetros entre a zona de captação constituída por uma represa com torre de captação, o castellum, até às termas sitadas nesta antiga cidade.

O canal condutor, que no seu troço inicial corre subterrâneamente, apresenta-se no troço seguinte suportado por sapata junto ao solo, enquanto que nos 170 metros seguintes é elevado por arcaria até ao castelo de água final, situado já dentro da cidade. A partir daqui passa a subterrâneo até atingir a piscina das Grandes Termas do Sul, ponto principal a abastecer com água.

- Aqueduto da Gargantana, em Carenque, o qual foi construído durante o século III para abastecer com água a antiga cidade de Olissipo. A captação de água fazia-se em Carenque, local onde foi construída ampla barragem que garantia uma continuidade no abastecimento. O canal condutor, entre a barragem e a cidade, foi erigido ao nível do solo, sobre suporte de diferentes alturas para vencer os desníveis do terreno, apresentando reforços com espaçamentos irregulares, constituídos por contrafortes quadrangulares, chanfrados e encimados por caixas de água. Esta infraestrutura desactivada há muitos séculos mereceu a atenção dos reis, D. Sebastião e D. Filipe III de Espanha, que a tentaram reactivar para assim reforçarem o abastecimento de água à capital. Tal nunca foi concretizado encontrando-se actualmente, esta construção em estado de quasi ruína.

Estas aduções de água, assim como outras já desaparecidas, deixaram de ser utilizadas durante largo período de tempo. Contudo, nos finais do século XV e inícios do século XVI, com as novas ideias vigentes, algumas delas foram recuperadas garantindo o reatamento do relevante papel desempenhado no abastecimento de água às populações. Foi basicamente a partir dessa data que as reconstruções se incrementaram assim como se iniciou a construção de novas aduções, com traçados inteiramente novos. O fascínio que a antiguidade clássica exerceu, sobre os monarcas da Idade Moderna, levou a que os aquedutos fossem assumidos como obras públicas, por excelência, e com clara referência clássica. Terá sido o Rei D. João II, considerado por muitos como o precursor dos monarcas modernos em Portugal, que mandou erigir o primeiro aqueduto inteiramente construído de raiz. De entre o conjunto de aquedutos a partir de então construídos, ou reconstruídos há a salientar, por ordem de início das obras os seguintes:

- Aqueduto de Setúbal, obra precursora cuja construção foi principiada no ano de 1487 por iniciativa do rei D. João II. A captação situava-se numa nascente, próxima de Alferreca, e a

adução até à cidade percorria uma distância de três quilómetros. O canal condutor era num troço inicial construído em pedra, seguindo-se de um outro em alvenaria. Eleva-se este, do solo, sobre arcaria com dois registos de arcos de iguais larguras, passando o seu percurso a subterrâneo no interior da cidade, onde era feita a distribuição água pelos diferentes chafarizes públicos.

Foi ao rei D. Manuel I que se deveu a iniciativa de mandar elaborar no ano de 1508 o primeiro Regimento de protecção a este aqueduto, obra essa inovadora para a época.

- Aqueduto das Amoreiras, principiado no ano de 1530, durante o reinado de D. João III, foi concluído sómente em 1622, ano no qual foi iniciada a distribuição pública de água na cidade de Elvas. As obras que se arrastaram por muitos anos tiveram no início a direcção do architecto Francisco de Arruda. A captação fazia-se na nascente da Amoreira percorrendo a adução, desenvolvida em constantes zigue-zagues, sete quilómetros desde aí até à muralha da cidade. O canal condutor construído primitivamente alvenaria de pedra era coberto com pedras irregulares, apresentando uma largura interior de 0,51 m por 0,37 m de profundidade (fig. 3). Num troço de quatro quilómetros situa-se acima do nível do solo, elevado por arcaria que atinge uma altura máxima de trinta e um metros. Possui um total de 833 arcos, que nalguns troços se sobrepõem em quatro regitos constituídos por arcos de volta inteira, de diferentes alturas, que se apoiam em grossos pilares quadrangulares escadeados e espaçadamente reforçados com contrafortes semi-circulares de configuração diversificada (fig. 4).

As dimensões médias desses arcos, ao nível do solo, são de 4,30 m de vão apresentando os pilares de suporte da arcaria 5,42 m de largura por 2,62 m de profundidade.

A riqueza formal de todo o conjunto confere-lhe um valor estético acentuado de realçar.

Este aqueduto possui regimento próprio.

- Aqueduto da Água da Prata, iniciado em 1531, durante o reinado de D. João III, foi concluído ainda no ano de 1537 tendo a obra sido dirigida pelo architecto Francisco de Arruda. A captação principal situava-se em minas, perto da Graça do Divor, tendo a sua adução inicial desde aí até à muralha de Évora, tido o comprimento de dezoito quilómetros (fig. 5). O canal condutor, nalguns troços elevado sobre arcaria formada por arcos de volta inteira, era construído em material cerâmico, não vidrado, possuindo as suas peças um encaixe específico para impedir percas de água. A sua cobertura é ainda efectuada com lages irregulares de granito, que rematam superiormente o canal. Tendo possuído um Regimento de protecção inicial, chegou-nos até hoje o manuscrito datado de 1606, o qual resultou da

transcrição das leis existente, à altura, sobre o aqueduto. Tal documento deveu-se ao rei D. Filipe III de Espanha que providenciou a sua compilação, permitindo-nos o conhecimento de tão raro manuscrito.

- Aqueduto de S. Sebastião, construído ou reconstruído por iniciativa do rei D. Sebastião, entre os anos de 1568 e 1570, abastecia a cidade de Coimbra. Esta obra, efectuada sob a direcção do arquitecto Filipe Terzi, possuía a captação em várias nascentes situadas a um quilómetro da cidade. O canal condutor apresenta um troço subterrâneo, e um outro elevado sobre vinte e um arcos apoiados em pilares, com as faces exteriores escalonadas. Os arcos mais estreitos são de volta inteira, enquanto que os mais largos são abatidos.

- Aqueduto no Convento de Santo António, o qual foi construído por autorização do rei D. Sebastião, em finais do século XVI, para abastecer de água o citado cenóbio, localizado próximo de Santarém. O canal condutor eleva-se, num troço, sobre arcaria formada por altos arcos de volta inteira que se apoiam em pilares quadrangulares assentes em muro, reforçado lateralmente por contrafortes rampeados, os quais se localizam sistematicamente em cada seis vãos de arcaria. A sua construção é em aparelho rústico rebocado sendo as aduelas dos arcos em tijolo maciço.

- Aqueduto de Torres Vedras, construído em data desconhecida, foi mandado ampliar pelo rei D. Sebastião no ano de 1561. Apresentava um comprimento de dois quilómetros entre a Fonte Nova, local de captação, e a cidade que abastecia. A adução faz-se em alguns troços sobre arcaria apresentando esta dois registos de arcos: o inferior constituído por arcos de volta inteira apoiados em pilares quadrangulares sobressaídos, enquanto que o superior apresenta uma profundidade menor e é formado por arcos idênticos, mas menos largos, dispostos regularmente sobre os arcos inferiores e no seu seguimento. A construção é em alvenaria de pedra irregular argamassada, sendo as aduelas dos arcos em tijolo maciço. Os paramentos encontram-se rebocados, embora apresentando mau estado de conservação.

- Aqueduto da Usseira, principiado no ano de 1573 por iniciativa da rainha D. Catarina, viúva de D. João III. A captação situava-se na Usseira desenvolvendo-se a adução ao longo de seis quilómetros (fig. 6), entre esta nascente e a vila de Óbidos que abastecia com água. O canal condutor é construído em material cerâmico, vidrado, possuindo as suas peças um sistema próprio de encaixe para impedir o desperdício de água (fig. 7). Nas mudanças de direcção do canal existem pequenas caixas cujo intradorso é formado por um receptáculo

semi-esférico, igualmente em material cerâmico, vidrado (fig. 8). Num troço, com aproximadamente dois quilómetros e meio, o canal eleva-se sobre arcaria (fig. 9) não atingindo, contudo, altura assinalável. Esta, é formada por arcos de volta inteira apoiados em fortes pegões de planta quadrangular afastados entre si dois metros e meio. A arcaria é construída em alvenaria de pedra irregular, argamassada, e as aduelas dos arcos são em tijolo maciço (fig. 10).

- Aqueduto do Convento de Cristo, construído por autorização do rei Filipe II de Espanha. Iniciou-se a obra no ano de 1593, sob a direcção do arquitecto Filipe Terzi, estando esta concluída dez anos mais tarde. A captação situa-se em nascente próxima da ermida de S^o António de Pejões, sendo a adução de sete quilómetros entre este ponto e o depósito do claustro principal do Convento de Tomar, cenóbio cujo abastecimento foi a razão para a sua edificação (fig. 11). O canal condutor, construído em pedra calcária da região, apresenta 0,50 m de largura por 0,80 m de altura e é coberto com lages de forma regular (fig. 12 e 13). Grande parte é construído ao nível do solo, sobre murete em alvenaria de pedra irregular argamassada. Numa extensão de quatrocentos metros eleva-se sobre arcaria de dimensão e altura variável, sendo nestes troços construída em blocos regulares de pedra calcária argamassada. Ao atravessar o Vale da Felpinheira, a arcaria é formada por doze arcos de volta inteira. No Vale dos Pegões, é composta por dois registos de arcos sendo o inferior formado por dezasseis arcos quebrados, apoiados em pilares quadrangulares com ressalto, enquanto que o superior é constituído por cinquenta e oito arcos de volta inteira menos largos, apoiados em pilares idênticos e no prolongamento dos do registo inferior (fig. 14). A montante e a jusante deste troço situam-se duas caixas de água de dimensões consideráveis (fig. 15 e 16), e possuindo no seu interior tanques de depuração para purificação da água transportada (fig. 17).

Entre estas duas caixas, ladeando o canal e ao longo da arcaria que atravessa o vale, existe uma passagem pedonal com 0,50 m de largura e destinada a facilitar o acesso quando das reparações do canal (fig. 18). Depois deste troço monumental segue-se outro, formado por trinta e quatro arcos de volta inteira, e que vencem um vale pouco profundo. A adução anda de seguida paralela ao muro da cerca conventual com duas arcaturas, de dezoito e treze arcos.

No troço final possui vinte e um arcos de volta inteira, rematados pela Cruz de Cristo (fig. 19), os últimos dos quais já adossados à fachada sul do convento, local onde se situa o reservatório terminal.

- Aqueduto de Vila do Conde, projectado pelo arquitecto Filipe Terzi durante a última década do século XVI. A sua construção só foi iniciada muito mais tarde, destinando-se este a abastecer de água o cenóbio de Santa Clara. A captação efectuava-se na fonte do Terroso, sendo até ao local de Beiriz, a adução subterrânea. No restante troço, que é de

cinco quilómetros, o canal situa-se ora à superfície do solo ora elevado sobre arcaria a qual é constituída por 999 arcos de volta inteira com aduelas em aparelho regular e apoiados estes, sobre pilares pétreos de secção quadrada.

Durante o século XVII poucas foram as obras públicas então iniciadas, e destinadas ao abastecimento de água. Foi mais tarde, durante o século XVIII, que este tipo de construções tiveram um novo incremento embora, nalguns casos, fossem efectuadas essencialmente por iniciativa de particulares e já com fins mais lúdicos do que utilitários. Cumpre-nos salientar nesta época os seguintes aquedutos, por ordem de início de construção:

- Aqueduto de Viana do Castelo, construído em finais do século XVII ou inícios do século XVIII e destinado ao abastecimento de habitação particular. Tinha uma extensão de duzentos metros, comportando o seu canal condutor troços subterrâneos e outros ao nível do solo, suportados por pilares de pedra.

- Aqueduto das Águas Livres, cujos estudos se iniciaram ao tempo do rei D. Sebastião, tendo a obra principiado sómente no ano de 1731, durante o reinado de D. João V. O início do abastecimento público de água a Lisboa efectuou-se no ano de 1748, depois das obras terem sido dirigidas por sucessivos arquitectos, de entre os quais é de salientar Manuel da Maia. A captação principal efectuava-se em Caneças, percorrendo a adução dezoito quilómetros até terminar no depósito das Amoreiras. O troço da adução em que a arcaria atinge maior monumentalidade é formada por arcos quebrados, apoiados em pilares com bases reforçadas. Possui a particularidade de, neste troço, se situar o arco com maior vão jamais construído, assim como de fazer parte desta arcaria uma ampla passagem pedonal com 1,50 m de largura. As restantes arcarias são constituídas por arcos de volta inteira, que se apoiam em pilares quadrangulares. Todas elas são construídas em aparelho regular de calcário, argamassado. Para este aqueduto foi elaborado Regimento próprio, baseado no escrito para o cano de Évora.

- Aqueduto de Santo Antão do Tojal, que conduzia a água desde a captação situada próximo de Pintéus, ao longo de dois quilómetros, até uma habitação particular, origem da sua construção no ano de 1730. O italiano António Cannevari elaborou o seu projecto, tendo nele optado, num dos troços, pela construção de arcaria constituída por arcos de volta inteira suportados por grossos pegões quadrangulares com ressalto, e encimados com pequenos arcos a abranger toda a sua largura. A construção é em alvenaria de pedra irregular, argamassada sendo as aduelas dos arcos em tijolo maciço.

A composição de todo o conjunto apresenta uma notável simplicidade e harmonia de formas.

- Aquedutos de Queluz, construídos a partir do ano de 1752, por iniciativa do rei D. Pedro III e com projecto de Manuel da Maia, destinavam-se a abastecer com água abundante as inúmeras fontes, jogos de água e jardins do palácio.

- Aqueduto do Cabo Espichel, construído no ano de 1770 destinava-se a abastecer de água o local de peregrinação, que era o Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel. A captação fazia-se no Poço Velho, localizado perto da povoação da Azoia, tendo a sua adução um comprimento de dois quilómetros, através de canal rebocado e coberto com lages regulares. No seu início, situa-se uma mãe-de-água com planta octogonal e cobertura em cúpula, enquanto que no final, existe uma casa de água com planta hexagonal no interior da qual se localiza uma fonte em mármore branco.

- Aqueduto do Sardão, construído no ano de 1770 para abastecer de água uma habitação particular, situada perto de Vila Nova de Gaia.

- Aquedutos da Quinta do Marquês de Pombal, em Oeiras, construídos sob a direcção de Carlos Martel destinavam-se a abastecer com água, abundante, os complexos fabril e agrícola, assim como os extensos jardins da habitação. No aqueduto com maior desenvolvimento, o canal corre ao nível do solo, existindo no seu local de captação uma magnífica mãe-de-água com planta octogonal, no outro menos extenso, existe uma arcaria constituída por dois registos de arcos, de volta inteira, ligados por grossos pegões quadrangulares. Em ambos, a construção é em alvenaria de pedra irregular, argamassada, sendo as aduelas dos arcos em tijolo maciço.

- Aqueduto do Palácio da Mitra, o qual foi construído durante o século XVIII para abastecer com água os seus jardins. A captação situava-se a dois quilómetros de distância, posicionando-se o canal condutor nuns troços, sob o solo, e em outros elevado por arcaria constituída com arcos de volta inteira, apoiados em grossos pilares, os quais em determinados troços apresentam olhais.

Estes constituem, apenas, alguns dos aquedutos mais significativos construídos em Portugal até finais do século XVIII. Sendo obras, que pela sua extensão e implantação maioritariamente rural se revelam de muito difícil conservação, sujeitas à acção constante dos agentes atmosféricos e ao vandalismo da população, dificilmente poderá ser interrompida a sua progressiva deteoração, quando já não desempenham as funções

para as quais foram edificadas. Fica-nos pois a imagem forte que assumem na paisagem portuguesa, e o peso significativo que representam num património construído, que a todo o custo será de preservar.



Fig. 2 - Caixa de água no Aqeduto dos Pegões.



Fig. 3 - Canal condutor no Aqeduto dos Pegões.



Fig.4 - Arcaria do Aqeduto dos Pegões.

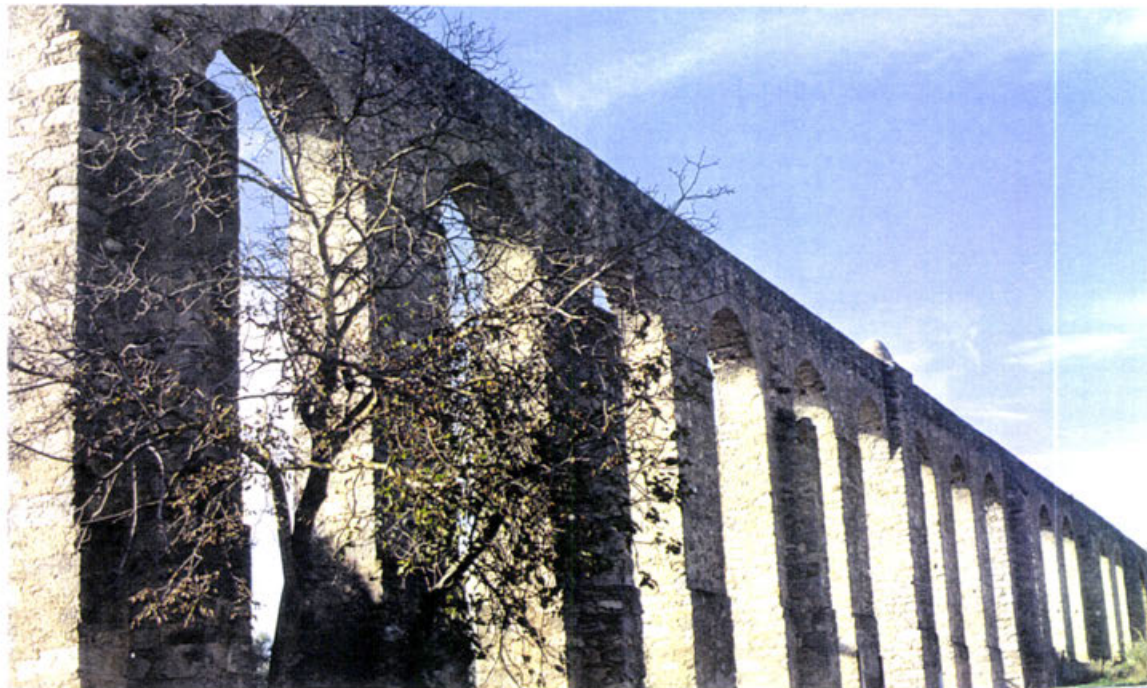


Fig. 5 - Arcaria do Aqueduto da Água da Prata ao chegar à Torralva.



Fig. 6 - Aqueduto da Usseira ao chegar a Óbidos.



Fig.7 - Aqueduto da Usseira - cerâmicas no leito do canal.



Fig. 8 - Aqeduto da Usseira -Caixa para mudança de direcção no canal.



Fig.9 -Aqeduto da Usseira - Canal elevado sobre arcaria.



Fig.10 - Usseira - arcaria do aqeduto.



Fig. 11 - Depósito terminal no Aqueduto do Convento de Cristo, em Tomar.



Fig. 12 - Aqueduto do Convento de Cristo - troço do canal condutor.



Fig.13 - Aqueduto do Convento de Cristo - vista interior de um troço do canal.



Fig. 14 - Troço do Aqeduto do Convento de Cristo ao atravessar o Vale de Pegões.



Fig. 15 - Caixa de água a montante da arcaria no Vale de Pegões.



Fig.16 - Caixa de água ajuzante da arcaria no Vale de Pegões.



Fig. 17 - Aqueduto do Convento de Cristo - tanque de depuração, no interior da caixa de água.



Fig. 18 - Passagem pedonal e canal, no troço que atravessa o Vale de Pegões.



Fig.19 - Troço final da arcada do Aqueduto do Convento de Cristo, encimada pela Cruz de Cristo.

1- A CONSTRUÇÃO DO AQUEDUTO DA ÁGUA DA PRATA EM ÉVORA.

1.1 - Origem da Construção.

É ao rei D. João III que se deve a divulgação em Portugal do gosto pelas *antiguidades*. Tal tendência acentuou-se com a vinda para a corte de alguns eruditos estrangeiros que, aqui divulgaram o conhecimento das antigas culturas gregas e romanas ⁽¹⁾. A curiosidade despertada por estas culturas levou a que vários portugueses se deslocassem a Itália para aí, sobre elas, adquirirem um saber mais profundo. Poucos anos após ter sido coroado rei, D. João III, demonstrou o seu grande interesse por essas culturas antigas enviando a Itália três arquitectos portugueses ⁽²⁾ os quais, percorrendo esse país, observaram a antiga arquitectura e tomaram contacto com os textos clássicos até então pouco divulgados em Portugal. Este culto pelo antigo manifestou-se, quer pela utilização de vocabulário arquitectónico clássico ⁽³⁾, quer ainda pelo interesse despertado pelos autores antigos. De entre eles o mais divulgado foi, indubitavelmente, Vitruvio ⁽⁴⁾ o qual, através dos seus escritos, ou de tratados entretanto publicados ⁽⁵⁾ teve uma acção decisiva na arquitectura da época.

É por ele influenciado que André de Resende terá escrito para D. João III, no ano de 1553, um *livro de arquitectura* assim como dois outros dedicados a aquedutos. De qualquer destas três obras não restou nenhum exemplar mas apenas delas se tem conhecimento através de referências dispersas em diferentes obras da época.

De acordo com tradição escrita, o aqueduto da Água da Prata terá sido mandado reedificar alguns anos antes, em 1531 pelo rei D. João III, sobre as ruínas de um outro construído durante o período de ocupação romana ⁽⁶⁾ (Apêndice documental - docs. 1 a 3). A necessidade de água na cidade de Évora, onde à data se instalara a corte, aliada ao conhecimento dos vários aquedutos existentes em ruínas um pouco por toda a Europa e à divulgação dos textos tomados públicos sobre este tema, terá levado o rei D. João III a mandar construir, ou reconstruir, este aqueduto.

(1) Sabe-se que Nicolas Clenard se instala na corte em Évora para aí ensinar latim a um dos infantes
(2) Foram eles Duarte Coelho em 1528, Francisco de Holanda entre 1538 e 1540 e Gonçalo Bayão entre 1540 e 1547.

(3) É exemplo disso a caixa da água construída na Rua Nova.

(4) Pedro Nunes foi encarregado de traduzir, por volta do ano de 1541 *Os dez livros de arquitectura* de Vitruvio, obra essa contudo certamente conhecida muito antes em Portugal através da edição florentina de 1522.

(5) O primeiro destes tratados de arquitectura, editados em Portugal terá sido o Livro *Medidas do romano* escrito pelo castelhano Diogo de Sagrado e publicado em Lisboa a 1541 e 1542.

(6) *Regimento do aqueduto da Água da Prata*, 1606, fol. 1 [C.M.E.].

1.2 - Captação

O aqueduto seiscentista abastecia de água potável a cidade de Évora, a partir dos vales da Prata e do Divor situados a norte da cidade, a uma distância rectilínea de aproximadamente 11 Km, e apenas 4,64 m mais altos do que a cidade a abastecer.

O sistema para captação de água, então adoptado, consistiu num misto de recolha da água de diversas fontes e nascentes (Apêndice documental - doc. 5) cujo direito de utilização ia sendo cedida por particulares (figs. 20 e 21), e da recolha através da drenagem superficial, ou a pouca profundidade, das águas existentes nos referidos vales (Apêndice documental - doc. 6 e 7). Por escassez de nascentes (fig. 22), em quantidade e abundância que garantissem a água necessária, o cano seiscentista passou a integrar as águas recebidas, pela drenagem dos terrenos por ele atravessados, aumentando assim substancialmente o seu caudal.

Pressupõe-se que os sistemas de captação primitivos eram basicamente construções, muito simples, que recolhiam as águas situadas a pouca profundidade. Actualmente, quaisquer das captações primitivas então construídas junto aos principais mananciais aquíferos nos arredores de Évora, e com ligação ao antigo Cano Real, encontram-se substancialmente adulteradas, devido a intervenções posteriores que remodelaram os sistemas, numa tentativa de obter o seu máximo aproveitamento (figs. 23 e 24).

Foi essencialmente no início do século XX, que foram levadas a cabo as obras referidas, de remodelação e ampliação das captações do aqueduto. Assim foram exploradas, devidamente, todas as potencialidades aquíferas das zonas situadas a montante do sistema de adução, e cujas condições topográficas o permitiam.

As obras, então efectuadas, consistiram na abertura de minas ao longo das vertentes ou perpendicularmente aos pequenos vales, e construção de simples valas ou drenos trabalhando identicamente às minas anteriormente citadas, mas cujo fundo se situava a mais de um metro de profundidade. As captações deste tipo, penetrando na camada do solo permeável, atingiam, sempre que tal fosse viável, as camadas de rochas duras, menos aquíferas, de modo que era possível cortar em boas condições as águas infiltradas do escoamento subterrâneo, que circulam essencialmente durante o Verão, na parte inferior da camada do solo alterado, e sobre as rochas duras menos permeáveis. Estas captações foram construídas com paredes permeáveis e uma soleira perfeitamente impermeável, com caleira pouco inclinada.

Caixas para depósito das areias arrastadas pela água foram igualmente edificadas ao longo dos troços das captações (fig. 25).

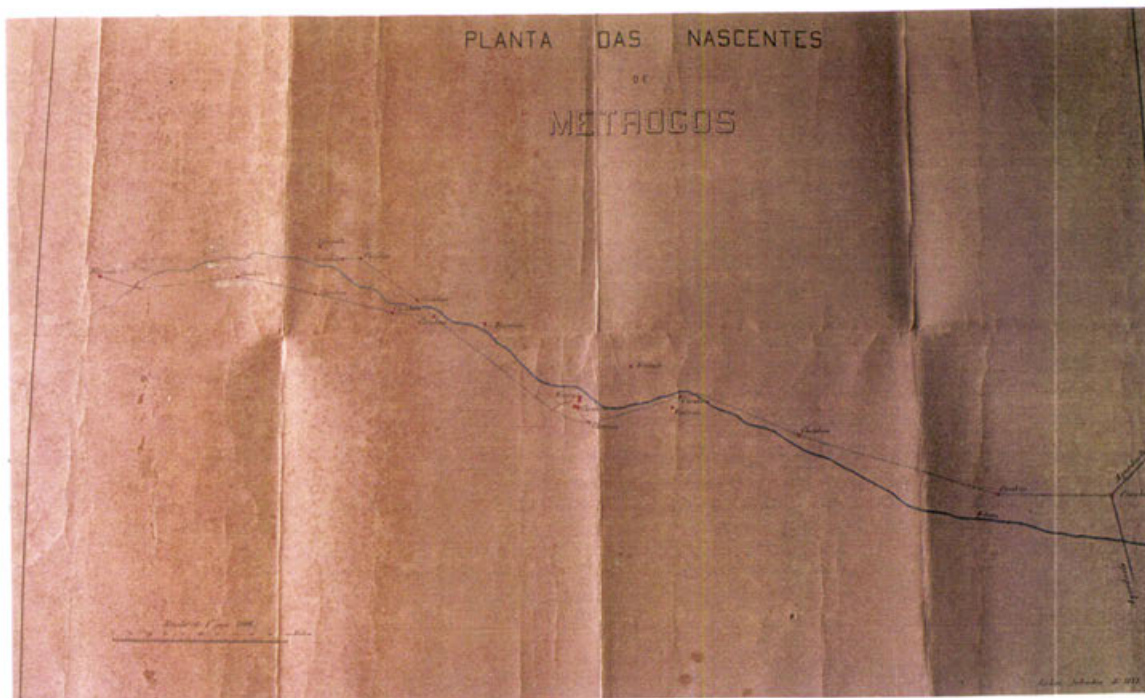


Fig.20 - Planta de nascente, cedida por particular, ao Aqeduto (doc. gentilmente facultado pelo Convento da Cartuxa).

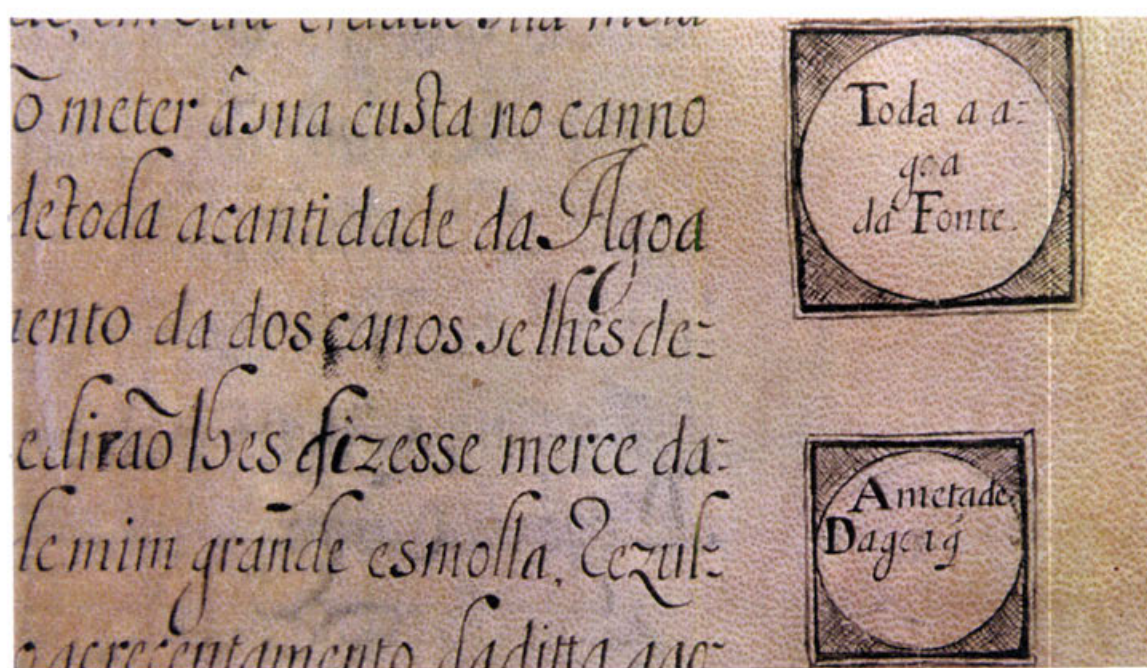


Fig. 21 - Direito de água adquirido, por particular, depois da cedência de uma nascente ao Aqeduto.

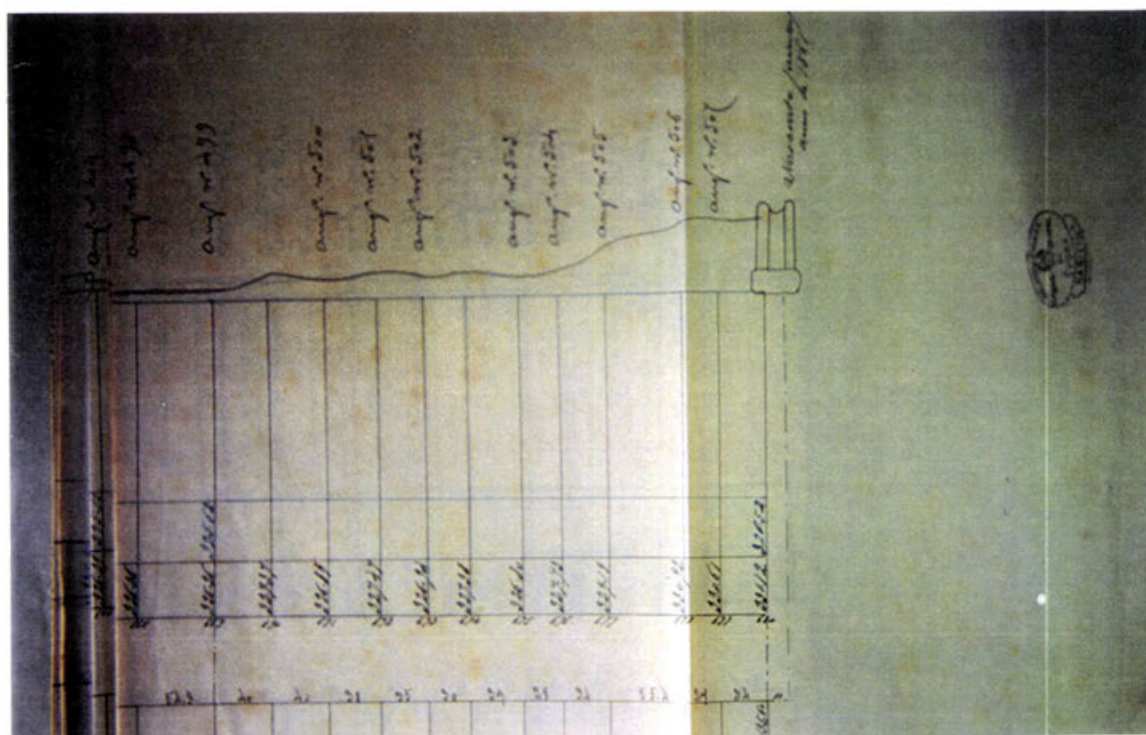


Fig. 22 - Perfil longitudinal do Aqeduto da Água da Prata, no troço da nascente inicial, no século XVI.



Fig. 23 - Nascente situada no monte das Figueiras, na Graça do Divor, e ligada ao Aqueduto.



Fig.24 - Mina para captação de água, ligada ao Aqueduto.



Fig.25 - Caixa de água primitiva, situada num troço do Aqueduto.

1.3 - Adução

No ano de 1606 o percurso da adução, entre as minas de captação situadas na Graça do Divor e a muralha exterior de Évora, era de 8.323 braças, o equivalente a 18.3106 metros desenvolvidos ao longo das curvas de nível do terreno (fig. 26 e 27).

De acordo com parecer elaborado em 1880, ano em que essa primitiva construção ainda existia, pode-se saber que o cano seiscentista enfermava de uma má escolha no seu traçado, sendo muito extenso entre pontos de altitude forçada, e por isso apresentando um pequeno pendor longitudinal, cujo valor médio era só de 0,0012%, numerosos ângulos, e nenhuma curva de concordância nas junções dos alinhamentos, o que ocasionava avultadas percas de carga, durante o seu trajecto.

Deste conjunto de más condições técnicas resultava um movimento vagaroso da água no interior do canal, facto esse, que favorecia o acumular de sedimentos ao longo de todo o percurso assim como o aparecimento de vegetação. Situando-se a cota da cobertura do canal sensivelmente idêntica á do terreno natural, resultava daí diversos inconvenientes, pois facilitava o aparecimento de vegetação no seu interior pela influência da temperatura atmosfericas, tomava-o mais vulnerável à acção de raízes infestadoras das árvores adjacentes, assim como aos estragos causados pelo escoamento superficial das águas das chuvas, lavoura, veículos, gado ou até mesmo mais sujeito á acção malévola do homem ineficázmente controlada pelo pessoal fiscalizador. A tais factores acrescia-se a falta de esmero na execução das antigas alvenarias, tanto no referente à escolha e emprego dos materiais como na execução da mão de obra, o que tomava imperfeitas as diversas reparações efectuadas no canal adutor.

Estas deficiencias constataavam-se igualmente nos canais das captações, e aí com mais nefastos efeitos, devido à menor secção transversal e pouco esmero verificado na construção.

O canal condutor, que deveria apresentar uma inclinação constante, era em diversos traços interrompido pela justaposição ao seu leito de argamassas destinadas à vedação de fissuras detectadas nas uniões dos telhões que revestiam o canal (fig. 28). Essas fissuras eram originadas, não só por movimentos do sub-solo e pela retracção das alvenarias, mas também, pela água das chuvas que as aumentava arrastando para o seu interior materiais sólidos que iam alterar a boa qualidade da água transportada.

Tendo sido todo o percurso adutor, solucionado em canal, construído em alvenaria de pedra irregular, argamassada, e interiormente revestido com telhas formando o leito do escoamento, as obras de manutenção tornavam-se essenciais, devido à fragilidade desses materiais. O revestimento interior sendo em material cerâmico, não vidrado, permeável à água, apresentava nos seus topos um sistema para encaixe das telhas do leito do canal, que facilitava o seu assentamento, diminuindo simultaneamente as perdas de água pelas juntas (fig. 29). Lateralmente o canal era revestido por tijoleira cerâmica, a qual acompanhava a altura máxima do nível da água, sendo a restante superfície rebocada (fig. 30). Nos troços subterrâneos, os quais nunca atingiam grande profundidade, o canal era coberto por lajes em granito, irregularmente talhadas, a que davam o nome de *cascões* (figs. 31 e 32).

Numa primeira fase de construção, sabe-se, que o canal era descoberto sempre que se elevava sobre arcaria (figs. 33 e 34). É contudo, ainda o rei D. João III que ordena a sua cobertura com telhões, de modo a aumentar a qualidade e quantidade da água que chegava à cidade (fig. 35). Possuindo os troços sobre arcaria uma única caleira, qualquer tipo de reparação aí efectuada equivalia ao corte da água à cidade, com todos os inconvenientes sanitários daí resultantes. Nestes troços, o canal condutor apresenta uma secção transversal com 1,50 m de altura, medido do fecho do arco ao fundo da soleira (Apêndice documental - doc. 9), sendo o seu material de revestimento interior idêntico aos dos restantes troços.

A arcaria de suporte apresenta diversas alturas, de modo a vencer os desníveis do solo, sendo a altura total máxima por ela atingida de 12,10 m, no local onde cruza a muralha exterior a Évora (figs. 36 a 39). Aqui, a distância entre pilares é de 4,45 m, apresentando estes uma secção com 2,87 m de comprimento por 1,73 m de largura.

Intramuros, o aqueduto é constituído por trinta arcos inseridos em construções (fig. 38), e vinte e seis totalmente desobstruídas, enquanto que da muralha até à Graça do Divor possui seis arcos integralmente tapados, dez parcialmente, e trezentos e quatro totalmente desobstruídos.

O revestimento decorativo, em grande parte da sua extensão, já desapareceu deixando a nú a estrutura do aparelho (fig. 39). Espaçadamente os seus pilares apresentam-se reforçados por contrafortes, quadrangulares, chanfrados, com 1,14 m de profundidade por 1,25 m de largura, sendo alguns deles encimados por caixas de água com planta quadrangular e cobertura em cúpula (fig. 40).

Actualmente o canal adutor encontra-se cortado entre S. Bento e a cidade. Nesse local situam-se os actuais depósitos, com capacidade para 11.000 m³ de água,

assim como a estação de tratamento, onde a água é controlada de modo a atingir os limites actualmente exigidos para poder ser consumida pela população. Pelo canal, actualmente construído, a velocidade de escoamento da água é tal, que permite a esta, fazer o percurso entre a Graça e S. Bento em aproximadamente doze horas.

Direcção das Obras Publicas do Districto d'Evora

Planta chorographica da zona atravessada
pelo Aqueducto Severiano d.^o Epora, e o
estado dos Obros em execução

Escala 1:20000.



Fig. 26 - Planta do Aqueduto.

Arthur Hilio does - copious.

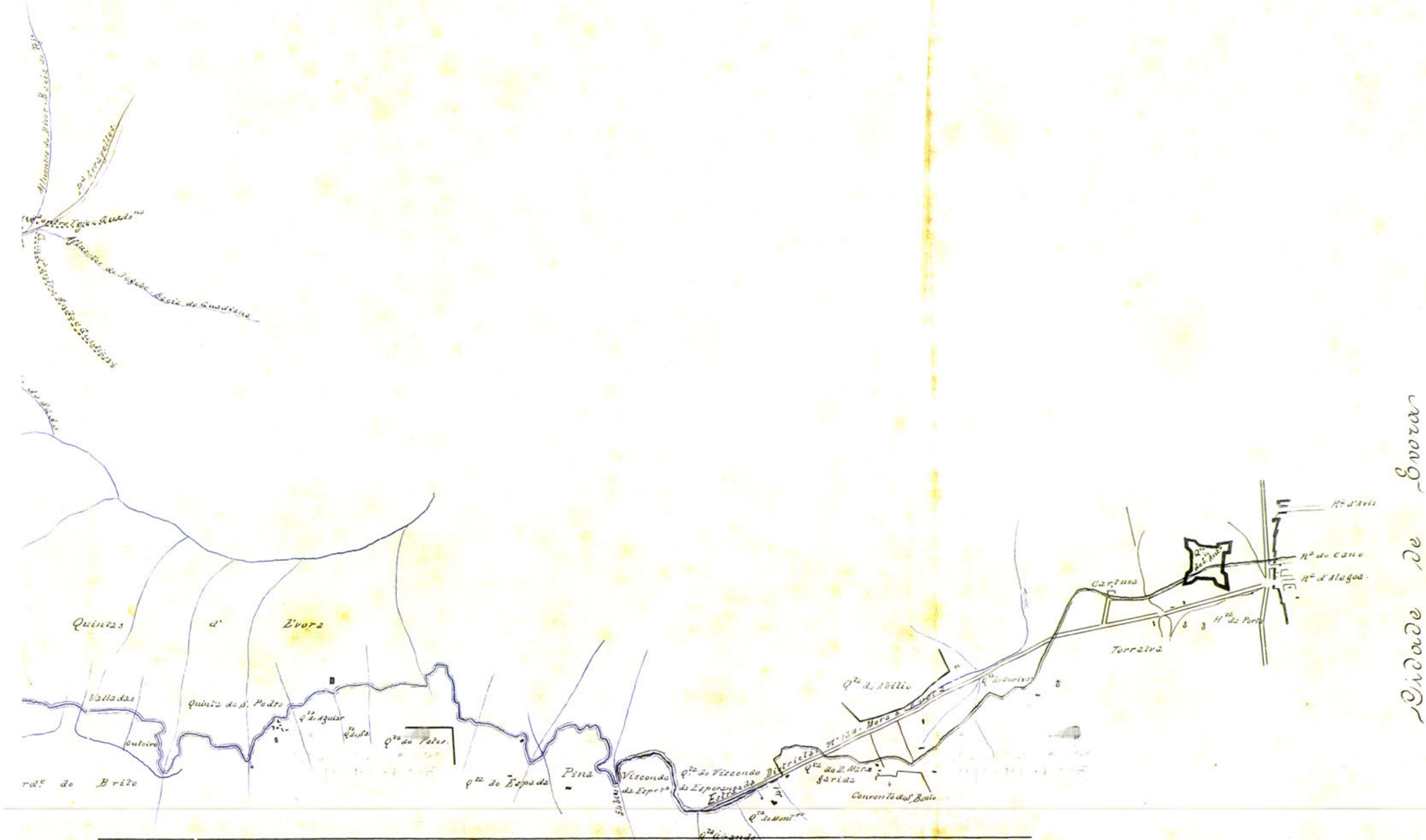


Fig. 27 - Planta do Aqueduto.



Fig. 28 - Canal condutor com junta argamassada.

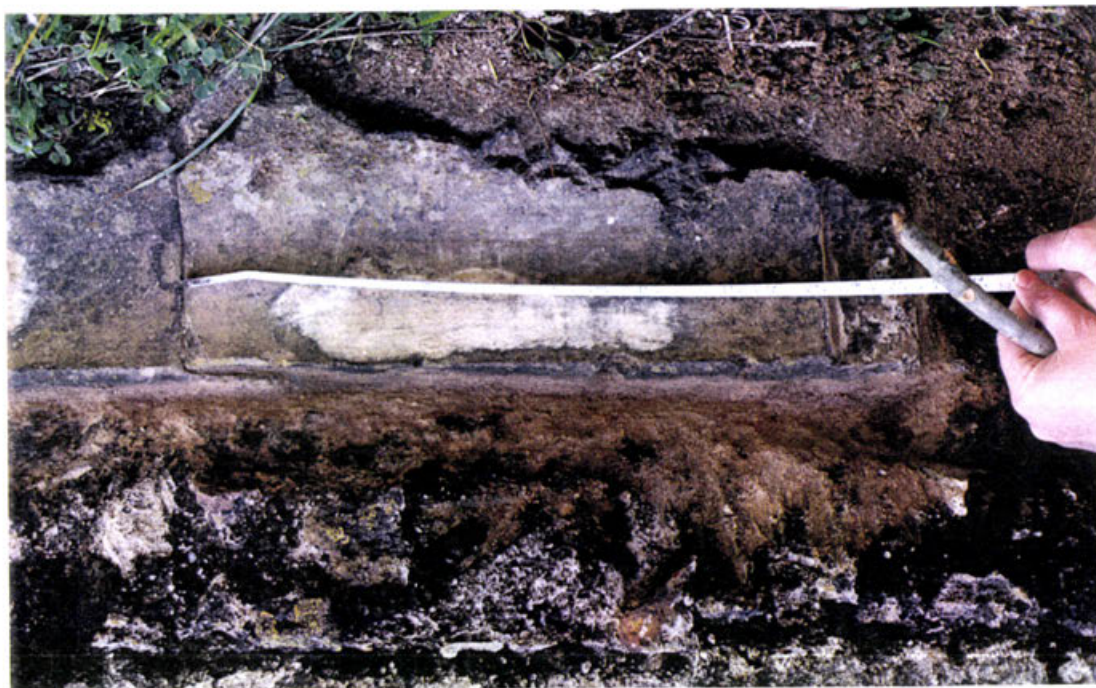


Fig.29 - Peça cerâmica , no leito do canal, com sistema de encaixe específico.



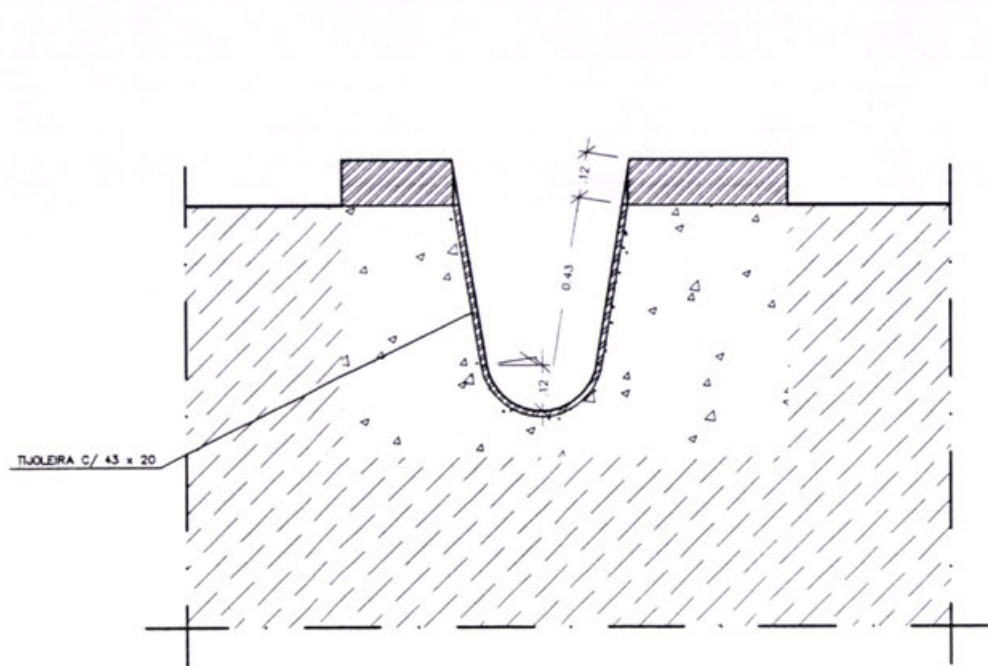
Fig. 30 - Revestimento interior do canal.



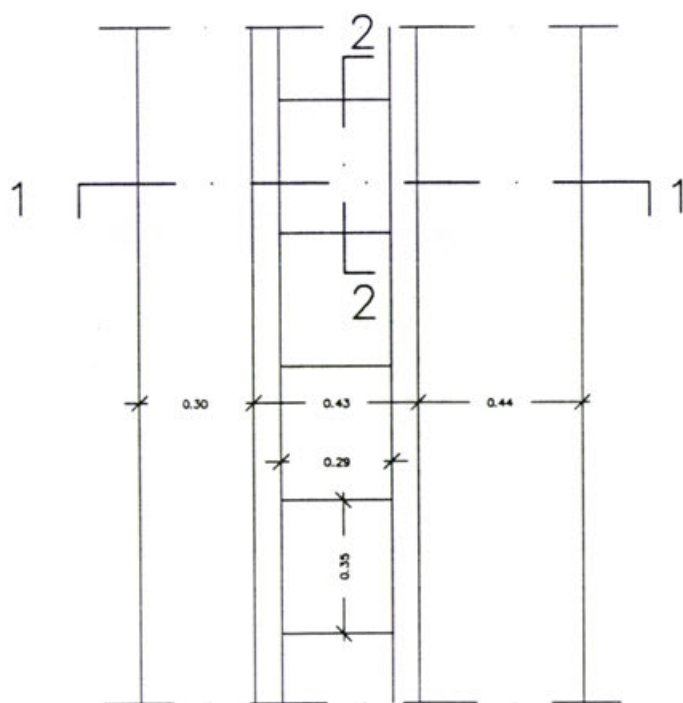
Fig. 31 - Troço subterrâneo do Aqueduto.



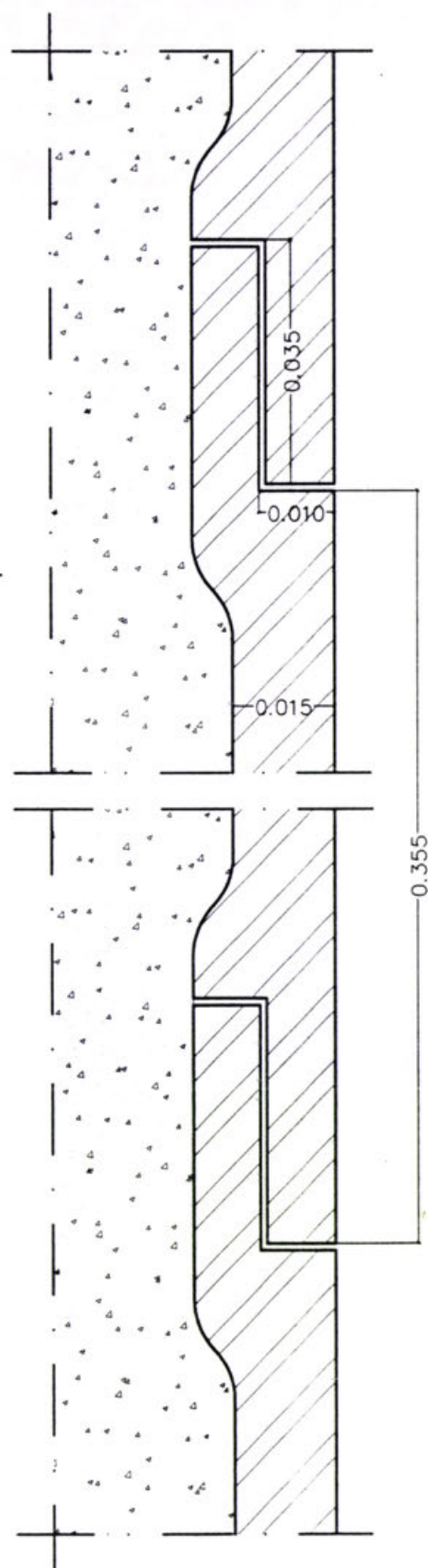
Fig. 32 - Cobertura, de um troço subterrâneo do Aqueduto, com lages em granito.



Corte 1-1

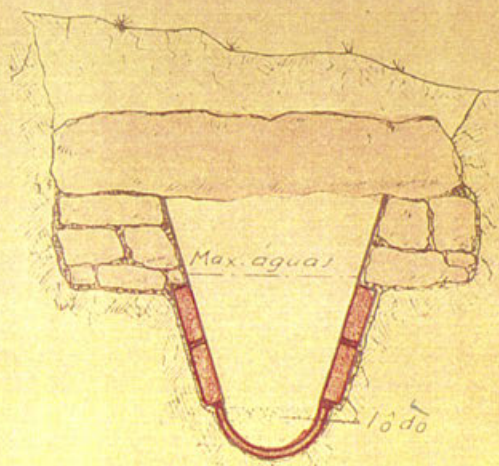


PLANTA



Corte 2-2

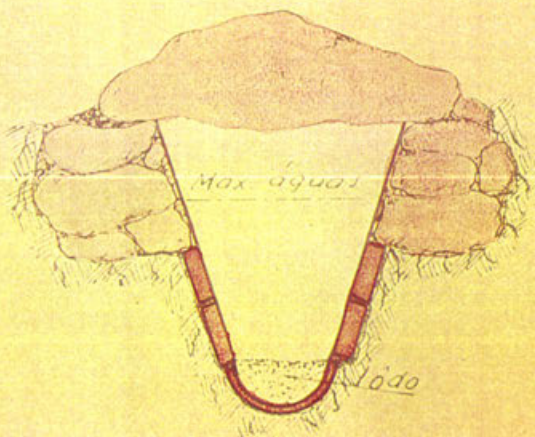
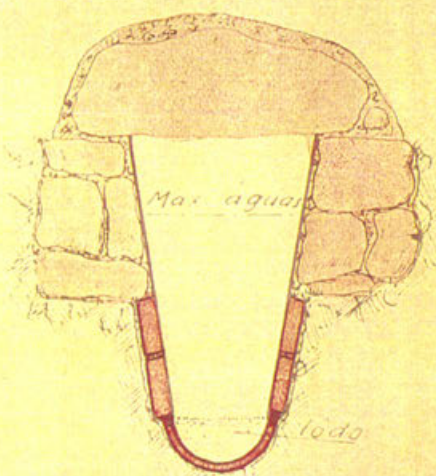
escala 1/20



AQUEDUTO

Algumas das antigas
seções

ESCALA 0.05 p. 1 met.



Data 10 de Fev' de 1929
Engenheiro *Antônio Costa*
Desenhador *R. Lima*

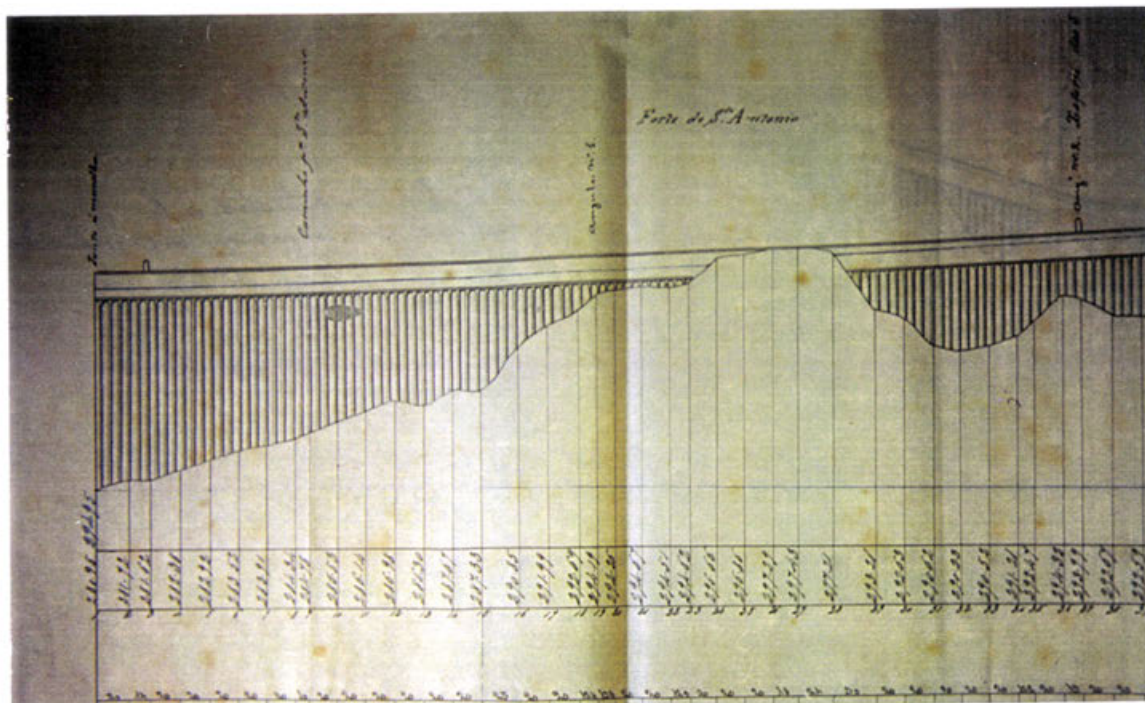
Fig. 34 - Perfis-tipo do canal condutor.



Fig.35 - Cobertura do canal condutor com telhões cerâmicos, num troço do Aqueduto elevado sobre arcaria.



Fig. 36 - Arcaria do Aqueduto, ao atravessar a muralha fernandina.



Figs. 37 - Troços de arcaria, ao longo do Aqueduto.

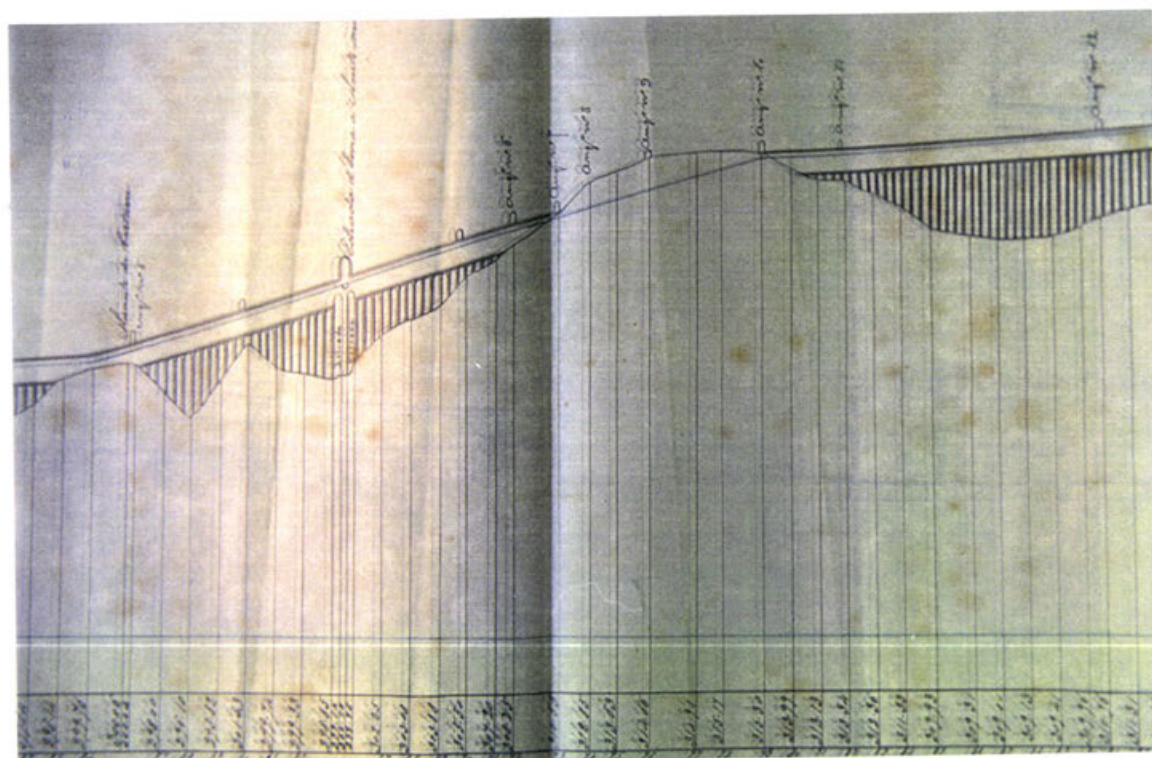




Fig. 38 - Rua do Cano, em Évora - construções inseridas na arcaria do Aueduto.



Fig. 39 - Graça do Divor - troço da arcaria parcialmente revestida a reboco.



Fig. 40 - Caixa de água .

1.4 - Distribuição

Antes da construção do cano real a população de Évora fornecia-se de água em vários poços, fontes abastecidas por nascentes ou mesmo cisternas, que ia construindo.

Eram vários, e dispersos pela cidade, estes pontos de abastecimento públicos e privados, tendo-nos chegado até hoje os nomes de alguns deles. São o caso do Poço Seco da Judaria, do Poço do Pay Charro, do Poço da Boa Mulher, do Poço do Beiçudo, do Poço do Senado e do Poço Novo. Das fontes públicas que no século XV existiam mantêm-se o chafariz das Bravas, situado na Estrada para Lisboa, e o Chafariz de El-Rei, na Estrada de Reguengos.

Com o abastecimento da cidade com água proveniente da Graça do Divo a população passou a dispor de outras fontes, que lhes garantiam um volume de água consideravelmente maior. A primeira a ser aberta ao público foi a fonte da Prata, situada a S. Bento, seguindo-se-lhes a fonte das Cinco Bicas, situada a Stº António, a fonte do antigo pórtico Romano, situada na Praça Grande, e a fonte das Portas de Moura, estas duas ultimas, já dentro da cidade.

Para além destes pontos de abastecimento público o cano real, ao atingir a área urbana, com o decorrer dos anos e as pressões quer do clero quer da nobreza, passou a apresentar sucessivas derivações constituídas por ramais domiciliários, geralmente subterrâneos, que iam abastecer os diversos particulares.

No início de cada uma dessas derivações existia, sempre, arca de água que desempenhava a função de controle quantitativo da água, desviada do cano principal, melhorando simultaneamente a qualidade da limpidez do líquido.

No interior dessa caixa, ou arca de água, situava-se um tubo metálico com um palmo de comprimento, cravado de nível na parede interior da caixa, e a altura tal que ficava à cota do intradorso do canal condutor. O diâmetro interior desses tubos era variável, e estipulado em alvará real no qual aparecia obrigatoriamente a sua representação. O referido tubo era designado por *registo* pois controlava a quantidade de água que chegava a cada donatário, a qual se encontrava registada no respectivo alvará.

Os diâmetros dos vários registos aparecem-nos representados em gravura datada de 1692, em placa padrão, nas chaves de metal que eram utilizadas para as verificações regulares dos diâmetros interiores dos diversos canos de registo e no Regimento do Aqueduto da Água da Prata.

O ramal domiciliário que se seguia ao registo referido era, quando situado abaixo da cota do pavimento, formado por manilhas cerâmicas não vidradas encaixadas umas nas

outras. As suas juntas de união eram vedadas por uma argamassa feita á base de cal, ainda visível em uma das peças recolhidas. Tal tipo de vedante que podia ter composição variada, dificultava as infiltrações de água no sentido do exterior fazendo diminuir as perdas do precioso líquido, e garantindo simultaneamente uma maior pureza na qualidade da água distribuída.

No interior de cada arca de água existia um receptáculo circular, escavado em bloco de pedra, o qual tinha a função de reter as impurezas arrastadas e em suspensão na água funcionando como decantador. Possuía cada arca uma porta exterior, com fácil acesso por escada sempre que a diferença de cotas a isso obrigasse. A limpeza periódica dos materiais depositados no seu interior era facilmente executada pelos funcionários adstritos ao cano real, e únicos possuidores das chaves que permitião este acesso.

Não tendo existido, que se tenha conhecimento, qualquer sistema terminal para armazenamento da água conduzida pelo cano real até á cidade, o abastecimento era necessariamente muito irregular variando com as épocas do ano e as horas do dia. Assim, tanto nos meses de estio como nas horas do dia com maior consumo de água, o caudal do cano real seria muito reduzido chegando até, certamente, a deixar de correr.

Por outro lado não existindo abastecimentos diferenciados, entre pontos públicos e particulares, a água corria constantemente em ambos, independentemente da sua abundancia ou escassez. Só em épocas de crise acentuada é que essa diferenciação era efectuada (Apêndice documental - doc. 10).

Supõe-se que muitos dos donatários que possuíam cisternas e poços, junto ao ponto abastecido por água do aqueduto, terão utilizado estas provávelmente como reservatórios para onde a água em excesso, fornecida pela bica do cano real, era encaminhada, armazenada e posteriormente utilizada em alturas de maior carência.

Constituíam-se assim sistemas paralelas e complementares ao abastecimento regular, que garantiam um aproveitamento mais racional da água da Prata.

Durante quatro séculos a cidade dependeu essencialmente desta água para o seu abastecimento. O caudal do cano foi, contudo, diversas vezes reforçado com a introdução de água proveniente de novas nascentes situadas ao longo do canal adutor. Estas nascentes eram adquiridas por particulares a quem, mediante a introdução da referida água no cano era concedida um terço do volume da água fornecida, durante as primeiras vinte e quatro horas do mês de Agosto. Esta quantidade de água assim outorgada podia ser retirada pelo particular, em qualquer local ao longo do traçado do cano principal, mediante construção de arca de água e correspondente ramal domiciliário.

Entre 28 de Março de 1537, data em que correu na fonte situada no antigo pórtico romano a primeira água proveniente da Graça do Divor, e 29 de Junho de 1919, data em

que foi registada a última doação de água do cano a particulares, muitas foram as concessões de água efectuadas⁽⁸⁾.

Reportamos, contudo neste trabalho, unicamente às fontes públicas e donatários que aparecem referidos simultaneamente no Regimento do Aqueduto (Apêndice documental - doc. 11) e nas plantas antigas onde consta o traçado do cano.

Como nota final elaboraram-se alguns quadros que dão lugar a uma fácil e rápida leitura do que anteriormente foi exposto. A ideia base que presidiu a sua feitura foi permitir um panorama global sobre as diferentes épocas históricas nomeadamente a nível da acção, mais ou menos relevante, que tiveram os monarcas no abastecimento público de água às populações e na atribuição de concessões a particulares.

Acrescente-se que no ano de 1758 a população urbana de Évora era de aproximadamente 12.500 habitantes distribuídos por cerca de 4000 fogos.

Pontos de distribuição urbana (fig.41)	Ponto para abastecimento público de água, proveniente do cano real	Reinado ou regência durante o qual foi autorizada a sua abertura
5	Fonte do Chão das Covas	D.João III ⁽⁹⁾
11	Fonte à Porta Nova ⁽¹⁰⁾	Cardeal Infante D.Henrique ⁽¹¹⁾
18	Fonte da Praça ⁽¹²⁾	Cardeal Infante D.Henrique ⁽¹³⁾
19	Chafariz ⁽¹⁴⁾	(15)
22	Chafariz a São Francisco ⁽¹⁶⁾	D. Maria II
27	Fonte do Rocio	D. Filipe II de Espanha ⁽¹⁷⁾
28	Alameda ⁽¹⁸⁾	D. Filipe III de Espanha ⁽¹⁹⁾
39	Fonte da Porta de Moura	D. João III ⁽²⁰⁾
42	Fonte dos Castelos	(21)
A	Fonte a São Bento	D.João III ⁽²²⁾
C	Cinco bicas	(23)

(8) A partir da citada data os critérios para abastecimento domiciliário sofreram profunda alteração pois daí em diante todos os ramais domiciliários ficavam a pertencer ao município o qual era responsável pela sua construção e conservação.

(9) Terá sido este monarca o responsável pela abertura de um ponto abastecedor de água, à população, da zona noroeste da cidade.

(10) Refere-se à fonte que se situava no actual largo de Camões e que hoje se encontra no das Portas de Aviz.

(11) A 2 de Setembro, do ano de 1573, o cardeal infante D.Henrique propõe à Câmara a abertura da citada fonte destinada a abastecer os moradores da mouraria.

(12) Refere à fonte mandada construir pelo Cardeal Infante D.Henrique e situada na zona noroeste da actual Praça do Geraldo.

(13) No ano de 1571 estava em construção a actual fonte, a qual ia substituir outra aí existente e aberta durante o reinado de D.João III, no ano de 1535.

(14) Refere-se ao chafariz situado no início da Rua de Alconchel.

(15) Desconhece-se a data da sua construção

Pontos de distribuição urbana (Fig.41)	Donatários particulares a quem foi atribuída água do cano real	Data das concessões de água, atribuídas por alvará real, e de acordo com o manuscrito do Regimento do Aqueduto	Reinado, ou regência, durante o qual foi efectuada a concessão de água.
2	Donzelas	1621, Maio 25	D.Filipe IV de Espanha
3	Calvário	1569, Novembro 27	D.Sebastião I
6	Convento de São José	1694, Julho 20	D.Pedro I
		1703, Maio 9	D.Pedro II
8	Fonte de S.Domingos	1546	D.João III
		1678, Setembro 4	D.Afonso VI
9	Santa Clara	1554, Março 15	D.João III
		1647, Setembro 30	D.João IV
13	São Paulo	1594, Setembro 4	D.Filipe II de Espanha
14	Salvador	1591, Dezembro 12	D.Filipe II de Espanha
		1706, Junho 27	D.Pedro II
17	Santa Catarina	1554, Março 12	D.João III
		1701, Dezembro 31	D.Pedro II
20	Cadeia	1591, Dezembro 20	D.Filipe II de Espanha
23	São Francisco	1546, Junho 16	D.João III
		1602, Setembro 5 ⁽²⁴⁾	D.Filipe II de Espanha
24	Graça	1554, Outubro 30	D.João II
25	Mercês	⁽²⁵⁾	—
30	Santa Mónica	1556, Setembro 11	D.João III
32	Loios	1560, Março 30	D.Catarina
		1564, Setembro 24	Cardeal Infante
		1683, Janeiro 12 ⁽²⁶⁾	D.Henrique
34	Casa Pia	1554, Outubro 30	D.Afonso VI
		1556, Setembro 11	D.João III
		1562, Julho 30	D.João III
		1566, Fevereiro 28	D.Catarina
		1603, Abril 5 ⁽²⁷⁾	Cardeal Infante
36	Meninos Orfãos	1555, Outubro 3	D.Henrique
37	Paraízo	⁽²⁸⁾	D.Filipe III de Espanha
38	Carmo	1571, Agosto 27	—
40	Hospital	1686, Janeiro 20	D.João III
41	Piedade	⁽²⁹⁾	—
A	São Bento	1592, Fevereiro 20	D.Sebastião I
B	Cartuxa	1620, Setembro 2 ⁽³⁰⁾	D.Pedro II
		1645	D.João III
	Quinta de S.Pedro		D.Filipe II de Espanha
			D.Filipe II de Espanha
			D.João IV

(16) Refere-se a um antigo chafariz, hoje, inexistente.

(17) Este monarca ordena a sua abertura, durante o ano de 1592.

(18) Refere-se a um tanque grande destinado a lavagens, e hoje inexistente, o qual possuía 27,5m de comprimento por 20,9m de largura.

(19) A orientação real, para a sua construção, data do ano de 1604.

(20)Terá sido mandada erigir por este rei, a pedido do Cardeal D.Henrique. De acordo com *Évora Gloriosa*, de P.Francisco da Fonseca, o rei D.João III terá falecido no ano de 1557 tendo esta fonte sido inaugurada, e de acordo com inscrição nela existente, no ano de 1556.

(21)Sabe-se que no ano de 1564 já era efectuado o abastecimento de água ao antigo castelo manuelino. É prova disso o topónimo Travessa dos Arcos por onde passava o seu ramal de abastecimento.

(22)Conhecida por fonte da Prata terá sido a primeira fonte, pública, da água proveniente da Graça do Divor. Esta corria para um tanque com 1,98m de comprimento por 1,10m de largura, hoje, inexistente no local.

(23)Desconhece-se a data da sua construção sabendo-se contudo, que se localizava entre o convento da Cartuxa e o de Santo António. Possuía, à data de 1849, duas bicas através das quais corria a água do cano real para um tanque com 3,08m de comprimento por 1,32m de largura. Possivelmente a sua data de abertura remontará à da construção do cano real.

(24) Definição da quantidade de água anteriormente atribuída, e a qual não se encontrava devidamente quantificada.

(25) Não existe no Regimento do Aqueduto qualquer alvará referente ao convento de Nossa Senhora das Mercês. Sabe-se que as religiosas se instalaram, no ano de 1670, em casas situadas na Rua do Raimundo.

(26)Definição da quantidade de água anteriormente atribuída ao Convento de São João Evangelista, mais conhecido por Loios.

(27)Não existe no Regimento do Aqueduto qualquer alvará que atribua água a este colégio, situado na Rua do Conde da Serra da Tourega e aí instalado desde o ano de 1649.

(28)Sabe-se pelo Regimento do Aqueduto (fol.11) que este convento era abastecido, no ano de 1606, por água do cano real, não constando, contudo, no citado manuscrito qualquer alvará que lhe atribua.

(29)Junto ao Convento de S.Bento de Castris existiu, desde a construção do cano real, um ponto de abastecimento público de água denominado por fonte da Prata.

(30)A segunda porção de água é-lhes concedida quando da compra de uma fonte, cuja água introduziram no cano real.

(31)Esta doação de água aparece referenciada na fol.57v. do Regimento do Aqueduto e na placa com os nomes dos antigos donatários do cano real.

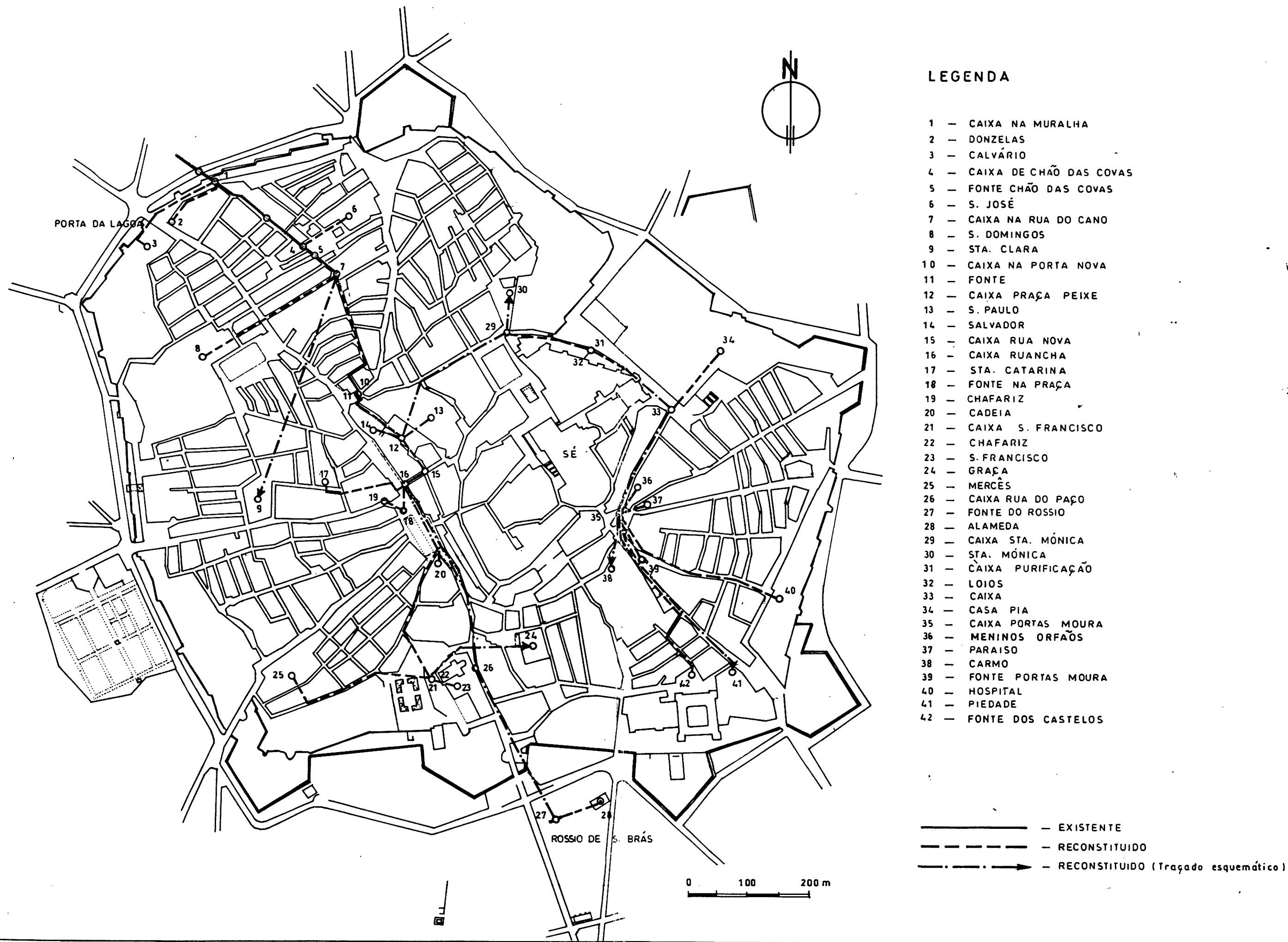


FIG.41 — ÉVORA-REDE HIDRAÚLICA DOMICILIÁRIA (RECONSTITUIÇÃO SOBRE PLANTA DE FINAIS DO SÉCULO XIX).

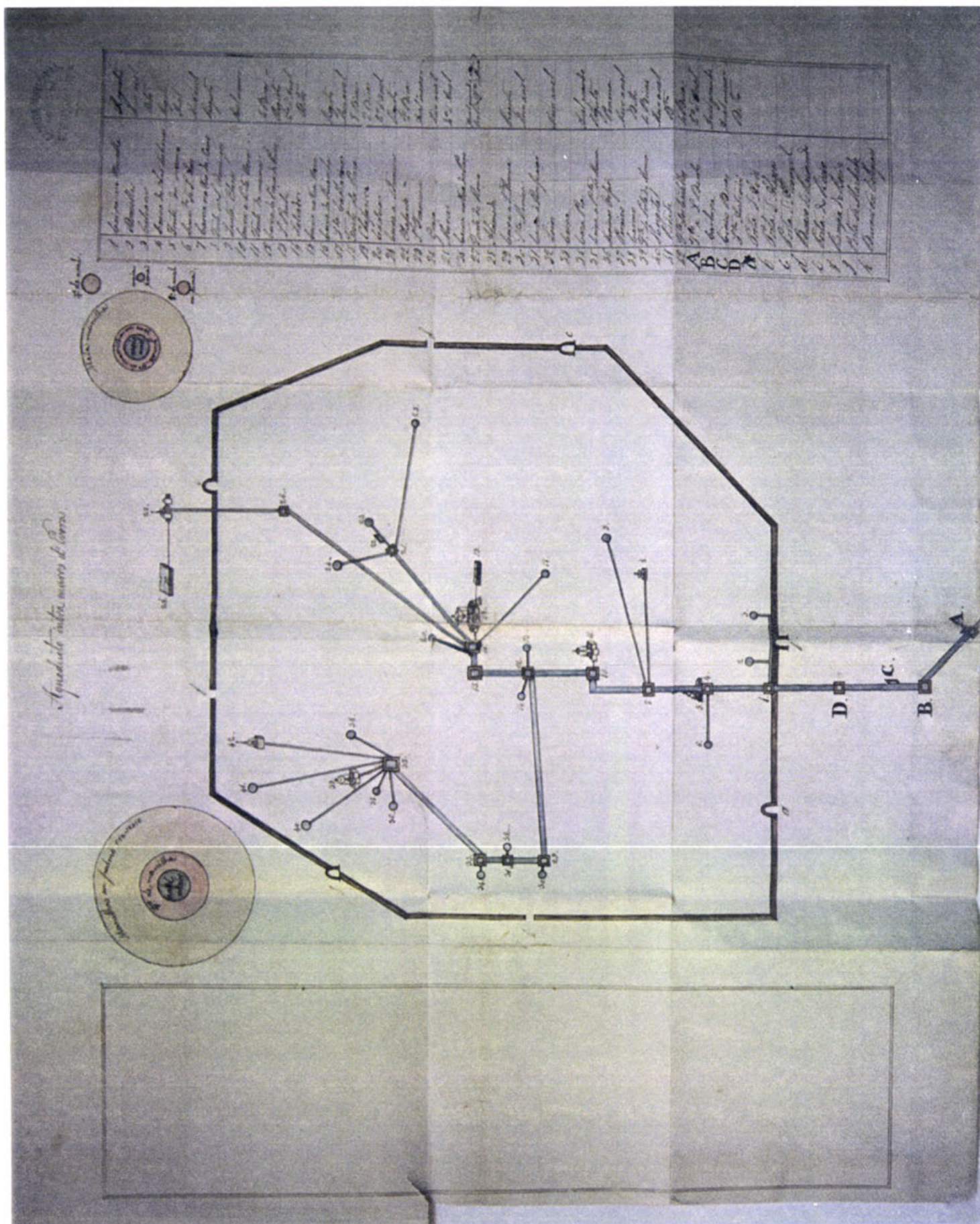
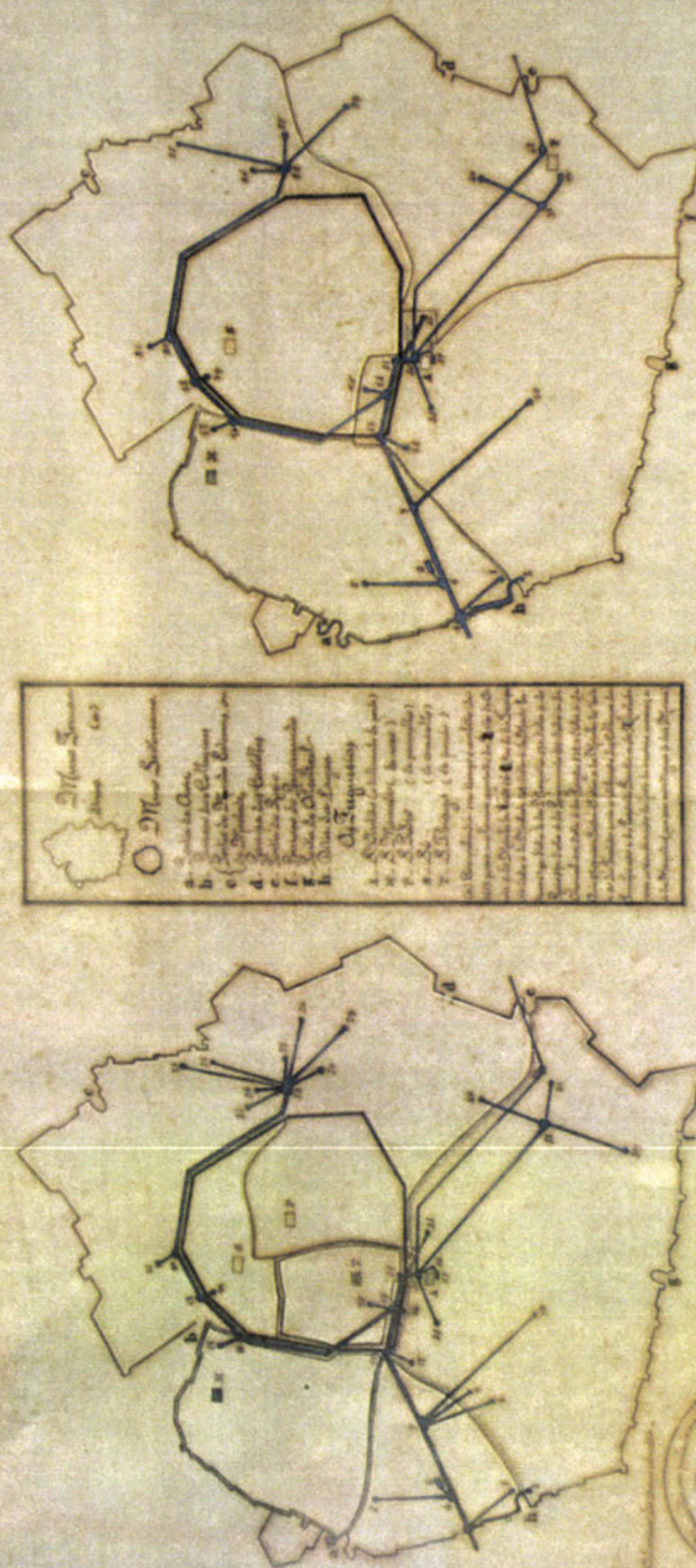


Fig.42 - Antiga Planta da canalização das Águas Sertorianas intra-muros da Cidade d'Évora - Documento encontrado ao abandono em 2 de Novembro de 1906 e off^o por Diogo Machado ao município. (Documento gentilmente facultado por eng. Joaquim Costa).

Panteo do recado e p'fizeram de O Terreno e S'nto, do colino e abito do, T'p'nto e do semip'nto do, do S'nto do

[illegible]

1. *Quintus* 2. *Quintus* 3. *Quintus* 4. *Quintus* 5. *Quintus* 6. *Quintus* 7. *Quintus* 8. *Quintus* 9. *Quintus* 10. *Quintus* 11. *Quintus* 12. *Quintus* 13. *Quintus* 14. *Quintus* 15. *Quintus* 16. *Quintus* 17. *Quintus* 18. *Quintus* 19. *Quintus* 20. *Quintus* 21. *Quintus* 22. *Quintus* 23. *Quintus* 24. *Quintus* 25. *Quintus* 26. *Quintus* 27. *Quintus* 28. *Quintus* 29. *Quintus* 30. *Quintus* 31. *Quintus* 32. *Quintus* 33. *Quintus* 34. *Quintus* 35. *Quintus* 36. *Quintus* 37. *Quintus* 38. *Quintus* 39. *Quintus* 40. *Quintus* 41. *Quintus* 42. *Quintus* 43. *Quintus* 44. *Quintus* 45. *Quintus* 46. *Quintus* 47. *Quintus* 48. *Quintus* 49. *Quintus* 50. *Quintus* 51. *Quintus* 52. *Quintus* 53. *Quintus* 54. *Quintus* 55. *Quintus* 56. *Quintus* 57. *Quintus* 58. *Quintus* 59. *Quintus* 60. *Quintus* 61. *Quintus* 62. *Quintus* 63. *Quintus* 64. *Quintus* 65. *Quintus* 66. *Quintus* 67. *Quintus* 68. *Quintus* 69. *Quintus* 70. *Quintus* 71. *Quintus* 72. *Quintus* 73. *Quintus* 74. *Quintus* 75. *Quintus* 76. *Quintus* 77. *Quintus* 78. *Quintus* 79. *Quintus* 80. *Quintus* 81. *Quintus* 82. *Quintus* 83. *Quintus* 84. *Quintus* 85. *Quintus* 86. *Quintus* 87. *Quintus* 88. *Quintus* 89. *Quintus* 90. *Quintus* 91. *Quintus* 92. *Quintus* 93. *Quintus* 94. *Quintus* 95. *Quintus* 96. *Quintus* 97. *Quintus* 98. *Quintus* 99. *Quintus* 100. *Quintus*

46

1.4.1- Zona interna da muralha fernandina

1.4.1.1- Caixa na muralha

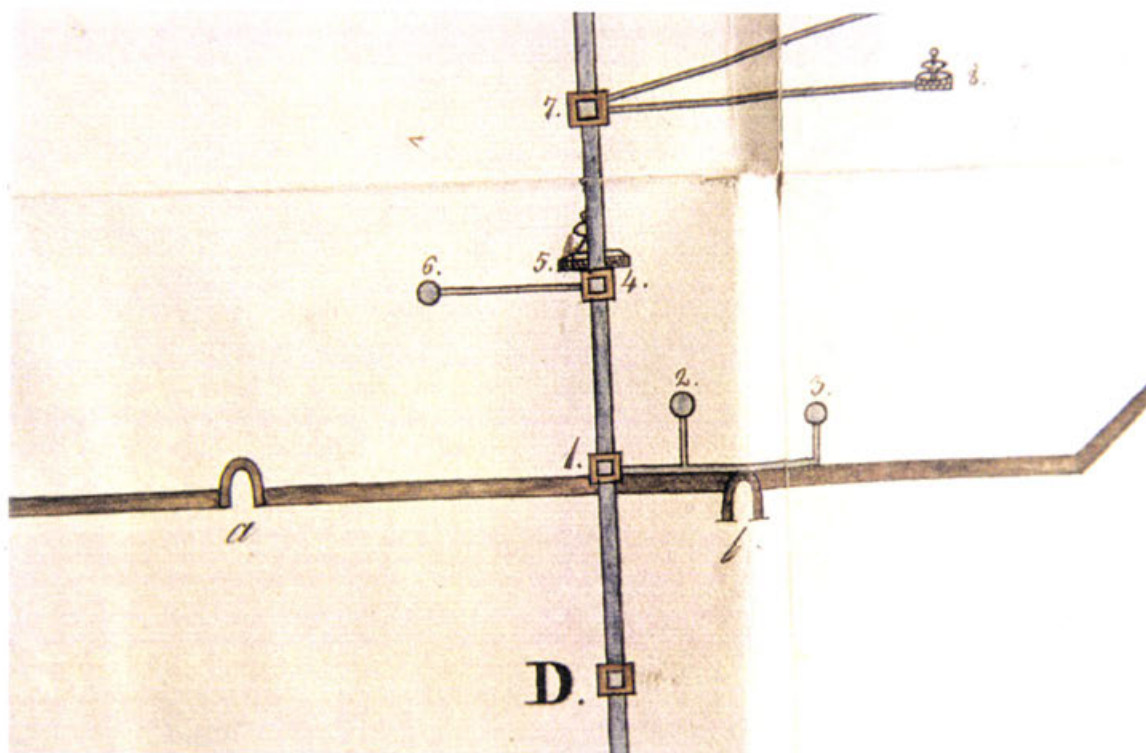


Fig.44 - Caixa de registo situada na muralha fernandina e assinalada na planta com o número 1.

Ao atravessar a muralha fernandina a arcaria do actual aqueduto atinge a sua altura total maxima de 12,1m, sendo neste ponto a cota do canal condutor de 295,38m (fig.45). Este troço de arcaria mereceu obras de reconstrução, profundas, facto visível pela diversidade de materiais aplicados e irregularidades nos paramentos, a partir do arranque dos arcos de suporte do canal (fig.46).

É de crer que a caixa de registo que existia na muralha se localizasse onde hoje sobressai a cobertura, em falsa cúpula pontiaguda, rebocada exteriormente, de uma pequena caixa de decantação (fig.47). Os grossos contrafortes que reforçam o apoio da arcaria deveriam perlongar-se aqui, até à cota superior do canal, rematando com uma arca de água com porta e acesso pelo exterior, por escada. Da existência da porta sabe-se, pela descrição que o *Regimento do Aqueduto* nos faz, dizendo que todas as arcas de registo a teriam de ter, sempre fechada, com acesso próprio só permitido ao provedor do cano o qual possuía as suas chaves para inspecções periódicas ⁽³²⁾. A escada aparece-nos referenciado, em documento que nos fala da existência de uma, em tijolo, que dava acesso

ao aqueduto no local onde este atravessa a muralha fernandina (Apêndice documental - doc. (2).

Tem-se conhecimento que se situavam, na caixa referida, os registos de água respectivamente aos conventos do Calvário e Donzelas sendo em canalizações individualizadas, os abastecimentos.

(32) *Regimento ... op. cit.* na nota 6, fol..XX e v, art. xxxv.,[C.M.E.].

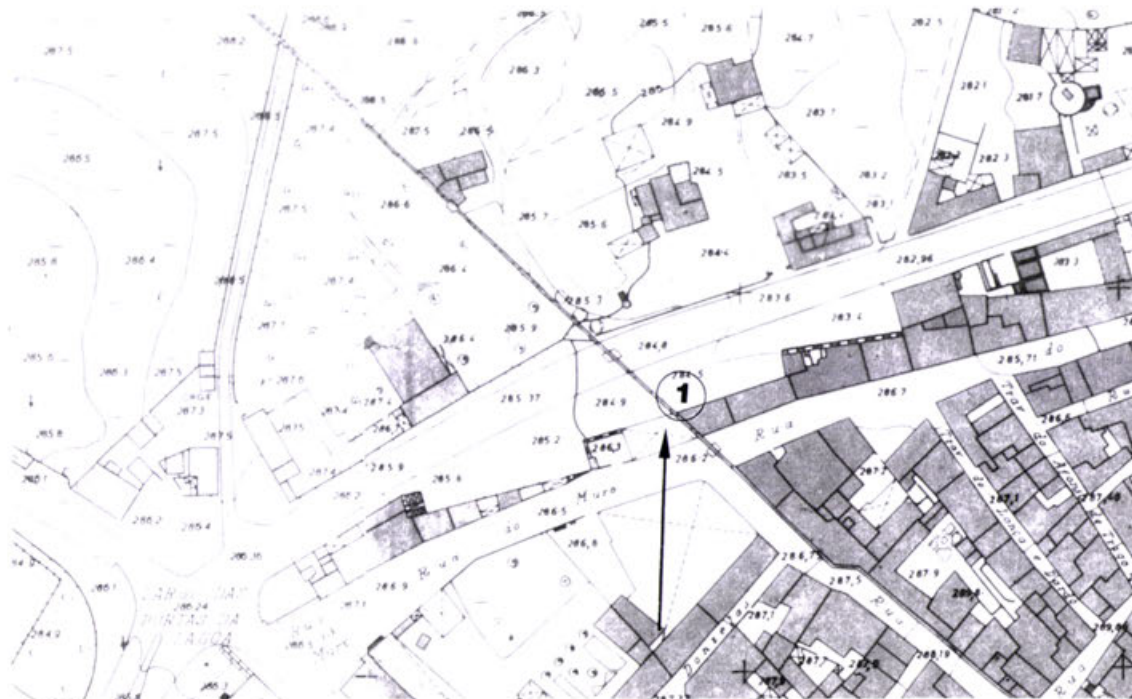


Fig.45 - Planta de localização da caixa à escala 1/2000.



Fig.46 - Troço do aqueduto com nítidos vestígios de reconstrução.



Fig.47-Caixa de decantação situada na arcaria do aqueduto, quando esta cruza a muralha fernandina.

1.4.1.2- Donzelas

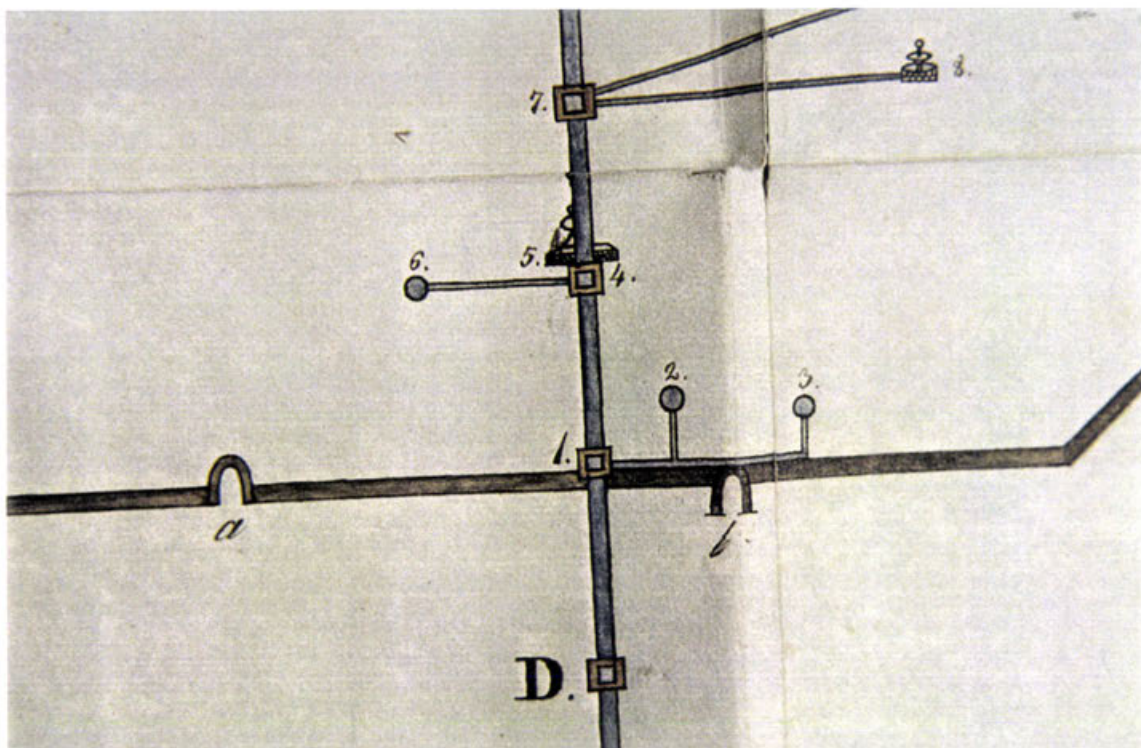


Fig. 48 - Abastecimento de água ao antigo recolhimento das Donzelas, representado na planta com o número 2 e descrito como tendo *meio anel* de água.

Situado entre a arcaria do aqueduto e a antiga rua da Lagoa,(fig.49) para onde tinha a portaria, foi fundado no antigo palácio dos Sepúlvedas, no ano de 1592, um colégio para estudantes pobres que se transformou em inícios do sec.XVII em recolhimento de donzelas.

Por petição de D.José de Melo, arcebispo de Évora e administrador apostólico do citado recolhimento, foi-lhe concedido em 1621 uma porção da água do aqueduto (figs 50 a 52) mediante a execução das obras necessárias à construção da respectiva arca de registo, assim como condução da água até ao local de utilização(Apêndice documental - doc. 13).

Subsiste um troço do primitivo muro de vedação da vasta cerca onde se vêem vestígios de um aqueduto, em alvenaria, que conduzia a água para este recolhimento (fig.53). Arcos de volta inteira, construídos com tijolo a cuteto argamassados, elevam do solo o canal de condução que se apresenta coberto com tijoleira.

Da localização da arca de registo não subsistem vestígios, devendo contudo ter existido, coroando um dos contrafortes dos arcos do aqueduto (fig.54), cujos restos se vêem na face interna do muro da cerca. O canal do ramal domiciliário, elevado sobre a referida

arcaria, apresenta num troço com 23,30m de comprimento, uma inclinação de 0,01116 ⁽³³⁾. Esta percentagem, com um valor nominal deminuto, é justificada por se situar imediatamente a seguir a um ponto de queda, local onde a água necessariamente ganhava velocidade. Com a utilização de uma inclinação menor neste troço obtinha-se uma normalização da velocidade de escoamento do líquido.

(33) A cota do canal no início do troço é de 287,18m e no final de 286,92m - Corresponde ainda a este último ponto uma cota de pavimento de 283,82m.

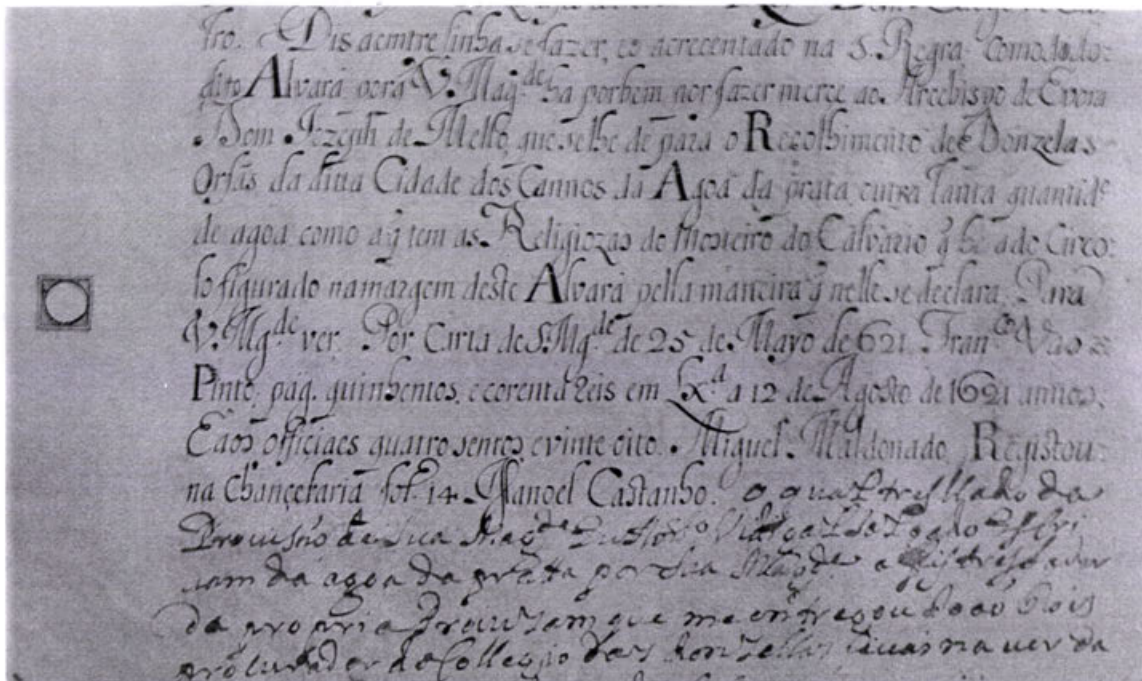


Fig.49 - Donzela - Alvará para atribuição de uma porção de água equivalente a um registo com diâmetro interior de 8,5mm.

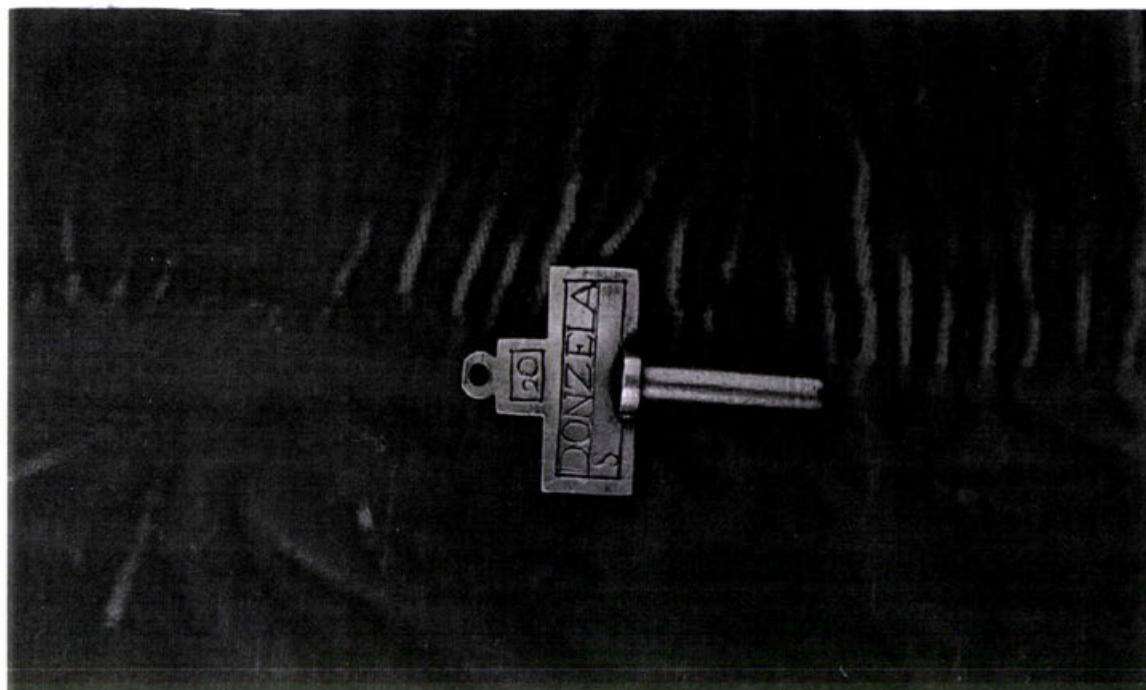


Fig.50 - Donzela - frente da chave-padrão a qual tem 0,066m de comprimento total.

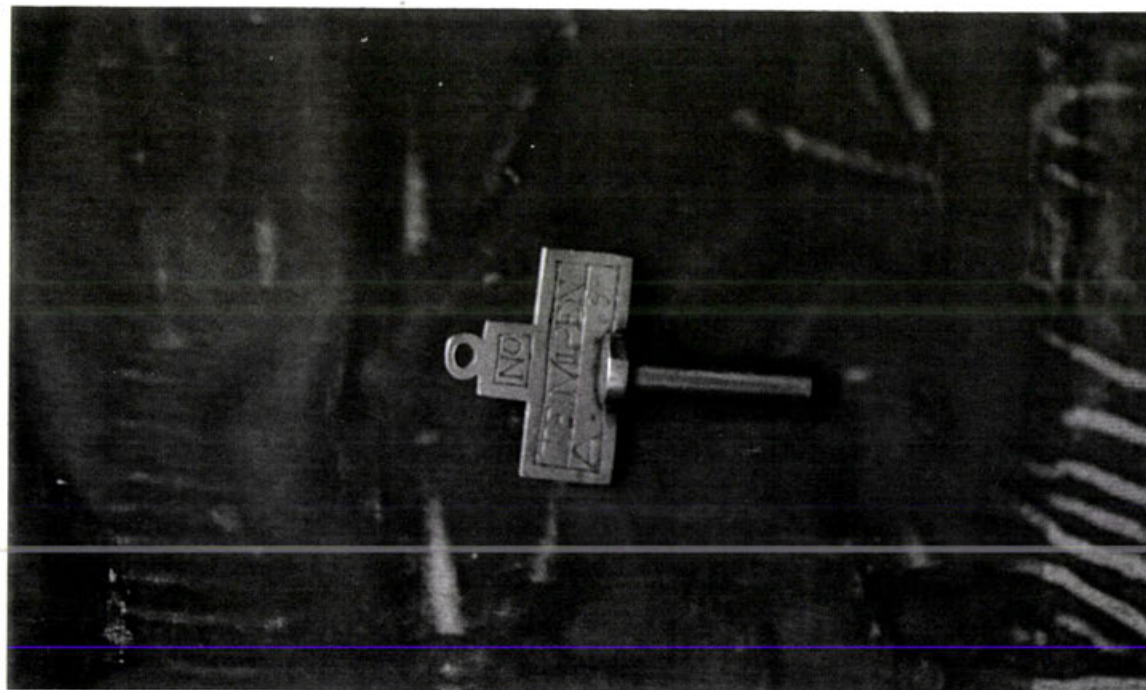


Fig.51 - Tardoz da chave.

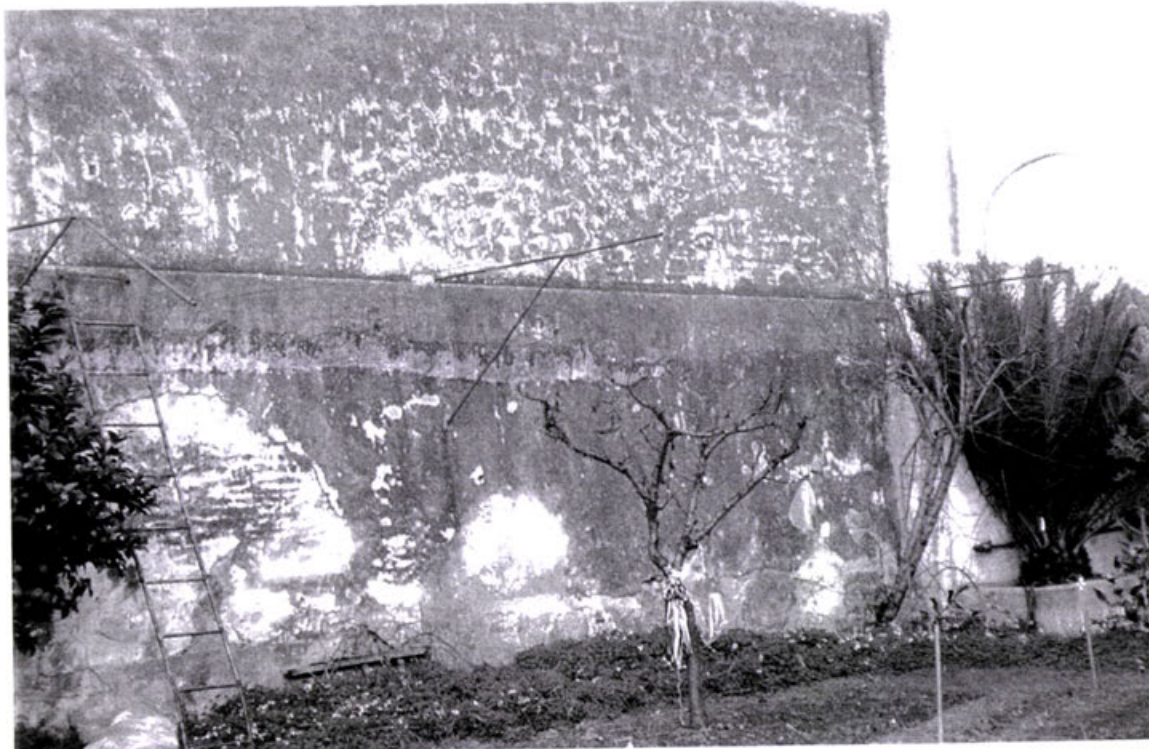


Fig.52 - Arcaria do ramal domiciliário.

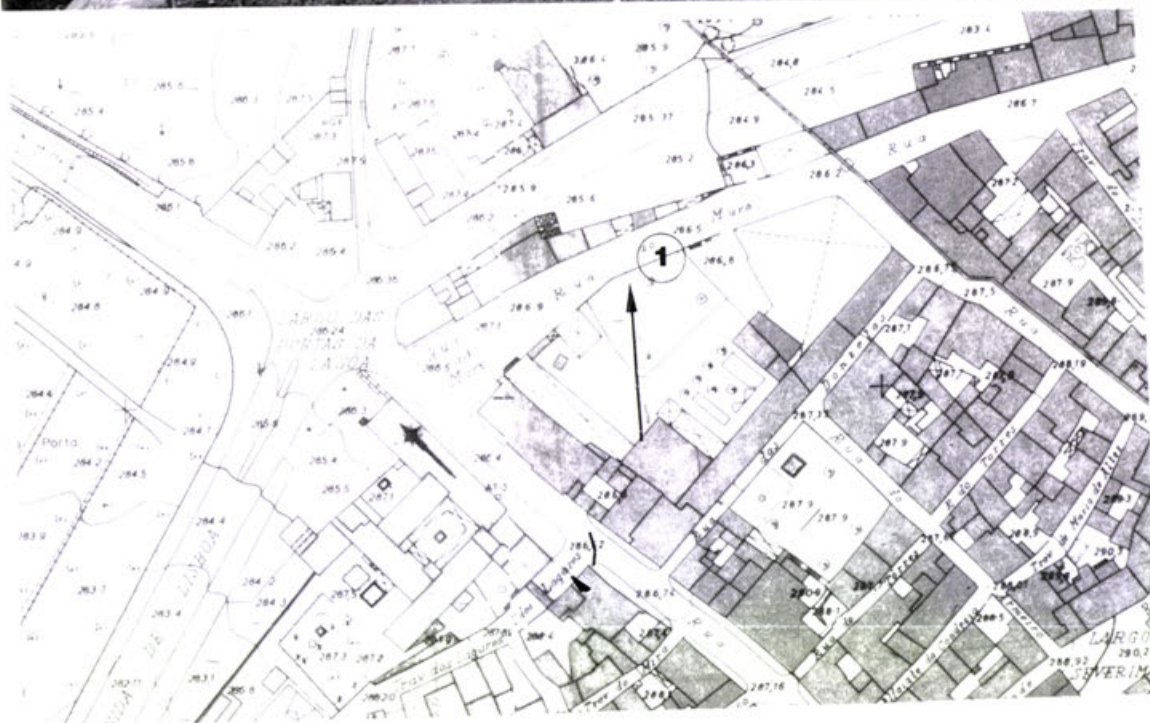


Fig.53 - Planta de localização da arcaria do ramal, à escala 1/2000.

1.4.1.3 - Calvário

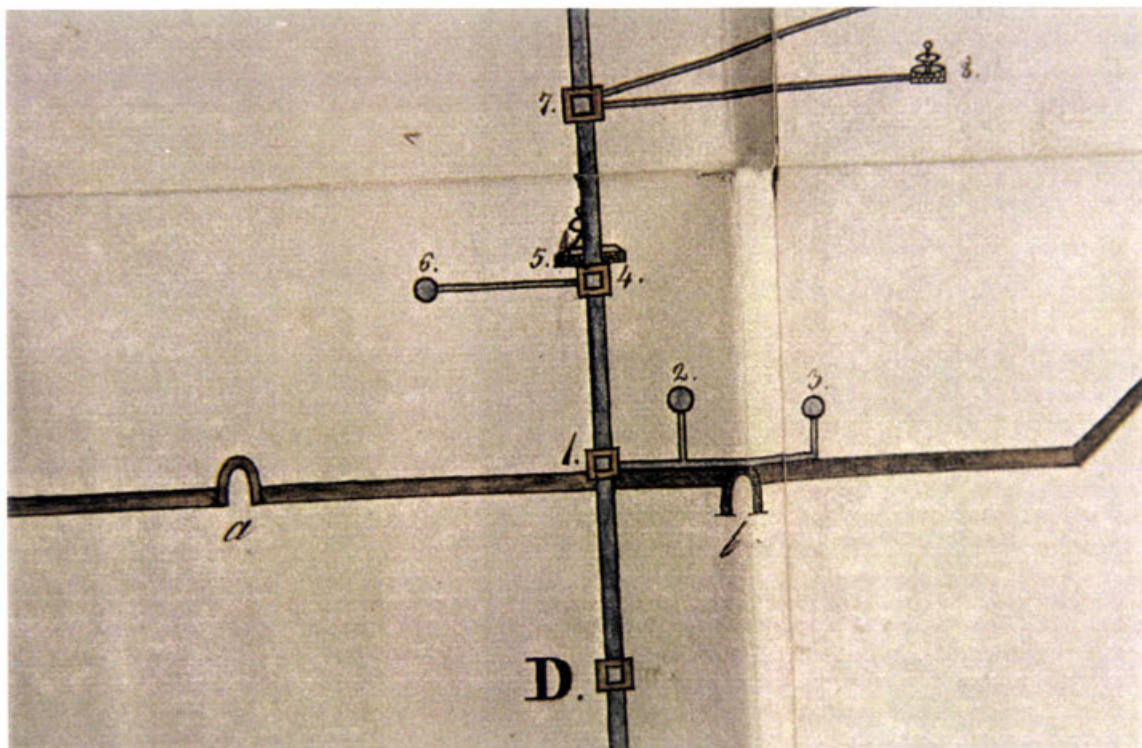


Fig.54 - Abastecimento de água ao Convento do Calvário, representado na planta com o número 3, e descrito como tendo *meio anel* de água.

Ao fundo da antiga Rua d'Alagoa, e limitado a poente pela muralha fernandina, encontra-se o convento de Santa Helena do Monte Calvário. Este cenóbio erigido no local da antiga ermida gótica de Vera Cruz deveu à Infanta D.Maria, filha de D.Manuel I, a sua fundação.

Os estudos preliminares para a sua construção iniciaram-se em 1569, data que coincidiu com a obtenção da concessão real de água do aqueduto. Tal concessão foi atribuída por alvará de D.Sebastião, em 27 de Novembro do referido ano, numa altura em que as obras do convento estavam ainda numa fase inicial. No alvará real pode ler-se o seguinte (fig.55 a 57):

... por me pedir a infanta D.Maria minha tia que no cano da água da prata desta cidade de Évora, no lugar onde o dito cano passa por cima do muro da cidade se tome em uma arca, que no dito lugar se fará para poder vir por cima do muro dentro ao mosteiro, que a infanta nela faz, a grossura d'água que couber por esta circunferência pela qual se fará um cano de metal como cada um que vão aos outros mosteiros, que terá de comprimento

palmo e meyo, e mando ao Juiz Vereadores, e Procurador da ditta cidade e a pessoa, que tem o cargo do ditto cano da agoa da prata, que cumprão e guardem este alvará⁽³⁴⁾...

Fica-se assim a saber que a caixa de água, que consta nas plantas com o traçado do aqueduto intra-muralhas, deverá ter sido construída em início de 1570 e da autoria de Afonso Alvares. A condução da água era em canal coberto, ao longo da muralha até um pátio secundário, ainda hoje utilizado como lavandaria (fig.58). A partir daí seguiria em tubagem, por uma parede, para a cozinha e fonte no claustro (fig.59). Existe lápide em mármore, aluziva ao abastecimento de água e sua distribuição, no interior da construção (fig.60).

As obras de construção foram dirigidas, a partir de 1570, por Afonso Alvares o qual tinha sido nomeado, nesse mesmo ano, para dois importantes cargos aos quais sucedeu por morte de Manuel Pires - mestre das obras do cano da água da Prata, e mestre das obras reaes da comarca do Alentejo.

Trata-se pois de uma construção que, desde o início, foi pensada para ter um abastecimento externo de água (fig.61), muito embora possuísse recursos complementares como o provam o poço situado no pátio da lavandaria.

(34) *Regimento do Aqueduto ..., op., cit., na nota 6, foll. 33 e v.*

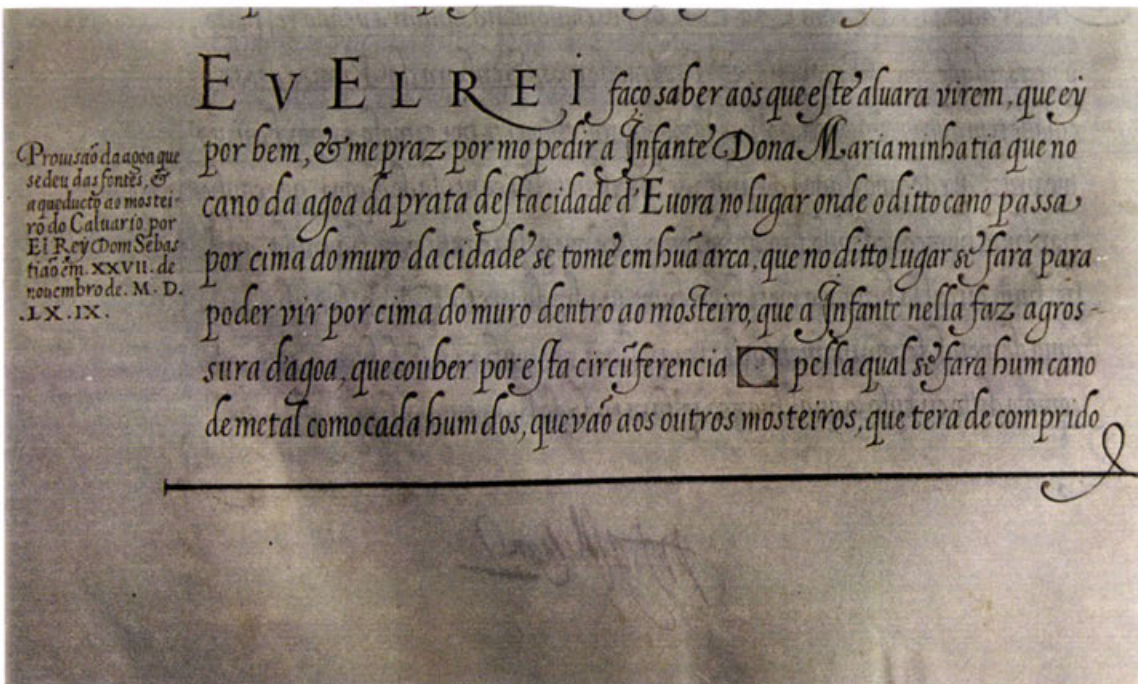


Fig. 55 - Calvário - Alvará para atribuição de uma porção de água equivalente a um registo com diâmetro interior de 7,5mm.

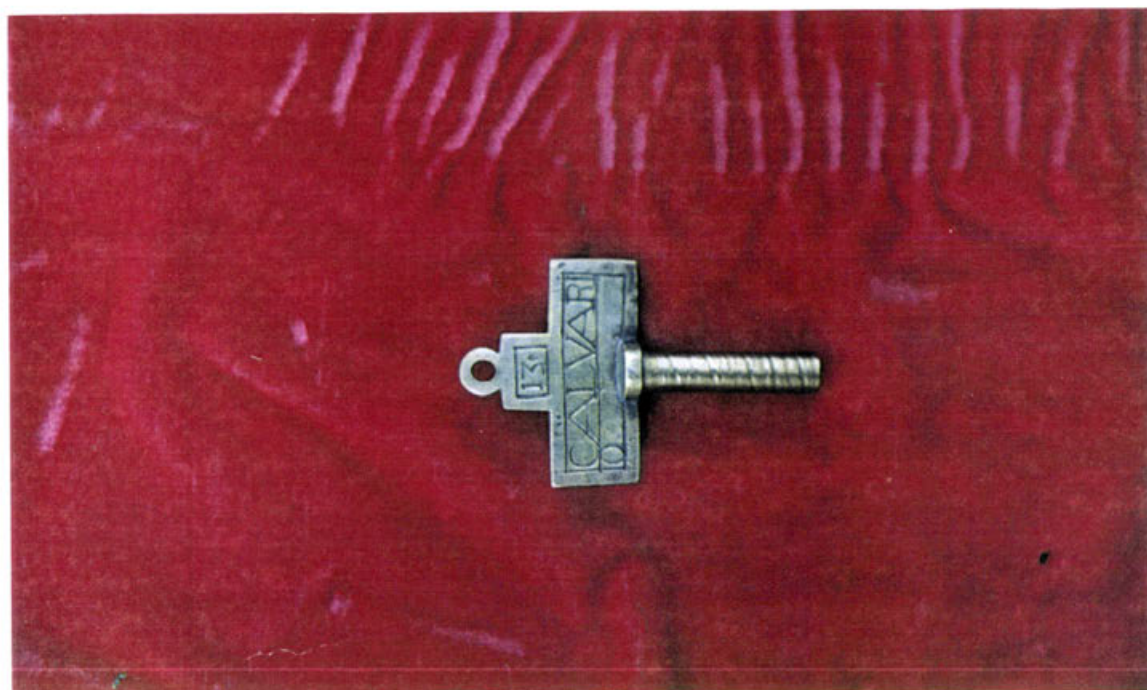


Fig.56 - Calvário - frente da chave - padão a qual tem, 0,066m de comprimento total.

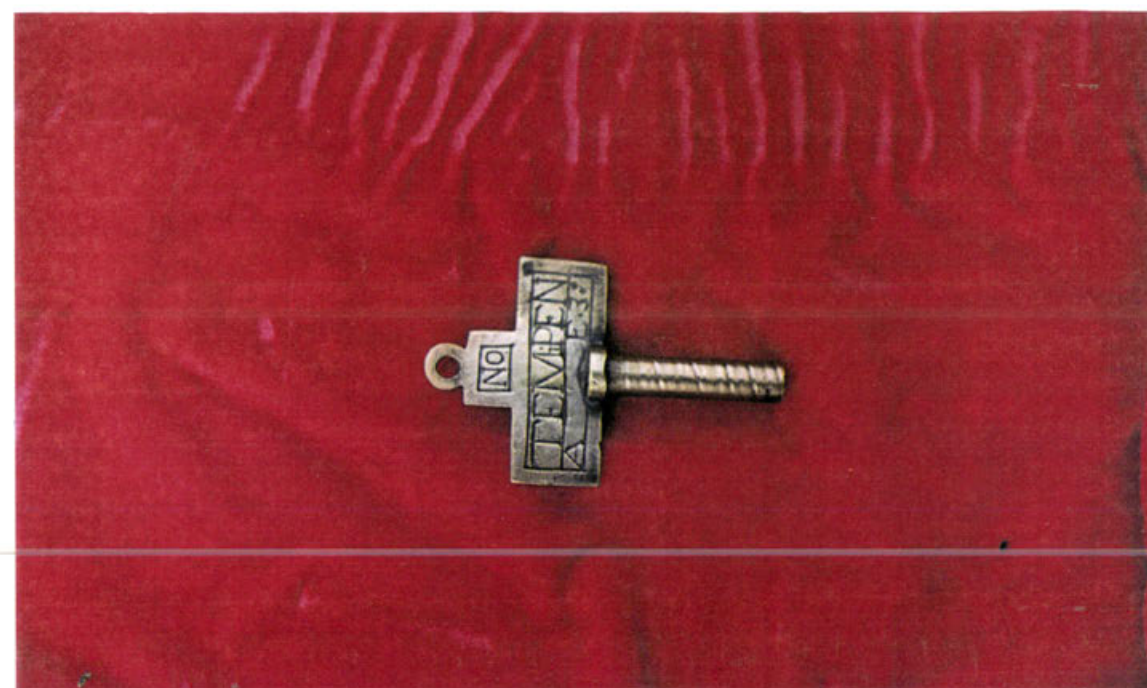


Fig.57 - Tardoz da chave.

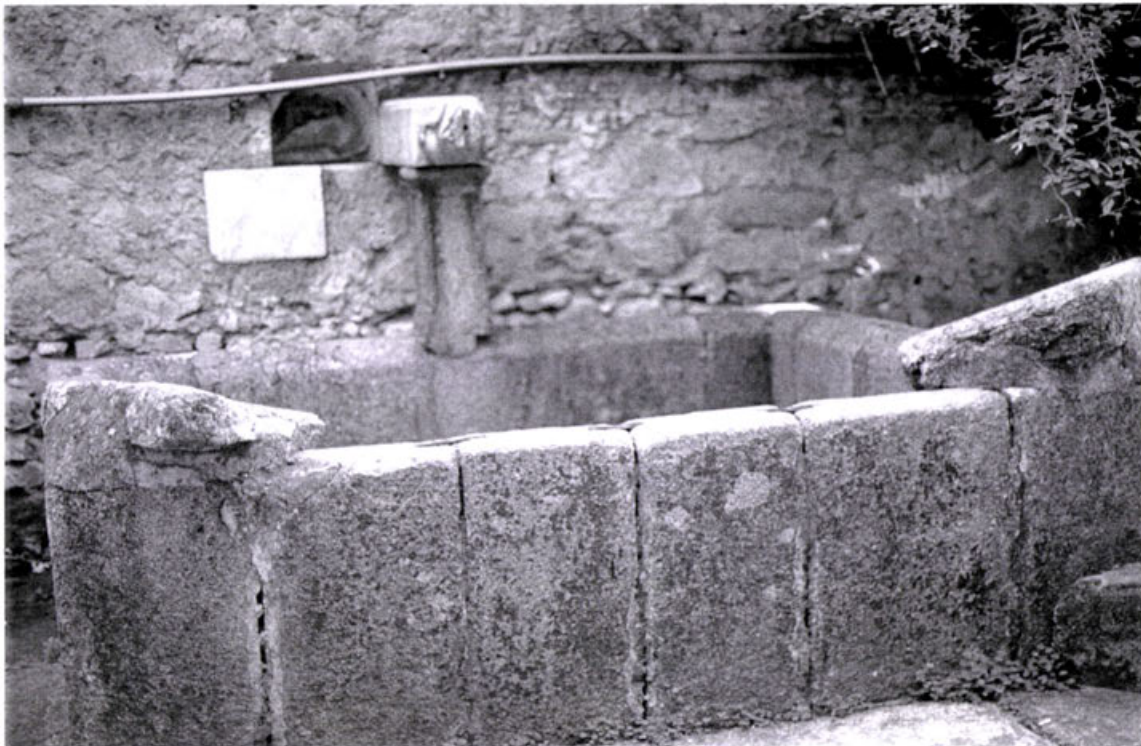


Fig.58 - Ponto abastecedor
água à lavandaria con
ventual.



Fig.59 - Fonte situada no
claustro conventual.



Fig.60 - Caixa de decantação ligada ao aqueduto e lápide situada na lavanderia conventual.

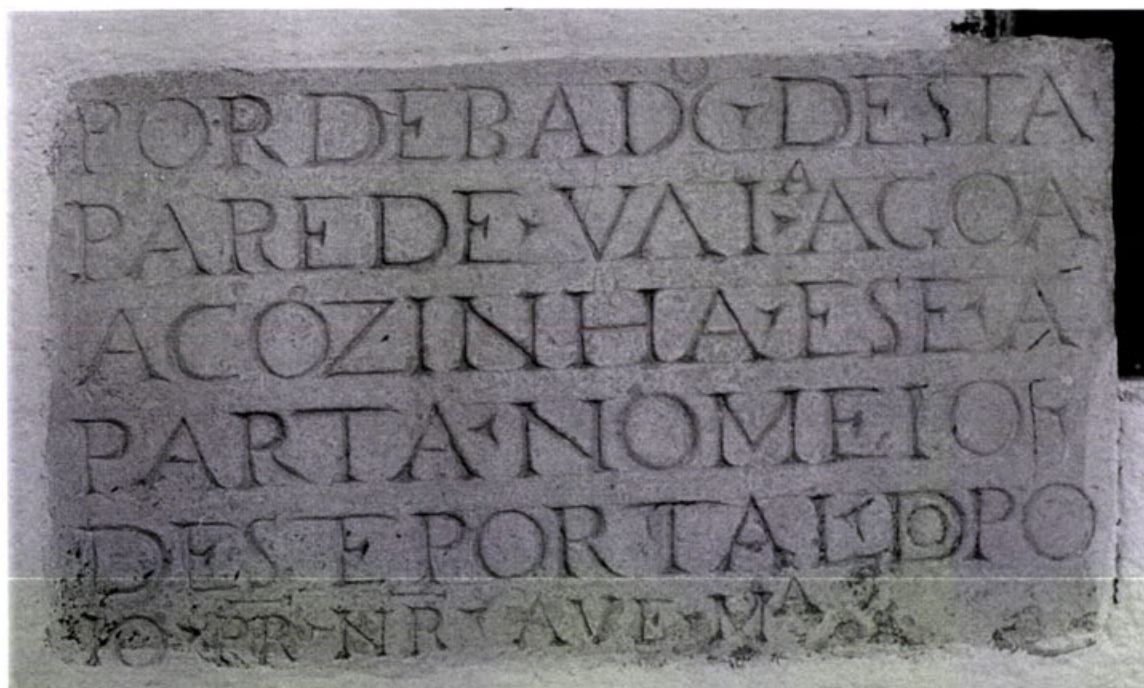


Fig.61 - Lápide alusiva ao abastecimento da água do Aqueduto, a este cenóbio.



Fig. 62 - Planta de localização das lápides das figs.60(1) e 61(2), e fonte do claustro (3) à escala 1/2000.

1.4.1.4- Caixa do Chão das Covas

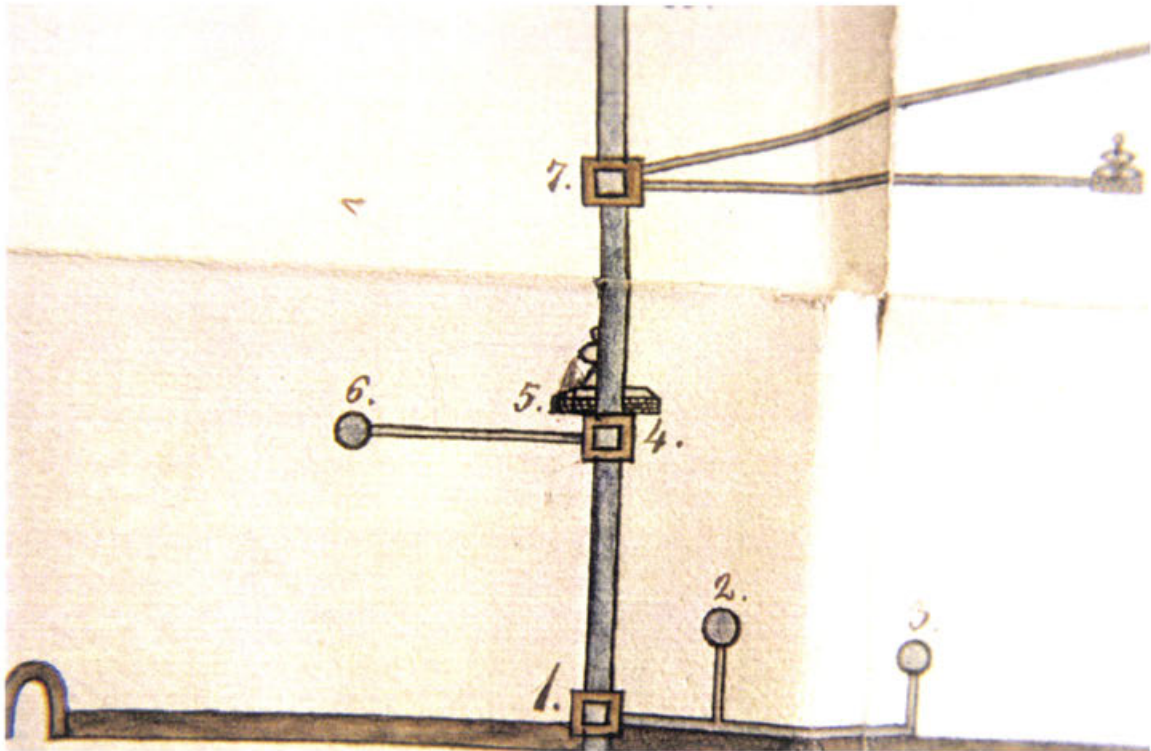


Fig.63 - Caixa de registo, situada no largo do Chão das Covas, e assinalada na planta com o número 4.

O conjunto edificado, constituído pelas arcas de água situadas no lado sudoeste do Largo do Chão das Covas, compõe-se de uma construção central assumida como principal, e ladeada por duas outras (figs. 64 a 66).

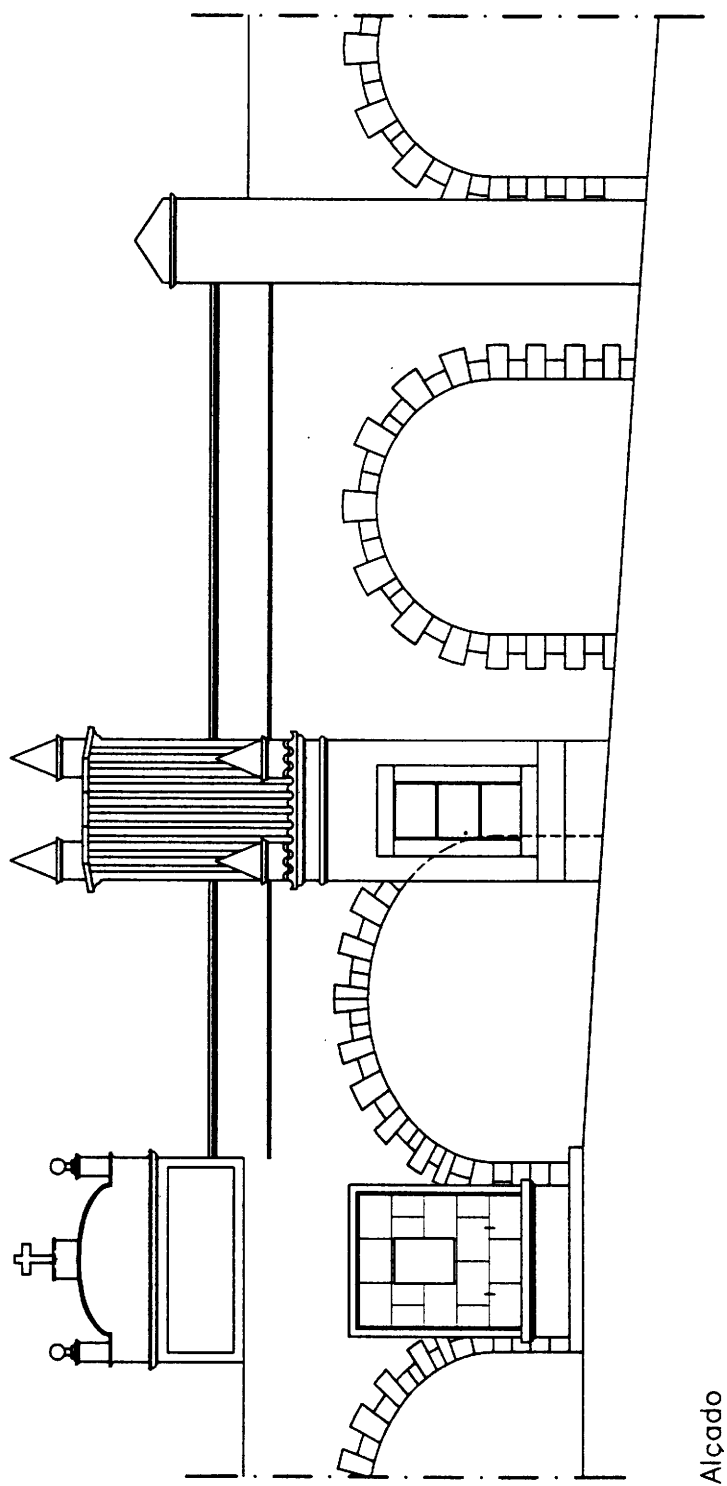
A principal comporta a escada de acesso, como um único lanço, que dá ligação a um passadiço, sobre o canal, e que termina nas duas caixas de água referidas(fig.67).

A situada no extremo sudeste do largo, funcionava como registo ao convento de S.José. Tendo sofrido uma grande remodelação interna apenas é visível na face interior da parede, voltada a noroeste, o remate superior em pedra, de uma ligação anterior.

No outro extremo do passadiço situa-se a caixa que permitia o abastecimento ao chafariz e lavadouro. Nesta última é visível, na face interna da parede voltada para o largo, a marcação em pedra de granito, hoje caiada, de uma abertura com forma rectangular, a qual actualmente se encontra fechada com pano de alvenaria rebocado e caiado(fig.68).

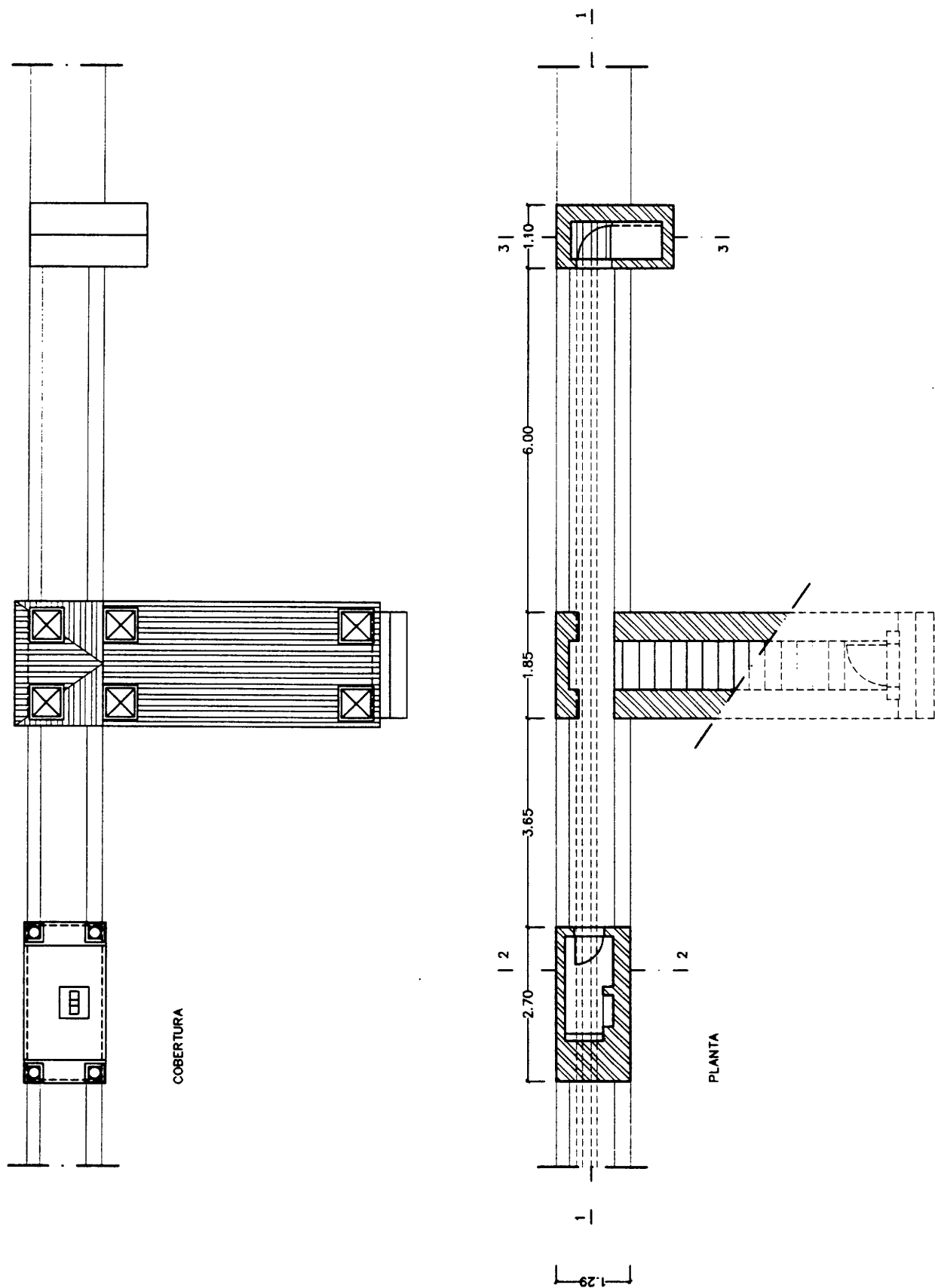
Ambas as caixas têm portas de acesso cujas chaves estavam na posse do provedor do cano, para a fiscalização das quantidades de água fornecidas e limpeza periódica dos compartimentos.

A cota do canal do aqueduto é, na caixa situada a noroeste, de 298,01 (sendo aqui a cota de arranque da arcaria de 293,41) enquanto que na caixa situada a sueste é de 297,92 (pavimento a 294,20). Encontrando-se estas duas caixas afastadas 12,64m. O canal adutor apresenta entre elas uma inclinação de 0,0308(fig.69).



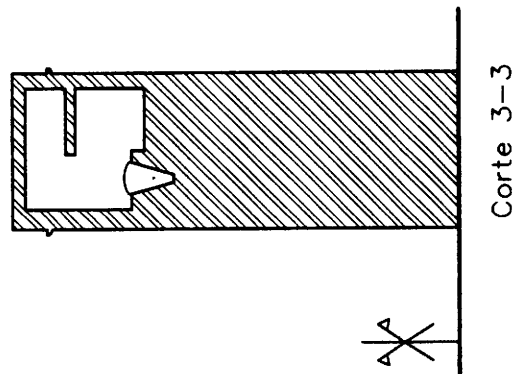
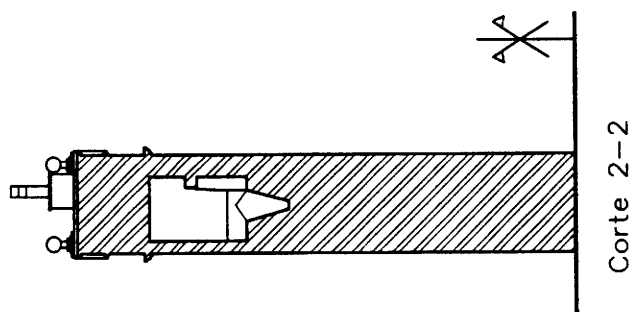
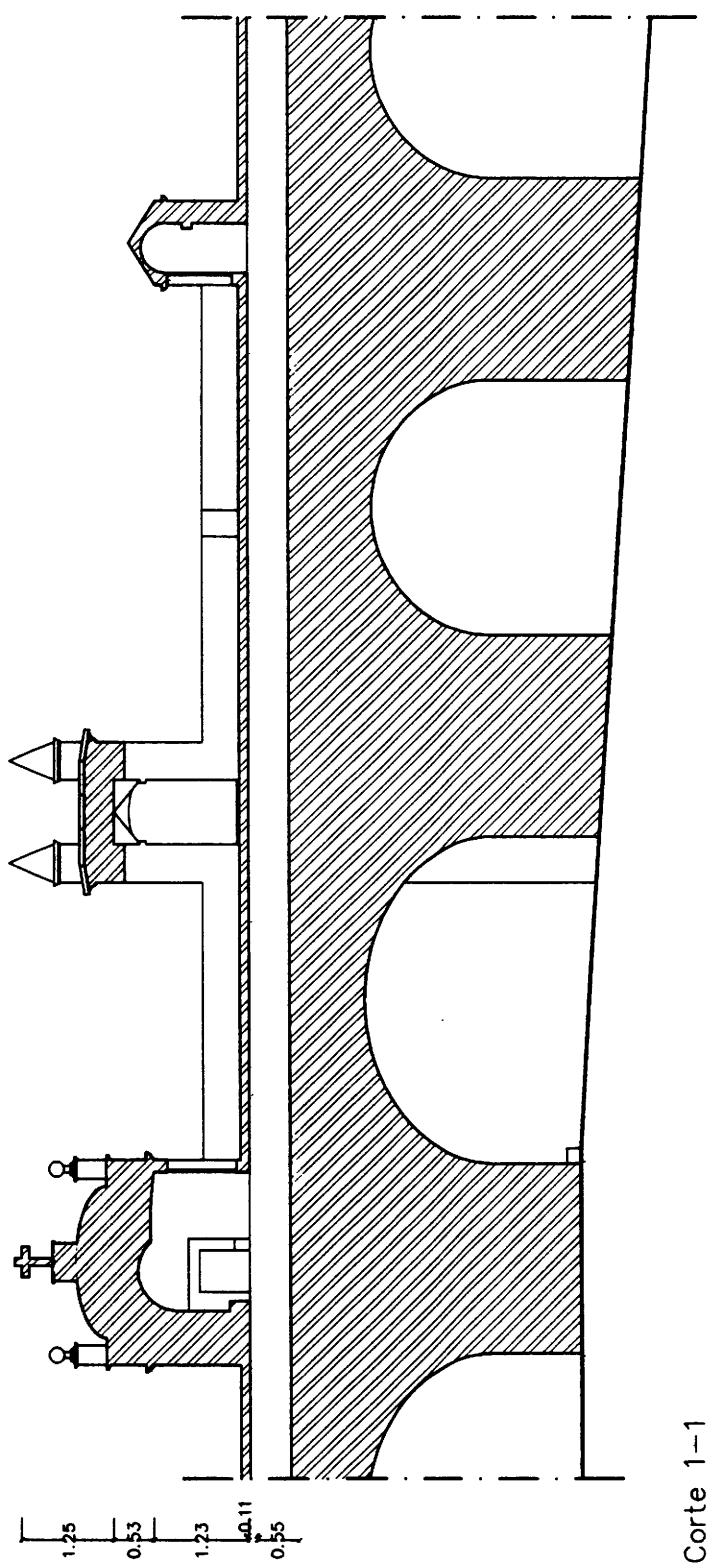
escala 1/100

Fig. 64 - Largo do Chão das Covas - Caixas de Água - Alçado.



escala 1/100

Fig. 65 - Largo do Chão das Covas - Caixas de Água - Plantas.



escala 1/100

Fig. 66 - Laroço do Chão das Covas - Caixas de Água - Cortes.



Fig.67 - Vista do tardo do conjunto.



Fig.68 - Largo do Chão das Covas - interior do canal e derivação para a fonte.



Fig.69 - Planta de localização do conjunto situa do no largo à escala 1/2000.

1.4.1.5- Fonte do Chão das Covas

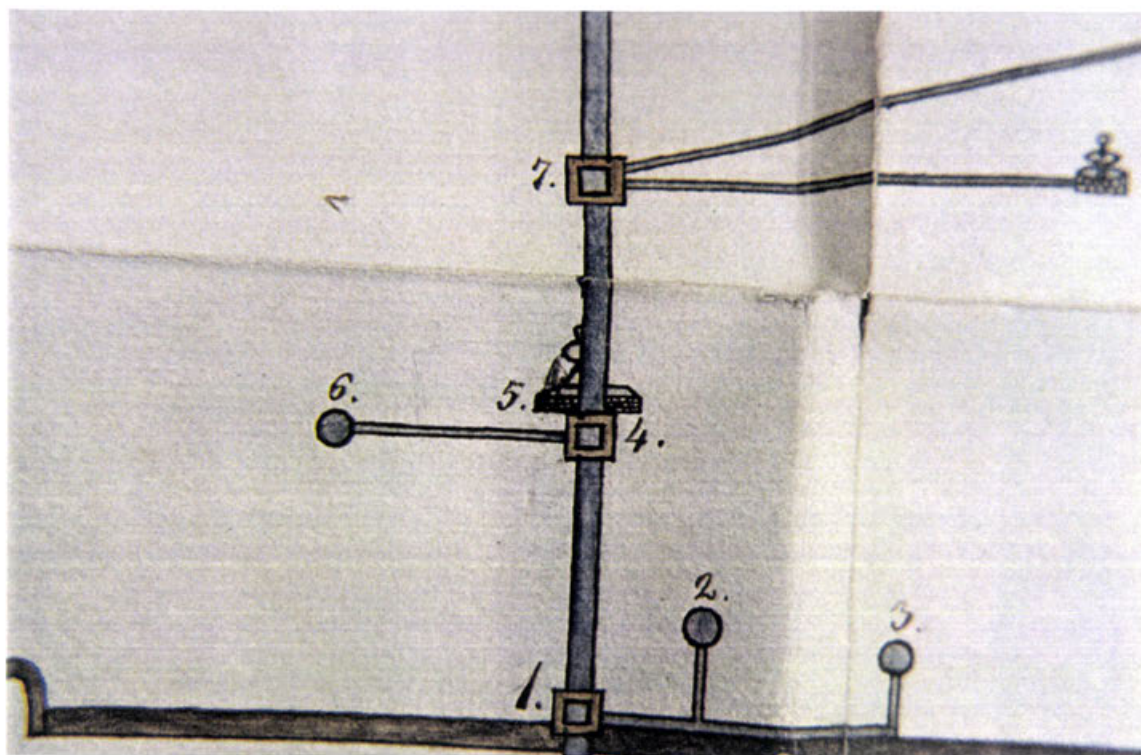


Fig.70 - Fonte pública situada no Largo do Chão das Covas, representada na planta com o número 5, e descrita como tendo um anel de água.

A referência mais antiga conhecida a esta fonte, que recebe água directamente do aqueduto, é a do Padre Francisco da Fonseca, em 1728. Aí, ela é citada como sendo da *fábrica de D.João III* e tendo *formosos tanques*.

Se tal facto for verídico a sua construção ter-se-ia situado entre 1537 e 1557, podendo ter sido do traço dos Arrudas (1531/1547) ou já de Diogo da Torralva (1548/1565).

Túlio Espanca, baseando-se em documento de 1604, (Apêndice documental - doc.14) defende que a construção de um lavadouro público no local se deveu a Filipe III de Espanha, tendo sido obra de inícios do Sec.XVII (1604/1621). De acordo com o mesmo autor, o lavadouro era, inicialmente, constituído por três tanques cuja utilização tornava o local muito doentio.

Construído para servir os bairros da Porta de Aviz e Mouraria, da quantidade e diversidade de utilizações a que era submetida a água dos seus tanques pela população, resultavam necessariamente caudais fortemente poluídos.

A coexistência de três tanques leva-nos a supor que a água passava sucessivamente, de um tanque para o seguinte. A utilização discriminada de cada um

destes receptáculos garantia a existência de água com diferentes graus de pureza obtendo-se um aproveitamento máximo do precioso líquido. A água em excesso, já bastante poluída, e não existindo na cidade canalização para a sua evacuação, acabava por sair do último tanque e escorrer superficialmente pela calçada, no largo, acumulando-se sempre que a inclinação do terreno não fosse a conveniente, ou elameando as áreas não pavimentadas. A estagnação destas águas residuais, infiltrando-se lentamente no terreno, necessariamente causava focos de doenças.

Em 1701 foram executadas obras de vulto, por ordem de D.João V. Dessas obras, que se desconhecem pormenores, apenas nos ficou a data inscrita na parede posterior voltada a sul (fig.71 e 72).

Em 1849, e segundo descrição de A.Elerperck, o largo do Chão das Covas apresentava a imagem de *um largo irregular que tinha uma fonte, um tanque para lavadeiras e uma caixa de água* ⁽³⁵⁾.

Actualmente já não existem quaisquer destes tanques e todo o conjunto sofreu uma reedificação integral, recente, que o descaracterizou.

A caixa de água que fazia a derivação da água, conduzida pelo aqueduto, para esta fonte foi totalmente remodelada interiormente, tendo sido tapada a prumada de ligação e retirada a usual bacia de decantação. O actual chafariz possui duas bicas que, embora ligadas à rede geral de abastecimento, não estão em funcionamento (fig.73).

(35) Elerperk, Augusto Butler - "Synopse das ruas de Évora em 1849", in *A Cidade de Évora*, nºs 61-62, 1978-79, p.221.



Fig. 71 -Largo do Chão das Covas - pa rede voltada a sul da caixa de água da fonte.

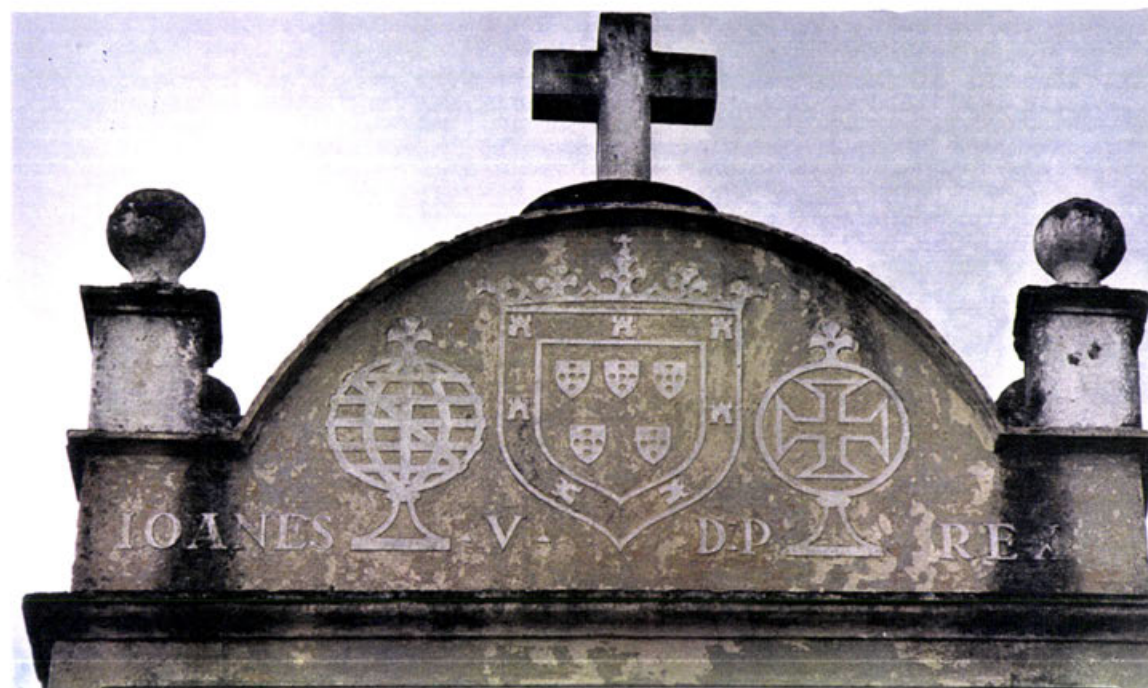


Fig. 72 - Largo do Chão das Covas - parede voltada a norte da caixa de água.



Fig.73-Bicas da actual fonte situada no largo.

1.4.1.6- Convento de S.José

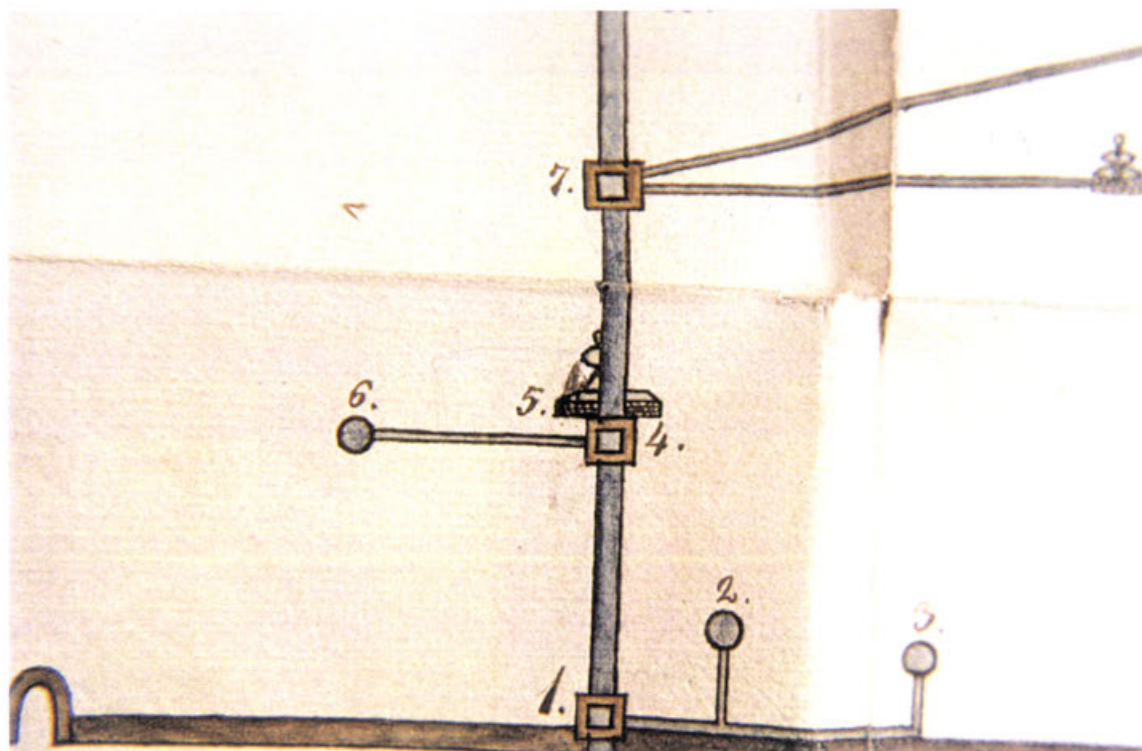


Fig. 74 - Abastecimento de água ao Convento de São José, representado na planta com o número 6 e descrito como tendo *meio anel* de água.

Resultante da adaptação da residência apalaçada de Rui da Silva, situada no primitivo terreiro da Rua de Aviz, este cenóbio foi fundado por iniciativa de sua filha D.Eugénia e de D.Feliciana da Silva.

Nas obras de adaptação, do antigo palácio às novas funções, houve necessidade de ganhar mais áreas ocupando uma travessa pública onde na altura já existia um passadiço. Solicitada autorização à Câmara foi obtido parecer favorável, a 5 de Maio de 1674, permitindo-se a ligação efectiva ao quarteirão situado a poente, o qual foi anexado pelo convento novo. Com a área assim conseguida o claustro foi concluído, construindo-se a ala poente ocupada pelos dormitórios, assim como foram erigidas novas oficinas na cerca situada a poente, cerca essa que confinava com o Largo do Chão das Covas. Só em 1681, depois de concluídas as obras essenciais, se dá início a clausura no novo cenóbio. É por alvará de 20 de Julho de 1694 (fig.75) que lhes é concedida a primeira porção da água do aqueduto, porção essa, equivalente a uma pena de água, (Apêndice documental - doc.15) Nesse alvará, curiosamente, é apenas referida a fonte pública situada á Porta Nova pelo

que se pode concluir que a do Largo do Chão das Covas seria na altura apenas utilizada como lavadouro público, e não para abastecimento de água potável.

Em 9 de Maio de 1703 é concedido às freiras nova pena de água (fig. 76 a 78 e apêndice documental - doc.15). A sóbria caixa de água, cuja construção é preconizada no 1º alvará, remonta a finais do sec.XVII devendo ter sido obra de Francisco Ferreira, na altura mestre do cano da Água da Prata. É a partir dela que existiria uma prumada de água ligada a uma caixa subterrânea cuja cota de fundo estaria relacionada com a cota de chegada da água ao convento. Esta caixa subterrânea, embora não se conheça, seria necessária para regularizar o caudal, visto existir uma grande diferença de cotas entre os dois pontos extremos, e se saber que o canal condutor não era suportado por arcaria.

Da referida caixa de queda partiria um túnel, noticiado em Setembro de 1928, que de acordo com descrição da época teria aproximadamente 40m de comprimento e 1m de largura sendo todo forrado interiormente a tijolo e indo até uma oficina de ferreiro situada no lado nascente do Largo. De acordo com versão de Túlio Espanca, que o percorreu, esse subterrâneo seguia na direcção da cozinha do convento e era por ele que seguia a água, em caleira:

Junto ao aqueduto o túnel teria cerca de 1,5m de altura e ia tornando-se mais baixo à medida que descia em direcção ao convento; ao fundo só se podia chegar de cócoras. As paredes e a abóbada eram em tijolo e os passadiços no chão, nos lados do canal da água seriam forrados a tijoleira. Antes do convento, o túnel era fechado por parede, onde havia um bloco de pedra com um furo por onde passava a água ⁽³⁶⁾.

Neste antigo convento, hoje dependencia da Casa Pia, existem ainda hoje como locais que poderiam ter sido abastecidos por água proveniente do aqueduto a fonte situada no centro do claustro localizado no seu canto sudoeste assim como outro lavabo situado do lado esquerdo de quem vai entrar na cozinha conventual, e cuja localização ainda se mantem.

A referida fonte possui a saída de água à cota máxima de 291,79 enquanto que a do pavimento do claustro é de 288,59. O lavabo situado anexo à cozinha (fig.79) apresenta duas saídas de água ao mesmo nível e com uma cota de 289,41 enquanto que a do pavimento actual é de 288,41. O lavabo situado na ala poente do claustro, (fig.80) possui um pequeno depósito de água vendo-se do lado direito deste receptáculo um tubo metálico, para entrada de água. A sua cota é de 289,66 enquanto que a do pavimento é de 288,41.

Se localizarmos em planta, a zona da actual lavandaria, a cozinha, os dois lavabos e a fonte do claustro (fig.81) constata-se que definem um alinhamento recto o qual perlongando-se em direcção à arcaria do aqueduto, o vai interceptar na caixa de água

(36) Ficha elaborada por Sr.Duarte do N.D./C.M.E. e baseada em descrição oral do Sr. Túlio Espanca.

situada no extremo noroeste do Largo do Chão das Covas, a uma distância de 112m, sendo aqui a cota do canal de 298,01 (fig.82).

Para além do abastecimento de água efectuado a partir do aqueduto, o mosteiro possuía outros recursos aquíferos próprios. Assim, sabe-se terem existido pelo menos três poços, todos eles actualmente tapados, assim como vasta cisterna ainda em funcionamento e cuja entrada se situa na actual portaria, imediatamente a norte da igreja conventual. O referido acesso encontra-se à cota do pavimento, do lado direito de quem entra, e encostado à face interior da parede da portaria. Está tapado por pedra rectangular, em granito, maior do que as do restante pavimento da sala, tendo esta uma argola em ferro chumbada ao centro, e um recorte no bordo encostado à parede de modo a permitir a sua fácil remoção.

Localizando-se numa zona fechada, e não existindo, nas áreas limítrofes situadas a descoberto, quaisquer aberturas que desempenhassem a função de recolha da água da chuva, poder-se-á pôr a hipótese do seu abastecimento se fazer por nascente própria ou minas para captação e encaminhamento da água no sub-solo. Constatase que, periodicamente, o nível da água no interior da cisterna atinge a sua cota máxima sendo então o líquido em excesso bombada para o exterior. A magnífica igreja, que se situa imediatamente anexa a este depósito subterrâneo de água, apresenta grande humidade, quer na tijoleira de revestimento do pavimento, quer nos rebocos das paredes.

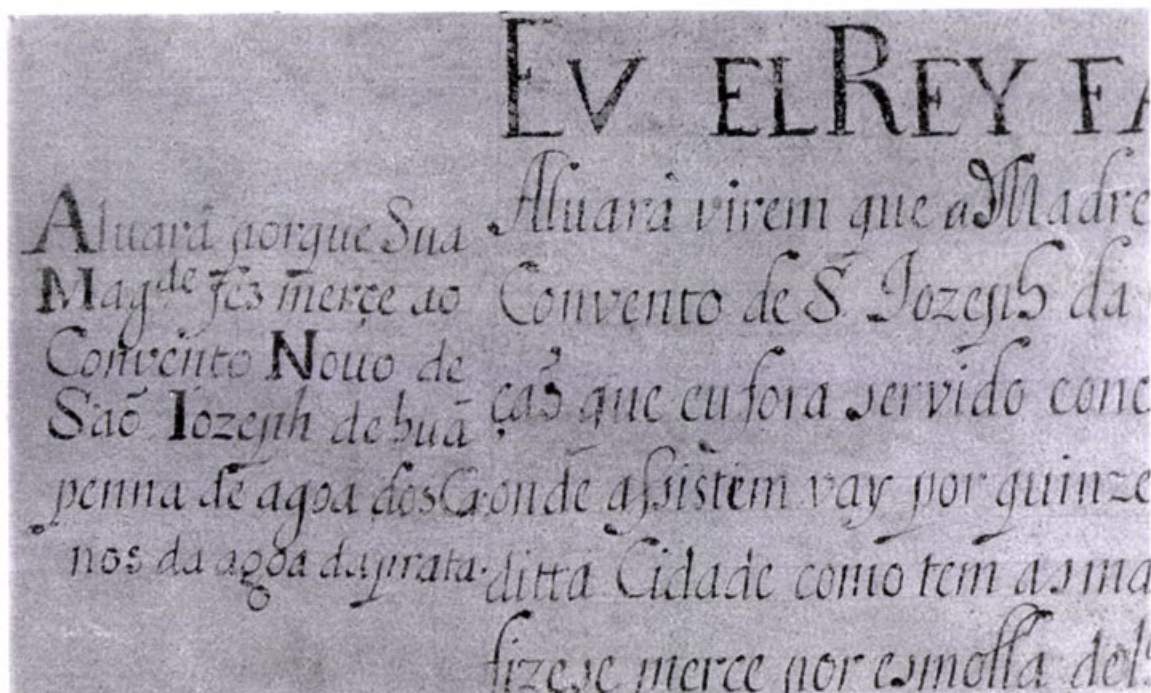


Fig.75 - Alvará para atribuição da primeira porção de água ao convento de S.José.

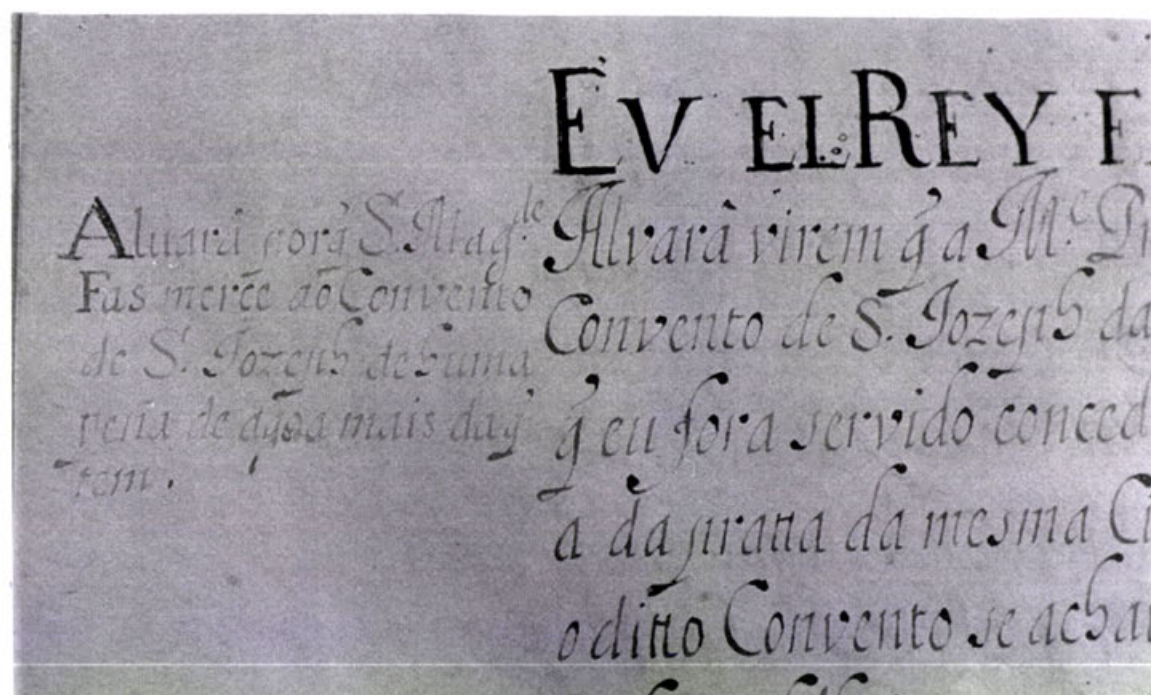


Fig.76 - Alvará de atribuição da segunda porção de água.

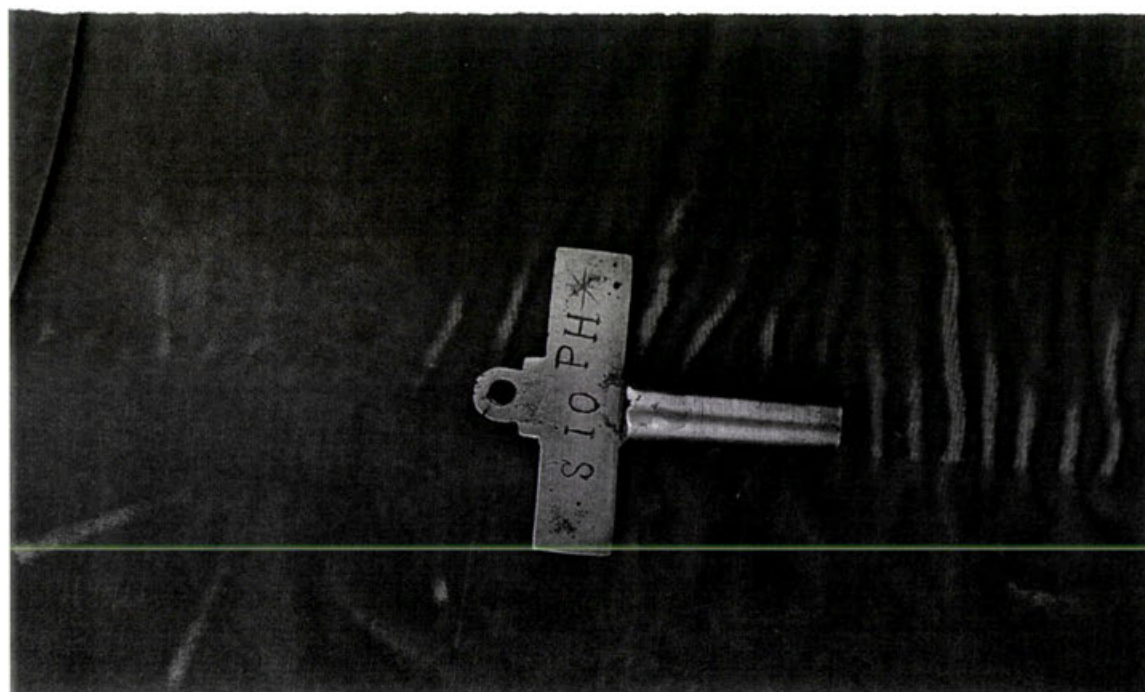


Fig.77 - Convento de São José - frente da chave - padrão com um comprimento total de 0,067m.

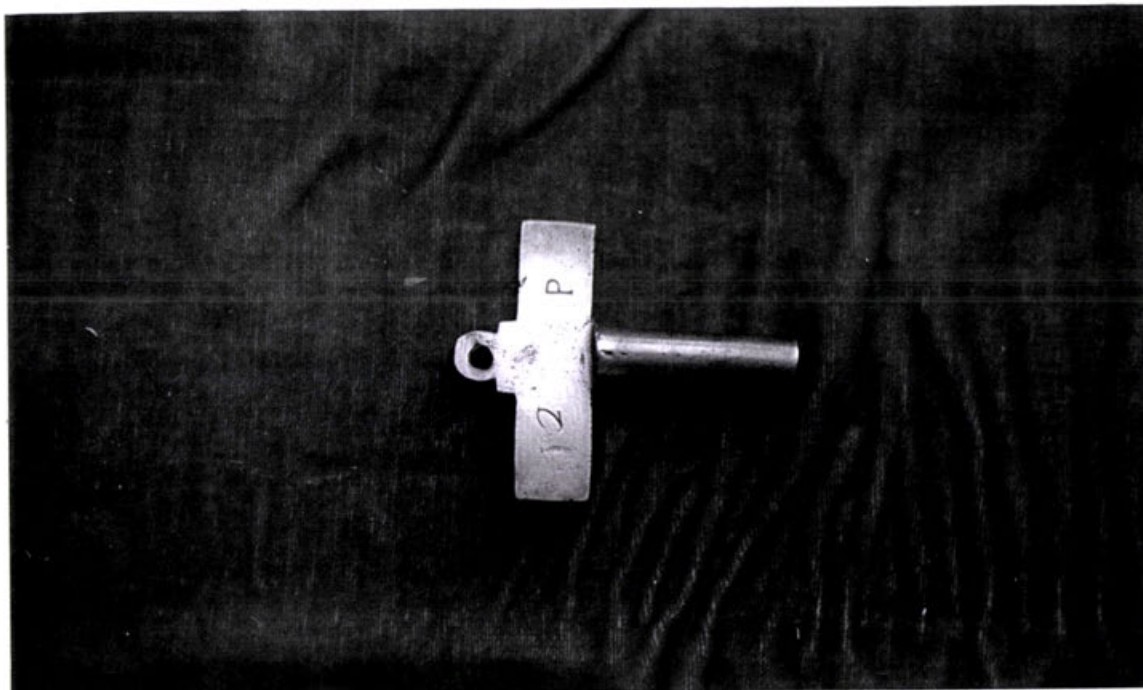


Fig.78 - Tardoz da chave - padrão.

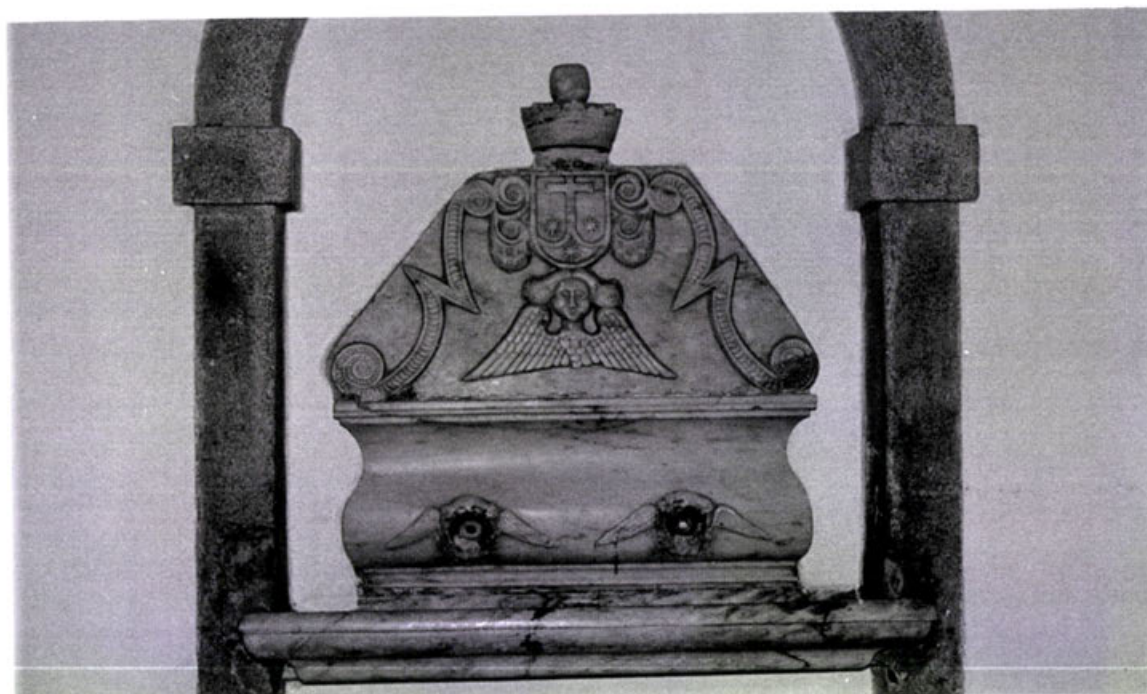


Fig.79 - Lavabo situado junto à cozinha conventual.



Fig.80 - Lavabo situado na ala ponte do claustro conventual.



Fig. 81 - Fonte situada no centro do claustro conventual.



Fig. 82 - Planta de localização da actual lavandaria (1), cozinha (2), lava bo junto à cozinha (3), lava bo no claustro (4), fonte no claustro (5) e caixa de água (6), à escala 1/2000.

1.4.1.7- Caixa da Rua do Cano

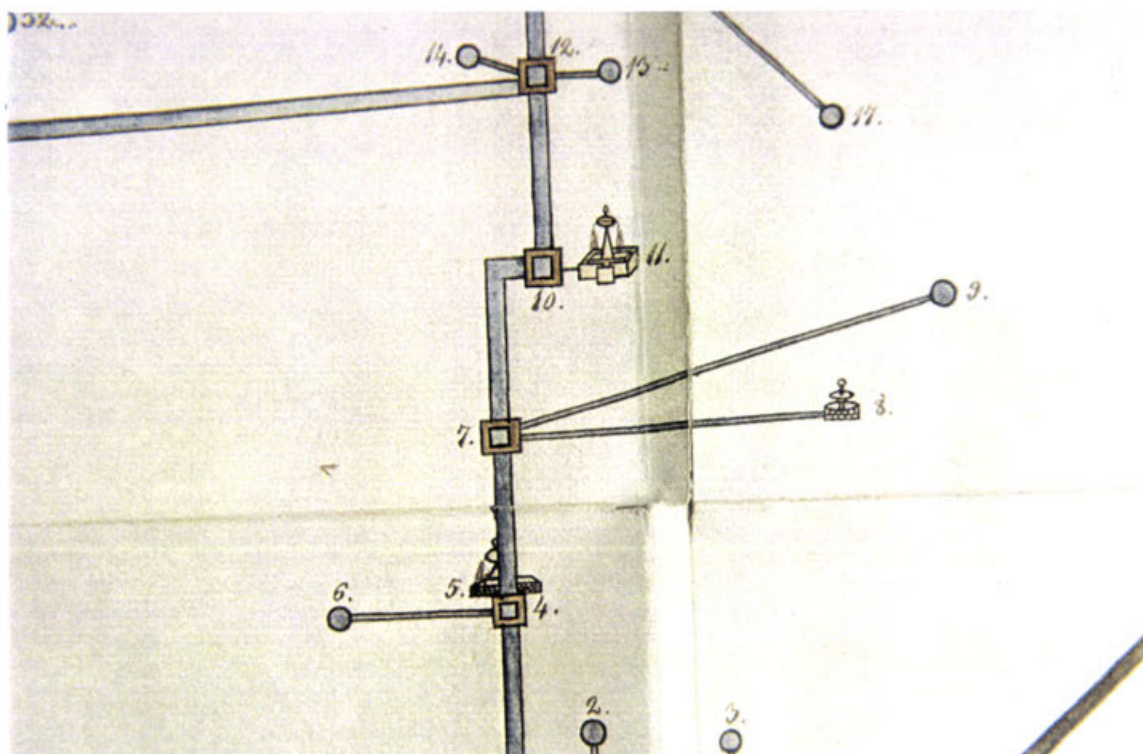


Fig.83 - Caixa de registo situada na Rua do Cano e assinalada na planta com o número 7.

Desconhece-se, o local exacto, onde existiria a caixa situada na Rua do Cano. Sabe-se apenas, e por memória descritiva de projecto de remodelação datado de 1928, que do canal primitivo o ponto até onde o aqueduto poderia ser aproveitado ficava dentro da cidade, *ao começo da Rua de Serpa*. Depois dessa cota o aqueduto passava sob o pavimento da Rua do Cano, a pouca profundidade e *paredes meias com canos de esgotos*. Nos pontos de intercepção, entre o perfil longitudinal do arruamento e o canal condutor, os cascões que cobriam o antigo aqueduto serviam de pavimento à rua.

Teria sido, provavelmente, no cruzamento da actual Travessa de Serpa com a Rua do Cano que se localizaria uma caixa de registo, situada acima do nível do pavimento, e talvez no mesmo local onde hoje existe uma caixa de manobra (fig.84) construída no seguimento do projecto supracitado (nela o canal anda 0,76m acima da cota do arruamento actual).

Era daqui que partiam, separadamente, as canalizações para abastecer de água conventos de S.Domingos e Santa Clara seguindo sempre por *baixo do chão por que não faça dano as ruas, e vizinhos dellas*⁽³⁷⁾.

Analisando urbanisticamente a área, vê-se que a Rua do Cano forma nesta zona um pequeno largo rodeado de grandes logradouros e construções recentes pelo que se poderá por a hipótese de alterações notórias se terem verificado, a nível de estrutura urbana (fig.86). Supostamente, o largo em questão, poderia ter sido consideravelmente diferente no sentido sul, partindo dele outros arruamentos que terão deixado de existir. É o caso do Beco da Forçada que no século XVI ligaria a Rua de Aviz à Rua do Cano e da Travessa da Mangalaça, cuja referência mais antiga data de 1542 e que actualmente é um beco.

Olhando para a planta cadastral da cidade poder-se-ia pressupor que estes dois actuais becos ligariam à Rua do Cano. A existência de outros arruamentos, e a localização aproximada da caixa no largo citado, é sugerida pelas três plantas que se apresentam, e onde consta o traçado esquemático do aqueduto, e ainda pela seguinte descrição da Rua de Serpa, datada de 1849:

... principia na rua d'Aviz, onde faz um pequeno largo, e termina na rua do Cano, junto a uma caixa d'ágoa. Tem de comprimento 120 passos. Está na direcção de NE a SO, e no fim faz um ângulo recto na direcção NNO a SSE, dando sahida por cima do Aqueducto ⁽³⁸⁾...

(37) *Regimento ...*, op.cit.na nota 6, fol.51v..

(38) Augusto Elerperk, op. cit. na nota 35, p.262.

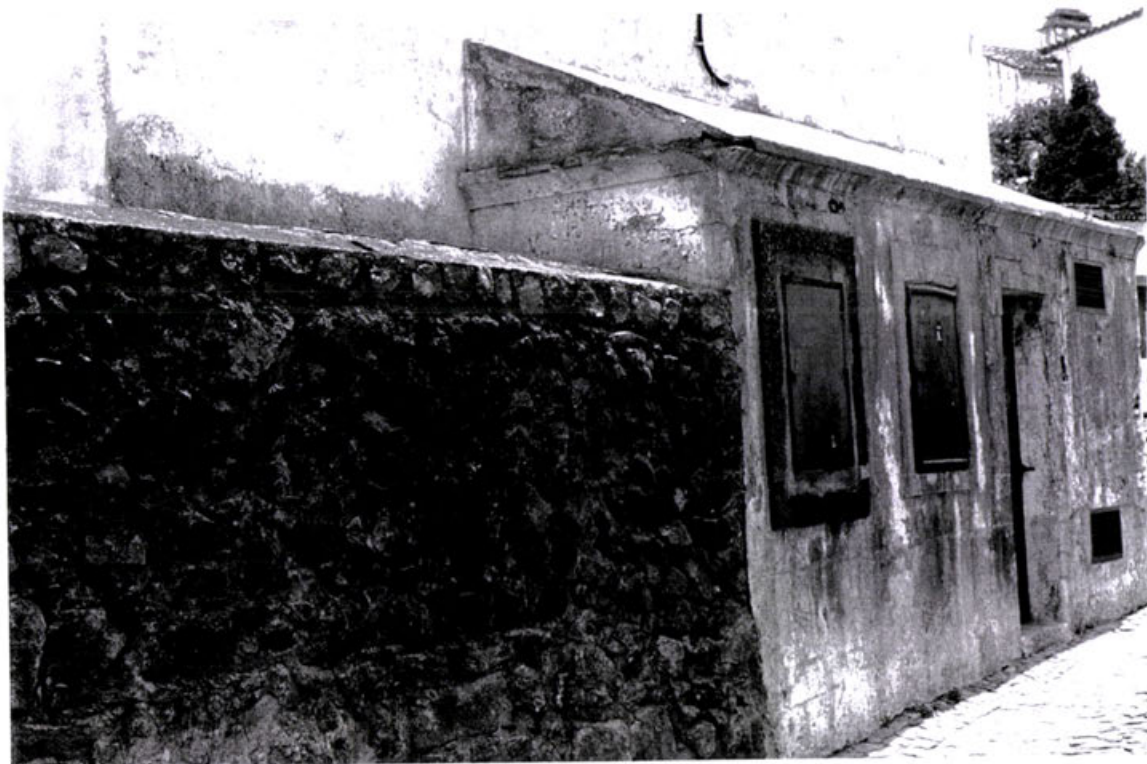


Fig. 84 - Caixa actual situada na intercepção da rua de Serpa com a Rua do Cano.



Fig. 85 - Planta de localização da actual caixa de manobra situada na Rua do Cano(esc. 1/2000).

1.4.1.8 - Fonte de S.Domingos

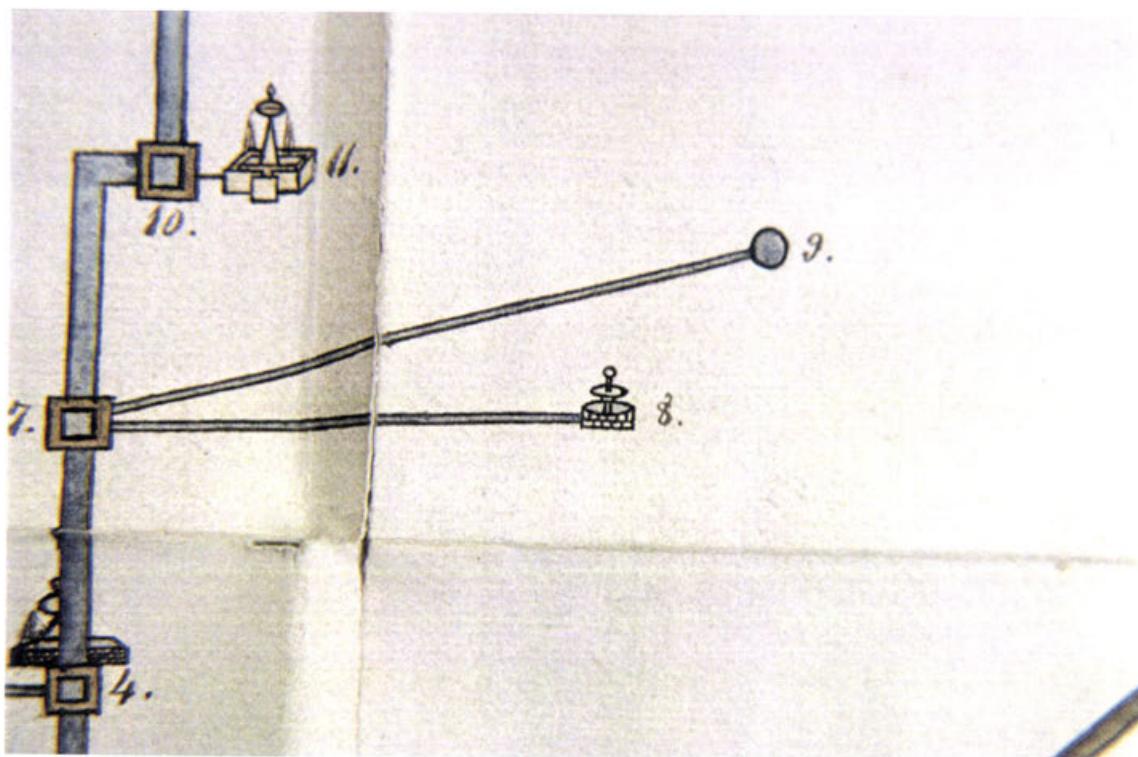


Fig. 86 - Abastecimento de água ao antigo Convento de São Domingos, representado na planta com o número 8.

O Convento de S.Domingos foi, em conjunto com o de S.Francisco, um dos maiores edifícios religiosos medievais na cidade.

De frades dominicanos foi fundado em 1286, ... *a expensas e devoção do fidalgo eborense, Martim Annes e de sua mulher, D. Catharina* ⁽³⁹⁾...que lhes fizeram cedência de vasta área para a sua edificação.

Pouco se conhece da amplitude dos edifícios então construídos aparecendo, contudo, no foral de Évora (1501) desenho aguarelado da cidade onde é representada a igreja deste convento.

Em 1836, o então governador civil António José d'Avilla solicita á rainha autorização para mandar demolir as ruínas do antigo cenóbio e criar, no espaço assim obtido, uma praça pública. Depois destas demolições pouco restou, e é apenas através da planta de cadastro dos edifícios do lado norte do actual *Jardim das Canas* que se consegue identificar o local onde teria sido a ala sul do antigo claustro conventual e à qual ficava

⁽³⁹⁾ Monte, Gil do - *Dicionário da Toponímia Eborense*, 2º vol., Évora, 1982, pp. 100 ss.

anexa, para sul, a igreja (Fig.87).

É no centro do antigo claustro que existiria fonte, em mármore, a qual era abastecida por uma porção da água... *do cano da agoa da prata que vay defronte do ditto mosteiro.*

É a primeira *provisão de agoa* concedida por D.João III a particulares e o alvará respectivo, data de 17 de Fevereiro de 1546.

Os termos desta primeira concessão são idênticos aos de todas as que lhe seguiram, pelo que se transcreve este documento precursor:

Juiz vereadores, e procurador Eu el Rey vos ... muito saudar avendo respeito a necessidade que o Prior, e padres do mosteiro de São Domingos dessa cidade tem de agoa e querendo lhes fazer graça, e mercê por esmola ey por bem, e me praz que do cano da agoa da prata, que vay de fronte do ditto mosteiro se lhe dê / aquella quantidade de agoa que couber por hum buraco redondo dotamanho / deste, que nesta carta vay figurado, que he hum circulo branco metido / em hum quadrado preto, e farsea hum cano demetal de comprido de tres pal/mos que tenha o vão do buraco tamanho como o do ditto circulo o qual buraco se fara/no dito cano todo de hum tamanho igualmente de huã partea outra, e assentar/sehá ao olivel de maneira, que nam possa entrar mais agoa pollo ditto cano para ir/ ao ditto mosteiro do que couber pello vao delle entrando ao olivel, e para que/ em todo o tempo se possa visitar, e ver se está o ditto buraco conforme ao sinal/ desta carta, e se possa tapar, e destapar quando for necessário, se fara h~a arca/ onde a ditta agoa entrar no cano do ditto mosteiro com sua porta, e fechadura, e/ a chave della se entregara a quem tiver cargo do cano grande, e da ditta arca/ para o mosteiro ira todo o ditto cano por baixo do chão por que nam faça dano/ as ruas, e vesinhos dellas, e a ditta agoa se lhe dará continuamente as/sy de dia como de noite em quanto o eu assy ouver por bem, e nam mandar o/ contrario, e vos ditto, Juiz e Vereadores, q hora soes, e ao diante for/des tereis cuidado de visitar cada anno a ditta agoa si vay ao ditto mosteiro/ mais quantidade da que lhes mando dar por esta minha carta a qual se fará na /Camara em toda boa guarda, e se registará no livro della e ao ditto Prior e/padres dareis o treslado assinado por vos para sua guarda, Manoel da Cos/ta a fez em Almeyrim a dezasete dias de Fevereiro de mil quinhentos coren/ta e seis⁽⁴⁰⁾.

De acordo com o documento transcrito, e muito embora de sentido normativo, poder-se-á dizer que foi construída por volta de 1546 uma *arca de agua* possivelmente com risco de Francisco de Arruda, que na altura era mestre das obras da comarca do Alentejo e visitador do Cano da Água da Prata.

⁽⁴⁰⁾ Regimento ..., *op cit* na nota 6, foll. 26 e v.

Em 4 de Setembro de 1678 é concedida pelo príncipe regente D. Pedro nova *pena de agoa a mais da que já têm* passando a ficar assim com duas (fig. 72), está esta nova atribuição descrita nas folhas n.ºs 49 e v. do regimento do aqueduto. Por tal procederam os frades aos necessários acertos na respectiva arca de modo, a possibilitar a passagem do dobro da quantidade de água até então autorizada (figs. 89 a 91).

Da arca de água assim como do canal de condução de água até ao convento não subsistiram quaisquer vestígios podendo-se contudo conjecturar devido à diferença de cotas existente entre o aqueduto e o claustro, que deveria ter existido câmara de queda subterrânea para regular a velocidade de escoamento da água.

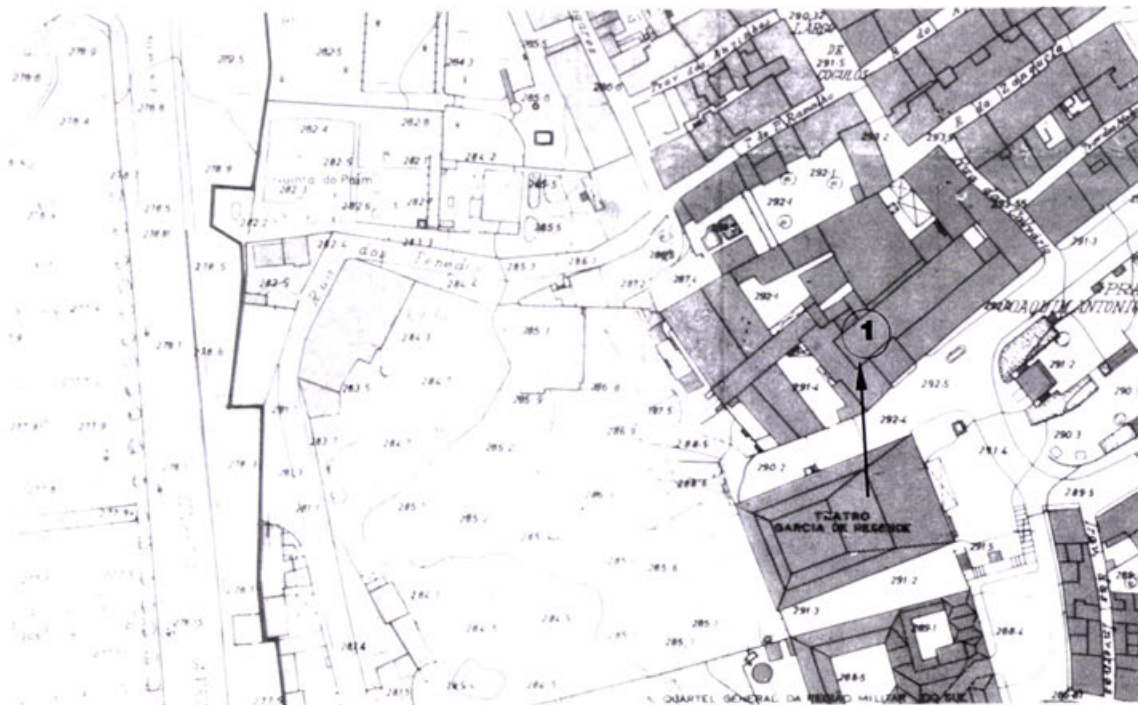


Fig.87-Planta de localização da antiga ala sul do claustro conventual, à escala 1/2000.

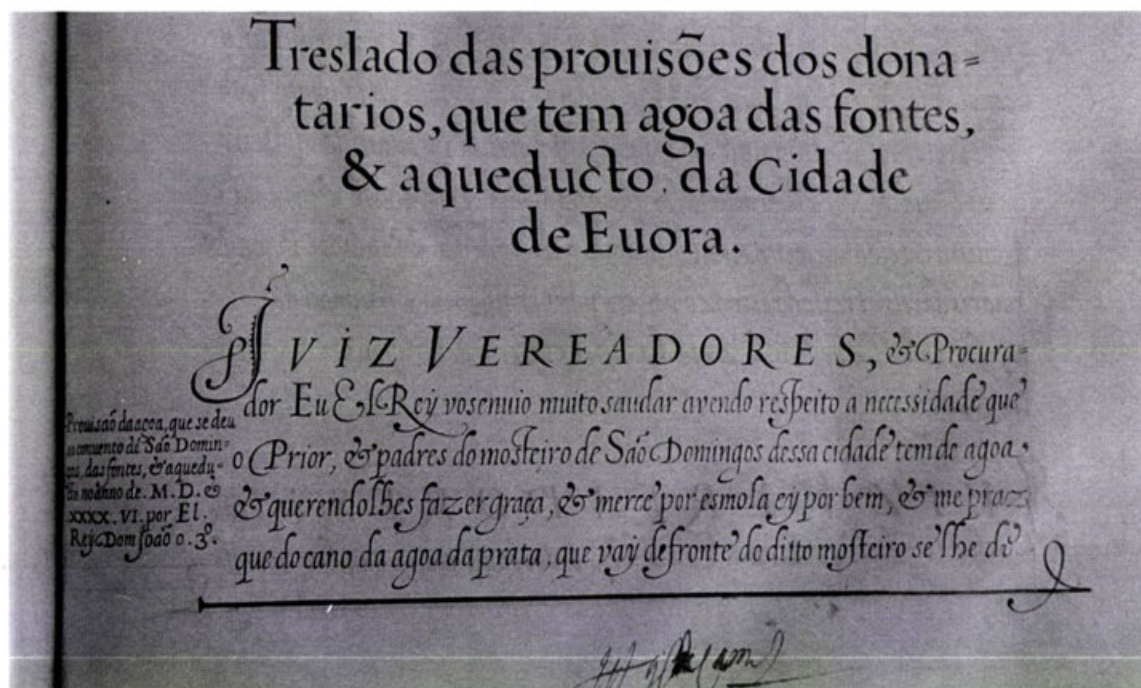


Fig.88 - Alvará da primeira porção de água atribuída, e que tem na margem esquerda um quadrado com 0,9cm de lado onde está inscrito um círculo, que representa, a largura do registro.

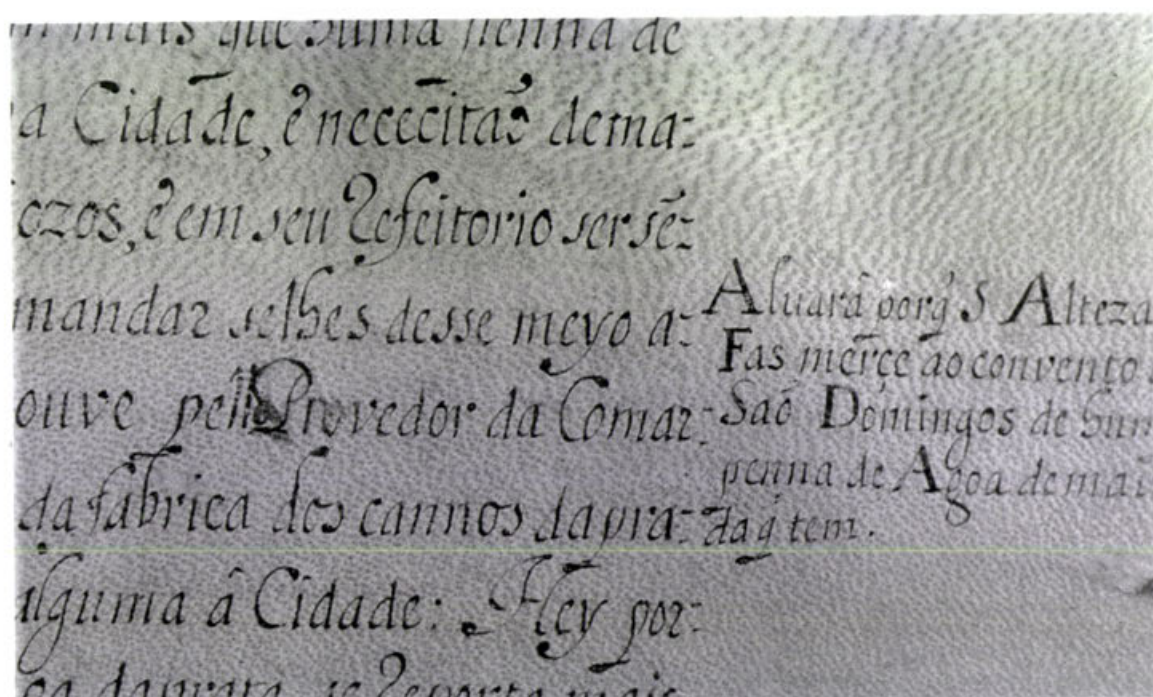


Fig. 89 - Alvará da segunda porção de água atribuída a S.Domingos.

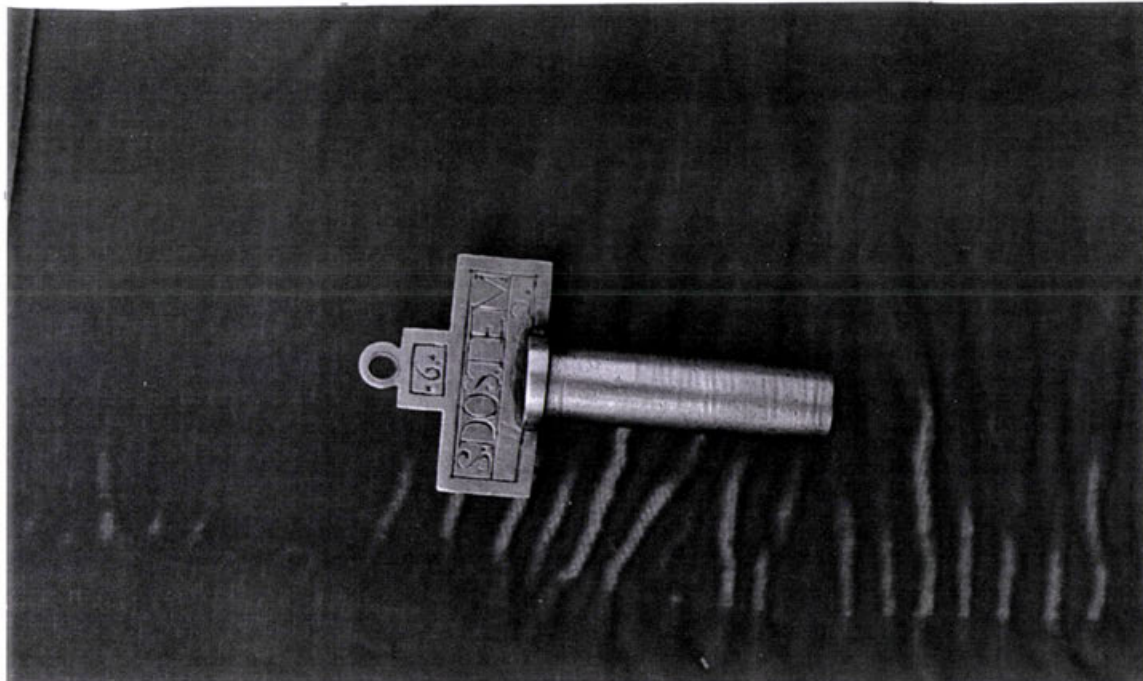


Fig.90 - Frente da chave-padrão do convento, a qual tem um comprimento total de 0,083m.

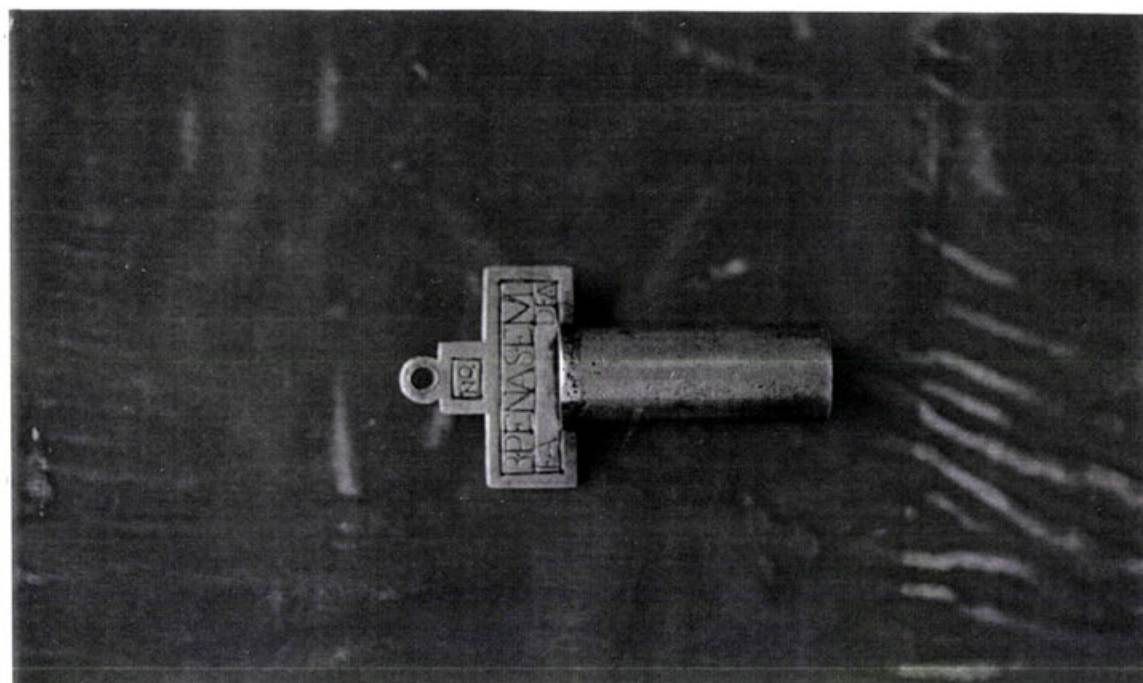


Fig.91 - Tardoz da chave-padrão.



Fig.92 - Vista área do local do antigo convento, a partir do Teatro Garcia de Resende.

1.4.1.9- Santa Clara

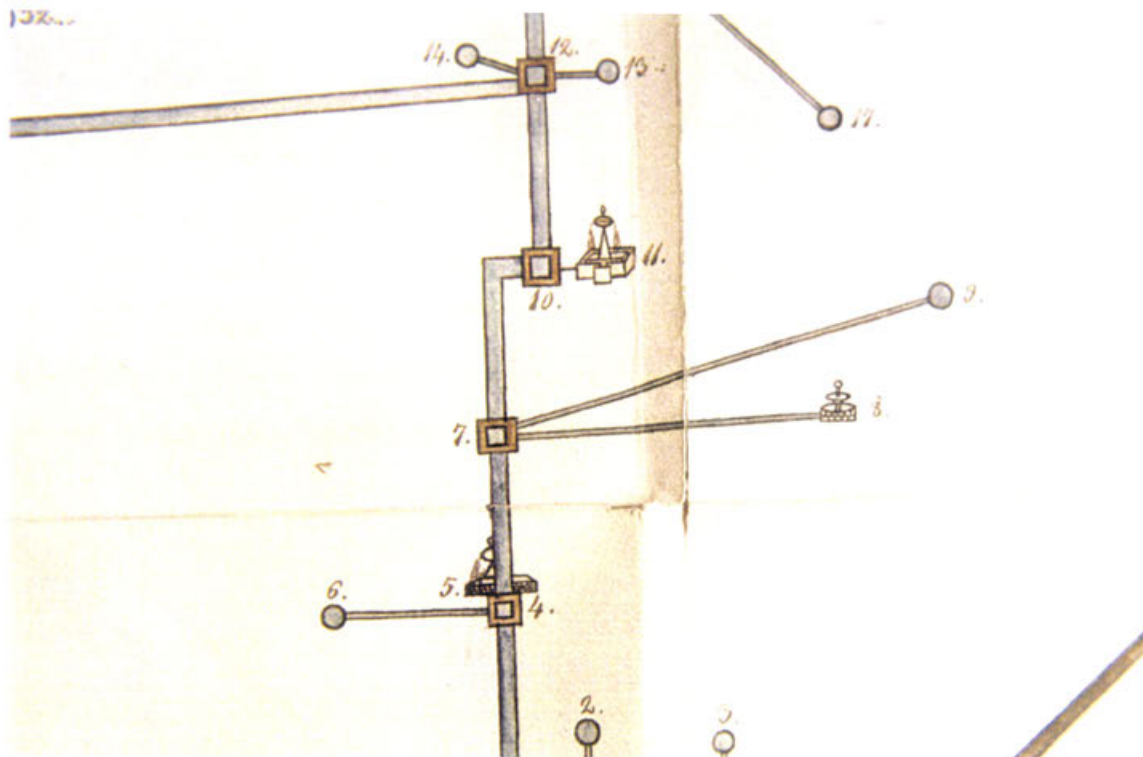


Fig.93 - Abastecimento de água ao convento de Santa Clara assinalado na planta com o número 9 e nela descrito como tendo um *anel menor* de água do aqueduto.

Convento de freiras pertencente à ordem de S.Francisco e regra clarista foi fundada pelo bispo de Évora, D.Vasco Perdigão, no local dos antigos paços dos Falcões Fig.94. As obras de adaptação que se iniciaram em 1452, terminaram em 1458 tendo-se nela instalado as primeiras religiosas em 1459 sabe-se que antes de 1536 já as freiras tinham efectuado pagamentos para obterem o abastecimento de água a partir do aqueduto(41), e que no ano de 1538 foi lavrada escritura para se proceder ao entubamento da referida água através da Rua de Alconchel até ao convento (42).

É contudo só a 15 de Março de 1554, que o rei D.João III lhes concede oficialmente a primeira *porção da água da prata*(fig. 95 e apêndice documental - doc.17) mediante alvará idêntico ao do Convento de S.Domingos.

Em 30 de Setembro de 1647, D.Afonso VI, na sequência de novo pedido formulado pelas religiosas, faz-lhes concessão de *mais uma pena de água alem da que já têm*(figs.96 a 98).

(41) Documento gentilmente facultado por Dr.Artur Goulart.

(42) Livro 30º (antigo livro 13º) do Convento de Stª Clara, foll. 262 a 264,[B.P.E.].

Do traçado de abastecimento apenas se conhece a localização do claustro ao qual, indubitavelmente, era feito o abastecimento de água. O local de derivação no aqueduto terá sido efectuada a partir de arca, mandada construir pelas religiosas, na Rua do Cano (fig.99).

Devido à diferença de cotas, entre o canal do aqueduto e o pavimento do claustro conventual, pensa-se que também aqui deverá ter existido caixa de queda, subterrânea, para regularizar a velocidade de escoamento da água.

Actualmente existe, no centro do claustro grande, uma fonte em mármore branco de construção recente, (fig.100) encontrando-se a antiga no Museu de Évora(fig.101). Na ala sudoeste do claustro pequeno, o qual se localiza a norte, existe um poço com tampa que era utilizado primitivamente para abastecimento de água a este cenóbio(fig.102).



Fig.94 - Convento de Santa Clara.


S VIZ VEREADORES, E Procurador, & officiaes da cidade de Euora eu El Rey vos enuio muito saudar.
 A vendo respeito a necessidade, que a Abbadessa, & freyras do mosteiro de Sancta Clara de essa cidade tem de agoa, & querendo se fazer graça, & merce por esmolla ey por bem, & me praz que do cano da agoa da prata se lhe de aquella cantidade da agoa, que couber por hum buraco redondo do tamanho como este, que nesta minha carta vay fequado, que he hum circulo branco metido em hum quadrado preto  & far-sea hum cano de metal de tres palmos de comprido, que tenha o vao do buraco tamanho como o do ditto circulo o qual buraco se fara no ditto cano todo de hum tamanho igualmente de hua parte, & outra, & se assentara ao oliuel de maneira, que nao possa entrar mais agoa para ir ao ditto cano dido vello ditto cano para ir ao ditto mosteiro.

Fig.95. Alvará da primeira porção de água atribuida ao convento.

muita se perdia; E visto Alvará por q^a Sua Mag^d faz merçe, dige da por bem q^a as freyras de Sta Clara se lhes reparta do Canno Real da Agoa da prata Suma por na de Agoa alem da q^a ja tem
 y Tomar yello Provedor
 & officiaes da Camara e
 historia q^a com elle se na
 ro Real da ditto Cidade,
 elligiozas allem da que

Fig. 96 - Alvará da segunda porção de água que lhe foi atribuida.

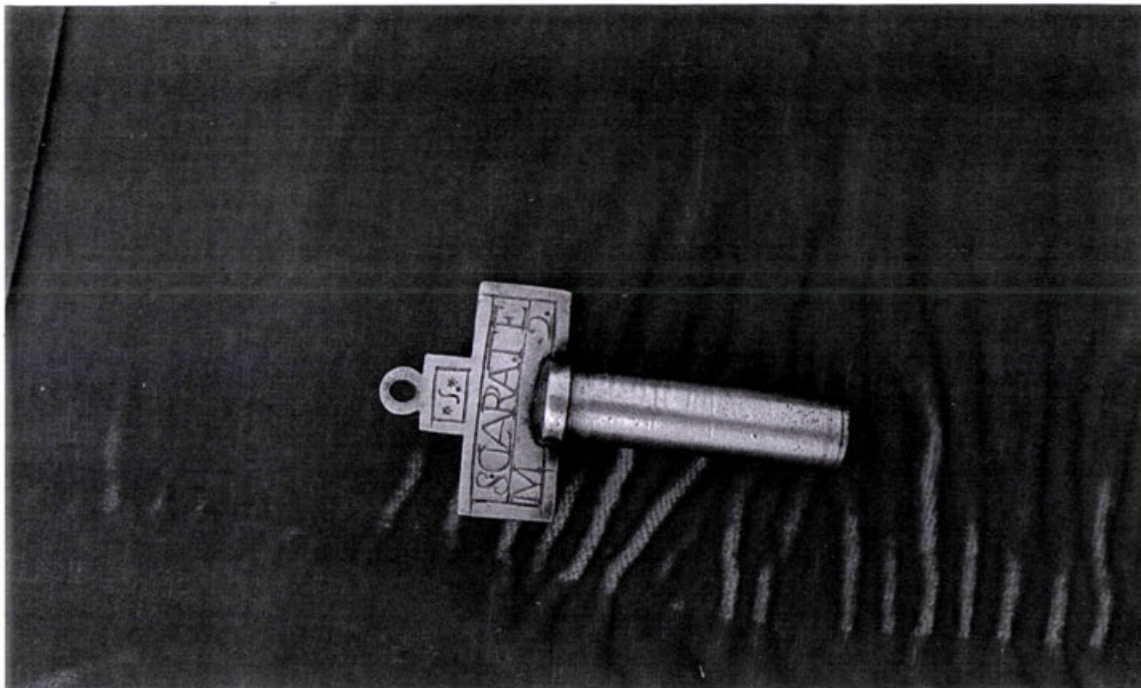


Fig.97 - S^{ta} Clara - frente da chave-padrão a qual apresenta 0,082m de comprimento total.

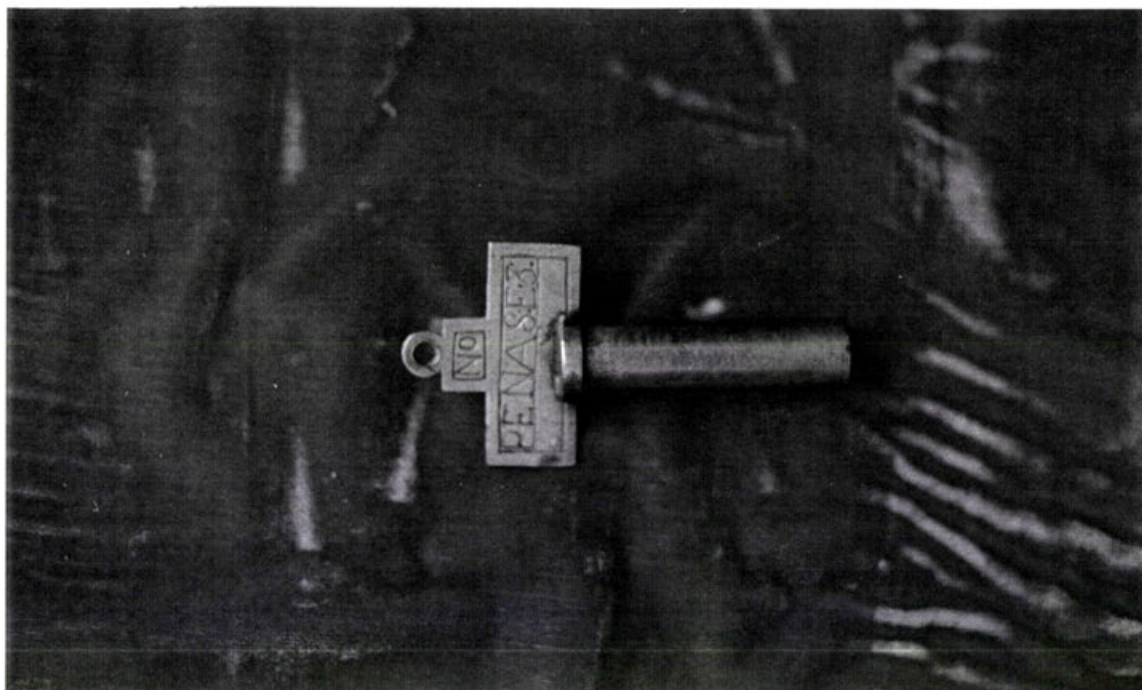


Fig.98 - Tardoz da chave - padrão.

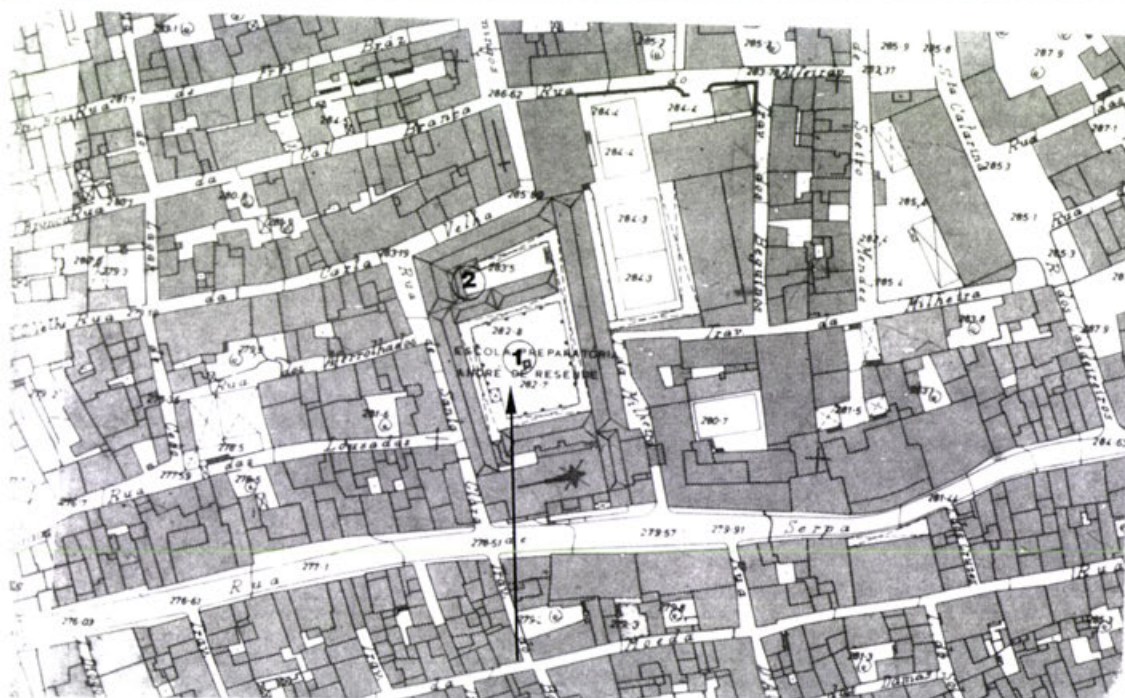


Fig.99 - Planta de localização com indicação da fonte conventual(1), cisterna (2) e troço do Aqueduto situado na Rua do Cano, à escala 1/2000.

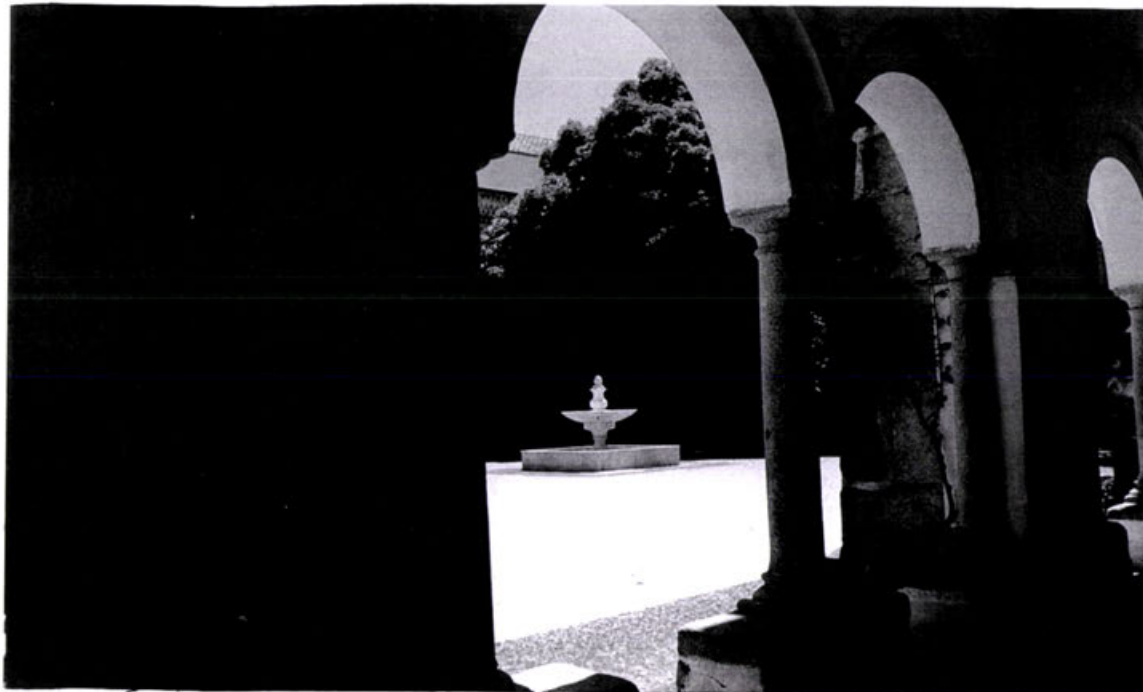


Fig.100 - Fonte actual situada no claustro con ventual.



Fig.101 - Fonte primitiva abastecida por água do aqueduto.

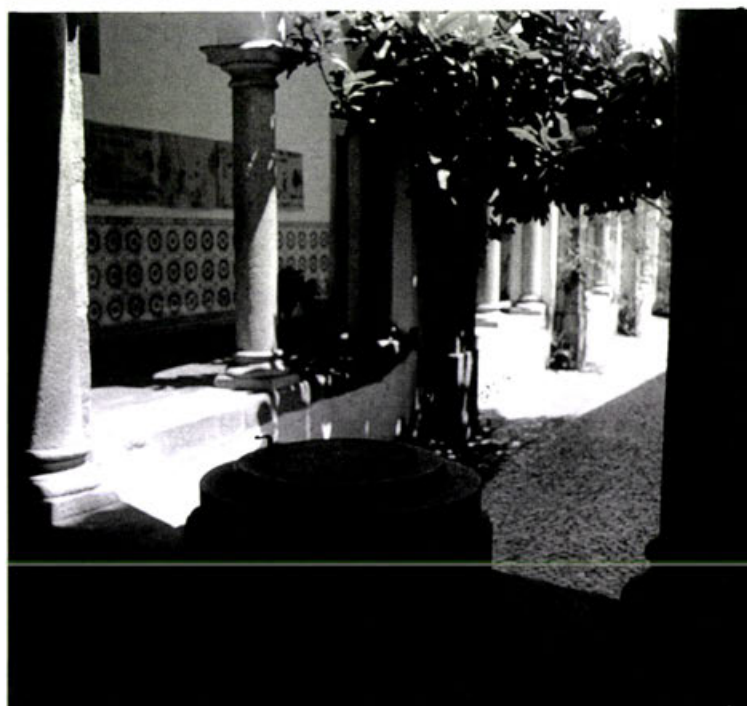


Fig.102 - Poço coberto situado na ala sudoeste do claustro pequeno.

1.4.1 .10 - Caixa à Porta Nova

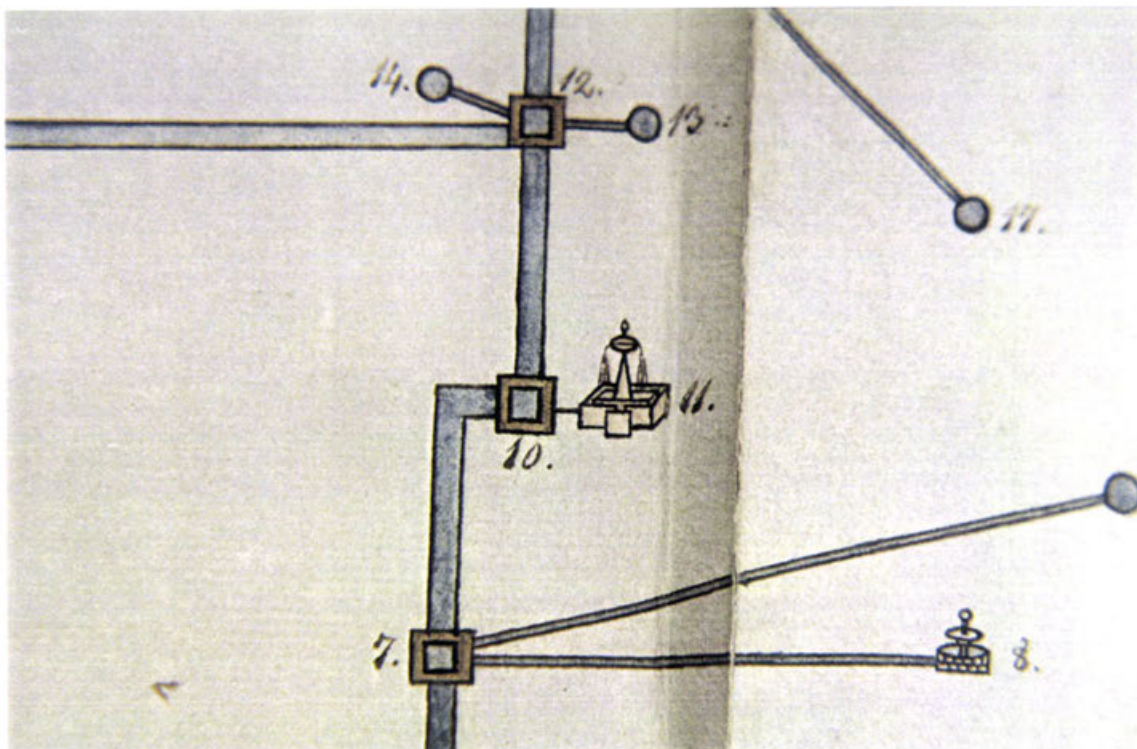


Fig. 103 - Caixa assinalada na planta com o número 10.

A chamada Porta Nova foi aberta posteriormente na muralha Romana, dando saída, para o que mais tarde foi o largo à rua do Salvador. A referência mais antiga, a esta porta da cidade, data de 1381.

Segundo descrição de 1849 a muralha Romana passava ... *por detrás da Carreira do Menino Jesus até ao Arco de D.Isabel, que era uma das portas da cidade, seguia à Porta Nova, e aos conventos do Salvador, e Paulistas*⁽⁴⁴⁾...

Depois de construída a segunda cintura de muralhas, em 1366, D.Fernando manda demolir a primitiva muralha romana para aproveitamento da pedra granítica, obra que se terá perlongado por três anos.

Em 1536, na toponímia eborense, já existia o terreiro da Porta Nova, a travessa que vai da Porta Nova para Santiago (actual Rua do Salvador), a Rua das Amoreiras (Carreira do Menino Jesus), a Rua Ancha (actual Rua João de Deus) e a Rua de Aviz. Com a construção deste troço do aqueduto houve que adaptá-lo às condicionantes urbanísticas de então, assim, e devido a angulação acentuada obrigatória foi construída uma caixa, no local designado de Porta Nova (figs. 104 e 105). Sabe-se, devido a fotografias antigas e

⁽⁴⁴⁾ Augusto Elzerperk, *op. cit.* na nota 35, pp. 240 ss.

pintura a óleo, existentes, que a Rua do Salvador tinha unicamente a largura do arco do aqueduto correspondente ao deslocamento do seu traçado em planta (fig.106).



Fig. -104 Vista da caixa situada à Porta Nova.



Fig.105 - Porta Nova - Canal Condutor.



Fig.106 - Pintura representando a antiga Rua do Salvador [C.M.E.].

1.4.1.11- Fonte à Porta Nova

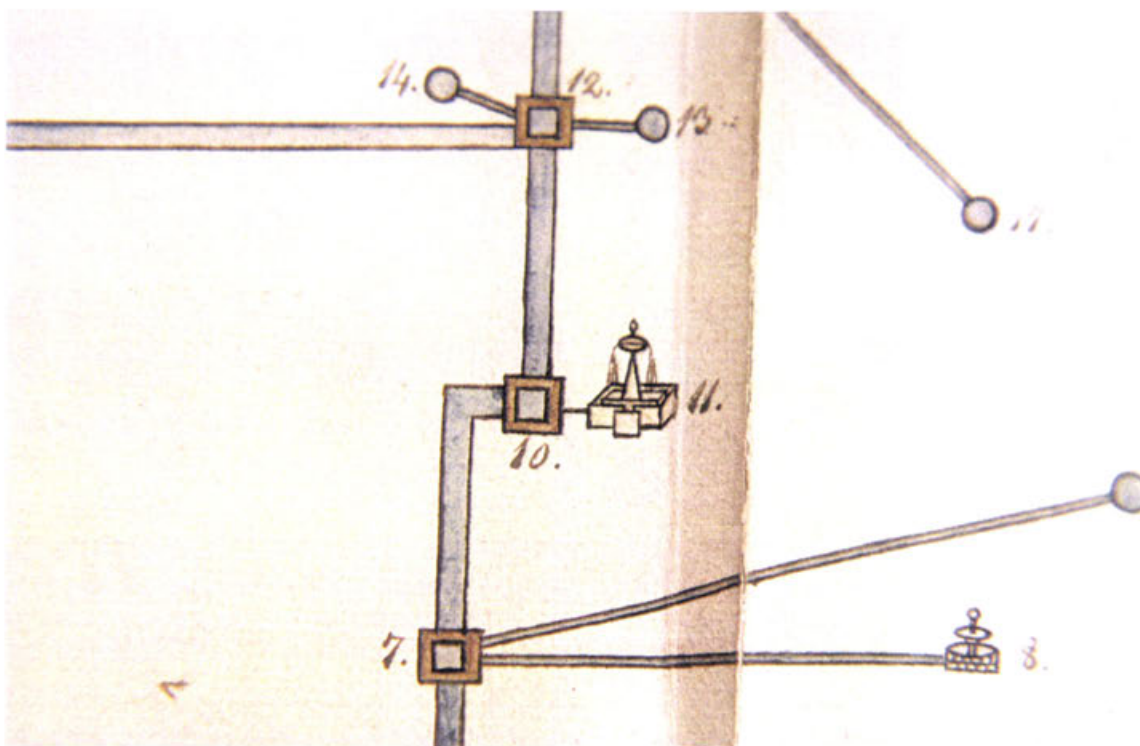


Fig.107 Fonte situada no Largo da Porta Nova, assinalada na planta com o número 11 e nela descrita como tendo quatro bicas.

Sabe-se que em 1554 a população de Évora, sem a necessária autorização de D.João III, abriu uma fonte num dos pegões do aqueduto seiscentista. A 1 de Agosto do mesmo ano o Rei oficiava à Câmara, sobre tal facto abusivo (Apêndice documental - doc.181).

É só a 2 de Setembro de 1573 que o cardeal D.Henrique, enquanto regente, propõe à Câmara a abertura ... *huma fonte na Porta Nova e q. a despeza q. for necessaria p^a se fazer a d^a fonte se finte pelos moradores e visinhos assim com se fez na fonte q. se fez à Porta de Moura* (Apêndice documental - doc.19)...

Tal fonte deveria ter sido do risco do arquitecto Affonso Alvares o qual, entre 1570 e 1580, foi mestre das obras do Cano da Agoa da Prata da cidade de Évora, e mestre das obras reaes da comarca do Alentejo. Em 1699, e quando da visita da Rainha de Inglaterra, D.Catarina, a Évora, sabe-se que a fonte ... *encontrava-se muito bem pintada, douradas as carrancas das bicas, com a figura de Sertório sobre a piramide da fonte* ⁽⁴⁵⁾...

(45) ESPANCA, Tulio - "Património artístico municipal -o aqueduto da Água da Prata", *A cidade de Évora*, n.ºs 7-8, Junho - Setembro, 1944, p.105.

É em 1886, e justificado pela Câmara pelo acanhado do sítio, que ela é mudada para o lugar onde esteve a igreja do Convento de S.Domingos, defronte do Teatro Garcia de Resende.

Já no século .XX é a mesma fonte novamente mudada, desta vez para o Largo das Portas de Aviz, onde ainda hoje permanece(figs.108 a 110).

No seu local inicial, deverá ter sido abastecida a partir de caixa existente no aqueduto e através de canalização subterrânea. A diferença de cotas existente entre o canal do aqueduto e as quatro bicas da fonte, quando da sua localização primitiva, era facilmente vencido por um sistema de sifão.



Fig. 108 - Largo das Portas de Aviz -vista da fonte anteriormente situada à Porta Nova.



Fig.109 - Pormenor dos tubos de saída de água.



Fig.110 - Troço superior da fonte.

1.4.1.12- Caixa da Praça do Peixe

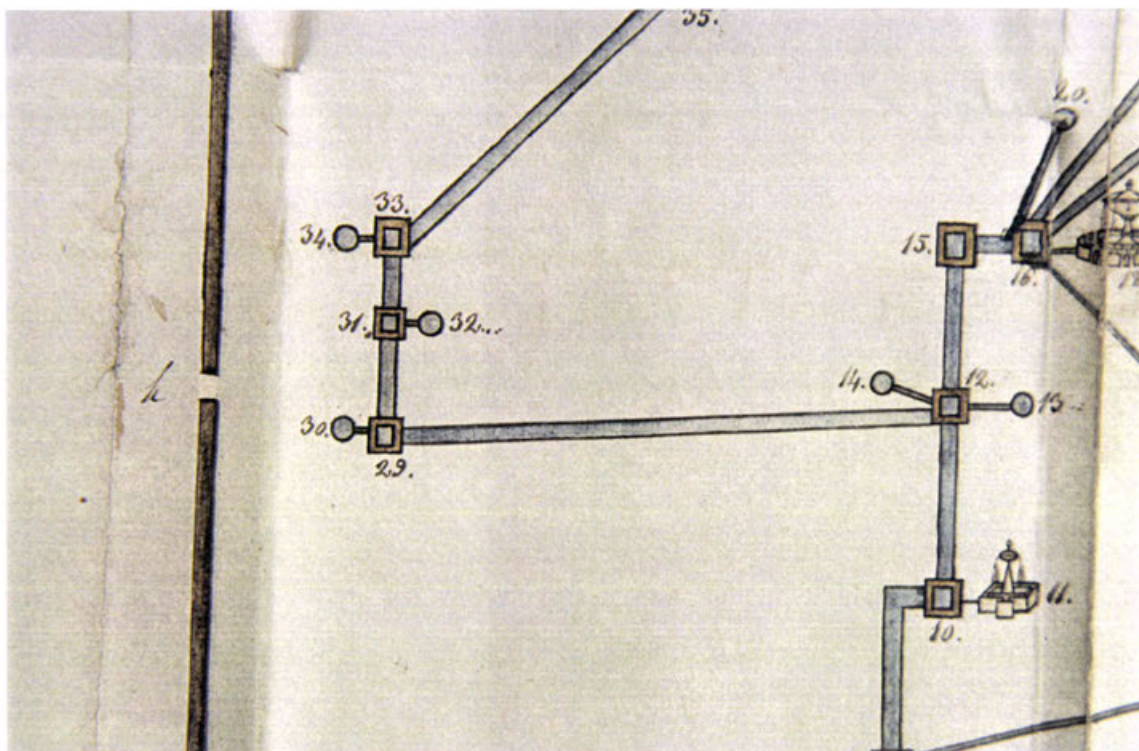


Fig.111 - Caixa de registo assinalada na planta com o número 12.

A actual Praça do Sertório tem esta designação apenas a partir de 1869, pois, anteriormente era conhecida por Terreiro ou Praça do Peixe, sendo a mais antiga referência que sobre ela se conhece de 1539.

Sabe-se que o aqueduto seiscentista sofreu algumas rectificações, quer no troço final da Rua do Salvador, quer na antiga Praça do Peixe. A primeira destas alterações, remonta a 1578, quando da fundação do Convento de S.Paulo sobre os restos do palácio dos Palhas, casa dos marqueses de Abrantes. Nessa altura, e por escassez de espaço, houve necessidade de perlongar a área de implantação da construção para o lado da actual Praça do Sertório. Fez-se então um desvio do aqueduto, na Rua do Salvador, construindo-se alguns metros de muro para suporte do novo canal condutor e utilizando-se a parte do aqueduto que se desligou para servir de base, depois de cheios os arcos, à parede da fachada conventual.

O novo canal, constituindo desvio ao aqueduto, foi mais vezes deslocado de acordo com as alterações urbanísticas da zona, tendo sido a última no ano de 1867.

Da caixa de água que se terá situado na antiga praça não restaram quaisquer referências. A sua existência e localização aproximada é-nos contudo comprovada pelas três plantas, onde constam o traçado esquemático do aqueduto. Esta arca de água terá tido, necessariamente, porta de acesso tendo possuído no seu interior os respectivos registos de água, aos conventos de S. Paulo e Salvador. Foi também a partir dela que se construiu o ramo norte do cano real, o qual terminava em caixa situada à Porta de Moura.



Fig. 112 - Alterações efectuadas ao traçado do aqueduto junto à Praça do Sertório.

1.4.1.13 - S.Paulo

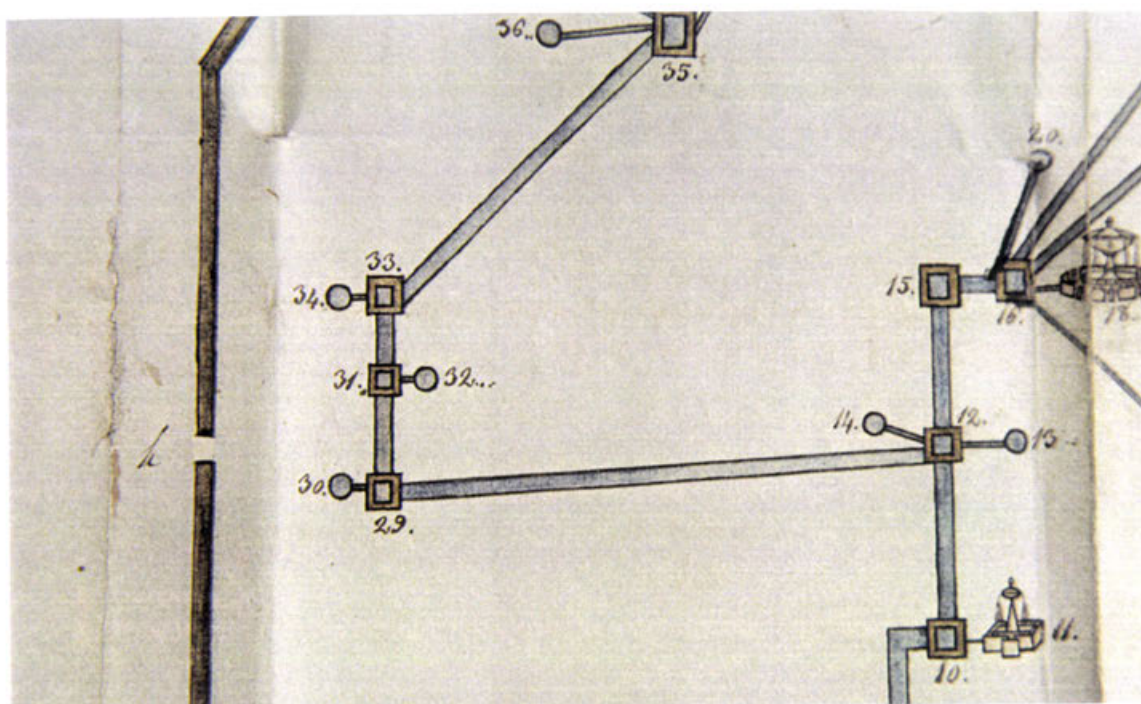


Fig.113 - Abastecimento de água ao Convento de S.Paulo, assinalado na planta com o número 13 e nela descrito como tendo 4º d'anel de água do aqueduto.

O Colégio de S.Paulo foi fundado no ano de 1578, nas *cazas que pertencião a D.Branca de Almeida e Ataide, as quais por falecimento da mesma, comprou Fr.Manoel do Salvador* primeiro geral da congregação dos Ermitões da Serra Ossa na regra de S.Paulo⁽⁴⁶⁾.

Na sua fundação teve protecção especial do cardeal Infante D.Henrique que lhe concedeu *huã esmolla pª a referida arrematação*. É contudo só com Filipe II de Espanha que, a 4 de Setembro de 1594, lhes é cedida por alvará uma provisão de água equivalente a *huã pena d'agoa do cano da agoa da prata* (fig.115 a 117). As obras necessárias para a execução da respectiva derivação incluindo construção de arca de água ficaram, como era norma, a cargo dos religiosos⁽⁴⁷⁾.

As alterações multiplas verificadas na área não permitiram que subsistissem vestígios de tais obras.

Através de escavações agora efectuadas foi posto a descoberto um tanque com forma rectangular de 1,72x1,22m (fig.118), e situado a dez metros para poente da arcaria do aqueduto num pátio existente na Rua do Sertório, local que anteriormente fazia parte da área ocupada pelo Colégio.

(46) Gil do Monte, *op. cit.* na nota 39, 2º vol., pp. 126 ss.

(47) Regimento... *op. cit.* na nota 6, foll. 38 e v..

Tal tanque, que foi abastecido com água do cano real, tem a cota de fundo 0,40m abaixo da do actual nível de pavimento sendo a sua altura total de 1,72m. Tanto as paredes laterais, como o fundo, apresentam um revestimento a tijoleira, a qual recebeu uma argamassa de acabamento afagada para uma maior impermeabilização das superfícies em contacto com a água. Desconhece-se a época da sua construção.

O canal do aqueduto anda, no local da derivação para abastecimento ao referido tanque, a uma cota de 297,51 (figs. 119 a 121). O seu revestimento interior ainda é, neste troço, em material cerâmico, não vidrado, apresentando-se o canal coberto de tijoleiras artesanais com 0,32x0,32x0,045m.



Prouisão da agoa que
 reconcedo das fontes,
 e que ducto ao Colle-
 gio dos padres da Ser-
 ra d'ossa del Rey dō
 Philippe o. i. em. iiii.
 de Setembro de M.
 D. XC. iiii.

E V E L R E Y faco saber aos que este aluara virem, que a ven-
 do respeito, a enformação, que o Corregedor da comarca da cidade d'Euora,
 me enuiou da diligencia, que com os officiaes da camara da ditta cidade lha ma-
 dei fazer sobre a prouisão, que ao Reitor, e padres do Collegio, e insti-
 tuição da Serra d'ossa, que esta na mesma cidade tem para lhe ser dada huã
 pena d'agoa do cano da agoa da prata para o ditto Collegio, e y por bem, e
 me praz, que a ditta prouisão se lhe cumpra, e guarde como se nella contem
 e que o Prouedor do cano da ditta agoa da prata lha faça comprir, e lhes da-
 xe vsar da ditta pena d'agoa em todo o tempo do anno, e que quando ouuer fal-
 della nas fontes da cidade, e por a não auer se ouuer de tomar dos outros m-
 teiros a agoa que do cano geral se reparte por elles se possa tambem toma

Fig.115 - Alvará da porção de água doada ao Convento.

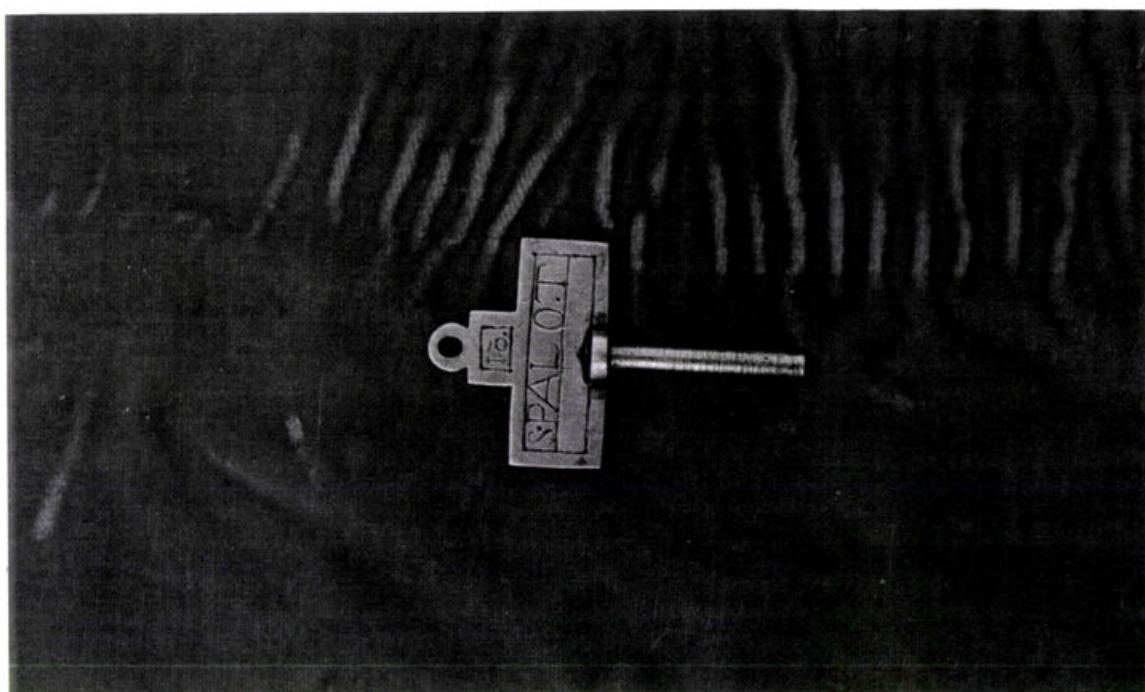


Fig.116 - S. Paulo frente da chave - padrão com um comprimento total de 0,068m.

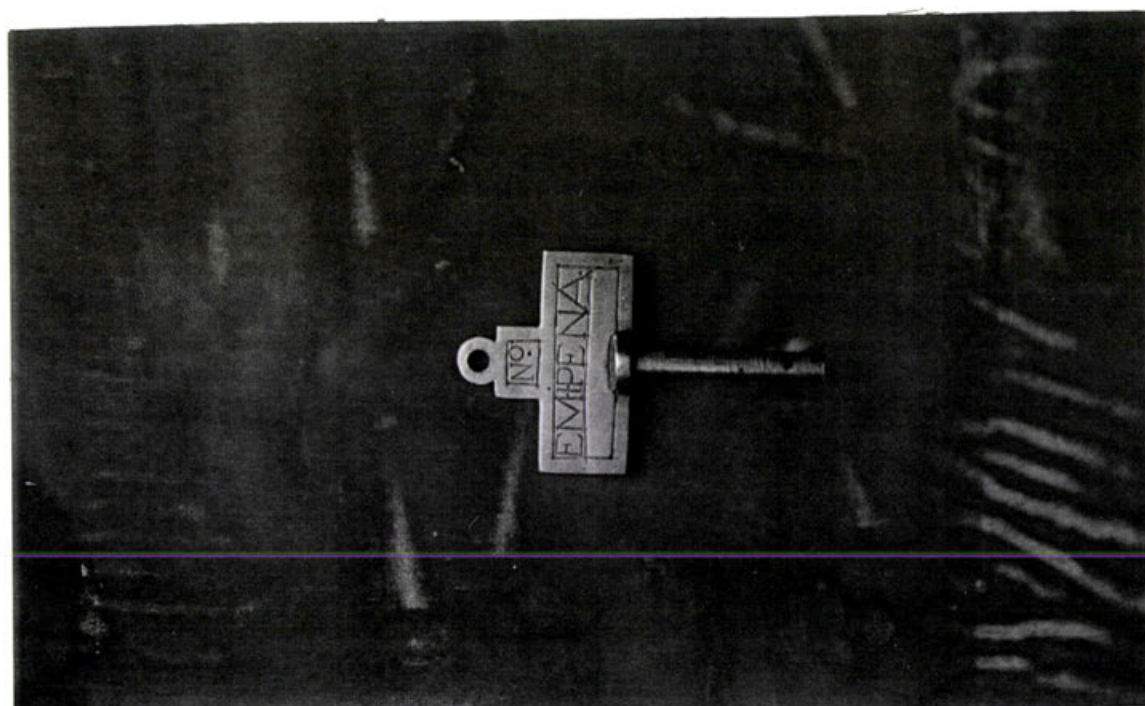


Fig.117 - Tardoz da chave-padrão.



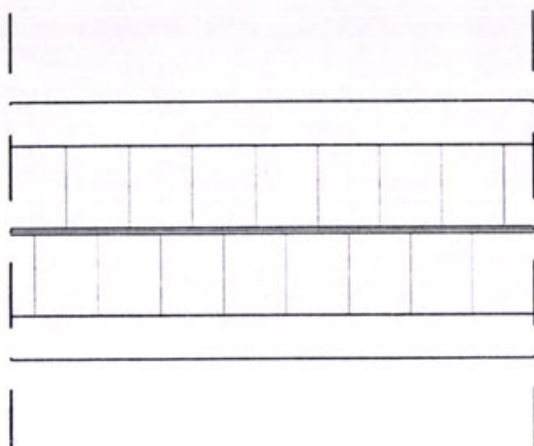
Fig.118 - Tanque abastecido, possivelmente pelo Aqueduto.



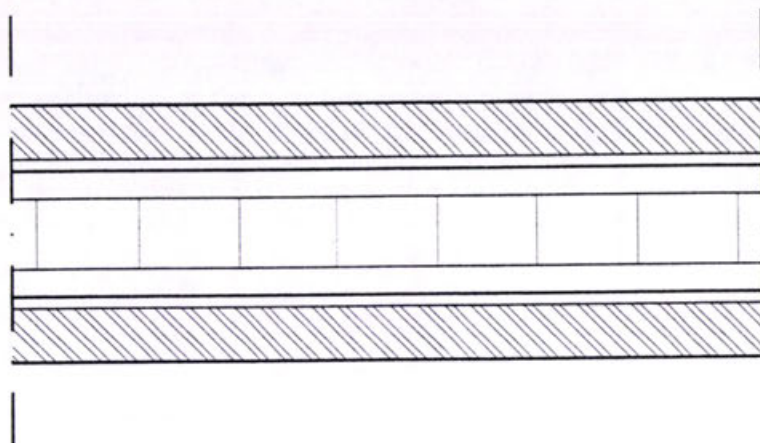
Fig.119 - Canal condutor do Aqueduto, anexo a S.Paulo.



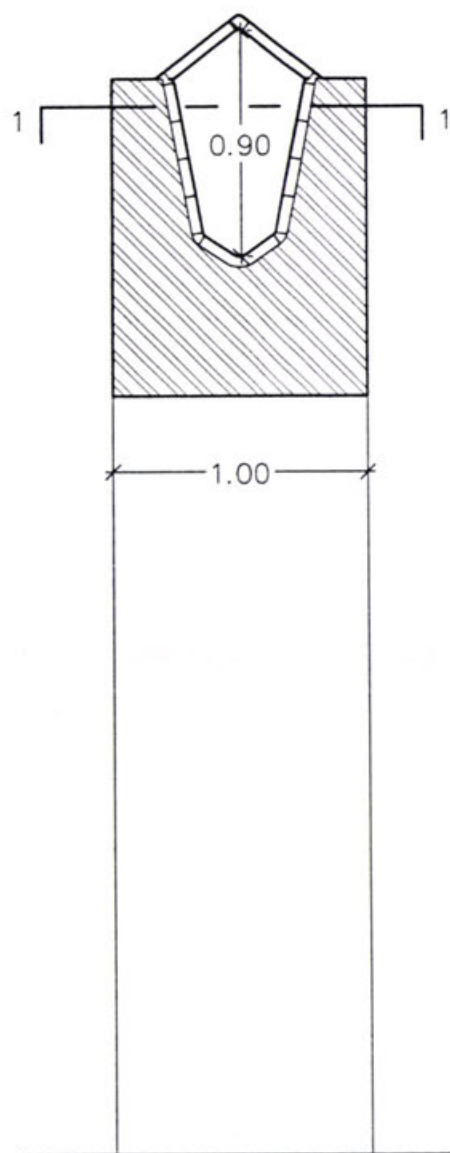
Fig.120 - Pormenor do canal condutor.



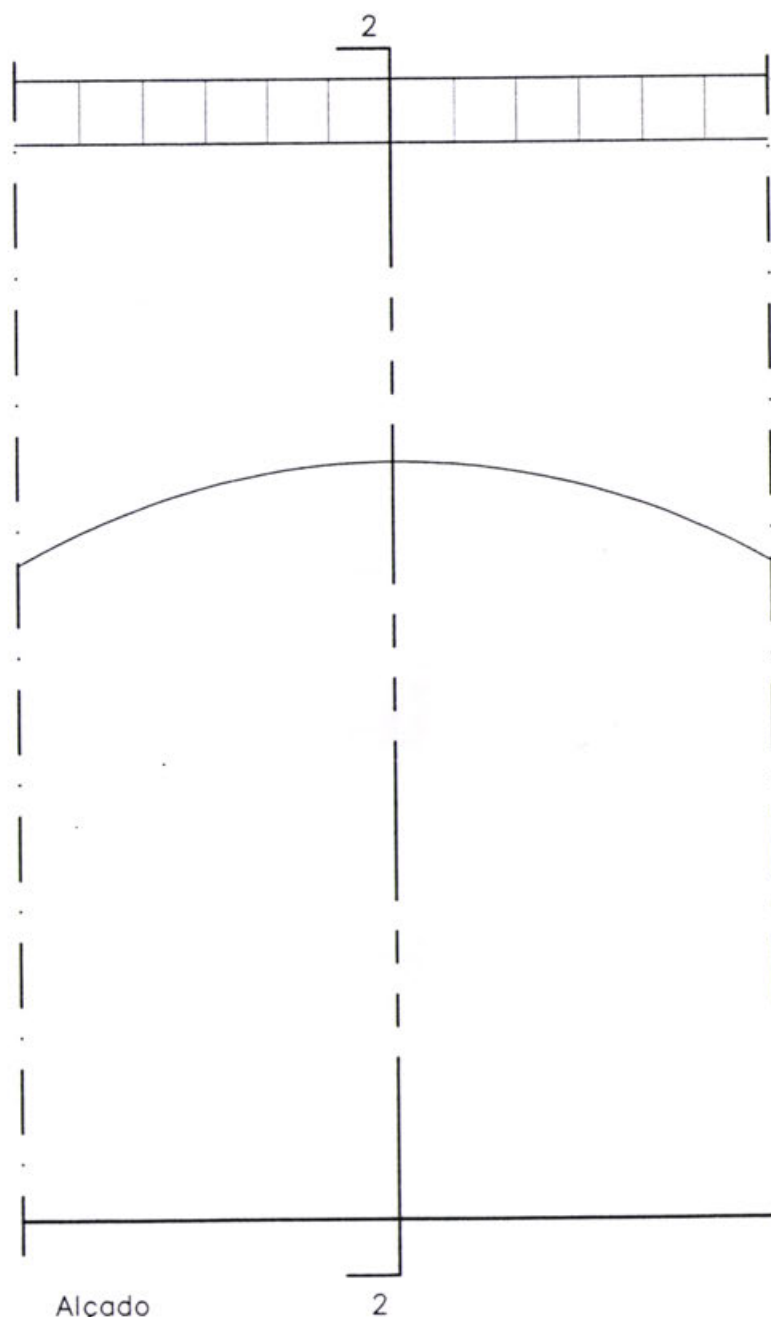
Cobertura



Corte 1-1



Corte 2-2



Alçado

escala 1/30

1.4.1.14 - Salvador

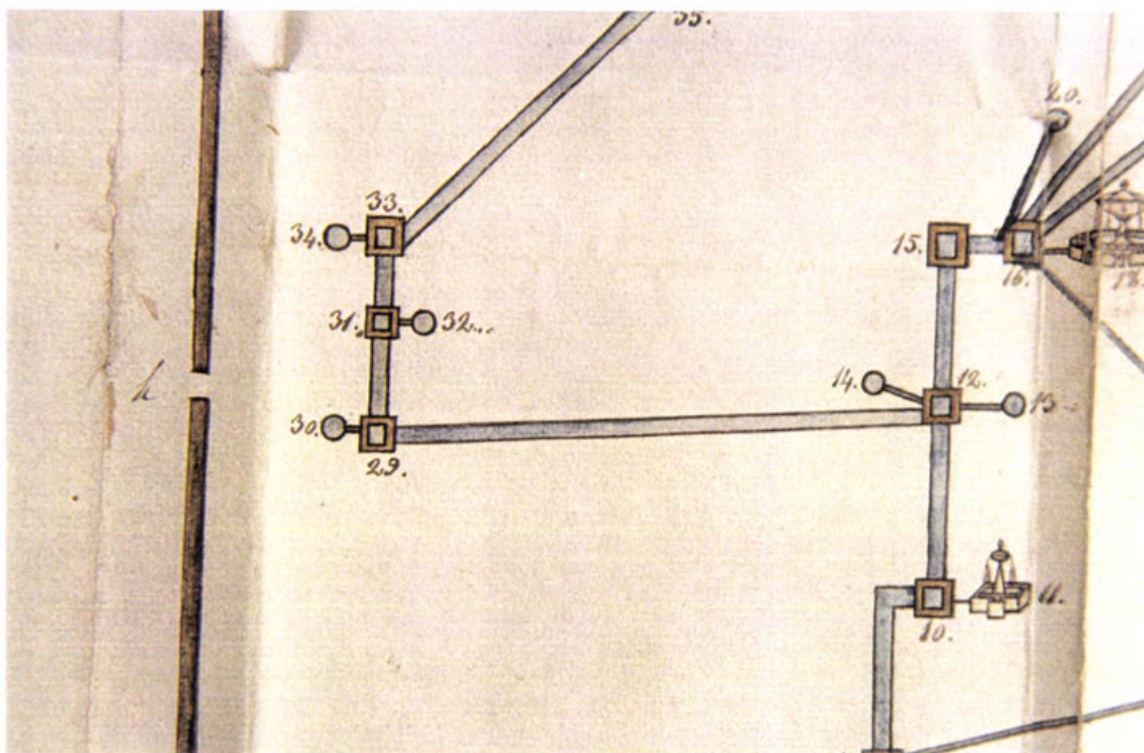


Fig.122 - Abastecimento de água ao Convento do Salvador assinalado na planta com o número 14 e nela descrito como tendo 4º d'anel de água do aqueduto.

O Convento do Salvador foi fundado em 1606, na antiga Praça do Peixe, numa parte do palácio dos Condes de Sortelha. As freiras que para aí foram, em 13 de Fevereiro de 1605, eram da ordem de São Francisco, tendo estado anteriormente num antigo recolhimento situado na Rua do Salvador Velho, defronte da primitiva portaria do Hospital do Espírito Santo.

É Filipe II de Espanha que, em 12 de Dezembro de 1591, lhes concede *...huã pena /dagoa da fonte da porta de Moura para suas necessidades assy, e da maneira/ que se deu aos mais mosteiros da ditta cidade e isto com declaração, que faltando/ a agoa na ditta cidade se lhe torne a tomar* ⁽⁴⁸⁾...

Esta concessão de água terá sido atribuída ainda quando as freiras habitavam na Rua do Salvador Velho (fig.123).

Mais tarde, e já na antiga Praça do Peixe, a 27 de Junho de 1706 é-lhes doada nova quantidade de água fundamentando-se tal privilégio no facto de se lhes ter sido dada *...humã penna de agoa dos kannos da agoa da prata da / ditta cidade em tempo que as Religiosas erão muyto poucas no ditto mos/teyro por ser proxima a fundação delle em o*

qual tem crescido o numero das/religiozas em tal forma, que de prezente são setenta, e não he bastante a 1ª pena/ pª agoa assim pera beberem como pera despenderem no mais que lhes é necessário...

Relativamente às recomendações expressas no alvará, e respeitantes aos cuidados a ter na construção da derivação a partir da caixa na Praça do Peixe elas são, em tudo, idênticas às do alvará já transcrito. A parte final apresenta, contudo, uma variação de assinalar: ...ficando na sogeição de que havendo esterilidade de a/goa nas fontes públicas da cidade, se lhes largará somente de noite na forma do Regimento do Aqueduto...

Efectuaram-se dessa vez pagamentos de direitos por parte das freiras na quantia de quinhentos e quarenta Reis ⁽⁴⁹⁾.

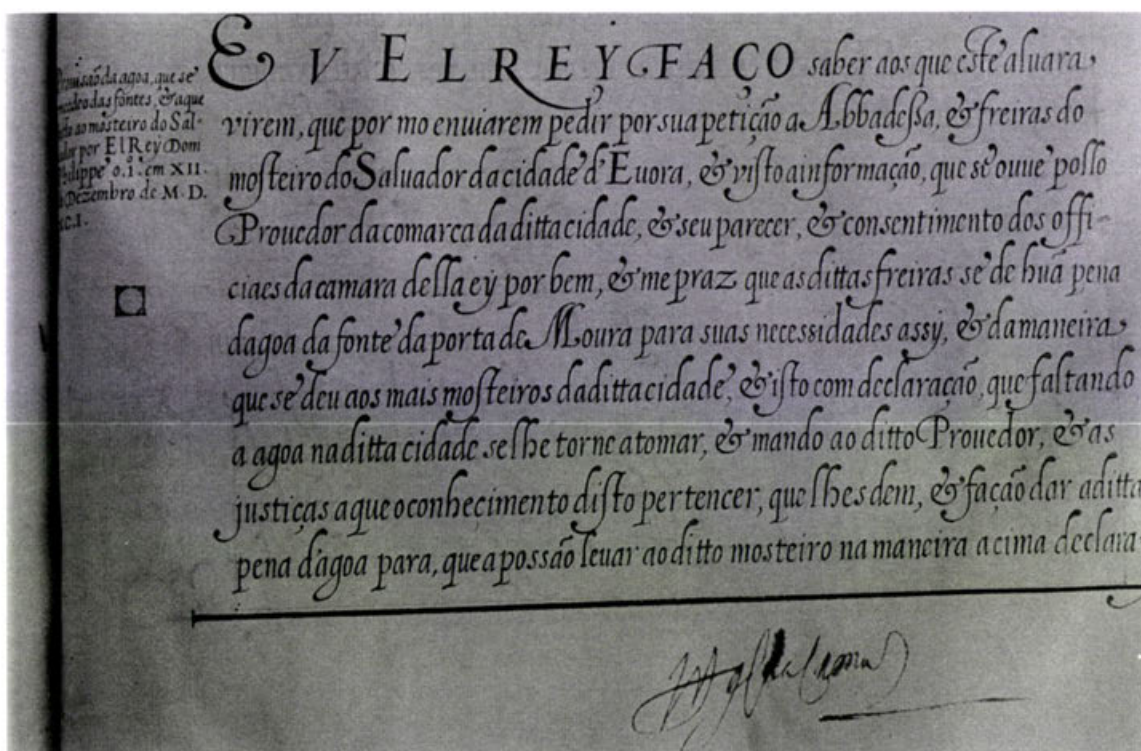


Fig. 123 - Alvará para atribuição da primeira porção de água ao primitivo Convento do Salvador.

(48) *Regimento ...*, op. cit. na nota 6, fol.36.

(49) *Regimento ...*, op. cit. na nota 9, fol.58

1.4.1.15 - Caixa na Rua Nova

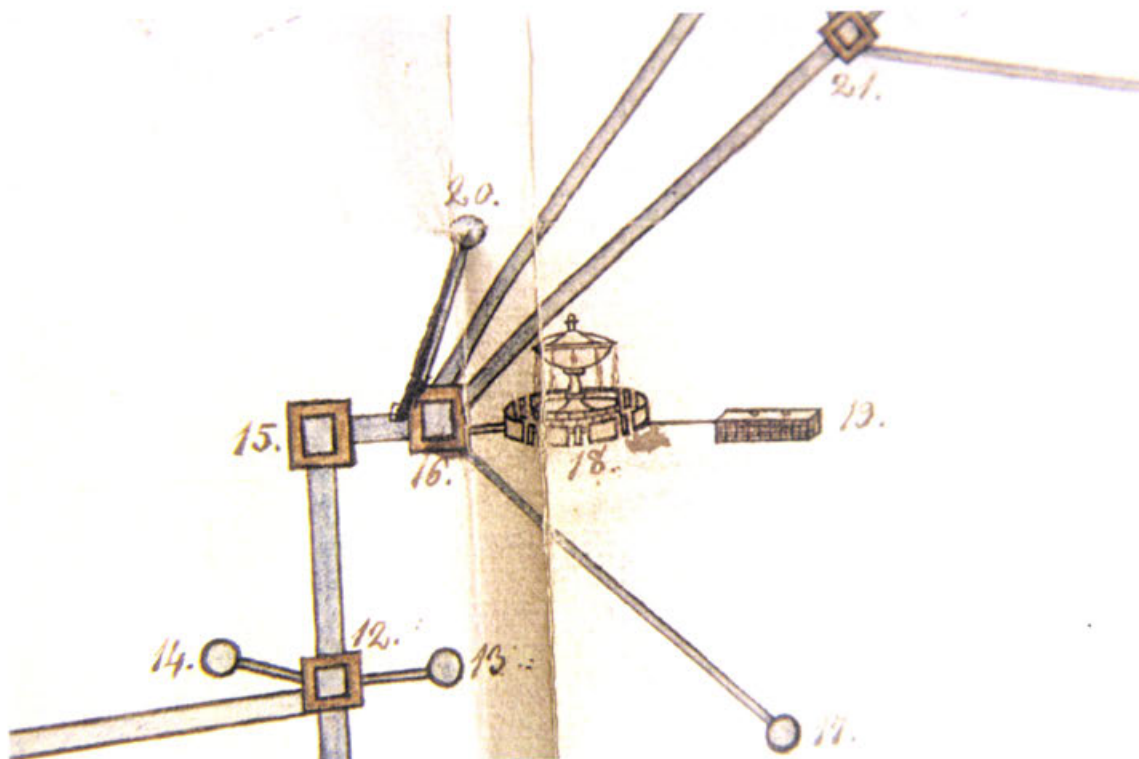


Fig. 124 - Caixa assinalada na planta com o número 15.

Para o traçado do Cano Real o arquitecto Francisco Arruda propôs, o alargamento de algumas ruas e abertura de outras novas. É de sua autoria o delineamento das ruas de Santiago (Rua Nova de), do Sertório e parte da antiga Praça do Peixe. Para tal expropriaram-se casas e logradouros a vários cidadãos, transacções essas cujas verbas a pagar ficaram registadas em documento emitido a 16 de Abril de 1537 (Apêndice documental - doc.20).

Os terrenos então obtidos tornaram-se públicos, permitindo a construção desafogada do aqueduto.

Nessa altura a Rua do Sertório, que fazia parte da Alcárcova Velha, foi também desmembrada, rompendo-se a antiga muralha no troço compreendido entre a torre denominada de Sisebuto e a Praça do Peixe ⁽⁵⁰⁾.

No local da mudança de direcção do Cano Real, cruzamento da Rua Nova com a Travessa do Sertório, situa-se a caixa de água mais cuidada quer a nível formal quer de

⁽⁵⁰⁾ Túlio Espanca, *op.cit.* na nota 45, p.91.

execução sendo para além disso, a que está em melhor estado de conservação (figs. 125 a 127).

Construída em granito da região, terá sido projectada por Francisco de Arruda ⁽⁵¹⁾ encontrando-se a obra obrigatoriamente já concluída a 28 de Março do ano de 1537, dia em que foi inaugurado por D.João III o aqueduto da Água da Prata⁽⁵²⁾. Sendo à data, o seu final, localizado na fonte situada no antigo pórtico romano da Praça do Geraldo, necessariamente que este estaria construído até ao local em questão, o que compreendia o troço onde está inserida esta caixa de água.

De traçado extremamente sóbrio e proporções perfeitas, a pequena construção, é em estilo clássico apresentando exteriormente pórtico falso com colunata toscana. A cobertura exterior é em terraço rodeado por platibanda (0,73 m de altura), sendo este revestido a tijoleira artesanal (0,39x0,39m). Tal terraço tem acesso através do segundo piso da construção nº3, que se situa adossada á caixa do aqueduto.

Do lado noroeste, localiza-se a porta de acesso ao interior da caixa. Esta porta, executada em madeira pintada, situa-se ao nível do lagedo que cobre o canal condutor de água tendo sido este troço apropriado como acesso pedonal ás habitações que se construíram adossadas ao aqueduto. O acesso a esta plataforma, que termina junto à porta da caixa de água, é efectuado por elegantes degraus em granito, com forma curvilínea.

Do lado sudeste, e a 2,30m acima da cota do pavimento interior, existe uma fresta rectangular destinada a proporcionar uma conveniente iluminação e ventilação ao interior da caixa. O intradorso da cobertura é em abobadilha de berço, rebocada e caiada na cor branca. As paredes laterais são em blocos rectangulares, cuidadosamente talhados em granito, sendo as juntas entre eles argamassadas. Ladeando a porta de entrada, existem passadiços em lages de granito, sobre os quais se situam dois elegantes bancos, pontualmente decorados com motivos estilizados, esculpidos no granito.

A simplicidade e sobriedade interior foram, contudo, adulteradas por diversas obras efectuadas ao longo dos anos. Existem, construídos muretes em cimento sobre o lagedo dos passadiços, executadas perfurações e mesmo fracturas em blocos de pedra, á partida obras originadas quando da feitura dos diversos ramais domiciliários, efectuados ao longo dos anos, a partir desta caixa. Todas as alterações constatadas são contudo de fácil reversão.

Desempenhando de início, fundamentalmente, o papel de decantador de impurezas passou, mais tarde, a ser caixa de derivação atendendo às quatro saídas de água que apresenta no interior do seu tanque de decantação. Estas tubagens de saída são, nitidamente, executadas em fases posteriores devido à qualidade e diversidade de formas, materiais das tubagens e à falta de cuidado postos na suas aberturas.

Na face nordeste existiria uma saída de água, a qual terá sido alterada em fase mais recente. A referida saída que funcionava como ladrão, provavelmente a uma coia pouco inferior à do pavimento no interior da caixa, foi mudada apresentando nos seus lados nítidamente as faces irregulares da pedra fracturada. Ter-se-á então rebaixado o nível de saída da água.

Sabe-se, por fotografias da época e através de depoimento oral, que em 1910 existia uma bica metálica com forma curva através da qual corria constantemente água para o pavimento calcetado da Rua Nova. Era neste local que se abastecia grande parte da população residente na área visto a bica se situar a uma altura de fácil acesso, coisa que não se verificava com as bicas da fonte da Praça do Geraldo colocadas a uma altura demasiadamente elevada para uma fácil recolha de água limpa.

Interiormente, a caixa é formada por um pequeno tanque, com forma rectangular, em cujas paredes laterais existem os orifícios destinados à entrada e saídas de água, (um de entrada na parede noroeste, três de saída na parede nordeste, dois também de saída na parede sudoeste e um último a que ligava a bica exterior situada na parede sueste).

O canal do aqueduto, que vem pela Travessa do Sertório(fig.128), situa-se a cotas quase coincidentes com as actuais do arruamento e entra na caixa, pelo lado noroeste, a uma altura relativamente à cota do fundo de 0,325m. O cano de entrada é executado por duas meias canas em material cerâmico, não vidrado, assumindo a forma elíptica, e situado á cota 297,39. As suas dimensões interiores são de 0,25m para a largura e 0,14m para a altura.

Do lado sudoeste, logo fazendo um ângulo de 90°, existe a saída do canal o qual é executado em tubo metálico, com diâmetro interior de 0,07m, e situando-se a 0,245m do fundo da caixa(fig.129).

Aproximadamente seguindo a direcção sul, e imediatamente anexa à saída descrita anteriormente, situa-se outra tubagem de saída de água com forma elíptica(largura max. 0,10m x altura max. 0,065m) e situada a 0,25m do fundo.

(52) VITERBO, Sousa-*Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, vol.I, Ed. Imprensa Nacional, casa da Moeda, 1988, op.cit. pp.61.

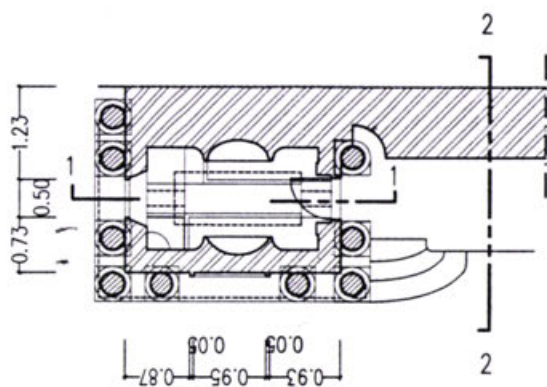
(53) FONSECA, P.Francisco *Évora Gloriosa* - Dos quatro tomos da Évora ilustrada, que compoz o R.P.M. Manoel Fialho da Companhia de Jesus - Escrita, acrescentada e amplificada pello P. Francisco da Fonseca, Roma - 1728, pp.107 e ss. [B.P.E., novos reservados cota 1626].



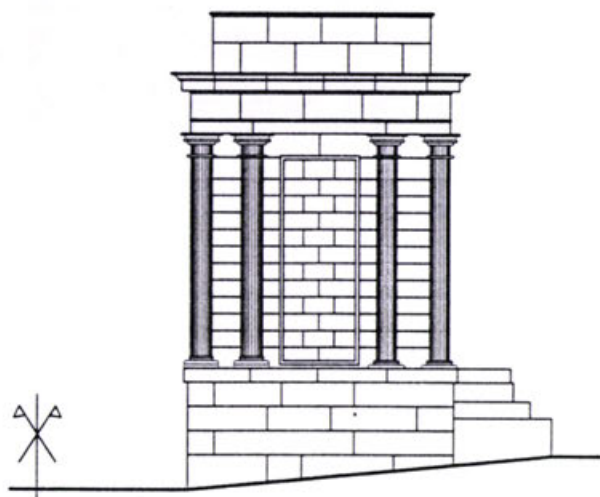
Fig.125 - Vista a partir do cruzamento da Rua Nova com a Travessa do Sertório.



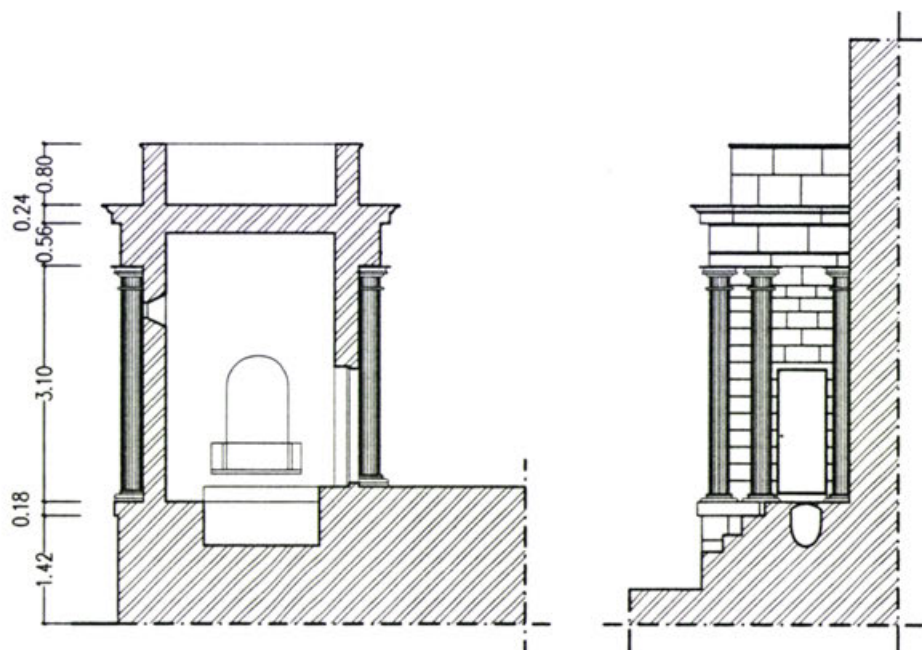
Fig.126 - Vista a partir da Travessa do Sertório.



Planta

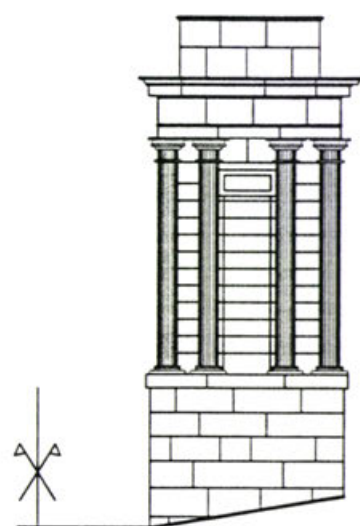


Alçado - Travessa do Sertorio



Corte 1-1

Corte 2-2



Alçado - Rua Nova

escala 1/30

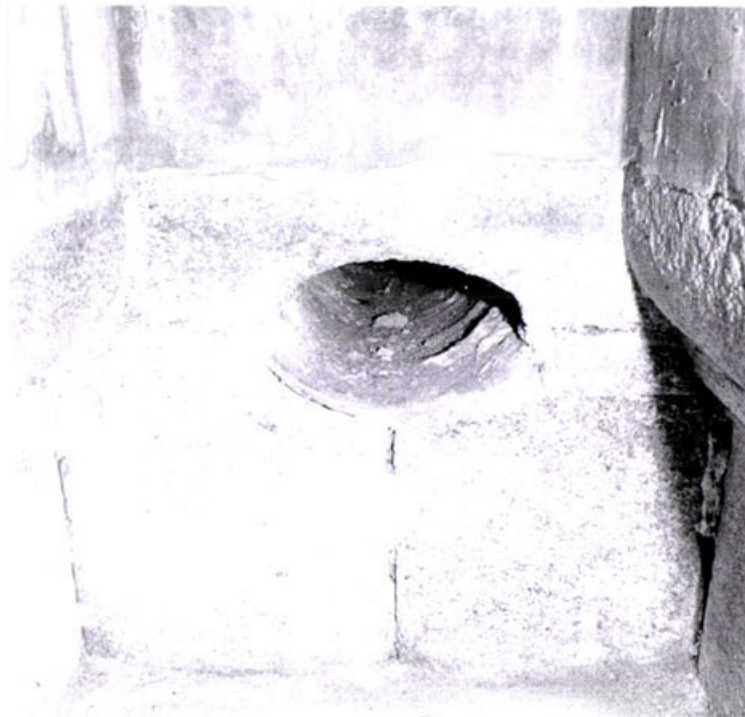


Fig.128 - Pormenor do canal condutor ao chegar à caixa.



Fig.129 - Pormenor do canal condutor ao sair da caixa.



Fig.130 - Planta de localização à escala 1/2000.

1.4.1.16 - Caixa na Ruancha

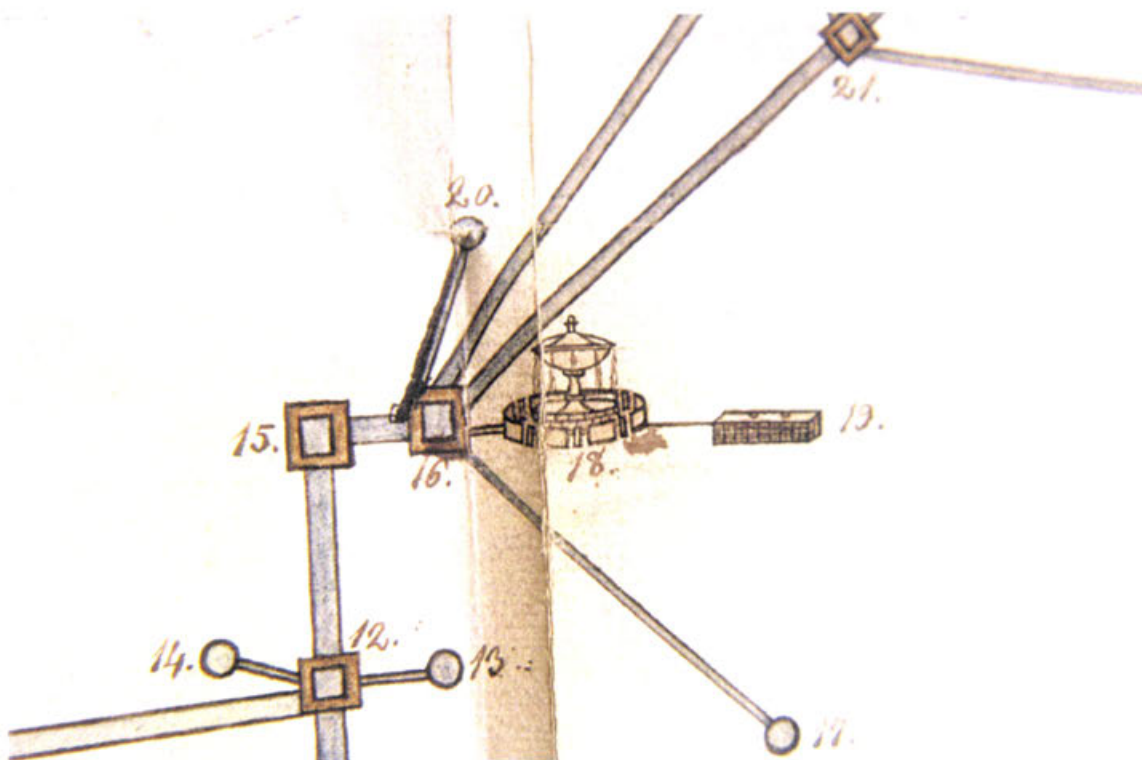


Fig.131 - Caixa de registo assinalada na planta com o número 16.

Localiza-se no cruzamento da antiga Ruancha (actual Rua João de Deus) com a Rua Nova e apresenta um desenho extremamente sóbrio, com planta quadrangular, paredes em alvenaria de pedra argamassada, rebocadas e caiadas a branco e cobertura em cúpula construída com tijolo maciço igualmente argamassado, rebocada e caiada na cor branca (figs. 132 e 134).

Interiormente o pavimento da arca é formado por um bloco em granito onde existem escavados três receptáculos interligados:

- O recipiente mais fundo, situado a sueste com 0,48m de profundidade máxima, é onde existem duas prumadas de saída de água cobertas por ralos em cobre com um diâmetro de 0,10m cada. Destes tubos, um abastecia subterraneamente a actual fonte da Praça do Geraldo, funcionando a canalização como sifão, enquanto que o outro seguia para uma caixa, também subterrânea, existente junto ao sétimo arco da galeria pedonal da Praça do Geraldo a contar do cunhal da Rua Nova. Esta última caixa servia de abastecimento ao edifício da cadeia, S.Francisco e Rossio de S.Brás, tendo uma

profundidade tal que lhe permitia regularizar a velocidade de escoamento nos troços seguintes.

- O recipiente menos fundo situa-se a noroeste tendo uma profundidade de 0,16m, a qual coincide com a cota do ladrão localizado na parede sudoeste. Relativamente à parede noroeste ela não apresenta qualquer saída de água, encostando directamente à empena de um edifício. Muito embora, a nível do piso térreo, este edifício apresente arcaria, esta faz parte de uma galeria para passagem pedonal, não havendo qualquer relação entre estes arcos e o aqueduto. As construções, neste troço do arruamento, avançam ao nível do 2º piso sobre a referida galeria, facto que inviabilizaria qualquer acesso a um canal condutor de água.

- O recipiente central tem uma profundidade intermédia e uma cota máxima de 0,42m. É para aqui que corre da parede nordeste o canal condutor do aqueduto o qual é elevado sobre arcaria, e adossado a terraços de edifícios.

A saída do canal no interior da caixa é constituída por uma manilha cerâmica, não vidrada, com um diâmetro interior de 0,15m. Do lado sudoeste existe, a uma cota superior à do nível máximo da água, uma abertura formada por peça cerâmica em meia cana e duas tijoleiras fazendo de cobrimento. Tal abertura, situada a 0,26m do fundo do recipiente, permite a saída da água em excesso e a ventilação do líquido que atravessa a caixa. No mesmo lado existe uma tubagem horizontal em cobre, com 0,045m de diâmetro e, a uma altura de 0,04m do fundo da caixa, que constituía o registo de água para o convento de Santa Catarina.

Pode-se defender a tese que esta ligação de água se terá feito, num primeiro troço, sobre arcaria, a qual atravessando a Ruancha na direcção da igreja de Santo Antão, seguia depois por esta rua para noroeste até à antiga Rua dos Goyos hoje desaparecida. Tal teoria fundamenta-se num documento que relata um óbido, ocorrido em Évora, e onde se refere a existência de arcaria do lado da igreja de Santo Antão: *Aos 2 abril de 1616 falleceo maria mendes casada m^{ra} na Ruancha debaixo do arco da parte de S. Antam molher dehum alfaiate*⁽⁵³⁾. Sabendo-se de, os arcos do aqueduto, serem ocupados por pequenas habitações, e do facto da casa em questão se situar sob um arco do lado da igreja, pode-se defender a existência de um ramal aéreo do aqueduto construído no ano de 1554 data da primeira concessão de água ao convento.

Na parede sueste encontra-se a entrada para a arca de água, que necessariamente teria tido, adossada ao pilar que a suporta, uma escada exterior em material petreo que permitisse um fácil acesso para as indispensáveis inspecções, periódicas, feitas pelo provedor do cano. A sua porta é de execução recente, em madeira com pintura em muito mau estado, e trancada exteriormente por um fecho de correr, em ferro.

As paredes interiores apresentam superfícies, com várias rientrancias, rebocadas e caiadas a branco. A cobertura é em abóbada de cúpula, rematada nos cantos interiores com motivos estilizados, muito simples.

A caixa, anteriormente descrita, situa-se no cruzamento da arcaria que existe ao longo da Rua Nova com a Rua João de Deus, sendo a cota do actual pavimento de 293,12. A porta de acesso ao interior da caixa situa-se à cota 297,42, enquanto que a do ladrão é de 297,27. Esta caixa de registo, elevada sobre arcaria, encontra-se ligada por tubagem a uma outra subterrânea, situada junto ao sétimo arco contando a partir da Rua Nova e no sentido da Praça do Geraldo.

Esta segunda caixa cuja abertura, que lhe permite o acesso, se situa entre o pilar do referido sétimo arco e o lancil do passeio pedonal, está tapada com lage em granito (0,77x0,65m) tendo no centro uma argola metálica, para facilitar a sua remoção. Existe documento datado de 1903 (Apêndice documental-doc.21), o qual descreve pormenorizadamente o interior desta caixa, classificando-a como uma fonte subterrânea. Todos os autores consultados, e que a ela se referem, são posteriores a 1903 limitando-se a fazer citações do documento.

Contudo, devido à sua localização, tipo de construção e datações que subsistem, poder-se-á defender que ela foi construída para desempenhar fundamentalmente a função de caixa de queda no sistema de distribuição de água, de que, o troço do aqueduto fazia parte integrante. O enorme desnível existente, a partir da plataforma mais ou menos regularizada que foi a Praça do Geraldo no sentido de S.Francisco ou do Rossio de S.Brás, terá levado à necessidade de se construir uma, ou até mais caixas subterrâneas, com profundidades devidamente calculadas, que servissem para regularizar a velocidade de escoamento da água.

Na parede lateral, à cota de fundo da caixa, existe gravada a data de 1592. Sabe-se que o abastecimento próprio ao edifício da cadeia foi concedido em 1591, e que a fonte ao Rossio de S.Brás foi mandada construir em 1592. Poder-se-á portanto defender que esta caixa subterrânea teria sido construída, ou reformulada, nessa data devido às duas novas obras de abastecimento. À data, São Francisco, já tinha até ao seu adro o aqueduto terminado.

Existe nova inscrição de 8-10-1912 e que resultou da reparação, necessária de efectuar, na abóbada desta caixa. Tiveram à época, os operários o cuidado de deixar nela inscrita a data da modificação efectuada devido a derrocada.

No seu fundo, o receptáculo é circular, com 0,58m de diâmetro e 0,40m de profundidade(fig.136) a partir daí deveria situar-se a canalização principal destinada a São Francisco.

As três saídas de água, que se vêem nas paredes laterais, andam duas a 0,97m do nível do fundo, e outra a 0,89m (fig.137). É sensivelmente a esta cota que se vê a data de 1592, gravada (fig.138).

Todo o interior da arca encontra-se em bom estado, e sem qualquer vestígios de água, tanto nas várias tubagens cerâmicas existentes, como no receptáculo do fundo, embora a observação tivesse sido efectuada durante o mês de Fevereiro.

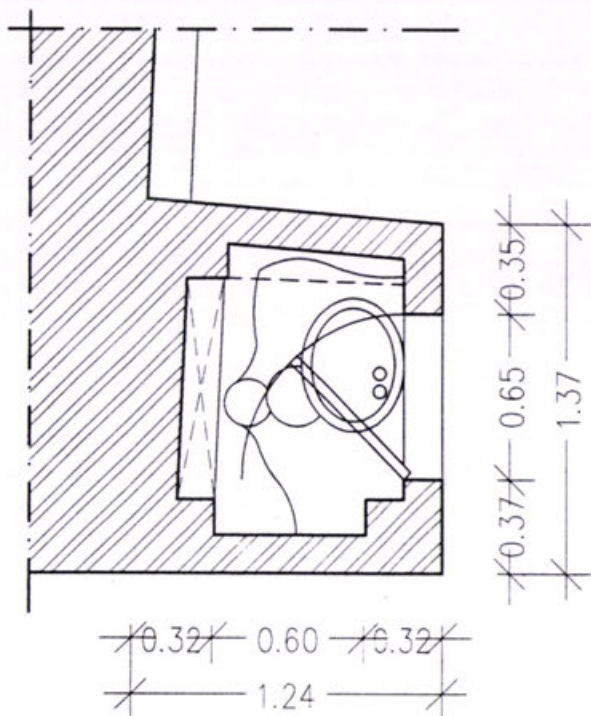
O acesso é dificultado pelo facto do nível do pavimento, da Praça do Geraldo, ter subido existindo uma diferença de 2,30m entre o referido nível e a cota do arranque da escada para acesso ao fundo da caixa (fig.135). Simultaneamente persiste algum entulho, resultante das últimas obras, o qual ficou espalhado, quer sobre alguns degraus quer depositado no fundo da arca.



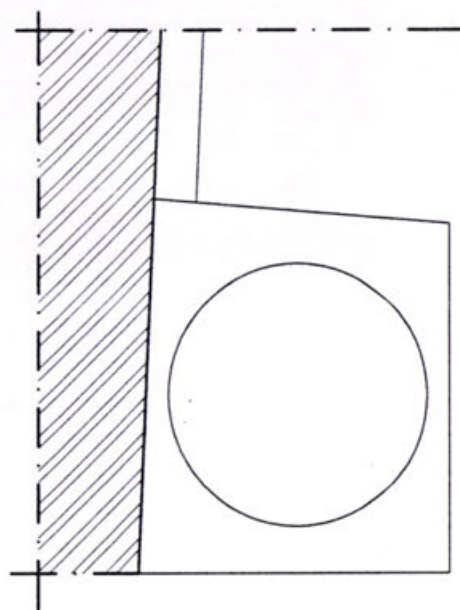
Fig.132 - Vista da caixa de Registo.



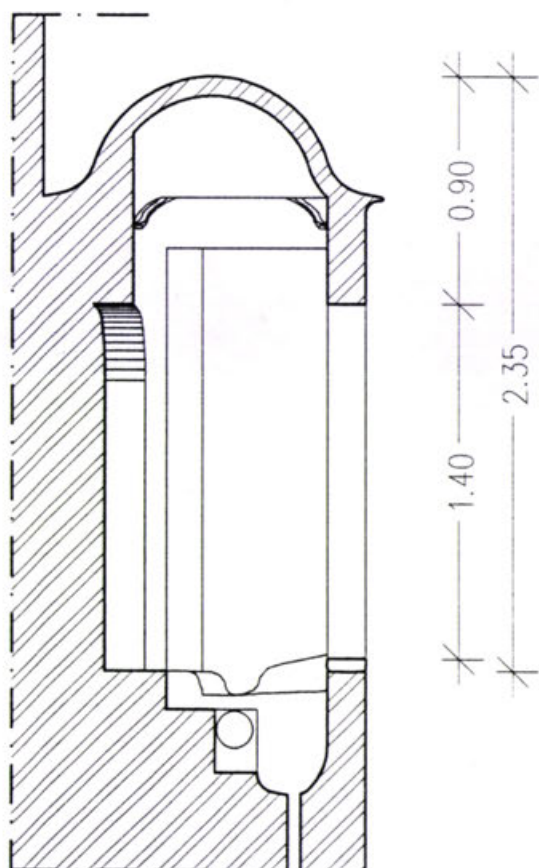
Fig.133 - Planta de localização da caixa de registo(1), e da caixa de queda(2), à escala 1/2000.



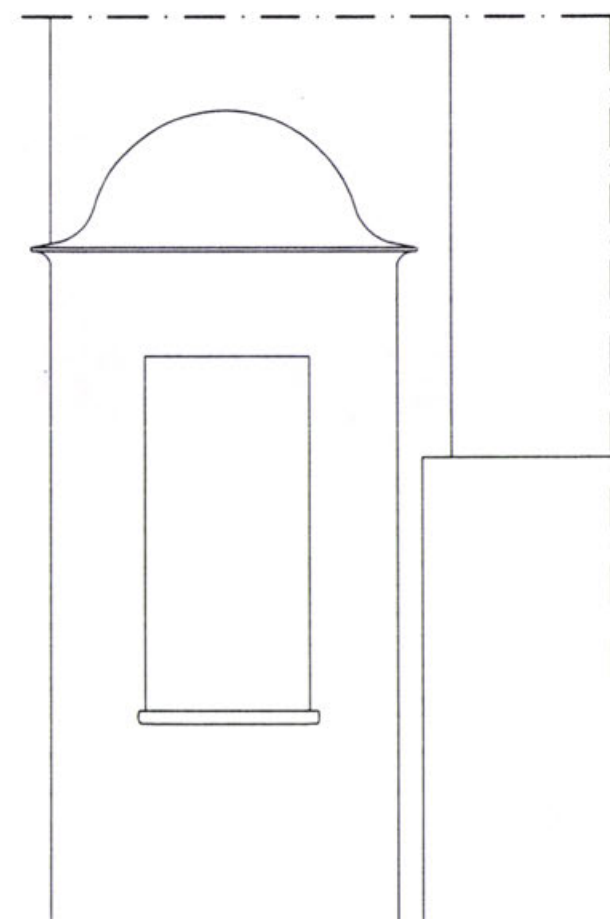
Planta



Cobertura



Corte 1-1



Alçado - Rua Nova

escala 1/30

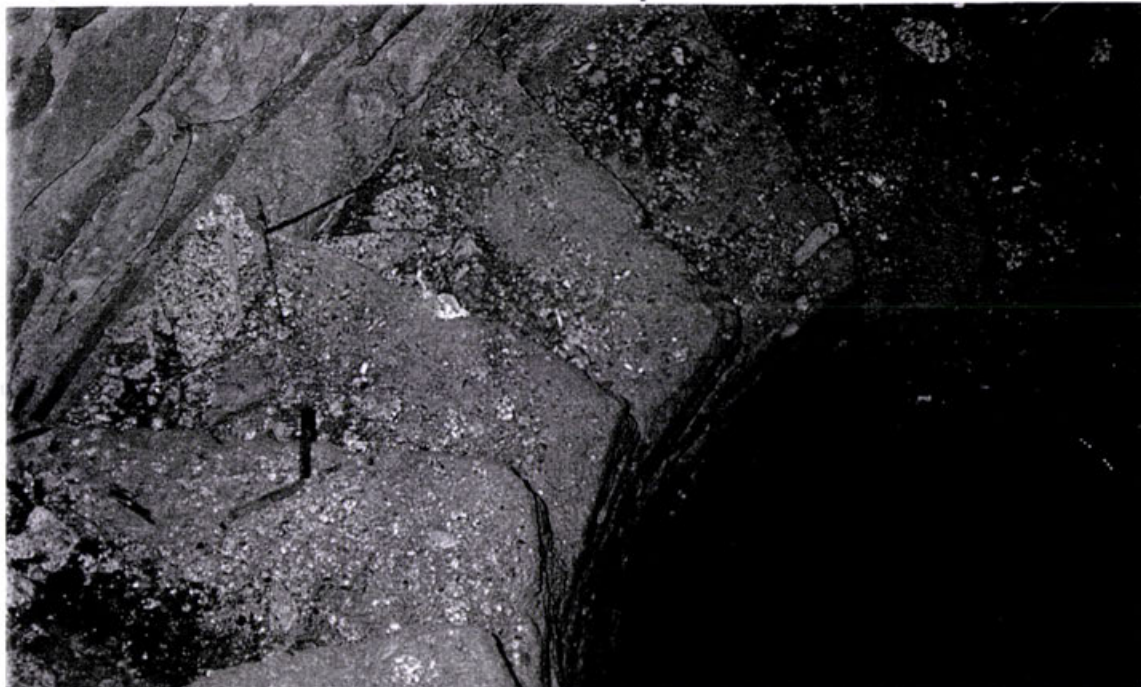


Fig. 135 - Escada de acesso ao fundo da caixa de queda, (fotografia gentilmente cedida por A. Durão).



Fig. 136 - Receptáculo central, no fundo da caixa de queda, (fotografia gentilmente cedida por A.Durão).

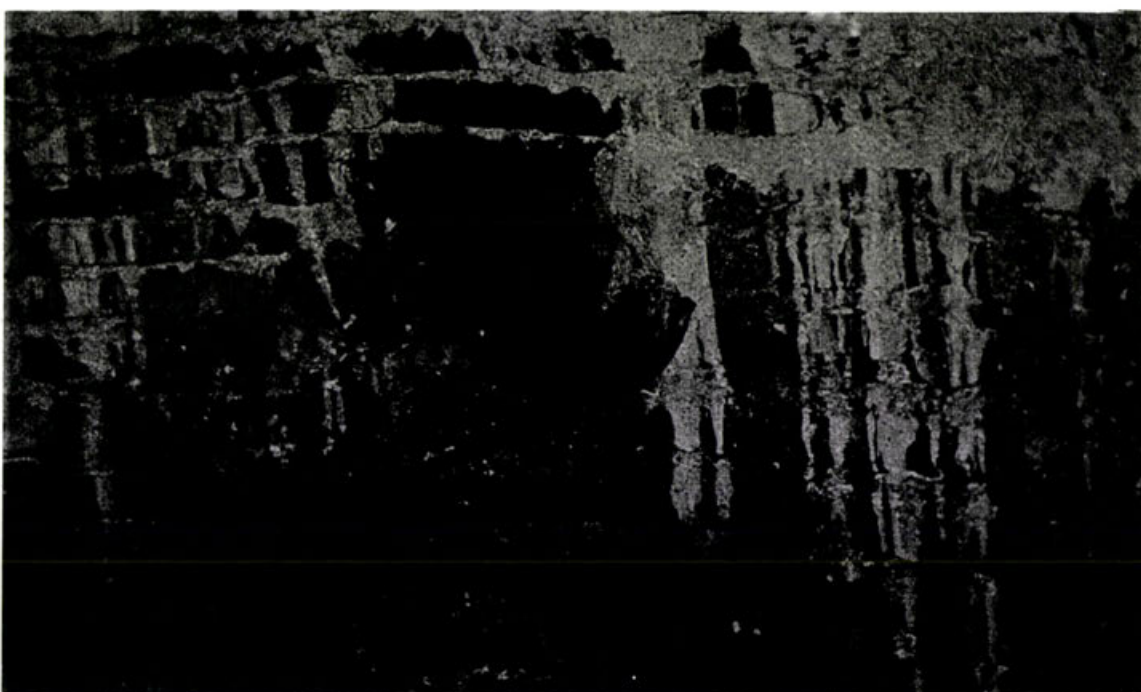
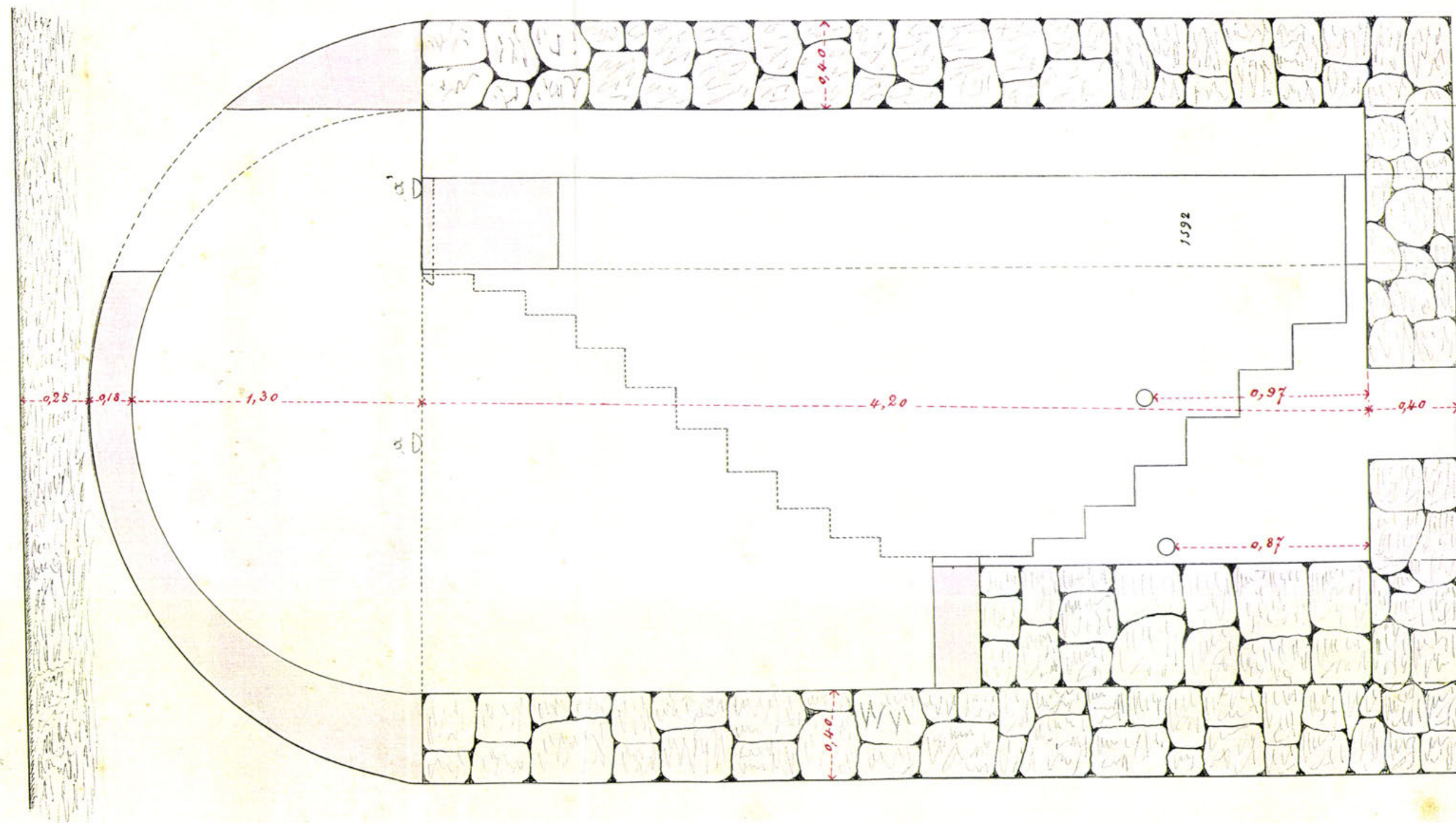


Fig. 137 - Saída de água no interior da caixa de queda, (fotografia gentilmente cedida por A.Durão).

Fonte na Praça do Galvão da era de 1592

Corte em A B com a projeção da escada em espiral



Planeta

0.55 0.465 0.40 0.465 0.40 0.70 0.30

Evora 19 de Março de 1902

Anticivilized Savins
can go to Johns highway

116

1.4.1.17- Santa Catarina

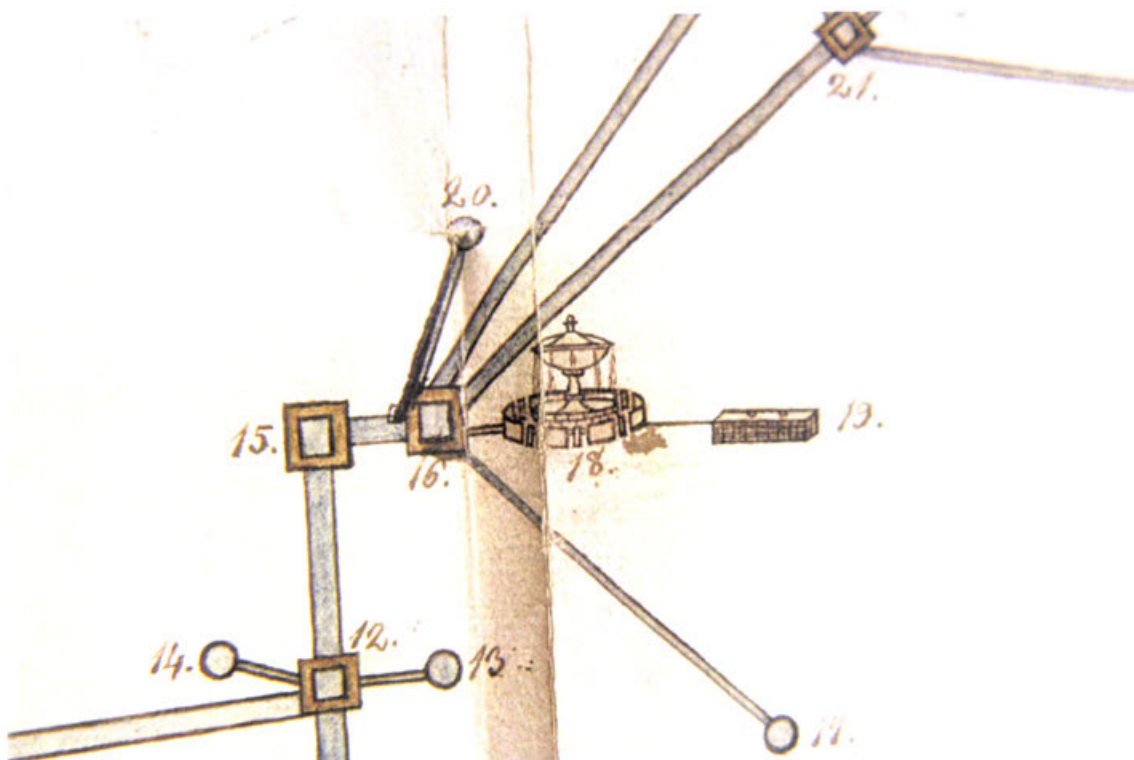


Fig.140 - Abastecimento de água ao Convento de Santa Catarina assinalado na planta com o número 17, e nela descrito como tendo *meio anel* de água do aqueduto.

Desde 1400 que viviam em recolhimento, na então denominada Casa das Estações, junto à ermida de Santa Marta, uma comunidade feminina. Foi em 1490 que, por influência da proximidade do Convento de São Domingos, professaram a terceira ordem de S.Domingos, sob a protecção de Santa Catarina de Sena.

Dado o espaço limitado de que dispunham, as freiras solicitaram, ao então conde do Vimioso, a ermida de Santa Catarina de Sena. Para além de tal, lhes ter sido concedido, receberam também auxílio, na construção do futuro edifício do mosteiro.

Em 1547, encontrando-se já parte do convento terminado, mudaram-se para aí as 24 religiosas, que então professavam em Santa Marta.

É só, contudo, a 12 de Março de 1554, que D.João III lhes concede a sua primeira provisão de água, doada nas condições usuais, às dos outros conventos da cidade (fig.141):
...farão uma arca onde a dita agoa entrar no cano do mosteiro com sua porta e fechadura, e a chave dela se entregará a quem tiver argo o dito cano grande da dita arca para o mosteiro irá todo o dito cano por baixo do chão para que não faça dano às ruas e vizinhos delas⁽⁵⁴⁾...

Na realidade o cano, para abastecimento ao convento, sai da caixa situada na Ruancha, atravessaria a referida artéria no sentido da igreja de Santo Antão, seguindo para noroeste, e descendo em seguida ao longo da desaparecida Rua dos Goyos, a qual deveria ligar a Ruancha à Rua do Imaginário. Devido ao desnível acentuado de cotas, certamente, terão existido caixas subterrâneas, intermédias, que permitissem uma regularização da velocidade de escoamento. Era, nesta altura, mestre das obras do cano real Diogo de Torralva, o qual sucedeu neste cargo a Francisco Arruda, por morte dele.

Mais tarde, a 31 de Dezembro de 1701, D.Pedro II faz concessão de mais uma pena de água, nos seguintes termos(figs, 142 a 144):

Alvará d'uma pena de agoa mais do q'tem

... Porem como pello dicurso dos annos crescera o numero das religiosas, e se acharem de prezente setenta pessoas dentro da clauzura do ditto Mosteyro não era bastante a ditta penna da agoa assim p^a beberem como pena dispendere no mais que lhes era necessário por cuja cauza padecam m^{tas} necessidades compranda a muitas vezes de carroto em que fazia grande despeza...

... pedindome lhes fizese merce mandar se lhes desse novo anel da dita agoa, que era a menos de que necessitava, e visto o mais que alegaram ⁽⁵⁵⁾...

Sabe-se, muito embora do antigo convento não exista rigorosamente nada, que no antigo claustro se situava uma cisterna, que complementava o fornecimento da água proveniente do aqueduto da Água da Prata.

(54) *Regimentoop.cit.* na nota 6, fol.54.

(55) *Ibidem*, foll.53 v. e 54.

Provisão da água que se deu ao convento de Santa Catharina de Sena d'El Rey Dom João. o 3.º em X11. de Marco de. M. D. L. IIII.


J VIZ Vereadores. P.^{dor} e officiaes da cidade de Euora E. u El Rey vos en-
 uiu muito saudar. Avendo respeito a necessidade, que a Prioressa. & freiras
 do mosteiro de Santa Caterina de Sena da ordem de São Domingos tem de
 agoa, & querendol'hi fazer graça, & merce por esmola eij por bem, & me praz,
 que do cano da agoa da prata se lhe de aquella cantidade de agoa, que couber por hui
 buraco redondo tamanho como este, que nestaminha carta vay segurado, que he hui
 circulo branco metido em hum quadrado preto  & farsea hum cano de me-
 tal de tres palmos de comprido, que tenha o vaõ do buraco tamanho como o ditto
 circulo o qual buraco se fara no ditto cano todo de hum tamanho igualmente de
 sua parte, & outra, & assentarseba ao oliuel de maneira, que não possa entrar
 mais agoa pello ditto cano para ir ao ditto mosteiro da que couber pello ditto vaõ
 desse entrando ao oliuel, & para que em todo o tempo se possa visitar, & ver

Fig. 141 - Provisão da primeira porção de água atribuída ao Convento.

E U EL R
 Alvará porq' S. Ma. E Desigiozas do M.
 q' de fas merce ao most. de Sta Catharina d'gua taras, que os Senhores.
 pena de agoa mais daq' Cannos da agoa da s.
 no Anno de mil e quin.
 dos Annos cresera enu

Fig. 142 - Alvará da segunda provisão de água.



Fig. 143 - Santa Catarina - frente da chave-padrão, que apresenta um comprimento de 0,064 m.



Fig. 144 - Tardoz da chave-padrão.

1.4.1.18 - Fonte da Praça

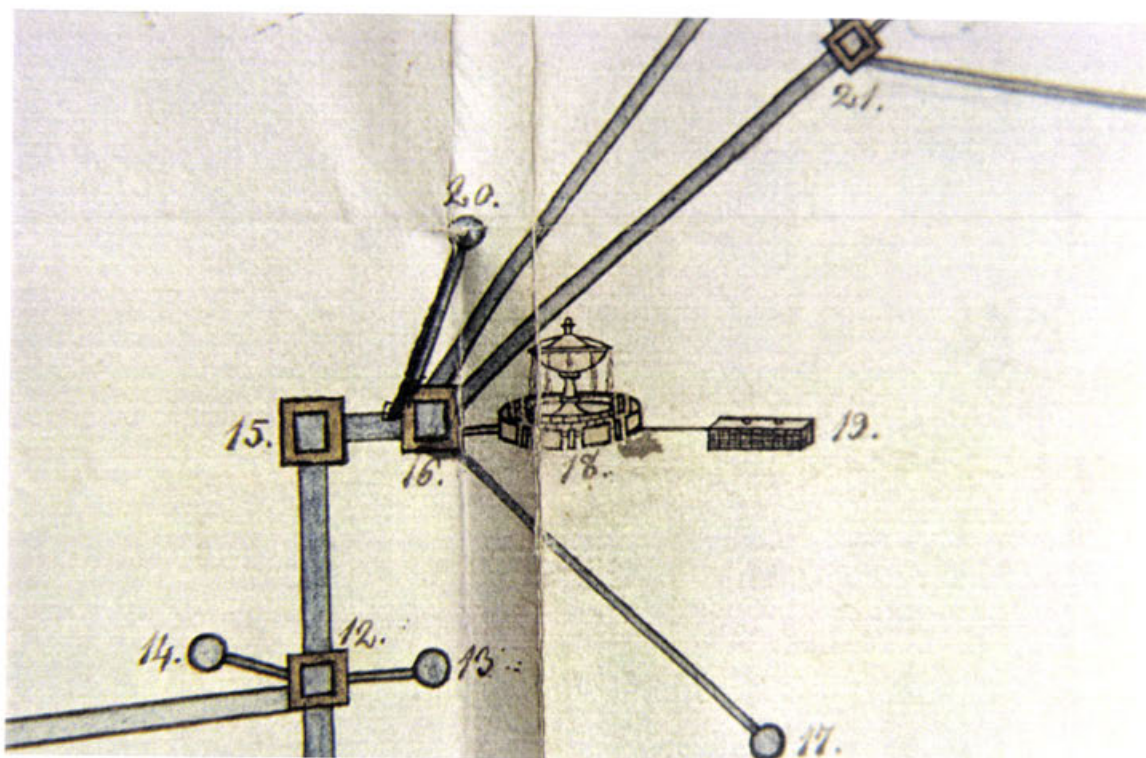


Fig. 145 - Fonte assinalada na planta com o número 18, e nela descrita como tendo oito bicas.

Sabe-se que na antiga Praça Grande, actual Praça do Giraldo, mandou D.João II construir em 1481, um chafariz em mármore localizado ... *no canto da Praça com a rua da Selaria* ⁽⁵⁶⁾...

O referido chafariz, que não tinha água própria, era abastecido por um poço que existia na Rua da Selaria, junto à Torre de Rei Sezibuto. Conhecido como poço do Senado integrava-se este, em construção própria ...*tendo como ante-portal de entrada um alpendre arquivado com colunas em granito da região na ordem toscana* ⁽⁵⁷⁾...

Em 12 de Fevereiro de 1498, o Rei D.Manuel I manda passar um alvará no qual ordena ...*que seja entregue ao juiz, vereadores e oficiais da cidade de Évora, a azemalha, alcatruzes e a cadea que tem nos Paços, que são para o poço da dita cidade* ⁽⁵⁸⁾... A 10 de Agosto de 1498, volta o Rei a escrever à Câmara, dizendo...*ter-lhe constado que o chafariz da Praça desta cidade se não enche mais do que uma vez por semana, manda assim que*

(56) MONIZ, Manuel Carvalho - *A Praça do Giraldo*, Évora, 1984, p.45.

(57) Gil do Monte, *op. cit.* na nota 39, 1º vol. p.73.

(58) Manuel Carvalho Moniz, *op. cit.* na nota 56, p.46.

se dêem providências para que esteja continuamente cheio, ou pelo menos, um dia sim e outro não ⁽⁵⁹⁾... A 30 de Agosto de 1500 escreve, nova carta, à Câmara, onde ...*manda pedir informações de quanto poderá custar o corrigimento que for necessário ao poço de que vem a água ao chafariz da Praça, assim di alcatruzes, canos de cadeias, como de qualquer outra necessidade* ⁽⁶⁰⁾...

Com a construção do aqueduto da Água da Prata, por D.João III, este monarca converte em fonte, o antigo pórtico romano que existia no topo noroeste da então denominada Praça da Água da Prata. É por um chafariz, com dois leões em mármore de origem romana, que corre a 28 de Março de 1537 a primeira água trazida da Graça do Divor pelo cano real. É então, ainda mestre das obras do cano, o arquitecto Francisco de Arruda.

O chafariz, até então existente junto à Rua da Selaria, torna-se inútil e é daí removido, para no mesmo local, ser implantado o pelourinho da cidade, que anteriormente existia junto ao pórtico.

Tais factos são-nos relatados, em parte, no texto que em seguida se transcreve:

Insigne portico Romano -

185 - No lugar, em que está a fonte, estava antecedentemente hum antigo, e magnifico Portico Romano composto de tres arcos triunfaes, ordenados de diversas ordens de colunas, arquitravas, frizos, nichos, e estatuas de preciosos marmore, que ocupava com pomposa prespectiva toda a largueza da praça; este portico converteo e transformou D.João em fonte, e a elle dirigio o curso da sua agoa da Prata que começou a correr nelle em 1535, e porque de fronte do arco principal onde corrião as bicas da fonte ficava o pelourinho, o mudou para o sitio em que hoje está, tirando delle, como inutil, o chafariz, que D.João II (como dissemos) em 1481, tinha alli levantado⁽⁶¹⁾...

É já no tempo do cardeal D.Henrique, que este ordena a demolição do pórtico, por ocultar em parte a fachada da igreja de Santo Antão, entretanto construída. No seu local, e em substituição do chafariz aí existente, manda construir a actual fonte, a qual era abastecida igualmente por água proveniente do aqueduto, por canalização subterrânea e a partir da caixa na Ruancha.

Em 1570, Affonso Alvares é nomeado, por morte de Manuel Pires, mestre das obras do cano da Água da Prata da cidade de Évora, e mestre das obras reais da comarca do Alentejo. É nesse mesmo ano mandado a Évora, para tratar com a comarca da remoção do referido arco romano, e para a construção da nova fonte. A carta dirigida,

⁽⁵⁹⁾ *Ibidem.*

⁽⁶⁰⁾ *Ibidem.*

⁽⁶¹⁾ P.Francisco Fonseca, *op.cit.* na nota 52, p.107.

a 21 de Agosto de 1570, à Câmara tem o seguinte texto:

...Juiz, Vereadores e Procurador da cidade de Évora, o Cardeal Infante, vós envio muito saudar.

Afonso Álvares, cavaleiro fidalgo da minha casa, vai a essa cidade de mandado de El Rei meu Senhor, a dar ordem ao assento da fonte que tem mandado fazer, no lugar da praça onde convosco e com o provedor do caso praticará conforme a tenção de sua altesa, também pera mandar desfazer o arco que atravessa a Rua Ancha e o chafariz e pórtico onde agora corre a água da prata a tee o fundamento pera ficar terreiro diante da porta principal da igreja de sancto Antão, e porque ha de mandar levar pera o Collégio da companhia as columnas grandes e as maes que servirem do ditto pórtico, vos agradecerai parecer-nos bem por que el Rei meu Senhor lhe tem dellas feito mercê. De cintra a 21 dagosto Lourenço de Figueiredo a fez año de 1570. (assinado) O Cardeal Infante ⁽⁶²⁾.

A 6 de Novembro de 1571 chega á cidade, o grande bloco de pedra mármore destinado à construção da fonte, e cujo diâmetro é de 11,22m(fig.146). Por tal, foi necessário proceder-se ao alargamento da Porta da Lagoa, por onde este passou.O Padre Manuel Fialho descreve esta fonte da seguinte forma:

Sobre uma coluna que lhe serve de pé, feita como ao torno, já mais grossa já mais delgada, se levanta e assenta uma formosa taça e sobre esta e imediatamente fazem roda todas as peças de que essa fonte se compõe, uma só peça, assentam outras menores, representando uma só e sobre esta uma que medida ela se achou ter 52 palmos de circunferência e 17 de diametro e sobre esta com outra como as que tem debaixo e por remate tem encima uma outra pedra oitavada com tres palmos de altura e pouco menos de diametro e porque se trata de ser a Imperatriz das fontes, está coroada com uma imperial coroa⁽⁶³⁾...

Sabe-se que foi dispendida na sua construção, a quantia de 5000 cruzados, e...o povo pagou os arredores ⁽⁶⁴⁾...

É ainda o Padre Manuel Fialho, que nos descreve as medidas cautelares tomadas, quando se verificou a existência de uma inclinação, no eixo vertical da fonte:

...Em nossos dias pouco antes do ano de 1670, levantaram a esta fonte um falso testemunho. Publicou-se que com toda esta sua máquina ameaçava ruina. Caiu o dito em tão boa terra que, sem mais exame, mas com zelo de que não se arruinasse, lhe acudiram com pontões a toda a roda. Neste estado esteve alguns anos até ao tempo ou quem tinha necessidade de lenha, lhe foi tirando os pontões e nunca teve ruina e assim se conserva hoje ⁽⁶⁵⁾...

⁽⁶²⁾ *Livro dos originais da Câmara*, 6ºvol,p.258,[A.D.E.].

⁽⁶³⁾ FIALHO, P.Manuel - *Évora ilustrada*, 3ºvol., p.156v.

⁽⁶⁴⁾ *Ibidem*, 2º vol., p.161.

⁽⁶⁵⁾ SIMÕES, A.Filipe - "Anedotas Eborenses", *Folhas do Alentejo*, nº 43, 3 de Julho de 1864.

Sendo o ramal de abastecimento a esta fonte, subterrâneo, ele deriva da caixa designada em planta com o número dezasseis, e cuja cota de soleira é 297,42. Esta fonte, distanciada 42m para sueste da referida caixa, apresenta bicas metálicas para saída da água, a uma cota de 294,84, sendo de 292,14 a do actual pavimento(fig.147).



Fig. 146 - Praça do Geraldo
- fonte.

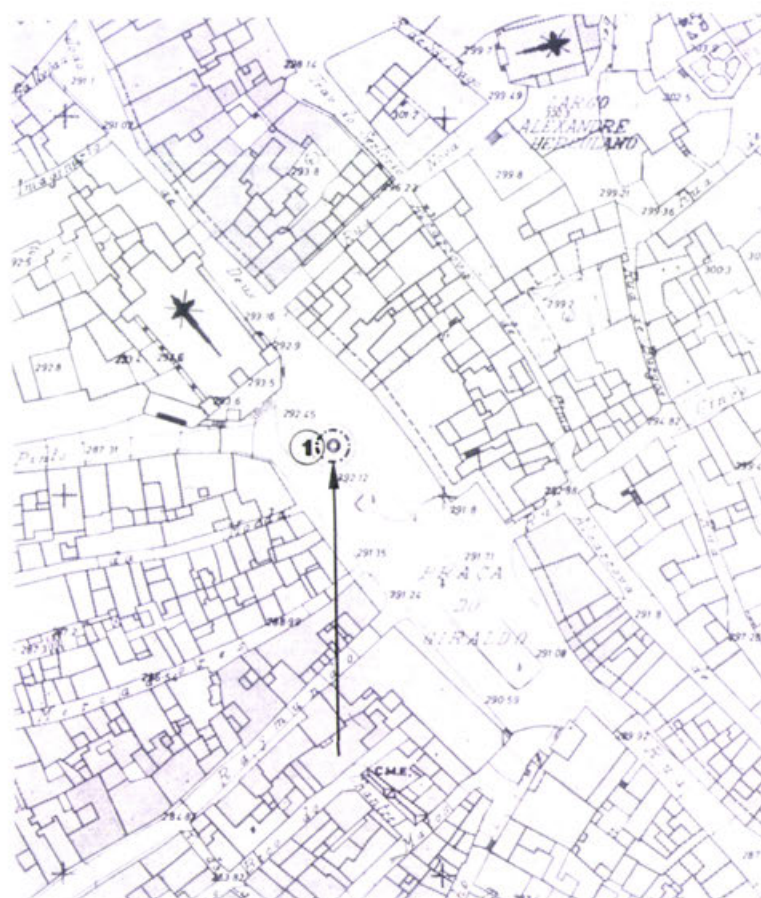


Fig. 147 - Planta de loca-
lização, á escala 1/2000.

1.4.1.19 - Chafariz

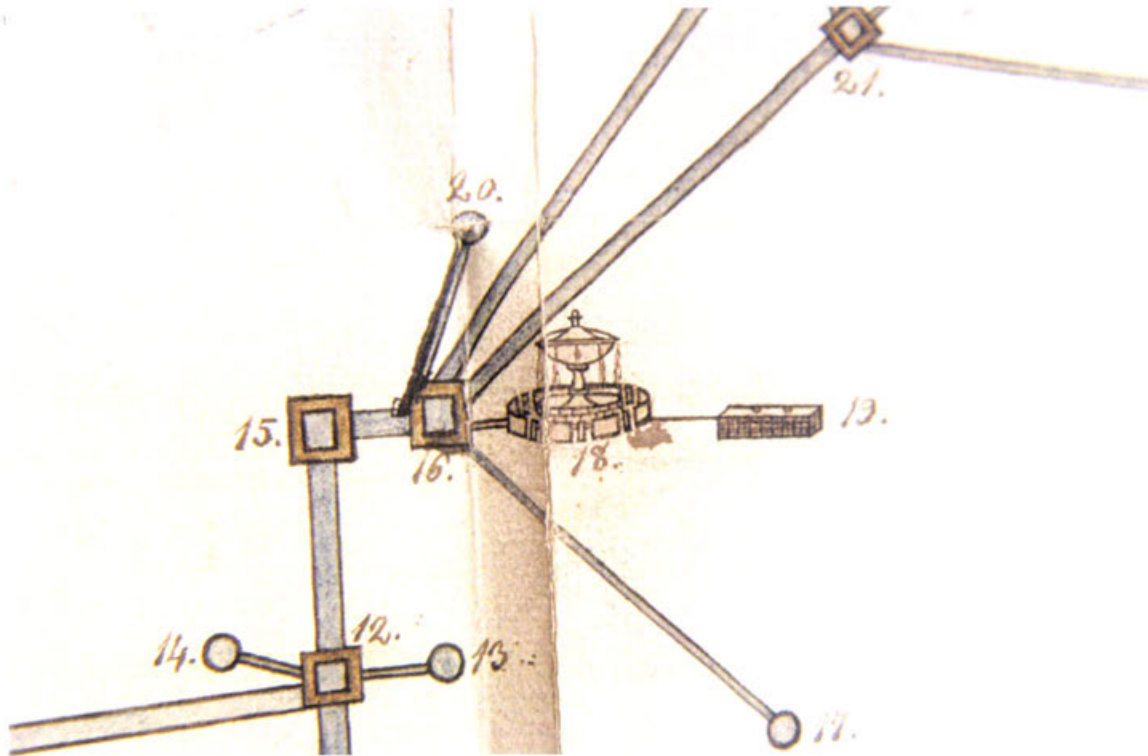


Fig.148 - Chafariz assinalado na planta com o número 19, e nela descrito como tendo duas bicas.

Situa-se no início da Rua d'Alconchel, do seu lado direito, e inserido no antigo palácio dos condes de Murça, fundado por D.Rui de Melo, conselheiro de D.João III, que o concluiu em finais do século XVI (figs. 149 e 150). Este chafariz, segundo Augusto Elerperk... *tem sofrido varias alterações acompanhando a evolução da fachada onde está inserido* ⁽⁶⁶⁾... Este mesmo autor descreve-o em 1849 da seguinte forma*ao prezente, debaixo de um semi-circulo de espaçoso diametro, contem um sofrível tanque, hoje destinado para bebedouro de cavagalduras* ⁽⁶⁷⁾...

A água, que corria nas suas duas bicas situadas à cota 290,35 (fig.151) era proveniente do cano real, através de canalização situada abaixo da cota do terreno natural (288,84). Era abastecida, por hipótese, a partir de caixa, também subterrânea, situada na Praça do Giraldo, junto ao sétimo arco a partir da Rua Nova. Tal congectura resulta de existir na referida caixa, uma saída de água na direcção deste chafariz, e com uma cota altimétrica aproximada, daquela a que se situam as suas duas bicas. A diferença de cotas

⁽⁶⁶⁾ Augusto Elerperk, *op.cit.* na nota 13, p. 220.

⁽⁶⁷⁾ *Ibidem.*

A representação esquemática, nas três plantas conhecidas com o traçado do aqueduto intra-muralhas, apresenta contudo, este chafariz abastecido a partir da actual fonte situada na Praça do Geraldo. Tal facto, não deverá ser exacto, pois sabe-se, que os sobejos da água desta fonte, foram utilizados para abastecer o edifício da antiga cadeia. Desconhece-se, contudo, até á data, qualquer outro documento que nos confirme o aproveitamento do líquido sobranter, para o referido chafariz.



126

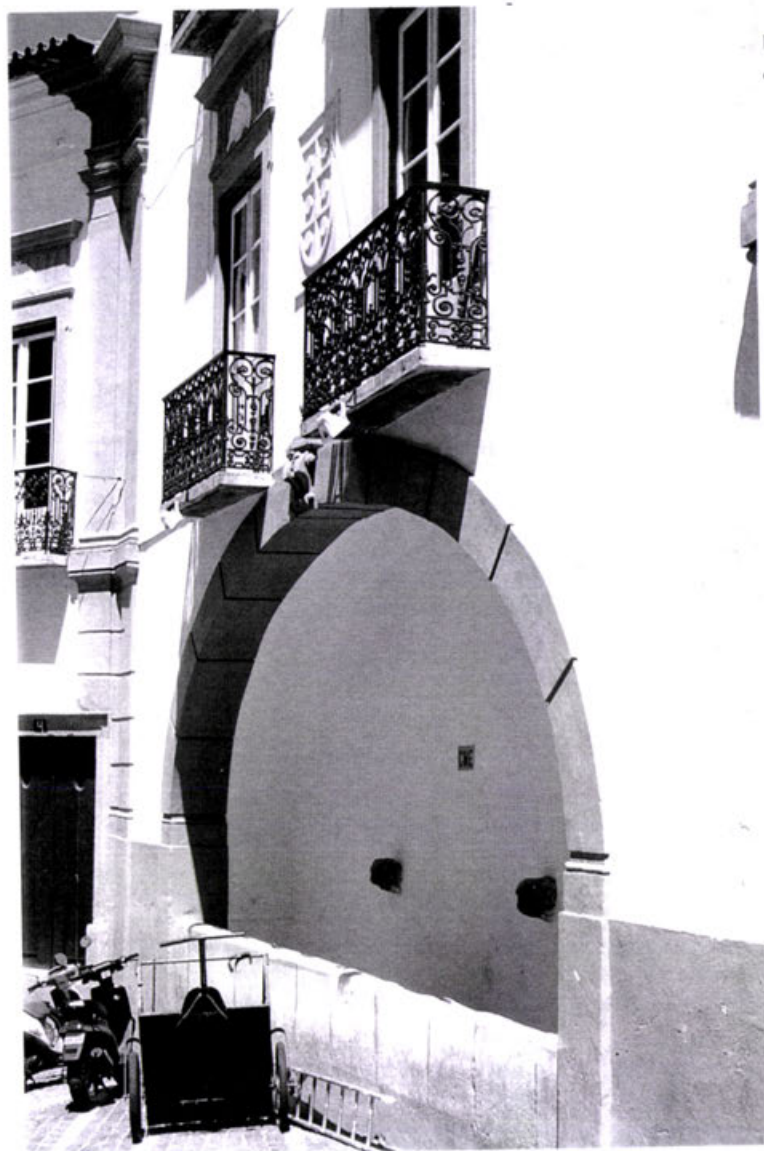


Fig. 150 - Rua Serpa Pinto -
chafariz.

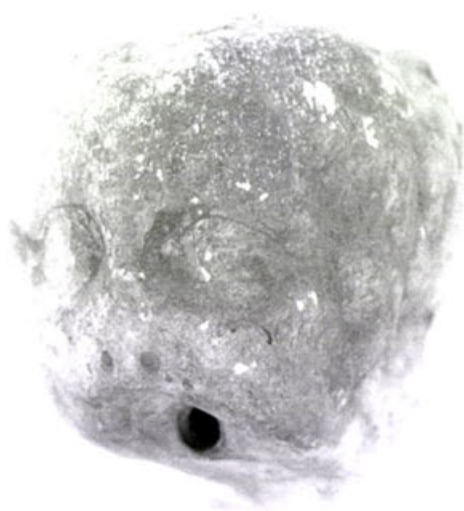


Fig. 151 - Pormenor de uma
das saídas de água do
chafariz.

1.4.1.20 - Cadeia

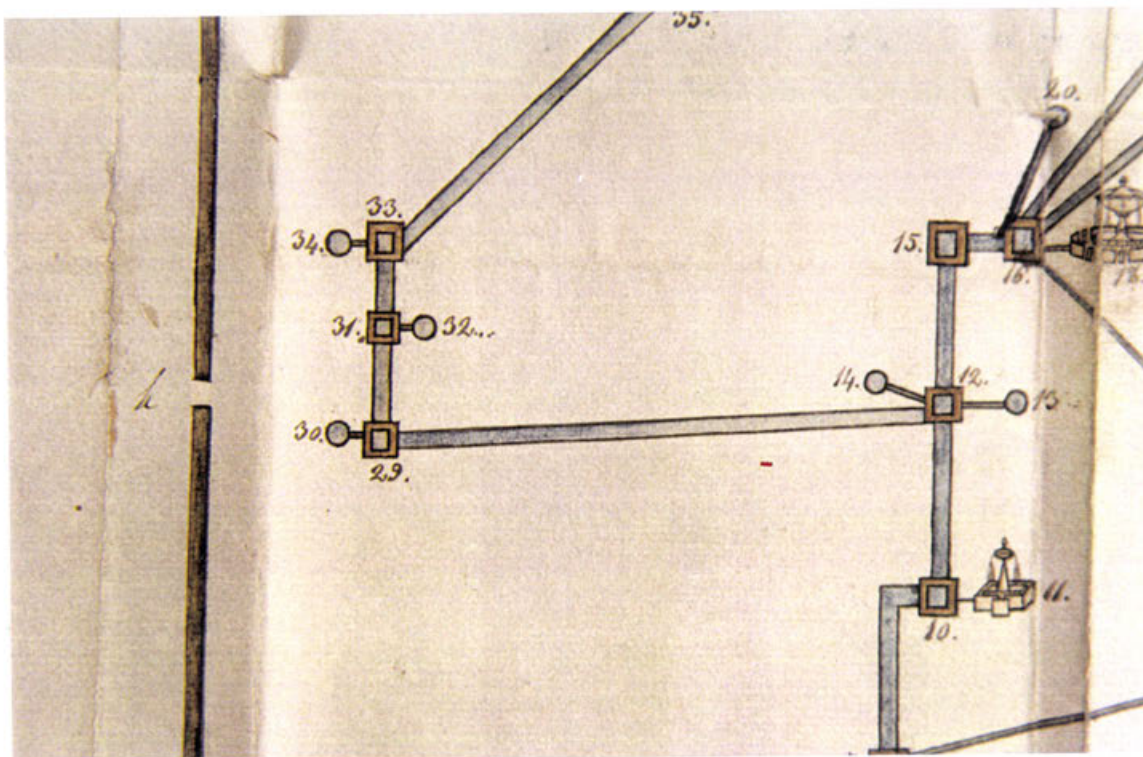


Fig.152 - Abastecimento de água à cadeia assinalada na planta, com o número 20, e nela descrito como tendo 4º d'anel de água do aqueduto.

Situava-se a cadeia comarcã do lado esquerdo, no início da Rua da Cadeia, actual Rua Romão Ramalho, imediatamente anexa ao antigo edifício dos Paços do Concelho, hoje Banco de Portugal. Mandada construir em 1504, pelo então alcaide-mor de Évora D.Francisco de Melo era, segundo descrição de Túlio Espanca *...um pesado imóvel de arcaria falsa e de menor volumetria arquitectónica do que o edificio da antiga camara* ⁽⁶⁸⁾...

Em 1521, sabe-se, que as condições da cadeia não eram muito boas, visto que, a 18 de Agosto do mesmo ano o Rei D.Manuel I envia uma carta aos vereadores e procurador da cidade dizendo que... *manda já fazer na cadeia a janela que dizem ser tão necessária para a cadeia não ser tão doentia* ⁽⁶⁹⁾...

É só a 20 de Dezembro de 1591 que, Filipe II de Espanha, concede uma porção de água das fontes do aqueduto, à cadeia (figs. 153 a 155). O texto desta provisão é o seguinte:

⁽⁶⁸⁾ Túlio Espanca, *op. cit.* na nota 45, pp.92 e 93.

⁽⁶⁹⁾ Manuel Carvalho Moniz, *op. cit.* na nota 56, p.77.

*Provisão da água que se con-
sede das fontes
e aqueduto à
cadeia da cida-
de de Évora por
El Rey D. Filipe o
1º em 20 de De-
zembro de 1591.*

Manda el Rey D. Sebastião meu sobrinho, que do chafariz da água da prata, que está na praça se fizesse um cano por onde fosse a água à cadeia para os presos beberem por a água, que vai pelo dito cano ser do chafariz onde o povo põe os cantaros, e os enxaguão não fica limpa, e por esse respeito era pouco proveitosa a saúde dos presos, e lhes causavam muitas enfermidades, e além disso se lhes entupia o cano muitas vezes, e ficarão sem água pelo que devia de mandar que se lhe desse uma pena de água limpa por a haver em abundância, e que à custa do dinheiro da fábrica do cano se fizesse esta obra que poderia custar até 15 mil reis e assim se reformassem as latrinas onde a água do cano caia na dita cadeia, e que assim, o que nisso se gastasse como o que já foi gasto na dita obra fosse do dinheiro da dita fábrica por não haver outro onde as ditas obras se pudessem ordenar⁽⁷⁰⁾...

Este último abastecimento de água, ao edifício da cadeia, deveria ter sido executado por canalização, a partir da caixa subterrânea existente na Praça do Giraldo, caixa essa que apresenta gravada no seu reboco interior a data de 1592. Essas obras terão sido dirigidas por Diogo da Torralva, então *...mestre de todas as obras da comarca do Alentejo e dos Paços de Évora⁽⁷¹⁾...*

É curiosa a descrição, dos compartimentos do edifício da cadeia, datada de 1651, a qual nos dá uma ideia da sua dimensão:

...Tem estas cazas da Cadea duas cazas por baxo, a primeira a que chamão o corredor e a outra de dentro a que chamam a enxouia e seis por sima, não entrando as casas em que vive Amaro de Almeida que oje he carcereiro, e que são quatro casas e por sima duas casas mais com um eirado.

Para a Cadeia se entra por uma porta que está na escada com seis degraus, e desta casa de entrada que tem à esquerda uma porta que vai para o corredor da cadeia debaixo, com escada de cinco degraus de pedra, com porta para a enxouia, que tem duas grades de ferro, com um tanque dentro dagoa que lhe vai de dagoa da prata, da prassa e junto a ele uma necessária, a esta casa é abobadada e tem de comprimento doze varas e de largo oito varas e meya.

Tem depois uma escada de vinte e dous degraus que dá para um corredor, com porta para a casa das mulheres, que tem uma chaminé e uma fresta com grade pequena e alta, tendo de comprimento seis varas e de largo tres varas e meia. Tem em frente uma casa de necessidades.

Deante desta casa das mulheres vai outra porta mais para dentro que é também casa das mulheres, com janela e grades de ferro para a banda de S. Francisco, com o comprimento de sete varas e de largo quatro bem medidas.

Ha depois a casa que chamam da abobada com seis varas bem medidas de comprimento e de largo também quatro bem medidas.

⁽⁷⁰⁾ *Regimento op. cit.* na nota 6, fol.37.

⁽⁷¹⁾ Sousa Viterbo, *op.cit.* na nota 51, 3º vol., p.127.

Entrando por um corredor vai-se para uma casa a que chamam salla livre, com duas janelas de ferro, que dá para a praça, que tem de comprimento quatro varas e meia mal medidas e de largo apenas quatro varas.

Desta sala existe uma porta para a casa do Carcereiro, que dá para a Praça, com uma janela com grades de ferro, uma cantareira e que tem de comprimento cinco varas mal medidas e de largura tres varas tambem mal medidas. Desta existe um portal para uma casa de dentro, com uma chaminé, que tem duas varas de largo e de comprimento tres varas, tendo um sobradinho por cima com as mesmas dimensões, donde se vai para a outra casa de dentro em a qual está uma vigia para a enxovia debaixo com sua grade de ferro e alçapão de pau.

Desta casa vai uma escada para o eirado com dezassete degraus. A casa da cadeia confronta com casas da Camara, de Antonio Alves, esparteiro, e do poente com casas do cônego Pedro Alves de Azeredo.

Em 1594, Baltazar Mendes dos Reis, faz uma doação para se edificar uma capela na esquina do Palácio dos Estaus defronte da cadeia, dedicando-a a «Nossa Senhora dos Santos Reis» para que «os presos possam, comodamente, ouvir a santa missa». Esta era celebrada todos os domingos e dias santificados por um dos capelães da Misericórdia ⁽⁷²⁾...

⁽⁷²⁾ Manuel Carvalho Moniz, *op. cit.* na nota 56, pp.77 e 78.

Prouisão da agoa que se concedeo das fontes e aqueducto da cadeia da cidade d'Euora por El Rey Dom Philippe o. 1.º em xx. de dezembro de M. D. Xc. i.

E V E L R E I faço saber aos que este aluara virem, que o Li-
 cenceado Antonio de Carualho Juiz de fora dos orfaõs da cidade de Euora,
 seruindo de Prouedor do cano da agoa da prata da ditta cidade me enuiou dizer
 por sua carta, que pella falta de agoa, que auia na cadeia da ditta cidade manda-
 ra El Rey Dom Sebastião meu sobrinho, que Ds. tem por huã sua prouisão
 que do Cafariz da agoa da prata, que esta na praça se fizesse hum cano por
 donde fosse a agoa a cadeia para os presos beberem por a agoa, que va y pello
 ditto cano ser do Chafariz onde opouo poem os cantaros, e os enxaguão
 nam fica limpa, e por esse respeito era pouco proueitosa a saúde dos pre-
 sos, e lhes causaua muitas enfermidades, e allem disso selhes entupia
 o cano muitas vezes, e ficauão sem agoa pello que deuia demandar que se
 lhes desse huã pena de agoa limpa por a auer em abastanca, e que a custa.

Fig. 153 - Alvará para atribuição de uma porção de água, ao edifício da cadeia.

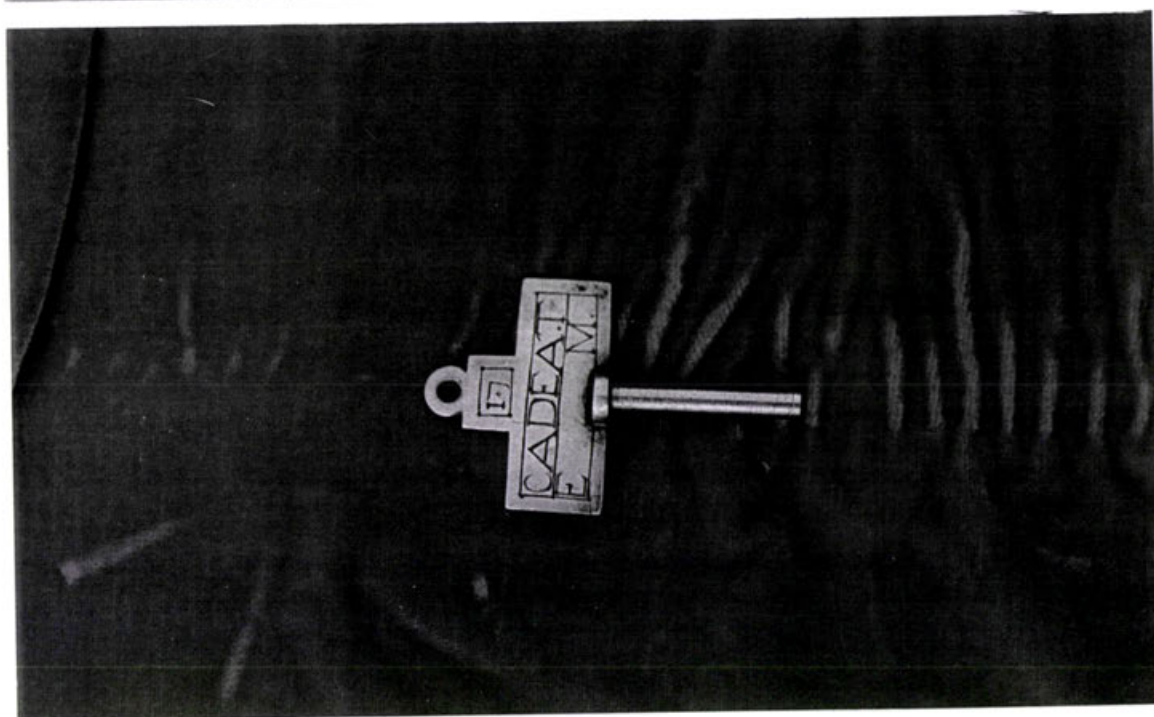


Fig. 154 - Cadeia - frente da chave-padrão, a qual apresenta um comprimento total de 0,068m.



Fig. 155 - Tardoz da chave-padrão.

1.4.1.21 - Caixa a São Francisco

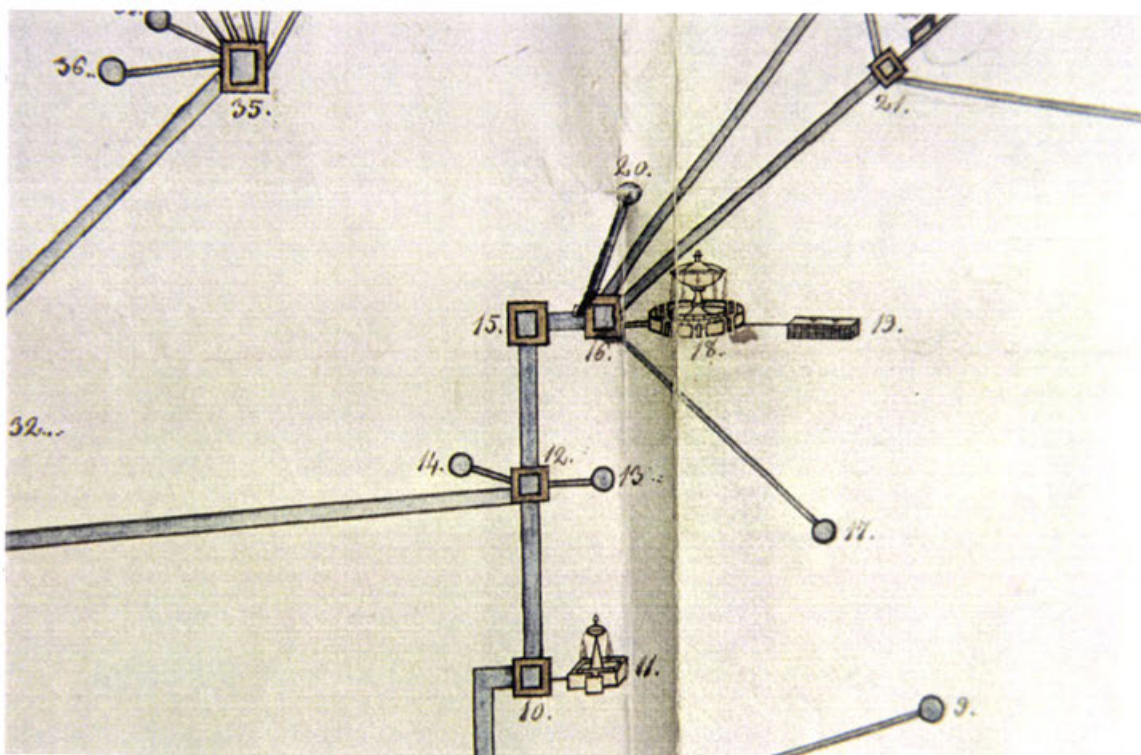


Fig. 156 - Caixa de registo assinalada na planta com o número 21.

No largo de S.Francisco terá existido, em finais do século XIX, um troço de arcaria do cano real rematando com antiquíssima caixa de água (fig.157). Esta última terá sido da autoria de Francisco de Arruda, o qual acompanhou as obras do aqueduto entre os anos de 1531 e 1547. Rara documentação fotográfica, pictórica e descritiva permitem determinar a sua localização aproximada, assim como escala e descrição formal.

Funcionando como remate ao cano real, terá sido construída em estilo renascença, e situada entre o pórtico da igreja de S.Francisco e o Paço Real. Compunha-se de um torreão, com planta octogonal, decorado com meias colunas toscanas e nichos emoldurados de vieiras nos arcos de meio ponto. Possuía também um corpo superior de lanternim, com aberturas no mesmo estilo, envolvido na base por urnas piriformes. Sabe-se que toda a construção era executada, em alvenaria de tijolo maciço, rebocada e ricamente acabada.

No seu interior possuía uma bacia, ou taça, localizada no centro da arca, onde se situavam as bicas de registo distribuidoras de água para o Paço Real e seus jardins, Conventos de São Francisco e de Nossa Senhora da Graça. A referida taça era executada em pedra mármore, na cor branca, e encontra-se actualmente guardada nos depósitos do Museu de Évora, como único testemunho que restou desta bela construção.

O pequeno edifício foi mandado demolir pela Câmara, durante uma noite do ano de 1873⁽⁷³⁾. Na altura, o seu estado de conservação era já bastante mau, facto esse nitidamente visível pela observação dos últimos documentos fotográficos (fig.158).

(73) Túlio Espanca, *op.cit.* na nota 45, p.96.

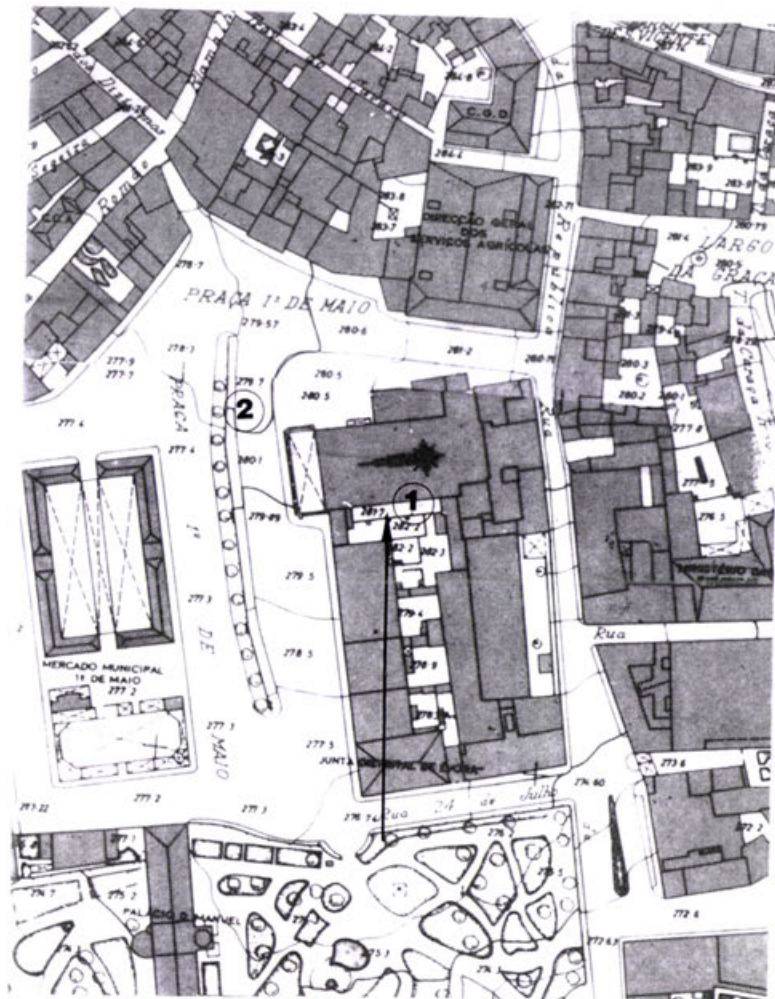


Fig. 157 - Planta de localização, à escala 1/2000.



Fig. 158 - Documento fotográfico da antiga caixa, gentilmente cedido pela C.M.E.

1.4.1.22 - Chafariz

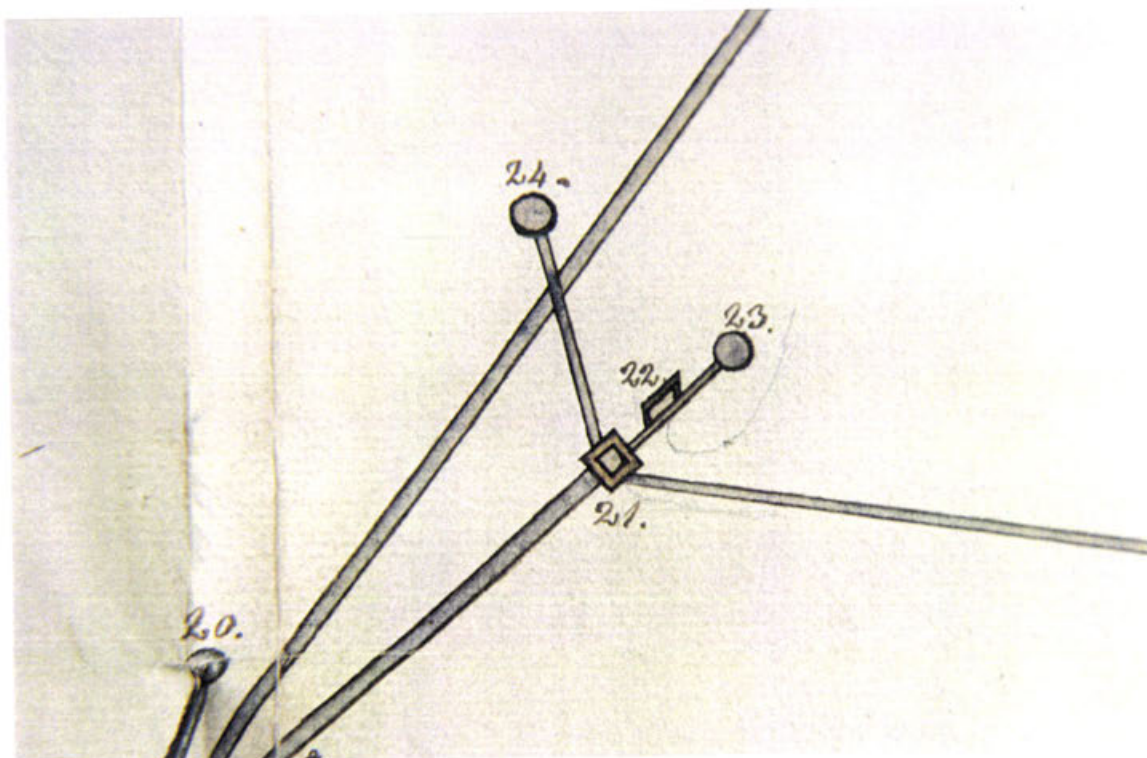


Fig.159 - Chafariz assinalado na planta com o número 22, e nela descrito como tendo duas bicas.

Actualmente nenhum vestígio existe de tal chafariz, sabendo-se contudo que se situou no Largo de São Francisco. Quer nas plantas esquemáticas com o traçado do aqueduto, quer em descrição datada de 1849, há referências a este fontanário público.

Era descrito, como tendo duas bicas, que lançavam a água do aqueduto para um tanque, o qual tinha de comprimento 31 palmos sobre 6 de largura. Terá sido a Câmara Municipal de Évora que, no ano de 1840, ordenou a abertura do cano real para abastecer de água o referido chafariz ⁽⁷⁴⁾.

(74) Augusto Elerperk, *op. cit.* na nota 35, p.221.

1.4.1.23 - São Francisco

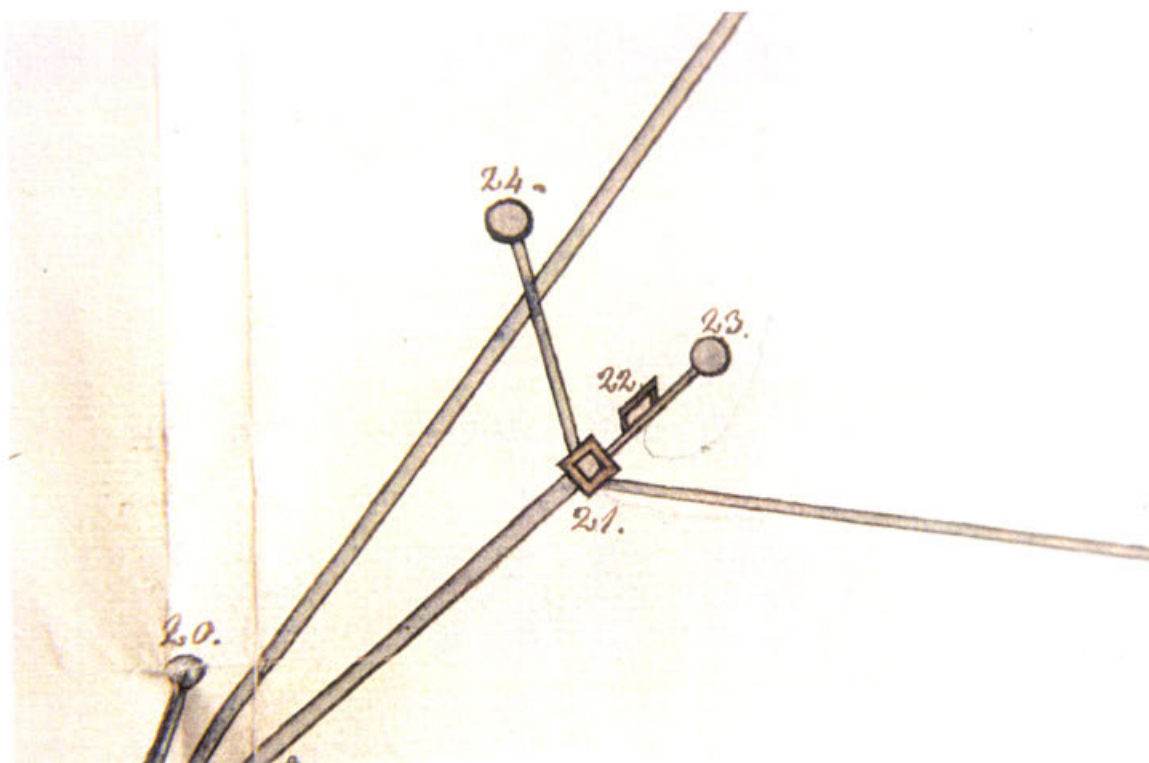


Fig.160 - Abastecimento de água ao convento de São Francisco assinalado na planta com o número 23, e nela descrito como tendo *anel menor* da água do aqueduto.

O Convento de São Francisco data do início do século XIII, já existindo ao ano de 1250. Muitos foram os reis que, ao longo dos séculos, contribuíram para a magnificência das instalações destes frades franciscanos, quer através de diversas doações, quer da atribuição de privilégios aos seus padres e servidores.

Sabe-se que D.Afonso V, a 12 de Abril de 1457, isenta estes religiosos de pagarem qualquer tributo sobre as coisas que comprassem *...para seu sustento, edificios, cavalgadas e tudo o mais necessário para a sua comunidade*⁽⁷⁵⁾...

É este rei que transfere os Paços, até então situados na Praça Grande, no antigo Palácio dos Estaús, para junto a este convento, fugindo assim ao centro buliçoso que já na altura era, aquele local. A localização deste último Paço Real, é-nos descrita no livro dos originais da Câmara onde se diz *...continuarão té a Porta do Paço, antigo que fica abaixo de S.Francisco*⁽⁷⁶⁾...

(75) Pereira, Gabriel - *Documentos históricos da cidade de Évora*, 2ª parte, Évora, 1885, p.47.

(76) Espanca, Túlio - "Palácios Reais de Évora", *Cadernos históricos e arte Eborenses*, vol.III, Évora, 1946, p.27.

As doações de terras e casas, efectuadas a este convento pela casa real, foram inúmeras, o que lhes permitiu alargar os limites da cerca, a qual no século XV, tinha os seguintes contornos: ... *a sul a muralha e porta do Rossio a qual era defendida por duas torres de configuração quadrangular, a poente situava-se a porta gótica mais estreita conhecida por Raimundo, dentro da cidade o muro alto da cerca subia daqui pela actual rua Romão Ramalho que na altura compriendia também a Rua Bernardo Matos, via larga e irregular limitada por casinhas isoladas e seus quintais e por onde subiam os touros para serem corridos na Praça do Geraldo. A norte a cerca rematava junto ao pórtico da igreja de S.Francisco*⁽¹⁷⁷⁾...

Já no tempo do rei D.Manuel I é concedido novo privilégio, desta vez aos servidores dos frades, o qual isenta de sujeição pública um carreteiro, um almocreve, um sapateiro e um barbeiro que se obrigassem a servir o convento determinando que não pagassem tributo algum, destinado a pontes, fontes ou calçadas ⁽⁷⁷⁾.

Outra vertente em que os frades franciscanos foram muito privilegiados, foi no do abastecimento de água proveniente do cano real. Logo a 16 de Junho de 1546, é passada pelos vereadores da câmara uma provisão, autorizando o guardião e religiosos do convento a ...*tomarem a água da prata às segundas e quintas feiras de cada semana a que lhes fosse necessária para o seu serviço* ⁽⁷⁸⁾...

Mais tarde, em 1559, a rainha D.Catarina, viúva de D.João III, escreveu á Câmara para que fosse desembargada a obra dos canos, que o hortelão dos Paços Reais, Pasquim Vilanês, estava a levar a cabo, construindo um cano que ia levar os sobejos da água da Prata para a horta do paço.

Em 9 de Novembro de 1599, conhece-se carta do Dr. João Lucerna na qual responde, sobre informação que mandou tirar das súplicas dos religiosos franciscanos, que alertavam para o facto de, o então tesoureiro do cano real Agostinho de Moura, lhes tentar tirar a posse da água, que lhe era até então facultada. Nesta carta é ordenado que seja restituída ao Convento a sua água.

É contudo só a 5 de Setembro de 1602, que lhes é oficialmente concedida uma porção, bem definida, da água do cano real.(Apêndice documental - doc.22; figs.161 a 163). Deste abastecimento não subsiste qualquer vestígio, devendo contudo, ter existido tubagens subterrâneas, que servissem de água as áreas da cozinha conventual, latrinas e fonte do claustro. Esta adução, necessariamente, que se terá perlongado até ao paço real, situado anexo a S.Francisco. Sabe-se que estes paços se foram ampliando, ao longo dos anos, com a absorção de áreas conventuais. Assim, os monarcas, iam anexando aos frades as zonas que entendiam por bem ocupar, tornando-se hoje impossível de determinar, a amplitude das instalações reais.

⁽⁷⁷⁾ *Ibidem*, p.26.

Em 1616, ano em que o palácio já não era habitado, e por petição dos frades franciscanos, que na altura viviam muito apertados, o rei D.Filipe II de Espanha cedeu-lhes provisoriamente ... *uma sala pertencente aos aposentos da rainha, duas camaras dos paços e que estavam contiguas ao dormitório do convento, o laranjal e o jardim com a obrigatoriedade de neles se não poderem construir e reverterem para o rei assim que este o quizesse*⁽⁷⁸⁾...

As casas cedidas, sabe-se que se situavam no local do.. *Asylo da Infancia desvalida...*, enquanto que o jardim e laranjal, nos antigos armazens da casa Fernandes Ramalho Barahona. Dos Paços Reais só subsistiu, a chamada Galeria das Damas, hoje muito adulterada, e situada no actual jardim público.

Foi, aliás, a construção deste jardim no ano de 1863, assim como do mercado municipal que lhe fica a norte, que proporcionou o ensejo á destruição de tudo o que existia na vasta cerca conventual. De entre as peças de relevo aí situadas, e que deixaram de existir sabe-se, através de descrição, de um ...*célebre tanque de mármore policrómicos...*, referido por Jorge Cardoso no Agiológio Lusitano, e o qual deveria ter servido para rega da vasta área de laranjal e jardim então existentes ⁽⁷⁹⁾.

(78) BARATA, António Francisco - *Évora antiga, notícias colhidas com afanosa diligência*, Évora, 1909, p.106.

(79) ESPANCA, Túlio - "Palácios Reais de Évora", *Cadernos de História e Arte Eborense*, 3º vol., Évora, 1946,p.55.

Prouisão da agoa que se concedeo no mosteiro dos padres de São Fr. por El Rey Dom. Philippo o 1.º em N. de Setembro de mil seiscentos e doze.

E V E L R E Y F A Ç O Saberaos, que este aluara virem, que por constar da diligencia, que mandei fazer nos canos da agoa da prata da cidade d'Euora, que os Religiosos de São Francisco namtinhaõ prouisão per que lhe fosse concedido o registo da agoa dos dittos canos, que tem no seu mosteiro da ditta cidade, e por folgar de lhe fazer merce e ij por bem de lha fazer por esmola, que elles tenham o registo da agoa do tamanho do circulo figurado na margem desta prouisão, que he o mesmo, que ate agora tiueraõ, e o cano d'elle se fara na forma do regimento dos dittos canos, e este mando, que se registre nos liuros da camara o qual quero que valha tenha forca, e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada, e passada por minha Chancelaria sem embargo da ordenação em contrai-



Fig. 161 - Alvará para atribuição de uma porção de água ao Convento de São Francisco, correspondente a um círculo de diâmetro interior com 1,5 cm.

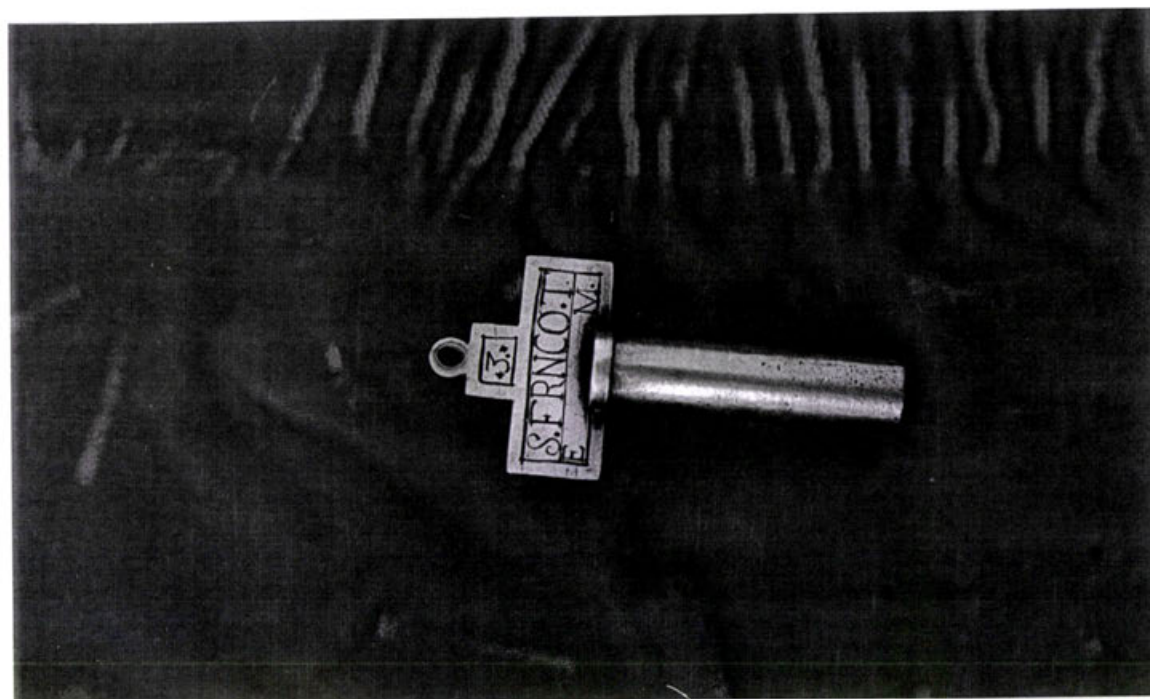


Fig. 162 - São Francisco - frente da chave-padrão, a qual apresenta um comprimento total de 0,086 m.

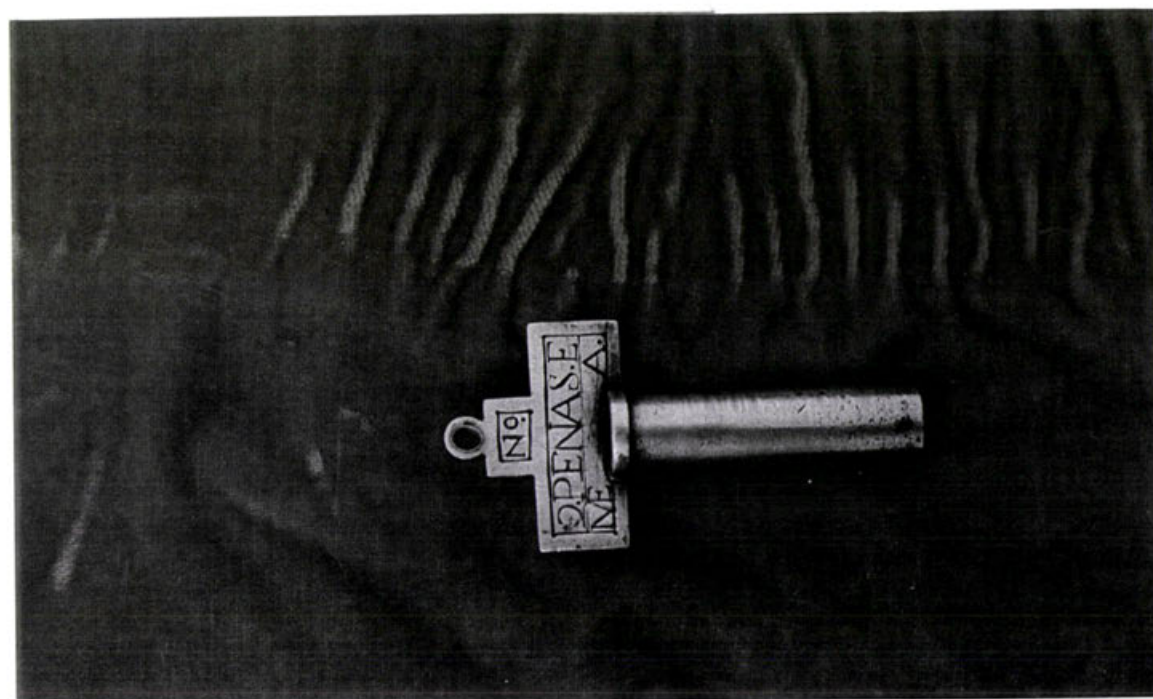


Fig. 163 - Tardoz da chave-padrão.

1.4.1.24 - Graça

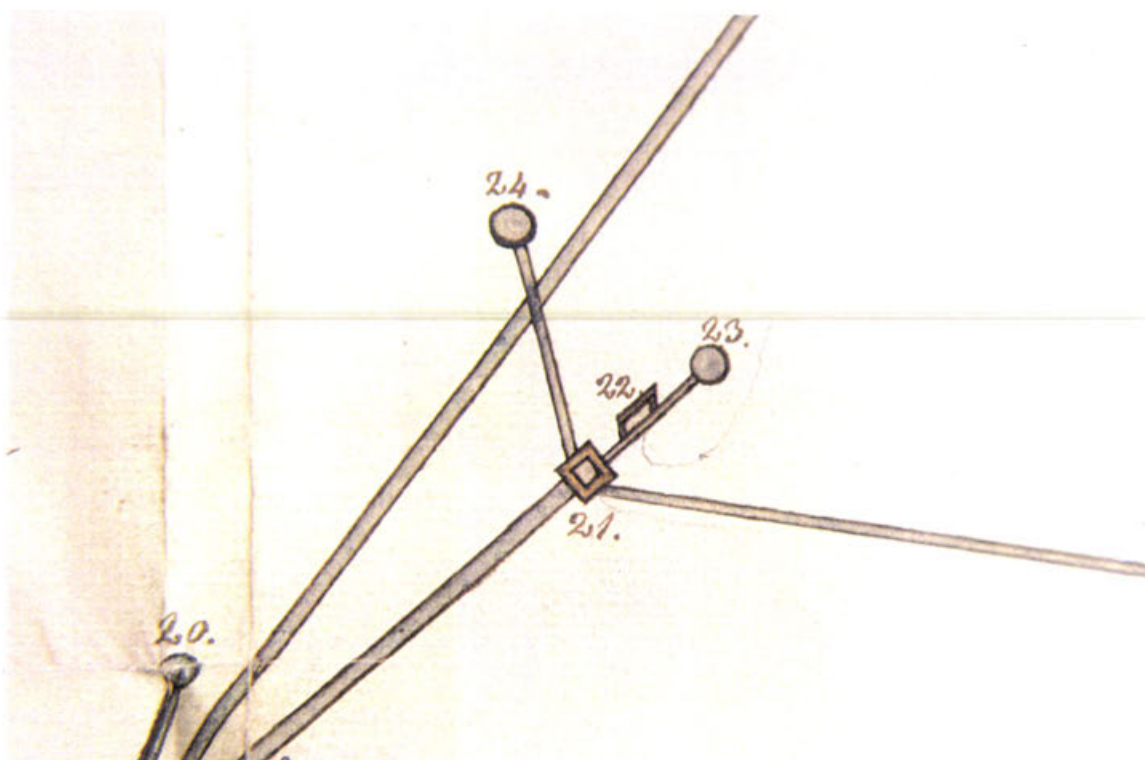


Fig.164 - Abastecimento de água ao Convento da Graça, assinalado na planta com o número 24, e nela descrito como tendo *meio anel* da água do aqueduto.

O convento de Nossa Senhora da Graça teve origem no local onde existia, já desde o reinado de D.Sancho I, uma pequena igreja que ao tempo se situava fora da cerca velha. Segundo documento proveniente do antigo cartório do Convento da Graça o cenóbio agostiniano foi fundado em 1512, ao lado da pequena igreja de culto público, e também da invocação da Senhora da Graça⁽⁸⁰⁾. Sendo da ordem de Santo Agostinho, este convento teve a protecção do Rei D.João III o qual, até 1524, patrocinou a primeira fase nas obras de instalação dos frades. Com o decorrer do tempo, a congregação foi alargando os seus domínios adquirindo, a pouco e pouco, toda a área envolvente ao edifício primitivo. A acção expansionista está bem patente no texto que se transcreve:....*Havia uma rua no sítio onde está o Claustro, e a parede do refeitório, em cuja Rua existirão as cazas de Fernao de Macedo, que forao compradas para se ampliar mais o Convento, e a Rua mandada tapar, tudo por Alvará de 26 de Maio de 1538* ⁽⁸¹⁾...

(80) Branco, Manuel - "Datação e autoria da Igreja da Graça de Évora e do túmulo de D.Afonso de Portugal", *Cadernos de história e arte-I*, Lisboa, 1991, p.142.

(81) Augusto Elerperk, *op. cit.* na nota 35,p.244.

As referidas casas foram compradas pela quantia de 300.000 reis, o que demonstra que deveria tratar-se de um grande imóvel. Nesse documento de compra, verifica-se que Miguel de Arruda *mestre das obras del Rei* foi uma das testemunhas, devendo na altura ser o responsável pela obra da Graça. É portanto a Miguel de Arruda, irmão do arquitecto Francisco de Arruda autor do aqueduto da Água da Prata em Évora, que se deve o planeamento global das obras do convento, visto que o claustro e o refeitório terem sido implantados, em parte, sobre a rua tapada em 1538.

Sabe-se que a concretização desta fase expansionista se verificou entre 1537 e 1540, e que entre finais de 1542 ou princípios de 1543 Miguel de Arruda passou a residir na corte (então entre Lisboa e Almeirim) com as funções de *consultor* para as obras de pedraria.

Existindo ainda em finais do século passado vitrais datados de 1542, e situados na sacristia anexa ao claustro, poder-se-á afirmar que a permanência, à frente das obras, do arquitecto referido, deve ter-se verificado até à altura em que o claustro estava em fase de conclusão ⁽⁸²⁾.

Sendo assim, seria de sua autoria a cisterna cilíndrica situada no claustro, a qual se inscreve no quadrilátero limitado pelas suas alas, e que se passa a descrever:

À cota de piso do claustro existem aberturas, que servem simultaneamente para ventilar o interior da cisterna e recolher as águas provenientes dos telhados, que cobrem as quatro alas do claustro, assim como as caídas na sua superfície. O acesso ao seu interior faz-se por abertura central, situada ao nível do pavimento, a qual se encontra fechada por porta em ferro, de fácil manosiamento. A partir daí existe escada helicoidal, em pedra, contida por parede que acompanha o seu desenvolvimento, e ao longo da qual se abrem frestas verticais. O núcleo central da escada está igualmente circunscrito por parede, a qual forma um corpo cilíndrico fechado, a toda a altura da cisterna, à excepção de uma pequena abertura quadrangular, que apresenta, junto ao patamar inferior da escada. Essa abertura permite observar um receptáculo, rebaixado cerca de 0,40m relativamente à cota do patamar referido.

As paredes têm um revestimento em reboco afagado, em bom estado de conservação, apresentando igualmente o pavimento, o mesmo tipo de acabamento. Aqui verifica-se uma inclinação acentuada, facto que origina o acumular de alguma água, isto no mês de Dezembro. Uma inscrição gravada no reboco, e datada de 1875, leva-nos a crer, ter sido provavelmente o ano de alguma recuperação efectuada a nível de revestimentos interiores.

A cobertura de todo o conjunto é feita por abóbadas, que se desenvolvem na coroa circular, compreendida entre as duas superfícies cilíndricas, concêntricas.

(82) Manuel Branco, *op.cit.* na nota 80, p.146.

Em Março de 1542, encontravam-se em curso as obras de encanamento da água da Prata, do chafariz da Praça, para este cenóbio, obra essa ainda a cargo de Miguel de Arruda. Tal construção foi, contudo, embargada pela Câmara ⁽⁸³⁾ tendo sido provavelmente nessa data que este arquitecto abandona as obras, em Évora, instalando-se na corte de D.João III. É só a 30 de Outubro de 1554, que é concedida, finalmente, uma porção da água do cano real, aos frades agostinhos (figs.165 a 167). Na documentação de doação, que se transcreve, fica-se a saber, sem qualquer margem para dúvida, que a derivação foi autorizada a partir do adro da igreja de S.Francisco, devendo a canalização seguir por arruamento, hoje inexistente, até à antiga cozinha que se situava a um nível inferior ao do claustro, permitindo assim que a condução de água, entre S.Francisco e a Graça, se fizesse por gravidade:

... se dará do cano, que vai pelo adro do mosteiro de S.Francisco naquela parte dele que for mais conveniente para melhor poderem tirar no cano que já está feito no dito adro para si a dita água ⁽⁸⁴⁾ ...

O processo de construção da derivação era o idêntico, ao efectuado para as outras concessões. Assim, no mesmo texto, ele é descrito do seguinte modo:

... e farão uma arca onde a dita água entrar no cano do mosteiro com sua porta e fechadura e a chave dela se entregará a quem tiver a cargo do cano grande da água da prata, e da dita arca para o mosteiro irá todo o dito cano por baixo do chão, para que não faça dano às ruas visinhas delas ⁽⁸⁵⁾.

O ramal domiciliário construído teria, aproximadamente, 170m de comprimento, tendo sido, no seu troço inicial, suportado por arcaria e tornando-se depois subterrâneo, devido à topografia do terreno (fig.168) e as cotas dos locais e abastecer. O pavimento do claustro situa-se à cota 281,20, enquanto que a do piso enterrado, onde se localizam as actuais cozinhas, é de 276,21.

Sabe-se que na cerca do convento existiram *tanques de lavagem, poço e nora* ⁽⁸⁶⁾ que, para além da cisterna situada no claustro, e da água fornecida pelo cano real, garantiam um eficaz abastecimento de água.

⁽⁸³⁾ Manuel Branco, *op.cit.* na nota 80, p.145.

⁽⁸⁴⁾ *Regimento ...*, *op.cit.* na nota 6, fol. 27.

⁽⁸⁵⁾ *Ibidem.*

⁽⁸⁶⁾ *Messe de oficiais de Évora - Convento de Nª Srª da Graça*, p.13.

...da Graça
 ...El Rey. Dom.
 ...em. XXX.
 ...Outubro de. M. D.
 ...III.


respeito a necessidade, que o Prior, e padres do mosteiro de nossa Senhora
 da graça dessa cidade tem d'agoa, e querendolhe fazer graça, e merce por
 esmola e y por bem, e me praz, que do cano da agoa da prata se lhe de aquell
 la cantidade de agoa, que couber por hum buraco redondo tamanho como
 este, que nesta carta vay segurado, que he hum circulo branco metido em h
 quadrado preto  a qual agoa se lhe dara do cano, que vay polso adro do
 mosteiro de São FRANCISCO naquella parte d'elle, que for mais conuen
 ente para melhor poderem tirar no cano, que ja esta feito no ditto adro pa
 ra se a ditta agoa por elle leuar ao ditto mosteiro de Nossa Senhora da Gra
 ça, e farse ha hum cano de metal de comprimento de tres palmos, que te
 nha o vao do buraco tamanho como o ditto circulo o qual buraco se fara n

Fig. 165 - Alvará para atribuição de uma porção de água ao Convento da Graça.

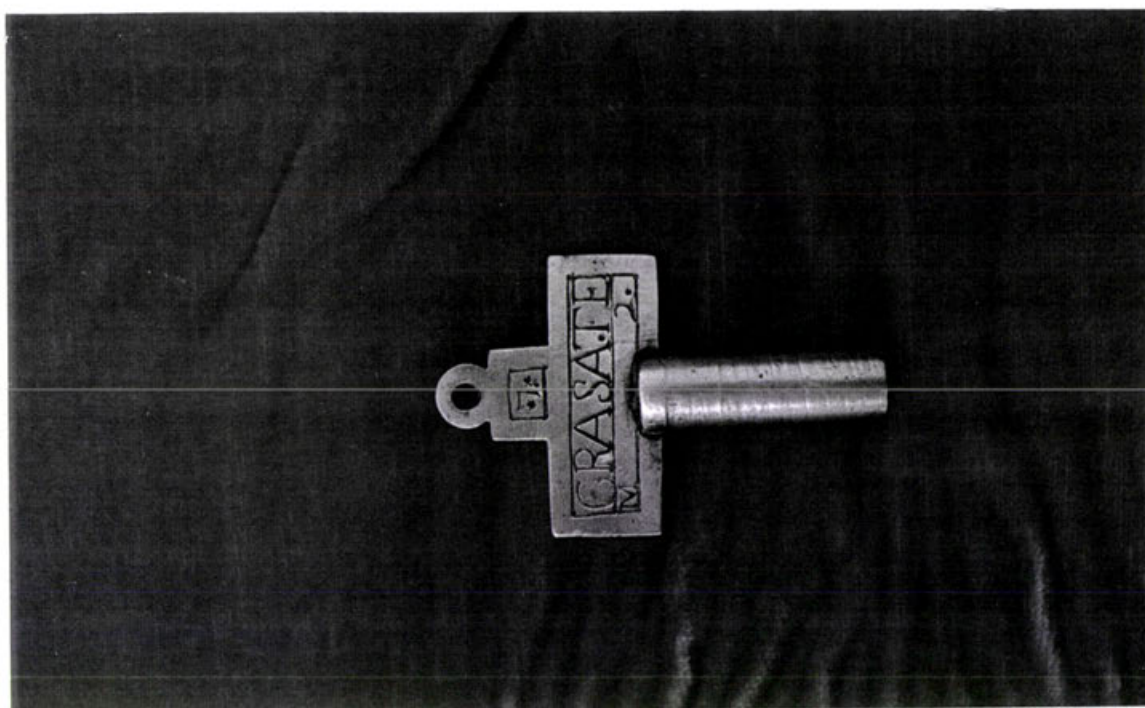


Fig. 166 - Graça - frente da chave-padrão, a qual a apresenta um comprimento total de 0,064m.



Fig. 167 - Tardoz da chave-padrão.

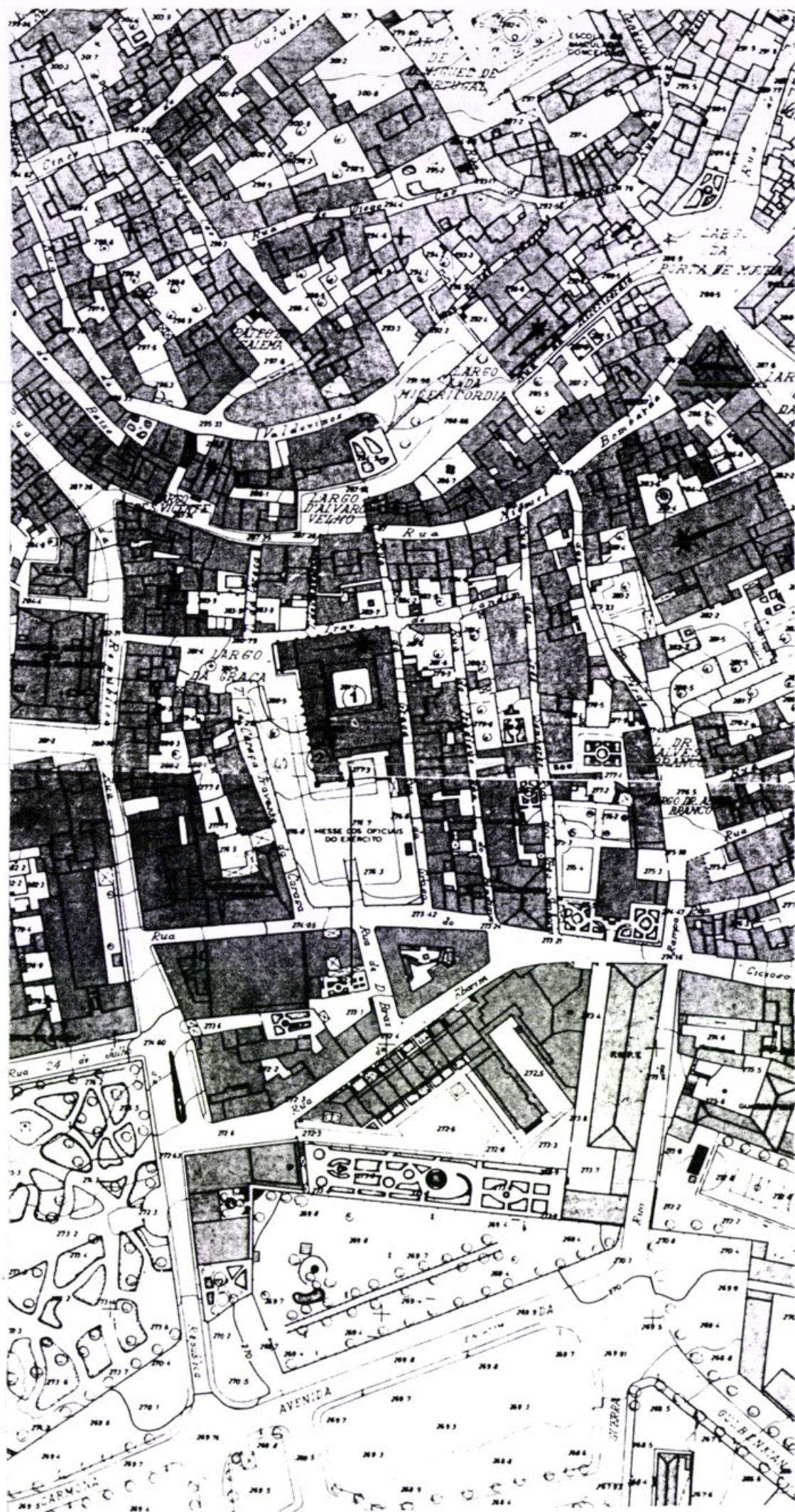


Fig. 168 - Planta de localização da cisterna (1) e cozinha (2), à escala 1/2000.

1.4.1.25 - Mercês

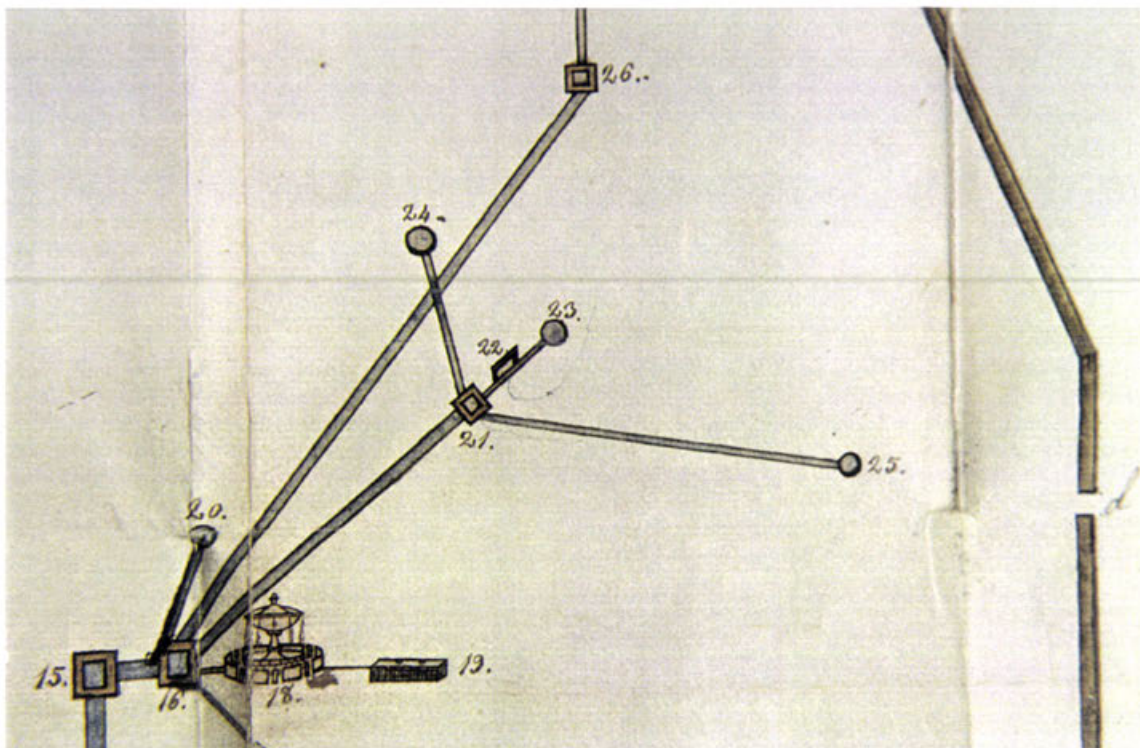


Fig.169 - Abastecimento de água ao Convento das Mercês, assinalado na planta com o número 25, e nela descrito como tendo 4º d'anel de água do aqueduto.

Frei Manuel da Conceição fundou o Convento de Nossa Senhora das Mercês de monges Agostinhos descalços, mais conhecidos por padres Grilos, no antigo Palácio dos Senhores de Bobadella situado na Rua do Raimundo. Mudou-se para aqui a nova congregação, a 6 de Julho de 1670, depois de terem vivido durante algum tempo...nas casas de Bacharel da Sé situadas na Rua Fria ⁽⁸⁷⁾. Só anos mais tarde, ou seja, a 17 de Fevereiro de 1698, a actual igreja é sagrada, e aberta à população.

Sabe-se, que este cenóbio teve água proveniente do cano real, por estar o seu abastecimento representado em duas, das três plantas conhecidas com o traçado esquemático do aqueduto, dentro de muralhas. Na placa padrão pertencente à C.M.E., e onde estão inscritos os donatários do aqueduto no século XVII, aparece-nos referência ao abastecimento efectuado às Mercês. Já em outra placa, igualmente com os donatários durante o século XVII, este convento ainda não aparece, como sendo abastecido por água.

Ainda no Regimento do Aqueduto, onde aparecem transcritas todas as concessões de água efectuadas, desde a construção do cano real até à ultima efectuada em 1919, nada

⁽⁸⁷⁾ Augusto Elerperk, *op.cit.* na nota 35, pp.245 e 247

nos aparece relatado sobre uma licença para cedência de água às Mercês. Contudo, quer pelo traçado representado nas duas plantas anteriormente referidas, e que são coincidentes, quer pela proximidade entre S.Francisco e as Mercês, quer ainda pela topografia do terreno, é de crer que o convento tenha, em determinada época, sido abastecido com água através do limite noroeste da sua cerca. A diferença de cotas, actualmente existentes, entre as áreas envolventes às duas igrejas, são de maneira a terem possibilitado o transporte da água, por gravidade, entre a caixa situada junto a S.Francisco e as Mercês, sem a necessidade de execução de obras excessivamente honorosas.



Fig.170 - Planta de localização à escala 1/2000.

1.4.1.26 - Caixa na Rua do Paço

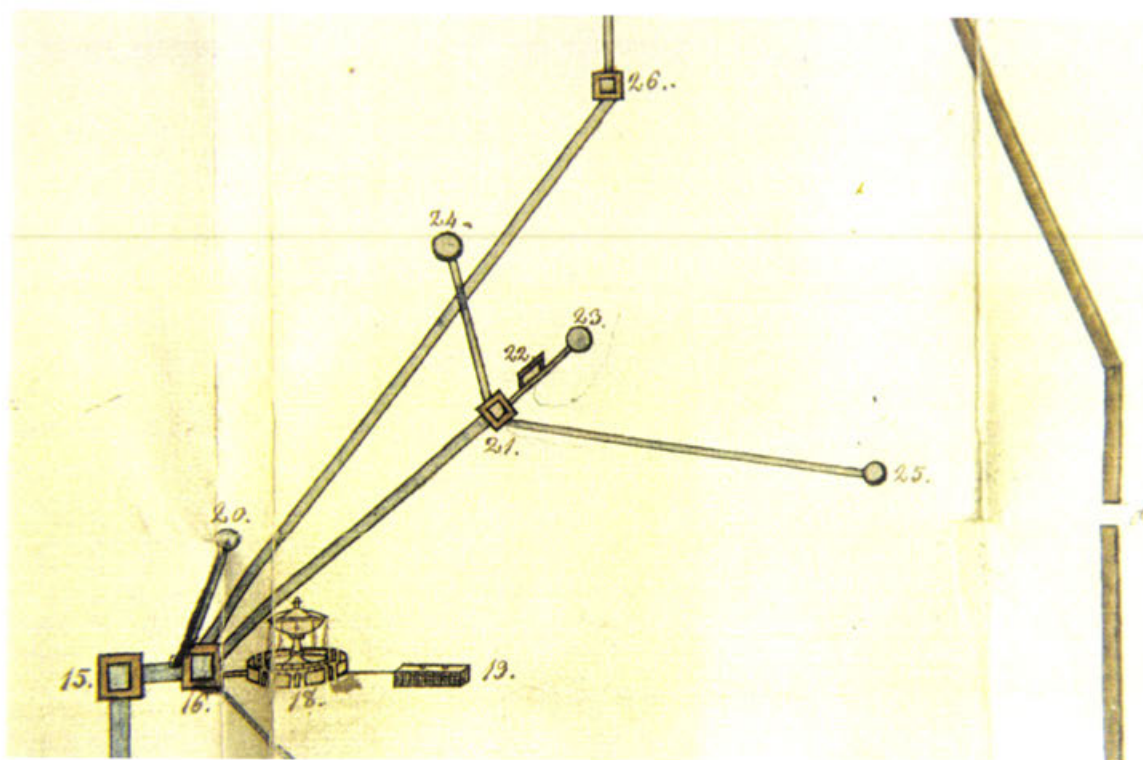


Fig. 171 - Caixa situada na Rua do Paço, e assinalada na planta com o número 26.

Sabe-se que a antiga Rua do Paço, Rua da República, principiava na Praça Grande e terminava na Porta do Rossio. Tendo de comprimento quinhentos paços, desenvolvia-se na direcção norte/sul compondo-se quase toda de prédios de boa e nobre aparência, até junto à porta do muro. Derivou o seu nome de ter sido por esta artéria, o acesso principal ao Palácio Real situado a S.Francisco. Estava guarnecida de arcarias, em ambos os lados, desde a Praça Grande até à esquina com a Rua dos Infantes, tendo quase no fim uma caixa de água ⁽⁸⁸⁾. Sendo a antiga Porta do Rossio, o final natural desta artéria (fig.172), e sabendo-se que a porta construída no século XVII, e hoje também já destruída, se terá situado junto ao Palácio Barahona, poder-se-á pensar que a referida caixa de água se terá situado, muito próxima da actual entrada principal do palácio (hoje ocupado pela Companhia de Seguros Confiança) a qual coincide também, com a entrada para o jardim público. Outro facto, que poderá reforçar esta suposta localização, é um testemunho oral que refere a existência de uma área abobadada, subterrânea, a qual se situaria aproximadamente na zona de entrada para o jardim público, e cujo acesso se terá efectuado por escadaria eliocoidal, de

⁽⁸⁸⁾ Augusto Elerperk, *op.cit.* na nota 35, p.246.

pedra, abaixo do nível do pavimento ⁽⁸⁹⁾.

Poderia ser esta construção, uma arca de água que, não possuindo Registos, teria a função de regularizar a velocidade de escoamento do líquido, atendendo à enorme diferença altimétrica, entre a Praça do Geraldo e o Rossio de S.Brás.

Sabe-se, que enquanto decorriam as obras para perlongamento do cano real até aos Paços, foram elas embargadas no ano de 1543. O motivo então alegado, pela Câmara, foi as inúmeras queixas dos moradores da Rua do Paço, que diziam, a água do cano inundar e tornar lamacenta aquela artéria, depois de se ter procedido ao levantamento da calçada, para o entubamento da água.

O então rei D.João III solicita, por carta, à Câmara que a obra prossiga por outra artéria. É só muito mais tarde, quando Filipe II de Espanha decide mandar levar água do cano real até ao Rossio de S.Brás, que o encanamento pela Rua do Paço é retomado, devendo ser desta época a citada arca de água.

A Rua do Paço, essencialmente no seu primeiro troço, terá sido uma rua estreita e movimentada, devido às galerias pedonais cobertas que a ladeavam, até ao início da Rua dos Infantes, e para onde davam as inúmeras boticas da época.

É no ano de 1895 que, pretendendo-se alargar esta rua, se ordena a demolição de alguns troços isolados da galeria, situados do lado sueste da referida artéria ⁽⁹⁰⁾. Se no local tivesse existido alguma arcaria de suporte do cano real, ela foi destruída.

⁽⁸⁹⁾ Testemunho oral do Arquitecto Vítor Teigão que, aproximadamente há 40 anos, visitou a caixa.

⁽⁹⁰⁾ Cf. processos de obras n.ºs 39, 6 - 4, 80 e 9-1, [DAU/C.M.E.].

fol. 96

he demasiada com 24 p[er]s pois 18 fa[zer]em o mesmo effeito como sabem os praticos. O Caminho das r[ua]s
falando geralmente he tr[an]s[po]rto elevado e na se faz em nenhuma fortificac[ao]es de 20 annos a esta parte
por sua m[ai]s despesa e pouca utilidade; no caso de Guerra he totalmente sup[er]fluo pois na deruida m[ai]s
que fora deca[da]es de sitio, e em sua necessidade na d[ist]ancia pois na necessita mesmo de ser guardada
de noute por ser m[ai]s bo[na] terra adentro senao em caso que o enemi[go] he u[na] actualm[en]te p[or] sitio
e antes das m[ai]s de peritizo os caminhos das r[ua]s que de p[ro]tecto como he notorio em razas das
baterias que se peem contra as defensas

Parce como conuincia igualmente ao seruido de. Mag[ist]ro e a mu[lt]o credito p[re]curar com este se[co]m todo
e breue discurso de se[co]m o p[re]senciar em quem fosse p[re]ocupado das r[ua]s e se[co]m de hum
he nem m[er]amente Th[ea]rico e las al[em] da pratica que na soude no sitio de d[ist]ancia de l[im]ite h[ab]ia
estrella e hum viduto no terreno como he sabido de m[ai]s Guerra 26 de 10.º de 661

Leandro de Almeida

100 200 300 400 500 1000 p[er]

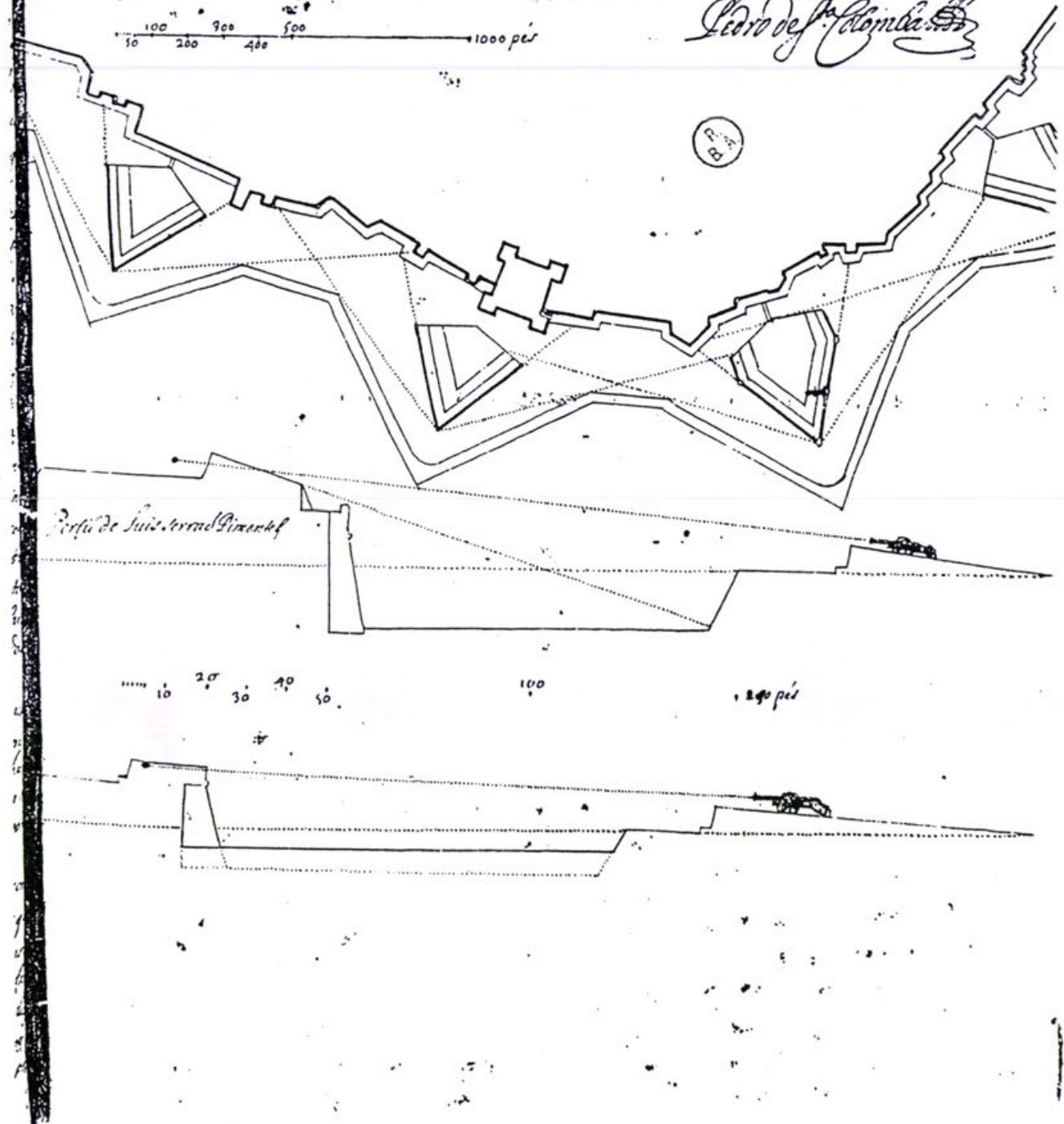


Fig. 172 - Planta da cerca nova datada de 1661.

1.4.1. 27- Fonte do Rocio

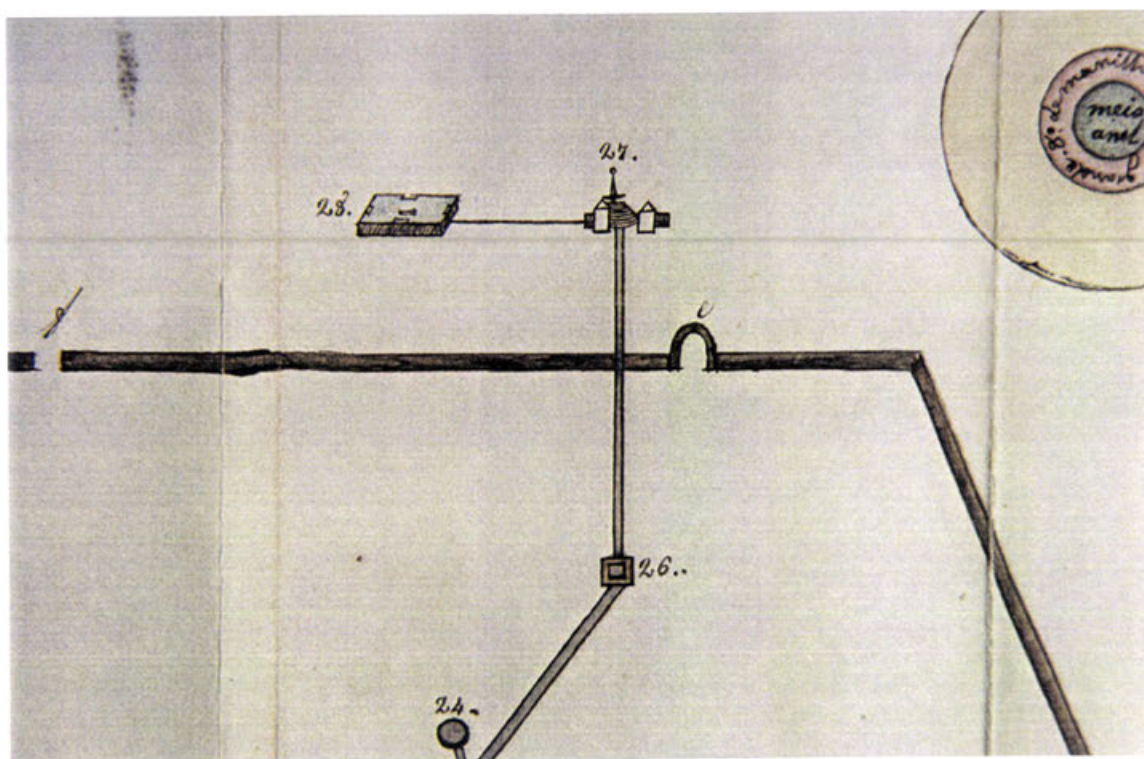


Fig.173 - Fonte situada no Rossio de S.Brás, assinalada na planta com o número 27, e tendo *anel grande e sobras da fonte da Praça* da água do aqueduto. A Porta do Rossio é assinalada com a letra e, e a rampa do Rossio com a F.

Esta fonte situa-se ao centro do Rossio de S.Brás(fig.174). A sua ligação à cidade intra-muros era feita, através da antiga Porta do Rossio, a qual se situava na muralha fernandina, ao fundo da Rua do Paço. Esta primitiva porta, de acordo com documentação escrita, localizar-se-ia na esquina da Rua do Eborim *onde existem duas torres*⁽⁹¹⁾.

Quando da construção do sistema defensivo de Évora, da segunda metade do século XVI, foi construída uma outra porta, a qual se encontra agora tapada, e que se situa na fortificação que une o baluarte dos Castellos ao do Trem. Tal porta foi, contudo, também ultrapassada, com a abertura em 1826 de uma outra, a qual foi destruída por sua vez recentemente, quando do alargamento da Rua da República.

À data da construção da fonte do Rossio, a porta na muralha que existiria, seria a situada na esquina da actual rua d'Eborim.

Sabe-se, que esta fonte pública se deveu ao Rei D.Filipe II de Espanha, que no ano

⁽⁹¹⁾ Augusto Elerperk, *op. cit.* na nota 35, p.254.

de 1592 ordenou a sua abertura, á população. É também esta a data que, como foi referido já anteriormente, se encontra gravada no fundo da caixa subterrânea situada na Praça do Geraldo pelo que se defende que ela terá sido construída, ou remodelada quando do perlongamento do abastecimento de água do aqueduto, até ao Rossio de S.Brás(fig.175).

Esta fonte, era abastecida por água do aqueduto situando-se ainda hoje no seu local de origem, muito embora sem estar em funcionamento. Existe dela minuciosa e curiosa descrição, datada de 1651, a qual nos permite afirmar ter esta sofrido muito poucas modificações ao longo dos seus quatrocentos anos de existencia (Apêndice documental doc.23).

Sendo, o troço superior do seu núcleo central, construído em mármore branco, todo o restante conjunto é executado em granito da região, tendo sofrido recentemente a substituição de algumas das peças originais, que apresentavam maior grau de deterioração, devido a incidente ocasional.

O troço inferior do núcleo central, nomeadamente a taça de distribuição e o receptáculo central, situado ao nível do pavimento pedonal, é, como já foi referido, inteiramente em granito (fig.176). O interior dos dois pequenos tanques laterais, situados a poente e nascente da fonte, têm o seu pavimento revestido a tijoleira, com forma quadrangular, enquanto que as paredes laterais são executadas em grossas lages de granito, ligadas por chumbadouros. A cota de saída da água do cano real é de 273,1, enquanto que a do pavimento actual, da área envolvente é de 268,89 (fig.177).

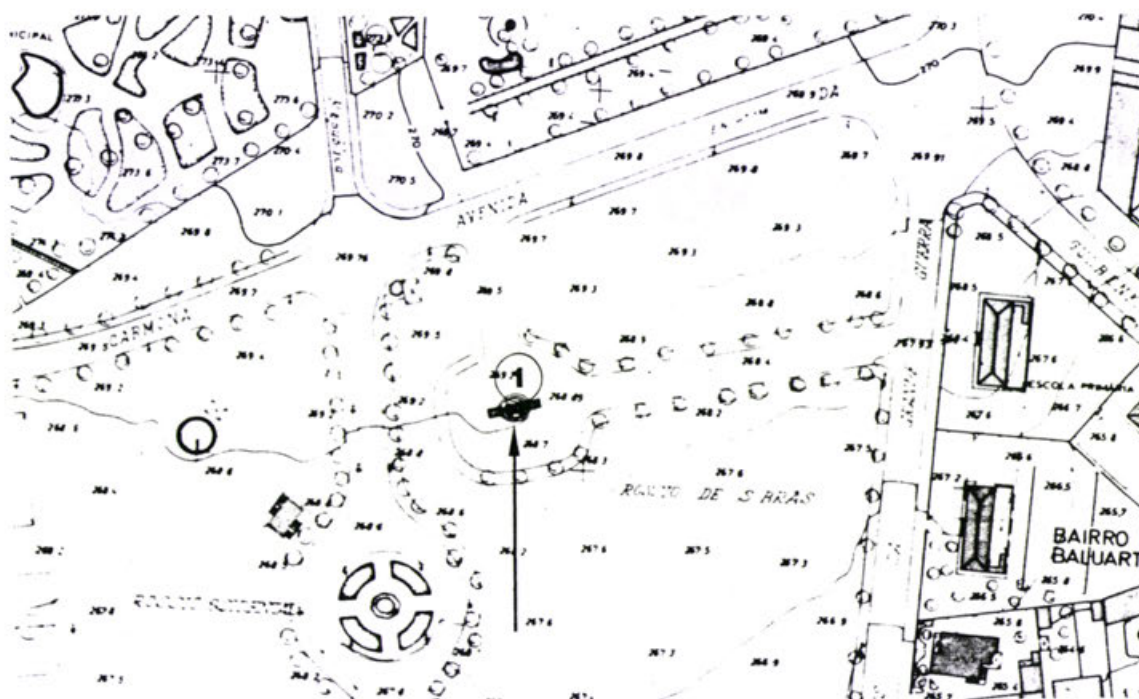




Fig. 175 - Rossio de São Brás-fonte.



Fig. 176 - Fonte - pormenor do núcleo central construído em mármore e granito.



Fig. 177 - Fonte - pormenor das saídas de água.

1.4.1.28 - Alameda

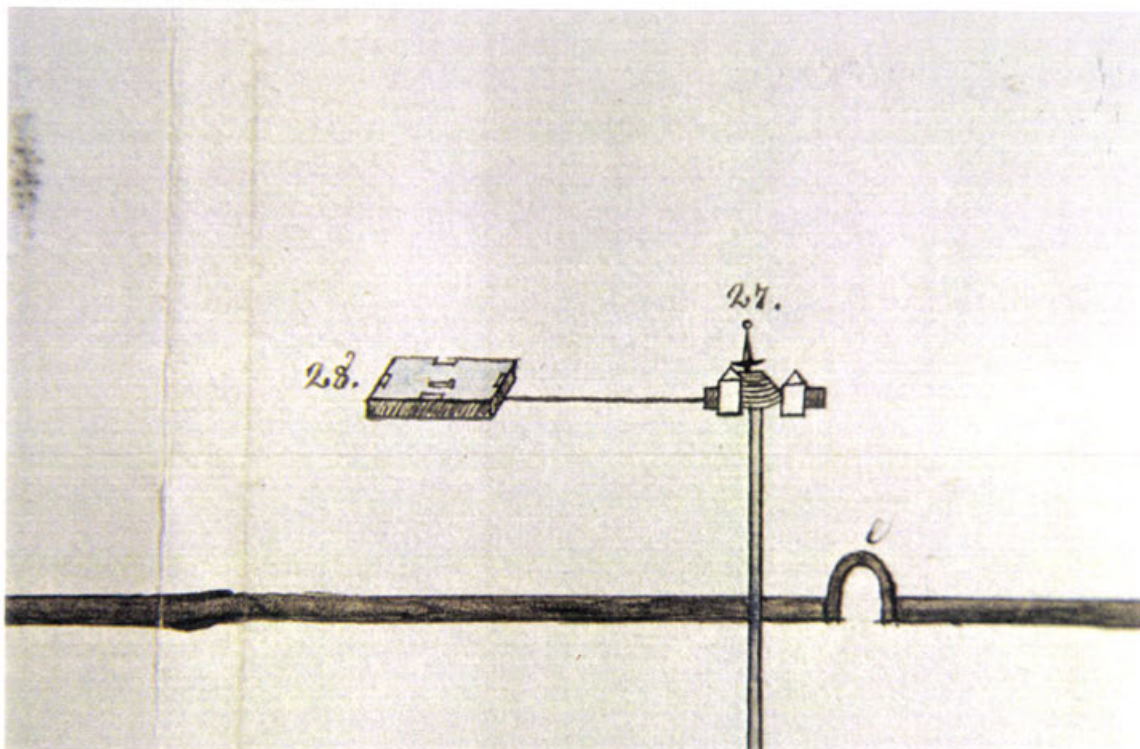


Fig.178 - Tanque situado junto à antiga Alameda no Rossio de S.Brás, assinalado na planta com o número 23, e sendo a Porta do Rossio com a letra e.

No lado nascente, relativamente à fonte do Rossio, terá existido um tanque grande que era servido pela água em excesso proveniente dessa fonte, a qual na época era abastecida pelo cano real.

Tal tanque ter-se-ia localizado numa zona conhecida pelo nome de Alameda, a qual se situava... *à saída da cidade para o Rossio, junto ao castello, onde se construiu o quartel de Cavallaria Cinco* ⁽⁹²⁾. A extensão que terá tido essa alameda, sobre a vasta área do Rossio, não se pode determinar visto dela, nada já existir. Sabe-se que foi o rei D.Filipe III de Espanha que a mandou plantar, por provisão régia de 14 de Maio de 1607 (Apêndice documental-doc.24). Tal acção de arborização das áreas envolventes à muralha fernandina foi efectuada, no seguimento de iniciativa idêntica tomada pelo Rei D.Sebastião em alvará datado de 7 de Dezembro de 1576 (Apêndice documental-doc.25), e numa tentativa de melhorar as condições de salubridade da cidade, numa época assolada por epidemias, e em áreas que geralmente eram utilizadas como vazadoiro público.

Sabe-se, que a zona envolvente à ermida de S.Brás, situada no Rossio, era conhecida ao ano de 1480 por Outeiro da Corredora, tendo sido utilizada durante muito tempo como vazadoiro público. Assim, tem-se conhecimento que...*em benefício do concelho*

⁽⁹²⁾ António Francisco Barata, *op. cit.* na nota 78, p.199.

determinaram os vasadouros públicos: fixavam para os lixos, o Outeiro da Corredoura ⁽⁹³⁾. Tal utilização persistiu durante muito tempo tendo sido na altura, por natureza, local insalubre.

Durante a epidemia de peste que grassou em Évora, no ano de 1480, foi aqui construída a ermida de S.Brás. Mais tarde, data de 18 de Agosto de 1483, carta do Rei D.João II dirigida à Câmara, e onde este retoma o seu propósito de aquisição de ... *chão para nele se erigir um hospital*...tal edifício foi construído, em madeira, tendo desempenhado um papel de relevo no socorro às vítimas da peste. As inúmeras mortes que as várias epidemias provocaram, é comprovado, pela quantidade de esqueletos sepultados, em covas pouco profundas, que foram encontradas em redor desta ermida.

Terá sido o mesmo rei, D.Filipe III de Espanha, que em 1604 ordenou a construção de um lavadouro público, situado entre a muralha fernandina e o Outeiro da Corredoura, área essa já anteriormente mandada arborizar por este rei (Apêndice documental - doc.26).

Foi esta, uma das medidas então tomadas, e tendentes a criar condições neste amplo espaço de chegada à cidade, quer de homens, quer de gado.

Deste tanque existe apenas descrição pormenorizada, datada de 1651, (Apêndice documental doc.27). O referido lavadouro foi integralmente destruído, no início do século XX, tendo dele apenas restado a peça central que foi na altura levada para o museu arqueológico, encontrando-se aí catalogada com o número 178.

Esta peça representa um leão, executado em mármore de cor branca, com considerável dimensão, e de cuja boca jorravam as águas que abasteciam o referido tanque (fig.179).

Tal elemento escultórico deverá ter pertencido ao pórtico romano, que existiu no topo noroeste da praça do Geraldo, demolido no tempo do cardeal D.Henrique. Sabe-se que algumas peças, provenientes do referido pórtico, foram reutilizadas. São exemplos disso os leões do chafariz, na estrada para Estremoz, e as colunas do claustro grande da Universidade. Não seria portanto de estranhar que este leão de mármore tivesse sido um aproveitamento de material, já trabalhado, procedimento esse usual à época.

⁽⁹³⁾ Gil do Monte, *op.cit.* na nota 39, 1º vol., p.90.



Figs. 179 - Leão em már more branco, anteriormen te situado no tanque da Alameda.



1.4.1. 29 - Caixa a Santa Mónica

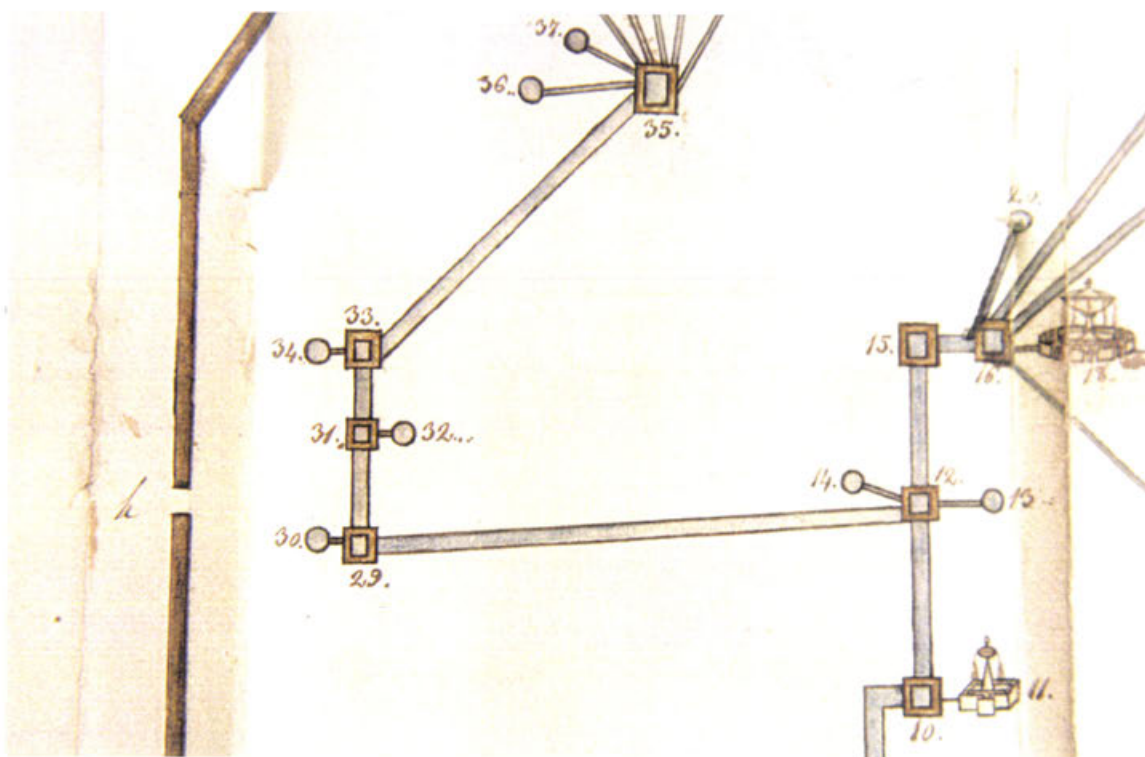


Fig. 180 - Caixa de Registo assinalada na planta com o número 29, e o Buraco dos Colegiais com a letra h.

De acordo com descrição da época, sabe-se, que no antigo terreiro de S.Mamede, composto por um troço da actual Rua do Menino Jesus e Largo de São Mamede, existiu uma caixa de água pertencente ao aqueduto seiscentista ⁽⁹⁴⁾.

Analisando, quer as cotas topográficas do terreno actual, quer as correspondentes ao fundo do canal condutor, nítido quando intercepta o troço sudoeste da muralha junto à designada Porta do Moinho de Vento (Apêndice documental - doc.28) conclui-se, que a caixa de água, então existente, teria de ser uma construção situada acima do nível do terreno, e no local de mudança de direcção, no traçado em planta do aqueduto, cujo canal corria necessariamente aí, sobre arcaria.

Da fábrica, quer da arcaria de suporte do canal, quer da arca de água, nada subsiste. Apenas persiste, a secção do canal condutor, no local da muralha descrito anteriormente, e que anda a uma cota de 299,66, sendo a do terreno actual de 297,66.

⁽⁹⁴⁾ Augusto Butler Elerperk, *op.cit.* na nota 35, p.258. 1978-79, *ob.cit.* p.258.

1.4.1.30 - Santa Mónica

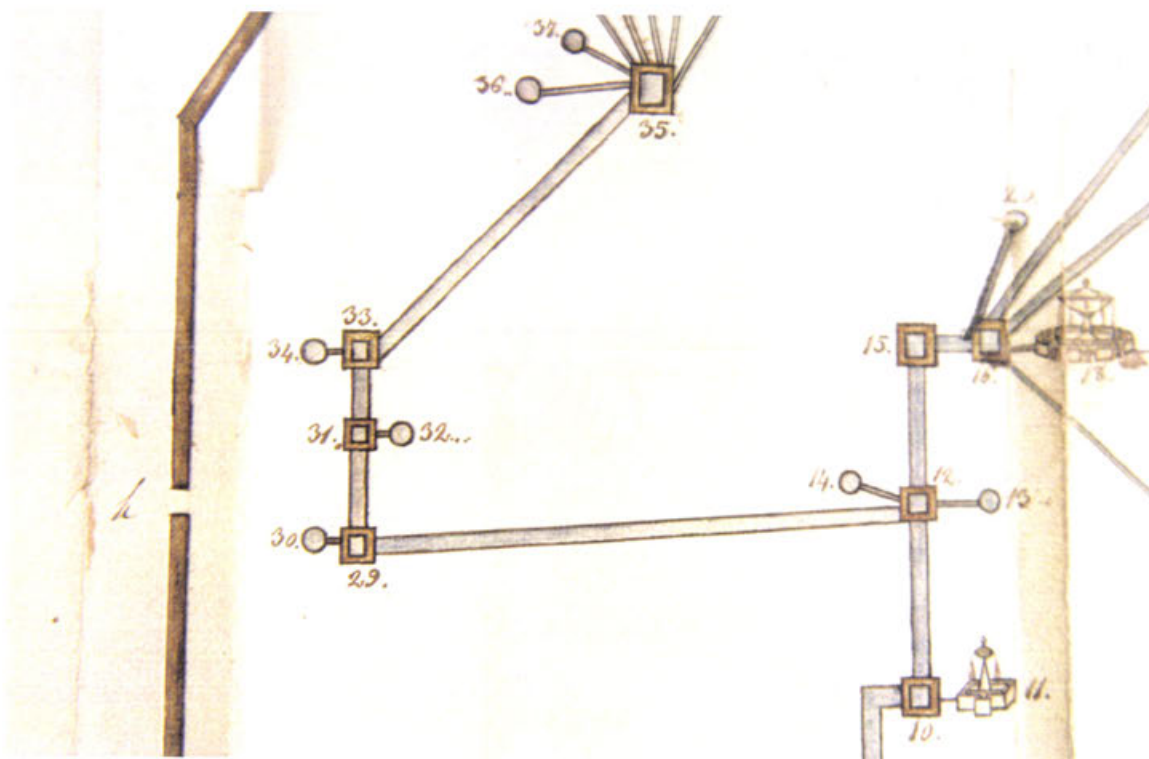


Fig.181 - Abastecimento de água ao Convento de Santa Mónica assinalado na planta com o número 30, e o Buraco dos Colegiais com a letra h.

O Convento de Santa Mónica foi o primeiro de freiras, da Ordem de Santo Agostinho, a ser fundado em Portugal, remontando as suas origens a 1380 ⁽⁹⁵⁾. O seu nome deriva de ter sido santa Mónica, mãe de santo Agostinho, a escolhida para padroeira do convento.

Fundado por duas damas eborenses, de nomes Constança Xira e Maria Fernandes, situava-se junto a um pequeno templo gótico onde, mais tarde, foi edificada a actual igreja paroquial de S.Mamede.

A construção deste cenóbio foi dada como terminada em 1421, estando nesta data concluídos, quer o edifício do convento quer a sua igreja. Sabe-se, que o conjunto se desenvolvia do lado noroeste do antigo terreiro de São Mamede, local para onde dava a portaria do convento.

Já no sec.XVI, por intermédio do então procurador da cidade de Évora, é feita pela priora e freiras de Santa Mónica uma petição, no sentido de lhes ser doada uma porção

⁽⁹⁵⁾ António Francisco Barata, *op. cit.* na nota 92, p.40.

de água do cano real (figs. 182 a 184). A 11 de Setembro de 1556 tal concessão é-lhes atribuída, por alvará real de D. João III (Apêndice documental doc. 29). As condições, expressas nesta doação, obrigava as freiras à execução de todas as obras necessárias à construção da derivação, entre o aqueduto e a cerca conventual.

As obras de distribuição interna, naturalmente, também estariam a seu cargo. Dessa rede de distribuição nada se sabe, podendo-se contudo dizer, que ela conduzia a água da cerca do convento até ao lavabo do claustro, cozinha e latrinas as quais se localizavam habitualmente junto aos dormitórios.

De todo o conjunto monástico muito pouco ficou, depois da extinção das ordens religiosas em Portugal, no ano de 1834. As poucas ruínas que restaram, foram reconstruídas, e actualmente esta parte do antigo convento é ocupado, por uma escola primária e instalações da Universidade de Évora.


redondo tamanho como este, que nesta carta vay segurado, que he hum circulo branco metido em hum quadrado preto  a qual agoa se lhe dara do ditto cano, naquelle parte d'elle, que mais conueniente for pera se melhor poder leuar ao ditto mosteiro de Sancta Monica, & farse ha hum cano de metal de comprimento de tres palmos que tenha o vao do buraco tamanho como o ditto circulo o qual buraco se fara no ditto cano todo de hum tamanho igualmente de bua parte a outra, & assentar se ha ao oliuel de maneira, que nao possa entrar mais agoa pello ditto cano, para ir ao ditto mosteiro da que couber pello vao d'elle entrando ao oliuel, & para que em todo o tempo se possa visitar, & ver se esta o ditto buraco conforme ao sinal, & circulo desta carta, & se possa tapar, & destapar quando for

Fig.182 - Alvará para abastecimento de água ao Convento de Santa Mónica.

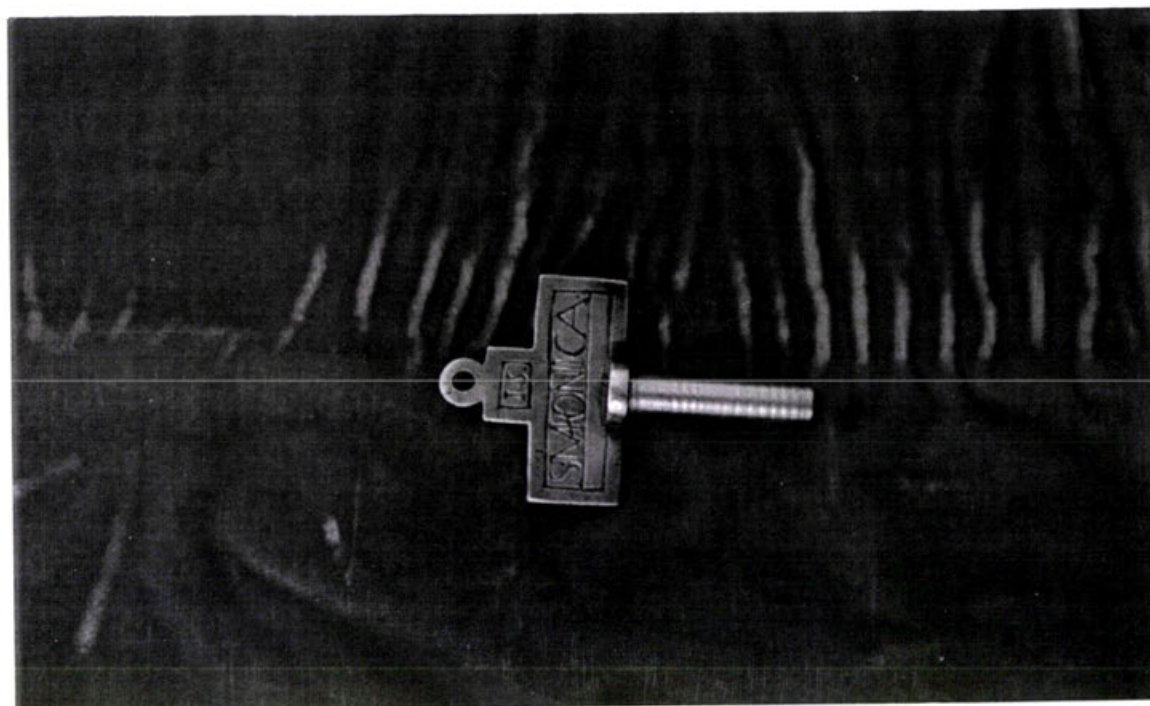


Fig. 183 - Santa Mónica - frente da chave-padrão, que apresenta um comprimento total de 0,068m.

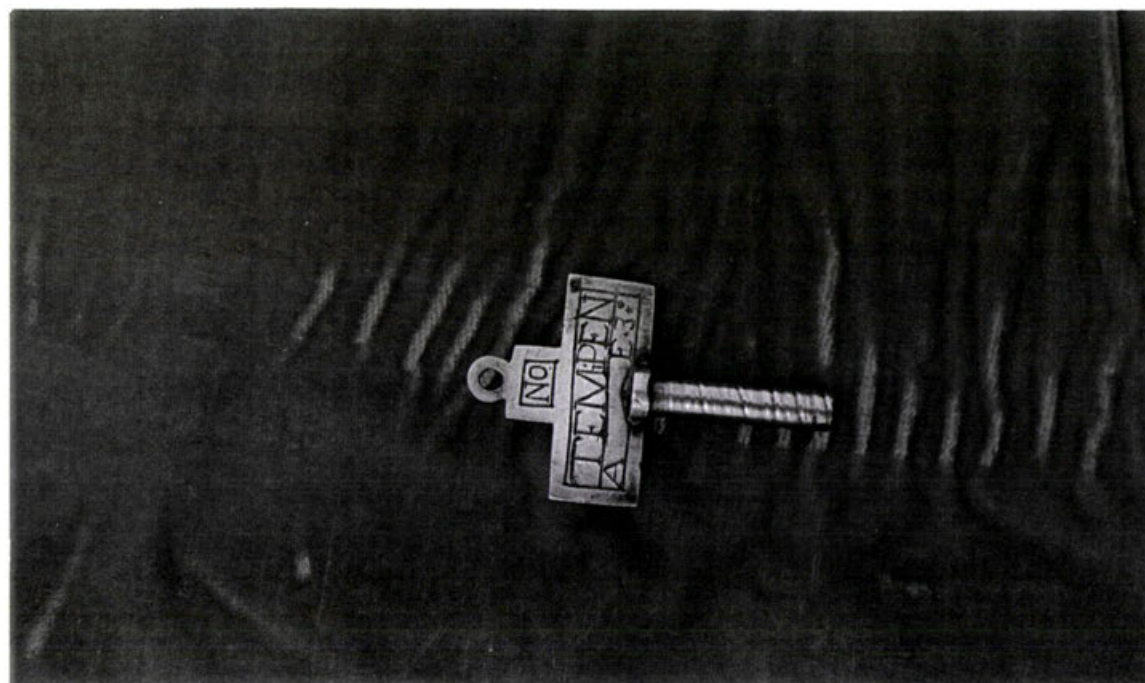


Fig. 184 - Tardoz da chave-padrão.

Em descrição datada de 1849 esse espaço tinha forma irregular, tendo do lado nordeste, o convento de Nossa Senhora da Purificação e seguindo-se a então Casa Pia. Do lado sudoeste existiria a cerca do Convento dos Loios, assim como duas caixas de água (97).

Aquela, que se situava defronte do Convento da Purificação, e de onde derivava o abastecimento de água para o Convento dos Loios, foi demolida em 1956, juntamente com o respectivo troço do aqueduto em que estava inserida, quando da construção dos actuais espaços exteriores do largo. Dela conhece-se apenas, um desenho do seu interior no qual se vê a data de 1766, e que tinha um tanque rectangular central, rodeado por passadiços. Quanto à sua localização aproximada, poder-se-à calcular através de planta do Convento de S.João Evangelista (Loios) datada de 1851, e onde aparece representada integrando-se no muro da cerca conventual (fig.186).

Do aqueduto, que seguia ao longo do largo no sentido oeste/este, apenas se conhece algumas fotos da época das obras de remodelação do largo. Túlio Espanca, contudo descreve-nos ainda este troço do Cano Real referindo-se-lhe nos seguintes termos:

... o discreto aqueduto levantado pelo mestre pedreiro Manuel Pires, em 1560, em aditamento à concessão do anel da água da Prata, anel que foi ampliado em 1610 - 13 com a colocação de dois canos de metal de um palmo cada, e a arca com seu tanque feitos por vontade dos cônegos, à sua custa e reformados no ano de 1766, desapareceu completamente (98)...



Fig.186 - Desenho do interior da caixa de água.

(97) Augusto Butler ELERPERK, , *op.cit*, na nota 35, p.221 .

(98) Espanca, Túlio *Cadernos de história e arte Eborense*, XXI, Évora, Ed.Duques de Cadaval, 1960 - 61, p.88.

1 . 4 . 1. 32 - Loios

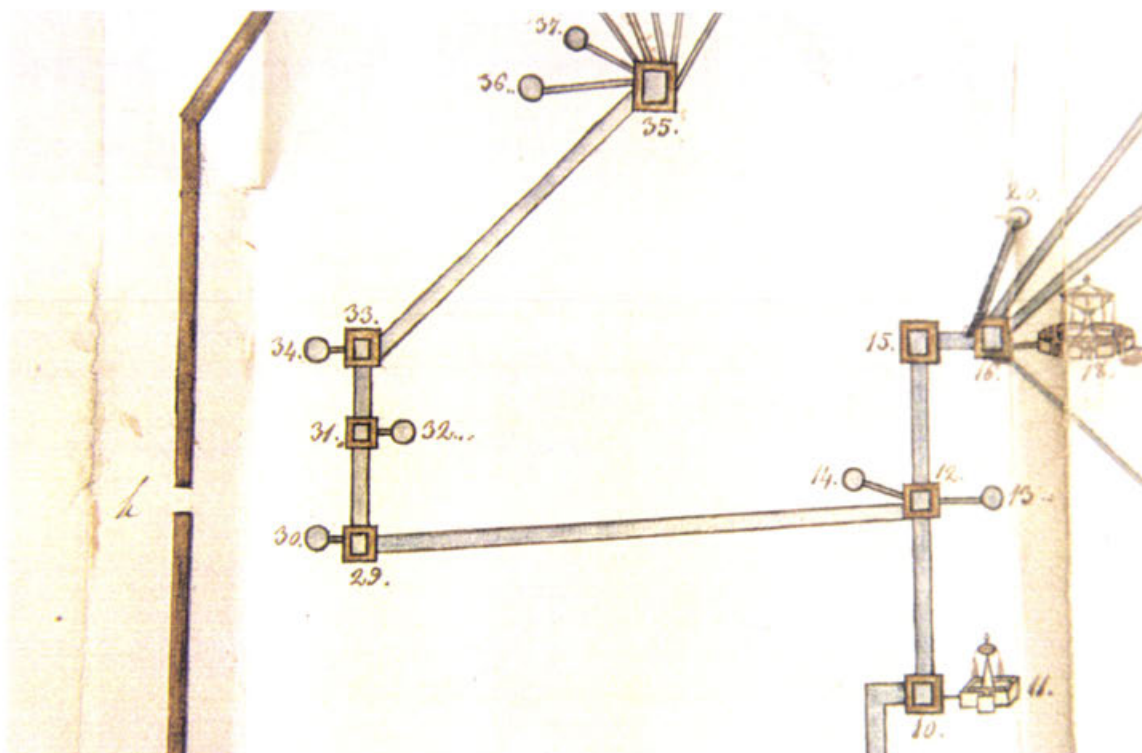


Fig.187 - Abastecimento de água ao convento dos Loios assinalado na planta com o número 32, e descrito como tendo *meio anel* de água do aqueduto. O Buraco dos Collegeaes aparece referenciado com a letra h.

Iniciou-se a construção do convento de S.João Evangelista, no ano de 1485, pertencendo à ordem dos cônegos seculares de S.João Evangelista. Sendo estes conegos conhecidos em Portugal por loios, este cenóbio passou também a ser designado, vulgarmente, por este nome .

A data de finalização das suas obras não é conhecida, sabendo-se contudo que a igreja, em 1491, já estava concluída ⁽⁹⁹⁾.

Desenvolvendo-se o volume da sua construção contigua à do paço dos Duques de Cadaval, donos e protectores deste convento, a ele ligava por uma porta situada na igreja, o que lhes permitia um fácil acesso (figs.188 a 190).

Com os surtos de peste, que se verificaram em Évora, alguns dos padres deste convento desempenharam um papel relevante no auxilio ás inúmeras vítimas, que dizimou grande parte da população de Évora, entre os anos de 1579 e 1580. Foi nesta época, imediatamente depois do desastre de Alcácer Kibir, que grassou na cidade o período de

peste mais mortífera, imediatamente a seguir a grande peste de 1509. Sabe-se que, só em Évora, e nos seus campos, o número de mortos se elevou a mais de 25.000 ⁽¹⁰⁰⁾.

É muito antes, a 30 de Março de 1560, que é demonstrada pelo rei a vontade de conceder a este convento, alguma água do cano real (Apêndice documental - doc.30). Contudo, só a 24 de Setembro de 1564, é explicada por alvará a quantidade de água concedida com a definição da secção da respectiva tubagem de derivação a construir pelos cônegos (Apêndice documental - doc.31). É neste período que terá sido mandada construir a caixa de água, que se sabe ter existido, integrada no muro da cerca conventual.

Mais tarde, é novamente solicitada outra porção de água justificando tal pedido, o facto, do convento se situar no ponto mais alto da cidade, não tendo outra água de que se sustentar, em especial no tempo do estio em que havia grande falta dela (figs.191 a 193).

Esta nova porção de água é-lhes concedida, a 12 de Janeiro de 1683, devendo ter sido efectuada, no interior da arca, as adaptações necessárias para a passagem desta nova quantidade de água (Apêndice documental - doc. 32).

No canto nascente do claustro situa-se, à cota de pavimento 304,37, uma formosa fonte, a qual era abastecida por água do antigo cano (fig.194). A partir da caixa de água situada a norte da cerca, terá existido um ramal subterrâneo que transportaria a água até esta fonte. A referida peça, de distribuição de água, é executada em mármore branco, apresentando motivos escultóricos no seu troço superior (fig.195). Situadas à cota 306,65, as bicas de saída da água, são em tubagem metálica, e em número de quatro. Num plano mais baixo existe uma taça circular, também em mármore, a qual possui junto ao núcleo central quatro tubos metálicos, com aberturas subdivididas e voltadas para cima. Tais tubagens apresentam-se à cota 305,15.

Muito embora desactivada, é de realçar a beleza e o bom estado de conservação da peça descrita, a qual mantém todas as suas características iniciais.

⁽¹⁰⁰⁾ António Francisco Barata, *op. cit.* na nota 92, p.34.

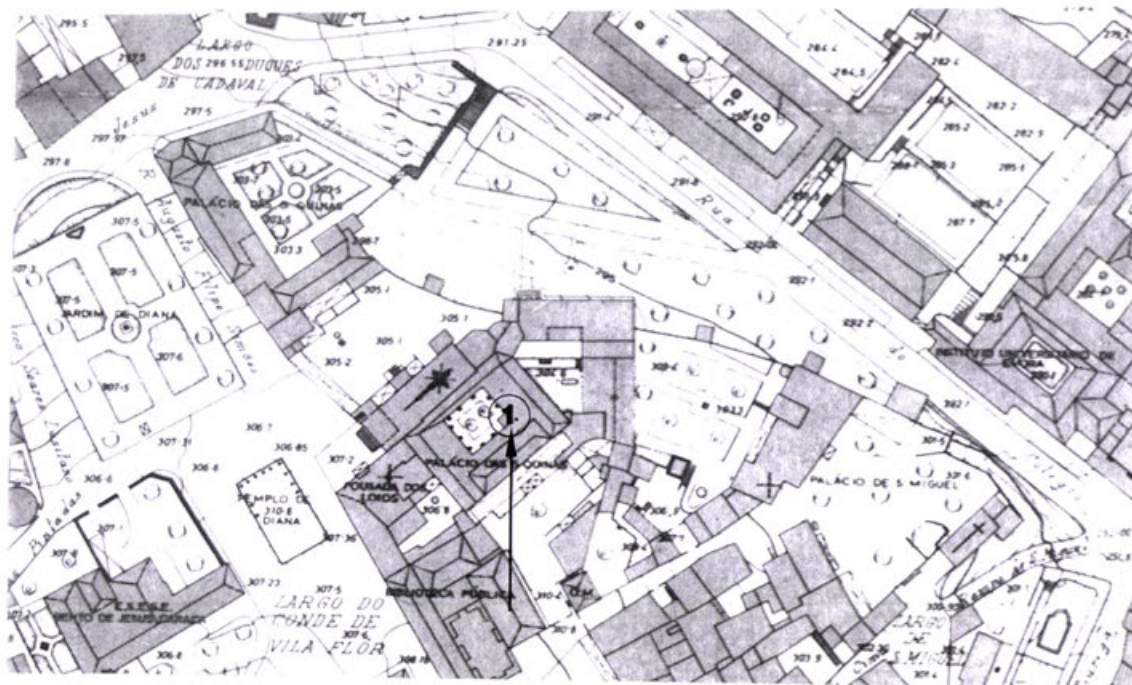


Fig. 188 - Planta de localização da fonte do claustro, à escala 1/2000.

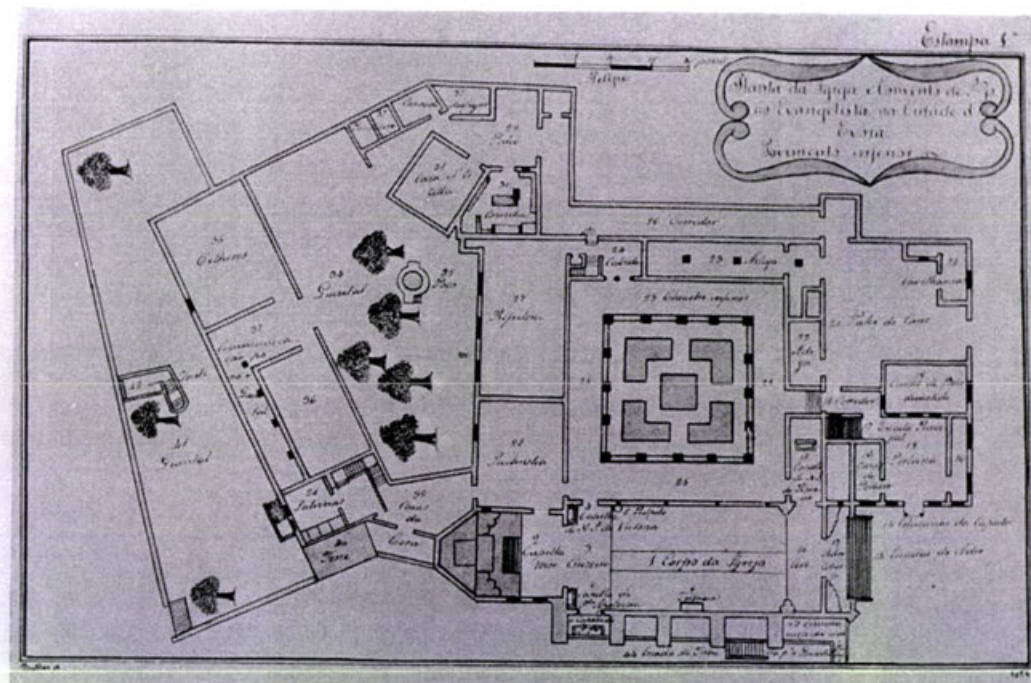


Fig. 189 - Planta antiga do piso térreo do Convento, e sua cerca.

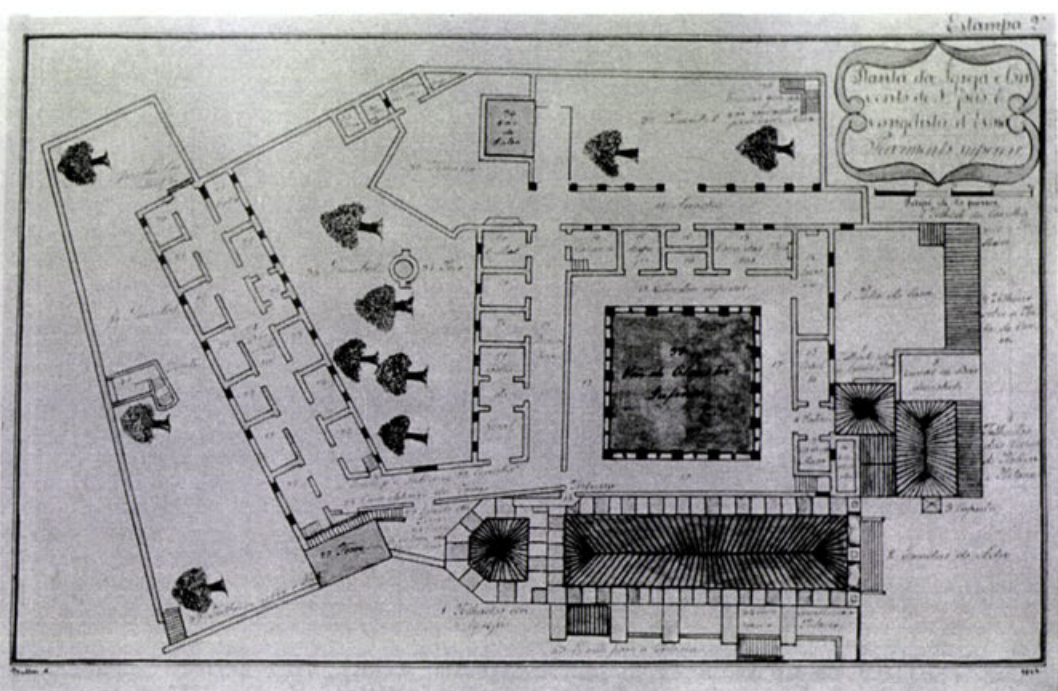


Fig. 190 - Planta antiga do 2º Piso do Convento.

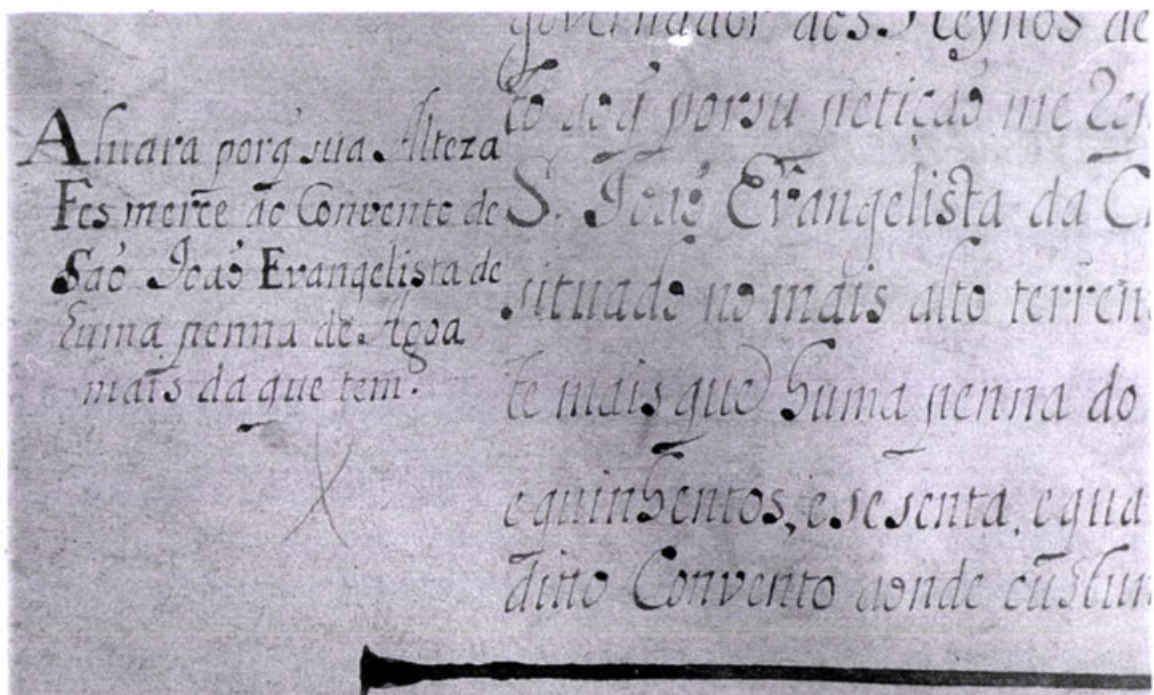


Fig. 191 - Alvará para mais uma porção de água, ao Convento dos Loios.

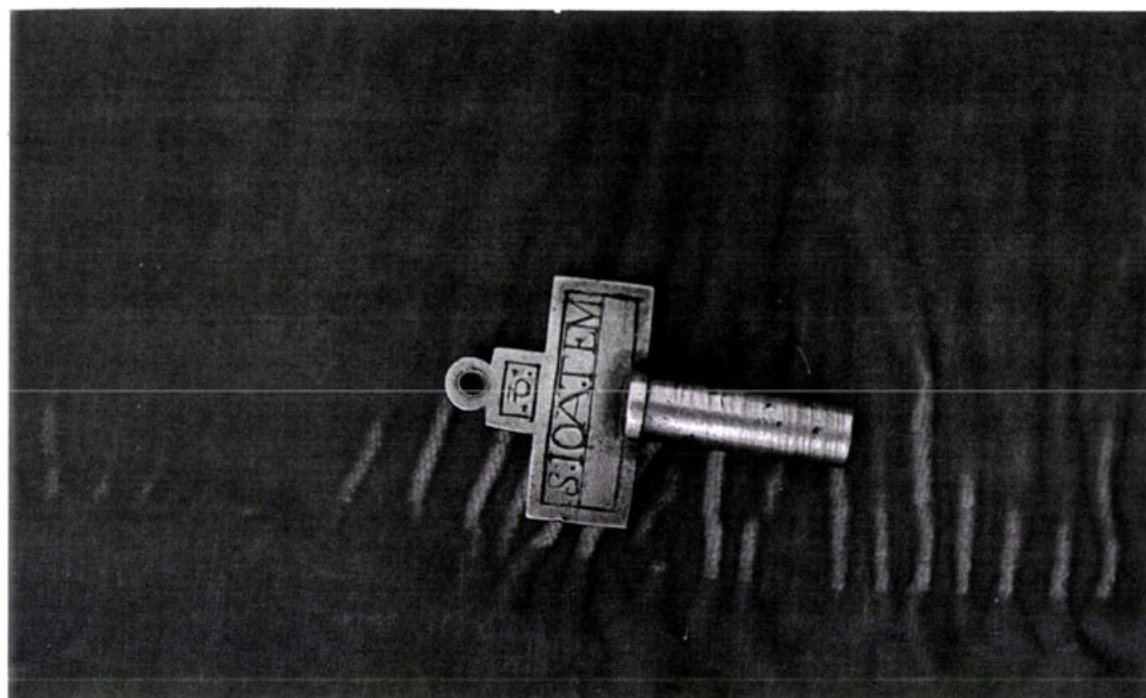


Fig. 192 - Loios - frente da chave-padrão que apresenta um comprimento total, de 0,067m.

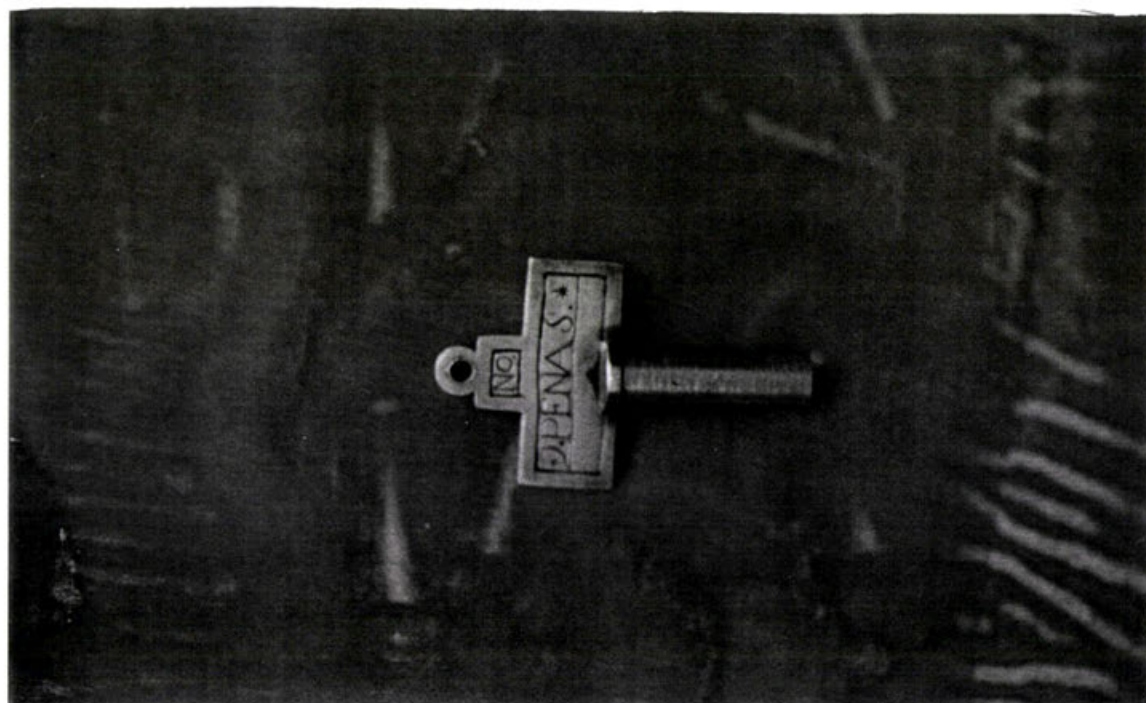


Fig. 193 - Tardoz da chave-padrão.



Fig. 194 - Fonte situada no claustro, e abastecida por água do Aqueduto.



Fig. 195 - Pormenor, do troço superior da fonte.

1.4.1.33 - Caixa

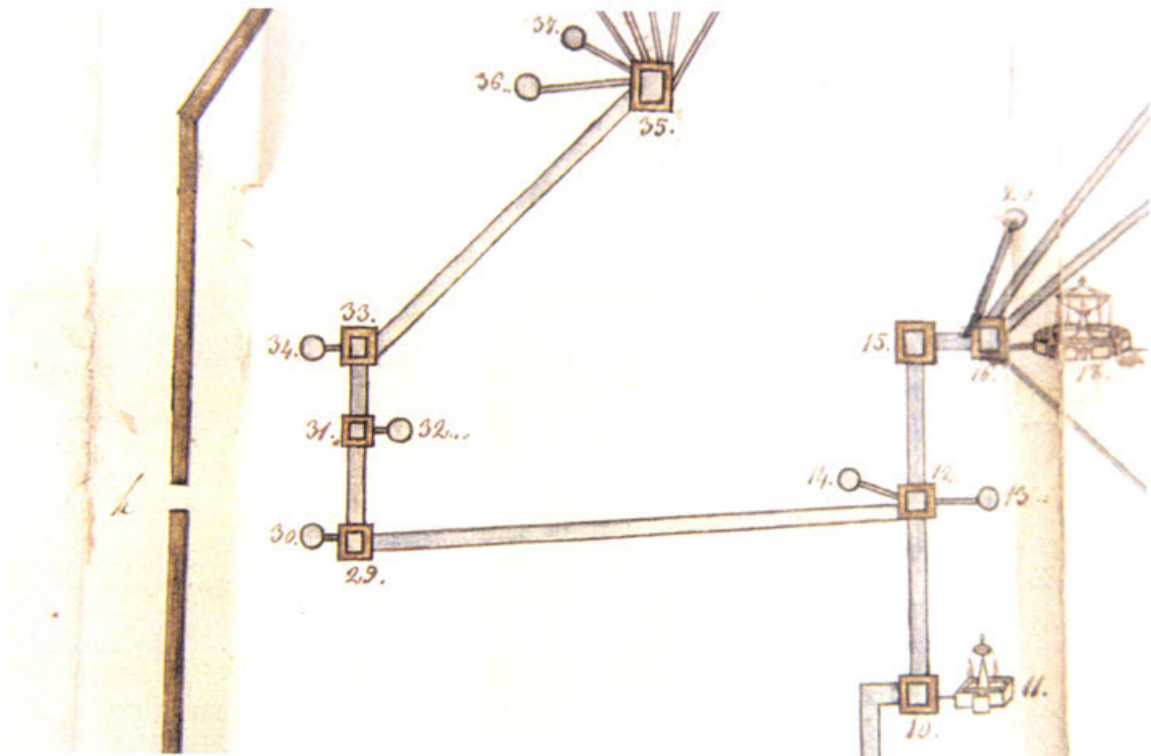


Fig.196 - Caixa assinalada na planta com o número 33, apresentando o Buraco dos Colleeaes a letra h.

Nada se sabe, do local exacto, onde se situaria esta arca de água. Da sua localização apenas podemos supor, ter sido no extremo sueste da actual Rua do Colégio, no local onde o aqueduto inflectiria na direcção sudoeste, seguindo a partir daí paralelamente à actual Rua do Conde da Serra da Tourega. Conhecem-se três plantas, com o traçado esquemático do aqueduto, que indicam a existência desta caixa num ponto de nítida mudança de direcção, no seu traçado. Uma fotografia que nos reproduz a zona fronteiria ao Paço de S. Miguel, vista do lado do Seminário, mostra-nos os restos do aqueduto, apresentando neste troço uma trajectória em curva, pouco acentuada. Não se vendo, neste troço, quaisquer vestígios de uma caixa de água a qual, devido às cotas a que andaria o canal, tinha de se situar obrigatoriamente acima da cota do terreno, poder-se-à defender a sua localização entre o Paço de S.Miguel e a Rua do Conde da Serra do Tourega (figs.197 a 199).

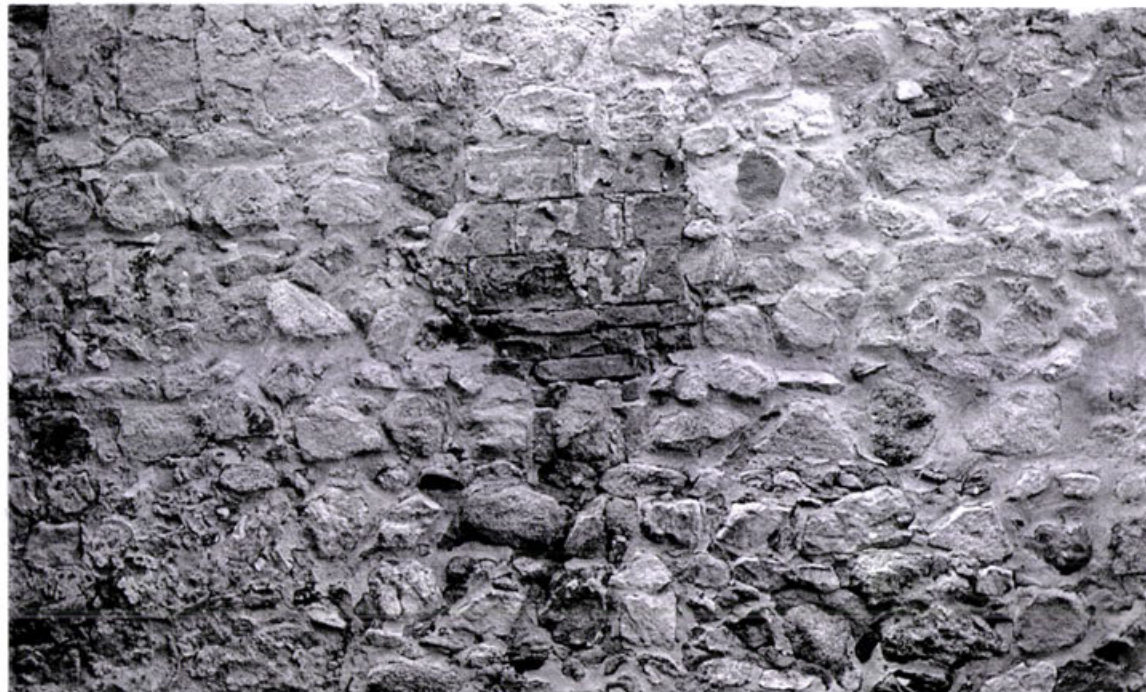


Fig. 197 - Pormenor do canal do Aqueduto, no Jardim dos Clérigos.

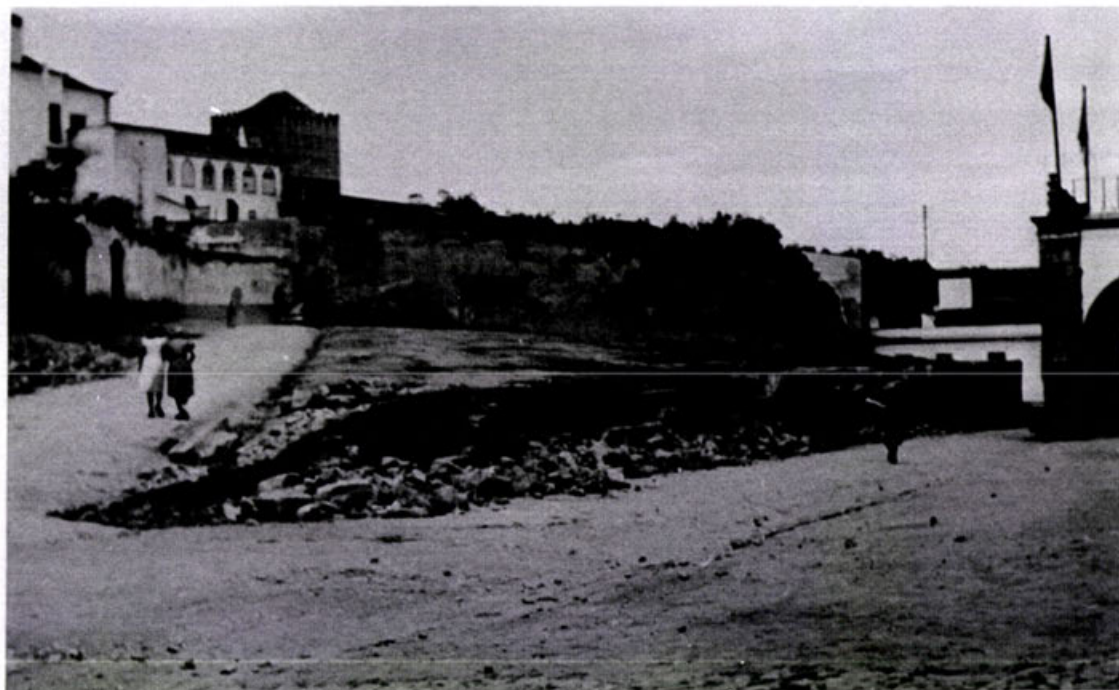


Fig. 198 - Vista da antiga cerca do Convento dos Loios adorado à qual, se guia o Aqueduto (fotografia gentilmente cedida pela Arquitecta M. Fernandes).



Fig. 199 - Vista de um troço do Aqueduto no Jardim dos Clérigos, (fotografia gentilmente cedida pela Arquitecta M. Fernandes).

1.4.1.34 - Casa Pia

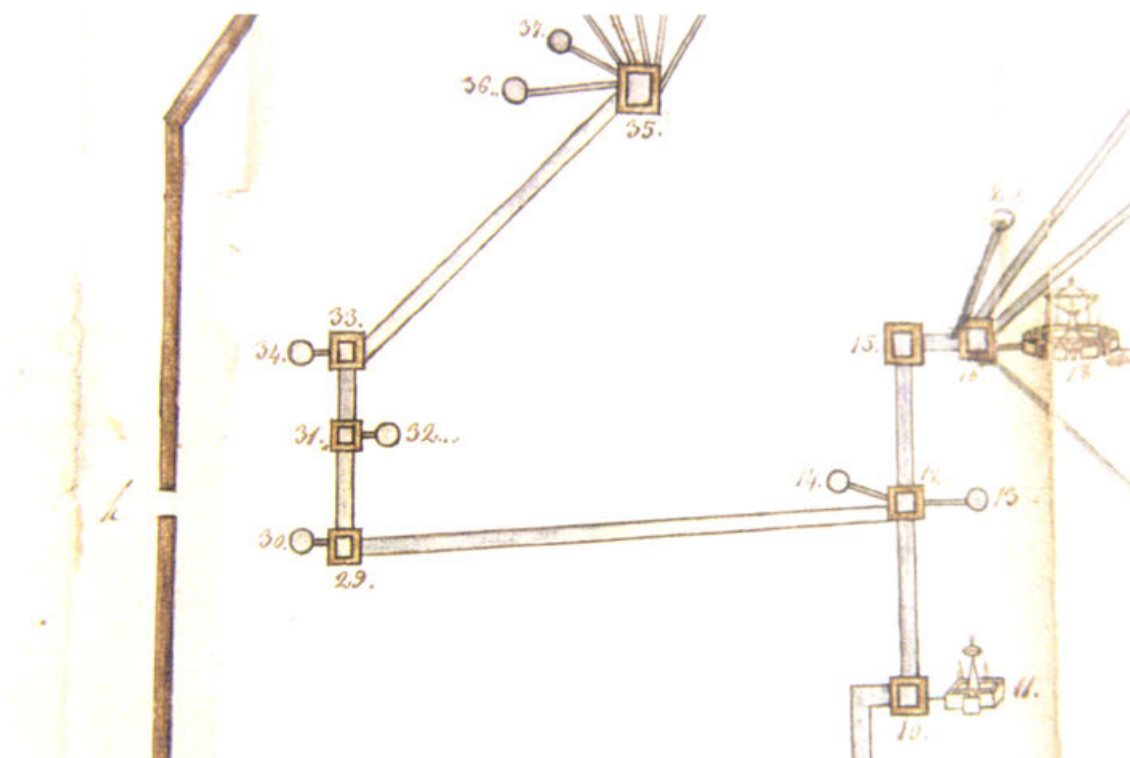


Fig.200 - Abastecimento de água ao Colégio da Companhia de Jesus assinalado na planta com o número 34, e descrito como tendo *anel grande* da água do aqueduto.

Em terrenos adquiridos em 1520 pelo Rei D. Manuel I, e em outros então expropriados, iniciou-se em 1551 a construção de um colégio jesuíta fundado sob a protecção do cardeal infante D. Henrique, e situado do lado nordeste da actual Rua do Colégio.

Na volumosa construção primitiva, onde se congregam os colégios do Espírito Santo e da Purificação trabalharam alguns dos maiores arquitectos da época, como sejam, Afonso Alvares, Manuel Pires, Diogo de Torralva e Cristovão de Torres .

Desde 1 de Novembro de 1559, dia oficial da primeira aula ministrada no Colégio do Espírito Santo, desenvolveu-se aí uma intensa vida académica, sempre sob a orientação dos padres jesuitas, até que em 1759, o Marquês de Pombal mandou fechar este estabelecimento de ensino superior. Aqui cursaram, no seu período áureo, vultos de grande prestígio na cultura portuguesa, mestres nos campos da teologia e do direito canónico, matérias fulcrais para a época ⁽¹⁰¹⁾.

(101) Ribeiro, Orlando «Évora, sítio, origem, evolução e funções de uma cidade», *Estudos em homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, 1986, p.376.

Aliando a estadia destes vultos cultos, á existencia de uma imprensa florescente, de uma actividade livreira intensa ⁽¹⁰²⁾ e de uma protecção efectiva à população estudantil ⁽¹⁰³⁾ esta, cresceu rapidamente.

Sabe-se que em 1554 o número de alunos, do colégio do Espírito Santo, era de 400, em 1560 acima de 600, vinte e seis anos após a sua fundação tinha mais de mil, e na segunda metade do século XVII mais de 2000 estudantes ⁽¹⁰⁴⁾.

Para além desta população estudantil havia, vinte e seis anos após a sua abertura, *commumente cento e cincoenta pessoas com os servidores todas estas pessoas utilizando a água do aqueduto bebendo da fonte do colegio*. Sabe-se também que não se fazia restrição a ninguém *que la quer ir por ella (água) e até o mesmo conde (de Basto) a manda lá buscar e sua may*. Muito embora *nella (água) lhe dada somente quantidade de hum anel piqueno e isto lhe concederão os Reys ha mais de vinte anos com consentimento da cidade...*

Os excertos transcritos, referem-se a parte da argumentação de defesa apresentada pelos padres Jesuitas, depois do protesto efectuado, em 1584, pelo Conde de Basto, o qual se insurgia contra os Jesuitas e seus abusos, entre os quais, o quasi monopólio da água da Prata *...de que tinham as chaves e no tempo em que os mosteiros e religiosos e gente pobre não tem hum pucaro de água pera beber estão elles fazendo obras (as da Purificação) com a dita água e fartando polla sesta continuamente os seus carneiros sem a querer dar a quem lha pede nem aos pobres do hospital ...porque a dita agoa segundo se diz sera da grossura do corpo de hum homem* ⁽¹⁰⁵⁾...

Muito embora sendo uma afirmação exagerada, no que toca ao caudal de água consumida pelos padres, estes gozaram indubitavelmente de grandes privilégios, no que se refere ao abastecimento de água.

Tal facto comprova-se pelas diversas concessões de água que lhes foram atribuídas, e condições nelas expressas (figs.201 a 208).

Assim, logo a 30 de Outubro de 1554, é-lhes dada uma primeira porção de água (Apêndice documental - doc.33) porção esta substituída por outra maior, imediatamente

(102) A imprensa terá iniciado a sua actividade em Évora em 1521, sendo a referência à mais antiga loja de livros que se conhece na cidade de Évora, do ano de 1509.

(103) O rei D. Sebastião emite alvará datado de 12 de Dezembro de 1561, onde autoriza aos estudantes a realização de uma feira franca semanal, que se realizaria em cada 3ª feira e até às duas horas da tarde depois das quais servia a toda a gente, que quizesse comprar mesmo para revender.

Diz o texto:

...concedo e hey por concedida hua feyra franq.ª no dya de terça frª de cada semana das cousas abaxo declaradas e pola manr.ª seguynte. s. q as galynhas, capões, frangãos, patos, e todas as outras aves domesticas, e brauas, e camr.ªs em pee, leytões, cabrytos, bodes capados, e por capar, cabras, toda a caça, ovos, queijos, leyte, e toda cousa de leyte, mel etc.

Livro 2º de registo da Câmara de Évora, fol.231, [A.D.E.]

(104) Gromicho, António Bartolomeu *Da Universidade de Évora*, Évora, vol.231, 1944,p.16.

(105) Ibidem.

passados dois anos (Apêndice documental - doc.34). A 30 de Março de 1560, D.Sebastião, autoriza que lhes seja dada a quantidade de água que o cardeal seu tio vir...*que lhe he necessaria autorizando tudo que elle aserca disso mandar* (Apêndice documental - doc.33).

Em 1562, é novamente D.Sebastião, que lhes oficializa a permissão de continuarem na posse da chave da porta de acesso à caixa onde se situava o registo da água que abastecia o Colégio da Companhia de Jesus (Apêndice documental doc 35).

Em 1566, é confirmado oficialmente pelo Rei D.Sebastião, que a Universidade seria abastecida pela mesma quantidade de água, daquela que corria na fonte da Porta de Moura (Apêndice documental - doc. 36).

Filipe II de Espanha, porém, em 1603 especifica por alvará o modo como a tubagem de abastecimento, ao edifício da Universidade, teria de estar executada. Simultaneamente, obrigava os padres jesuitas a repor o registo, com o diâmetro que lhes tinha sido atribuído por alvará anterior, visto estes terem aumentado o seu diâmetro por possuírem a chave da porta de acesso à respectiva caixa (Apêndice documental - doc.37).

O Colégio da Companhia de Jesus, era abastecido também por uma cisterna, a qual ocupa a totalidade do claustro situado a nordeste (fig.207).

A água por ela recolhida é a proveniente, dos telhados em telha de canudo que cobrem as quatro alas do claustro, assim como da que escorre pelo pavimento do claustro. O extremo desta área apresenta aberturas, por onde a água entra, e situado a meio da ala noroeste encontra-se o acesso circular, por onde ela era retirada para posterior utilização.

Para além da água fornecida, por este sistema de aprovisionamento pluviométrico, o aqueduto garantia a água que abastecia as duas fontes, actualmente, ainda existentes:

- A fonte situada no claustro principal, executada em mármore branco, e a qual foi recentemente desmontada para instalação de um sistema fechado de circulação de água (figs.210 a 212). Aqui, sabe-se, que o abastecimento antigo era feito através de ramal com o sentido oeste/este o qual foi posto a descoberto, durante as obras referidas. A cota mais elevada de saída da água nesta fonte é de 285,94, enquanto que a do pavimento é de 283,34.

- Uma fonte também em mármore branco, que servia de lavabo, e que é composta por uma taça formada ... *de uma só pedra com 26 palmos de circunferência e onde oito serafins lançam permanentemente a famosa agua da prata na abundante porção de um oitavo de manilha* ⁽¹⁰⁶⁾...

Este amplo complexo de edificações depois de, durante vários séculos, ter sido habitado por religiosos Jesuitas e Franciscanos, foi ocupado a partir de 1836 pela casa Pia, estando agora nele instalada, novamente, a Universidade de Évora.

(106) Augusto Elerperk, *op.cit.* na nota 35, p.222.

Provisão da água que
se deu das fontes, e a
queduto ao Collegio
da Companhia de I. E.
su por El Rey Dom
João o. 3.º em XXX.
te outubro de M. D.
L. III.

I V I Z V E R E A D O R E S, E Procurador da ci-
dade d'Euora eu El Rey vos enuio muito saudar eu ey por bem, e me praz por
mo pedir o Cardeal Iffante Dom Henrique meu muito amado, e prezado jr-
mao, e avendo respeito a necessidade, que o seu Collegio, que elle mandou fazer
nessa cidade junto da porta do moinho do vento tem de agoa, e querendo fa-
zer graca, e merce por esmolla ao Reytor, e Collegiaes do ditto Collegio, que
do cano da agoa da prata se lbe de aquella cantidade d'agoa, que couber por hu
buraco redondo tamanho como este, que nesta carta vay figurado, que he hum
circulo branco metido em hum quadrado preto a qual agoa se lbe dara do di-
tto cano na quessa parte d'elle que mais conueniente for para se melhor
poder leuar ao ditto Collegio, e farse ha hum cano de metal de comprimento

Fig. 201 - Provisão de água
dada ao Convento da
Companhia de Jesus.

Provisão da água
que se deu das fontes, e a
queduto ao Collegio da
Companhia de I. E. S. V.
El Rey Dom João
o. 3.º em XI. de Setem-
bre de M. D. LVI.

I V I Z V E R E A D O R E S, E Procurador da ci-
dade d'Euora Eu El Rey vos enuio muito saudar. O Cardeal Iffante Dom
Henrique meu muito amado, e prezado jrmao me pediu por merce, que ouies-
se por bem se lbe mandar dar do cano da agoa da prata aquella cantidade de agoa,
que me bem parecesse para ir por cano ao seu collegio por ser pouca agoa a que
lbe ja por outra minha provisao tinha mandado dar para o ditto Collegio por
ter necessidade de mais agoa, pello que ey por bem, e me praz, que do ditto ca-
no da agoa da prata na quessa parte d'elle, que mais conueniente for se lbe de

Fig. 202 - Segunda provisao
de água.

[Handwritten signature]


para o ditto Collegio a quessa cantidade de agoa que couber por hum buraco re-
dondo do tamanho como este, que nesta carta vay figurado, que he hum cir-
culo branco metido em hum quadrado preto  e farse ha hum cano de
metal de comprimento de tres palmos, que tenha o raõ do buraco tamanho como
o do ditto circulo o qual buraco se fara no ditto circulo todo de hum tamanho
igual mente de huã parte a outra, e assentar se ha ao oliuel de maneira, que não
possa entrar mais agoa pello ditto cano para ir ao ditto Collegio da que couber
pello raõ d'elle, entrando ao oliuel, e para que em todo o tempo se possa visi-
tar, e ver se esta o ditto buraco conforme ao sinal desta carta, e se possa ta-
par, e destapar quando for necessario, se fara huã arca onde aditta agoa entrar
ao cano do Collegio com sua porta, e fechadura, e a chaue della se entregara,

Fig. 203 - Provisão de água
para o Colégio.

Provisão 4.^a para não ti-
ver de poder dos padres da
Companhia a chave do re-
ato da agoa da prata que
tem d'El Rey Dom Sebas-
tiao em trinta de Julho do
Anno de .M. D. LXXII.

E V E L R E I Faço saber aos que este aluara virem, que eu man-
dei ver os autos do requerimento, que o Juiz Vereadores, & Procurador
da cidade d'Euora fizeram a Fernão da Silveira do meu Conselho presi-
dente da alçada das Comarcas de Alentejo, & Reyno do Algarue a ser-
ca da agoa da prata, que vay ao Collegio do Espirito Sancto da companhia
de I E S V da ditta cidade, & assy areposta, que o ditto Reitor, & padres
do ditto Collegio derao ao ditto requerimento, & vista a enformação, q

[Handwritten signature]

Fig. 204 - Quarta provisão de água.

Provisão. 5.^a em confirma-
ção das sobre agoa q
seba dado ao Collegio
da Companhia do Cardal
Infante em nome d'El
Rey Dom Sebastiao seu
primo, em XXVIII.
Febreiro de .M. D.
XVI.

D O M S E B A S T I A O P E R Graça
de Ds. Rey de Portugal, & dos Algarves daquem, & dalem mar em Africa
Senhor de Guiné, & da conquista nauegação, & comercio de Ethiopia, Arabia,
Persia, & da India &c. &c. Faço saber aos que esta minha carta virem que o Rei-
tor, & padres do Collegio do Espirito Sancto, & da Vniuersidade da cidade de
Euora da Companhia de I E S V me enuiarão dizer, que eu escreuera huá car-
ta ao Juiz Vereadores, & Procurador da ditta cidade por que ouuera por bem
que allem da agoa, que então hia do cano da agoa da prata ao ditto Collegio do
Espirito Sancto se lhe desse mais aquella quantidade de agoa, que o Cardeal
Infante Dom Henrique meu muito amado, & prezado tio dicesse que lhe
era necessaria da qual carta o treslado he o seguinte. **J U I Z** Verca-
dores, & Procurador da cidade d'Euora eu El Rey vos enuio muito sa-
lutar, e vos digo, que o ditto Henrique meu muito amado do prezado

Fig. 205 - Quinta provisão de água.

Provisão. 6.^a sobre o
modo em que se hade
assentar o cano da agoa
que vay ao Collegio da
Companhia de I E S V
d'El Rey Dom Philip-
pe o. 2.^o em cinquode
Abril de .M. D.C.III.

E V E L R E I
justos respeitos, que me a isso mo-
nhia de I E S V do Collegio
& me praz, que o registo que te

Fig. 206 - Sexta provisão de água.

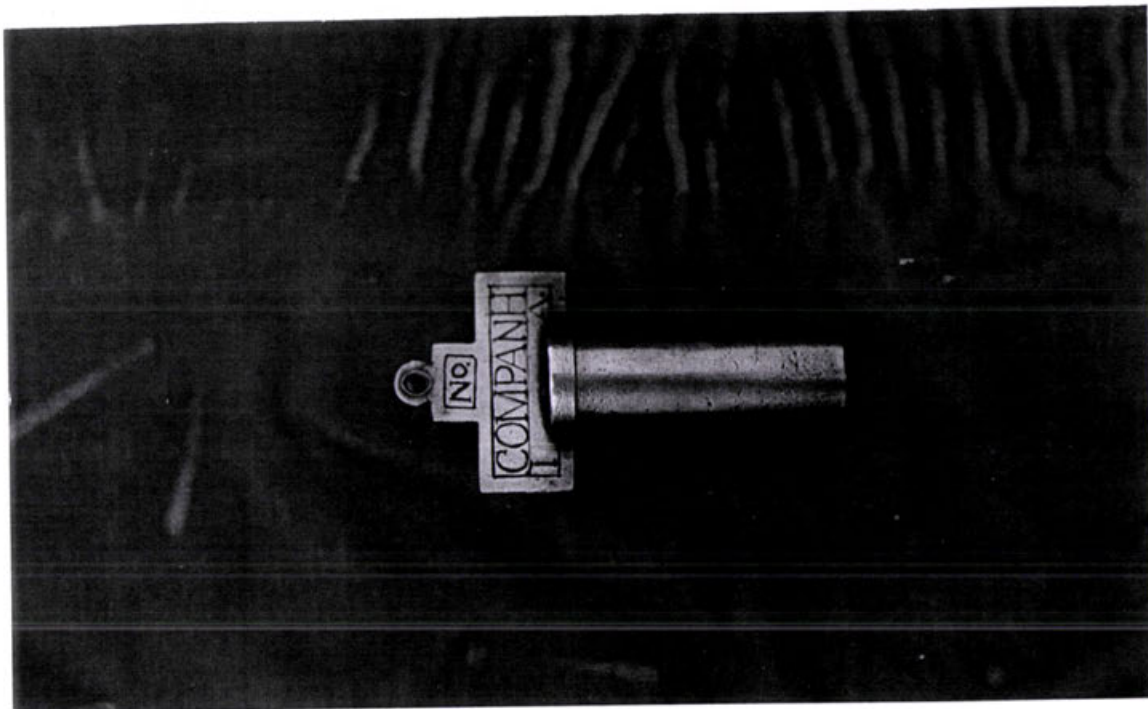


Fig. 207 - Colégio - Frente da chave-padrão que apresenta 0,084m, de comprimento total.

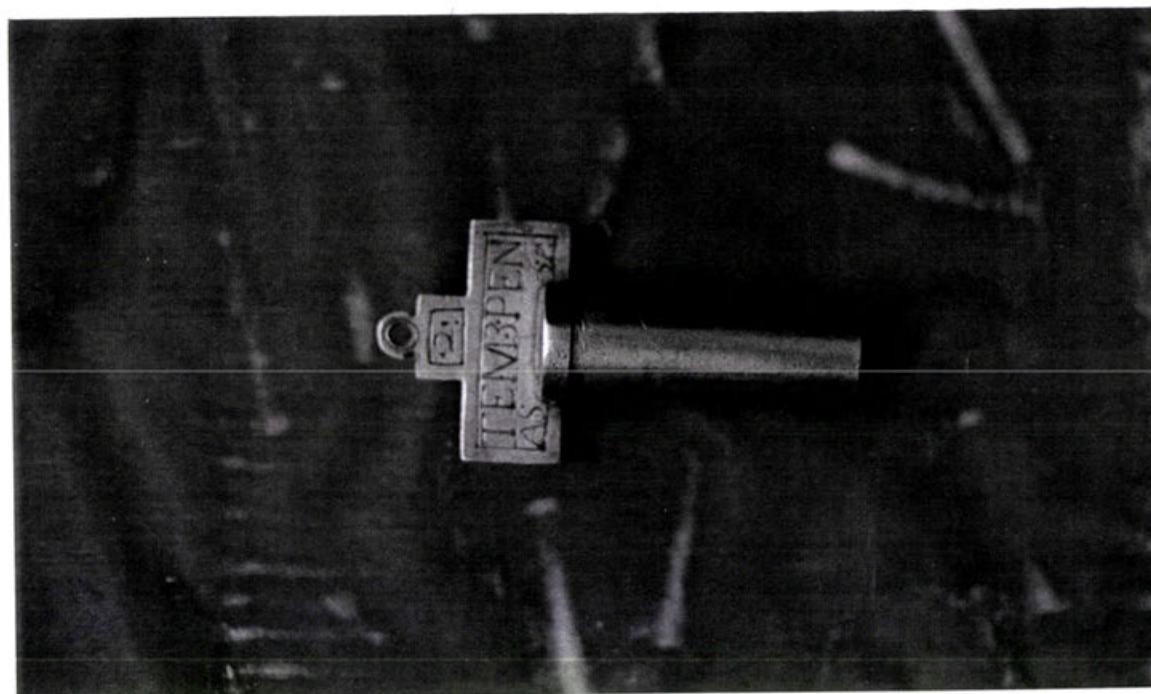


Fig. 208 - Tardoz da chave-padrão.



Fig. 209 - Cisterna situada num dos claustros.



Fig. 210 - Fonte situada no claustro grande.



Fig.211 - Desmontagem da fonte.



Fig. 212 - Cano para abastecimento de água, às bicas da fonte.

1.4.1.35 - Caixa à Porta de Moura

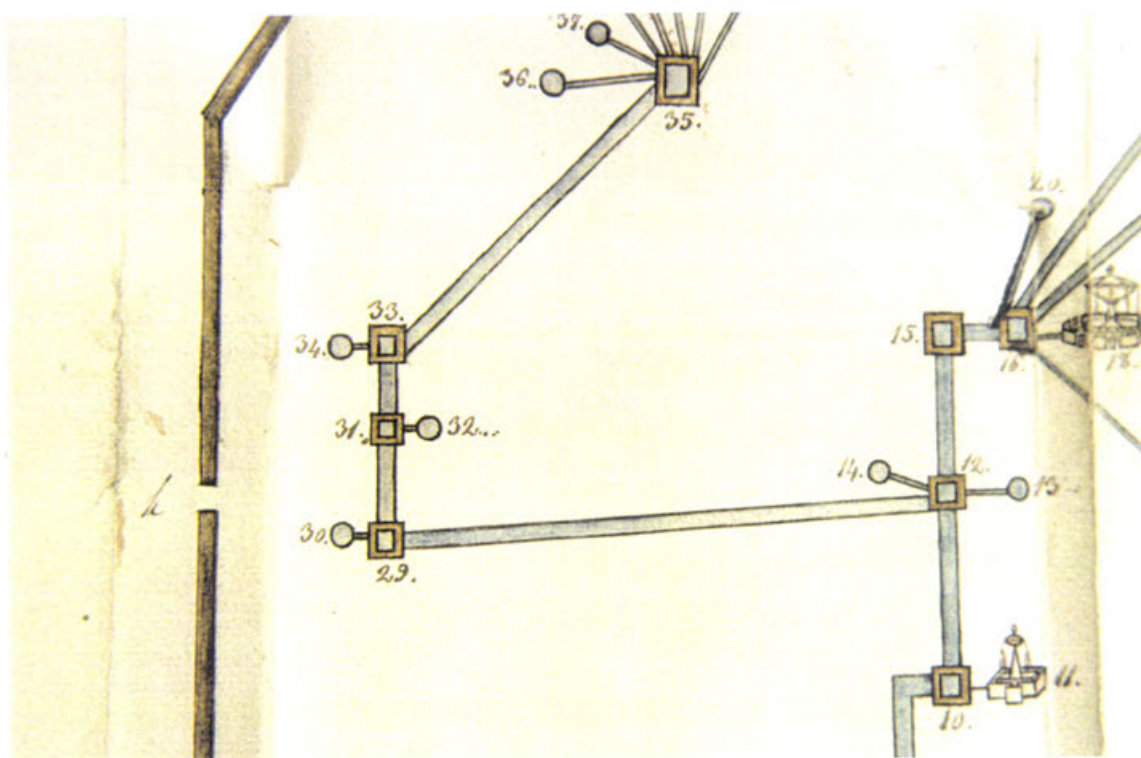


Fig. 213 - Caixa de Registo assinalada na planta com o número 35.

Desta arca de água, nenhum vestígio nos chegou até hoje. Apenas se conhece a sua anterior existência por constar em três plantas, onde figura o traçado esquemático do aqueduto. Pela sua observação, podemos pressupor, que esta caixa terá existido no exterior da primitiva muralha, junto à antiga Porta de Moura, do seu lado norte, situada talvez, na sobrelevação que existe na zona fronteira ao edifício nº1 da Rua Conde da Serra do Tourega, local onde se situa uma pequena fonte. Terá sido constituída por uma, ou mais caixas, onde constariam os diferentes registos aos abastecimentos domiciliários, feitos a partir desta caixa terminal.

Em descrição datada de 1849, e referente ao Largo da Porta de Moura, diz-se textualmente que ... *existe neste largo uma caixa d'agua* ... não se adiantando contudo quaisquer pormenores descritivos da mesma ⁽¹⁰⁷⁾.

(107) Augusto Butler Elerperk, op.cit. na nota 35, p.240.

com o abastecimento de água proveniente do aqueduto, e que este conjunto, a partir de determinada altura, teve.

Desconhece-se a data a partir da qual foi abastecido por água. Sabe-se contudo, pelas plantas existentes, que para aqui seguia uma ramificação do aqueduto. Quanto á doação régia, de atribuição de água, ela não aparece transcrita no Regimento do Aqueduto, ou em qualquer outro documento conhecido. Na placa padrão, pertencente à C.M.E., existe contudo referencia a este abastecimento, assim como existe também ainda a chave-padrão, em bronze, referente a este antigo donatário (figs 216 e 217).

Sabendo-se que este colégio era gerido pela mesma Mesa que dirigia o recolhimento das Donzellas, poder-se-á pressupor que as duas doações de água pudessem ter sido efectuadas na mesma data, não existindo contudo nada que nos prove tal teoria.

1.4.1.36 - Meninos Orfãos

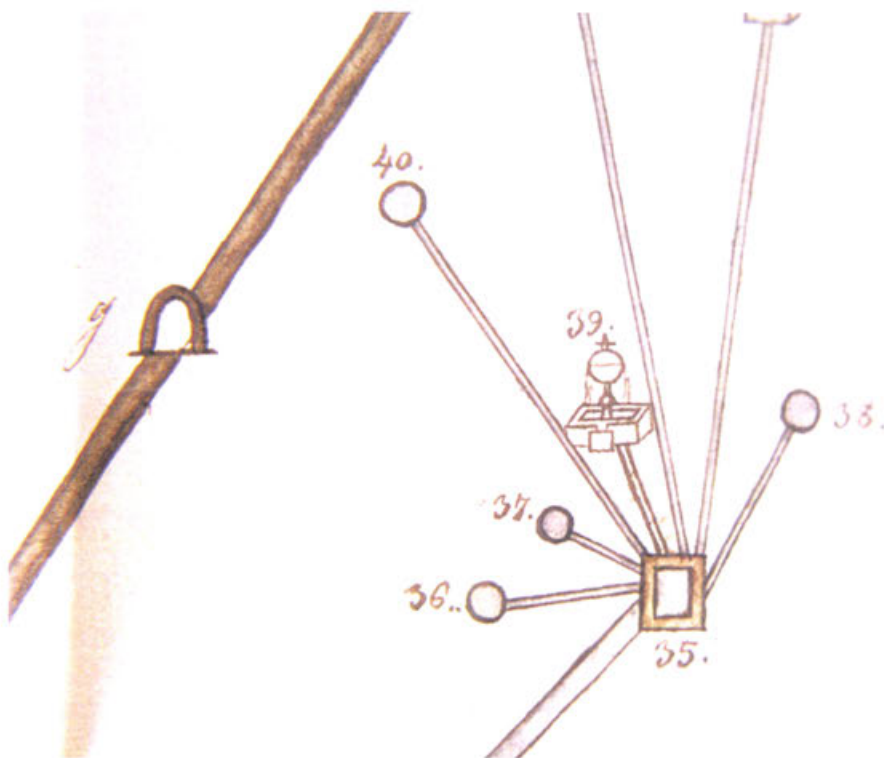


Fig.214 - Abastecimento de água ao Colégio dos Meninos Orfãos assinalada na planta com o número 36, e descrita como tendo *penna* de água do aqueduto.

Situava-se este colégio, destinado a meninos orfãos, do lado sudeste da antiga carreira do colégio, actual Rua Conde da Serra da Tourega.

A sua construção iniciou-se no tempo de D.João IV, e nela foram utilizados alguns materiais de cantaria retirados do palácio real de S.Francisco, que na época não era já utilizado pela corte.

À data da sua inauguração, 28 de Dezembro de 1649, viviam nele doze meninos orfãos a quem seria ensinada ...*Doutrina cristã, bons costumes, ler, escrever e contar* ⁽¹⁰⁸⁾...

Em 1653 é dado início à construção de uma igreja própria, cuja fachada dava para o arruamento supracitado (fig.215). Sabe-se que a este colégio deveriam pertencer alguns terrenos anexos, pois no ano de 1684 o local era conhecido por Quinta dos Meninos Orfãos ⁽¹⁰⁹⁾. Actualmente, tanto o conjunto das edificações primitivas, como o espaço da igreja, são propriedade particular tendo-se transformado em área habitacional.

A sul da antiga igreja existe, hoje ainda, um amplo pátio anexo ao qual, se situa a actual cozinha. Não existem, contudo, quaisquer outros vestígios que se possam relacionar

(108) Gil do Monte, *op.cit.*, na nota 39, 1ºvol., p.76.

(109) *Ibidem*, 2ºvol., p.20.



Fig. 215 - Meninos Orfãos - igreja primitiva.

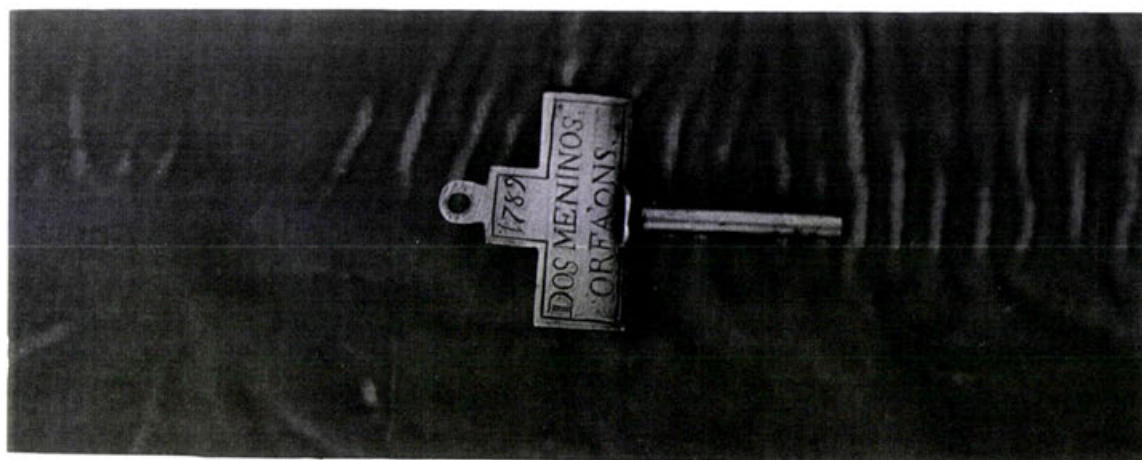


Fig. 216 - Chave-padrão, a qual apresenta o comprimento total de 0.074m.

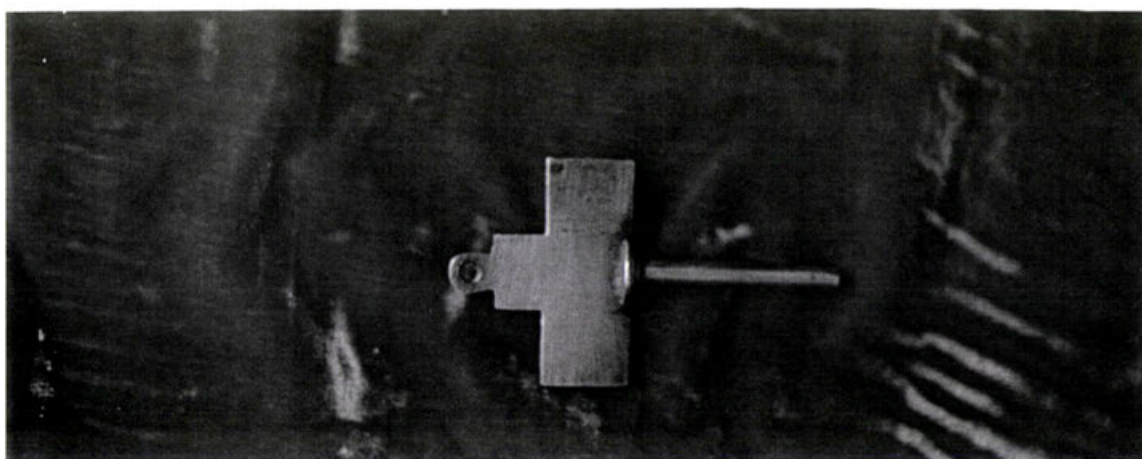


Fig. 217 - Tardoz da chave-padrão.

1.4.1.37- Paraízo

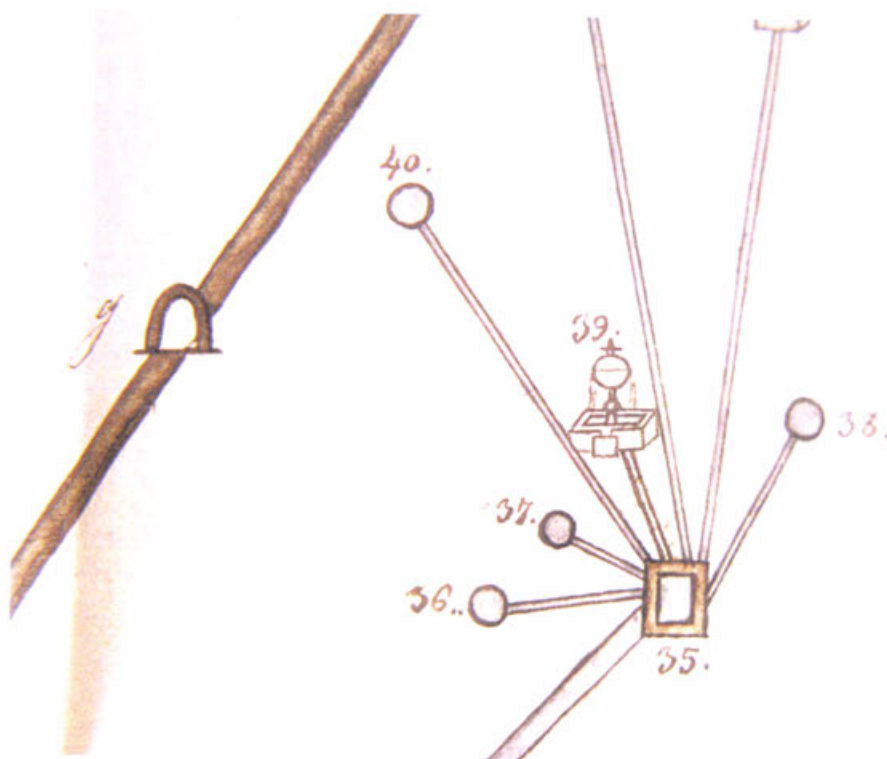


Fig.218 - Abastecimento de água ao Convento do Paraízo, assinalado na planta com o número 37, e nela descrito como tendo *meio anel* de água do aqueduto.

Era um convento de freiras, pertencente à ordem de S.Domingos, o qual se situava nos terrenos entre as actuais Ruas de Machede e Mendo Estevens, no local aproximado onde hoje existe o Jardim do Paraízo⁽¹¹⁰⁾. Actualmente, nada resta deste enorme cenóbio cuja data de fundação remontou, possivelmente, ao primeiro quartel do século XV. Sabe-se, que em 1508, e por generosidade do rei D.Manuel I, se procedeu à ampliação do edifício primitivo, cuja área era muito acanhada relativamente à comunidade então aí residente⁽¹¹¹⁾. Do conjunto, então edificado, apenas se conhecem duas fotografias, datando do início deste século, e nas quais aparece, em uma, o alçado da confluência das Ruas de Machede e Mendo Estevens, na outro, a Rua Mendo Estevens aparecendo o convento do lado norte deste arruamento. Foi deste cenóbio que saíram as religiosas que fundaram, em 1528, o Convento de Santa Catarina de Sena, em Évora⁽¹¹²⁾. É D.João III que, a 3 de Outubro de 1555, atribui uma porção de água do cano real a Nossa Senhora do Paraízo (figs.219 a 221). Este abastecimento seria efectuado, subterrâneamente, a partir de arca de água situada às Portas de Moura (Apêndice documental doc. 38).

(110) António Francisco Barata, *op.cit.* na nota 62, p.144.

(111) Gil do Monte, *op.cit.* na nota 17, 2ºvol., p.36.

(112) Queimado, José Manuel - *Alentejo Glorioso, Évora suas ruas e conventos*, Évora, 1975, p.145.

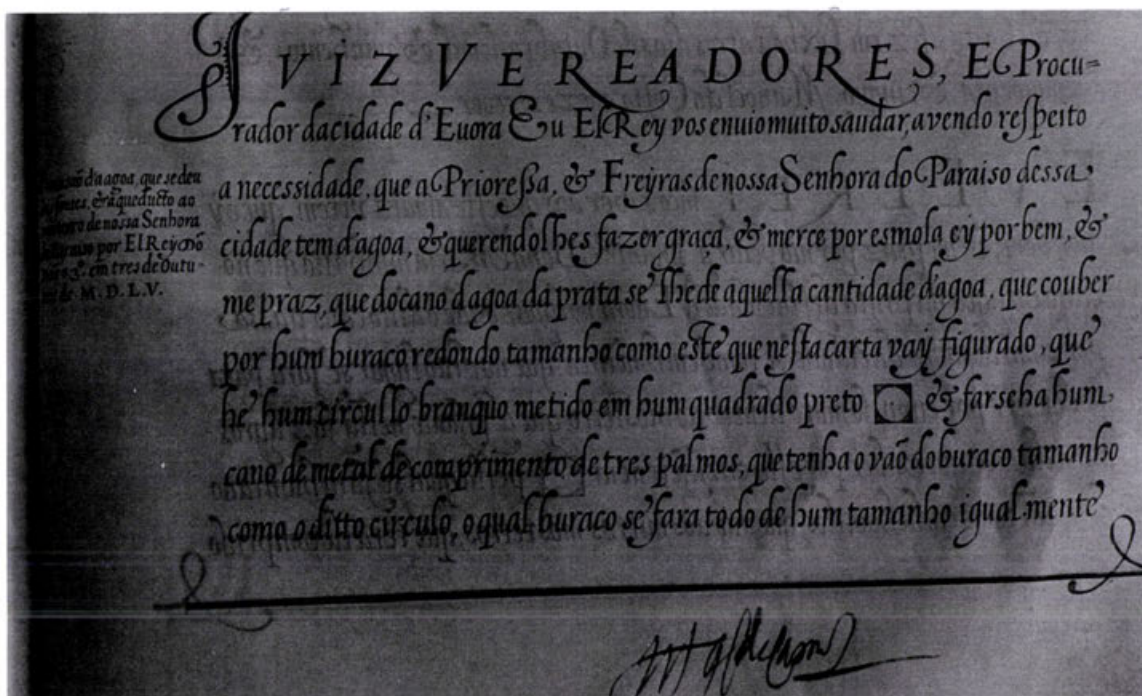


Fig. 219 - Provisão de água atribuida ao Convento do Paraíso.

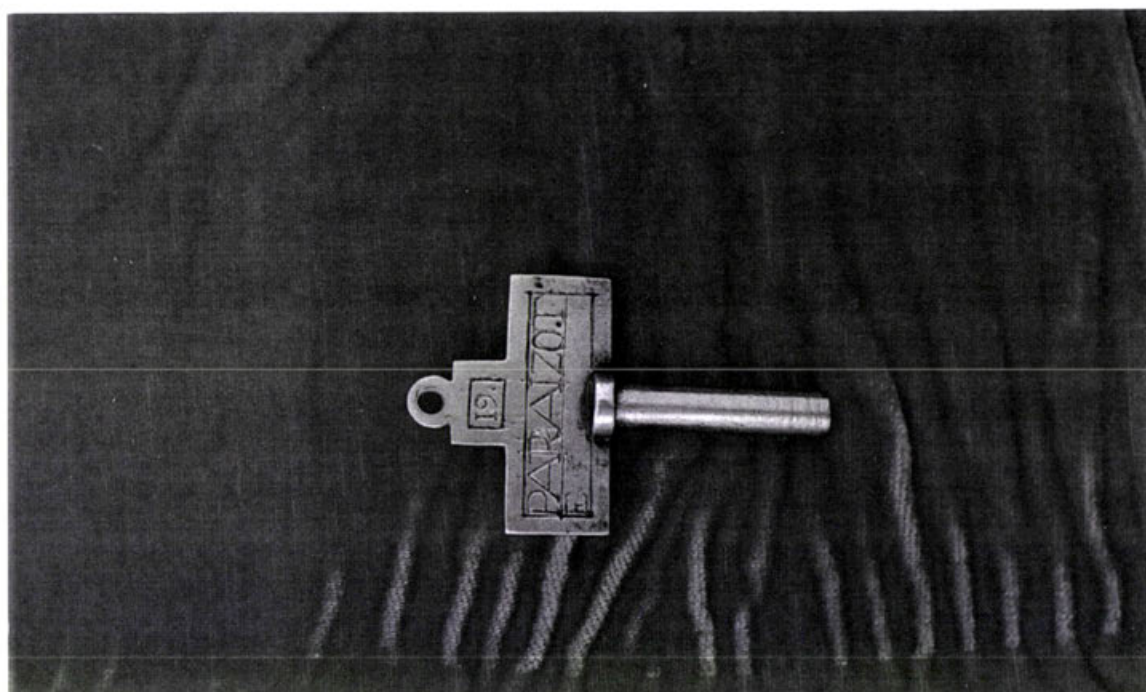


Fig. 220 - Paraíso - frente da chave-padrão, que apresenta um comprimento total de 0,067m.

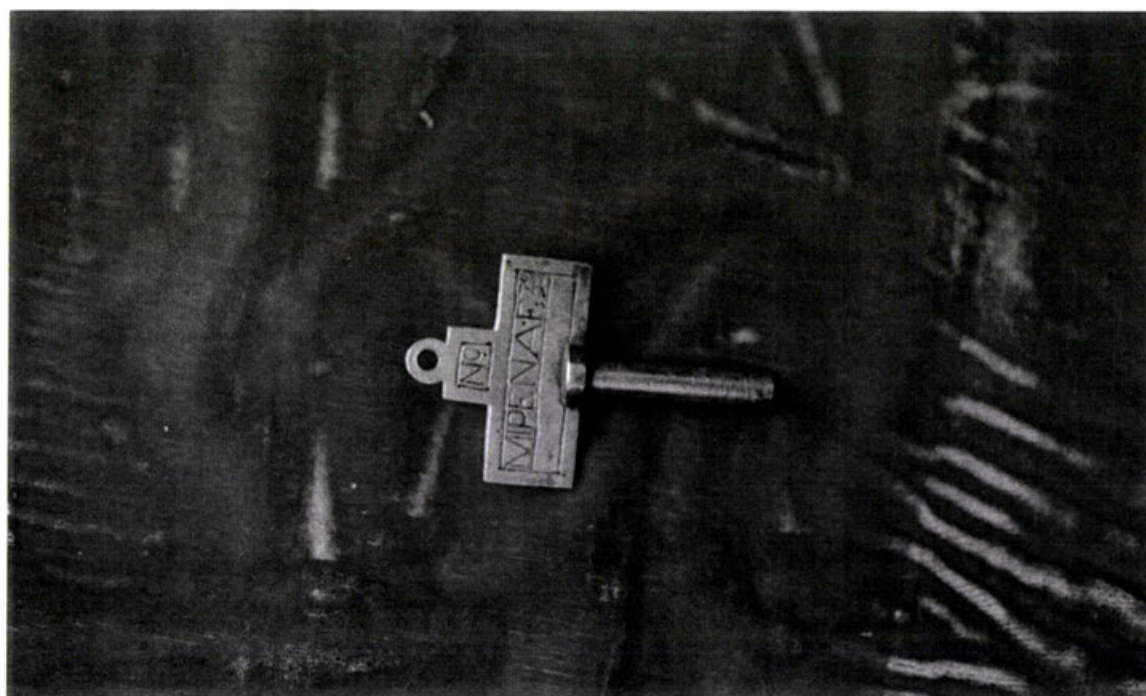


Fig. 221 - Tardoz da chave-padrão.

1.4.1.38 - Carmo

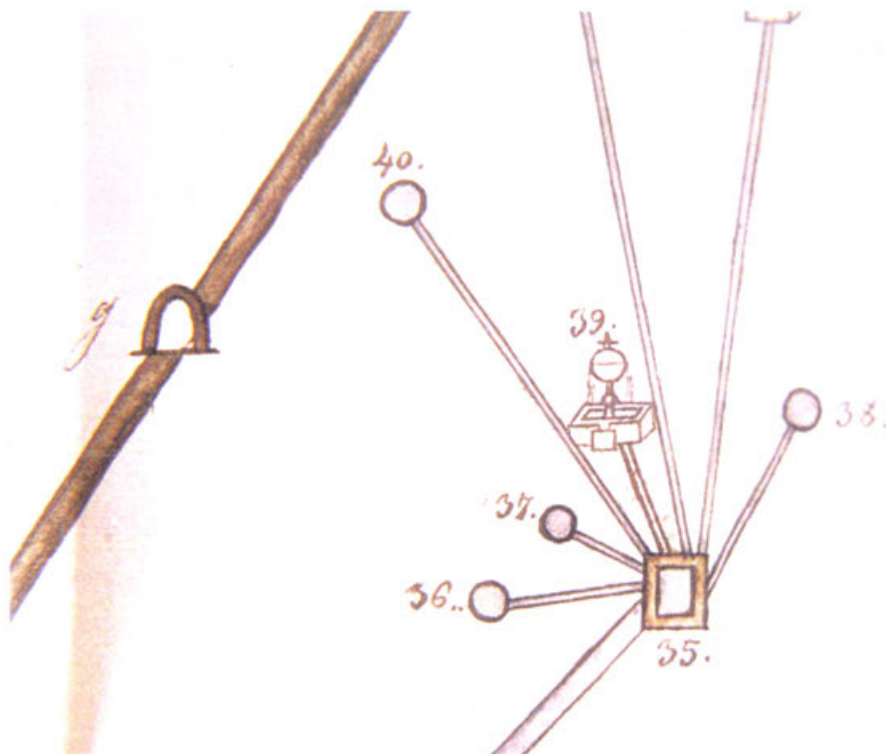


Fig.222 - Abastecimento de água ao Convento do Carmo, assinalado na planta com o número 38, e descrito como tendo *meio anel* de água.

O convento do Carmo foi fundado, por volta do ano de 1531, junto a uma antiga ermida dedicada a S.Tomé cuja construção remontava já a 1438, ano em que grassou em Évora uma epidemia de peste ⁽¹¹³⁾. Tendo estado situado na Estrada para S.Bento, do seu lado direito, e perto da Porta da Alagoa, foi, devido à proximidade do baluarte de Santo António, completamente destruída em 1663 pelos bombardeamentos de artilharia efectuados por ordem de D.João d'Austria ⁽¹¹⁴⁾.

Sabe-se, que depois de terem estado em instalações provisórias na cidade de Évora, o rei D.Afonso VI, em 1666, cede-lhes o palácio que fora dos Duques de Bragança, junto à Porta de Moura, construção essa que eles foram adaptando à vida monástica. Só, contudo, em 1691 é concluída a igreja conventual e é já no século XVIII que se principia o claustro, do qual apenas se concluiu uma quadra ⁽¹¹⁵⁾. Actualmente, o conjunto é ocupado pelo paço Arquiepiscopal de Évora existindo ainda a igreja, e parte do claustro conventual.

Sabe-se, que em 1606, com o Convento do Carmo nas suas primitivas instalações junto à Porta da Lagoa, este era abastecido por água do cano real desconhecendo-se contudo a data, exacta, da respectiva doação.

⁽¹¹³⁾ António Francisco Barata, *op.cit.* na nota 62, p.38.

⁽¹¹⁴⁾ P.Francisco Fonseca, *op.cit.* na nota 26, 2ºvol.,pp.175 ss.

⁽¹¹⁵⁾ Gil do Monte, *op.cit.* na nota 17, 2ºvol.,pp.67 ss.

Igualmente se sabe que, à mesma data os paços dos Duques de Bragança (local onde a partir de finais do século .XVII se viria a instalar este cenóbio tinham, até eles, devidamente encanada, a água que sobejava da fonte da Porta de Moura (Apêndice documental - doc.39).

Não existe no Regimento do aqueduto qualquer doação, mais explícita, a este convento mas sabe-se, contudo, que ele possuía abastecimento de água, próprio, a partir de uma caixa situada junto à porta de Moura. Tal facto é comprovado pelas plantas existentes com o traçado esquemático do aqueduto, pela chapa padrão assim como chave de registo do convento (fig.223 e 224).

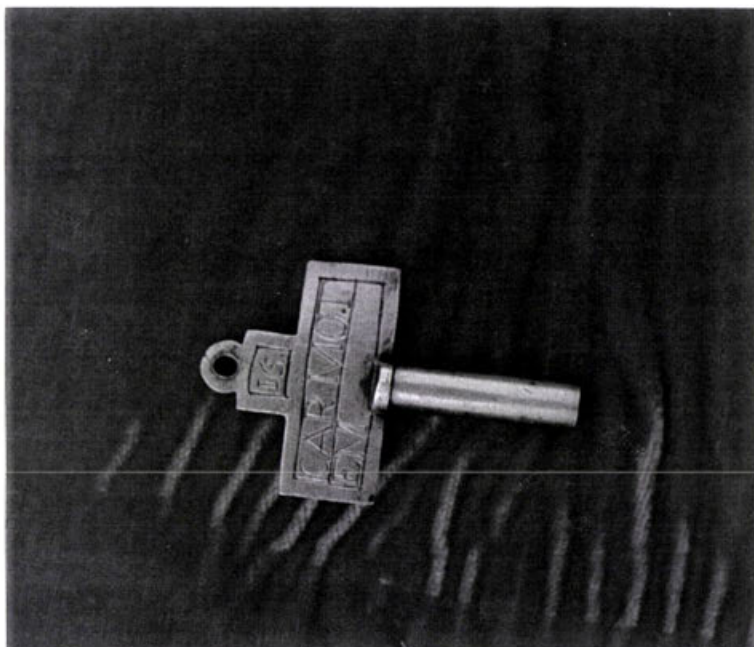


Fig. 223 - Frente da chave-padrão, com 0,067m de comprimento.

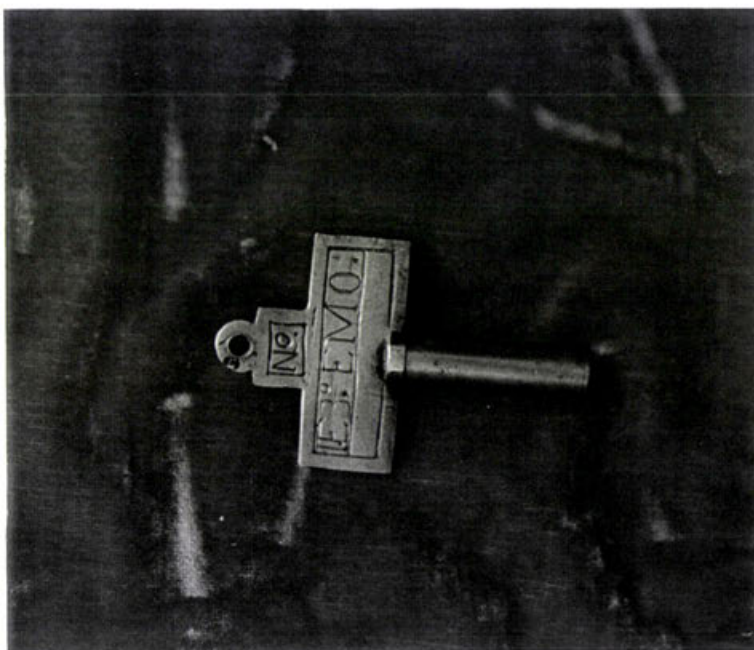


Fig. 224 - Tardoz da chave-padrão.

1.4.1.39- Fonte da Porta de Moura

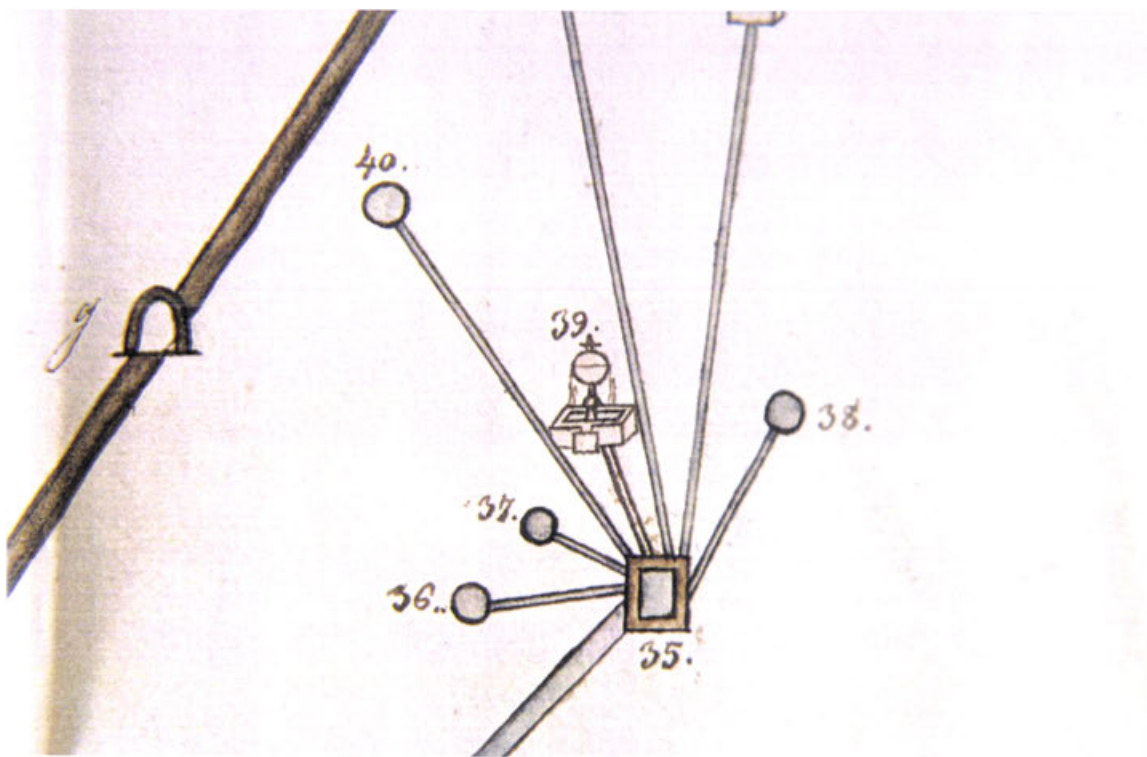


Fig.225 - Fonte assinalada na planta com o número 39 e descrita como tendo quatro bicas.

Depois de concluída a construção da estrutura principal do aqueduto, que permitia o transporte da água desde as antigas minas situadas na Graça do Divor até à fonte no adro da igreja de S.Francisco, a população de Évora, solicitou a construção de uma derivação ao cano real, que abastecesse a zona habitacional, junto à Porta de Moura.

Tal petição foi efectuada ao então regente do reino, o cardeal Infante D.Henrique, e durante a menoridade de D.Sebastião. Foi enviado à cidade de Évora documento no qual, este infante se congratula pelos benefícios que tal obra traria à cidade (Apêndice documental doc.40). É em alvará que se concede a permissão da construção de uma fonte, situada à Porta de Moura, dizendo-se nele, contudo, que ela será erigida ... *á custa dos moradores e visinhos do dito sitio: e a Câmara deo 8\$00 reis* ⁽¹¹⁶⁾. Para ela contribuiu, também largamente, o duque de Bragança que, tendo o seu Paço situado nas proximidades da Porta de Moura, foi um dos beneficiados com esta obra.

A fonte foi construída, em mármore branco, sendo o seu debucho da

(116) *Livro do Padre Mira*, fol.225, Cartório da C.M.E. e *Lº das Veriações*, 1557, fol.72, [A.D.E.].

responsabilidade de Diogo de Torralva, mestre de todas as obras, da comarca do Alentejo, das dos paços de Évora, e medidor das mesmas obras, entre 1548 e 1565 (fig.226).

O magnífico conjunto edificado por Torralva, e que ainda hoje se encontra em funcionamento, é composto por uma área sobreelevada, que rodeia um tanque quadrado para onde correm as quatro bicas da fonte, situadas numa esfera pétrea, elevada sobre elegante coluna torneada.

Esta plataforma, funcionando como passagem pedonal, é ladeada exteriormente por murete formado por grandes lages em pedra mármore, ligadas por chumbadouros nos topos. Este murete tinha a função de banco, impedindo simultaneamente o acesso de animais à água limpa, contida neste tanque menor. Dele sai, por canal também em pedra mármore, a água que cai por fim num imponente tanque rectangular, situado a sueste (figs.227 e 228). Era este tanque destinado a bebedouro para animais, saindo dele a água excedente através de ranhura escavada, no topo superior do lado sudoeste, e escoando em seguida para o pavimento de calçada em granito, do largo.

Na esfera central em pedra, para além de um friso com anjos, vê-se a seguinte inscrição em latim:

QVI CONVERTIT . PETRAM - IN - STAGNA - AGVARVM -ET.RVPEM - IN - FONTES -
AQVARVM - ANNO - 1556 -

A data que nela consta refere-se à da inauguração oficial desta fonte a qual se efectuou a 4 de Novembro de 1556. O seu abastecimento era feito, na altura, por entubamento subterrâneo, efectuado a partir de caixa situada junto à Porta de Moura.

É por carta régia de 11 de Setembro de 1556, que é definida a medida do cano, por onde seria abastecida esta fonte ⁽¹¹⁷⁾. A cota a que se situam as bicas metálicas, para saída da água conduzida pelo cano real é de 289,91, enquanto que a do pavimento é de 287,81.

Em determinada altura foi concedido os sobejos da água desta fonte, ao Paço do duque de Bragança situado nas proximidades, tendo-se então autorizado a construção de canalização subterrânea, a partir da fonte, e até ao Paço ducal.

(117) *Livro 6º dos Originais da Câmara*, fol.427, [A.D.E.].



Fig. 226 - Largo da Porta de Moura - fonte.

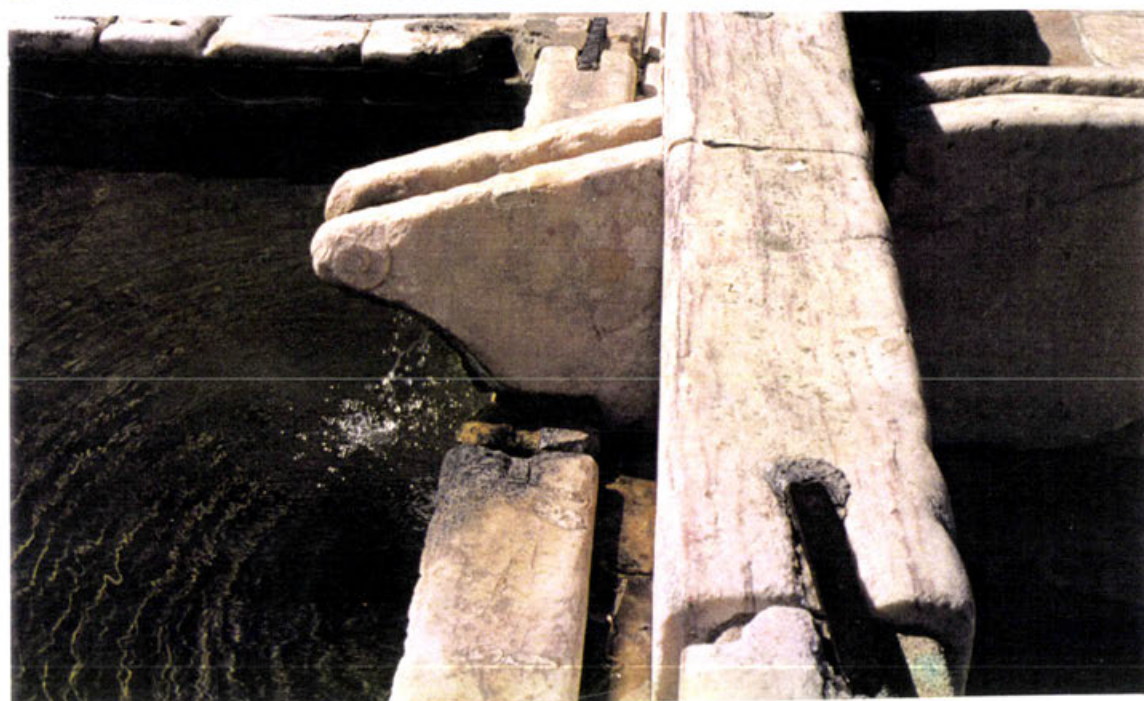


Fig.227 - Fonte - pormenor do canal condutor de água a ligar os dois tanques.



Fig. 228 - Fonte - pormenor do canal condutor de água, e de um dos tanques.

1.4.1.40 - Hospital

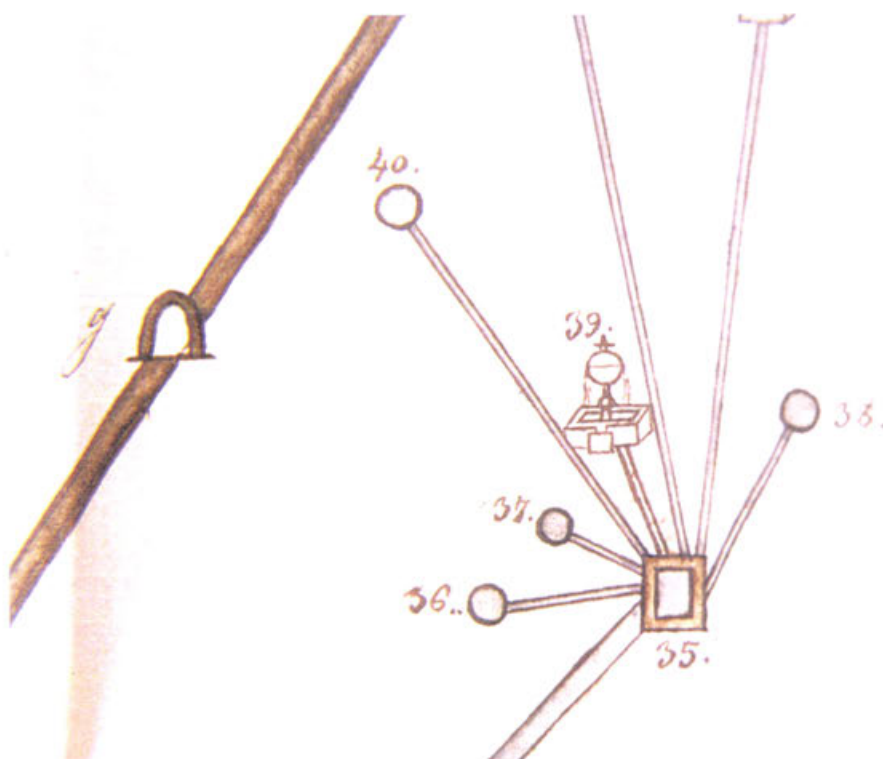


Fig.229 - Abastecimento de água ao Hospital, assinalado na planta com o número 40, e descrito como tendo *meio anel* de água do aqueduto.

Em Évora existiram, em finais do sec. XVI, doze albergarias, designação pela qual eram conhecidos os antigos hospitais, as quais foram incorporadas numa única, denominada por Espírito Santo (figs.230 e 231). Foi ao rei D. Manuel I a quem, em 1595, se deveu esta iniciativa de fusão, passando a confluir para ali todas as rendas provenientes dos restantes hospitais⁽¹¹⁸⁾...

Funcionando muitas vezes em anexo a conventos e igrejas, como foi o caso da de Santo Antão, situada junto a esta antiga ermida e dando para o desaparecido convento de Santa Catarina, de S.Bento, de S.Francisco ou ainda de S.Brás desempenharam um papel relevante nas várias epidemias de peste, que sucessivamente em 1348, 1415, 1438, 1480, 1509, 1579 e 1598 desimaram grande parte da população eborense.

Não é pois de estranhar que o Rei D. Sebastião I tenha, em 1571, concedido uma porção de água do cano real ao hospital do Espírito Santo, que se situava na *...Carreira do Hospital, no fim da rua do Espírito Santo, e junto a esta igreja*⁽¹¹⁹⁾, (figs. 232 a 234; apêndice

(118) Augusto Elerperck, *op.cit.* na nota 35, p.232.

(119) *Op. cit.*, p.232.

documental - doc.41 a 43). O abastecimento seria feito a partir da caixa, situada à Porta de Moura, seguindo o ramal domiciliário pela actual Rua Dr.Joaquim Henriques Fonseca até à antiga portaria do hospital, situada a norte da igreja, sendo a partir daqui repartido para duas fontes, hoje integralmente alteradas (fig.235).

Devido á inclinação acentuada do arruamento, pressupõe-se, que terão existido uma ou mais caixas intermédias, as quais serviriam para regularizar a velocidade de escoamento do líquido, assim como troços aéreos do cano, dos quais já não subsistem nenhuns vestígios .

Ao ano de 1572 era responsável pelas obras do cano real, Afonso Alvares.

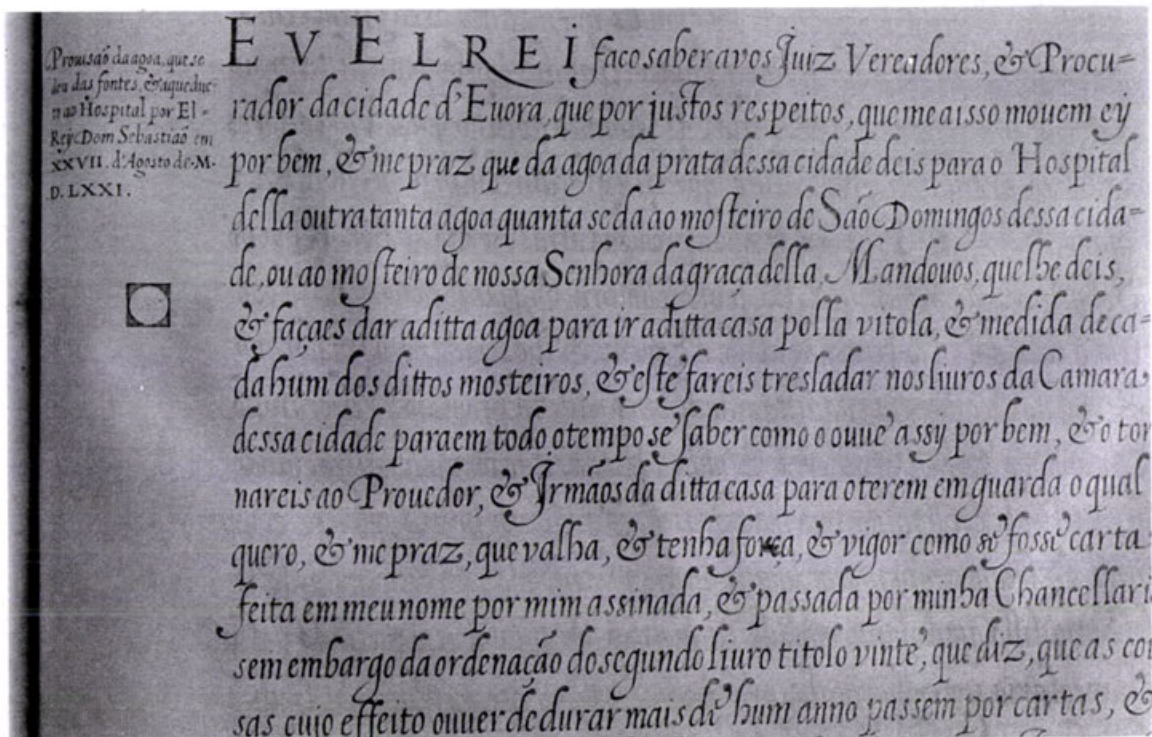


Fig. 230 - Portaria antiga do Hospital.

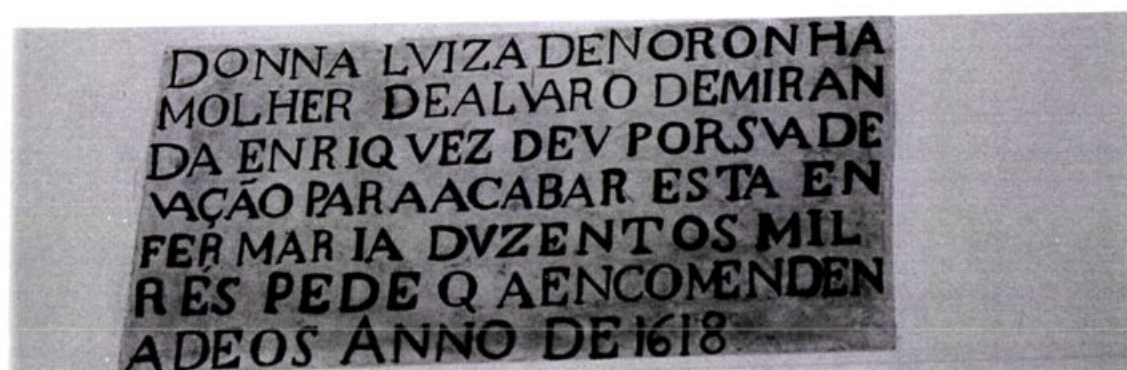


Fig. 231 - Placa pétrea, existente na portaria do Hospital.



Fig. 232 - Provisão de água atribuida ao Hospital.

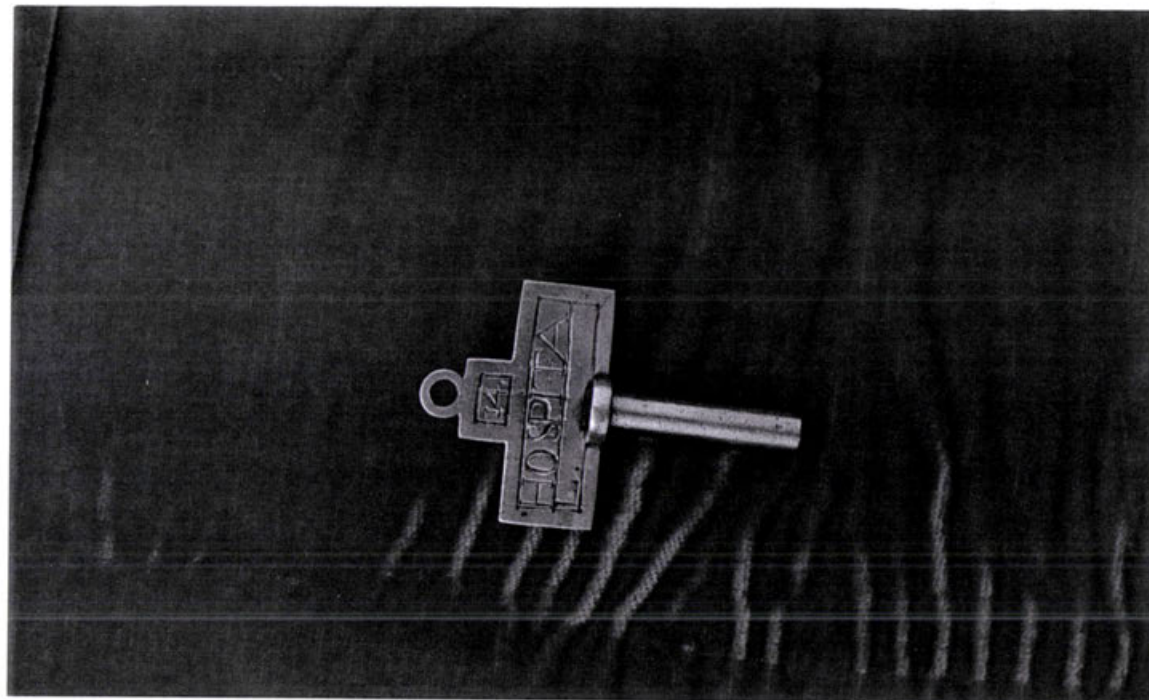


Fig. 233 - Hospital - frente da chave-padrão, a qual apresenta um comprimento de 0,066m.

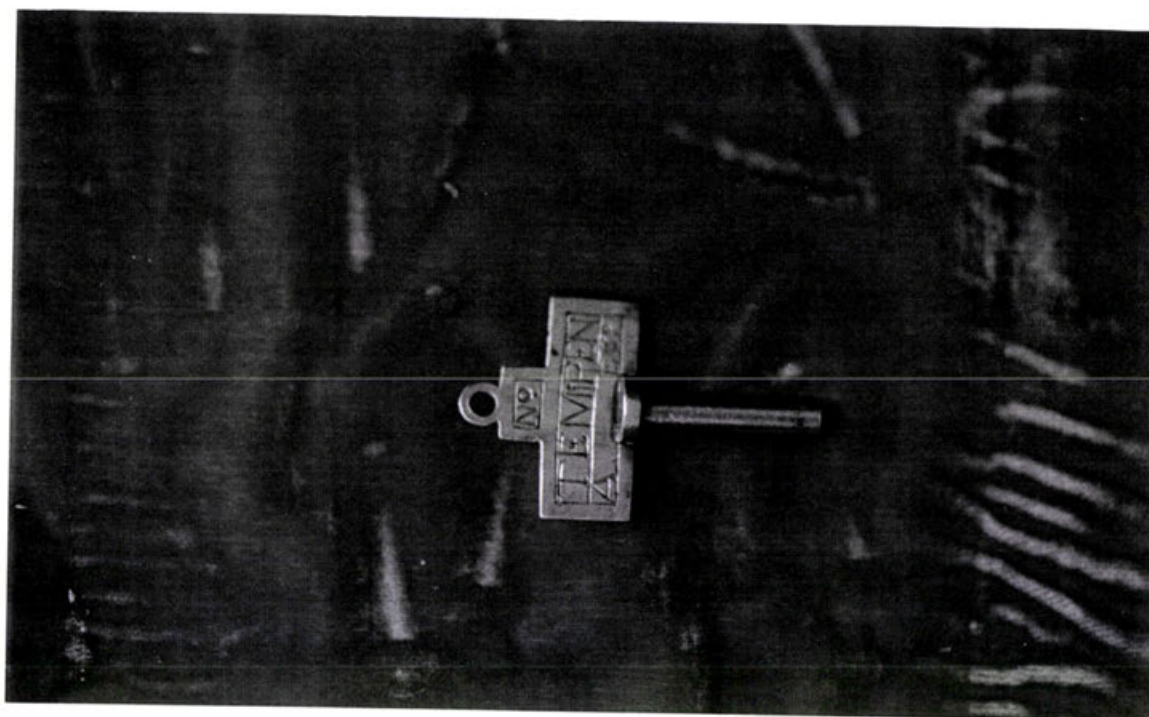


Fig. 234 - Tardoz da chave-padrão.

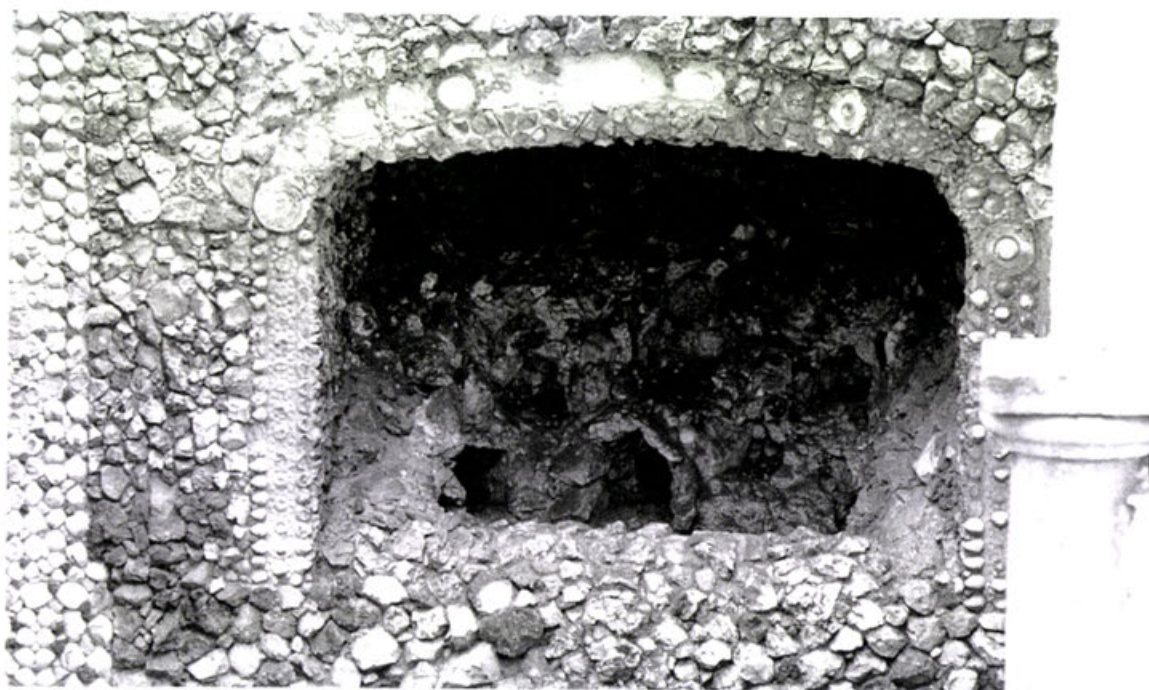


Fig. 235 - Hospital - fonte.

1.4.1.41- Piedade

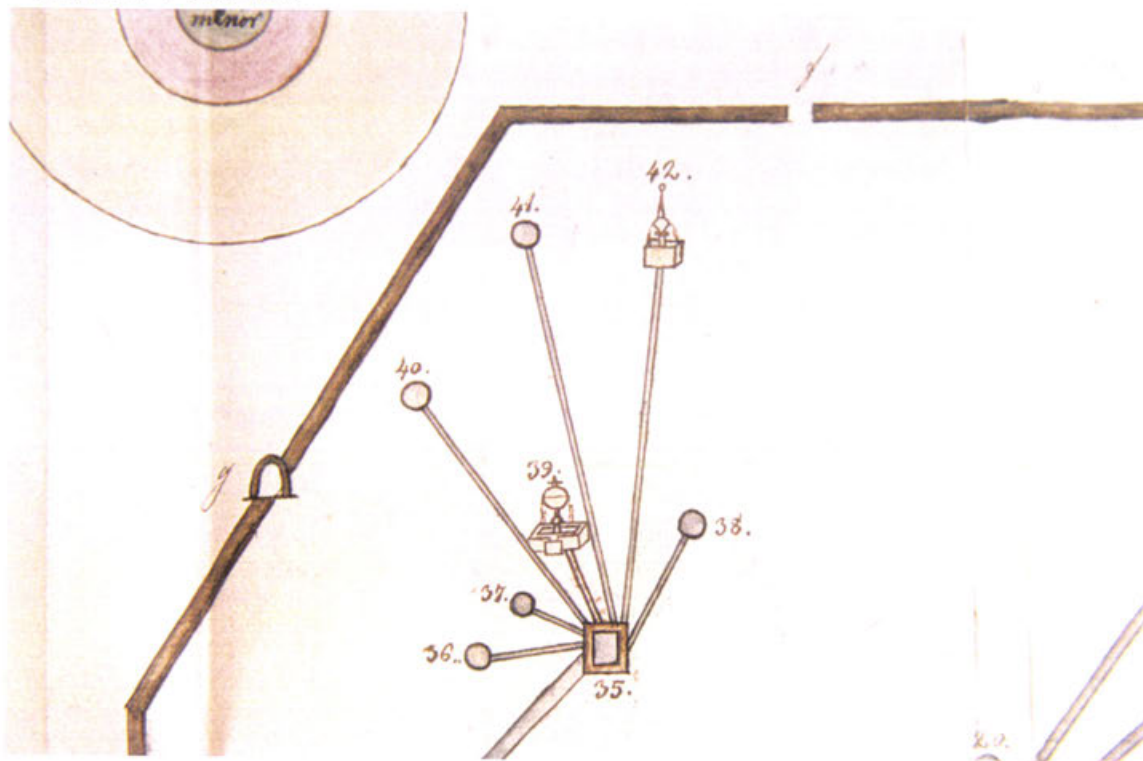


Fig. 236 - Abastecimento de água ao Recolhimento da Piedade assinalado em planta com o número 41, e nela descrito como tendo de *meio anel* de água do aqueduto.

O Recolhimento da Piedade foi fundado pelo cardeal Rei D. Henrique, em 1577. As suas instalações situaram-se no antigo Palácio dos Barões d'Alvito, ao fundo da Rua D. Augusto Eduardo Nunes ⁽¹²⁰⁾. Numa primeira fase foi destinado a acolher pobres, de ambos os sexos, passando em fase posterior, unicamente, a recolher meninos orfãos.

A este recolhimento pertenceu a antiga ermida do Senhor da Pobreza construída com esmolas, no ano de 1585, e situada sobre a Porta da Mesquita ⁽¹²¹⁾. Mais tarde, quando da construção, já em 1729 da Igreja do Senhor Jesus da Pobreza, esta pequena ermida ficou englobada na nova construção, passando a fazer parte integrante dela. Das antigas instalações do recolhimento, muito pouco restou.

Sabe-se, contudo, que foram a partir de determinada altura, abastecidas por água do cano real, tendo esta instituição sido objecto de duas doações reais (Apêndice documental - doc.44 e figs. 237 a 239). A água terá sido conduzida, por entubamento, a partir de caixa situada á Porta de Moura. Devido à inclinação da antiga Rua da Mesquita, local por onde o ramal passaria, a água deveria ser transportada em alguns troços aéreos, sendo estes interceptados, por uma ou mais caixas, que iam permitir uma regularização no caudal de escoamento do líquido. Contudo, de tudo isto, nada ficou até aos dias de hoje.

(120) Augusto Butler Elerperk, *op. cit.*, na nota 35, p.250.

(121) ESPANCA, Túlio - *Évora, arte e história*, Évora, 1980, p.74.

Alvará perque Sua Ma-
 gestade fizes merce ao Pre-
 zidente e Irmãos de-
 recolhimento de Nossa
 Sn.^{ra} da Pied.^e desta Ci-
 dade de Evora de Gua-
 ranna de Agua mais
 da q^{ta} tem.
 recolhimento nas Ter mais
 is necessario delle He est
 e de presente se acharem
 o ditto numero nella m.^{ta}
 nenna de Agua ser m.^{to}
 Hes fizesse merce concede
 mais que constou por infor

Fig. 237 - Alvará para atribuição de uma porção de água ao Recolhimento da Piedade.

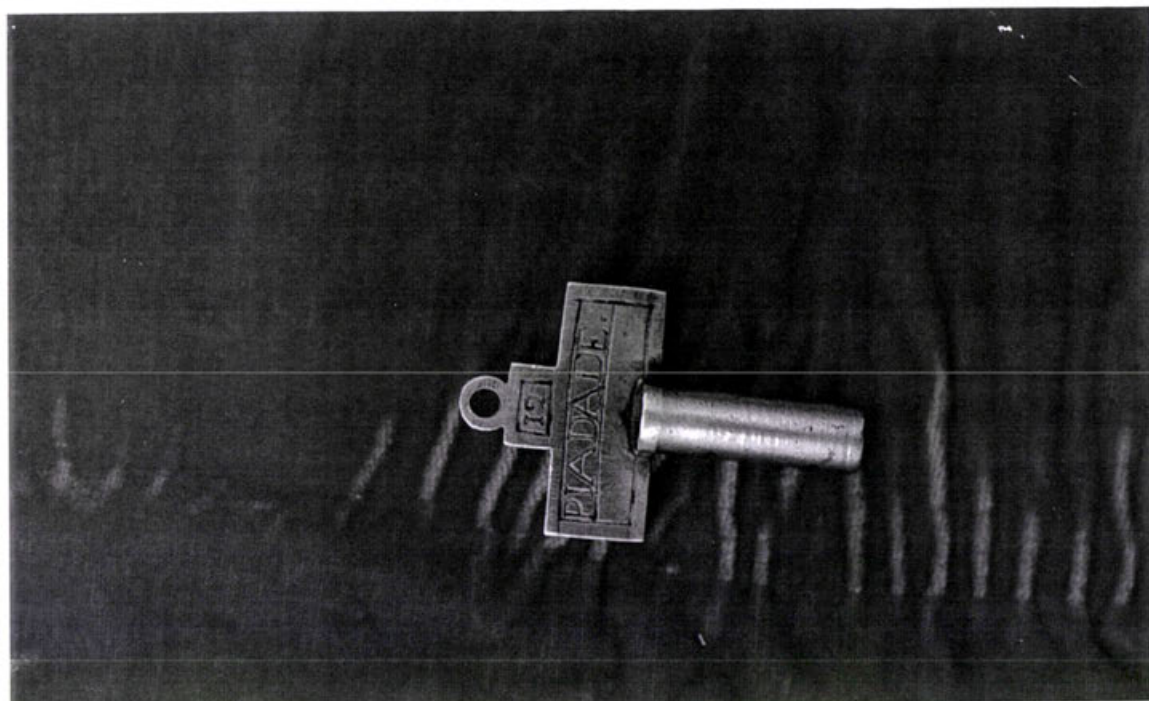


Fig. 238 - Piedade - frente da chave-padrão, a qual possui um comprimento de 0,066m.

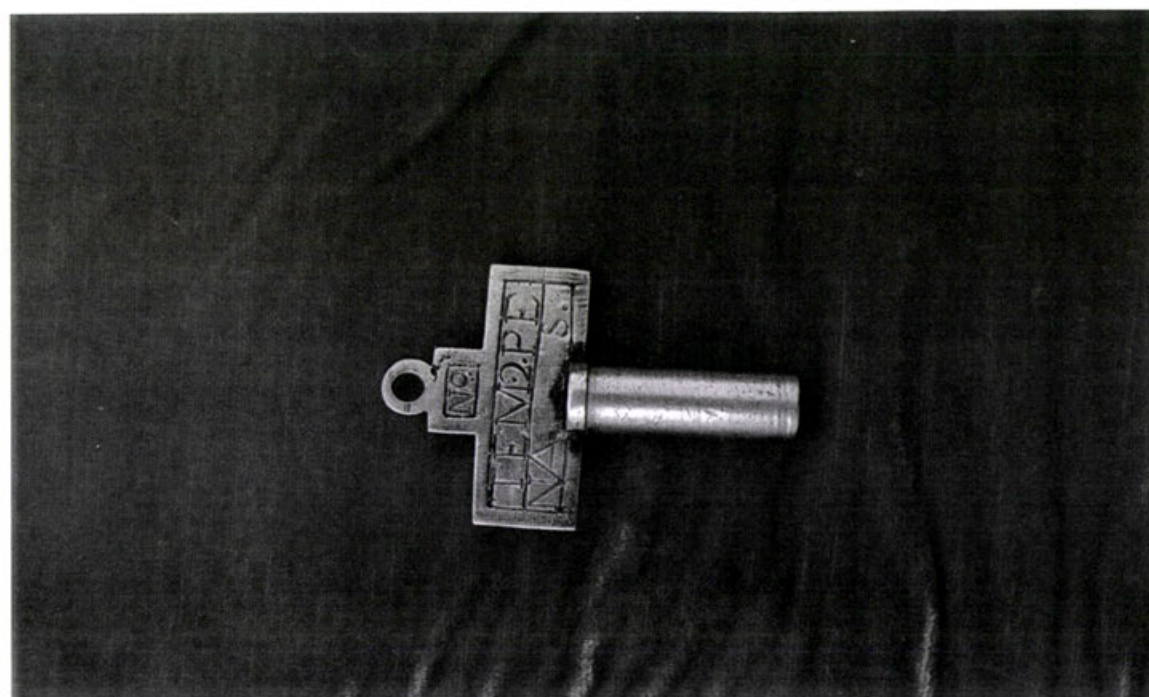


Fig. 239 - Tardoz da chave-padrão.

1.4.1.42- Fonte dos Castellos

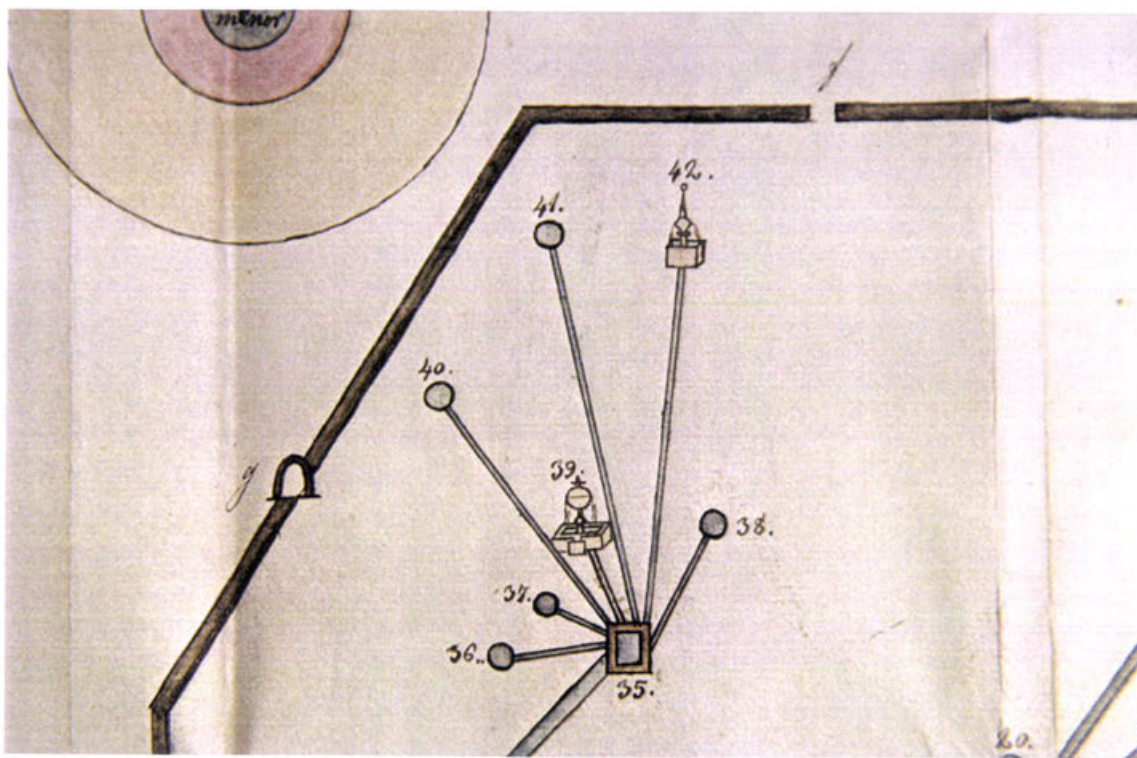


Fig.240 - Fonte assinalada na planta com o número 42 e nela descrita como tendo quatro bicas.

Conhecido por *Castello novo* da cidade, este conjunto, situado junto à cerca nova da cidade foi iniciado em 1518, pelo Rei D. Manuel I, tendo sido posteriormente utilizado como celeiro, no tempo do Rei D. Sebastião, e passando novamente para fins militares, no reinado de D. João V. É este rei que, a 3 de Novembro de 1736, dá ordem para se iniciar a construção da actual edificação ⁽¹²²⁾. As obras perlongam-se até ao ano de 1807, data em que foram concluídas ⁽¹²³⁾.

A construção actual tem a forma de um quadrado, desenvolvendo-se em torno de uma grande praça ou *parada* interior, e tendo em cada um dos quatro ângulos um torreão de dois andares, edificados sobre as quatro torres ou *castellos* da antiga fortaleza da cidade e de onde lhe deriva o nome. A norte situa-se um largo, por onde é feito o acesso principal do quartel que agora aí funciona, sendo este conhecido por largo dos *Castellos*. Era aí, quase ao centro deste espaço, que existiu uma fonte em mármore abastecida por água do cano

(122) Augusto Elzerperk, *op.cit.*, na nota 13, p.218.

(123) MANOEL, Caetano da Câmara - *Através a cidade de Évora ou Apontamentos sobre a cidade de Évora e os seus monumentos*, Évora, 1900.

real. Parte desta fonte encontra-se, actualmente, na Praça do Município da vila do Redondo⁽¹²⁴⁾, (fig.241).

O seu abastecimento terá sido feito, e de acordo com as plantas conhecidas, a partir de caixa de água situada à Porta de Moura. Esta condução de água terá tido troços subterrâneos e outros aéreos, suportados por arcaria, condicionados pelas cotas do terreno e pela inclinação do canal condutor. É o caso do troço correspondente à Travessa dos Arcos onde ainda existe, visível, no limite sueste do arruamento, uma parte da derivação do cano real elevado aqui sobre arcaria.

De acordo com fonte descrita tal troço do aqueduto remontará ao sec.XVI, altura em que foi construído, para abastecer de água o primitivo celeiro comum, instalado num dos torreões do *Castello* manuelino. Refira-se que o arruamento onde se situa estes arcos do aqueduto é conhecido por Travessa dos Arcos desde o ano de 1564⁽¹²⁵⁾. Terá sido também, possivelmente, esta a data de construção da fonte que se situava no largo dos Castellos, o qual é também conhecido por este topónimo, desde o ano de 1559⁽¹²⁶⁾.

Esta parte do aqueduto ainda existe, contudo por simples acaso, visto os seus restos terem sido vendidos pela Câmara, no ano de 1933, ao proprietário dos terrenos com ele confinantes (Apêndice documental - doc.45).

O que se pode ainda hoje observar é uma arcaria, adossada a uma construção de dois pisos, que suporta o canal condutor o qual se encontra coberto por tijoleira cerâmica. Este aqueduto remata, do lado sudoeste, por caixa de água completamente fechada não sendo possível, portanto, aqui conhecer-se a secção do canal.

A arca de água referida, situa-se sobre cunhal em pedra de granito, apresentando uma forma quadrada e sendo encimada por torrinha de secção pirâmidal revestida a tijoleira cerâmica, não vidrada. O tipo de acabamento é o reboco afagado e caiado na cor branca, encontrando-se este em bom estado de conservação.

Do lado nordeste a arcaria remata, também, com caixa de água, a qual se encontra adossada à empena do segundo piso de uma construção. Esta arca apresenta pequenas dimensões, forma quadrangular e uma cobertura de três águas revestidas a tijoleira cerâmica, não vidrada.

É só em 1803, portanto na fase de conclusão das suas obras, que é autorizado ao quartel ter abastecimento próprio de água (fig. 242). Para tal é-lhe permitido construir uma derivação a partir da estrutura principal do aqueduto especificamente, da caixa situada à Porta Nova (Apêndice documental- doc.46).

(124) ESPANCA, Túlio- *Évora arte e história*, Évora, 1980, p.29.

(125) Gil do Monte, *op. cit.* na nota 17, 1ºvol., p.27.

(126) *Op. cit.*, p.27.

Necessariamente que, este distante local de derivação, implicou a construção de um extenso e dispendioso ramal de abastecimento, inteiramente novo. Tal derivação, por ter sido já construída no século.XIX, não consta representada em nenhuma das plantas existentes com o traçado do aqueduto aparecendo, outro sim, o primitivo abastecimento à fonte dos Castellos, efectuado a partir da caixa situada à Porta de Moura.



Fig. 241 - Fonte situada na Vila do Redondo (fotografia gentilmente cedida pelo Arquitecto J.Videira).

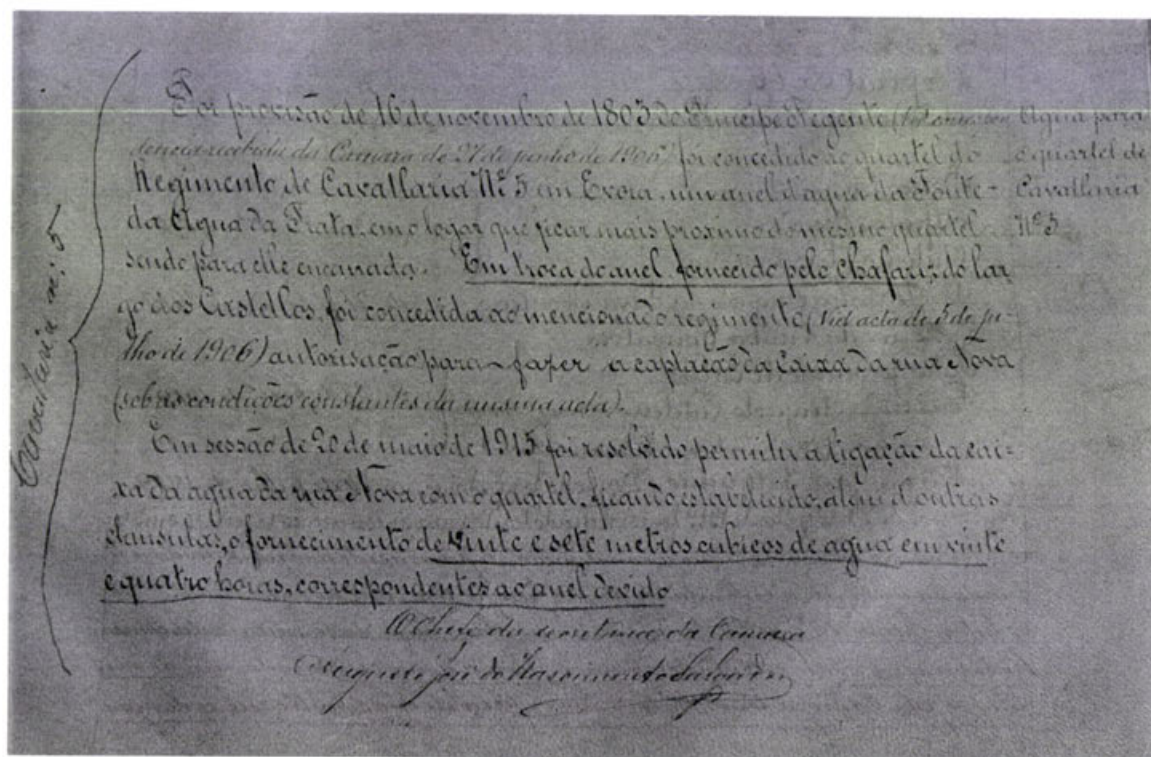


Fig. 242 - Provisão de água ao Quartel de Cavalaria nº5 em troca de anel fornecido pelo chafariz do Largo dos Castellos.

1.4.2 - Zona exterior à muralha fernandina

1.4.2.1 - Fonte a S.Bento

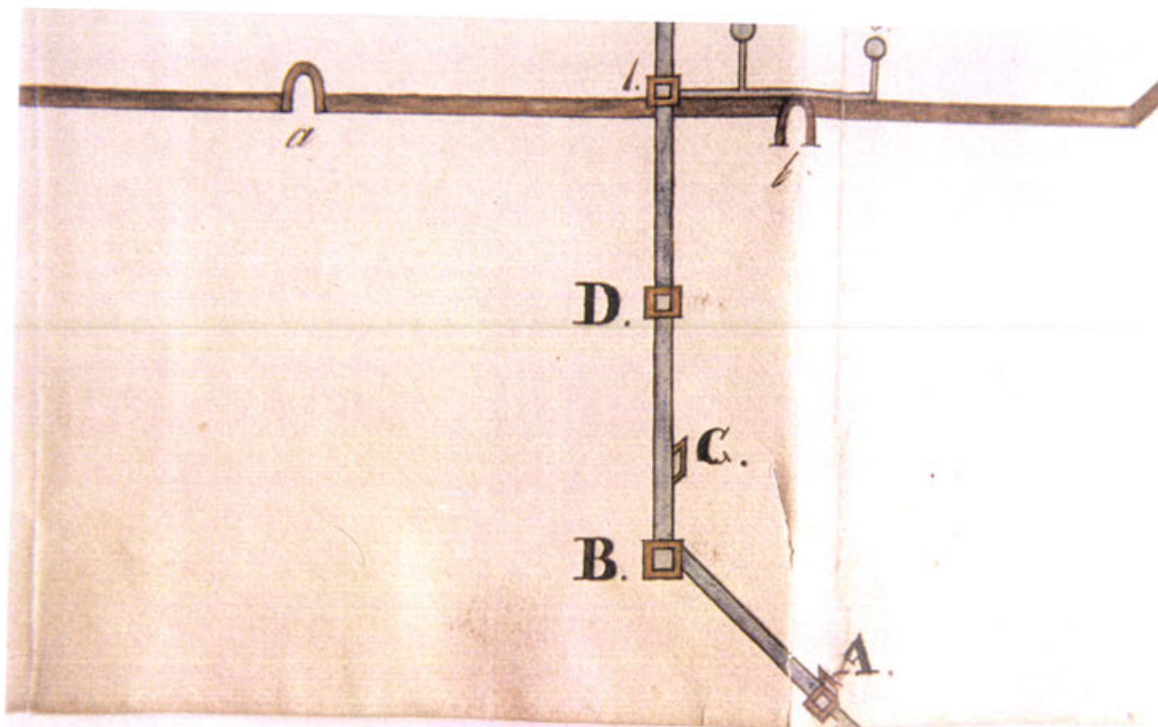


Fig. 243 - Fonte assinalada na planta com a letra A e descrita como tendo 4º d'anel de água do aqueduto.

O monte do Sertório situa-se, aproximadamente, a dois quilómetros de Évora tendo sido habitado a partir de tempos remotos, como o provam o rico espólio paleolítico encontrado nas suas encostas.

No tempo da ocupação mourisca terá existido, no seu cume, uma torre de atalaia, a qual foi tomada por Sertório, derivando dessa altura o topónimo por que é conhecido este monte. Essa construção, defensiva, passou a ser ocupada por este chefe militar, e pelos seus homens, que o tornaram num posto de observação fulcral, contra os ataques muçulmanos. Só muito mais tarde, quando o perigo sarraceno se dissipou, este lugar foi abandonado pelos soldados.

No ano de 1169 foi fundada, na encosta poente do monte, uma ermida dedicada a S.Bento. Terá sido, segundo Frei Bernardo de Brito, no ano de 1180 que algumas senhoras nobres eborenses mandaram construir junto dessa ermida algumas casas, para aí viverem em clausura ⁽¹²⁷⁾. É contudo só, no ano de 1274, que é reconhecida oficialmente a existência deste novo cenóbio, o qual adoptou a ordem de cister.

(127) José Manuel Queimado, *op. cit.*, na nota 112, p.117.

Sendo uma das mais antigas construções religiosas situada no Alentejo, gozou, ao longo dos tempos, de vários privilégios, tendo possuído uma agregação religiosa que ultrapassava as cento e quarenta pessoas. Situado num local de grande abundância de água, muito embora com cotas altimétricas elevadas, o abastecimento de água ao mosteiro foi feito, sempre, com os recursos naturais, da área envolvente. Assim, para além de existirem no local fontes naturais, construíram-se ao longo dos anos um complexo sistema de minas de captação, associadas a poços interligados entre si, que funcionavam como reservatórios, garantindo durante todo o ano a água necessária a tão grande comunidade.

Com a construção do aqueduto da Água da Prata no século XVI, cujo traçado passou muito perto do mosteiro, este não chegou a ter um abastecimento de água próprio, visto as cotas altimétricas a que o edifício se situa não permitirem uma solução, simples, de condução por gravidade. Só numa fase recente este abastecimento foi efectuado, a partir da caixa de água entretanto construída, e onde se instalou um sistema de bombagem, manual, que permitia a elevação da água até ao edifício monástico.

Este cenóbio tinha, contudo, na sua proximidade uma fonte abastecida por água do aqueduto. Terá sido esta, a primeira fonte pública, com água proveniente da Graça do Divor, situada na proximidade da cidade, tendo sido na época conhecida por fonte da Prata (fig.244). Existe descrição dela como tendo ... *uma só bica com o seu competente tanque que tem nove palmos de comprido sobre cinco de largo* ⁽¹²⁸⁾.

Percorrendo o antigo caminho, que ligava a cidade de Évora a S.Bento de Castris, encontramos do lado nascente, aproximadamente 200 m antes de se chegar a um cruzeiro, em pedra, um troço do aqueduto onde se encontra embutida uma pequena taça em mármore, de cor branco puro (fig.245). Nesta taça formam-se interiormente duas cavidades, ambas funcionando como zona de decantação de impurezas. A cavidade posterior, tem um tubo de queda por onde a água sai do canal condutor, a situada mais à frente possui a meia altura da cavidade um tubo metálico, colocado de nível, o qual iria abastecer um tanque de água limpa (fig.246).

Deste recipiente provavelmente de mármore, nada resta. Encontrou-se um tanque, escavado num bloco único de pedra mármore, em cor branca e com um furo lateral para saída de água. Situado, actualmente, no lado sul da portaria deste antigo cenóbio, apresenta vestígios nítidos de ter estado noutro local. As suas dimensões, contudo, não correspondem às da descrição feita no século XIX.

(128) Augusto Elerperk, *op. cit.*, na nota 35, p.227.

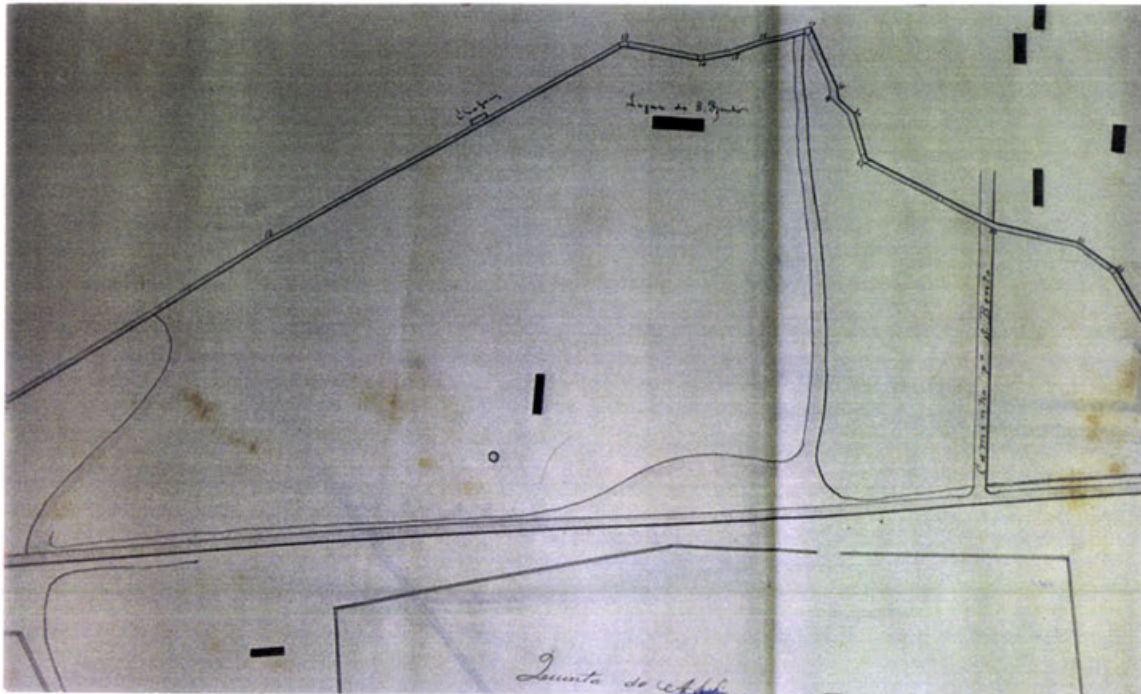


Fig. 244 - Planta de localização da fonte da Praia.



Fig. 245 - Caixa de água, com ponto de abastecimento da água do Aqueduto.



Fig. 246 - Pormenor.

1.4.2.2- Cartuxa

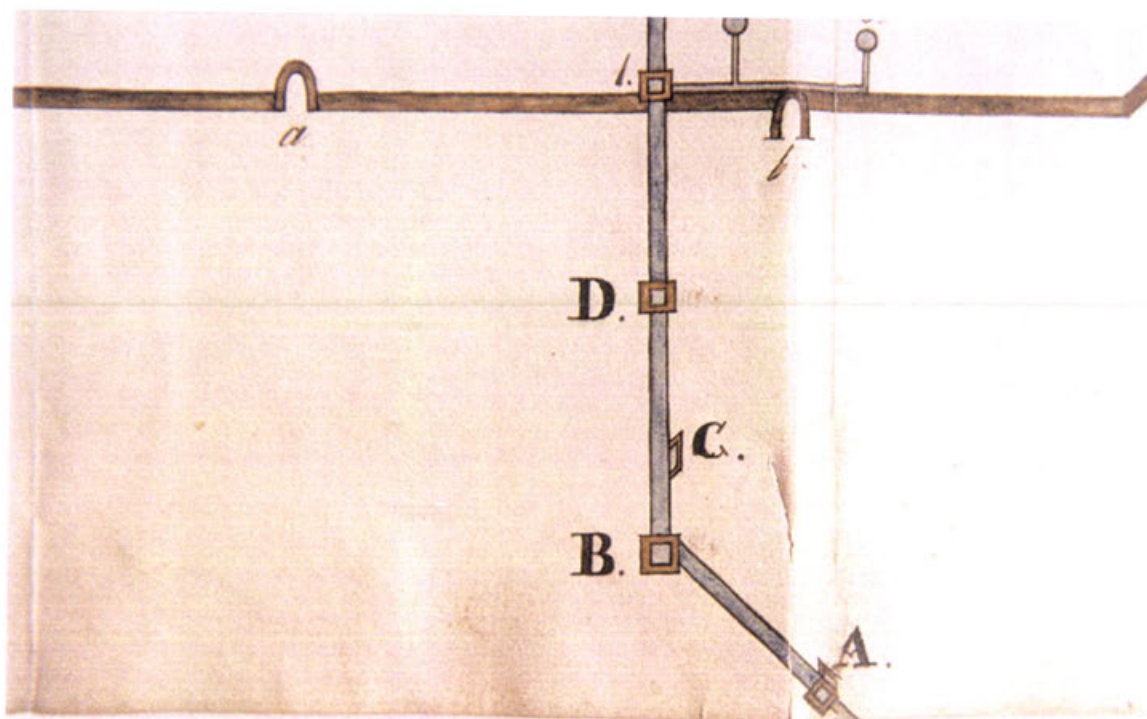


Fig.247 - Abastecimento de água ao Convento da Cartuxa, assinalado na planta com a letra B, e nela descrito como tendo *anel grande* de água do aqueduto.

O Convento da Cartuxa pertence à ordem Cartuseana tendo sido fundado por iniciativa do então arcebispo de Évora, D.Teotónio de Bragança. Foi na altura escolhido um local, situado a oeste da estrada de Arraiolos, aproximadamente a 1500m das muralhas da cidade, para nele ser erigido, de raiz, este conjunto monástico. As obras de construção que se iniciaram em 1587⁽¹²⁹⁾ terminaram só no ano de 1604 conforme é comprovado pela inscrição sobre o pórtico de entrada, do grande adro do mosteiro:

EREMVS DEIPARE VIRGINIS MARIAE SCA
LAE COELI ORDINIS CARTHVSIANORVM
1604

É logo, porém, em 1598, que os monges decidem abandonar as instalações provisórias que até então ocupavam, situadas no antigo paço real de S.Francisco, para se mudarem para o novo domicílio.

(129) António Francisco Barata, *op. cit.* na nota 78, pp.102 ss.

Sobre a autoria do projecto do convento, pouco se sabe, tendo-se contudo conhecimento, de correspondência mantida entre D.Teotónio de Bragança e o *arquitecto e engenheiro* italiano Filipe Tercio. Este último, que veio para Portugal durante o reinado de D.Sebastião, estava já em Lisboa ao ano de 1577, o que lhe permitiria ter sido o autor do plano para esta Cartuxa. É essa a opinião de A.Barata, Viterbo e Espanca. Sabe-se que em 1584, este italiano, se encontrava à frente das obras do Convento de Cristo em Tomar tendo sido de sua autoria o traçado do seu aqueduto. Em 1594, possuía um lugar de relevo na corte, tendo sido o primeiro professor oficial, a ensinar arquitectura em Portugal. De concreto, contudo, não se tem conhecimento da existência de qualquer documento que ligue, inequivocamente, este arquitecto ao projecto. O local escolhido para esta construção foi pensado, de modo a permitir um fácil abastecimento de água, a partir do cano real. Assim, a área de clausura situa-se a escassos 30m da arcaria do aqueduto coincidindo, este, em alguns troços com a cerca conventual.

É logo em 20 de Fevereiro de 1592 que, Filipe II de Espanha, concede aos monges a sua primeira porção de água do cano real, mesmo ainda antes do cenóbio ser habitado (Apêndice documental - doc. 47; fig.248). Era nesse ano, mestre de obras do aqueduto, Mateus Neto ⁽¹³⁰⁾. Necessariamente que terá datado desse ano, a arca de água então construída a noroeste do convento, assim como o troço de arcaria com 75 metros de comprimento, a qual suporta o canal condutor, desde esta caixa de derivação, até outra situada a nascente.

A primeira, a que nos referimos, localiza-se num outeiro, que domina toda a área envolvente (figs.249 a 252). Situada imediatamente, a nordeste, existe uma plataforma revestida a tijoleira de forma quadrada onde, aproveitando o local ventoso, se executa desde tempos remotos, a debulha dos cereais. A caixa, aí existente, é formada por uma zona coberta para onde abre a porta da arca de água. Rodeando esta área, e desenvolvendo-se a ela adossada, situa-se uma escada de alvenaria revestida a tijoleira e com guarda lateral, igualmente em alvenaria rebocada e caiada. Por esta escada chega-se ao mirante, onde se localiza um depósito, elevado, de água. Todo o conjunto apresenta quer proporções, quer formas, que fazem desta, um exemplar valioso da arquitectura setecentista.

A outra caixa de água, situada dentro da cerca do mosteiro, apresenta uma configuração extremamente sóbria, com forma cilíndrica, coberta por superfície cónica, e frisos situados a vários níveis (fig.253). Do lado nordeste, apresenta uma abertura rectangular, actualmente sem porta, devendo ser por aqui que se efectuaría o acesso ao interior da caixa, para as necessárias limpezas. É a partir dela que o canal desce, por tubo de queda, para seguir em tubagem subterrânea, com alinhamento recto, até á fonte de

(130) Túlio Espanca, *op.cit.* na nota 19, p.98.

mármore branco situada ao centro do claustro pequeno, e a uma distância de setenta e cinco metros (fig.254).

Aproximadamente a cinquenta metros, para sueste, da caixa descrita deverá ter existido ramal de derivação, o qual abasteceria a cozinha do convento, situada a trinta metros de distância para nordeste, assim como dois núcleos de latrinas.

A cerca de vinte metros, para noroeste, da mesma caixa, e na base de um dos pilares da arcaria de suporte do ramal, existe, pequena peça em pedra de granito, com a forma de taça, e para a qual corria a água do aqueduto através de um tubo metálico ainda hoje existente (fig.255 e 256). A partir da parede lateral deste receptáculo, existe, tubagem metálica subterrânea, com a orientação nordeste, a qual hoje se encontra cortada aproximadamente a uma distância de metro e meio, a partir da peça descrita. Deveria, contudo, perlongar-se até um lago, com forma irregular, executado em tijolo rebocado e o qual se situa, do lado noroeste da arcaria. Nele, ainda hoje se vê a tubagem de saída da água, a qual ligaria a taça de pedra, ao lago.

Para além deste abastecimento de água, inicial, o qual foi reforçado com nova porção de água, por doação régia de 2 de Setembro de 1620 (Apêndice documental - doc..47; figs.257 a 259) este cenóbio possuía outros recursos aquíferos, dentro da própria cerca.

Assim, situado a sueste, e fora da área de clausura, existe um enorme poço que datará do século XVII. Este poço, inteiramente revestido a grandes blocos de granito, possui uma cobertura com mirante, onde se localiza um depósito central elevado. A água era bombada mecânicamente para o referido depósito, a partir do qual era distribuída, por canal aberto, ao longo das paredes exteriores da zona de clausura, e para onde dão os vários núcleos das celas. O canal, que apresenta a mesma largura da parede, sobre a qual corre por gravidade, tem um revestimento interior em meia cana, de material cerâmico não vidrado, enquanto que o capeamento, das paredes laterais do canal condutor e dos seus bordos superiores, é em tijoleira cerâmica não vidrada, e com forma rectângular.

A adução descrita abastece, cada um dos núcleos das celas, através de tubos de queda também em material cerâmico. Estes, vencem um desnível tal, que permite à água sair, formando repuxo, nos vários tanques para cágados, localizados no centro de cada um dos pequenos pátios das celas. Situadas imediatamente anexas ao muro sobre o qual corre o canal abastecedor, existem, em cada uma das celas, latrinas individuais as quais também eram servidas por água.

Para além deste sistema autónomo de abastecimento, existe uma ampla cisterna com forma circular, ocupando parte do claustro situado a noroeste, e a qual aproveita a água das chuvas, permitindo a sua utilização racional ao longo de mais tempo. A água é retirada para ser utilizada, através de abertura circular onde está instalado um sistema de roldana, enquanto que o acesso ao seu interior para as limpezas periódicas é efectuado por

escada elicoidal, em pedra, a qual se inicia numa abertura com forma quadrada, e tapada com lage situada à cota do pavimento do claustro.

Junto ao cunhal norte da área de clausura, situa-se um outro poço, o qual mantém igualmente um bom nível de água durante todo o ano. Tal poço fornece água, através de bombagem, à fonte e lago situado no centro do claustro grande ⁽¹³¹⁾. Imediatamente a norte do citado poço existe um túnel o qual, segundo a tradição, ligava o mosteiro à cidade intra-muros.

(131) Investigação só possível de efectuar, com a gentil colaboração do Senhor José Ferro e Reverendo Padre Superior do Mosteiro da Cartuxa, Scala-Coeli.

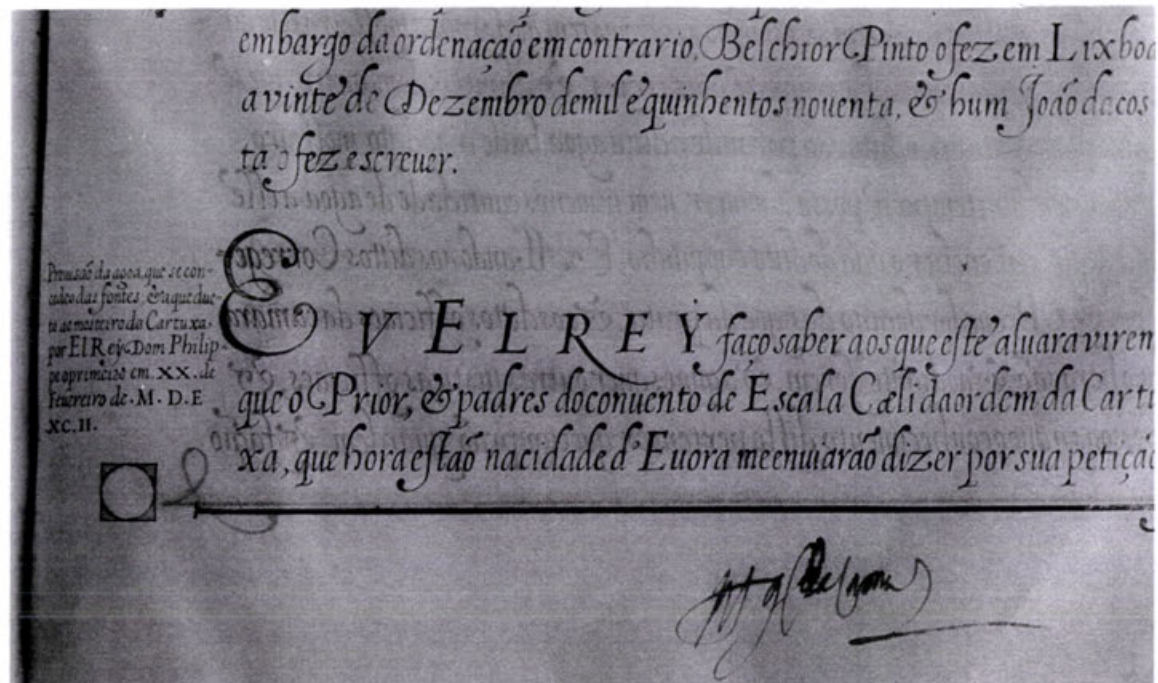


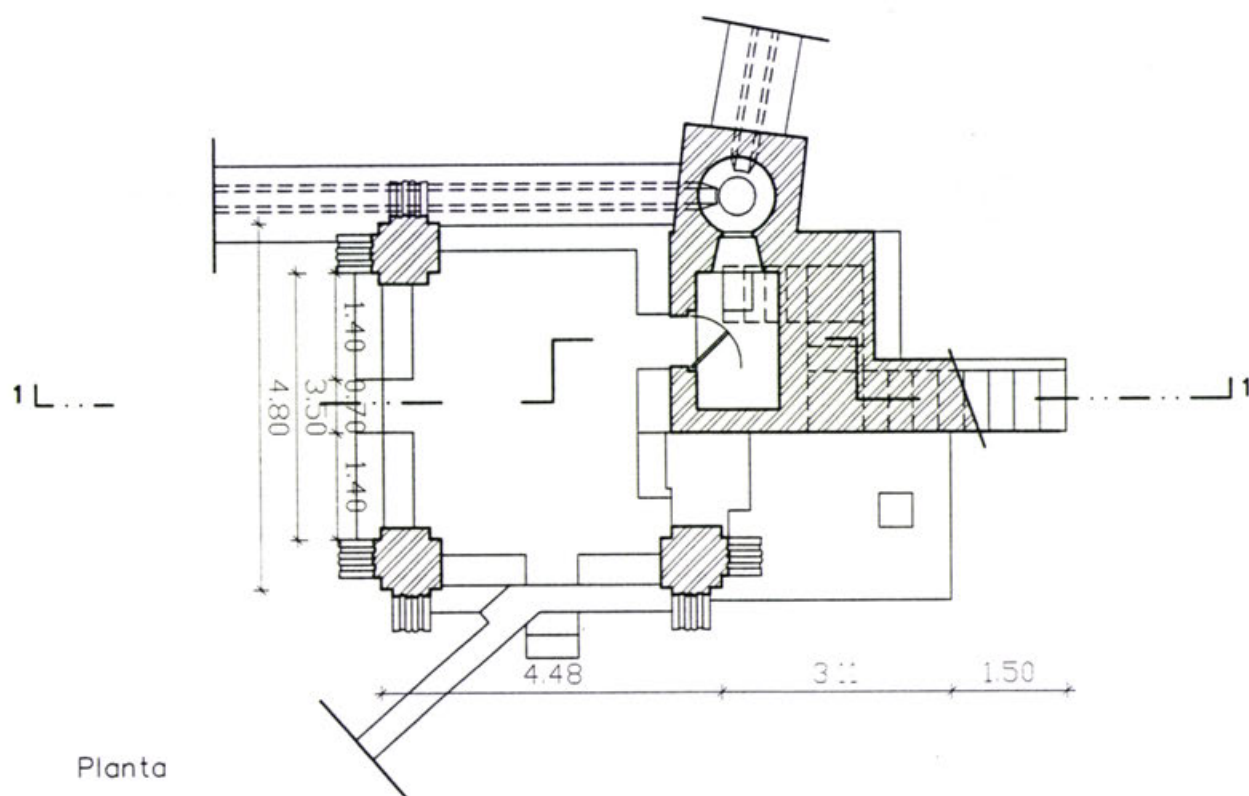
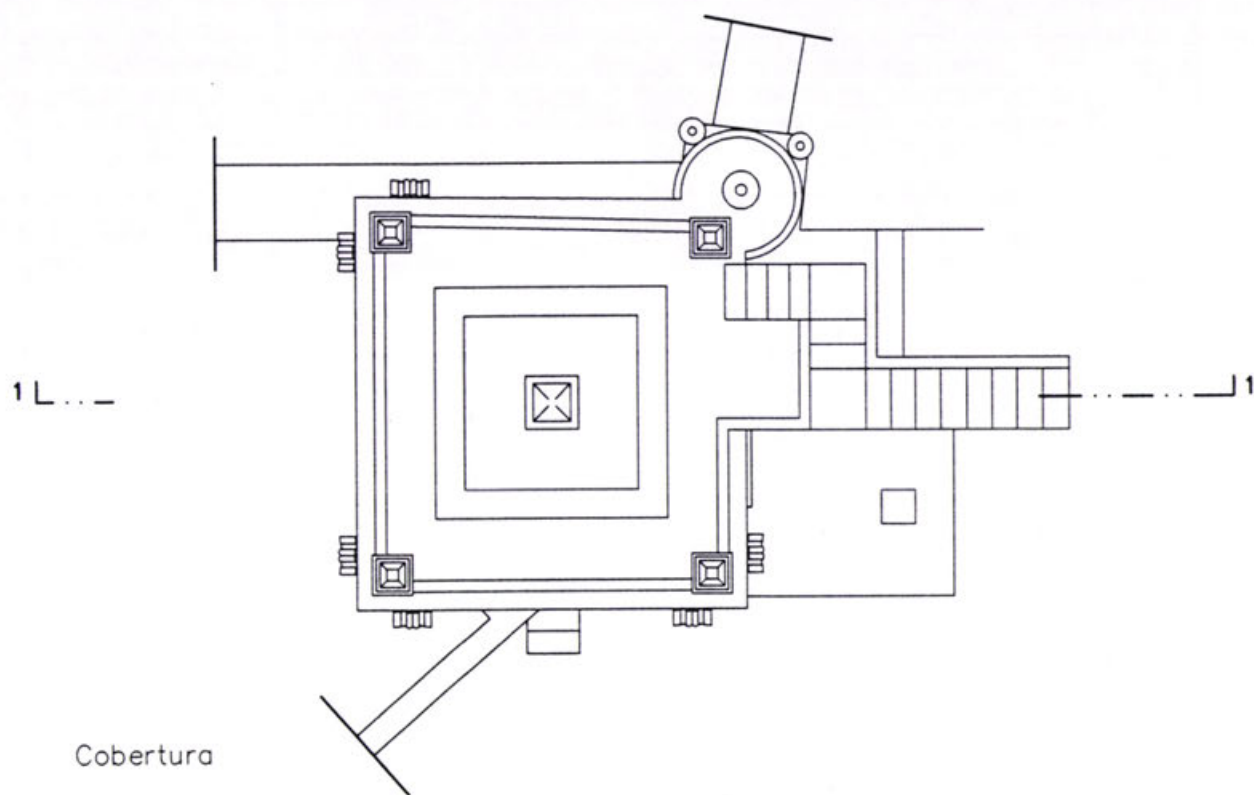
Fig. 248 - Provisão para atribuição de uma porção de água ao Convento dos Cartuxos.



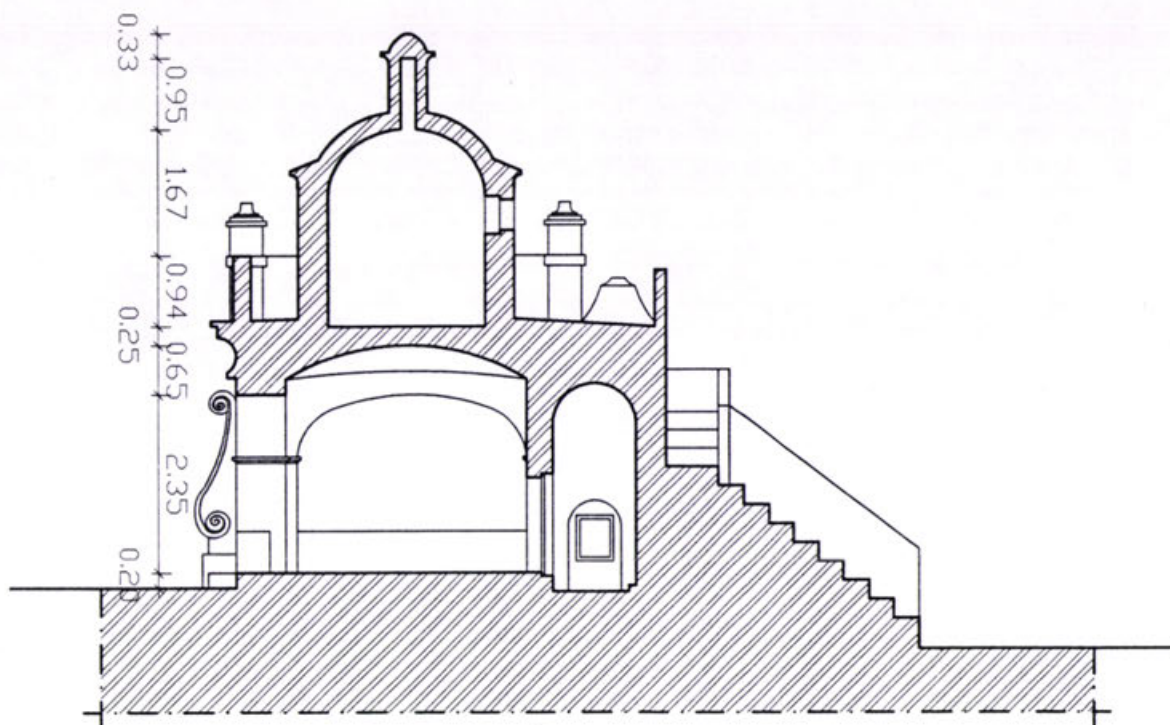
Fig. 249 - Caixa de água situada a noroeste do Convento dos Cartuxos.



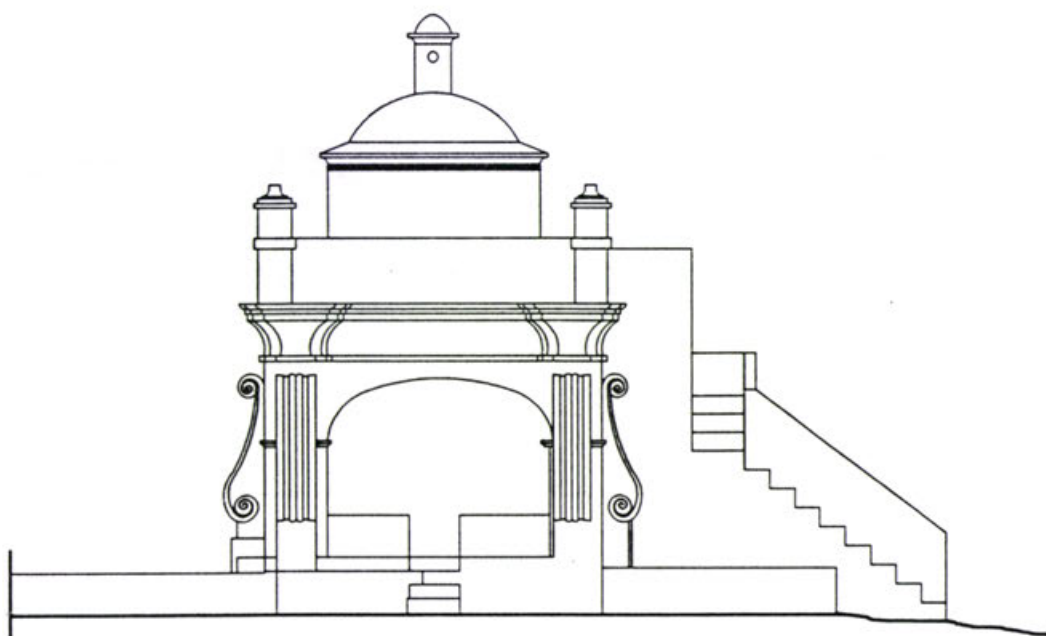
Fig. 250 - Caixa de água.



escala 1/100



Corte 1-1



Alçado

escala 1/100



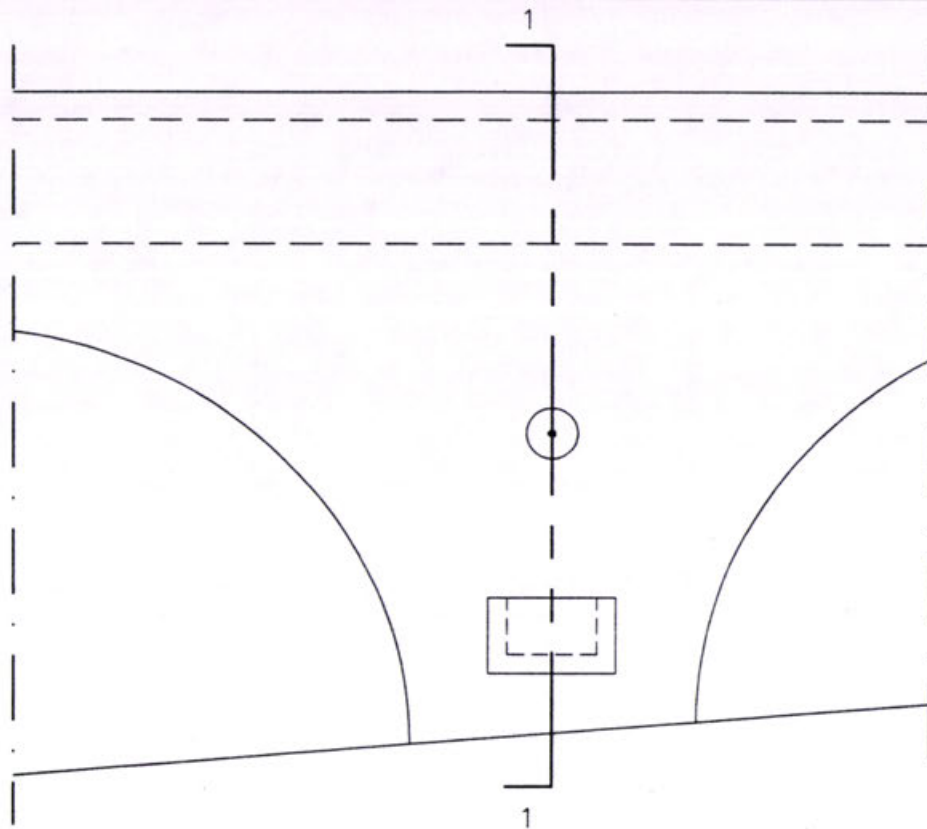
Fig. 253 - Caixa de água, situada dentro da cerca conventual.



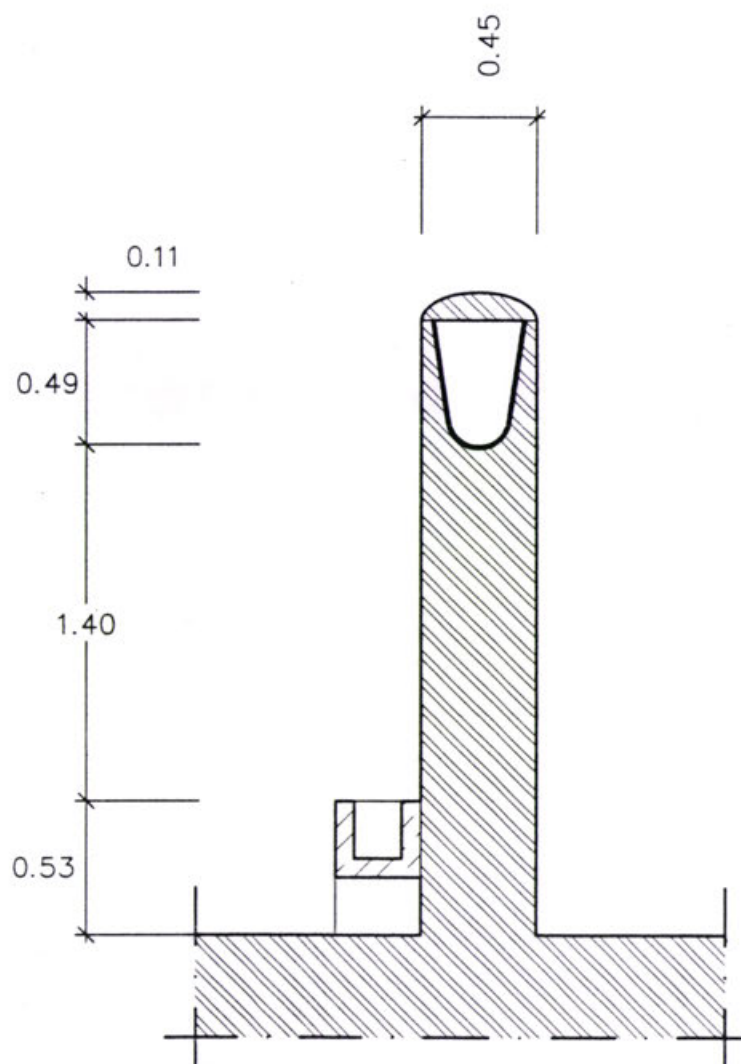
Fig. 254 - Canal condutor, num troço do ramal domi ciliário.



Fig. 255 - Bica abastecida por água do Aqueduto.



Planta



Corte 1-1

escala 1/30

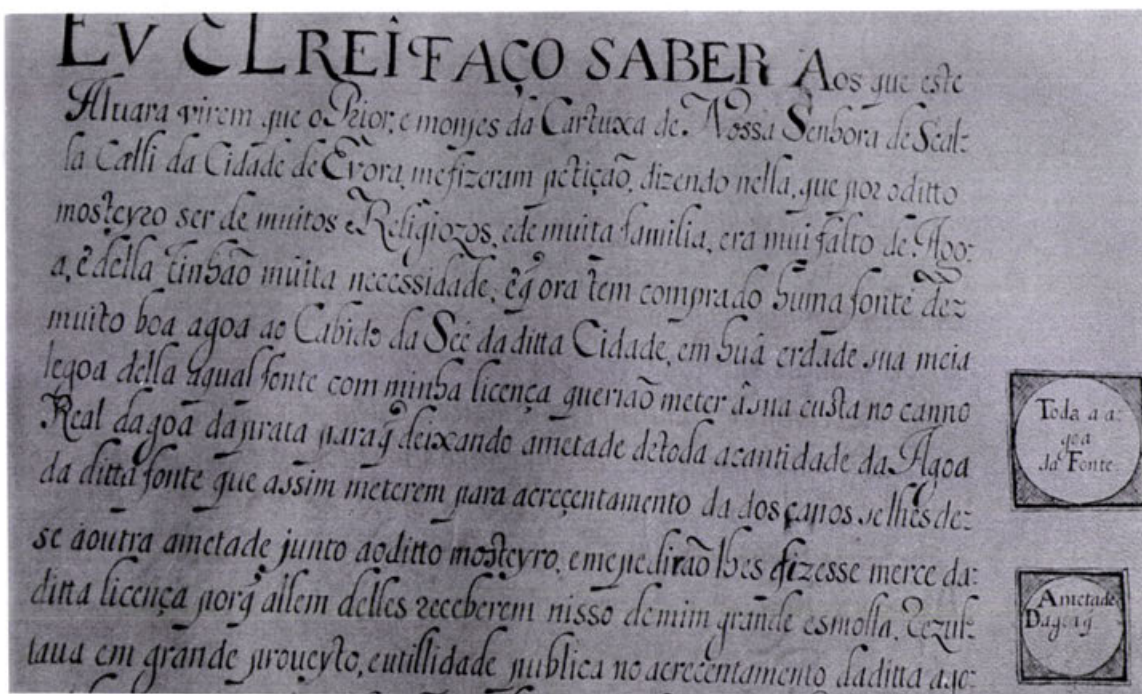


Fig. 257 - Alvará para atribuição de nova porção de água ao Convento dos Cartuxos.

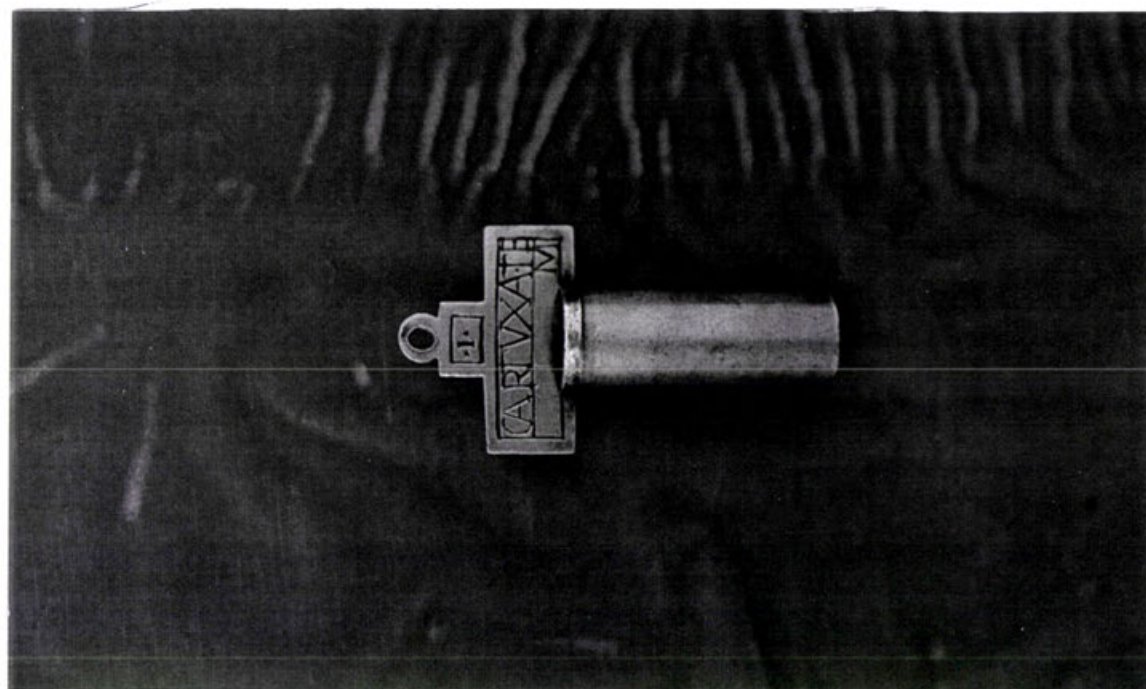


Fig. 258 - Cartuxa - frente da chave-padrão, que tem de comprimento 0,082m.

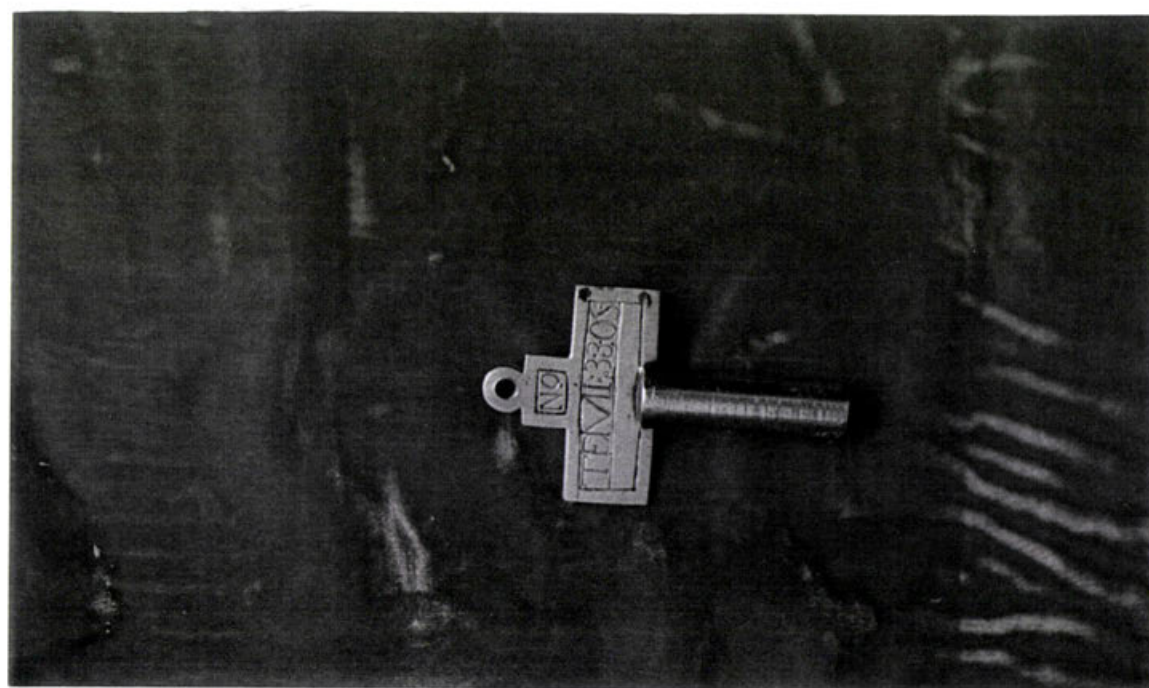


Fig. 259 - Tardoz da chave-padrão que controlava a quantidade de água, máxima, fornecida ao Convento.

1.4.2.3 - Cinco Bicas

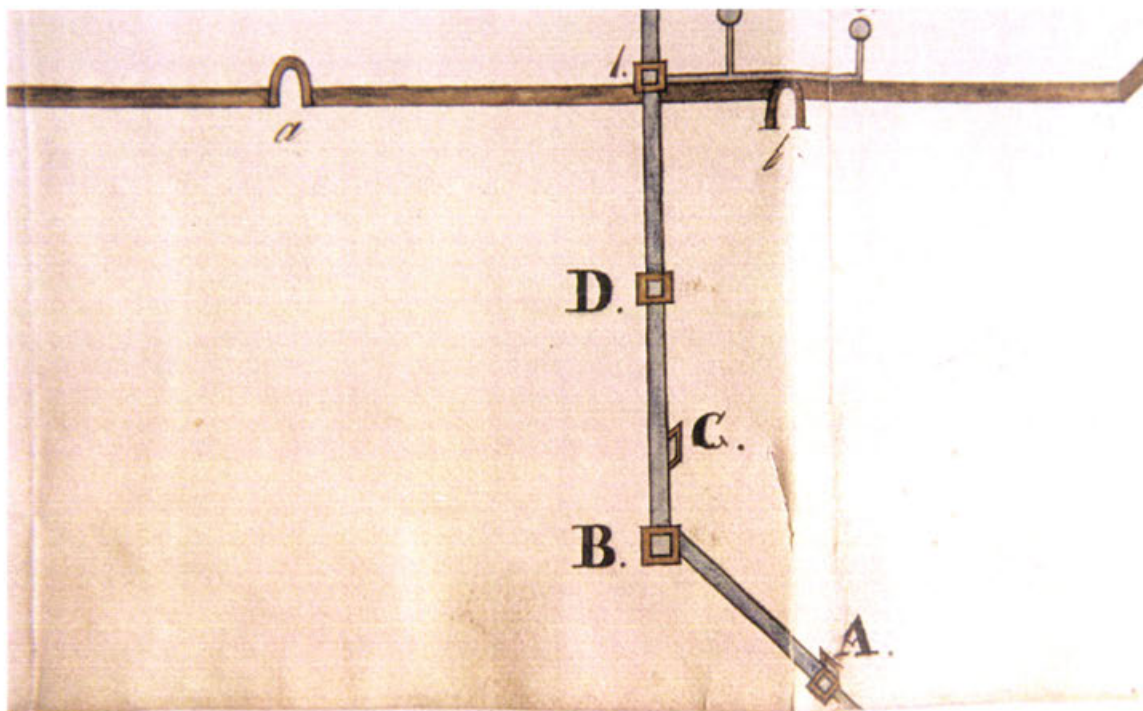


Fig. 260 - Fonte das Cinco Bicas, assinalada na planta com a letra C e nela descrita como tendo *anel menor* de água do aqueduto.

Esta fonte situava-se, fora das muralhas da cidade, entre os Conventos de Santo Antônio e Cartuxa, e imediatamente anexa ao cano real de onde provinha a sua água (fig.261). O local exacto da sua implantação desconhece-se, podendo-se contudo, por hipótese, localiza-la junto a uma pequena arca de água situada entre os dois citados cenóbios (fig.262). Neste local, ainda existe hoje, dentro já da cerca do Convento da Cartuxa, e situado a norte da arcaria do aqueduto, um amplo tanque que terá servido para bebedouro de animais. Possuía esta fonte, em meados do século XIX, um tanque em pedra posicionado a sul da arcaria do cano, com as medidas de 14 palmos de comprimento sobre seis de largo ⁽¹³²⁾ e para onde corria a água vertida pelas suas várias bicas. O único topónimo que se lhe conhece é de...*cinco bicas*...embora, no ano de 1849 possuisse apenas...*duas quase juntas*. Devido ao pouco distanciamento entre as suas bicas, e o nome que na altura era designada, poderá por-se a questão de, em tempo anterior, ela ter sido formada por cinco bicas.

⁽¹³²⁾ Augusto Butler Elerperk, *op.cit.* p.227.

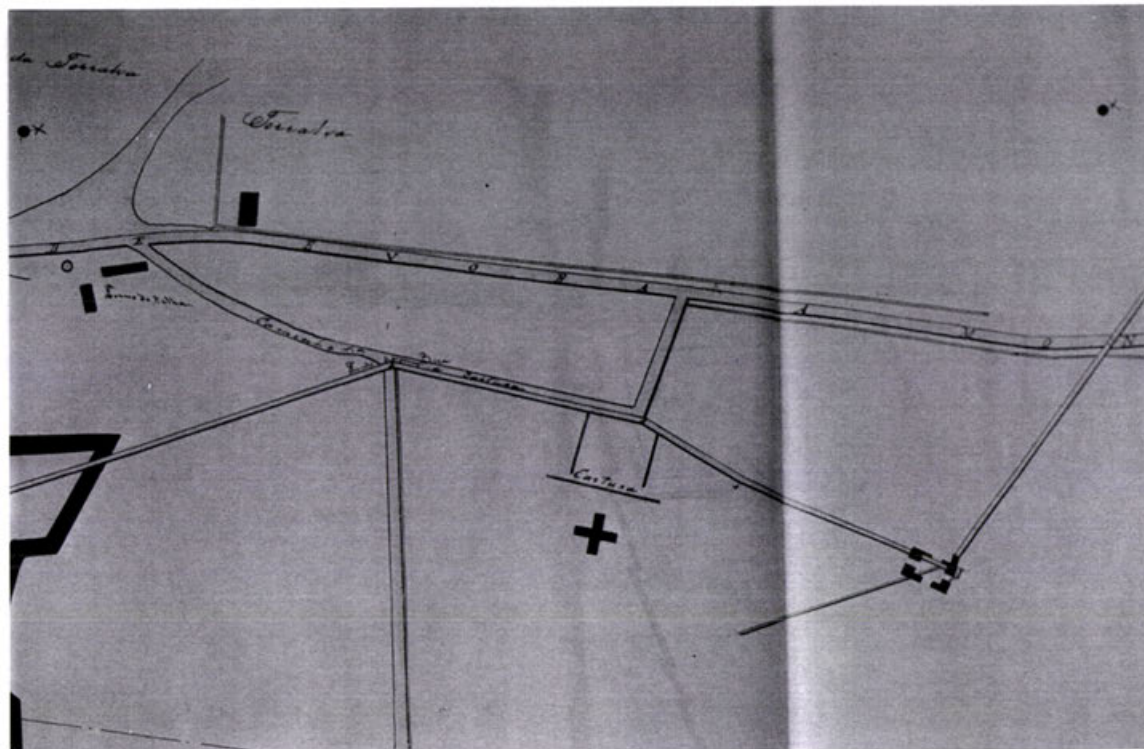


Fig. 261 - Planta de localização, da fonte das Cinco Bicas.



Fig. 262 - Caixa de água situada entre os Conventos da Carluxa e de Santo António.

1.4.2.4 - Santo António

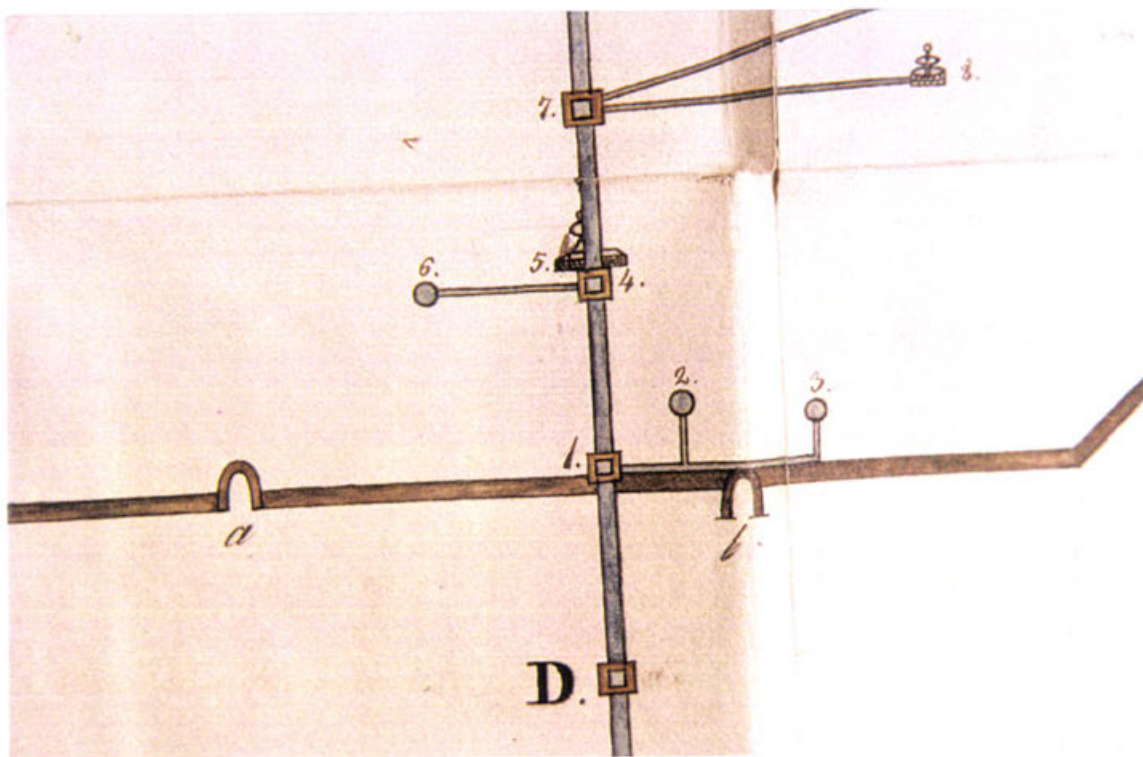


Fig.263 - Abastecimento de água ao Convento de Santo António, assinalado na planta com a letra D, e descrito como tendo *anel menor* de água do aqueduto.

O convento de Santo António da Piedade, foi fundado por iniciativa do cardeal infante D.Henrique. As suas obras de construção decorreram lentamente, entre os anos de 1576 e 1581, tendo sido terminadas já no tempo do arcebispo de Évora, D.Teotónio de Bragança⁽¹³³⁾ , (figs.264 e 265; apêndice documental - doc.50 a 52). Mais tarde, por volta do ano de 1650, e enquanto duravam as campanhas da Restauração, decidiu-se, em conselho de Guerra do Rei D.João IV, a construção de um baluarte que, envolvendo o edifício conventual, protegesse eficazmente a zona norte da cidade intra muralhas. O seu traçado terá sido da autoria do engenheiro francês Nicolau de Langres⁽¹³⁴⁾.

Em Maio de 1663 não escapou, contudo, esta fortificação à ocupação do exército francês, o qual era então comandado pelo príncipe D.João de Austria. Em 1665, portanto já depois do cerco da reconquista, recebe esta fortificação uma remodelação profunda, da responsabilidade do general Agostinho de Andrade Freire.

(133) Gil do Monte, *op. cit.* na nota 39, p.181.

(134) *Op. cit.* p.182.

A sua configuração actual é a de um quadrado, com quatro baluartes reforçados, possuindo uma só porta situada do lado sueste, e cercado em toda a volta por fosso, actualmente já muito entulhado. Conserva ainda algumas guaritas, localizadas nos seus ângulos, apresentando estas uma forma circular ou poligonal.

Do convento primitivo, muito pouco restou, depois das varias alterações e adaptações que sofreu ao longo dos séculos. Sabe-se que, em data posterior a 1834, a cerca conventual foi utilizada como cemitério público da cidade. Actualmente o que resta das construções, conventuais e militares, são ocupadas por instalações escolares, constituindo património do Arcebispado de Évora.

Situado num ponto de inflecção da arcaria do aqueduto, e dentro do recinto fortificado, existe ainda hoje a interessante arca de água do convento (fig. 266 e 267). O facto mais relevante, desta pequena construção quadrangular, é o de ainda possuir a sua porta primitiva, com interessante sistema de fecho. Por informação de um trabalhador da quinta, soube-se, que tal porta foi aberta pela última vez, há aproximadamente 40 anos. A partir dessa data a respectiva chave estraviou-se, não tendo voltado a ser encontrada. De tal facto, poder-se-á concluir, que o seu interior não terá sofrido grandes alterações.

No mesmo ponto do aqueduto, onde existe a referida caixa, situa-se do lado nordeste, um tanque amplo cuja parede de topo é constituída pela arcaria do aqueduto, aqui cega, e decorada com motivos geométricos executados com conchas e seixos (fig. 268). Necessariamente que este tanque, de forma irregular, estando anexo ao cano real, terá utilizado a sua água.

Mais a nascente, encontramos um amplo tanque, de forma rectangular, com oito, por vinte e oito metros, e mais a sul, uma pequena fonte conventual de mármore.

A este da fachada principal dos edificios, existe, um amplo poço coberto (fig. 270).

Provisão da água que se concedeu das fontes. E a queucto do mosteiro de Santo Antonio da cidade de E. R. e Dom. Philippe o primeiro de X. III. de Outubro de M. D. LXXXV.

E V E L R E I F A C O S A B E R Aos
 que este aluara virem, que o Guardião, e Conuento de Santo Antonio da ordem
 de São Francisco da prouincia da Piedade junto da cidade de Euora me enuia-
 raõ dizer por sua petição, que El Rey Dom Sebastião meu sobrinho, que
 D's. tem lhe mandara passar hum aluara de que o treslado he o seguinte. E Eu
 El Rey Faço saber ao Juiz Vereadores, e Procurador da cidade d'Euora
 que avendo respeito ao Cardeal Infante meu tio mandar hora fazer fora da
 porta d'Alagoa junto do mosteiro do Carmo hum mosteiro da ordem de São
 Francisco da prouincia da piedade, e por fazer esmola aos padres do ditto
 mosteiro e y por bem, e me praz, que do cano da agoa da prata se de para o
 ditto mosteiro aquella cantidade d'agoa, que ao Cardeal meu tio parecer, e co
 vosco assentar o que he necessario para os padres d'elle, e da cantidade que
 se assij assentar, que se lhe de se fara aqui hum circulo redondo da largura,

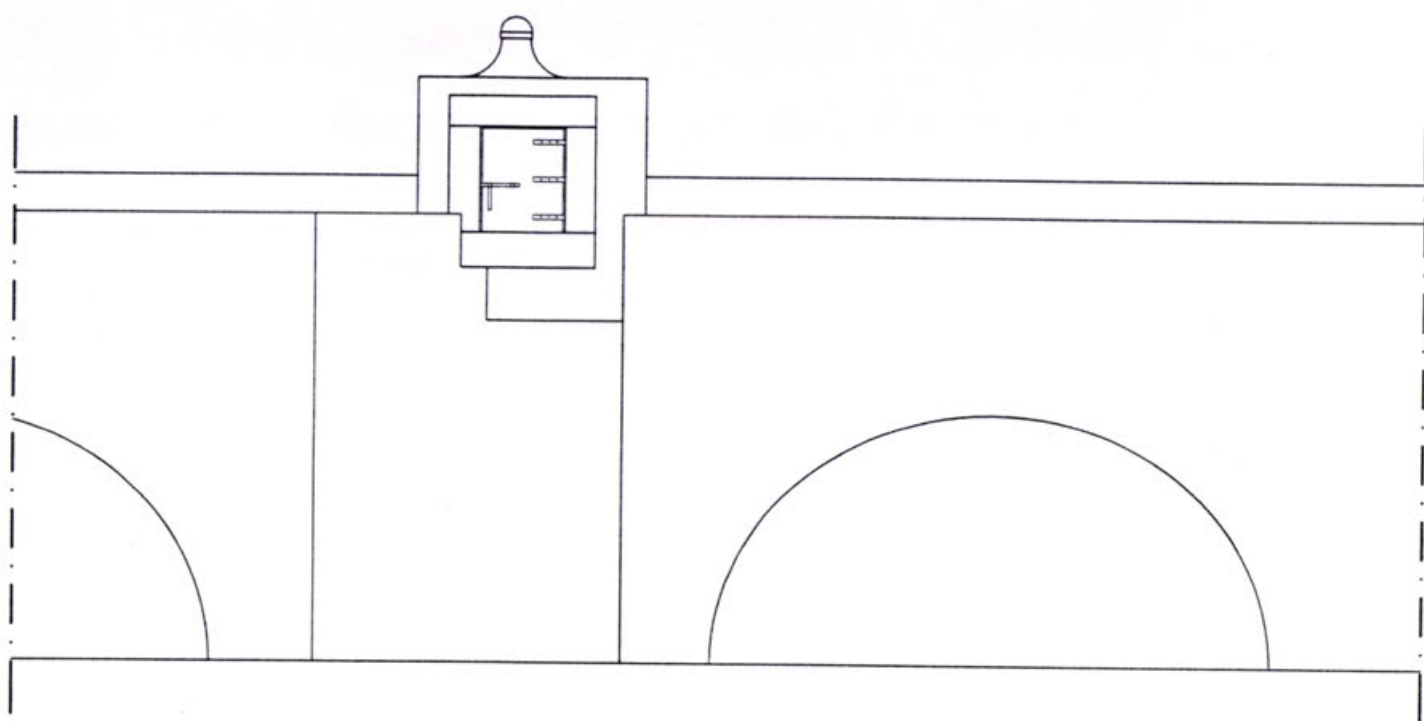
Fig. 264 - Provisão para atribuição de uma porção de água ao Convento, equivalente a uma tubagem com 14mm de diâmetro.

Ordem de S. Francisco
 inuiaraõ dizer por sua
 Gloria, he fes merce, d' **Prouizaõ** porque Sua Mg^{de}
 da ditto Cidade, e o S. faz merce aos Padres de S. to
 is merce q se abrisse da sua Caixa, e q se lhe torne
 prata na qual esta o le- o canno ao estado e q esfauda

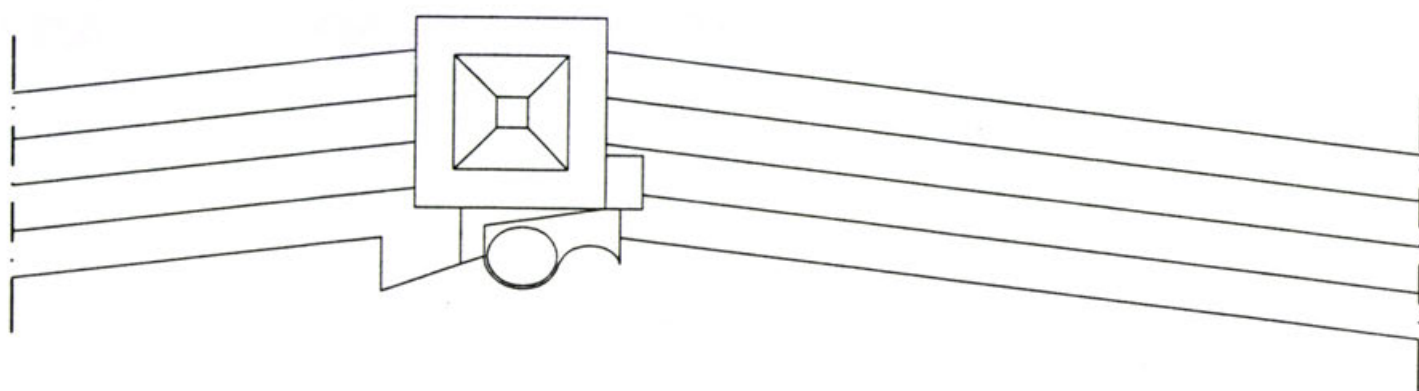
Fig. 265 - Provisão para atribuição da chave da caixa de água, aos monges do Convento de Santo António.



Fig. 266 - Caixa de água situada no Convento de Santo António.



Alçado



Cobertura

escala 1/50



Fig. 268 - Tardoz da caixa de água, com respectivo ponto de água, abastecido pelo Aqueduto.

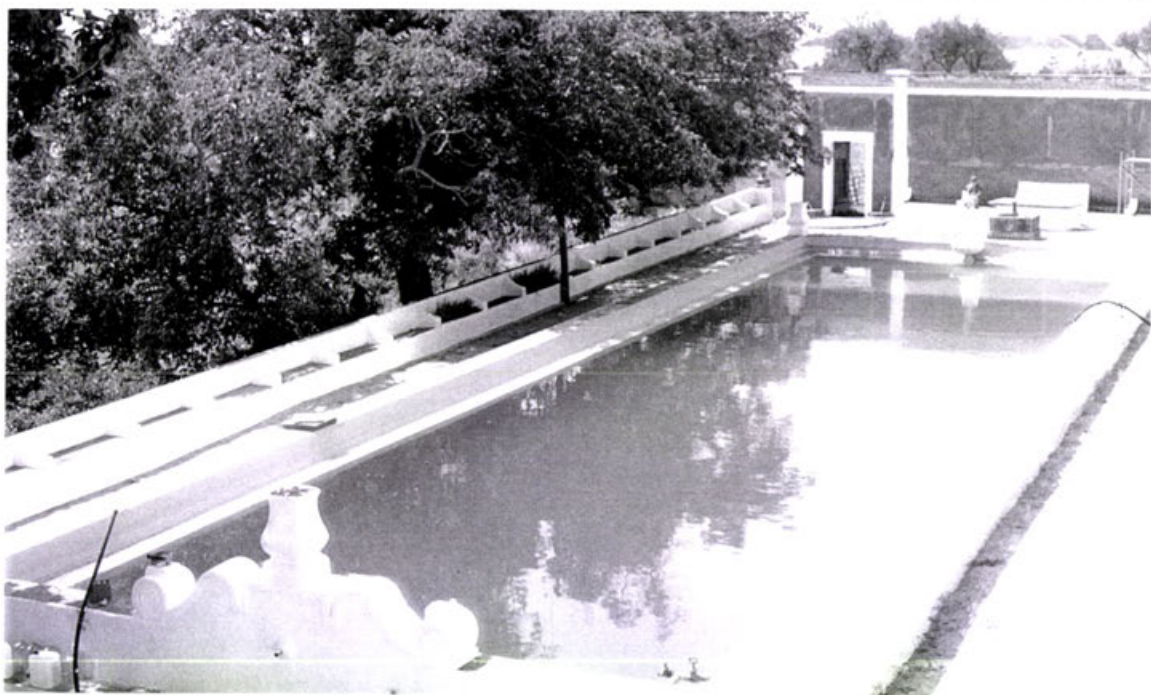


Fig. 269 - Tanque situado em anexo ao Aqueduto.



Fig. 270 - Poço coberto, situado na cerca do Convento de Santo António.

1.4.2.5 - São Pedro

A Quinta de São Pedro foi abastecido com água do aqueduto a partir da data de 1645, ano em que lhe foi concedido um anel de água. O aumento de tal quantidade de água data de 1704. Anexo à habitação da quinta existe caixa de água, muito simples, e cujo interior se encontra ainda pouco adulterado (figs. 270 a 272).

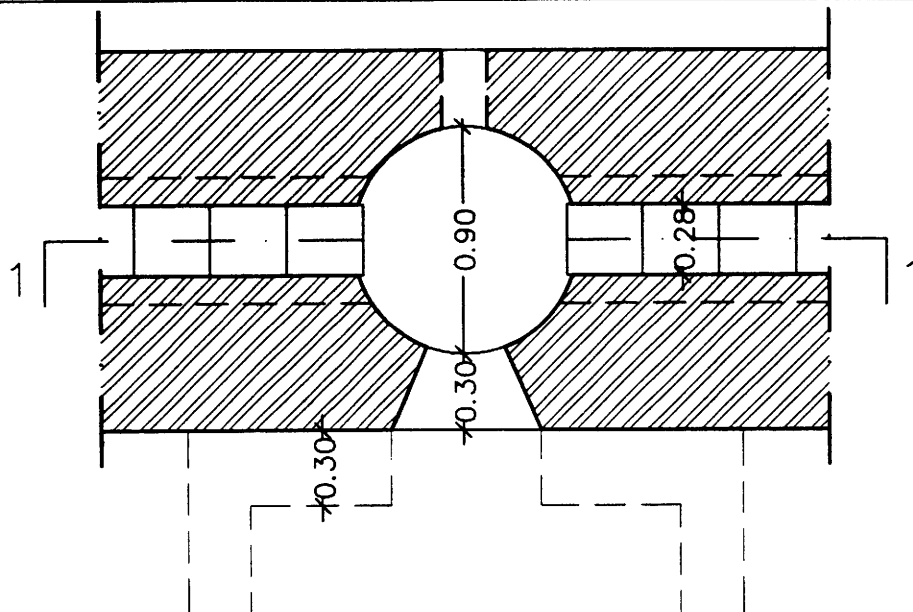


Fig. 271 - Interior da caixa de água na Quinta de São Pedro.

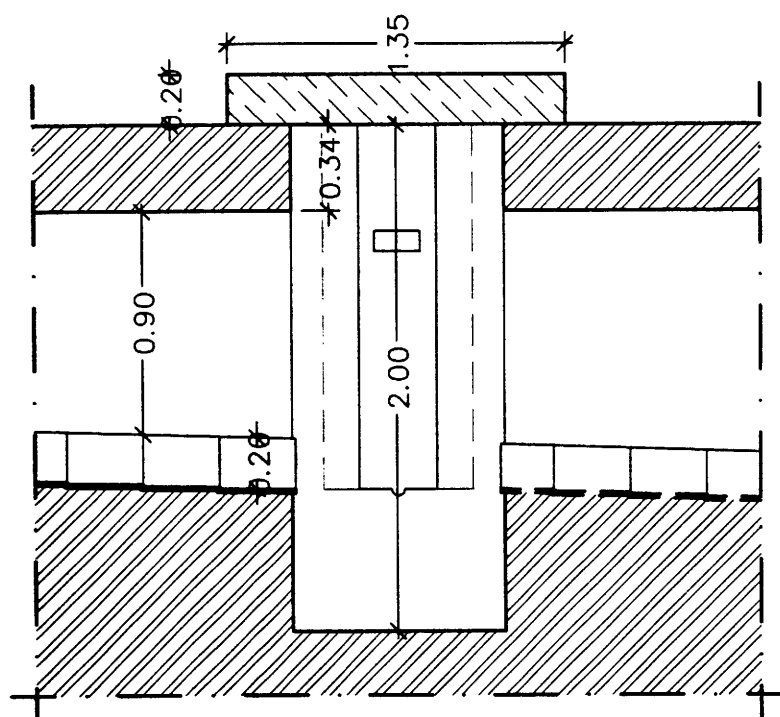


Fig. 272 - Quinta de São Pedro - Caixa de água e troço do aqueduto.

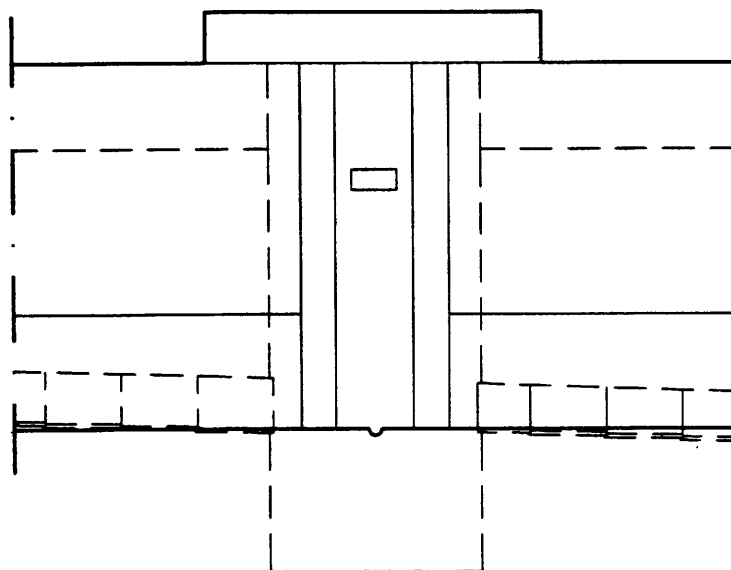
Planta



Corte 1-1



Alçado



escala 1/30

1.5 - Evacuação

Depois de recolhida nas várias nascentes, e transportada até à cidade de Évora à custa de penosas obras de construção, a água desempenhava um papel decisivo na vida urbana de Évora.

Distribuída por fontes públicas e donatários particulares estes últimos possuíam, por vezes, reservatórios nos terminais dos seus ramais domiciliários. Era o exemplo de algumas cisternas, locais onde a água se acumulava até preencher a sua capacidade máxima. Tal procedimento permitia uma máxima racionalização na utilização do caudal, ininterrupto, disponível no respectivo registo.

Quando excedentária, devido à quantidade do caudal transportada, ou depois de poluída pelas mais variadas utilizações, o precioso líquido necessitava de um escoamento rápido e eficaz que não colidisse em demasia com o meio urbano. Não havendo, à época, qualquer sistema de esgotos subterrâneos, em funcionamento, que garantisse um escoamento rápido de todas as águas excedentárias, elas eram encaminhadas para fora, quer dos tanques, quer dos reservatórios quando cheios, escorrendo em seguida sobre as calçadas dos largos e arruamentos. Esta solução prática permitia solucionar, em parte economicamente, o grave problema da inexistência de saneamento urbano melhorando, simultaneamente, as condições sanitárias da urbe. A água das fontes públicas correndo ininterruptamente, dia e noite, espalhava-se sobre os pavimentos declivosos dos arruamentos da cidade, assegurando uma limpeza eficaz e satisfatória, para os níveis higiénicos da época.

Seguindo a pendente natural das artérias, a água saía do aglomerado urbano arrastando consigo os detritos acumulados, e lavando simultaneamente as calçadas.

Sabe-se que em Junho de 1879, portanto à data da primeira grande remodelação no cano seiscentista, essa volumetria de água era de 846,936 m³, em cada período de 24 horas. Esta corria, no interior da área limitada pelas antigas muralhas femandinas, em vinte concessões, quase todas localizadas em conventos, para além de em nove fontes públicas. Tal quantidade de água, contudo, vertida continuamente, tornava os locais menos declivosos e não pavimentados, em zonas extremamente insalubres ⁽¹³⁵⁾.

Actualmente poder-se-á conjecturar se na cidade de Évora terá havido, ao tempo da ocupação romana, uma rede de esgotos subterrâneos que seguisse pelos eixos dos principais arruamentos antigos. Se tal tivesse existido necessariamente que a

ela estariam ligados os banhos públicos situados, a poente da Praça do Sertório, no actual edifício da Câmara. Sabe-se por escavações recentemente efectuadas que, para além do tanque circular aí situado e no fundo do qual existe uma saída para água localizada no sentido norte, existe ainda um amplo tanque, com dimensões ainda indeterminadas, o qual provavelmente escoaria também para um mesmo sistema de evacuação.

A existir uma tal rede urabana de saneamento, ela era desconhecida na época seiscentista.

Eram, sim, conhecidas algumas galerias subterrâneas, as quais, ainda hoje existem, e que seguindo por certas, das mais antigas, artérias principais ⁽¹³⁶⁾ apresentam dimensionalmente, e características, muito idênticas às dos esgotos de algumas cidades do período romano.

Seria de todo o interesse que, e embora fora do âmbito do presente trabalho, se executasse uma investigação e inventariação, quer dos seus traçados como tipologias, de modo a poder-se concluir quais as suas verdadeiras funções assim como épocas de construção.

(135) Tem-se conhecimento por documento século XVII que o Largo do Chão das Covas, onde à altura se situavam três tanques de lavagens abastecidos por água do aqueduto, era local de grande abundância de insectos e onde a água sobrando se acumulava, estagnando, sobre um pavimento irregular.

(136) Conhece-se, por descrição oral, um túnel que segue do lado sueste da Rua da Selaria, de outro que passa no lado noroeste da Sé; outro na antiga Rua da Cadeia e por fim um outro ao longo do tabuleiro central da Praça do Geraldo. Todas as descrições orais, recolhidas, são coincidentes na existência de uma caleira, que corria no centro do pavimento. São de agradecer todos estes dados aos exmos Senhores Grilo e Arquê Victor Teigão.

1.6 - Obras Tardias

1.6.1 - Ampliação do traçado primitivo

Com a abertura à população eborense, no ano de 1537, da antiga fonte situada no pórtico romano da Praça Grande ter-se-á concluído as obras respeitantes à construção da primeira fase do cano real ⁽¹³⁷⁾. Este transportava a água, desde as minas de captação situadas além da igreja paroquial da Graça do Divor, até à cidade, numa distância total de 8.323 braças ⁽¹³⁸⁾.

Foi sómente no ano de 1542, que estes trabalhos foram retomados. Desta vez com a construção do troço compreendido entre a Praça Grande e o Paço Real, situado a sul da cidade em construções anexas às do Convento de S. Francisco. O cano terá seguido pela antiga Rua da Cadeia, dirigindo-se depois para o largo fronteiro à galilé da igreja do citado convento, local onde terminava. Rematava aqui com magnífica caixa de água cujo projecto foi, ainda, da responsabilidade de Francisco de Arruda. No ano de 1873 tal construção foi mandada demolir pela Câmara, sob a alegação do mau estado de conservação, quer da caixa de água, como do traço de arcaria fronteira a S. Francisco. O verdadeiro motivo, contudo, poder-se-ia relacionar com as novas ideias urbanísticas, mais tarde implementadas, no amplo espaço livre fronteiro à igreja do antigo convento.

Em 1554 decorriam as obras de construção, relativas ao último troço, da estrutura principal do cano. Esta parte do cano, na altura em construção, constituía uma derivação efectuada a partir da caixa de água existente, à data, na antiga Praça do Peixe. O percurso para este escolhido foi, contornando exteriormente a muralha romana, seguir pela Rua do Menino Jesus no seu troço final, Largo dos Duques de Cadaval, Jardim dos Clérigos e Rua do Conde da Serra da Tourega. Este último troço rematava com uma arca de água, hoje desconhecida, e que se localizaria muito próxima da Porta de Moura (fig. 274).

Todas as obras de ampliação que se executaram posteriormente a esta estrutura principal decrita, a qual terminava a sul na caixa a S. Francisco e a nascente na Porta de Moura, limitaram-se aos diversos ramais domiciliários cujas construções se foram autorizando no decurso dos anos. Com comprimentos variados, consoante a distância entre o canal e o local a abastecer, eram consideradas canalizações privadas, construídas a partir de caixas de derivação erguidas no canal principal, pelos novos donatários.

No caso específico de o local a abastecer ser uma fonte pública, naturalmente que o

⁽¹³⁷⁾ Houve nesta obra a colaboração avultada da nobreza que consentiu no desconto dos réditos do ano de 1534 que atingiu a soma de 691 640 reis, importância essa que foi entregue a Duarte Moniz, recebedor da obra do aqueduto.

⁽¹³⁸⁾ Regimento op. cit. na nota 6, foll. 41 e 42 v.

respectivo ramal era também considerado público, embora custeado com verbas de diversas, muitas vezes mesmo recolhidas, em parte entre moradores da área abastecida pela nova fonte.

Muito embora fazendo parte integrante do cano seiscentista, por serem obras executadas exclusivamente para assegurar a distribuição através de ramais individualizados, referimo-nos a eles pormenorizadamente em capítulo específico.

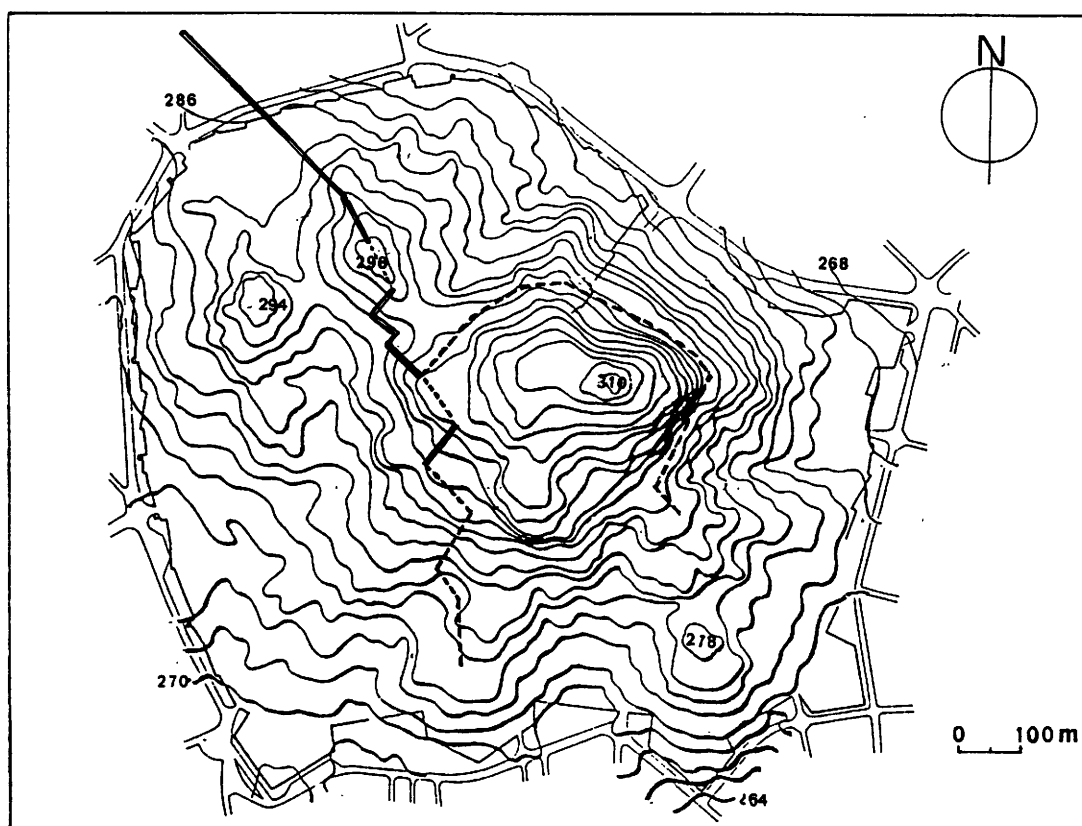


Fig. 274 - Planta representando a estrutura adutora do aqueduto, no interior da muralha fernandina.

1.6.2 - Conservação e Manutenção

... Develhe Evora o grande benefício de mandar em 1600 recopiar todas as leys favoraveis à conservação do seo aqueduto, e renovar as penas contra os seos daninhos, e danificadores, e à esta sabia, e benigna providencia deve o aqueduto a conservação da sua magestosa fábrica ⁽¹³⁹⁾...

É a esta compilação de legislação, concretizada durante o ano de 1606, que se deve o retomar de um acção eficaz para a preservação do cano numa época em que este apresentava graves problemas de conservação.

A nomeação, geralmente vitalícia, de um grupo de funcionários que, estando exclusivamente ligados ao cano, eram pela sua conservação directamente responsáveis perante a autoridade real (Apêndice documental - doc. 53) constituiu uma medida decisiva, de sobreelevada importância. A sua acção no cano assumia-se como constante pois, no caso particular do cargo de Provedor, este estava obrigada a inspecionar todo o traçado do aqueduto, entre as nascentes mais distancidas até aos vários pontos abastecidos pela água do cano, durante os primeiros quinze dias de cada três meses.

Para além desta acção periódica de inspecção, cuja execução era fiscalizada pelo Juíz de fora cada seis meses, a população desempenhava também um papel relevante na manutenção do estado do cano (Apêndice documental - docs. 54 e 55). Assim eram os proprietários de terrenos atravessados pelo aqueduto, ou os seus rendeiros, obrigados durante o mês de Abril, de cada ano, a mandar proceder ao arranque de mato, silvas ou árvores, de qualquer espécie, que existissem nas faixas que ladeavam o cano numa largura de *15 palmos de vara* para cada um dos lados (Apêndice documental - doc. 56).

Minimizava-se deste modo a acção infestadora de raízes diversas, no canal adutor, as quais introduzindo-se no seu interior diminuíam substancialmente o caudal de escoamento, e facilitavam infiltrações para o exterior através das perfurações efectuadas na superfície molhada do canal ⁽¹⁴⁰⁾.

Mesmo nos locais onde o cano se situava no sub-solo, era expressamente proibido semear ou cavar, na citada faixa de terreno, conseguindo-se assim uma identificação imediata do percurso

⁽¹³⁹⁾ Texto do livro "Evora Gloriosa", p. 153, onde se refere a acção determinante tida pelo Rei D. Filipe III de Espanha quando da compilação, ampliação e aplicação da legislação referente ao cano real.

⁽¹⁴⁰⁾ As figueiras devido ao comprimento que as suas raízes atingem na busca de água, eram banidas de uma faixa de *60 palmos de vara* para cada um dos lados do cano.

do cano e evitando-se simultaneamente possíveis estragos resultantes da execução de trabalhos agrícolas (Apêndice documental - doc. 57). Visando igualmente a protecção do canal adutor, não era permitida a existência de gado suíno a menos de dez palmos para cada um dos lados do cano (Apêndice documental - doc. 58). A responsabilização de proprietários e arrendatários obrigava-os a comunicar ao Provedor, num prazo máximo de dois dias, quaisquer fuga de água detectada no cano ao atravessar as suas terras (Apêndice documental - doc. 59).

Para além destas acções de protecção, inspecção e limpeza da área envolvente ao cano, eram efectuadas outras acções a nível de conservação, e que se desencadearam por iniciativa do pessoal permanente do cano (Apêndice documental - doc. 60). Essas obras pontuais e esporádicas, referidas, eram efectuadas geralmente por operários contratados, acompanhados directamente pelo mestre do cano (Apêndice documental - docs. 61 a 63) realizando-se sempre que de tal houvesse necessidade. Estes trabalhos de manutenção aparecem referidos especificamente no regimento do aqueduto (Apêndice documental - docs. 64 a 68).

Tanto o pagamento dos funcionários permanentes, como o dos contratados, era custeado por verbas obtidas através da cobrança regular de impostos. O mais remoto, data de 23 de Julho de 1560, tendo sido o seu lançamento ordenado pelo Rei D. Sebastião. A contribuição então estipulada ficou conhecida por *imposto da gua* e consistia no pagamento de um real, em cada arratel de carne ou pescado e canada de vinho que se vendesse publicamente por miúdo. Mais tarde é a 17 de Agosto de 1565, que o cardeal infante D. Henrique, por el-rei D. Sebastião, estipula que a renda das tendas da feira de Évora revertesse, na íntegra, para a fábrica do cano.

Constituíram, estes dois conjuntos de verbas, os rendimentos regulares arrecadados para custear as despesas em material e pessoal adstrito ao cano (Apêndice documental - docs. 69 e 70). Para além destes valores existiam as coinas, cobradas a todos os que infringissem a regulamentação do regimento, as quais revertiam igualmente para o cofre do cano. Estas verbas garantiam a autonomia financeira, no que se referia às pequenas obras de manutenção, as quais eram executadas quase continuamente ao longo dos anos. No início do século XIX, por falta de cumprimento do regimento, o cano vai-se degradando progressivamente, não possuindo por outro lado o desafogo económico que permitisse a realização das obras indispensáveis. Das pequenas obras de manutenção, que garantiam a coesão do conjunto, existem os seguintes registos:

- Entre 1834 e 1870, anos anteriores à de uma grande reconstrução efectuada em todo o cano, executaram-se pequenas reparações levadas a efeito pelo município eborense. O valor médio dispendido pela câmara, nestas obras, foi de um conto de reis por ano.

- Entre 1894 e 1900 foram efectuadas, por duas vezes, reparações no cano. Estas obras devido à falta de verbas, à data constatada pelo município, foram costeadas, a título benemérito, por particular.

- Em 1954 é efectuada pelo município obras de reparação na base da arcaria do aqueduto, no troço situado na Rua do Muro. Aí constatava-se a existência, no paramento da arcaria, de pedras desligadas que necessariamente, com a acção do tempo, poriam em causa a unidade estrutural da arcaria.

- Em 1980 são levadas a efeito, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Sul, algumas obras de conservação nomeadamente:

- Reparação de várias zonas com paramentos em cantaria, compreendendo as obras em questão *o alegrar de juntas e seu refechamento com argamassa* de forma que as pedras se não desprendessem e melhor se conservassem.

- Fornecimento e assentamento de *silhares de cantaria em granito* para substituição de outras pedras em completo estado de ruína. Os troços tratados situavam-se à Porta Nova e junto à circular às muralhas, quando a arcaria do aqueduto cruza a muralha fernandina, tendo-se importada os trabalhos referidos em 4000.000\$00.

- Fornecimento e assentamento de uma pedra de cantaria em granito, moldurada, para substituição de outra existente, em estado de ruína, na caixa à Rua Nova. O trabalho especificado importou em 100.000\$00.

- Em 1985 foi reparada a arcaria do aqueduto, no troço onde ele atravessa a muralha fernandina. Estas obras incluíram reparação dos paramentos em cantaria de granito compreendendo o arranque de ervas, arbustos e respectivas raízes, alegrar as juntas das pedras e o refechar das mesmas com argamassa de cal de obra e areia ao traço 1/4.

A conservação e manutenção do cano seiscentista ⁽¹⁴¹⁾ é actualmente da responsabilidade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Sul a qual, devido essencialmente a dificuldades monetárias, não tem dispensado a este monumento a atenção merecida, e imprescindível, à sua boa conservação.

⁽¹⁴¹⁾ Inclui-se aqui o que resta ainda da arcaria, caixas de água, canalizações e antigos pontos abastecidos pela sua água.

1.6.3 - Reconstrução de troços

Desde a sua construção, no século XVI, alguns foram os troços que, quer por razões de ordem urbanística, quer técnicas foram eliminados, alterados ou reconstruídos na integra. Assim:

- Durante o ano de 1570 foi demolido, por motivos alegadamente urbanísticos, o pórtico romano da Praça Grande e com ele a fonte nele situada assim como o respectivo sistema de adução de água. Logo no ano seguinte, o referido troço foi reconstruído, dessa vez com canalização subterrânea, a qual passou a abastecer a nova fonte, à data construída.

- Em 1578, com a fundação do Colégio dos Paulistas sobre os restos do Palácio dos Palhas situado a oeste da Praça do Peixe, foi efectuado um desvio no canal adutor de modo a poder ser edificada a portaria desse antigo colégio. O troço então construído sofreu diversas deslocações, ao seu traçado inicial, tendo sido a última delas, durante o ano de 1897. Em 1951 é destruído definitivamente este canal, que corria ao longo do lado oeste da Praça do Peixe e seguindo depois pela Travessa do Sertório.

- Em 1601 o cano encontrava-se muito danificado, existindo fontes públicas com falta de água. O rei D. Filipe III de Espanha ordenou, à data, uma inspecção geral ao modo como estava a ser conduzido o processo, pelo provedor do cano.

- Em 1671 efectuou-se uma importante obra de beneficiação em todo o aqueduto a qual foi dirigida, pelo então mestre do cano, João da Cunha. Foi lançado, para tal, um novo imposto abrangendo toda a população válida (fig. 275). Os trabalhos, então efectuados, atingiram a verba de 3674 reais encontrando-se esta devidamente documentada com as sucessivas folhas de pagamento, discriminadas, tanto a nível de jornas dos diversos operários contratados, como aquisição dos materiais utilizados na obra ⁽¹⁴²⁾.

- Em 1711 é dada autorização pela coroa para serem efectuadas obras de vulto na fonte situada na Praça Grande, podendo estas atingir o montante de *cento e vinte mil reis, pouco mais ou menos* ⁽¹⁴³⁾. Refira-se que no ano de 1702 se sentiu na cidade forte abalo sísmico, e que já no ano de 1670 se considerava precário o estado de segurança da fonte, razão pela qual a população a rodeou em *pontões*.

⁽¹⁴²⁾ Documentos interessantíssimos onde se encontram inscritos os nomes dos trabalhadores, suas profissões e pagamentos respectivos A.D.E..

⁽¹⁴³⁾ Documento, não classificado existente na C.M.E..

- Em 27 de Outubro de 1871 dá-se início à primeira grande reconstrução, ao longo de todo o cano seiscentista. Depois dos vários sismos que se sucederam em 1755, 1792, 1794, 1819 e 1822, o aqueduto, cujos danos pontuais se foram agravando sob a acção do tempo, carecia de uma intervenção profunda. Tratando-se de uma acção de grande envergadura, esta esteve a cargo da Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, contando também com a colaboração pontual do município eborense.

O estado de deteioração da construção era adiantada, tendo-se efectuado uma inspecção minuciosa de todo o cano, desde as suas nascentes na Graça do Divor, até aos diversos pontos de distribuição na cidade de Évora. Desta tarefa resultou relatório com descrição exacta do aqueduto e do seu estado de conservação (Apêndice documental - doc 71), assim como orientações de âmbito geral, ao modo de execução dos trabalhos necessários à sua reconstrução. O valor dessas obras foi, à data, estimado em 55.000\$00.

Os trabalhos então preconizados iniciaram-se em 1871, como já foi referido, perlongando-se até ao ano de 1879, data na qual foi efectuada pela supracitada Direcção Geral nova inspecção ao cano. Dela resultou relatório crítico, pormenorizado, da intervenção levada a efeito. A reconstrução efectuada, iniciou-se na Graça do Divor tendo seguido na direcção da cidade, e abarcou as seguintes obras:

- Descobrimento, destapamento e limpeza do cano principal e dos afluentes, construção de algumas caixas novas, segundo um novo tipo, localizadas onde o cano mudava rapidamente de direcção, ou naquelas onde a conveniência de serviço do cano as tornava necessárias, e introdução de um novo e abundante afluente no cano situado no pomar de José Bernardino.

- Restauro de algumas das caixas primitivas, e reparação geral do cano, que em alguns troços quasi assumiu o carácter de reconstrução ⁽¹⁴⁴⁾ (fig. 276). Nestes troços o cano adoptou um novo perfil transversal, com forma ovoide, sendo o fundo formado por telhas (telhões) orladas de adobinhos (espécie de tijolos com 0,32 m de comprimento por 0,32 m de largo e 0,032 m de espessura) com as juntas tomadas a cimento e estendido este em parte, com 0,22 m de largura, acima dos adobinhos, ficando o cano todo fora da terra e limitado lateralmente por passeios ladeados por valetas. A altura total da nova secção transversal era de 1,50 m, medindo entre o fecho do arco de cobrimento e o fundo da caleira (figs. 277 e 278). Tal dimensão permitia a deslocação fácil dos operários pelo seu interior para reparações pontuais.

Para além desta alteração profunda, a nível de perfil transversal, a directriz do cano também sofreu algumas correcções, nomeadamente entre o monte de Metrogos e o valado da quinta do Senado, troço no qual se cortou as sinusidades do cano através de novos alinhamentos rectos com o maior comprimento possível, e concordantes entre si por arcos de

⁽¹⁴⁴⁾ Foi o caso dos troços entre a quinta de S. Pedro e S. Bento, e na zona de Metrogos

círculo, de grandes raios. Neste último troço o perfil longitudinal do cano ficou coincidente ou situado a um nível superior, ao do perfil natural do terreno, facilitando assim as acções de inspecção e reparação.

Pontualmente adoptaram-se soluções específicas para o cano. Foi o caso do troço compreendido entre a sua origem, na Herdade das Figueiras, e a Graça do Divor, zona onde foi executado, numa extensão de 40 m, em tubagem de grês com 0,20 m de diâmetro interior, entre paredes de alvenaria a fim de evitar a acção devastadora das raízes de algumas árvores existentes nas proximidades. Outra das soluções adoptadas foi, no segundo afluente em Metrogos ⁽¹⁴⁵⁾, a utilização de tubagem em ferro com 0,05 m de diâmetro interior, a qual foi empregue numa extensão de 40,30 m.

Neste conjunto de obras genericamente referidas foram executados especificamente os seguintes trabalhos:

- Reparação geral da arcaria, ou ponte aqueduto, desde a muralha da cidade até à caixa nº 13 situada a S. Bento, numa extensão de 2.014,620 metros.

- Limpeza do cano e reparações ligeiras entre S. Bento (caixa nº 13) e a quinta do Cardes (caixa nº 164), numa extensão de 4585,3 metros.

- Reconstrução do cano entre a quinta do Cardes (caixa nº 164) e a caixa nº 172 situada frente à casa da quinta de S. Pedro, numa extensão de 310 metros.

- Limpeza do cano e reparações pontuais, entre S. Pedro (caixa nº 172) e o valado da quinta do Serrado (caixa nº 245), numa extensão de 2.380 metros.

- Abertura de trincheira, com uma extensão de 263 metros, para a reconstrução do cano entre as caixas nºs. 245 e 247.

- Reconstrução integral do cano, de acordo com nova directriz projectada, entre as caixas nºs. 247 e 248 resultando daí um encurtamento no seu comprimento total, de 120,648 metros.

- Limpeza em alguns troços do cano e tapamento das fugas de água existentes, numa extensão total de 6898,2 metros, compreendidos entre a caixa nº 248 e a extrema do pomar de José Bernardino (caixa nº 472).

- Reparação e reconstrução de partes do cano, numa extensão de 1340 metros, compreendidos entre a caixa nº 472, e a primeira caixa ou nascente situada na herdade das Figueiras, na Graça do Divor.

Depois da execução das obras descritas, o cano passou a ter um comprimento total entre a nascente na herdade das Figueiras e a muralha fernandina em Évora de 19.017,472 metros (figs. 279 a 283).

⁽¹⁴⁵⁾ Nascente adquirida e introduzida no cano, muitos anos antes, pelos monges cartuxos a tóco de mais uma determinada porção de água a retirar do cano junto ao seu convento.

Os vários materiais utilizados nestas obras, de reconstrução, tiveram proveniências diversas sabendo-se que, a pedra para a alvenaria era retirada das circunvezinhanças dos troços em obra, os tijolos fabricados no telheiro da quinta de S. Pedro por ser o mais próximo existente, a cal era fornecida pelos fornos do Damaso nas proximidades da cidade e marginais da estrada real nº 20, os telhões vinham de Évora, Redondo, Reguengos, etc, e finalmente o cimento e restantes materiais eram adquiridos na cidade de Évora.

O valor gasto no conjunto das obras descritas, abrangendo quer os pagamentos da mão de obra quer o dos materiais adquiridos, foi de 24.630\$75 reis. A 24 de Abril de 1896 é elaborado o auto de entrega e recebimento, por parte da Câmara, do aqueduto declarando-se nele expressamente o seguinte:

... que achando-se concluídas as reparações de rebôco em toda a extensão do aqueduto reconstruído segundo o novo typo...

... que se acha reparado desde a origem, na herdade das Figueiras, freguesia da Graça do Divor, até ao pomar, denominado do José Bernardino na herdade do Monte da Igreja, assim como as canalizações parciais dos afluentes, e reconstruídas segundo o novo typo, sete caixas; reconstruído totalmente o aqueduto desde a entrada das nascentes na herdade de Metrogos, até às proximidades das extremas das quintas, denominadas - quinta Grande e quinta do Meirinho - sitadas na freguezia da Sé, d'esta cidade..

... assim como as diversas canalizações parciais das nascentes situadas na herdade de Metrogos e nos terrenos marginaes n'este percurso, bem como diversas serventias superiores ao aqueduto (146).

- Entre 1928 e 1933 foi levada a efeito uma verdadeira remodelação do cano, depois de um violento sismo verificado em 1909. As obras então desenvolvidas abrangeram a beneficiação geral das nascentes entre a Graça do Divor e Metrogos assim como a abertura de todo o cano o qual foi refeito não só no seu perfil como na protecção contra os agentes exteriores. Estes trabalhos constaram especificamente do seguinte:

- Desvio do troço do cano que inicialmente corria ao longo da rua Principal da Graça do Divor. Sendo o canal adutor primitivo, neste troço, simplesmente coberto por casções posicionados à cota do arruamento tomava esta parcela do cano muito vulnerável a infiltrações poluidoras, indesejáveis.

- Consolidação da estrutura portanto do canal, com tapamento de fendas e melhoramentos na caleira condutora no troço entre S. Bento e a cidade.

(146) *Aqueduto Sertoriano*, Évora: 1896, [B.N.L.].

- Construção de um depósito meio soterrado, do lado sul da Carreira do Menino Jesus, e outro elevado localizado a oeste do templo romano ⁽¹⁴⁷⁾.

- Construção da rede domiciliária de abastecimento público, a qual foi inaugurada simbolicamente, na fonte da Praça do Geraldo ,a 1 de Julho de 1933. A importância gasta nesta rede de distribuição urbana foi de 3.816.029\$01.

- Em 1949, depois de uma perlongada seca e consequente crise de falta de água na cidade, foram melhoradas algumas das captações, tendo-se efectuado pesquisas na área da Graça do Divor para obtenção de novos mananceais de águas, captadas a grandes profundidades.

É também neste ano que, na cidade, é rebocada a arcaria de suporte do canal, anexa ao Largo do Chão das Covas, tendo à data sido destruído o antigo chafariz, aí existente, e construído um outro.

- Em 1950 continuaram as obras de melhoramento das várias nascentes, assim como captações profundas, tendo-se simultaneamente construído albufeiras para armazenamento de água. Garantiram-se com estas obras um aumento substancial na quantidade de água transportada até à cidade, em especial durante os meses de Verão, época em que algumas das nascentes deixavam de abastecer o aqueduto.

- Em 1956 é demolido um troço do cano seiscentista, que passava ao longo do Jardim dos Colegiais, alegando-se á época para tal a implementação de um novo arranjo paisagístico para esta área livre.

- No ano em curso está a ser elaborado, através de iniciativa do município eborense, um estudo urbanístico englobando a área do Rossio. Nele se propõe o deslocamento da fonte seiscentista, aí situada, e consequente destruição do sistema primitivo de distribuição de água.

⁽¹⁴⁷⁾ A cota de fundo deste último depósito é de 319,23 m.



Fig. 275 - Arcaria junto ao antigo Convento de Santo António, com inscrição referente a obras efectuadas.

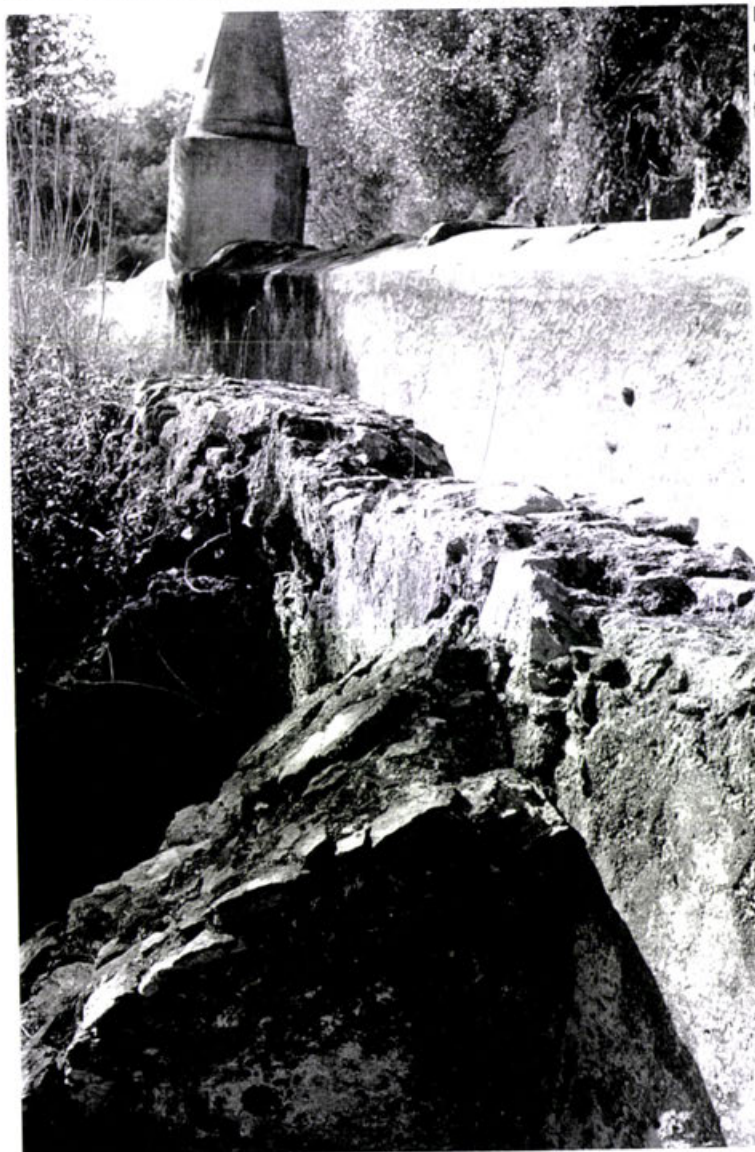
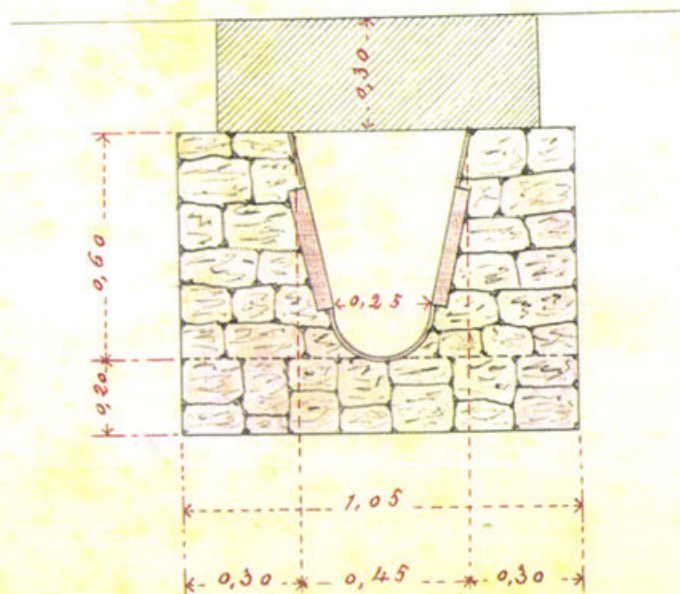


Fig. 276 - Troço do Aque-
duto novo, paralelo a
troço do primitivo, seiscentista.

Typo para grande reparação do Aqueducto Sertoriano

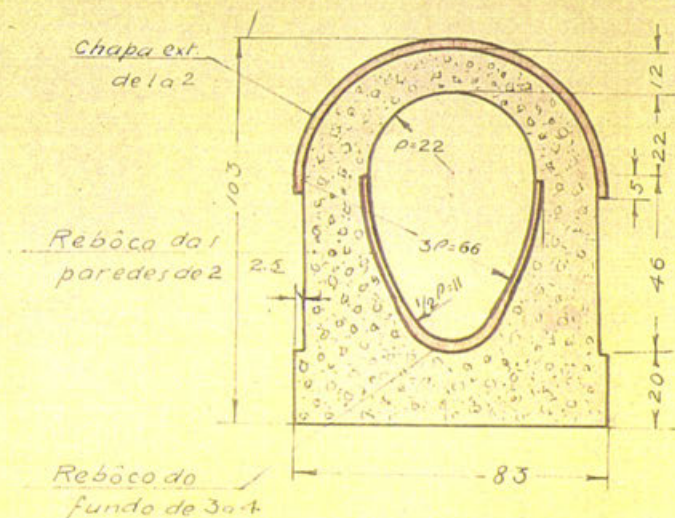
Corte transversal



Escala 1:20

Evora 3 de Junho de 1908

António Manuel Veiros
cons.º de obras publicas

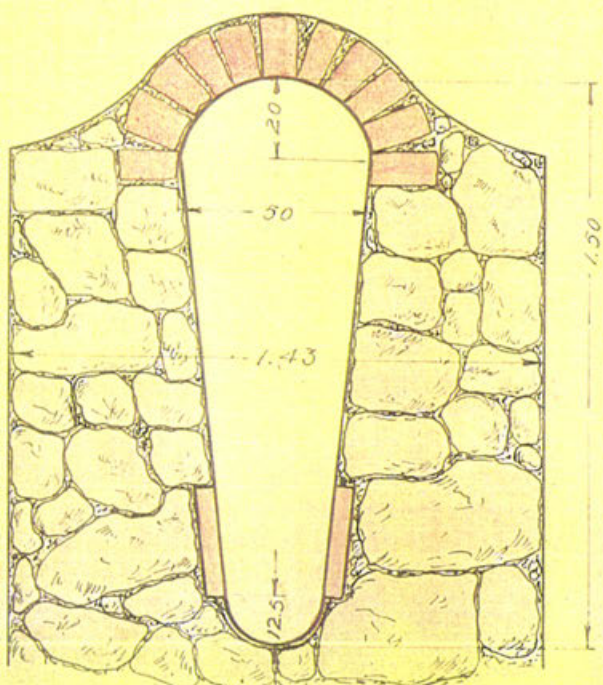


AQUEDUTO

Secções adoptadas

ESCALA 0.05 p. 1 met.

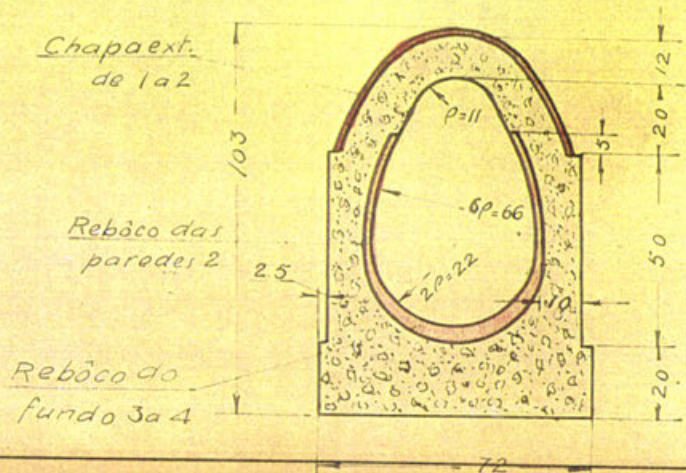
Lanço Graça-Metrogos



Lanço Metrogos -

S. Bento

Restaurado em 1872



Lanço S. Bento - Evora
(antes da arcaria)

Data 10 de Fevº de 1939
Engenheiro *Carlos*
Desenhador *R. Lima*

Fig. 278 - Perfis-tipo do canal condutor.

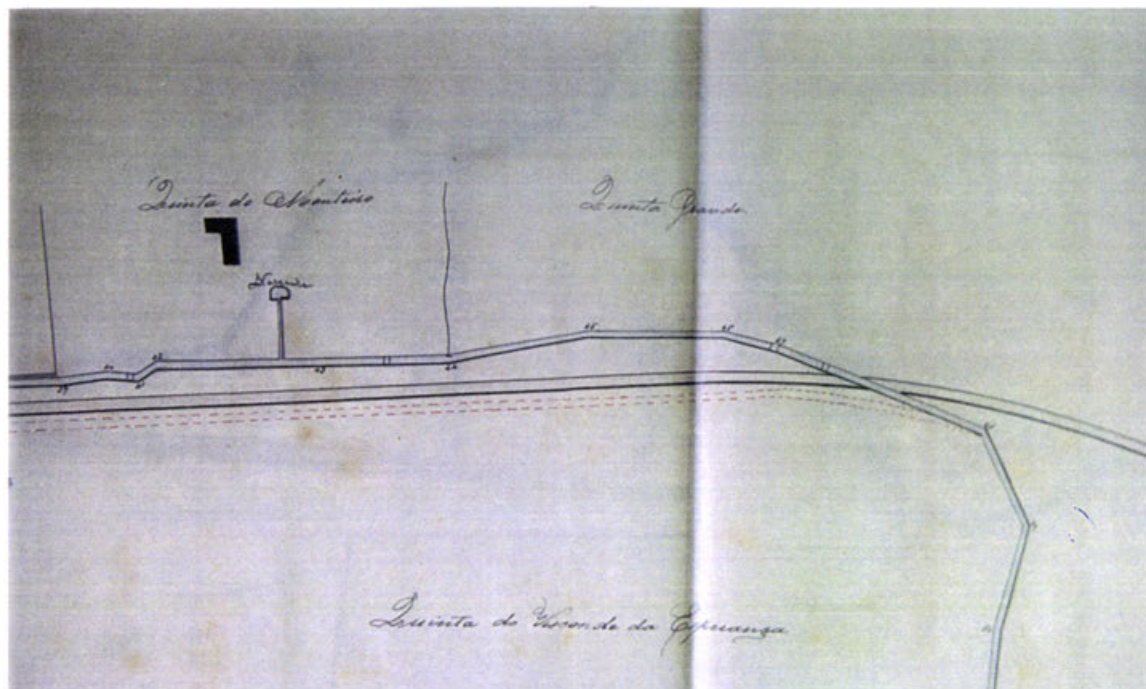


Fig. 279 - Correção ao traçado inicial do Aqueduto.

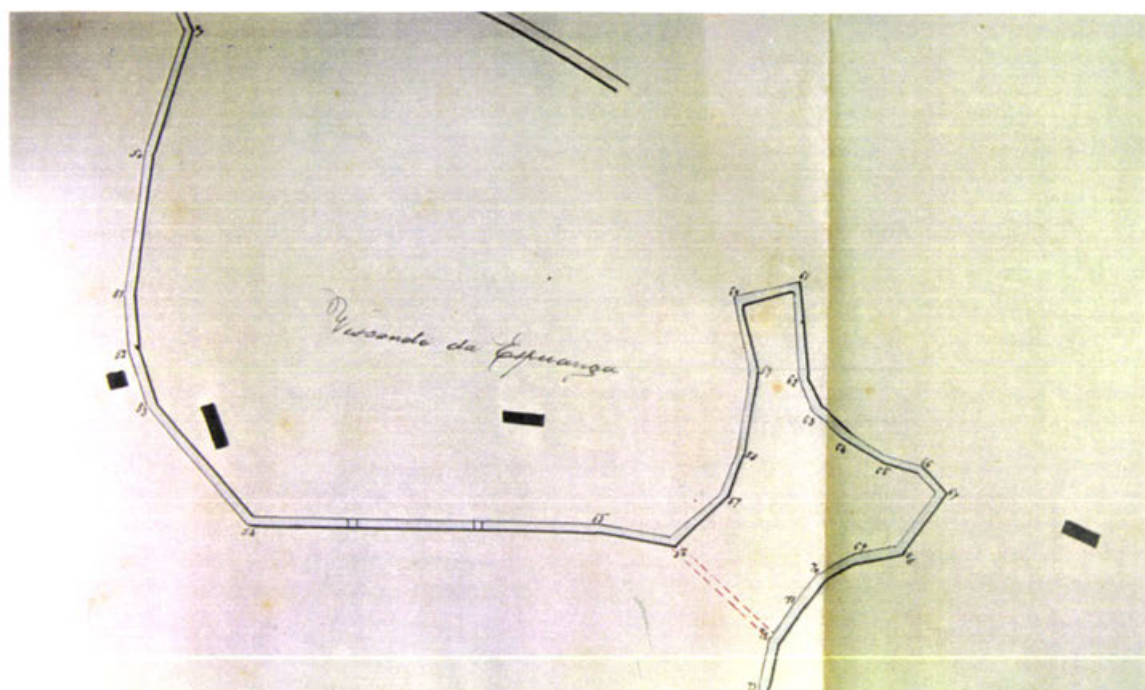


Fig. 280 - Correção ao traçado inicial do Aqueduto.

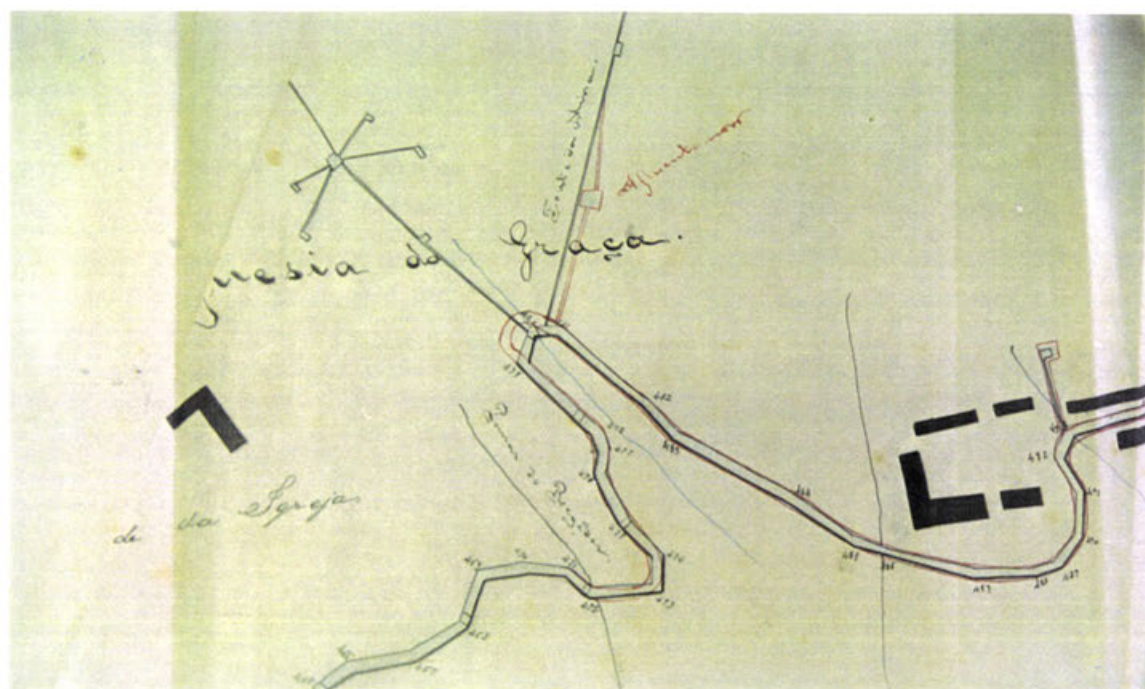


Fig. 281 - Correção ao traçado inicial do Aqueduto.

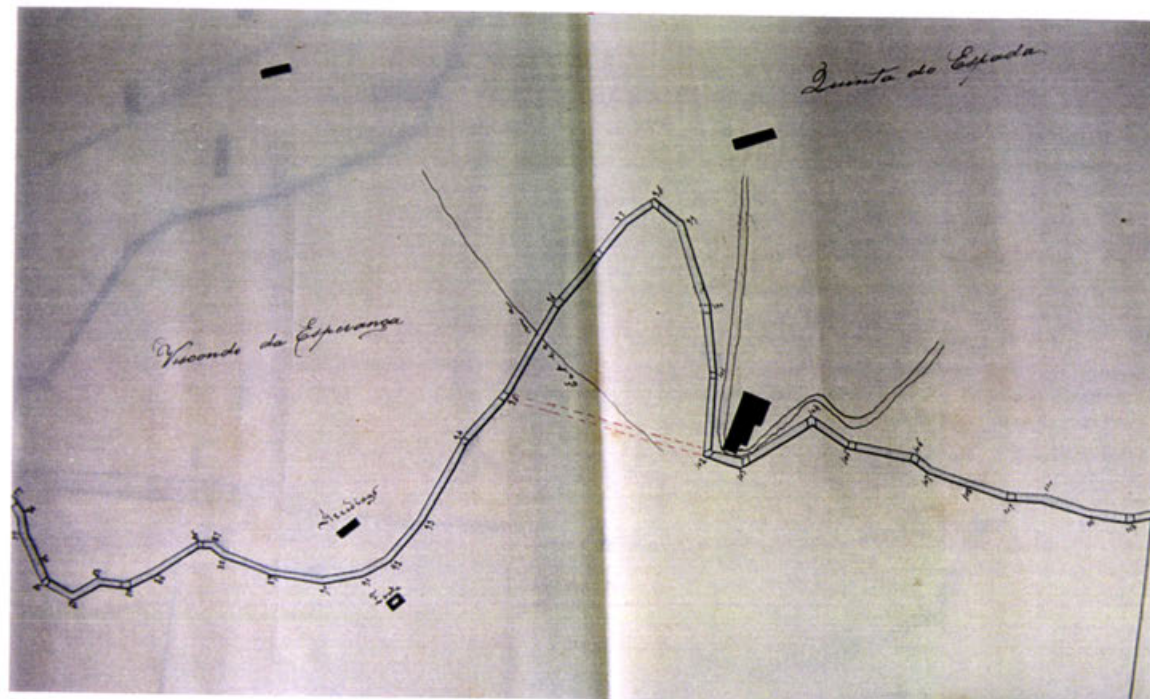


Fig. 282 - Correção ao traçado inicial, do Aque duto.

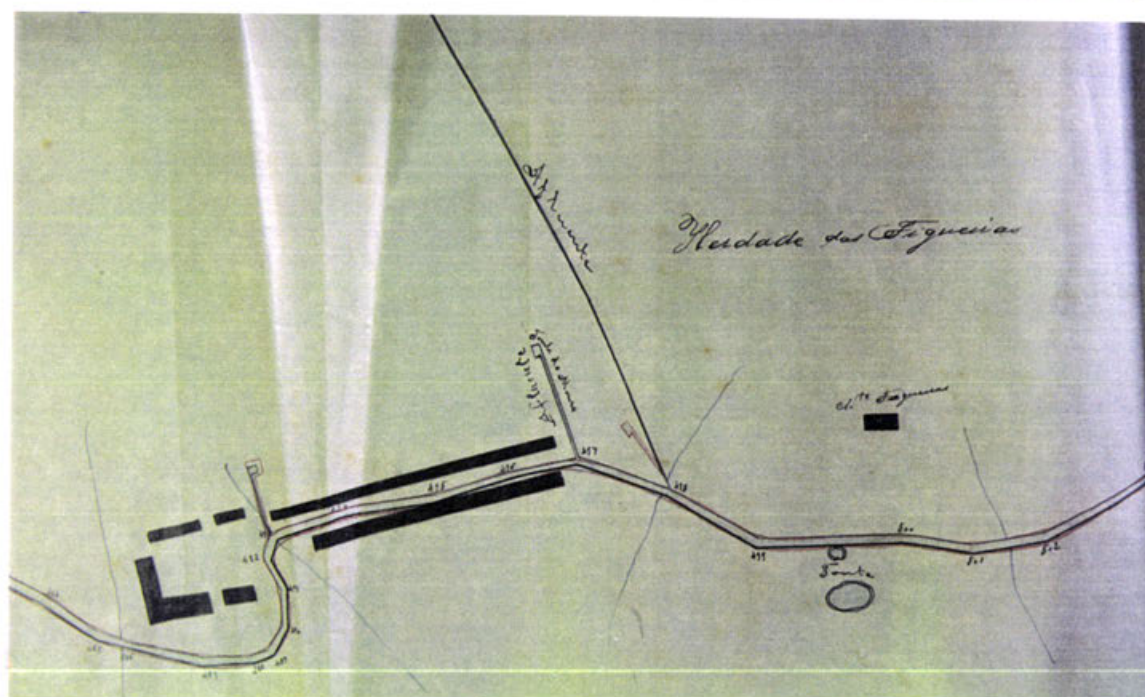


Fig. 283 - Reconstrução integral de um troço do Aque duto.



Fig. 284 - Caixa de água segundo o novo tipo adoptado.

2 - BASES PARA UMA PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO

2.1 - Quadro legal

Após quase um século sobre a construção deste aqueduto deveu-se ao rei D. Filipe III da Espanha, no ano de 1606, a compilação e alargamento de um conjunto de legislação que teve por objectivo fundamental a protecção e conservação dessa obra pública seiscentista. Tal legislação, extremamente precisa, desempenhou um papel decisivo no grau de preservação e longevidade atingida por esta importante infraestrutura hídrica.

Legislativamente, o texto mais antigo, que se conhece no âmbito da protecção do património edificado antigo, foi escrito já no século XVIII, devendo-se ao rei D. João V a sua elaboração. Por alvará, este monarca, determinava que:

daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja desfaça ou destrua de todo, nem em parte qualquer edificio, que mostre [antiguidade] ainda que em parte arruinado ⁽¹⁴⁸⁾.

As questões da salvaguarda do património edificado, que durante tantos séculos não mereceram mais legislação específica, foram só retomadas no ano de 1880 (portaria de 10 de Dezembro) data do inicio efectivo para a criação de classificação própria para imóveis que deveriam ser considerados monumentos nacionais, definidos mais tarde no ano de 1901 (decreto de 30 de Dezembro), e com a publicação da primeira listagem de classificações, em 1907 (decreto de 10 de Janeiro) ⁽¹⁴⁹⁾.

O aqueduto da Água da Prata mereceu classificação como monumento nacional, por decreto de 23 de Junho de 1910. Em datas posteriores esta protecção legislativa, foi reforçada com classificações parcelares, incidindo pontualmente sobre alguns dos seus troços mais significativos.

Devido à especificidade de algumas das suas partes, foram ainda criadas zonas especiais de protecção que iam garantir um enquadramento adequado nas áreas envolventes. Assim, entre 1910 e 1995, o cano da Água da Prata e seus antigos denatários foram objecto da seguinte legislação:

⁽¹⁴⁸⁾ Documento dado a conhecer pelo Arq.º José Cornélio da Silva.

⁽¹⁴⁹⁾ Jorge, Virgolino Ferreira - "Conservação do património e política cultural portuguesa", *Anais da Universidade de Évora* (3), Évora, 1993, p. 28.

Aqueduto Da Prata - Encontra-se classificado como monumento nacional, o que engloba necessariamente a sua arcaria, entubamentos primitivos situados no subsolo, antigos ramais domiciliários, quer aéreos quer subterrâneos, nascentes seiscentistas, arcas de água e todos os pontos da rede de distribuição abastecidos anteriormente pela água do cano real. De salientar as fontes, chafarizes e tanques primitivos, por ele abastecidos, que situados em propriedades particulares ou áreas de domínio público, obviamente, fazem parte integrante do aqueduto.

São todas estas parcelas que constituem o aqueduto e que, indubitavelmente, se encontram protegidas por classificação oficial, não podendo serem alteradas, quer a nível formal, quer de localização. Igualmente carecem dos cuidados necessários para o seu bom estado de conservação de modo a poder ser perpetuado este legado histórico e artístico seiscentista.

legislação: Diário do Governo, nº 136, de 23 de Junho de 1910.

Donzelas (2) - Encontram-se classificadas, como de interesse público, as janelas manuelinas situadas no antigo Palácio dos Sepúlvedas, edifício onde o Recolhimento das Donzelas se instalou, em inícios do século XVII.

localização: Rua Cândido dos Reis, nº 78, Évora.

legislação: Diário do Governo nº 8252, de 10 de Julho de 1922.

Calvário (3) - Encontra-se classificado, como monumento nacional, o convento de Santa Helena do Monte Calvário, existindo simultaneamente uma zona especial de protecção, na qual está incluída uma área totalmete vedada a novas construções, (fig. 285).

localização: Rua Cândido dos Reis, nº 78, Évora.

legislação: Diário do Governo, nº 8217, de 29 de junho 1922; Diário da República, 2ª Série, nº 62, de 15 de Março 1954.

Sª Clara (9) - Encontra-se classificado, como monumento nacional, o conjunto do Convento de Santa Clara.

localização: Rua de Serpa Pinto, Évora.

legislação: Diário do Governo, nº 8217, de 29 de Junho 1922.

Salvador (14) - Encontra-se classificado, como monumento nacional, a Torre Sineira do antigo Convento do Salvador, existindo simultaneamente uma zona especial de protecção (fig. 286).

localização: Praça do Sertório, Évora.

legislação: Diário do Governo, nº 8252, de 10 Julho 1922; Diário da República, 2ª Série, nº 815, de 11 Agosto 1951.

Caixa à Porta Nova(15) - Encontra-se classificado, como imóvel de interesse público, esta antiga caixa de água do cano seiscentista.

localização: Cruzamento da Rua Nova com a Travessa do Sertório, Évora.

Fonte da Praça (16) - Encontra-se classificado, como monumento nacional, esta antiga fonte do cano seiscentista, existindo simultaneamente uma zona especial de protecção (fig. 287).

localização: Praça do Geraldo, Évora

legislação: Diário do governo, de 16 de Junho de 1910; diário da República, 2ª Série, nº 101, de 2 de Maio 1950.

São Francisco (23) - Encontra-se classificado, como monumento nacional, a igreja do antigo Convento de S. Francisco.

localização: Praça 1º de Maio, Évora.

legislação: Diário do Governo, 16 de Junho 1910.

Graça (24) - Encontra-se classificada a frontaria da igreja do antigo Convento da Graça, existindo simultaneamente uma zona especial de protecção definida (fig. 288).

localização: Largo da Graça, Évora.

legislação: Diário do Governo, de 16 de Junho 1910; Diário da República, 2ª Série, nº 249 de 21 Outubro 1952.

Mercês (25) - Encontra-se classificada, como monumento nacional, a igreja do antigo Convento de Nossa Senhora das Mercês.

localização: Rua do Raimundo, Évora.

legislação: Diário da República, 2ª Série, nº 1, de 3 de Janeiro 1986.

Fonte do Rocio (27) - Encontra-se classificada, como monumento nacional a ermida de São Brás situada no Rossio, assim como existe uma vasta área envolvente, totalmente vedada a novas construções, e na qual se situa a fonte supracitada, que pertencia ao cano seiscentista (fig. 289).

localização: Rossio de São Brás, Évora.

legislação: Diário do Governo, de 16 Junho 1910; Diário da República, 2ª Série, nº 248, 4 de Outubro 1952.

Loios (32) - Encontram-se classificados, como monumento nacional, o antigo Convento dos Loios, assim como a sua igreja.

localização: Largo do Conde de Vila Flor, Évora.

legislação: Diário do Governo, nº 8217, de 29 de Junho de 1922 e de 16 de Junho 1910.

Casa Pia (34) - Encontram-se classificados, como monumento nacional, o antigo Colégio do Espírito Santo, bem como o seu portal Renascentista.

localização: Largo do Colégio, Évora.

legislação: Diário do Governo, nº 8292, de 10 Julho 1922.

Fonte da Porta de Moura (39) - Encontra-se classificada, como monumento nacional, esta antiga fonte da cano seiscentista, existindo também uma zona especial de protecção (fig. 290).

localização: Largo das Portas de Moura, Évora.

legislação: Diário do Governo nº 8218, de 26 Junho de 1922; Diário da república, 2ª Série, nº 10, de 13 de Janeiro 1954.

Fonte de S. Bento (A) - Encontra-se classificado, como monumento nacional, o antigo convento de São Bento de Castris, existindo aprovada uma zona especial de protecção na qual está incluída uma área totalmente vedada, a novas construções (fig. 291).

localização: Monte de São Bento e com acesso pela Estrada de Arraiolos, Évora.

legislação: Diário do Governo, nº 8218, de 29 de junho 1922; Diário da República, 2ª Série, nº 210, de 6 de setembro 1962.

Cartuxa (B) - Encontra-se classificado, como monumento nacional, a igreja do Mosteiro dos Cartuxos de Évora.

localização: Acesso pela Estrada de Arraiolos, Évora.

legislação: Diário do Governo, de 16 Junho 1910.

S^o António (D) - Encontra-se classificado, como imóvel de interesse público, o antigo forte de Santo António, construído no mesmo local onde existiu um convento com o mesmo topónimo.

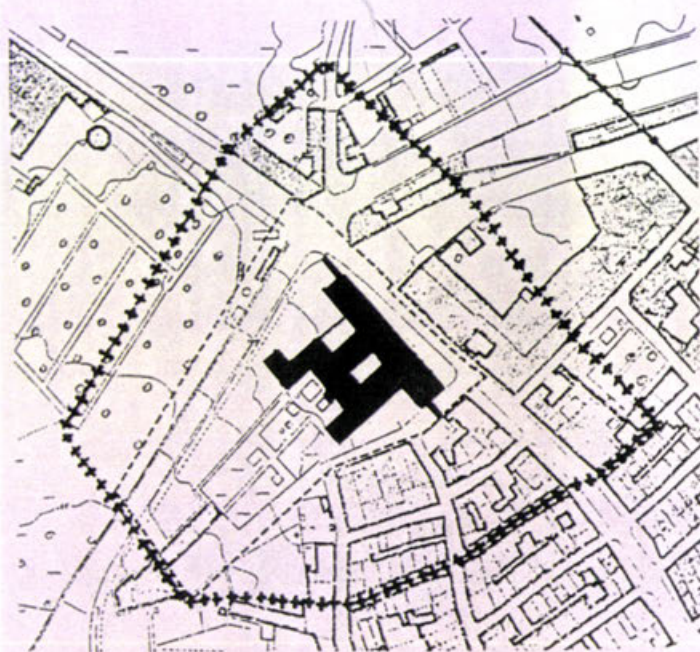
localização: Acesso pela Estrada de Arraiolos, Évora.

legislação: Diário da República, 2ª Série, nº 41191, de 18 de Julho 1957.

O facto de estar legislativamente protegido, não garante, por si só uma eficaz conservação ao monumento. Na verdade tem-se verificado que as obras regulares de manutenção, essenciais à sua preservação, são efectuadas cada vez mais espaçadamente e limitadas às estritamente necessárias para a coesão da estrutura portante seiscentista. Igualmente algumas das áreas envolventes ao monumento, não têm sido devidamente salvaguardadas de novas construções com acentuada volumetria, as quais vão inevitavelmente alterar a leitura do conjunto. Com o decorrer do século XX, a defesa e valorização do património cultural edificado tem sido posta cada vez mais em destaque. Contudo, ela baseia-se, essencialmente em legislação existente, a qual geralmente é dispersa e ambígua, podendo pôr em causa a integridade dos conjuntos. Tal é o caso do aqueduto agora estudado.

Zona Especial de Protecção
Convento do Monte Calvário - Évora

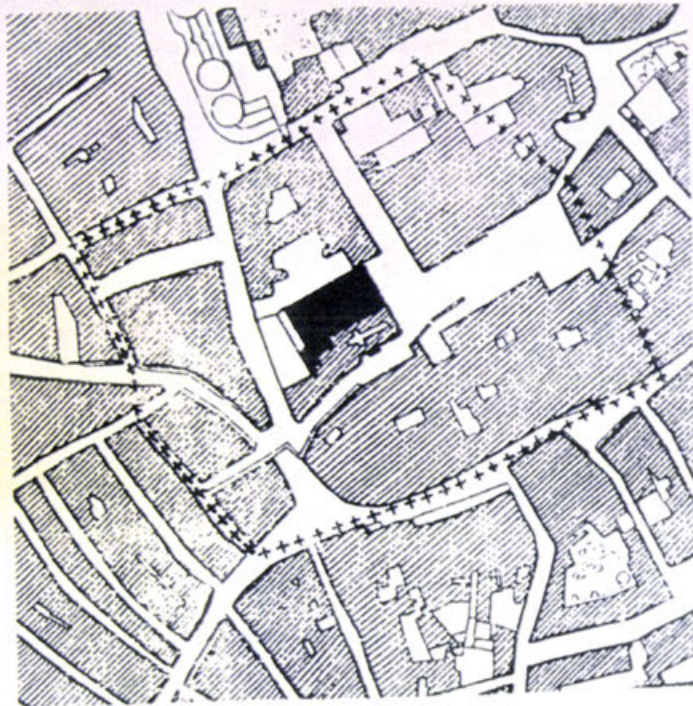
Fig.285 - Calvário.



Limite da Zona de Protecção + + + + + + + +
Área Vedada à Construção - - - - - - - -

Zona Especial de Protecção
Torre do Salvador - Évora

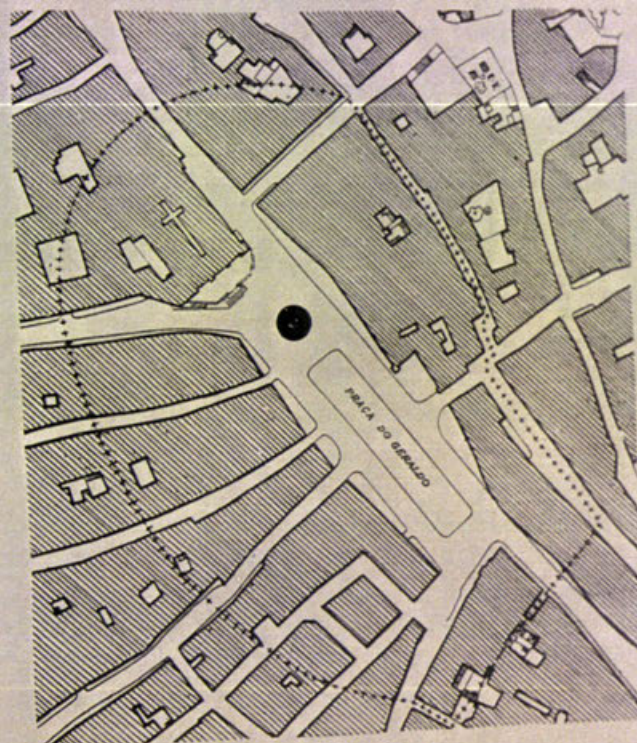
Fig. 286 - Salvador.



Limite da Zona de Protecção - - - - -

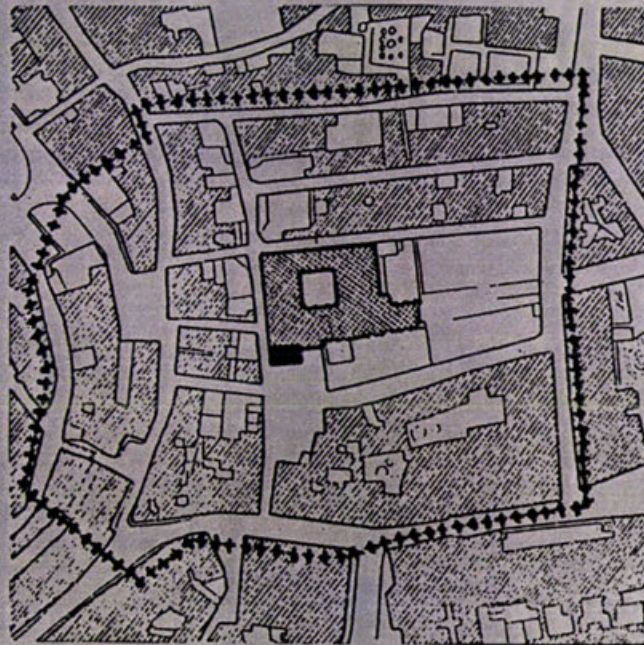
Zona Especial de Protecção
Chafariz da Praça do Giraldo - Évora

Fig. 287 - Praça do Giraldo
- fonte.



Limite da Zona de Protecção - - - - -

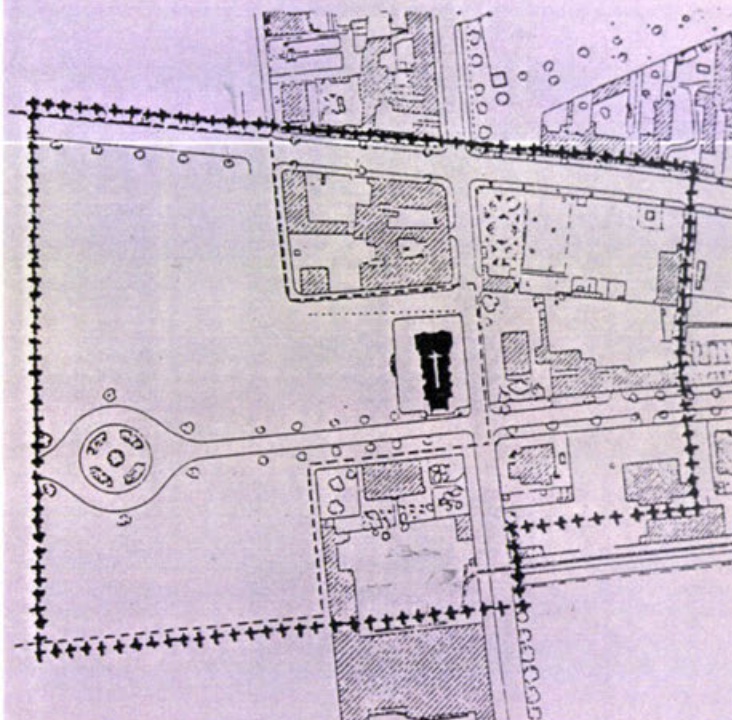
Zona Especial de Protecção
Igreja da Graça - Évora



Limite da Zona de Protecção + + + + + + + +

Fig. 288 - Graça

Zona Especial de Protecção
Ermida de São Brás - Évora



Limite da Zona de Protecção + + + + + + + +

Área Vedada à Construção - - - - -

Fig. 289 - Rossio de São Brás

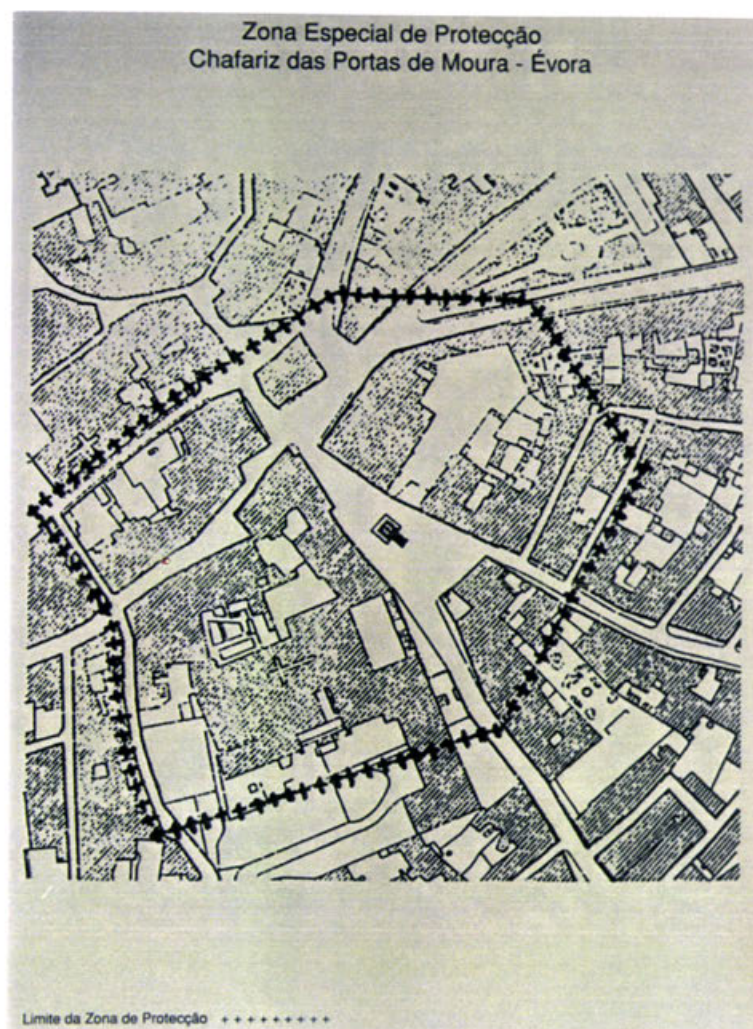


Fig. 290 - Porta de Moura.



Fig. 291 - São Bento de Castris.

2.2 - Medidas gerais de intervenção.

Para recuperar e valorizar o conjunto, formado pelo aqueduto e áreas envolventes, preconiza-se a criação de um centro directamente ligado à população de Évora e o qual tivesse como objectivo fundamental a manutenção, valorização e divulgação deste monumento.

A sua localização seria, nas contruções de apoio aos depósitos de água situados na Rua do Menino Jesus. Esta área, actualmente ocupada pelo Serviços de Higiene da C.M.E., apresenta um interior de notável valor estético, possuindo ainda uma bem cuidada área ajardinada, fronteira ao edifício. A acção deste centro, desenvolver-se-ia em diversas vertentes, nomeadamente:

- Garantindo a sua conservação através da obtenção do respeito e dedicação de população, essencialmente a nível de infância e juventude. Tal conservação concretizar-se-ia em acções periódicas de inspecção, assim como trabalhos contantes de limpeza e manutenção.

- Contribuindo para um melhor conhecimento do seu passado histórico através de trabalho de investigação efectuados em ligação directa com organismos de ensino e investigação quer nacionais, quer internacionais.

- Publicando textos inéditos, ou reeditando obras que directamente ou indirectamente tenham a ver com o aqueduto.

- Recolhendo o diversificado espólio, ainda existente, sobre o antigo cano e o qual se encontra disperso por vários organismos oficiais.

- Disponibilizando as infraestruturas necessárias á apresentação, quer por alunos quer por professores, dos trabalhos por eles desenvolvidos nos diversos organismos de ensino e que versem, directa ou indirectamente, o vasto tema do abastecimento hidrico. A chamada de atenção, para uma correcta gestão desse bem colectivo, seria tarefa essencial.

- Realizando debates públicos com especilaistas, quer no campo da engenharia hidraulica antiga, quer no da recuperação do património, quer ainda no do aproveitamento de recursos aquíferos.

- Realizando exposições temporárias versando qualquer dos temas referidos.

- Desenvolvendo um intercâmbio com outras entidades, quer nacionais quer internacionais, e que realizem acções de âmbito idêntico.

- Organizando visitas periódicas, aos locais antigamente servidos pela água cano da Prata.

- Elaborando programas de divulgação turística que contemplem a organização de percursos temáticos pedonais ao longo de todo o aqueduto.
- Propondo a criação de uma zona especial de protecção, na qual não seriam permitidas novas construções ou a alteração do meio natural existente; salvaguardar-se-ia assim o enquadramento paisagístico que influísse na percepção do monumento.
- Impedindo, através do alerta da opinião pública, qualquer intervenção arquitectónica abusiva, que pudesse vir a por em perigo a unidade do conjunto.
- Propondo o condicionamento do estacionamento e circulação automóvel, em áreas imediatamente anexas à arcaria do aqueduto e suas fontes.
- Tomando as iniciativas adequadas para a remoção de toda a presença abusiva de postes, fios telefónicos ou eléctricos, placas de sinalização, etc.
- Propondo que o monumento seja valorizado, com a instalação de uma iluminação adequada ao conjunto englobando-se aqui naturalmente, quer a arcaria, quer as diversas fontes abastecidas antigamente por água do cano real.
- Recuperando e pondo a funcionar todas estas fontes ainda existentes, e que anteriormente eram abastecidas com água do cano real.
- Reinstalando, e pondo novamente em funcionamento no Largo dos Castelos, a antiga fonte que aí se situava e que actualmente se encontra no largo principal da vila do Redondo ⁽¹⁵⁰⁾. Simultaneamente reestruturar-se-ia o espaço do largo, dando-lhe as condições necessárias a poder funcionar simultaneamente como área de estar sombreada ⁽¹⁵¹⁾ e espaço para exercícios ou espectáculos com carácter militar a realizar pelo Quartel de Cavalaria nº 5, que se situa a sul do referido largo.

⁽¹⁵⁰⁾ Embora só dois traços da fonte aí estejam instalados e se desconheça o paradeiro da taça central.

⁽¹⁵¹⁾ A sua localização, no percurso pedonal entre a estação de transportes públicos de autocarros e o hospital da cidade permitir-lhe-ia funcionar como agradável área de espera, na qual os elementos água e sombra estarão presentes. Os horários rígidos das visitas aos doentes hospitalizados seriam assim aguardados, pela população, vinda do exterior da cidade, nessa área aprazível, muito próxima da actual portaria do hospital.

2.3 - Medidas específicas

2.3.1 - Recuperação do conjunto

As medidas essenciais a desencadear, e tendentes a uma eficaz acção no trabalho de restauro e conservação do conjunto, seriam basicamente a recuperação por especialistas do aqueduto, assim como dos elementos com interesse paisagístico ou arquitectural, ao longo do seu percurso, nomeadamente:

- Consolidação e valorização de uma fonte que, segundo a tradição, terá sido mandada erigida por André de Resende. Situando-se num local onde coexistem paralelamente o actual aqueduto e o seiscentista encontra-se em estado de degradação causado, essencialmente, pelas raízes de um enorme sobreiro que põe em causa a sua unidade estrutural.
- Consolidação e valorização das ruínas arqueológicas, nos troços abandonados do aqueduto seiscentista, e execução de escavações tendentes a apurar se efectivamente o cano real foi construído sobre as ruínas de um antigo aqueduto romano ⁽¹⁵²⁾.
- Consolidação e valorização de um poço, tanque, zona de estar com respectivo conjunto arbóreo, existente na Quinta da Cancelinha, e perto das ruínas arqueológicas do aqueduto seiscentista (fig. 292).
- Recuperação meticulosa de todos os elementos decorativos e rebocos, nas arcas de água, visto constituírem o testemunho de estilos e épocas diferenciadas na arquitectura dos séculos XVI e XVII (figs. 293 a 296).
- Consolidação dos troços do aqueduto que disso careçam recorrendo-se para tal, sempre em primeiro lugar, às técnicas e materiais tradicionais (figs. 297 e 298). Revelando-se estas inadequadas recorrer-se-ia a soluções alternativas sempre contudo comprovadas cientificamente e garantidas pela experiência (fig. 299).
- Limpeza periódica de toda a arcaria assim como das arcas de água, de tudo o que lhe possa vir a ser prejudicial para a sua unidade estrutural (figs. 300 a 302).
- Caição periódica de todos os elementos rebocados, depois de efectuada a devida pesquisa cromática (fig. 303).
- Desmatação periódica da área envolvente ao aqueduto e obrigatoriedade de existirem passagens pedonais nas diversas vedações, actualmente situadas ao longo do aqueduto (fig. 304).

⁽¹⁵²⁾ RESENDE, André de - *De antiquitatibus Lusitaniae*, Liber Quintus, Évora, 1594, p. 14, [B.P.E. / Res. 237].



Fig. 292 - Quinta da Cance
linha - conjunto a recupe
rar.



Fig. 293 - Caixa de água,
junto à estrada para Arraio
los.



Fig. 294 - Convento da
Cartuxa - caixa de água.

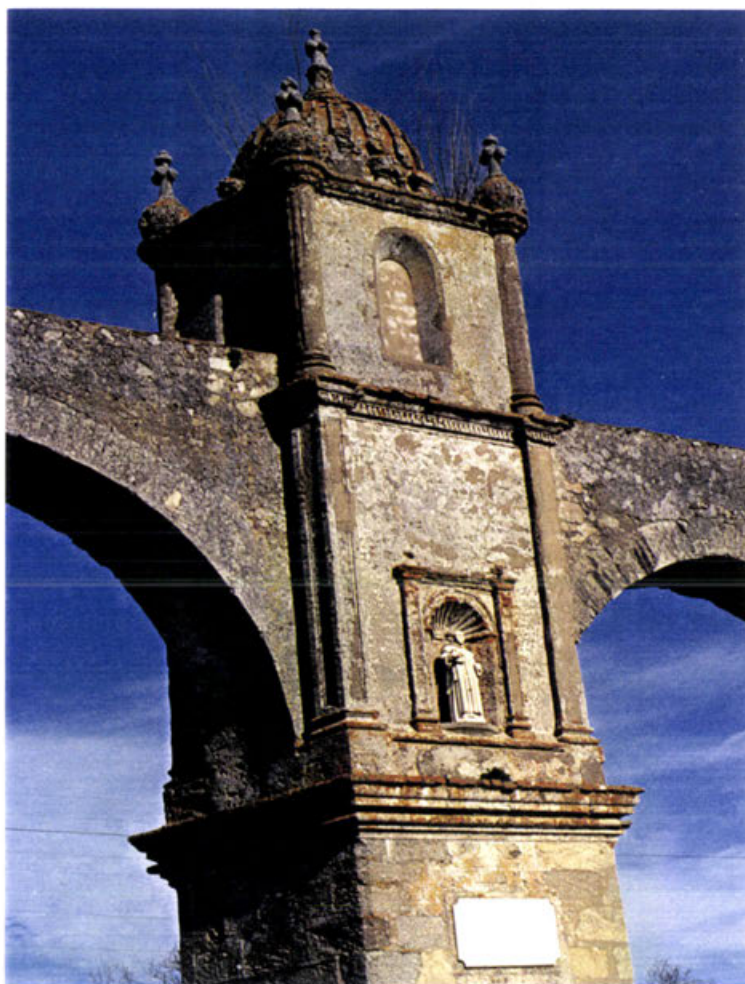


Fig. 295 - Caixa de água na estrada para Arraiolos.



Fig. 296 - Caixa de água junto à estrada para Arraiolos.



Fig. 297 - Troço de Aque-
duto, apresentando fissuras
no intradorso do arco.



Fig. 298 - Arcaria deficiente-
mente consolidada.



Fig. 299 - Deficiente cobertura do canal condutor, com lages em betão.



Fig. 300 - Caixa de água situada á Rua Nova.



Fig. 301 - Caixa de água situada na estrada para Arraiolos.



Fig. 302 - Arcaria do Aque duto situada na Rua do Cano.



Fig. 303 - Convento da Cartuxa - Caixa de água.



Fig. 304 - Troço de arcaria, com arvoredo.

2.3.2 - Valorização patrimonial

Como medidas essenciais de valorização preconiza-se a criação de dois núcleos, interligados, que teriam como papel fundamental dinamizar acções de divulgação deste património.

Todas as verbas obtidas, através dos núcleos, seriam utilizadas unicamente na manutenção, valorização e divulgação do monumento seiscentista, revertendo num fundo monetário para tal constituído.

2.3.2.1 - Núcleo museológico e documental

O referido núcleo, na sua vertente museológica, reuniria as condições indispensáveis a uma eficaz conservação e valorização de todas as peças recolhidas e abrangeria o seguinte:

- Restauro, por especialistas, do espólio reunido e que não se encontrasse em bom estado de conservação.
- Tratamento informático e fotográfico e todo o material disponível.
- Tratamento fotográfico e gráfico das peças fulcraes, ainda localizadas ao longo do aqueduto, que pudessem contribuir para uma melhor compreensão das técnicas hidráulicas então utilizadas.
- Recolha de alguns fragmentos do antigo aqueduto e que ilustrassem quer os materiais, quer as técnicas de construção utilizadas.

O núcleo na vertente de documentação/divulgação seria moderno e bem equipado garantindo uma fácil e cómoda consulta de todo o material. Paralelamente promoveria a organização de exposições, palestras, visitas guiadas e projecções de filmes documentais. Disporia ainda de um ponto de atendimento ao público onde se disponibilizaria material diverso, relacionado com o cano real. Seriam exemplos disso, diapositivos, postais ilustrados, reproduções diversas do espólio existente no núcleo museológico, brochuras, folhetos, livros especializados em hidráulica antiga, quer nacionais quer estrangeiras, e finalmente videos de divulgação. Seguem-se listagens diversas, por ordem de antiguidade, e que directa ou indirectamente se relacionam com o antigo cano real, propondo-se que passem, tais objectos, a integrar o núcleo de museologia.

Livros:

1553

- Resende, André - *História da /Antiguidade / da cidade Évora / Fecta per Meestre / André de Resende*, MDLIII, Outubro 26, 1ª Edição.
Dimensões: 9,8 x 13,6x18 cm, livro impresso em latim com encadernação datada de 1867 em pele, com gravação a ouro sobre fundo verde e preto (153), [C.M.E., nº 357, res. 6058] (154).

1594

- Resende, André - *de Antiquitatibus Lusitaniae*, Evora: 1594.
Livro impresso em latim, [B.P.E.].

1606

- *Regimento do Aqueduto da Água de Prata*, 1606.
Dimensões: 28,5 x 38 cm (155), (figs. 305 e 306), [C.M.E.].

1728

- Fonseca, P. Francisco da - *Evora Glorioza, dos quatro tomos da Evora, ilustrada, que compoz o R.P.M. Manoel da Companhia de Jesus, escrita acrescentada e ampliada pello P. Francisco da Foneca*, Roma, 1728.
Dimensões: 21 x 30 cm, livro impresso, com encadernação em pele faltando-lhe as primeiras e últimas folhas (156), [N.D/C.M.E.].

1748

- Oliveira, Valério Martins de - *Mestre pedreiro da mesma cidade, advertências aos Modemos, que aprendem os officios de Pedreiros e carpinteiros, oferecidas ao Senhor S. Joseph patrono do mesmo officio*, Lisboa, 1748, [B.P.E.]

(153) Existe na B.P.E.. um exemplar da terceira edição deste mesmo livro, datada de 1783, cuja cota é N. Res. 3111 e dimensões 10 x 15 x 0,8 cm.

(154) Á guarda na B.P.E.

(155) Manuscrito com encadernação em marroquim vermelho, gravações a ouro e duas fechaduras lateraes em metal escuro e desenho antigo. Possui oitenta folhas numeradas mas só sessenta e nove manuscritas. A composição inicial termina na folha quarenta e quatro verso, ao fundo da qual se vê a assinatura do Rei Filipe III de Espanha apresentando-se as restantes folhas escritas com as diversas doações de água que se lhe seguiram até à última data de 1919.

(156) Possui até à folha 442 inclusivé.

- Farinha, Bento José de Sousa - *Colleçam das antiguidades de Evora - escriptas por André de Resende, Diogo de Vasconcellos, Gaspar Estaços, Fr. Bernardo de Brito e Manoel Severim de Faria, feita por B. J. de S. F. , Lisboa, 1785.*

Dimensões: 10 x 15 cm, livro impresso com encadernação em pele e gravação a ouro na lombada, [N.D./C.M.E.].

Documentos:

1535, Junho 12

- Documento passado em Lisboa pela Chancelaria, assinado pelo rei, e no qual consta uma lista nominal do tributo expontaneo pago pela nobreza em dinheiro e qual atingiu a verba de 691.640 reis.

- Chancelaria de D. João III, [A.N.T.T.].

1537, Abril 16

- Documento pergamináceo que relata as expropriações efectuadas nas Ruas do Sertório e Nova de S. Tiago efectuadas para veabilizar o traçado então proposto para a arcaria do carro real.

[A.D.E.]

1542

- Documento que nomeia Francisco de Arruda visitador do cano da água de prata de Évora, tendo este a função de zelar para que este estivesse corrigido e reparado e não sofresse danificação. O seu ordenado seria de 10\$00 reaes pagos às custas da renda da cidade.

- Chancelaria de D. João III, liv. 38, fol. 139, [A.N.T.T.].

1570, Agosto 8

- Documento passado em Sintra, e no qual se nomeia Affonso Alvares mestre das obras do cano da Água da Prata da cidade de Évora.

- "D. Sebastião e D. Henrique", Doações, livro. 27, fol. 85, [A.N.T.T.].

1570, Agosto 21

- Documento pergamináceo, no qual se relata que Affonso Alvares virá a Évora para mandar desfazer o arco que atravessa a Rua Ancha e o Chafariz e pórtico onde agora corre água da prata e ordenar o assento da nova fonte.

- Livro dos originais da Câmara, vol. I, p. 258, [A.D.E.].

1572, Setembro 15

- Documento manuscrito em Lisboa e no qual se dá permissão para que as obras referentes á contrução do ramal domiciliário para o antigo hospital pudessem ser custeadas com cem mil reis que correspondiam a sobejas das rendas do hospital de S. Lazaro.
- *Livro dos privilégios*, fol.273, [A.D.E.].

1577/1579

- Documento manuscrito em pergaminho com 20 cm de largura por 28cm de altura. Relata o pagamento de 250\$00 reis a mestre Mateus Neto, arquitecto do Cano da Prata, pela obra que fez de adaptação de certa parte do Castelo para o Depósito de Pão do Concelho.
- *Arquivo da Real depósito do Celeiro Comum*, 5, referente aos anos de 1577 a 1579, fol. 8v., [A.D.E.].

1581, Novembro 7

- Documento passado em Lisboa e que nomeia o filho de Jerónimo de Moura como provedor das obras da *fábrica dos canos da ágoa da prata* da cidade de Évora.
- *Chancelaria de D. Filipe I*, liv. 2, fol. 88, [A.N.T.T.].

1610, Julho 24

- Documento passado em Lisboa e que nomeia Braz Godinho mestre do aqueduto da cidade de Évora.
- *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, livro. 23, fol. 215 v., [A.N.T.T.].

1613, Fevereiro 15

- Documento passado em Lisboa e que nomeia Diogo Gonçalves mestre das obras dos canos da água da prata.
- *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, livro. 32, fol. 59 v., [A.N.T.T.].

1635, Novembro 1

- Carta régia passada em Lisboa, e destinada ao Carregador da cidade de Évora sobre o *Real d'Ágoa*.
- *Impostos* [B.A./51.V. 80/30-31].

1651

- Documento descrevendo a fonte da *Agua da Prata do Roccio de São Bras*.
- *Tombo Municipal de 1651*, [A.D.E.].

1651

- Documento descrevendo, e dando as medições exactas, do *tanque Grãde da goa que esta no Rocío*.

- *Tombo Municipal de 1651*, [A.D.E.].

1630/1838

- Tombos referentes ao aqueduto da Água da Prata - livros de obras de conservação, férias, ordenados, rendas e condenações, etc.

- *Livros de Receitas e Despesas referentes aos anos de 1670-73, 1739-42, 1754, 1756-60, 1765-68, 1768-75, 1778-82, 1805-20, 1807-20, 1809-35, 1820-30 e 1820-38*, [A.D.E.].

1671

- Documento manuscrito em pergaminho com 0,21 m de largura por 0,31 m de altura. Nele consta a lista dos contribuintes da cidade para a reedificação do Aqueduto Real da Água da Prata, obra a cargo do mestre pedreiro João da Cunha. Esta lista refere os nomes das diversas ruas da cidade, das pessoas que aí moravam e as quantias com que contribuíram para a obra em questão.

- *Colecção dos originais da Câmara*, 79-9º, foll. 263 a 277, [A.D.E.].

1692, Agosto 2

- Sentença da relação de Lisboa sobre o exercício da jurisdição na feira de São João pertencer à Câmara e não ao Provedor dos Canos da Água da Prata.

- *Originais do Cartório da C.M.E*, 3677, livro 6º de Registos, fol. 118, [A.D.E.].

1693, Janeiro 3

- Carta do Cabido, proveniente de Lisboa e dirigida à Câmara, pedindo visto serem acabados os seus anos do Breve para que os *Eclesiasticos pagassem Real d'agoa, se arremate esta renda agora com declaração de que o Eclesiastico não está obrigado a ella no caso que não venha outro Breve*.

- *Originaes do Cartório da C.M.E*, 3686, livro 13º dos originaes, fol. 422, [A.D.E.].

1697, Maio 20

- Provisão feita em Lisboa pelo Conselho da Fazenda e dirigida à Câmara para mandar certidão de arrematação que fez da obra do concerto do cano da Água da cadeia desta cidade em preço de quarenta e oito mil duzentos e cincoenta reis.

- *Originaes do Cartório da C.M.E*, 3793, livro 7º dos originaes, fol. 261, [A.D.E.].

1698, Julho 15

- Alvará real emitido em Lisboa e no qual é nomeado Carlos de Oreia, estrangeiro, Mestre Pedreiro morador em Évora, para *Mestre da Fábrica do Aqueduto dos canos da água da prata*, cargo vago por falecimento de Mestre Francisco Ferreira.

- *Originaes do Cartório da C.M.E.*, 3820, Livro 6º de Registo, fol. 204 v., [A.D.E.].

1699, Abril 10

- Resolução do rei escrita em Lisboa, e dirigida ao Regedor da casa das *suplicações* para que este faça observar pontualmente o capítulo do regimento da Água da Prata que estipula as condenações relativas ao cano real.

- *Originaes do Cartório da C.M.E.*, Livro 6º de Registo, fol. 211 v., [A.D.E.].

1711, Junho 3

- Carta regia manuscrita em Lisboa e na qual é ordenada a execução de um concerto na fonte da Praça o qual rondaria os cento e vinte mil reis. Era à altura Provedor do cano real Francisco Cordovil de Briso.

- [N.D./C.M.E.].

1761/1816

- Livros de Assentos da Praça do Peixe e onde constam o imposto do Real de Água. Tem as dimensões de 21 cm de largura por 30 cm de altura.

- *Livros de receitas e despesas*, 456 a 469 e referentes aos anos 1761, 1768 a 1772 a 1779, 1785 e 1816, [A.D.E.].

1771/1856

- Livros de registos dos vinhos e onde constam o imposto do Real de Água. Tem as dimensões de 21 cm de largura por 30 cm de altura.

- *Livros de receitas e despesas*, 470 a 480 e referentes aos anos 1771 a 1772, 1775, 1778, 1816 a 1818, 1836, 1838, 1841 e 1844 a 1856, [A.D.E.].

1862, Novembro 17

- Documento de escritura de contrato celebrado em Évora entre C.M.E. e Diniz Perdigão no qual este se compromete introduzir a água de uma nascente no cano real mediante concessão de uma determinada quantidade de água.

- *Livro das actas da C.M.E.*, [A.D.E.].

1873

- Manuscritos diversos, integrados em volumes encadernados e onde se encontram anotados os subsídios concedidos pela Câmara para a obra de reconstrução do aqueduto. Principia a 19 de Novembro de 1873.

- *Colecção dos Originaes da Câmara, 851-86", fol. 51, [A.D.E.].*

1871/1880

- Documentos diversos, manuscritos em Lisboa, os quais relatam uma demanda sobre o direito à posse de metade da quantidade de água, fornecida por nascente ligada ao aqueduto. Referem-se a um período compreendido entre 30 de Junho de 1871 e 27 de Fevereiro de 1880, [C.C.].

1908

- Livro de correspondência recebido pela C.M.E. e referente às grandes reparações efectuadas no aqueduto, fols. 236 a 246, [A.M.E.].

Documentos representando o cano real:

1692

Documento fotográfico reproduzindo chapa metálica com 0,20 m de largura por 0,24 m de altura e onde existiam gravadas as diferentes concessões de água efectuadas até à data de 1692, a representação das fontes da Porta de Moura, Praça Grande e Porta Nova, os brasões de armas da cidade de Évora, de Portugal e a esfera armilar para além do seguinte texto (fig. 308):

ESTA ESTAMPA DA MEDIDA DA GOA QUE TEM POR SUAS PROVI-
ZÕES OS DONATARIOS DO AQUEDUCTO HONROSO DESTA CIDADE D'EVO-
RA, SE FES NO ANNO DE 1692 SENDO PROVEDOR DIOGO D'BRITO E LA-
CERDA FIDALGO DA CASA D SU MAG.DE CAVL.^{RO} DO HABITODX^{TO} A/
REQVERIMENTO DO SINDICO DA DITA AGOA DA PRATA O DOVTOR EM/
ARTES ADVOGADO PEDRO D AZEVEDO MALDONADO PARA PERPETVID.E/
E CERTEZA NAS VESTORIAS E CORREIÇÕES QVE SE FIZEREM ETC./

HVMA PENNA, QVE HE OITAVA DE ANEL. LANÇA EM VINTE E QVA-/
TRO HORAS ESTANDO A CAXA CHEA MIL QVATRO CENTAS E QVARENTA/
CANADAS; FESSE ESTA EXPERIENCIA PARA SE SATISFAZER A AMBI-/
ÇÃO DOS DONATARIOS QVE SEMPRE PEDEM MAIS AGOA, NÃO PARA O
SVSTENTO, COM DAMNO DO POVO, QUE PARA ELLE SO VZA DELLA. ETC. (157).

(157) A peça original desapareceu do Museu de Évora depois do ano de 1940.

1862

Pintura a óleo, sobre chapa em ferro, com 34 cm de largura por 24 cm de altura. É da autoria da pintora Dores Castro e foi pintado por observação directa no ano de 1862, representando um troço da arcaria do aqueduto, a caixa de água situada a S. Francisco, ruínas dos Paços Reais e em segundo plano a cidade de Évora (fig. 307).

[M.E., nº de inventário 1278].

1929

Documento filmado sobre aspectos urbanos em Évora, da autoria de Cesar Sá e com a duração aproximada de 90 minutos. Nele aparecem várias vistas gerais assim como detalhes quer da arcaria do aqueduto como de algumas das suas caixas de água (158).

- Filme em três bobines e video [C.M.E.].

século XIX/XX

Diverso espólio, representando troços do antigo cano real, e caixas de água já inexistentes.

[N.D./C.M.E., D.A.S./C.M.E., D.G.M.N. e M.E.].

Plantas :

1661, Outubro 26

Planta de Évora feita em Lisboa por Luiz Serrão Pimentel. Representa o troço sul e poente da muralha, hoje em parte demolida. Integrada em manuscrito sobre folha de papel com 245 mm de largura por 350 mm de altura.

[B.A., 51.VII., fol. 90].

1834

Folha de pergaminho manuscrito com 0,474m de largura por 0,391m de altura e onde constam duas plantas com o traçado do antigo aqueduto em duas épocas distintas (...../1833). A planta está assinada e datada de 1900.

- [C.M.E.].

(158) Vistas gerais da arcariaa partir da parte de Stº António, da Rua do Salvador, do troço junto ao Convento da Cartuxa, caixas de água situadas na estrada de Arraiolos, etc.

____ século XIX

Planta da cidade de Évora, desenhada a tinta da china sobre tela, com 0,86 m de largura por 0,835 m altura. A referida planta é da autoria de M. J. de Mattos tendo sido desenhada por António Manoel Pereira. Encontra-se á escala aproximada de 1/200.

- *Planta da cidade d'Évora levantada a passo e a olho por Manuel joaquin de Matos* [D.O.P / C.M.E.].

____ século XX

Planta geográfica da zona atravessada pelo aqueduto da Água da Prata. Apresenta-se desenhada sobre tela.

- *Colecção dos originais da Câmara* [A.D.E., 851-88. fol. 66].

____ século XX

Planta à escala 1/2.500 representando o percurso do cano seiscentista, e as correcções efectuadas posteriormente ao seu traçado. Apresenta-se desenhada sobre tela. As escalas em que está projectada é 1/2.500 por 1/250.

- [B.P.E., est. 2, arm. II-53].

Peças diversas:

____ século II ⁽¹⁵⁹⁾

Elemento escultórico executado em mármore na cor branca e representando um leão. Esta peça com 132,5 cm de comprimento por 83,0 cm de altura máxima esteve situada no centro do tanque localizado no Rocio de S. Brás, na área conhecida por alameda tendo sido trazida para ali do antigo pósito Romano da Praça do Geraldo. Apresentando as características da escultura funeraria romana terá sido uma reutilização efectuada a partir de um monumento com data anterior e cuja localização se desconhece (160).

A peça apresenta uma perfuração com um diâmetro de 4,5 cm por onde jorrava a água do aqueduto.

- [M.E., nº de inventário 505].

(159) Datação segundo Vasco de Souza in *Corpus Signorum Imperii Romani*, Coimbra, 1990, nº 73 [M.E.].

(160) António Francisco Barata Catálogo do Museu Archeologico da cidade de Évora, Lisboa, 1903, p. 70

Três lápides em mármore, na cor branca, com inscrições em latim rodeadas por cercadura a enquadrar a composição e que estiveram apostas na parede dos paços do concelho, situados no topo sueste da Praça do Geraldo.

Q(uintus) SERTOR(ius) [...] [ob] / HONOREM NOMINIS SVI ET
COHORT(is) FORT(issimorum) / EBORENSVM MVNIC(ium) VET(eranorum)
EMER(itorum) VIRTVTIS ERGO / DON(is)DON(atorum) BELLO CELTIBERICO
DEQVE MANVBIIS/ IN PVBLIC(am) MVNIC(ipii) EIVS VTILITATEM VRB[EM]
/ MOENIVIT EOQVEAQVAM DIVERSEIS INDVCT[VM] / VNVM CONLECTEIS
FONTIB(us) PERDVCENDAM CVRAV(it) (fig. 309).

Quinto Sertorio, em honra do seu nome e da cohorte dos bravos eborenses, por seu valor na guerra celtibérica, cercou e fortificou a cidade, município de soldados veteranos e beneméritos e para utilidade pública fez conduzir à mesma por um aqueduto de muita água, recolhida de diversas nascentes (161).

Dimensões: 177,5 x 99,5 x 1 cm. texto evocativo do quinto sertório, e que segundo alguns autores constituirá uma falsa inscrição da responsabilidade de André de Resende e outros uma cópia de uma lápide original (162),
[N.E. nº de inventário 1851].

IOANNES III. LVSITAN. INDIAE ET IN AFRICA REX / CELEBREM AQVAE ARGENTEA
DVCTVM A Q./SERTORIO AN LXXV ANTE D.CRISTVM NATVM/EXTRVCTUM BARBARIE
ET ANTIQVITATE FUNDI/TVS DEMOLITVM NOVA FORMA LIBERALI IMPEN/SA MAIORI
AQVARVM COPIA ADLECTA XVII MIL/PASS. DVCTV VERVS P.P.IN VRBEM
REDVXIT/ANN. SALVTIS M.D. XXXII.

Dimensões: 177 x 98 x 10 cm, com texto evocativo de D. João III
- [M.E., nº de inventário 1855].

PHILIP. II. AQVAM A.Q. SERTORIO AB AGRIS/OLIM DIVORVM.NVNC ODIVOR
PERDVCTA./ET AIOANNE III RESTITVTAM REGNI ET PIE/TATIS HAERES MVNIFICENTIA
REGIA CONSER/VANDAM CURAVITBENEFICIS BENEFICVS/PONI STATVIT CIPPIS
EBORENS ANTIQVAM/NOBILITATEM ATTESTANTIBVS FORVVM/ILLVSTRAT ANNO DOM
M.D.C.V.

Dimensões: 177,5 x 100 x 10 cm, com texto evocativo de D. Filipe II.
- [M.E., nº de inventário 1850].

(161) Tradução de Vilhena Barbosa, ficha do M.E. referente à lápide em questão.

(162) A pedra original estava tam despedaçada, q senão pode ler toda, nem expôrse; por isso se traladou em outra q está na praça; e nella está picado, ecomo em branco, o lugar em q estava mutilada. Como outras, q estão no mesmo lugar, q apontaremos a seu tempo, servindo todas de ornato ás varandas do Senado, puzeramse ali todasno ano de 1605, reinando D. Filipe 2º"

século XVII/XVIII

Placa em metal amarelo com 0,22m de comprimento por 0,31m de altura e onde constam nela gravados, os nomes dos diferentes donatários do cano real (fig. 310).

- [C.M.E.].

século XVII/XVIII

Colecção de 20 chaves em metal amarelo com uma altura máxima de 8 cm por 4 cm de largura e que reproduzem os diâmetros dos diferentes registos do cano real (fig. 310).

- [C.M.E.].



Fig. 305 - Regimento do Aqueduto da Água da Prata - encadernação.



Fig. 306 - Regimento do Aqueduto da Água da Prata - folha número um.

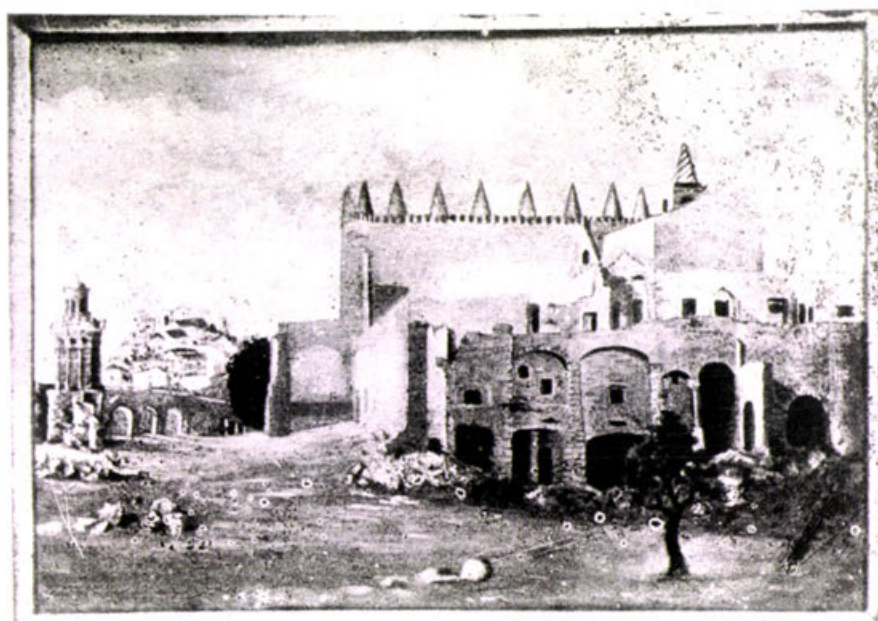


Fig. 307 - Quadro representando a igreja de São Francisco, (fotografia gentilmente cedida por Dr. A.Goulart).

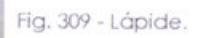
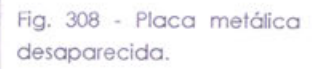


Fig. 310 - Placa metálica com os diversos donatários e respectivas chaves-padrão.

2.3.2.2. - Núcleo de turismo rural

Este núcleo situar-se-ia, aproximadamente, a dois terços do caminho entre o troço final e o início do antigo aqueduto seiscentista, servindo de ponto de apoio, a nível hoteleiro, aos percursos pedonais a organizar. Instalar-se-ia num conjunto edificado, com características rurais, conhecido por Pátio da Oliveira.

Tais construções, com um único piso, desenvolveram-se em redor de um pátio, com configuração de L e orientação este/sul. Para além desta óptima exposição solar, o local privilegiado onde se situa, cume de um outeiro, permite desfrutar uma magnífica vista sobre a planície. Como que a definir uma área de pátio, existe, no seu canto exterior, denso e imponente conjunto arbóreo que, para além de sombrear uma zona do citado pátio, pontua, na paisagem, o conjunto.

Situando-se a poente, relativamente ao antigo Palácio da Oliveira, estas modestas construções, embora desocupadas há já alguns anos, não se encontram deterioradas, conservando ainda os traços nítidos da sua utilização anterior como cavalariças, e habitações do pessoal que servia na casa senhorial.

Parte destas construções poderiam ser aproveitadas para a instalação de um pequeno restaurante, ao qual existissem adossados, dois ou três quartos para alugar. No conjunto, que deveria ser gerido por pessoas a habitar no local, haveriam alguns cavalos e pôneis que permitissem, a quem o quizesse, efectuar passeios ao longo do aqueduto ou simplesmente pela ampla planície envolvente.

Preconizar-se-ia também a formação de uma pequena área de apoio, constituída por instalações sanitárias, balneários e um ponto de água potável, que permitisse o acampamento esporádico a possíveis utentes dos percursos pedonais.

O actual núcleo edificado, devido às suas dimensões e tipologia permitiria integrar todas estas novas áreas funcionais, não se tornando necessário o acrescento de qualquer outro volume.

Nos diversos tipos de percursos, ou passeios preconizados, dever-se-ia integrar, como ponto de assinalável valor histórico, a visita a uma anta situada na herdade da Oliveira, a qual se localiza *500 m ao norte, 35° este do palácio da Oliveira, 70 m a noroeste do caminho do monte da Oliveira ao monte da Oliveirinha, na planície* ⁽¹⁶³⁾..... Deste megalítico resta, hoje, parte da câmara poligonal, com cerca de 2,40 m de diâmetro, a cabeceira e dois esteios adjacentes a cada lado, ainda no local de origem, e com uma altura de dois metros. A sua orientação é este, 20° sul.

Seria de todo o interesse integrá-lo nestes circuitos, simultaneamente, divulgando-o e protegendo-o de possíveis actos de vandalismo. Defender-se-ia, assim, este valioso património de idêntico destino ao que teve, uma outra anta, situada na herdade das Figueiras, junto ao monte de igual topónimo, local onde se situavam as antigas minas de abastecimento ao aqueduto seiscentista, e segundo a tradição, também ao romano ⁽¹⁶⁴⁾. Deste megalítico, que foi destruído por volta do ano de 1910, não restam hoje quaisquer vestígios.

Para além deste marco de interesse histórico, situado muito próximo do local proposto para o núcleo de turismo rural, existem ao longo do aqueduto, entre a Graça do Divor e a cidade, outros pontos de grande interesse histórico, artístico e paisagístico. Entre eles são de salientar os seguintes, de maior relevo:

- Ermida de S. José do Cano, situada aproximadamente a 4 Km noroeste da cidade e na quinta do mesmo nome. Apresenta acesso pela E.N. 370 tendo sido construída, a par do cano real, em finais do século XVIII.

- Ermida de S. Pedro de Valcovo, situada na quinta de igual topónimo. Sabe-se que no ano de 1645 a esta mesma quinta foi concedido, por D. João IV, um anel da Água da Prata, quantidade essa aumentada em 1704, pelo então provedor do cano real João Cordovil de Brito. Tanto o seiscentista, como o actual aqueduto, atravessam esta quinta, passando a escassos metros da capela e casa senhorial.

Na zona ocidental desta propriedade, situa-se um espectacular vale arborizado, atravessando-o a arcada do aqueduto, que assume aqui uma volumetria acentuada. No fundo do citado vale, por onde corre um ribeiro, existe uma antiga ponte que provavelmente terá sido construída quando da feitura do cano real, para transporte de materiais de construção e circulação dos operários entre as duas encostas, do abrupto vale.

Esta ponte, que tem cerca de 12,5 m de comprimento, por 2 m de largura, possui um pavimento em calçada grossa de granito.

É muito próximo, desta parte do actual aqueduto, que existem alguns troços desactivados, mas ainda hoje bem conservados, do primitivo cano seiscentista. Igualmente, se situa nesta quinta, uma interessante arca de água, que deverá datar quando da primeira concessão de água, do cano real.

⁽¹⁶³⁾ Leisner, George - *Estudos de história, arte e arqueologia*, vol. III, Évora, 1949, p. 31.

⁽¹⁶⁴⁾ Planta com o traçado do aqueduto desde a Graça do Divor até à muralha fernandina, em Évora.

- Fonte da Quinta do Arcediago, localizada a 2 Km a noroeste da cidade. Situa-se imediatamente anexa ao aqueduto actual, e a outros troços abandonados do cano seiscentista, numa quinta que terá pertencido a André de Resende. Existe, ainda junto ao aqueduto uma pequena construção, hoje abandonada, e que segundo a tradição terá sido por ele habitada.

A fonte, mandada construir no século XVI por este notável humanista eborense apresenta planta quadrada, com arco de volta perfeita formando a entrada e é reforçada exteriormente por robustos gigantes de linhas inclinadas. A cobertura tem a forma de abóbada em cúpula, com remate de lanternim, possuindo sobre o arco que forma a entrada, lápide em mármore com inscrição latina. No seu interior, abriga um poço central, onde se situa a nascente, ladeado por bancos em alvenaria. Deste poço, escavado na rocha, corre a água para tanque, com forma rectangular situado alguns metros á frente.

Fig. 311 - Planta com traçado do aqueduto e localização da construção que constitui o pátio da Oliveira, ou Casa de Lavoura da Oliveira.



Fig. 312 - Quinta do Arcediago - fonte.



Fig. 313 - Intradorso da cúpula, vista do interior da construção.

3 - Conclusões

Desde o dia 28 de Março de 1537, data em que foi lançada pela fonte situada no antigo pórtico romano da Praça do Geraldo, a primeira água conduzida através do cano real e proveniente da Graça do Divor, até a 4 de Junho de 1933, data em que se procedeu à inauguração simbólica, na actual fonte situada na mesma praça, da rede pública de distribuição domiciliária de água através da cidade de Évora, decorreram 396 anos.

Durante todo este tempo foi o cano de importância capital para a população citadina, nomeadamente em épocas em que a carência de água implicava frequentemente o início de nova epidemia de peste, e suas consequentes mortandades.

O valor desta infraestrutura tornou-se imensurável para a saúde pública a qual variava, directamente, com o bom estado de conservação do canal adutor, e qualidade das suas nascentes abastecedoras ⁽¹⁶⁵⁾. A abundância e qualidade da água, proveniente dessas diversas nascentes e conduzida pelo cano até à cidade dependia, por um lado, de um correcto nivelamento do canal assim como do seu estado de limpeza ⁽¹⁶⁶⁾ e por outro lado da não existência de fissuras na sua superfície molhada, que facilitassem infiltrações ao longo do percurso.

As razões fundamentais que terão contribuído para que esta infraestrutura hídrica desempenhasse, ininterruptamente, durante quasi quatro séculos, a função para a qual foi creada terão sido essencialmente as seguintes:

⁽¹⁶⁵⁾ Vitrúvio no seu Livro Oitavo, cap.V descreve-nos os cuidados a ter na escolha dos locais de abastecimento de água. Assim diz-nos que é preciso ver e examinar atentamente os habitantes das zonas onde se situam as fontes; se são robustos e corpulentos, se têm boas cores, se não padecem de doenças de pernas nem olhos, é prova de que as águas são muito boas. Quando se descobrir uma fonte nova, se a sua água, deitada num vaso Coríntio ou de qualidade idêntica, mas sempre de bom metal, não deixar sedimento algum, essa água é muito boa. Também igualmente será boa aquela que depois de servida numa taça, não deixar no fundo da vasilha nem areia nem barro depois de ter estado em repouso e ter sido de cantada. Para além disso se legumes postos ao lume nesta água, se cozerem rapidamente, isso indicará que a água é boa e saudável.

É também importante que a água na fonte seja límpida e muito transparente, e que nos sítios onde corra não nasçam juncos nem outras plantas idênticas: são tudo indícios de que a água é leve e saudável. Vitrúvio, *Los Diez Libros de Arquitectura*, Barcelona, Ed. Iberia, 1991, pp. 213 e 214.

⁽¹⁶⁶⁾ No Regimento do aqueduto da Água da Prata constam medidas tendentes a manter uma limpidez na água transportada. De entre elas refira-se a responsabilização dos proprietários dos terrenos que permitissem o acesso a gado suíno numa faixa de dez palmos para cada lado do cano e a obrigatoriamente por parte dos proprietários de manter limpos os telhados cujos beirados dão directamente para o canal adutor.

Regimento do aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. VI, art. XV [C.M.E.].

- Existência, desde o início, de um Regimento preciso e claro, que garantia uma acção fiscalizadora, directa e constante sobre o cano, regulamentando as diversas matérias que o poderiam influenciar ⁽¹⁶⁷⁾.

- Existência, através de nomeação geralmente vitalícia, de um grupo de pessoas directamente responsáveis pela boa conservação do cano, assim como pela fiscalização das normas constantes no Regimento ⁽¹⁶⁸⁾ e que garantiam uma continuidade na acção de conservação do mesmo. A idoneidade destes funcionários era controlada, sendo qualquer denúncia que pusesse em causa a sua rectidão imediatamente mandada averiguar pelo representante da coroa. Assim, um menor zelo na aplicação das sanções, ou nas inspecções trimestrais obrigatórias, ao cano, eram severamente punidas, sempre com multas avultadas, podendo atingir mesmo a demissão do cargo correspondente. Negócios, menos claros, destes funcionários eram também cuidadosamente controlados. Assim:

...nenhum official do cano, a saber Provedor, Escrivão, Tesoureiro, nem mestre da obra, nem solicitador podem trazer besta, carreta, escravo, nem servidor seu na obra dos canos, nem vender para ella cousa alguma com pena de suspensão, e de se lhe dar culpa, e de aver por isso a pena que ouver por meu serviço, nem emprestarão, nem tomarão para si cousa alguma da fábrica sob a mesma pena ⁽¹⁶⁹⁾.

A nomeação deste quadro permanente de funcionários, que assumiam directamente perante a autoridade real, a responsabilidade pelo bom estado de conservação e funcionamento do cano, mostrou-se essencial para a sua longevidade. A eles eram atribuídos plenos poderes, para aplicar as pesadas sanções estipuladas pelo Regimento, então em vigor, e no qual constavam, minuciosamente inumeradas e descritas, as diversas infracções assim como respectivas penas a aplicar ⁽¹⁷⁰⁾:

- A corresponsabilização dos proprietários das terras, atravessadas pelo cano, e da população em geral, os quais eram obrigados a comunicar ao Provedor do Cano quaisquer anomalias detectadas, sob pena de pesadas sanções, contribuia também para uma acção fiscalizadora constante.

(167) O primeiro Regimento, do qual só restam referências documentais foi elaborado por Francisco de Arruda, quando da construção do cano real. Em 1560 a rainha D. Catarina, enquanto regente do reino mandou elaborar outro Regimento e mais tarde D. Filipell, em 1606 ordenou a compilação e ampliação das leis recolhidas dos anteriores Regimentos.

(168) Refira-se como exemplos os cargos de Provedor do Cano, Escrivão, Tesoureiro, Mestre de Obras e Solicitador.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. x [C.M.E.].

(169) *Regimento...*, *op. cit.* na nota 6, fol. x art. XXX, [C.M.E.].

(170) As penas variavam entre a deportação para o continente africano, castigos corporais, prisão ou multas, dependendo do tipo de transgressão cometida e do nível social do infractor.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. V, art.- XIII, [C.M.E.].

- A corresponsabilização dos proprietários das terras, atravessadas pelo cano, e da população em geral, os quais eram obrigados a comunicar ao Provedor do Cano quaisquer anomalias detectadas, sob pena de pesadas sanções, contribuía também para uma acção fiscalizadora constante.

- A realização regular de verbas ⁽¹⁷¹⁾, quer através de impostos, quer de multas aos infractores das normas estipuladas pelo Regimento. Estas verbas, revertendo directa e exclusivamente para o cofre do cano real, permitiam a auto suficiência económica da construção, sendo através delas efectuados todos os pagamentos, quer a nível de pessoal adstrito ao cano, quer na aquisição de materias.

Sendo as obras de manutenção, integralmente cobertas por verbas regulares, o problema monetário só apresentava significado no caso de acidentes pontuais, que originassem a necessidade de intervenções vultuosas. Nesses casos, esporádicos, eram realizadas verbas através de impostos temporários que iam garantir o pagamento das obras de maior vulto indispensáveis a um funcionamento eficaz do cano ⁽¹⁷²⁾.

- O facto de ter estado sempre em funcionamento, e ao serviço da população até meados do século XX, obrigando a obras regulares de conservação e limpeza. A sua arcaria de suporte foi facilmente mantida, pois qualquer pequena fissura no canal adutor era imediatamente detectada, devido ao escorrimento do precioso líquido ao longo do parâmetros graníticos da arcaria. Sendo o canal condutor em material cerâmico, não vidrado, tal facto pressupunha necessariamente infiltrações de água, e um aproveitamento menos eficaz do manancial aquífero transportado. Tomava-se portanto essencial, a prestação de cuidados constantes, para impedir assentamentos diferenciados, a nível de fundações, e abertura de fissuras na arcaria que provocariam por arrastamento, microfissuras na argamassa de vedação das juntas do canal, e uma perda mais significativa de água. Estes cuidados regulares eram executados, ao longo de todo o ano, por pessoal contratado o qual era igualmente severamente castigado, no caso e se apropriar de qualquer dos materiais destinados às obras do cano. Para além destes cuidados regulares, de consolidação da estrutura de suporte do canal, procedia-se à limpeza periódica pelos proprietários dos terrenos ao longo do cano numa largura de *quinze palmos* para cada um dos lados. Da eliminação das raízes, que demandavam a humidade emanada do cano, dependia a unidade estrutural de todo o conjunto.

⁽¹⁷¹⁾ Refira-se que entre outras verbas, para o cano real revertiam, segundo o seu regimento:

. Decretado pelo Cardeal D. Henrique, enquanto regente, a 17 de Agosto de 1565, as rendas das tendas da feira do Rossio de S. Bras, fol. 3 v.

. Decretado pelo rei D. Sebastião a 20 de Junho de 1560 um imposto do *ceitil em cada arratel de carne, e pescando para o cano*, foll. 16 e v.

⁽¹⁷²⁾ É disso exemplo pontual a lista por nomes de ruas, de pessoas e quantias dos que contribuíram para custear as despesas a efectuar com a reedificação do cano real no ano de 1671 durante o reinado de D. Afonso VI.

Actualmente, o aqueduto encontra-se em funcionamento entre a Graça do Divor, local onde se situa a caixa nº 1, e S. Bento de Castris, local onde existe a estação de tratamento de água, assim como os respectivos reservatórios.

A água é proveniente, quer das diversas nascentes situadas ao longo do aqueduto quer das albufeiras situadas na Graça do Divor e Monte Novo. No percurso referido, os cuidados essenciais de desmatagem e consolidação ao longo da arcaria do aqueduto, são regularmente efectuados por dois funcionários camarários.

É no troço final, entre S. Bento e a cidade, que, por já não estar em funcionamento, o cano se encontra em estado menos cuidado. Nesta extensão, as tarefas indispensáveis de desmatagem e consolidação encontram-se descuidadas, o que permite uma acção de deteoração, embora lenta, de natureza constante. A ausência de portas em algumas das caixas de água, assim como a existência de *ladões* e ventiladores sem protecções, locais por onde as aves têm fácil acesso ao interior das caixas, permite a sua deteoração progressiva, com o acumular de detritos.

Só esporadicamente o troço entre S. Bento e a caixa de manobra situada no início da Rua do Serpe, é activado. Tal situação verificou-se, a última vez, no ano de 1994, altura em que foram abertos um conjunto de pontos abastecedores de água à população, pontos esses situados num dos pilares do aqueduto, no limite nordeste do parque de estacionamento das Portas da Lagoa. Tal situação, caso se continuasse a verificar, obrigaria a que, estando em funcionamento o canal adutor, fossem efectuadas, por se tornarem imprescindíveis, obras de conservação com natureza regular. Por outro lado o monumento, em si, continuaria a desempenhar as funções para as quais foi projectado e construído, há aproximadamente quatrocentos anos.

Garantir uma autonomia financeira, e um quadro permanente e suficiente de funcionários que executem, quer as acções regulares de inspecções, quer as obras de conservação que se mostrem necessárias ao bom estado de todo o aqueduto, é fulcral. Não menos importante, é a divulgação da história e significado de todo o conjunto edificado (173), de modo a poder ser devidamente protegido de acções de vandalismo provenientes de pessoas, ou entidades menos esclarecidas, sobre o significado de tão valioso património.

Este aqueduto, de início do século XVI, é o segundo mandado construir pelos monarcas portugueses, logo a seguir ao que abastecia de água a cidade de Setúbal. É simultaneamente, o segundo mais longo, construído no reino, até finais do século XIX, tendo sido suplantado em extensão, apenas no século XVIII, com a construção do aqueduto das Águas Livres, em Lisboa.

(173) Abrangendo este, antigas nascentes caso venham a ser identificadas, canal adutor, arcaria, ramais domiciliários antigos, assim como os pontos de abastecimento ainda hoje existentes.

Com o presente trabalho, pretendeu-se efectuar uma síntese dos conhecimentos de maior relevo, obtidos sobre o cano seiscentista de Évora. O tema foi estruturado e desenvolvido de modo a permitir o seu completo conhecimento.

Para facilidade de consulta da variada documentação recolhida, e resultante de intenso trabalho de investigação, optou-se pelo inventário do material que possuisse maior interesse, relevante, para a compreensão do objecto que nos propusemos estudar.

Contudo, como para a sua salvaguarda se tornam insuficientes o seu conhecimento e divulgação, sugeriram-se uma série de medidas que consideramos essenciais e que contribuem de maneira decisiva para a recuperação e manutenção de tão valioso património arquitectónico e paisagístico.



Fig. 314 - Placa toponímia, inserida na arcaria da Rua do Cano ⁽¹⁷⁴⁾.

⁽¹⁷⁴⁾ Ao que parece, esta Rua já existia com tal designação, em 1321. Cf. Gil do Monte, *op. cit.*, na nota 39, 1º vol. p. 57.

Inventário das principais medidas citadas no presente trabalho:

Manilha de Água - Equivalente a 16 anéis os quais correspondem a 4.234,304 litros. É a maior medida que se empregava para avaliar a quantidade das águas que fornecia qualquer fonte ou manancial em uma unidade de tempo. O diâmetro desta medida era de 2,5478 polegadas (fig.315).

Anel de Água - Equivalente a oito penas as quais correspondem os 26,4644 litros (175), (fig.316).

Pena de Água - Veio de água equivalente à grossura duma pena de pato, corresponde a 3,308 litros, (175), (fig.316).

Telhas de Água - Medida equivalente à quantidade de água que pode passar por uma telha, (175).

Almude - Medida para líquidos variável de região para região. Em Lisboa corresponde a 16,54 litros, (175).

Canada - Medida para líquidos equivalente aproximadamente à décima parte do almude. Em Lisboa corresponde a 14 decilitros, (175).

Pé - Equivalente a 12 polegadas. Em Portugal corresponde a cerca de 30,48cm, (175).

Palmo - Equivalente a oito polegadas e igual à extensão da mão aberta, da ponta do dedo mínimo ao dedo polegar. Corresponde a 22 cm², (175).

Polegada - Equivalente à duodécima parte do pé, e aproximadamente igual ao comprimento da segunda falange do dedo polegar. Corresponhia a cerca de 2,540 cm, (175).

Côvado - Equivalente a 3 palmos ou seja 66 cm, (176).

Vara - Equivalente a 1,10m, (176).

Braça - Em Portugal correspondia a 2,20m, (176).

Carros - Medida antiga que servia para ajustar os preços das madeiras grosseiras e de comprimento diverso, (177).

(175) *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, C.M.L., 1990, p.373.

(176) *Grande enciclopédia portuguesa e Brasileira*, vol.16, p.705.

(177) Guerra, M.J. Júlio - *O guia do operário nos trabalhos públicos*, 2ª edição, Lisboa, 1867, [B.P.E. - S.N. Est. 12-C.9].

Sobre as principais medidas e equivalências utilizadas em Portugal durante o século XVIII:

Medidas gerais de Portugal

... Quatro grãos de cevada bem criados juntos/ deste modo, IIII fazem hum dedo, doze dedos fazem hum palmo craveiro/. Tres palmos faz hum covado/. Cinco palmos fazem huma vara/. Dez palmos fazem huma braçada/. Hum palmo, e terço, faz hum pé Geometric/. Dous palmos e meyo, fazem hum passo/, a quem os Geometras chamão passo simples/ de segunda differença: os praticos, e/mecanicos, lhe chamão passo andante/. Duzentos e cincoenta passos fazem hum/estadio/. Oito estadios fazem huma milha, que/ são dous mil passos/. tres mil passos milha e meya que/ fazem huma legua Portuguesa... A vara de pedraria singella, tem 5 palmos / de comprido e hum de largo somente.

p. 167/168

Medição de áreas

... E havendo-se de medir huma casa redonda/ arca de agoa, poço, ou cisterna, sendo circular/, he necessario saber quantos palmos/ tem o seu diametro, ou largura, para/ saber a sua circunferencia, ou redondeza; e para assim o fazer,/supponho que tem 7 palmos de diametro, estes multiplicados por 3 e o que/ sahir será a circunferencia da/ tal casa redonda, poço, ou cisterna/ que vem a ser 22 palmos, imaginando-se estendida a linha da circunferência.

p.30

E querendo saber quantos palmos contem este circulo em sua área, ou/ quando he quadrado, tomarey a metade/ do seu diametro, que são 3 e a metade/ a circumferencia, que são onde, e/ multiplicado hum pelo outro sahirá/ 38 e tantos palmos direy, que tem de/ area o dito circulo, ou quadro; e por/ este exemplo se farão muitos. Esta regra he excellente para a medição/ do lagedo das casas redondas, arcas, de agua, ou cisternas; e justamente para/ saber os palmos cubicos, quadrados de agua, que poderá levar hum poço, arca/ de agua, ou cisterna, sendo circular; e/ a mesma regra serve para medir vidraços/ de espelhos redondos, e outras cousas semelhantes. E sabendo a circunferencia dos taes/ poços sobre ditos, se medirão as paredes/ como dissemos atras.

p.35

Medidas de agua

Hum palmo cubico em quadro leva seis canados/ que he hum pote. (7 canadas e meia) Doze canadas fazem hum almude, que faz dous potes. Trezentas canadas fazem vinte e cinco almudes, que leva huma pipa*/E por estas medidas se poderá saber com facilidade as pipas de agua, que poderá levar qualquer poço, arca de água, tanque, ou cisterna, que seja/ quadrado, e se for redondo pela regra de tres e hum setimo, como fica dito.

p.168

Hum tonel leva cincoenta almudes, que/ faz duas pipas.

Huma braça cubica de agua leva seiscentos/ sessenta e seis almudes, que fazem vinte e seis/ pipas e $\frac{2}{3}$ de pipa ($628 = 25 \text{ pipas } 3^\circ \dots$)./A manilha de água comprehende em uma/ circunferencia hũ palmo craveiro, que contem/ doze dedos, formando a sua figura na/forma, que se vê na figura adiante reduzida/ a aneis de agua até huma pena.

p.171

A figura Geometrica da manilha de água/ e do seu tamanho até hum oitavo anel, que/ he hum pena de água. Esta figura defronte he a da manilha/ da água, (fig.317).

Proporção, e medida certa do circulo mayor/ que contem hum palmo craveiro em seu/ redondo, ou circunferencia, que he huma/ manilha de agua, e pelo seu quadrado se/duplicao a meya, e quarta 8, manilha,/ aneis, e penas; com que tem huma manilha/ dezaseis aneis, cada anel oito penas, e por/ todas cento e vinte oito penas. Assim como hum arratel tem dezaseis onças, tem huma manilha de água dezaseis/ aneis. Assim como huma onça tem oito oitavas/ tem hum anel oito penas de água. Assim como hum arratel tem cento e vinte e oito oitavas, tem huma manilha/ de agua cento e vinte oito penas: pela/mesma conta de agua no grosso do seu/nascimento territorial.

Oliveira, Valerio Martins de-Mestre pedreiro da mesma cidade, Advertencias aos Modemos, que aprendem os officios de Pedreiro e Carpinteiro, offerecidas ao Senhor S.Joseph, patrono do mesmo officio, Lisboa, 1748, [B.P.E - N.R. 992].

Sobre os principais métodos para medição de água utilizadas em Portugal durante o século XIX:

Medir a velocidade das águas do rio - *tome-se um bocado de cortiça ou madeira flutuante, com o preciso lastro para que não ofereça grande superfície sobre a linha de água e o vento lhe não faça alguma impressão. Lance-se na corrente do rio, no momento em que se começar a contar as vibrações de um pendulo de segundos ou as do relógio que os marque.*

p.154

Note-se no fim de um minuto quantos palmos percorreu o corpo fluctuante que se lançou no rio, medida esta que se pôde fazer nas margens por um ou dois observadores. Dividindo o espaço percorrido por 60 segundos de tempo que tem um minuto dará a velocidade em segundos. Da mesma fôrma se pôde medir a velocidade das águas correntes em um canal ou levada.

Medir a quantidade de água corrente, que pôde fornecer um rio, caudal, etc.- *Tome-se uma corda dividida em braças e meias braças, e ate-se a uma estaca ou tronco de árvore em uma das margens do rio; leve-se a outra extremidade da corda para a outra margem, de modo que fique bem perpendicular á direcção da corrente. Nos pontos das divisões das meias braças que se tiverem marcado na corda, deite-se um cordel também graduado, e com um peso de chumbo, a que se dá o nome de sonda, se marquem as diversas alturas que se acharem do fundo á superfície de água, e vão-se notando as correspondencias na corda horisontal.*

Somme-se todas as sondas, e divida-se a somma pelo numero d'ellas, multiplicando-se o quociente pela largura do rio, para a area da secção da água que sendo multiplicada pela velocidade media, dará a quantidade de água que um rio fornece em um segundo, no lugar da observação.

Achar a água que fornece uma fonte - *Se quizermos medir a água de um regato ou fonte de pouco producto, usaremos de um vaso sufficiente, que contenha um certo numero de medidas exactas e conhecidas, e multiplique-se pelo numero de segundos de tempo que gasta a encher, e o resultado é o producto da fonte no tempo achado, expresso em almudes, canadas, etc. ou em palmos cubicos, conforme a divisão e construcção do vaso. Se quizermos este producto avaliado em manilhas, anneis ou pennas de água, abram-se estas no vaso, e observe-se quantas pennas passam em certo tempo, conservando-se constantemente com a água na mesma altura, que é signal que o vaso despeja tanta água pelas aberturas, quanta recebe.*

Guerra, M.J. Julio – *O guia do operario nos trabalhos publicos*, 2ª edição, Lisboa, 1867 [B.P.E. - S.N. Est. 12]. -

Séculos XVII e XIX

Sobre os principais instrumentos antigos citados no presente trabalho:

Olível- O equivalente a nível⁽¹⁷⁸⁾.

Boi de Água - Instrumento em forma de caixa, utilizado antigamente para medir a quantidade de água duma nascente⁽¹⁷⁹⁾.

Ferro de Luva - Destina-se a elevar do solo pedras pesadas⁽¹⁷⁹⁾.

⁽¹⁷⁸⁾ *Regimento do Aqueduto da Água da Prata*, 1606 .[C.M.L.].

⁽¹⁷⁹⁾ *Guerra, M.J.Júlio -Guia do Operário nos trabalhos públicos*, 2ª edição, Lisboa, 1867, p.132 [B.P.E. - S.N. Est. 12. C.9].

Sobre a principal nomenclatura utilizada no âmbito da construção de aquedutos durante o século XIX:

Cercias - São moldes ou formas de madeira, com que se traçam as linhas por onde se devem fazer os côrtes das cantarias. p.124

Cambotas. - São as cercias dos arcos que, ligadas por outras peças de madeira, compõem os simples dos arcos. p.126

Pés direitos - São os pilares ou massiços de alvenaria, em que se apoiam ou estribam dois arcos sucessivos. p.173

Pilastra. - É um pilar ou columna achatada e unida à parede.

Simples dos arcos. - É um systema de engradamentos de madeiras iguaes, formando arcos semelhantes aos da abobada que se quer construir. Estes arcos sustentam-se por peças de madeira direitas para conservarem sempre a forma do arco, e sustentarem o peso das aduelas ou do arco quando não é formado de cantaria. p.186

A cada uma das cercias do arco ou fôrma chama-se cambota, e a cada uma das peças de madeira que a compõem, dá-se-lhe o nome de camba ou caimba.

As peças de madeira que entram na composição do simples têm os seguintes nomes:

Escoras - São as linhas de madeira que vão de um ponto da curva da cambola a outro, que são como cordas do arco e formam um meio polygono.

Flechas - São as peças de madeira que vão do meio das escoras ao meio dos arcos correspondentes.

Descarga da escora - É a flecha com as duas escoras lateraes, com que esta se costuma sustentar. Estas pequenas escoras pregam no topo da flecha e nas extremidades da escora a que a flecha pertence. p.187

Bonecas - São os chapuzes que se pregam ao meio dos comprimentos das escoras principaes.

Escoras de boneca - Assim se chamam as peças de madeira que se firmam nos chapuzes ou bonecas, e vão do meio de umaescora ao meio de outra.

Pendural - É a peça que tem a direcção do raio partindo da união dos topos das escoras principaes para o meio das escoras de boneca.

Linhas radiantes - São todas as peças que seguem a direcção dos raios da curva da cambota.

Contrafeito - É uma capa de tabuões, sobre a qual vae outra de tijolo secco ou argamassado por cima da curva da cambota para se apoiarem as aduelas do arco. Este maio não tem lugar nos grandes arcos, e por isso se usa em seu lugar de uma serie de linhas transversaes de madeira e juntas, em que se apoiam as aduelas.

Recalque - É o escorregamento ou abatimento do macisso de cantaria ou alvenaria, que formam os arcos quando se lhes tiram as cambotas.

Guerre, M.J.Julio- *Guia do Operário nos trabalhos públicos*, 2ª edição, Lisboa, 1867, pp. 124 - 187, [B.P.E. - S.N. Est. 12 - C.9].

Sobre os principais tipos de materiais utilizados na construção durante o século XIX:

Cal - A cal empregada nas construcções divide-se em duas grandes especies, que são: 1º cal aerea; 2º, cal hydraulica.

Na primeira especie acha-se a cal rica, a mediana e a cal pobre. Na segunda a cal hydraulica que se solidifica debaixo de agua em mais ou menos tempo, e por isso se chama mais ou

menos hydraulica, distinguindo-se da cal aerea em que esta nunca se endurece sendo immersa.

Cal aerea - Conhece-se esta cal se, na occasião de se derregar, absorver a agua com grande avidéz, desenvolvendo muito calor. Uma parte d'esta cal viva mergulhada em um grande volume de agua, precisa para se fundir de 2,60 a 3,60 do peso de agua correspondente.

A media absorve 2,30 a 2,60, a pobre / a 2,30 ao mais. A cal aerea depois de derregada, augmenta o volume primitivo de 2 a 3 vezes.

Cal hydraulica - A cal hydraulica é ordinariamente pobre, mas nunca mediana e nem principalmente rica, e conhece-se porque, alem da propriedade de se solicitar debaixo de agua, não tem aquellas que se observam na cal aerea.

Modo de derregar a cal - Por tres differentes modos se pôde derregar a cal.

1ª Extincção ordinaria - É a que se faz empregando um aguador e um rodo de pau ou de ferro para ir removendo as pedras de cal até que se reduzam a pó evitando que pela muita agua que se lhe deita se reduza a massa.

2ª Extincção por immersão - Mette-se a cal viva dentro de um cesto e faz-se mergulhar esta na agua por alguns segundos. tirando-se logo que se principia a desfazer.

3ª Extincção espontanea - Expõe-se a cal ao ar livre, que lhe vae absorvendo a humidade e reduzindo-se a pó.

Depois de exticta a cal é preciso não a expor ao ar livre. A cal rica cobre-se com uma camada de areia para se não alterar. A cal hydraulica deve derregar por immersão, e tendo-se de transportar, deve-se levar em sacos de lona bem tecida.

Areias - A classificação scientifica das areias funda-se nas partes que as constituem; distinguem-se assim as areias siliciosas, calcareas, argilosas e as metallicas.

A classificação vulgar acha-se na grandeza e fôrma das partes que constituem as areias, e dá-lh'a tambem o logar onde são tiradas.

Conhecem-se as areias pelos nomes de: areia do rio, areias do mar, areias de mina ou saibros.

Resultaram de muitas experiências, feitas para conhecer a areia que produzisse a melhor argamassa, as seguintes conclusões:

1ª As areias siliciosas puras, traçadas com partes iguaes de cal, produzem uma argamassa menos dura, de que com areias menos puras, levando muito tempo a seccar.

2ª o saibro, ou areia de mina, produz muito melhor argamassa que a areia do rio.

3ª As areias de côr mais escura são sempre as melhores.

4ª A areia de mina, empregada logo depois de extrahida, produz melhor argamassa que a areia lavada e secca ao sol.

Finalmente, as areias de mina, ou outras com as mesmas propriedades, são as melhores para a construcção dos grandes solidos de alvenaria, e as areias do rio sómente para rebocos ...

Cantaria - A resistência das pedras da mesma qualidade está em rasão dos seus pesos especificos, e entre ellas as mais escuras são ordinariamente as mais resistentes.

As pedras da mesma fôrma e natureza offercem uma resistencia que se mede na rasão directa das areas dos seus respectivos leitos ou bases.

Quanto ás formas dos leitos, sabe-se por experiência que as formas d'estes influem na sua resistencia.

As pedras de bases quadrangulares supportam mais peso de que as rectangulares, e os leitos circulares ainda mais de que os primeiros.

As relações de resistência enquanto ás formas dos leitos são as seguintes:

Rectangulares 703

Quadrangulares 806

Circulares 917

Convem que as pedras nas obras se assentem com os mesmos leitos que tinham nas pedreiras d'onde foram extrahidas.

Sobre os principais tipos de aglomerados utilizados na construção durante o século XIX:

Argamassas - Dividem-se em duas classes. São umas empregadas em obras debaixo de agua, ou em lugares humidos, e outras no exterior dos edificios, e por isso expostas aos efeitos do ar. p.116

As argamassas da 1ª classe devem endurecer promptamente debaixo de agua; as de 2ª devem resistir aos effeitos das chuvas e dos gelos.

As argamassas da 1ª classe ou hydraulicas são compostas de substancias que só a qualidade da cal as pôde determinar. Por exemplo:

Com as caes ricas devem empregar-se as pozzolanas, naturaes ou artificiaes, muito energicas.

Com as caes muito hydraulicas empregam-se as areias de rio.

Com as caes pouco hydraulicas, ou simplesmente hydraulicas, empregam-se materias pouco energicas.

Quanto maior for a hydraulicidade da cal, , menos energicas devem ser as materias que se devem empregar.

As materias mais energicas são as pozzolanas, as argilas(barros), saibros e psamitas; e as menos energicas, são as areias de rio, as lavadas e expostas por muito tempo à acção do sol.

Modo de fazer as argamassas hydraulicas de 1ª classe - Para fazer argamassa que se deve empregar debaixo de agua, ou em lugares humidos, usaremos das seguintes receitas.

Argamassas com caes ricas - Cal reduzida a massa, 1 medida; pozzolana muito energica, 2 a 3 medidas.

Argamassa com cal muito hydraulica - Cal em massa, 1 medida; areia, 1 a 2 medidas.

Argamassa com caes mediantemente hydraulicas. - Cal em massa, 1 medida; materias pouco energicas, 2 medidas. Estas materias devem compor-se de areia grossa, ou terem os grãos muito angulosos e irregulares.

Devem fazer-se algumas experiencias para se conhecer se convem alterar estas proporções.

Argamassas de 2ª classe - Os processos feitos para a composição das argamassas de 1ª classe, que devem servir debaixo de agua, são os mesmos que se devem usar para as da segunda, que se devem empregar debaixo de agua.

Uma medida de cal pode levar 1,7 até 1,8 medidas de areia, proxivamente 2 medidas de areia. p.117

As argamassas, feitas com caes ricas, para fóra de agua, devem levar, em 1 medida de cal em massa, 2,4,2.1 ou 1.6 medidas de areia.

Outra receita - Cal recentemente extincta, 1; areia fina, 3; dita commum 4 partes.

Achou-se que 1 quarta de cal, sendo feita de cinzas dos ossos, faz a argamassa mais tenaz e menos sujeita a rachar, quando secca.

Deve-se derregar a cal em pequenas quantidades.

Cimentos - É uma substancia com que se tomam as juntas das cantarias, ou d'ella se fazem massames que se empregam nas obras banhadas por agua. Em geral chama-se cimento a toda a substancia que se combina com a cal, e produz um mixto que tem as propriedades hydraulicas. As substâncias combinadas com a cal, são os saibros, argilas, escorias vulcanicas, etc.... p.125

... Cimento para se empregar debaixo de agua, isto é para cisternas, tanques e aqueductos. - Tomem-se de greda, 4 partes: de oxydo negro de manganesia, 6, e de cal em pedra reduzida a pó fino, 90. Calcina-se a mistura para se porgar do acido carbonico. Depois de calcinada a mistura e resfriada, junta-se-lhe 6 partes de areia lavada, e faz-se uma massa branda. Este mixto endurece logo que se mette debaixo de agua.

Cimento à prova do fogo e da agua - Junta-se a um quartilho de vinagre outro de leite: separa-se o coalhado do leite, e misture-se o sôro com cinco claras de ovo. Mexa-se bem a

composição e peneire-se sobre ella uma quantidade sufficiente de cal viva, até se levar á consistencia de uma massa delgada.

Formigão - Um mixto composto de bom saibro e cal, sendo humedecido ligeiramente com um aguador, isto é, com chuveiro, e bem apiloado até que o pilão faça produzir um som, por assim dizer, sonoro quando cae sobre este mixto, chama-se formigão. As proporções em que devem entrar a cal e areia, dependem da qualidade d'estes elementos. p.132

...Como regra geral, deduzimos de algumas experiências, que a cal e o saibro devem guardar a relação de um para quatro ou de um para cinco, quer dizer, que a uma parte de cal devem corresponder quatro ou cinco de saibro.

O formigão sendo bem construido, forma uma pedra ou lage artificial, tão compacta, resistente e polida na superficie, que é fácil passar por natural...

...É de muito util emprego nos tanques ou depósitos de água p.133

Parece-nos que se nas quatro partes de areia, introduzirmos, uma ou uma e meia de escórias vulcanicas, reduzidas a pó, e mesmo o almagre ou grês vermelho calcinado, na mesma proporção das escórias vulcanicas ou em outras que as experiencias indicarem pormelhores, se tomará este mixto mais consistente e proprio para se empregar em obras de agua...

Reboco - Depois de construido o massiço de alvenaria, segue-se logo um dos aparelhos, que é o emboço ou encasque, e depois o reboco, que prepara as faces ou paramentos dos muros, para serem ou guarnecidos com cal, ou para serem branqueadas. Usa-se de uma pequena peça de madeira, a que se chama desempenadeira, para tirar as irregularidades do reboco. p.177

Uma braça quadrada de reboco de 100 palmos superficiaes leva: - Materiaes: 1,5 alqueires de cal, 3 ditos de areia; jornaes: até á altura de 9 palmos, 2 pedreiros fazem 8 braças por dia, com 1 servente, com outro no amassadouro que deve servir ali até 6 pedreiros, se tanto for preciso.

Guerre, Júlio - *Guia do operário*, 2ª edição, Lisboa, 1867, pp. 116-135, (B.P.E. - S.N.Est. 12-C.9).-

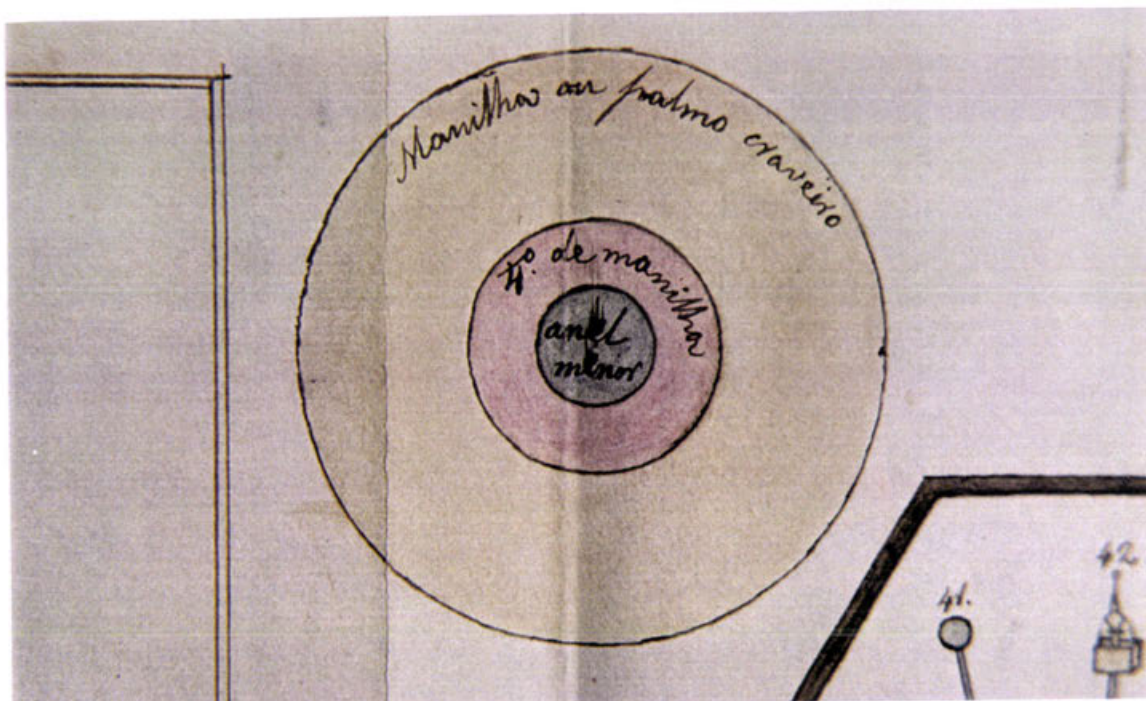


Fig. 315 - Medidas de água.

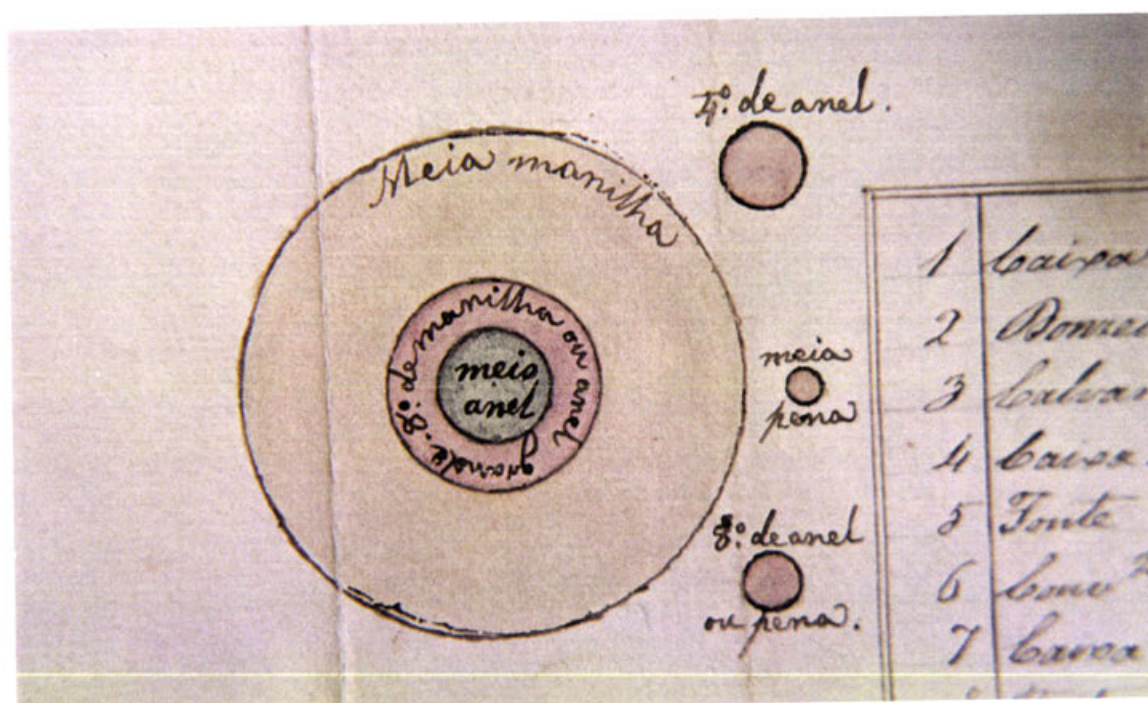


Fig. 316 - Medidas de água.

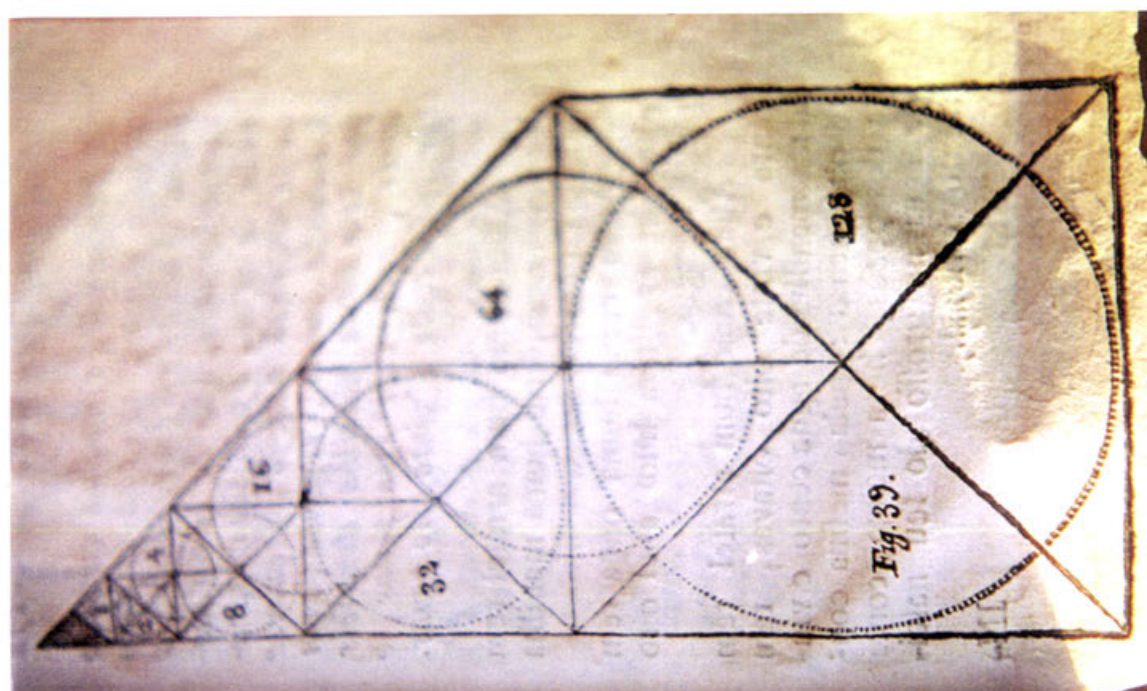


Fig. 317 - Medidas de água - determinação trática das suas dimensões.

*Disputa fa-
moza sobre o
Aquaducto
Eborensse*

Celebrados em Lisboa os desposarios, se/deteve nela a corte dous annos, e depois delles vagou incerta por diver/sas cidades do reyno até o de 1531, em que se estabeleceo em Evora, e/nella perzidio por muytos annos. Estando aqui a corte se começou nova/mente a mover a duveda se fora verdadeyro o aqueduto de sertorio. O/famoso Andre de Rezende, cuja erudição era estimada, e applaudida de/toda Europa, sustentava a parte afirmativa; D. Miguel da Sylva Bispo de Lamego não menos erudito, que Rezende, a negativa, e com eruditos escri/tos na palestra de Pallas se fazião, senão sanguindenta, cruelissima guerra, / mas apelando do juizo dos livros para o dos olhos, o Rezende cortando/penaschos, e escavando montes, mostrou com tal evidencia os pegões, e/curso do antigo aqueduto que foi precizo, que D. Manuel convencido/da verdade, retratasse a sua opinião e cedesse a palma da victoria ao seu/engenhoso Antagonista.

p. 106

*Renova El Rey
o Aqueducto
de Sertorio*

184. Tanto que El Rey se convenceo desta verdade mandou logo que por/as mãos à obra, e levantar tantos arcos triunfaes à immortalidade do seo no/me, quantos forão, os porque introduzio a Agoa na cidade. Deo a/superintendencia da fabrica ao Mestre Rezende, como à inventor della e/deste observando exactamente as alturas, e niveis, assim do nascimento das/fontes, como do sítio da cidade; dentro de quatro annos introduzio nella/a agoa da Prata com tanto gosto del Rey, como aplauzo, e regozijo do/povo. Nascem as primeyras duas fontes, e mayes d'agoa do aqueduto/em hum outeyro duas milhas além da Igreja de Nossa Senhora da Graça/d'Odivor seis mil passos por linea recta distante da cidade, as quaes rece/bidas em dous cannos que gyrão o outeyro todo, dão principio ao aqueduto, o qual vem girando e enroscando-se, como serpente, á roda dos/montes, por evitar nos valles a despeza dos arcos, por dezasette mil pas/sos e bebendo neste gyro as agoas de vinte, e outro fontes, que encontra/vezinhas, entra triunfante na cidade sobre os formosos arcos que desde/a Torr'Alva se extendem até a Rua do Canno. Antes de entrar na cidade faz/as Fontes de S. Bento, e das Sinco Bicas, e dentro as do Chão das Covas/corn os seos formosos tanques da Porta/nova, daPraça mayor e da Porta de Moura; e fora, a do Rocio fabrica de Filipe II feyta em 1592 a que/Filipe III em 1605 acrescentou hum formozissimo tanque, todas de/finos marmores, e artificiosas figuras; alem de vinte duas da mesma mate/ria, mas diferentes formas, que se vem nos jardins, e claustros dos/conventos, recolhimentos, Hospital e cadeia da Cidade, em que a agoa/da Praça liberal, e engenhosamente se reparte. As fontes do Chão das Co/vas, e Porta Nova são fabricas de D. João III, a da Porta de Moura de/D. Sebastião, e a da Praça do Cardeal Rey D. Henrique que com licença/deD. Sebastião, a mandou fazer em 1570 como consta de uma carta sua/das dous de Agosto do mesmo anno, e despendero nella cinco mil cruzados/valor de mais de quinze mil em comparação do nosso tempo. He obra ma/gnifica toda de marmore finissimo e a taça principal que he de hua só/pedra; tem sincoenta e hum palmos de circunferencia. outo carrancas/de bronze dourado correspondentes às outo ruas que dezembocão na mes/ma praça, vomita o outo rios de agoa christalina, que serve de refrigerio/e alivio ao povo: esta coroada com hua grande coroa imperial do mesmo/bronze dourado, como Imperatriz das fontes e

p. 107

**admirando Filippe II a bel/eza da fonte, e magestade da coroa, dizem, que
dicera. Bieu merece/ser coroada...**

P. Francisco da Fonseca - *Dos quatro tomos da Evora ilustrada, que compoz o R.P.M. Manoel Fialho da Companhia de Jesus, Escritta, acrescentada e ampliada pello R. Francisaco da Fonseca da mesma companhia*, Roma, MDCCXXVIII, pp. 106 e 107, [B.P.E./N.Res. 1626].

Documento 2 _____ 1606

**... A primeira água que entra no cano real é nas menas onde ele tem seu principio, que
está na herdade de Rui Lopes Lobo, além da Igreja de nossa Senhora da Graça do Divor.
Estas minas ficarão feitas do tempo de Sertório, que primeiro meteo a agua na cidade,
tem dois canos apartados em dois braços muito bem feitos, que parece obra nova, sendo
feita 75 anos antes do nascimento de nosso Sr. Jesus Cristo...** fol. 31

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. XXXXI, [C.M.E.]

Documento 3 _____ 1606

**Sendo edificado este aqueducto per Quinto Sertorio Setenta e cinco Annos an/tes do
nascimento de Nosso Senhor JESV CHRISTO, com a mudança, que os tem/pos fizeram
nas cousas do reyno, e com a entrada dos Godos, e de outras gentes bar/baras, a teve
tambem este aqueducto de maneira, que de todo se destrohiu sem ficar delle/ mais, que
algus pequenos vestigios, e por esta cidade ser tam principal, que a escolheo sert/orio
para assento, e vivenda sua entre todas as que Hespanha tinha naquelles tem/pos, e a
escolherão tambem alhus dos Reys meus antecessores para sua Corte. Contu/do
sentiasse nella a falta de Agoa boa, e por isso El Rey Dom João o tercero meu tio, q/Ds
tem, estando nella, mandou tratar de como se tornaria a reedificar este aqueducto,
e/posto, quer teve muita contradição de pessoas, que querião mostrar que nunca esta
agoa/viera a cidade por parecer, que está mais alta, que as fontes donde nasce,
Contudo ouve ou/tros de letras, e notícia de antiguidades, que afirmação que ja a ditta
Agoa fora trazi/da a ella.//** fol. 1

**E entendendo o ditto Rey as grandes utilidades, que se receberião da ditta agoa
assi/para o uso commun dos moradores como para a saude, e temperança do ar, e
movi/do da piedade, e amor paternal, e por fazer merce a esta cidade estando nella o
Anno de mil quinhentos, e trinta ⁽¹⁷⁸⁾ e hum passando pellos inconvenientes, e grandes
des/pesas, que se avião de fazer, mandou reedificar o ditto aqueducto, e que se
trouxesse/ a ella a ditta Agoa pellos lugares por onde os vestigios antigos mostrarão,
que viera/em tempo de Sertorio, e por ganhar queda, e decida a Agoa (tem tem pouca
dos/lugares donde nasce per respeito da altura em que está a cidade) foi necessário
trazer o cano real em tantas voltas, que avendo da cidade as fontes donde a Agoa vem
pouco/mas de duas legoas, e mea, tem o cano de comprimento perto de cinco legoas
em parte per baixo da terra, e em outras per cima della, em arcos afora os canos de
vinte/oito fontes cuja aga se vem meter de travez no cano real, allem da primeira, e
principal fonte a que chamão as minas donde o ditto cano começa.**

**E para, que se não perdesse a memoria assy da primeira, e antiga trazida/desta Agoa a
cidade per ordem de Sertorio como da reedifaçam, e restauraçam/della por mandado do** fol. 1 vº

ditto Rey mandei que as pedras, que ficarão dos Romanos/ que falão em Sertorio, e no aqueducto, e na antiguidade, e nobreza da cidade/fossem tiradas de lugares particulares donde estavam encubertas, e restituídas à/ praça publica onde hora estão, e mandei, que se pusesse, outra pedra na qual se fizesse menção da restituição, e reedificaçam, que o ditto Rey fez, e outra da mes/ma maneira, per que conste do tempo em que eu isto ordenei..."

Regimento do Aqueduto da Agua da Prata, 1606, foll. I, ev. [C.M.E].

Documento 4 _____ século XVI

... Là où vous voyez l'eau se précipiter pour rompre ses conduits,/et où le flot est brisé dans sa chute par un lac de marbre,/il y avait une humidité putride, recueille des eaux de pluie,/ou donnée par une lente machine, tournée avec peine./Là où maintenant les rues résonnent du murmure de l'eau, les pieds des hommes étaient grillés par les pierres brûlantes/et où maintenant une large rivière irrigue de verts jardins,/il n'y avait point de jardins irrigués./

Auparavant, la ville tirait son eau des seules pluies d'hiver,/mais maintenant un flot éternel lave ses maisons./

Là où vous voyez l'eau laver la ville entière de toutes parts, gratuitement,/tous buvaient de l'eau achetée à haut prix./

Bien plus, toutes les saletés et ordures domestiques, et toutes/les odeurs persistantes, désagréables au nez,/cette même eau les emmènent aux champs/heureux du double don de l'humidité et d'un riche fumier/....

...L'un d'entre eux, ému les larmes d'un peuple assoiffé en/été, eut la volonté de construire cet aqueduc./

Les fondations d'un ouvrage ancien et les restes/d'un vieil aqueduc nous forcent à le croire,/tout comme le portique, encore maintenant soutenu par des colonnes altières et maints tuyaux de plomb en de nombreux endroits.

Mais quoi qu'il en soit, qu'il fût atteint par une mort sauvage,/par des guerres amères, des temps de folie ou/tout autre fleau, il est un fait: en dépit de sa promesse/de grandes réalisations, il ne put terminer l'oeuvre commencée....

... Ce roi, après avoir érigé plus de quatre cents arches,/équilibrant avec une adresse inouïe les lourds blocs,/a amené cette eau, l'Argentea de jadis, qui annoblit/beaucoup des eaux qui se regroupaient, coulant en ce lieu....

D. Miguel da Silva, DE AQUA ARGENTEA, extractos da versão francesa do poema em latim, feito por este cardeal de Viseu, ao Rei D. João III, e publicado pela primeira vez pelo Marquês de Faria, em 1905, [N.D./C.M.E].

(178) Refere-se aqui que o aqueduto foi mandado reedificar no ano de 1531 pelo Rei D. João III, ora sabe-se que em 1533 André de Resende ainda assistiu em Bruxelas às festas de gala promovidas pelo embaixador de Portugal naquela corte, em hora do nascimento da infante D. Manuel, em as quais pronunciou a oração em latim.

Em Outubro de 1534, pronunciou a oração de sapiência, na abertura da Universidade já então em Lisboa. Sabe-se ainda que:

... No acto inaugural de 1551, ainda pronunciou a oração de sapiência mas, após mais quatro anos deixou a cátedra por imposição. Então, fixa-se de todo em Évora...

De acordo com este texto de Gil Monte, André de Resende terá vindo para Évora por volta do ano de 1555, sabendo-se que em 1533 (ou seja dois anos após o Rei D. João III ter ordenado a reedificação do aqueduto Romano) este erudito ainda residia indubitavelmente forado país.

Poderá ser esta a explicação de, numa época em que por toda a Europa se conheciam os escritos de Vitruvius os quais necessariamente eram do domínio de André de Resende (nomeadamente o livro oitavo, o qual trata do abastecimento de água no tempo Romano), se tivesse construído em Évora um aqueduto utilizando técnicas tão rudimentares como foi o caso presente.

Fontes próprias que tem o aqueduto da água da prata que se vêm meter nele

1 - A primeira água que entra no cano Real, é nas minas onde ele tem seu principio, que está na herdade de Rui Lopes Lobo, além da Igreja de nossa Senhora da Graça do Divor./

estas minas ficarão feitas do tempo de Sertório, que primeiro meteo a água na/cidade, têm dois canos apartados em dois braços muito bem feitos, que parece obra/nova, sendo feita 75 anos antes do nascimento de nosso S. Jesus Cristo, tem três pal/mos de largura, e seis de alto, com suas paredes de pedra e cal, coberto por cima/de grandes pedras bem lavradas, e como a ahua há-de ir ao nível, vão os canos em terra/alta por baixo dela, as vezes em 25 aos palmos, e em partes em 30 palmos./

Estes canos por onde vão, a certos passos tem luminarias para dar claridade a/quem os visitar por dentro tirando-lhe as pedras que as cobrem. Estes canos abraçam/um outeiro alto que lhe fica no meio, por onde parece que dele vem a água que corre/por eles, por veias e meatos e onde se juntam estes canos con as/águas que vem por - 2 - eles, começa o cano real em uma arca grande em que se recolhe a/areia quando vier das minas, e na mesma arca nasce um viero ou fonte/de boa água./

3 - Adiante na mesma herdade de Rui Lopes Lobo está uma fonte a que chamão da Ordem de boa água em boa quantidade que vem de longe, do meio da herdade/por um cano, que para isso fizeram./

4 - Um tiro de pedra mais adiante na mesma herdade, entra no cano/outra fonte a qual é como poço de muita e boa água, a que chamão fonte do Mouro./

5 - Mais adiante na mesma herdade, entra no cano Real outra fonte a que/chamão de Spadana de muita água, e onde entra no cano Real tem esta uma arca/grande./

6 - Pegados a esta arca estão dois pomares. Um de Rui Lopes Lobo, e outro/de João Mendes Vasconcelos. No de João Mendes, entra no cano fonte/a que também chamão das minas, que vem do campo de sua herdade do mesmo João/Mendes e por seu cano entra no cano Real e com muita água e boa./

7 - No mesmo pomar de João Mendes entrão outras fontes no cano, Real - 8 - que também vem do campo e herdade e são tres e no campo se vão ajuntando/e por um cano dentro no pomar, vem , e entra a - 9 - água delas no cano/Real com boa quantidade de água e no pomar estão três arcas grandes pera/recolherem a areia.//

10 - Adiante, destes pomares, vinda para a cidade, em uma herdade da/obra da sé está a fonte da prata que todas as águas deste aqueduto tomaraõ o nome, e com razão, porque é água mui excelente e muita e vem/por seu cano meter-se no cano Real, onde está uma arca grande e bem/feita./ - 11 - No cano desta fonte, se vem meter a água doutra fonte, que está algum tanto/afastada da fonte da água da prata, de boa quantidade de água a qual/entra misturada com esta na arca do cano Real, e por estarem ambas/em fontes no cano Real em uma passagem quer dizer que é uma sendo duas./

12 - Um bom pedaço adiante, noutra herdade da obra da sé, está outra fonte/a que chamão da Raposeira, que tem boa quantidade de água, e por seu cano, se/vem meter no cano Real, onde tem sua arca./

13 - Logo adiante em uma herdade que foi de D. Diogo de Sousa onde estão uns arcos e está outra fonte que entra no cano./

14 - Na herdade da Oliveira cabeça deste morgado entra uma fonte no cano/Real a que chamão a fonte coberta, sai a água dela, de uma rocha em muita/quantidade, por muitos vieiros./ Fizeram-lhes umas paredes defronte da ro/cha e das ilharguras e abobadaram-na de maneira que fica como casa/pequena e longa e de cima do cano vem um cano de outra fonte e/ A água dentro da abóbada desta fonte coberta e vistas as águas por seu/cano não entrar no cano Real onde tem uma arqua que parece/antiga porque não tem a feição das outras./

16 - Pouco adiante desta fonte está uma arca grande e espaçosa no/cano - 17 - Real e nela entra por seu cano a água de três fontes, que vem/algun - 18- tanto de longe, a que chamão água das onze oliveiras./

fol. 41 v.

19 - Na mesma herdade está oytra boa fonte, entre o caminho dos arcos e a casa do lavrador./

20 - Na herdade do cabido que parte com esta da Oliveira, a que chamão Metrogos./ - 21 - entrão no cano Real seis fontes: e os canos de quatro delas, por virem/de - 22 - longe se vem ajuntando em um ribeiro que vem pela mesma herdade, - 23 - e juntas as águas em um só cano vem entrar no cano Real, onde tem a - 25 - sua arca grande. E as outras duas fontes e a água delas cai na arca //cada uma a sua parte. E estas duas arcas em outra de boa quantidade de/água e destasseis fontes./

fol. 42

26 - No cabo desta herdade de Metrogos que é do cabido encontra a cidade/onde parte a herdade de Pedro de Mendonça, esta uma fonte de boa água/porém pouca, que por seu cano entra no real./

27 - Outra fonte está junto da quinta de Eitor Fragoso, na herdade de Fernão/da Silveira de pouca água que entra no cano Real./

28 - A ultima fonte que está mais chegada à cidade, está nas vinhas na estrada/de Santarém, na esrtrema que parte a vinha de Jorge de Barros irmão do/escrivão que foi da camara e a do Borralho Sapateiro, é de pouca água/, tem seu cano por onde se vem meter no cano Real./

Todo o cano real tem desasseis mil seiscentos/quarenta e seis varas de medir de comprido, desde/a primeira arca e fonte, que está nas minas até ao muro/da cidade, não entrando nesta conta, os canos das/fontes que de traves, se vêm meter no Real nos/quais há novecentos e quarenta e duas varas de medir./E porque a medição foi feita por braças craveiras, cada/braça de duas varas de medir e cada vara tem cinco/palms, acharam-se no cano Real oitocentos digo mil/trezentos e vinte e três braças e vai a medição partida/em onze partes na meneira seguinte digo vai partida em dez partes./ Do muro da cidade até à arca que está aquem de São Bento onde o cano/começa a vir ao longo da terra, tem o cano oitocentos oitenta e duas braças./

Desta arca aquém de São Bento, até onde o cano passa a derradeira vez no/Cabo das Vinhas, atravessando a estrada de Santarém, tem seiscentas e nove braças./

Dali até à azinhaga da quinta do Goterres, e vem por perto da cerca/da Manizola, tem seiscentas oitenta e trêsbraças./

Desta azinhaga até ao Ribeiro de Valcovo tem mil cento noventa/e cinco braças.

Do Ribeiro de Valcovo até ao Ribeiro de Metrogos tem mil cento/cinquenta e uma braça.

Do Ribeiro de Metrogos até à fonte coberta que está em par da Oli/veira tem setecentos e dez braças./

Da fonte coberta até a fonte da raposeira, tem mil quatrocentos e/nove braças./

Da fonte da Raposeira até à fonte da prata, tem quinhentas e oitenta braças.

Da fonte da água da prata até à cerca do pomar de João Mendes de/Vasconcelos, tem seiscentas e quatro braças/.

Da cerca deste pomar que fica para a cidade até às minas tem/quinhentas braças./

Estas dez edições somão 8323 braças, e tantas tem o cano/Real por razão das muitas voltas que trás. e tomada a terra de onde/ele começa ao direito até ao muro da cidade tem somente duas léguas e/meia./

Em tempo dos Romanos, estava repartido este aqueduto pela ci/dade em fontes, e lagos publicos. O primeiro cabia no pórtico/onde ora estão os açougues, em um grande pátio onde estava um tanque,/cujos vestígios ainda hoje aparecem, no qual havia dois repar/timentos, um mais fora do pátio, muito fundo, outro dentro menos fundo/e com ser menos fundo tinha altura de dez pés porque estando a água/descoberta evaporasse e ficase mais subtil. Dai a um pequeno/espaco do tanque caia a água em outra arca grande e profunda, onde/tomava mor assento.

Desta arca ia um cano para onde hoje é a/porta nova, para uns banhos, de que ainda hoje, se vê vestigios no quinta/do morgado do esporão. Outro cano ia ao Rocio de São Brás,/em que havia certos tanques, que serviam aos passageiros, e de lavagem/ao povo.

Deste cano há hoje sinais na Rua da Cellaria, e nas casas/de Nuno Fernandes Lobo. Outro cano ia para a porta de Moura e passava//pelas casas do Conde de Vimioso. Outro tinha a sua arca onde hoje/está o mosteiro de São João e corria a água em público em uma fonte

oita/va da que se achou ao fazer do mosteiro . Tudo isto relata Mestre André de Resende, natural desta cidade, ao qual engrandesse e honra muito

..... Porém a medição do cano pela maneira que atrás fica declarada fiz eu, estando com alçada nesta/cidade de Évora, com poder para entender no aqueduto e sua fábrica/em dois de Maio de mil seiscentos e seis anos.....

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, foll. 41 a 43, [C.M.E.].

Documento 6 _____ 1928

Trata-se de um relatório que aborda várias vertentes de relevante interesse para a compreensão das potencialidades aquíferas das zonas setentrionais de Évora, percorridas pelo aqueduto seiscentista.

As considerações nele expostas e que apresentam um maior interesse para a compreensão da situação na zona a norte de Évora são os seguintes:

- Precipitação atmosférica.

Inverno 238,3 mm da chuva em 32,4 dias de chuva
Primavera 204,9 mm da chuva em 35,1 dias de chuva
Verão 34,0 mm de chuva em 8,4 dias de chuva
Outono 161,0 mm de chuva em 27,1 dias de chuva

Daqui se conclui que as chuvas de Verão são raras, e pouco abundantes, não influenciando as reservas aquíferas subterrâneas. Assim, durante os finais de Primavera, Verão e início de Outono, as nascentes são alimentadas pelas águas acumuladas no sub-solo durante os outros meses. Nestas condições a diminuição do seu caudal é normal e não pode ser evitado senão pela construção de albufeiras de compensação, devendo-se durante esse lapso de tempo, poupar-se o mais possível as reservas aquíferas subterrâneas.

- Relevo e Paisagem

A altitude da zona ultrapasa geralmente a cota 200, atingindo raramente a 400. As paisagens foram retalhadas pela erosão que abriu largamente os vales cujas vertentes são sempre pouco inclinadas. A rede da circulação superficial é bem aberta, mas pouco profunda e apresenta geralmente grandes bacias topográficas...

- Composição do sub-solo.

Os xistos cristalinos antigos sobretudo gneissicos ou anfibolíticos e mais ou menos enrugados são as rochas fundamentais da região...

... Foram injectados por numerosas intrusões gra/níticas ou dioríticas mais recentes, de idade exa/cta desconhecida, mas contudo ainda. Os granitos são geralmente do tipo porfiroide, com/feldspato alcalino (ortoclase) e biotite; consolida/ ramse em profundidade e afloram hoje porque/foram descobertos pela erosão que retalhou o relevo actual. A sua distribuição e o seu desenvolvimento são irregulares, pois que dependem muito da intensidade da erosão que cortou mais ou menos profundamente o complexo enrugado e injectado dos xistos cristalinos.

- Alteração superficial.

Por causa da protecção insuficiente pela vegetação, pelo menos/durante uma grande parte do ano, todas as rochas/superficiais são mais ou menos alteradas.

Esta alteração começa por uma simples diminuição da dureza das diversas rochas e acaba por uma verdadeira degradação mas realiza-se muito /irregularmente, deixando blocos duros ou pouco/alterados no meio dos saibros.

São os productos d'esta alteração que constituem a terra vegetal cuja distribuição depende/muito do trabalho das águas superficiais...

.... Os saibros de degradação variam muito/de composição. São essencialmente quartzosos, mais/ou menos micaceos ou argilosos.

- Condições hidrológicas.

Os xistos cristalinos, ou granitos e as diorites são normalmente/pouco permeáveis e quasi insolúveis. As águas pe/netram apenas nas suas fracturas ou fendas for/mando níveis aquíferos irregulares e pouco importantes.

Pelo contrário, tornam-se permeáveis pela alteração e podem ter, assim verdadeiras toalhas/aquíferas cuja importância depende do desenvolvimento das rochas alteradas e das condições to/pográficas, que regularizam a acumulação ou es/coamento das águas infiltradas.

Por conseguinte, as reservas aquíferas subterrâneas da região são constituídas por:

- toalhas aquíferas superficiais ou pouco/profundas nas rochas alteradas e permeáveis por causa da sua alteração:
- níveis aquíferos mais profundos e irregulares nas fendas das rochas pouco alteradas.

O coeficiente da infiltração das águas das chuvas varia naturalmente muito. Não deve atingir em/média 30% das chuvas caídas.

O da acumulação das águas em profundidade/depende das condições topográficas, que determinam a formação das bacias hidrográficas.

Em geral, por causa da distribuição irregular/dos produtos da alteração superficial, as águas/subterrâneas devem ser bastante abundantes, mas/muito espalhadas.

"Relatório sobre as águas dos Vales da Prata e do Divôr que abastecem a cidade de Évora", Técnica nº 14, Maio 1928, pp. 177-183.

Documento 7 _____ 1852, Novembro 21

Cópia da carta escrita em Lisboa, em resposta à consulta e experiência feita na água do aqueduto de Évora para a construção dos canos de comunicação: fol. 64 v.

Muitíssimo amigo e senhor, há poucos dias prometi-lhe mandar o resultado dos ensaios sobre a água do aqueduto de Évora, cumprirei hoje esta promessa.

Densidade da água..... 1,00019

Sendo a da água destilada 1,00000

Um litro d'água evaporada, a uma/ temperatura moderada deixa

Resíduo 0,120

Este resíduo de matéria fixa contém pouco carbonato de cal, sulfatos e chlorureto de magnésio e soda, ferro, alumínio e sílica e muito pouca matéria orgânica. À vista d'isto, e de conter só em um litro 0,120 gm miligramas de matérias fixas, pode dizer-se que é uma excelente água potável. E quanto á canalização creio que há a questão económica a que tem principalmente de attender podendo servir-se sem inconveniente da pedra, do ferro, ou do chumbo, ou das manilhas de barro. fol. 65

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, foll. LXIV v. e LXV, [C.M.E.].

Sobre o direito de posse das águas em propriedades particulares durante o século XVIII:

... Aponta o cardeal de Lucas, sobre as aguas/nativas, em fazendas de seus donos, p. 165 como/jardins, quintas, terras, hortas, e outras/partes, aonde nascerem, serem proprias/do mesmo dono do terreno, que toda/a pessoa que tiver qualquer possessão,/ a cuja vinha agua naturalmente sem artificio, não lhe poderá ser tirada, nem mudada/do seu curso para outra possessão. Diz o/mesmo cardeal no seu livro 4 part. I/ de Serventutib. dif.c.27 .2 Que toda a/pessoa, em cuja possessão nasce água, p. 166 he/legitimamente sua de direito. Veja-se o Author/citado lib. 4, part. I, difc..

O mesmo cardeal de Luca no seu livro 4/ part. I. difc. 33. 3. que o Senhor, e o possuidor/, que possuir agua com decurso natural, não/ se lhe poderá dar prescrição da serventia, e/ com tanto, que o mesmo possuidor a poderá apartar se quizer.

Que nas cousas facultativas não se/dá possessão, nem prescrição. Veja-se/o mesmo Author citado lib. 4. part. I. difc./ 34, 4.

Que toda a pessoa, secando todo o/ manufacto, possa apartar agua da pg. 167 sua/possessão, he do Author citado lib. 4. part. I difc. 24,3.

Que a concessão do uso da agua não se /deve ampliar, alem do proprio, e concedido/uso: he de mesmo author no seu liv. 4/part. I. difc 24,4.

Ainda que as aguas naturalmente venhão/ao povo, e para bem commum, não se/pode pg. 167 tirar a quem a possuir, sem/querer dalla, ou vendella conforme/adverte o doutissimo Cardeal de/Lucas no seu liv. 4. part.I das aguas.

O Livreira, Valério martins de - Mestre pedreiro da sua cidade, Advertencias aos Modernos, que aprendem os officios de Pedreiro e carpinteiro, offerecidas ao Senhor S. Joseph, patrono do mesmo officio, Lisboa, 1748, p. 165 a 167. [B.P.E. - N.R. 992].

Devendo conter uma só calha ou calleira, deu-se-lhe/a secção transversal strictamente fol. 89 v. para isso necessaria, e sendo/ella variavel segundo o troço é em trinchura ou aerêa, as suas/dimensões acham-se entre os limites de 0,4 m e 0,65 m de largura:/e de 0,8 m e 1,3 m de altura, pelo que o serviço interior de policia e con/servação ou é absolutamente impraticavel sem se descobrir o/cano, ou muito difficil e incomodo, e o arejamento, ainda/quando ajudado pelas aberturas das claraboias, muito inferior/ao desejavel para fol. 90 que a água conserve a temperatura e suas/condições de solubilidade de que hoje se não prescinde. E este//deffeito é ainda aggravado pela, circunstancia de haver longos/troços do aqueducto em trincheira cujo tecto sobre ter mui pequena/expessura está coberto com uma tenue camada de aterro/cuja/superficie em geral ostenta mais ou menos vegetação espon/tania e até em alguns sitios culturas.

Na fixação do traçado parece ter-se admittido em these, que é/mais conveniente torear as collinas do que perfural-as, e com/tudo ambos esses meios tem uma applicação conforme as con/dições peculiares do terreno, d'ahi resultou o enorme desenvolvimento que se deu ao aqueducto para transpôr a linha de cu/meada entre a bacia do Tejo, em que elle principia, e a do Sado/onde vai acabar; por que estando a 2ª claraboia de Metrogos/ apenas cerca de quatro Kilometros distante da da junção dos pri/meiros dois ramais de minas, o troço d'aqueducto entre ellas/mede 8.366,6 m de comprimento. De Metrogos ate Évora/não é tão consideravel o acrescimo de desenvolvimento rezul/tante

das voltas, contudo elle continua de modo que havendo/pouco mais de 9 Kilometros entre os pontos extremos do queducto/o seu comprimento só em cano real s'eleva a 18.3100,6 m divididas/pelos traços seguintes:

Desde a claraboia em que se juntam os dois ramais de mina/em frente da Graça até à da entrada da agua da prata m _ 2:430,0
 Desta ultima, à Q^a de Metrogos m _ 5:936,6
 Da antecedente à que está defronte de S. Bento m _ 7:974,0
 Ponte - aqueducto até ao muro da cidade m _ 1:970,0

Total .. m - 18:310,6

A posição da linha, do fundo do cano no perfil longitudinal pa/rece ter sido determinada por pequenos lanços e unicamente para/satisfazer à condição de não baixar o nivel d'água senão em/virtude da inclinação necessaria para não haver movimento/de retrocesso, donde resultarão frequentes mudanças d'inclinação/longitudinal e entre limites muito próximos de modo que além da constante variação de velocidade na corrente em/sítios é ella tão deminuta que a entrada dos mananciaes//lateraes produz refluxo e portanto depositos de, incorgita/mentos e roturas no cano e consequentemente fugas d'água: to/dos estes effeitos achamos palpaveis no lanço atravez a linha de/comeada, até Metrogos, cujos ramaes lateraes imittindo, prin/cipalmente no inverno, um grande volume d'águas, faziam que a Évora, não chegasse a agua da prata nem as dos manan/ciais que entram no cano no troço superior - Taes defeitos or/ganicos, a falta absoluta de conservação durante o periodo de/tranzição do antigo para o novo regimento do aqueducto e talvez menos competencia no delineamento e direcção dos poucos/trabalhos de reparação de que ha vestigios teem em commum/contribuido para o estado de ruina em que se acha o aqueducto/cuja restauração demanda, consideraveis e dispendiosos traba/lhos, e a que os recursos d'um Municipio só poderão ocorrer/à custa de grandes sacrificios e talvez propondo outras obras/também, de grande interesse e que não podem sair das atribuições Municipaes, ao passo que a que se tracta por suas/tradicções e por sua magnitude pertence mais ao dominio do/Estado que á acção Municipal.

fol. 91 v.

fol. 92

"Sucinta descrição do Aqueducto da água da Prata, de suas ruínas e das obras de reparação necessárias", Colecção de originaes da Câmara, 1865, foll. 88 a 93, [A.D.E.]

Documento 10 _____ 1606

XXXX ... Porem acontecendo, que aja tanta falta de agoa/que não bastante para as fontes públicas e para os donatarios avendo em tudo falta notável mando ao ditto provedor, que nesta necessidade comonicando o primeiro/com o juiz de fora, e com o Carregador faça tapar os registos todos dos donatari/os pera, que toda a agoa vá as fontes publicas desde amanhecer ate as dez ho/ras da noite, e da hi por diante a fará largar aos mosteiros donatários, para, que /ajão ate amanhecer, no qual tempo se tornará a largar a agoa para as fontes pu/blicas em maneira, que per esta via tenham todos agoa...

fol. 11 v.

Regulamento do Aqueducto da Água da Prata, 1606, fol. XI v. [C.M.E.]

Sabe-se por texto contido no regimento que no ano de 1606 existam os seguintes donatários com a água do cano real:

XXXIX

*Dos donatarios
que te/agoa dos
canos*

O mosteiro da Cartuxa, o de Sancto Antonio, o de Nossa Senhora /do Carmo, o do Monte Calvário, o de São Domingos, o de Sancta Clara,/ o de Sancta Caterina de Sena, o de São Francisco, o de Nossa Senhora/ da Graça, o do Paraíso, o do Salvador, o da Companhia de JESV, o/Hospital, o de São João, o de Sancta Monica, o de São Paulo, os meus/poços, a Cadeia, e o sobejo da agua do chafariz da praça, o da porta de Mou/ra, que delle sobejar, e correr depois decheo, he do Duque de Bragança/ para elle poder levar este sobejo as suas casas por cano particular. Tirado/ estes donatarios, que tem agoa destes canos por provisão, nenhuã outra pes/soa de qualquer estado, que seja podera ter, nem tomar agoa dos dittos canos/ da agoa da prata sem expressa provisão minha, nem os officiaes da camara/nem outra pessoa alguma podera tomar conhecimento, nem se entremetera/ a tomar sobre isso petição com pena de se lhe dar em culpa e se proceder con/tra elle como for meu serviço, e tendo alguma pessoa despacho dos officiaes/ da camara, ou de outrem para aver agoa dos canos mando, que se não faça obra por elle, e o ey por nullo, e de nenhum efeito, e vigor, por quanto lho não podião dar.

fol.11

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol.XI.[C.M.E.].

O Exmº Sr. Vice-Presidente comunicou que o Sr.Director dos Monumentos Nacionais lhe sugeriu a conveniência de ser removida a escada de tijolo que dá acesso ao Aqueduto de Sertório no local onde este atravessa a muralha fernandina para promover à completa reintegração do troço que está a ser restaurado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Esta remoção seria feita pela própria Direcção dos Monumentos Nacionais.

A Câmara deliberou que se estudasse pelos Serviços Municipalizados a autorização a dar pelos mesmos serviços.

Livro de actas da Câmara Municipal de Évora, [A.D.E.].

Relato da petição que D.José de Melo, arcebispo de Évora faz a el-rei dizendo nela que como administrador apostólico do recolhimento das Donzelas Orfãs ter comprado um acento de casas que foram de D.Fernando de Menezes, e estão na rua da Lagoa para nelas fazer aumentar o dito recolhimento, o qual para melhor limpeza e comodidade tem necessidade de água por as casas não a terem. Pede que se lhes dê para o dito recolhimento outra tanta quantidade de água como a que têm as religiosas do Mosteiro do Calvário.

É autorizada a concessão solicitada, na condição das obras necessárias ao registo e condução serem feitas por conta do Arcebispo com a assistência dos oficiais do cano, e caso falte a água nas fontes públicas se lhes diminua a água que lhes é dada então por alvará.

Documento 14 _____ 1604, Setembro, 4

Dom Philipe por graça de Ds. Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, E dalem Mar em África snr. da Guiné Ettc. Faço saber a Vos Juiz Vereadores. E procurador da cidade de Evora que Vi a vossa carta sobre o que o Desembarguador Pedraluares Sanches tratou convosco do que se devia fazer da agoa perdida que cae dos canos da agoa da prata dessa Cidade. E pareceme bem que se faça, h~ua fonte da dita agua para os bairros da porta de Aviz e mouraria com hã chafariz para cavalgadas, e que da agoa que sobejar se faça hã lauadouro a porta d'Aviz entre o muro, e a barbacam, e que também se faça outro lavadouro abaixo do chafariz que esta no Rossio de São Braz, com a agoa que sobejar do dito chafariz, e e que abra e concerte o poço de novo como lembraes. E sobre estas obras escreueo ao dito desembarguador para as ordenar e fazer cõ a breuidade que for possíuel. E no que toca a se acrescentar o ordenado a Agostinho de Moura Prouedor dos Canos tereis lembrança do que sobre elle me escreueis para fazer nisso amercê que ouuer lugar. El-Rey Nosso Sn.^{or} o mandou pello L.^o Melchior do Amaral, e o Doctor Damião de Aguiar ambos do seu Cons.^o e seus desembargadores do Poço. Fran.^o Rebello a fez em Lisboa a quatro de Setembro de mil seiscêtos e quatro. Duarte Correa a fez Escreuer.

M.Amaral

Damião d'Aguiar

Livro 7º dos Originais da câmara .. fol. 372, [A.D.E.].

Alvará porque sua Mag^{de} fez merce do convento Novo de S. Joseph de huã penna de agoa dos canos da agoa da prata. ... E porque o Canno Real della passa por arcos levantados/avista deste convento se fara uma arca sobre um delles aonde mais conveniete/ for acusta do ditto convento, em aqual se a sentará um registo de bronze de/tres palmos na forma geral do Regimento pello Mestre da obra do canno, as/sim de maneyra de Arca donde sai a agoa que vay pera a fonte publica/ da prasa da porta nova. E da ditta / arca que de novo se fizer irá a ditta agoa por canno fechado por baxo do cham pera o ditto Convento sem perjui/zo a portagem, Ruas e Vezinhos dellas e sucedendo haver esterelidade de a/goa se lhes dara somente de noite tudo na forma por mim ordenado, para os/demais donatarios; Pello que mando ao provedor do Aqueductto e mais / justiças a que o conhecimento disto pertencer que nesta conformidade cum/prão, e guardem este Alvará como nelle se contem que vallerá posto que/ seu effeito haja de durar mais de um Anno sem embargo da ordenaçam/,livro 2º, paragrapho 40 em contrario, e não pagarão novos direytos pellos não/deverem como constou por uma certidão dos officiaes delles por ser esmolla/ thomas da Sylva a fesem Lxª a 6 de Março de mil e seis centos, e noventa/ e quatro annos pagou de feytio duzentos. Fr^{co} Pereyra Castelbranco, a fez/escrever - Rey: Alvará da Priorressa, e Relligiozas Carmellitas descal/ças do Convento de S.Joseph da Cidade de Évora...

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, foll. XXXXXI vº, XXXXXII e vº, [C.M.E.].

Alvará por q. S.Mag^{ae} Fas mer cê ao convento de S.Joseph de huma peña de agoa mais daq tem. ... e que tendo feito a arca pª se encaminhar para/o ditto convento se achaua ser acorrenta tão lemitada q não remedeia anece/cidade delle, e por serem umas religiozas pobres e não necessitarem so da ditta/agoa mas tambem pª alavagem dos seus habitos me pediao lhes fizesse merçe/ de lhes conceder outra penna de agoa... ... e: pagou de novos direytos quinhentos e quarenta Reis q se carregarão ao tezoureyro delles...

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, foll. XXXXXI vº, XXXXXII e vº, [C.M.E.].

Juiz vereadores e procurador e officiaes da cidade devora eu el Rey Vos emvio muito saudar avendo respeito aa necessidade que a abbadesa e freyras do moesteiro de santa clara desa cidade tem de aguo^a e queremdo lhe fazer graça e merce por esmolla ey por bem e me praz que do cano da aguo^a da prata se lhe dee aquella cantidade de agoa que couber por huum buraco redomdo do tamanho como este que nesta minha acta vay figurado que he huum circullo bramco metido em huu quadrado preto .

E far se ha huum canno de metal de tres palmos de comprido que tenha o vão do buraco tamanho como o do dito circullo o qual buraco se faraa no dito cano todo de huum tamanho iguoalmente de huma parte e outra e asemtar se ha ao o nivel de maneira que não possa emtrar mais agoa pollo dito canno para ir ao dito moesteiro da que couber pello dito vão delle emtrando ao olivel. E para que em todo tempo se possa visitar e ver se estaa o dito buraco conforme ao sinal desta acta, e se possa tapar e destapar quando for necessario se faraa huma arca omde a dita aguo^a emtrar no canno do moesteiro com sua porta e fichadura, e a chave della se entregaraa a quem tiver carguo do ditto canno grande e da dita arca para o moesteiro iraa todo o dito canno por baixo do chão porque não faça danno aas Ruas e vezinhos dellas, e a dita aguo^a se lhe daraa continuadamente assy de dia como de noite, enquanto o eu asy ouver por bem e não mandar o comtrairo. E vos dito Juiz Vereadores que ora soes e os que ao diamte forem tereis cuidado de visytar cada anno a dita aguo^a se vai ao dito moesteiro mais cantidade da que lhes mando dar por esta minha acta a qual se poraa na camara em toda boa guarda e se registaraa no livro della e a a dita Abbadessa e freyras dareis o tresllado della asinado por vos pera a terem pera sua guarda. Jorge da costa a fez em Lixboa a quinze dias do mes de Março de mil quinhentos e simcoenta e quatro. Manoel da Costa a fiz escrever // Rey // Para a cidade devora sobre a agoa que Vossa Alteza manda dar do canno da agoa da prata a abbadesa e freyras do moesteiro de Santa Clara da dita Cidade

Livro 8 do Convento de Santa Clara (antigo livro 19), fol. 58, [B.P.E.] .

(43) Documento gentilmente cedido e intepertado por Dr. Artur Goulart.

unz breadores e p. e officinas da vida de
deuora / nel h. j. vos uniuomunho p. dar abendo
h. j. p. eito aanca p. dade que a abba de sa e freyras
domo do s. ro de santuclara de p. dade h. m. de
agua e que rem do h. e fazir graca e m. por
e smolla y por b. m. e me p. raz que do ano da
agua da p. rata p. l. h. e de a quella cantidade da g. va
que cubra per h. m. b. u. a. e. h. domo do tamango
e mo do s. ro que n. e. taminh. acta da y. figurado que
h. e h. m. circullo b. u. m. m. e. do m. h. m. quadra do
p. r. e. t. o. /



L. f. a. i. p. s. a. s. u. i. c. a. n. n. o. d. e. m. e. t. u. l. d. e. h. i. s. p. a. l. m. o. s. /
d. e. c. o. m. p. r. i. d. o. q. u. e. h. i. n. s. a. o. b. a. o. d. o. b. u. r. a. c. o. t. a. m. a. n. s. o. v. m. o. o.
d. o. d. i. t. o. a. i. r. u. l. l. o. o. q. u. a. l. b. u. r. a. c. o. p. f. a. r. a. a. n. o. d. i. t. o. c. a. n. o. t. o. d. o.
d. e. s. u. i. t. a. m. a. n. s. o. / q. u. a. l. m. e. n. t. d. e. s. u. a. p. a. r. t. e. c. o. n. t. r. a.
d. a. p. m. i. t. a. p. s. a. a. d. o. l. i. u. e. l. d. e. m. a. n. c. i. a. q. u. e. n. a. o. p. o. s. s. a.
e. m. b. r. a. r. m. a. i. s. a. g. u. a. p. o. l. l. o. d. i. t. o. c. a. m. o. p. r. a. z. a. o. d. i. t. o.
m. o. c. o. s. t. r. i. r. o. d. a. q. u. e. c. u. b. r. a. p. o. l. l. o. d. i. t. o. b. a. o. d. i. l. l. e. v. m. h. a.
d. o. a. o. o. l. i. u. e. l. / e. p. r. a. q. u. e. t. o. d. o. d. i. t. o. m. p. o. s. s. a. b. i. s. i. t. a. r. e. b. i. z. p. r. i. o. t. a. a. o. d. i. t. o. b. u. r. a. c. o. v. m. f. o. r. m. e.
a. o. s. i. n. a. l. d. i. s. t. a. c. t. a. e. p. o. s. s. a. t. a. p. a. r. e. d. e. o. s. t. a. p. a. r. q. u. a. l. l. e.
f. o. r. n. e. c. e. s. s. a. r. i. o. p. f. a. r. a. a. s. h. a. a. r. c. a. o. m. d. e. a. d. i. t. a. a. g. u. a.
e. m. b. r. a. r. h. o. c. a. m. o. d. o. m. o. c. o. s. t. r. i. r. o. v. m. s. u. a. p. o. r. t. a. e. f. i.
c. h. a. d. u. i. a. / e. a. c. h. a. u. e. d. e. l. l. a. p. r. e. m. h. e. g. u. a. r. a. a. a. q. u. e. n. y.
h. u. i. a. a. u. g. u. o. d. o. d. i. t. o. c. a. m. o. g. r. a. n. d. e. e. d. a. d. i. t. a. a. r. c. a.
p. r. a. o. m. o. c. o. s. t. r. i. r. o. z. r. a. a. t. o. d. o. d. i. t. o. c. a. m. o. p. e. r. b. a. i. x. o. d. o.
e. s. a. o. p. o. r. q. u. e. n. a. o. f. a. c. i. a. d. a. m. o. a. a. s. h. u. a. s. e. b. e. z. i. n. h. o. s.
d. e. l. l. a. s. e. a. d. i. t. a. a. g. u. a. p. l. l. e. e. d. a. r. a. a. c. o. n. t. i. n. u. a. d. a. m. e. t. u. l.
u. s. s. y. d. e. d. i. a. c. o. m. o. d. e. n. o. i. t. h. i. q. u. i. n. t. o. v. m. a. o. y. o. u. n. i. z. p. o. r. y.
b. i. z. e. n. a. o. m. a. n. d. a. r. o. c. o. m. h. a. i. r. o. / e. b. o. s. d. i. t. o. z. u. i. z.
b. r. e. a. d. o. r. e. s. q. u. e. o. r. a. p. e. s. e. o. s. q. u. e. d. i. o. d. i. a. m. t. e. f. o. r. e. n.
t. r. e. i. s. c. u. i. d. a. d. o. d. i. b. i. s. i. t. a. c. a. d. a. m. o. a. d. i. t. a. a. g. u. a.
p. e. r. b. a. i. x. o. d. i. t. o. m. o. c. o. s. t. r. i. r. o. m. a. i. s. c. a. n. t. i. d. a. d. e. d. a. q. u. e. t. h. e. s.
m. a. n. d. o. d. a. r. p. e. r. i. o. t. a. m. i. n. s. a. c. t. a. a. q. u. a. l. p. e. r. p. o. r. a. u. l. l. a.
c. a. m. a. r. a. e. t. o. d. a. b. o. u. g. u. a. n. d. a. e. p. f. i. g. i. s. t. r. a. a. n. o. l. i. u. z. o.
d. e. l. l. a. e. a. a. d. i. t. a. a. b. b. a. d. e. s. s. a. e. f. r. e. y. r. a. s. d. a. r. e. i. s.
o. f. u. l. l. a. d. o. d. e. l. l. a. a. s. i. n. a. d. o. p. e. r. b. o. s. p. e. r. a. a. d. i. c. e. n.
p. r. a. s. i. u. q. u. i. a. d. a. / z. o. r. g. d. a. v. o. s. t. a. a. f. i. z. l. i. x. b. o. u. a.
a. z. b. d. i. d. m. s. d. i. l. l. a. r. o. d. i. b. r. a. m. o. v. t. a. c. o. t. u. s.
d. e. l. l. a. m. e. t. u. l. d. a. e. o. s. t. a. a. l. f. i. z. r. e. u. r. e. t. i. s.

h. y. i. :



ph. a. d. a. d. o. d. e. u. o. r. a. p. o. l. h. d. a. g. u. a. q. u. e. v. a. m. a. n. d. a. d. a. r. d. o. c. i. m. o. d. e.
f. r. e. y. r. a. s. a. a. b. b. a. d. e. s. s. a. e. f. r. e. y. r. a. s. b. i. n. o. c. i. s. t. r. i. o. d. e. s. a. n. t. a. c. l. a. r. a. d. a. d. i. t. a. n. e. l. d. e.
p. a. r. t. e. r. y. ~

Juízes Vereadores e procurador da cidade deuora Eu El Rey vos enuio muito saudar. Eu saõ informado que destes licença aos moradores e vesinhos dagua da prata a porta nova que fizesê hua fonte com bicas e abrisem o cano per hun dos peguões da dita agua da prata e ao pé do dito peguaõ fizerão h~ua fonte com bicas pelo que vos mando que loguo me escreuaes como destes a tal licença e consentiste fazer-se a dita fonte, ou se tinheis pera iso prouisão minha e se a tendes enviarmaeis e as razões que tiveste pera o fazer. Cumprio asy João de Cstilha a fez em Lisboa a ho primeiro dagosto de milbeLiij.

Livro 6º dos originais da Câmara, fol.448,[A.D.E].

Na vereação de quarta feira 2 de Setembro de 1573 apareceu João Ferreira Cavaleiro Fidalgo da casa de el-Rey nossos sñr ha por bem q. se fassa huma fonte na Porta -Nova e q. a despeza q. for necessaria pª se fazer a dª fonte se finte pelos moradores e uisinhos assim como se fez na fonte q. se fez á Porta de Moura. E por verdade fiz este termo q. assignou o d.º João Ferreira.

Livro do Padre Mira, fol.271 v,[A.D.E].

Chaaõs e assentos das casas / que se tomaram pa. a obrà da serventia do cano / da águoa da prata com o trelado do alvª p. que se to / maram: - /

Eu el-rei faço saber a vós Corregedor (c.ºr) da Comarca / desta cidade de Evora, que eu mandei tomar algumas / moradas de casas na dita cidade para se derribarem / e se fazer por onde elas estavam a obra do cano da / agua da Prata e em algumas partes mandei abrir / ruas publicas (pub'ricas) ao longo da dita obra e porque / quero que as ditas casas se paguem a seus donos / a quem pertencer o tal pagamento para em nenhum tempo (tpo) se / poder pedir o pagamento duplicado e se saber como / é feito o assento das ditas casas que assim foraõ / tomadas para a dita obra e ruas que se fizerão / e não haver ahi demandas nem diferenças: E hei / por bem que fiquem em tombo e portanto vos / mando que logo façais lançar no Livro do Tombo da dita cidade as casas e assento de / las e cujas foram e as confrontações, largura e comprimento (conpdaom) do chão que foi tomado pa / ra a dita obra com declaração de quanto foi tomado / a cada pessoa e em quanto lhe foi avaliado e de / como está feito em rua publica (pp.ca) para serventia (serutia) da / dita cidade e obra. / E ao pé do dito assento / no dito livro fareis tresladar este alvará e passareis / vossa certidão com o treslado dele para o Recebedor (R.ºr) do / dinheiro (di.º) da dita obra para por ela pagar a cada uma / das pessoas a que pertencer o preço em que lhe foram / avaliadas as casas que lhe foram tomadas / tomando primeiro informação de como lhe pertencem / na qual certidão declareis a quantia que [se] lhe hade pagar. E por este mando ao dito Recebedor que pe / las ditas vossas certidões e treslado de Real / vara pague a cada uma das ditas pessoas quan / to pela dita certidão lhe foi declarado que / lhe pertence da valia que lhe foi tomado de que fareis declaração nos Autos da avaliação. E poreis / prova neles e no assento do dito tombo como a tal / pessoa foi paga do dito preço no dito Recebedor. / E por o treslado deste alvará com a dita vossa certidão / e conhecimento da parte feito pelo Escrivão do dito Recebedor / mando que lhe seja levado em conta o que lhe pa / gar pela dita vossa certidão. E ante que lha passeis vos mostrará certidão em forma do dito / escrivão como carregou em receita sobre o dito

Recebedor / tudo o que se tirou das ditas casas [que] comprou. Assim / posto que este não passe pela Chancelaria: Domin / gos de Paiva (domjguos de payua) o fez em E'vora a XVI de abril de / MCXXXVII, o qual alvará parecia ser assinado / por el-Rei Nosso Senhor com sua assinatura (sobsp^rçam) ao pé e / foi concertado este treslado de alvará com o sobredito Corregedor / Francisco Dias (fr^o dias) e por virtude se escreveram aqui os terrenos (terreos) e chãos que se tomaram para a dita obra e serventia / de / la e são os seguintes. Tristão de Souto-Maior (tstam de souto mayor) o escrevi.

Item. Tomou-se o chão em que agora está feita a / rua de Santiago que se fez novamente que vai da / rua Ancha para a porta principal e terreiro da Igreja / (igja) / de Santiago assim como parte entrando nela da / dita rua Ancha da mão direita logo na entrada / com casas de Simão Gonçalves (simã gllõ) mercador e mais adiante / com casas de Duarte Tomaz (duarte tomax) e com um pedaço que / ficou do quintal que foi de Sebastião fernandes (bastião fnõ) sapateiro forei / ro a el-rei que ao presente está em quintal e ali / atravessa a dita rua de Santiago a rua da Alcarco / va Velha e começa a partir da dita mão direita com / a torre que foi do muro antigo que ora é de D.Beatriz da Silva (dona briatiz da sylva) e vai partindo com taipa a parede / do patio das casas dela Dona Beatriz até en / trar no dito terreiro da dita igreja de Santiago. E da / mão esquerda entrando nela da dita rua Ancha / logo na entrada parte com casas de Lourenço Salva / do (l^o salvado) sapateiro da qual banda vai a obra do cano e ma / is adiante com casas de Jorge Fernandes (jorge fnõ) sapateiro e mais a / diante com casa da adega do dito Sebastião Fernandes fo / reira aos herdeiros do coudel-mor e com o quintal do dito / sebastião Fernandes que ficou daquela banda detráz da / obra do cano e atravessa a dita Alarcova e começa / a partir com quintal das casas de Gaspar Moreira (guaspar mo^rã) dessem / bargador que foram de Rui de Melo e vai partindo / da dita banda com taipa e parede do dito quintal. E / patio das ditas casas. E tem de comprimento a dita rua de Santia / go da rua Ancha até a dita travessa da Alcárcova Ve / lha trinta e seis varas e passando a dita Alarcova / da outra banda até o terreiro de Santiago tem vinte / e

varas e passando a dita Alarcova / da outra banda até o terreiro de Santiago tem vinte / e uma varas e meia, e a dita rua da Alarcova tem de lar / go onde a dita rua atravessa pela do quintal do dito Sebastião Fernandes até o quintal do dito Gaspar Moreira sete varas. / E este é todo o comprimento (compridam) da dita rua Nova de Santia / go. E tem a dita rua de largo na entrada dela / ao longo da rua Ancha quatro varas e duas ter / ças entrando nisto o que ocupa a obra do dito cano / e onde entra na dita travessa da Alarcova tem de / largo cinco varas. E passando a dita Alarcova tem de largo da dita torre até a taipa e parede do dito quin / tal do dito Gaspar moreira cinco varas. E onde acaba no te / rreiro de Santiago tem de largo quatro varas e duas terças /.

Em este chão que se assim tomou para a dita rua entra / o vão do arco sobre que estava uma Camara que era de Mem Dieta (mem dieta) aqual camara estava armada sobre os / arcos que vão ao longo da dita rua Ancha de maneira / que se tirou a dita Camara que estava no ar, e foi a / valiada em quinze mil reis, e no começo da dita rua / estavam as casas que foram de Maria ? Dias (m^a dias) mulher / de Mestre Fernando que foram avaliadas em cento e / vinte mil reis, e assim a serventia das casas de Duarte / Tomaz que eram meia corredeira que foi avaliada / em cinco mil reis. E mais adiante as casas foreiras aos her / deiros do coudel-mor e ao Hospital (hptal) desta cidade que se / tomaram a Sebastião Fernandes foreiro que foram avaliadas / com sua serventia da corredeira e com dois terços / do quintal de tras das casas foreiro a el-Rei em oitenta / mil reis na qual avaliação entrão os cinco mil reis / acima ditos da serventia das casas do dito Duarte / Tomaz para repartição que se fez dos ditos oitenta mil / reis pela qual repartição foi avaliado o util senhorio / do dito Sebastião Fernandes em quatro mil e seiscentos reis / e o foro do Hospital que eram duzentos e vinte reis / em quatro mil e quatrocentos e o foro do coudel- / mor que eram quatro mil reis em sessenta e seis / mil reis que fazem a dita soma dos ditos oitenta mil / reis em que foram avaliadas as ditas casas do dito / Sebastião Fernandes foreiro segundo que tudo se mostrou pelos / autos das avaliações confrontações e medições / que disso se fizerão. E assim se meteu mais nesta rua / um recanto das casas de Duarte Tomaz quanto era a / largura da parede somente que foi avaliado em qua / tro mil reis ou que fizessem a dita parede nova de / pedra e cal. E assim se meteu na dita rua da / travessa da Alarcova até o terreiro de Santiago um / pedaço das casas do quintal das casas de Gaspar / Moreira e o assento das estrebarias das ditas casas / que tudo foi

avaliado em onze mil reis. E assim se meteu o assento de uma taipa do patio das casas / de Dona Beatriz da Silva pelo que se lhe havia de / fazer por avaliação outra taipa de novo sem mais / outro preço. E para todo ser notório o Licenciado Francisco Dias do Amaral Corregedor mandou a mim Escrivão (scpuam) fazer esta declaração neste tombo conforme o alvará / do dito Senhor Tristão de Souto-Maior Escrivão / das demarcações e tombos nesta Comarca de E'vora / pelo dito Senhor o subscrevi e assinei (scpuj e asiney) aqui com ele Corregedor / deste meu publico sinal, e risquei // das casas //

Tombo das demarcações da Câmara, alvará de 16 de Abril de 1537,[A.D.E.].

Fonte subterranea na Praça de Gualdo, do Rio
de 1892

Na face norte da Praça de Gualdo, e fronteira ao terreno meo a entrar da esquina da rua da
ra, existe uma fonte subterranea, muito antiga,
que o actual e muito digno Presidente da Camara
Municipal, o Sr. Dr. D. Francisco Eduardo, de Pa-
raloua Fragosa mandou visitar e armar -
me que a visitasse e lhe levantassem a planta. Ao
respectivo Deuho, para mais facil comprehen-
sao, junto as seguintes notas Descriptivas: - E'
um pouco revestido de paredes d'alvenario, fe-
chado pela parte superior por uma abobada de
tijolo em arco pleno, a qual tem a um dos
lados um buraco ou abertura coberta com
um cascão de granito, que está a face da
calçada, medindo $1,25 \times 0,30$, a qual, levanta-
do, fornece o accesso, que se faz por uma es-
cada em espiral, com 18 degraus, que conduz
até mesmo ao fundo, tendo o degrau superior
 $0,70$ de largura e o inferior $0,40$, formando patama
superior que fica situado ao nivel da nas-
cença da abobada. Este pouco, ou fonte, affec-
ta a forma cylindrica, tendo diâmetros varia-
veis por imperfeições da construcção e mesmo
pela configuração propria da escada, mas sendo
diâmetro medio (largura ou luz interior entre os
degraus) e de $1,33$. A profundidade total e de $5,90$,
sendo distribuida pela seguinte forma: $0,40$ de
fundo d'uma pequena caldeira cylindrica que
tem tambem $0,40$ de diâmetro; $4,20$ desde o fun-
do da qual até a nasença da abobada; $1,30$ de
flecha. Ao mesmo nivel da nasença da aboba-
da ha duas calhas de telha A A, a primeira

que seria descarregar directamente para o fundo da fonte, a segunda que descarregava sobre uma terceira que lhe fica perpendicular, está embutida na grossura do patim e é figurada por traços pontuados no desenho. Corte em A.B.

Deviam estas duas calieiras servir para em parte alimentar d'água a fonte. Devendo talvez a calieira A, que fica na direcção da rua João De Deus, trazer água do aqueducto setentrional; a outra não sei, com tudo é de construção mais recente, e fica situada na direcção da igreja de S.^{to} António. Actualmente uma e outra estão completamente secas.

Descendo a escada encontram-se nas paredes tres canos de manilhas de barro, figurados na planta por e. c. c.^m. Dos quaes apenas dois se vêem no Corte em A.B.; o primeiro e terceiro ficam a 0,97^m do fundo da fonte, o segundo a 0,87^m. isto é, 0,10 mais baixo que os outros dois. Visitei a fonte nos dias 12 e 13 do corrente; no primeiro dia tinha 0,73^m d'altura d'água, perfeitamente limpa, e os canos nada deitavam; foi regotada e tirado algum lodo que os canos tinham próximo ás bocas. No segundo dia (24 horas depois) notei com surpresa que a fonte tinha outra vez água na altura de 0,60^m, e que o cano C vertia então uma tenue corrente que no espaço de tempo de 24 horas produziu uma de 1,0^m. Parece pois que todos estes tres canos iram também contribuir d'água de nascentes exploradas a maior ou menor distancia nas immediações e reunidas n'esta fonte; e a circumstancia de se saírem as duas que correspondem aos dois canos que estão a nível superior, seria

talvez Dirida a exploração das águas que mais
tarde, nas proximidades, se tinham feito,
por abertura de pozos particulares: e esta
a exploração que vejo mais plausível.

Finalmente um baixo, sobre o patim inferior
e aproximadamente a 0,80 acima do fun-
do, um reboco de reboco enegrecido pe-
lo contacto da água, e que reveste a pare-
de, lê-se nitidamente em caracteres gra-
vados no mesmo reboco, a data de 1592.
ta talvez da construção desta fonte, que
sendo assim, conta 311 annos.

Colhidos os dados que precedem foi novamen-
te esboçado o plano de cobertura que qua-
drará quem sabe ainda por quantos annos
esta obra já tão antiga e que tem me-
rito ser conservada a par de tantas preci-
sidades de antiguidade de que a cidade de
Evora é tão rica.

Evora 19. de Março de 1903

António Augusto Pereira
cons. de obras publicas

*Provisão da a
goa que se /con
cedeo ao mos
teiro/ dos padres
de São Frº/por El
Rey Dom / Philip
pe o 1º em V de
Setembro de mil/
seis centos e do
us*

EU EL REY FAÇO saber aos, que este/ alvara virem que por constar da diligencia, que mandei fazer nos canos / da agoa da prata da cidade d'Evora, que os Religiosos de São Fran/cisco nam tinham provisão per que lhe fosse concedido o registo da agoa / dos dittos canos, que tem no seu mosteiro da ditta cidade, e por folgar de lhe fazer merce ey por bem de lha fazer por esmola, que elles te/nhão o registo da agoa do tamanho do circulo figurado na margem/ desta provisão, que he o mesmo, que ategora tiverão, e o cano delle se / fara na forma do regimento dos dittos canos, e este mando, que se / registre nos livros da camara o qual quero que valha tenha força, e vi/gor como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada, e pas/sada por minha Chancelaria sem embargo da ordenação em contrário Francisco Rebello o fez em Lisboa a cinco de Setembro de / mil seis centos, e dous annos, Duarte Correa o fez escrever.

fol. 38 v.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol.38 v.,[C.M.E.].

Agoa da prata do Rocio de São Brás

Aos oito dias do mes de Nouembro de mil e seis centos e sincoenta e hum annos em esta Cidade de Evora no Rocio de são Bras della onde foi o leccenciado Gaspar de Abreu de Freitas Juis de fora do geral com alçada por El-Rey nosso senhor em esta mesma e seu termo e Juis deste tombo comigo escrivão delle Sindico da Camera e com os medidores João de Almeida e Simão de Souto para effeito de confrontar as couzas que estão dentro do Rocio do Conselho e achou o dito Juis de fora que no meyo do caminho que vai da porta do Rocio para a Igreja de São Bras á banda do Nascente está hum fonte dos Sobejos dagoa da prata á qual se sobe por tres degraus de pedra, e tem em suma hum tanque de pedraria onde cahe a agoa e no meyo delle está hum pedestal, o qual sustenta hum bôla tambem de pedraria sobre a qual está hum tasa de mármore grande acanancada e no meyo della está hum Pyramide de pedra marmor com hum bola em sima por onde sahe agoa posto que de pouco tempo a esta parte se fizerão quatro buracos no pedestral desta pyramide por onde sahe a agoa, porquanto sahindo per sima por ser alta a pyramide a leuaua o vento, e do tanque alto sahem dous canos de pedraria que caham em dous tanques tambem de pedraria hum da banda do Nascente e outro da banda do poente e cada hum dos ditos dous tanques tem de comprimento quatro varas mal medidas e de largura duas varas e hum palmo e medindo o circuito desta fonte pella ultima escala que está junto ao chão tem circuito dezoito varas e quatro palmos e os sobejos da agoa desta fonte vão por hum cano debaxo do chão ao tanque grande onde se laua que he o que na medição atras e por esta maneira oune o dito Juis de fora esta fonte por medida e comfrontada e afsignou aqui com o Sindico e medidores e por testemunhas Jorge Cordeiro Inqueredor e João da Costa pagem do dito juiz de fora e eu Sebastião Rodrigues Feyo taballião que o excreny// Abreu// João Velho // João de Almeida // Simão de Souto// Jorge Cordeiro // João da Costa//

"Tombo Municipal de 1651", *A cidade de Évora*, n.ºs 15-16, ano VI, 1948-49, pp. 304 e 307.

... via a vossa carta em que daes conta do que tendes feito na lameda que tenho mandado que se faça nessa cidade, e ey por bem que se arrende todo o circuito que está cercado para a dita lameda por tempo de cinco annos á pessoa ou pessoas que parecer, e a pessoa a que se fizer o tal arrendamento se lhe porá por condição que tenha particular cuidado das arvores que estão prantadas regandoas e alipandoas quando for necessário, e plantar de novo as que secarem, e que não possa meter gado algum nem cavalgaduras dos vallados para dentro nem fazer cousa que seja em prejuizo das arvores prantadas, e vós e os juizes que vos soccederem tereis particular cuidado de visitar as ditas arvores em quanto durar este arrendamento ...

Livro 4º de Registo da Câmara, fol.52, [A.D.E.].

... o principal intento por que foi dado a algumas pessoas as alcarcovas e terras que estam ao longo dos muros e barbacãs da cidade devora da banda de fora foi pera as alimparem beneficiarem e plantarem nellas arvores de frescura e com isso se evitar as imundicias que avia e se faziam nas ditas terras e assi os maos cheiros que dellas resultavão na dita cidade.

Livro 2º do Registo da Camara fol.33, [A.D.E.].

Documento 26 _____ 1604, Setembro, 4

... e parece me bem que se faça hua fonte da dita agoa para os bairros da porta de Aviz e mouraria com hu chafariz para cavalgadas, e que da agoa que sobejar se faça um lavadouro a porta de Avis entre o muro, e a barbacam, e que também se faça outro lavadouro abaixo do chafariz que esta no Rocio Braz, com agoa que sobejar do dito chafariz, e que se abre e concerte o poço do novo como lembraes ... Lisboa 4 de Setembro de mil seis centos e quatro.

Livro 7º dos Originais da Camara, fl.372.

Documento 27 _____ 1651

... e logo o dito Juiz de fora mandou medir o tanque grande que está no mevo do Rocio que serve de lauarem as lavadeiras e he todo de pedraria laurada em quatro com seus quadro quantos e no mevo do tanque está hum leão de pedra marmor que lansa agoa pella boca e tem da parte de dentro hum andaime de pedraria todo em circuito para as mulheres se porem nelle a lauar e tem vinte e sinco varas de comprido, e de largura dezanove varas, e tem quatro portas nos quatro meyo para entrarem para elle e da banda do Nascente tem hum cano fechado a modo de arquia em que cahe a agoa que delle sahe, e por esta maneira onne o dito Juis de fora Juis deste tombo este tanque por medida e confrontado; e porque Ayres Gonsalves de Sampaio goza os sobejos desta agoa e os leua para as suas ortas que estão de fonte do Chafariz de El-Rey mandou o dito Juis que elle fosse notificado exhibilse os títulos por onde lhe pertencião os ditos sobejos, e aísinou aqui com o Sindico e medidores e por testemunhas Balthezar Rodrigues e Martim Menaxo Pereira e eu Sebastião Rodrigues Feyo taballião que o escreuy// Abreu// João Velho// João de Almeida // Simão de Souto // Martim Menaxo Pereira // Balthezar Rodrigues//

"Tombo Municipal de 1651", A cidade de Évora, nº 15-16, ano VI, 1948-49, op.cit. pp. 303 e 304.

Documento 28 _____ 1582 , Outubro

Alvará da Câmara de Évora, em que concede licença à Companhia de Jesus para a construção dum novo caminho, que servia a porta do moinho de vento, entre o Colégio da Purificação e o muro que está a par do mosteiro de Santa Mónica.

MONTE, Gil do - Efemerides, 3ºvol., Évora, vol III., p.27.

Provisão da a
goa, que se/
deu das fontes, e
aque/ducto ao
mosteiro de/San
ta Monica por/El
Rey Dom Jo/ao
o 3ºemXI de
Setembro de
M.D/L.V.IE
ouvera de/ir
adiante polla
or/dem, e data
dos an/nos

Juiz Vereadores, e/procurador da cidade. de Évora. Eu El Rey vos envio muito saudar a Priorisa/ e freyras do mosteiro de Santa Mo-nica dessa cidade me vierão pedir por merce,que ouvesse por bem de lhe mandar dar do cano da agoa da prata a cantidade de agoa/que me bem parecesse para lhe ir per cano ao ditto mosteiro para provimento, e des/pesa delle por lhe ser muito necessaria, pello que avendo respeito a sua necessidade/de,e por lhes fazer merce, e esmola ey por bem,e me praz, que do ditto cano/ da agoa da prata se lhe de aquela cantidade d'agoa, que couber por hum buraco/redondo tamanho como este, que nesta carta vay feegurado, que hehum circulo branco metido em hum quadrado preto.. e farseha hum cano de metal de compri-mento de tres/ palmos que tenha o vão do buraco como o ditto circulo o qual buraco se/fara no ditto cano todo de hum tamanho igual mente de hua parte aoutra, e/assentars ha no nivel de maneira, que no possaentrar mais agoa pello ditto/cano, para or ao dito mosteiro da que couber pello vão della entrando ao nível,/ e para que em todo o tempo se possa visitar, e ver se esta o ditto buraco confor/me ao sinal, e circulo desta carta, e se possa tapar, e destapar quando for/necessario e para huã arca onde a dittaagoa entrar no cano do mosteiro com sua/ porta e fechadura, e a chave della se entregara a quem tiver cargo do cano/grande da agoa da prata, e da ditta arca para o ditto mosteiro vira todo o ditto/cano por baixo do chão, para não faça dano as ruas, e vesinhos dellas, e a dit/ta agoa se lhe dara assy de dia como de noite em quanto o eu assy ouver por bem/ e não mandar o contrario e vos ditto Juiz Vereadores, e Provedor/ que hora sois, e ao diante fordes tereis cuidado de vesitar cada anno a ditta agoa/e prove reis nisso de maneira, que não va ao ditto mosteiro mais cantidade de/ / la da que lhe mando dar por esta minha carta a qual se pora no cartorio/da camara em toda boa guarda, e se registara no livro della, e a ditta Priorisa, e freyras do ditto mosteiro dareis o treslado della assinado por vos para/o terem para sua guarda. Jorge da Costa o fez em Lisboa a onze de Setem/bro de mil quinhentos cinquenta,de mil quinhentos cinquenta, e seis Manoel da Costa a fez escre/ver .

fol.39V

fol.40

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, foll. XXXIX, v. e XXXX. [A.D.E.]

*Provisão 3ª da
agoa q se deu
das fontes e
aqueducto ao
Collegio da Com
panhia / é as
mosteiro de São
João pella Rai
nha Dona Cate /
rina por El Rey
Dom Sebastiao
seu neto em
trinta de Março
de MDLX / E
outra provisão q
toca ao mesmo
mosteiro de São
João, é ouvera
de vir aqui vay
adiante as folhas
38.*

**Juiz vereadores e procurador da / cidade de Evora Eu El Rey vos envio
muito saudar. / O cardeal ffante Dõ / henrique meu muito / amado, e
prezado tio me pedio por / merce, que lhe man / dasse dar mais / alguã
agoa do cano da agoa da prata para o seu collegio do / Espirito Santo /
dos da companhia de I E SV, e assy / para o mosteiro de Sao / Joao por
donde passa o cano, que vay para o ditto collegio por terem della mui / ta
necessidade, e lhes nam bastar a que ja tem pello que auendo aisto /
respeito / ey por bem, que alem da agoa, que o ditto Collegio, e mosteiro
assy tem / se lhe /de, e acrescente mais aquella cantidade, que o Cardeal
meu tio vir, que / lhe / he necessaria, e lhe ordenar com / vosso parecer, e
vos estareis por tudo o / que elle a serca disso mandar, e fizer / que eu
tenho por muy certo, que sera / com o resguardo, que conuem, Jorge da /
Costa a fez em Lisboa a trinta de / Março /de mil quinhentos e sessenta.
Manoel / da Costa a fez escrever.**

Regimento do aqueduto da Água da Prata, 1606 ., fol.XXX,[C.M.E].

*Provisão da
agoa que se /
deu das fontes,
aque/ ducto ao
mosteiro de São
João no Anno de
M.D.LXIII em /
XXIII de Stembro
pollo Cardeal
Infante / por El
Rey Dom Sebast
/ ão seu sobri
nho. E esta se /
ouvera de
escreverapos
ou/tra de MDLX
que tam / bem
trata do mesmo
mosteiro.*

**Juiz Vereadores, e / Procurador da cidade de Evora / o Cardeal Iffante e ..
vos/ envio muito / saudar o Reitor, e padres do mosteiro de São / Joao
dessa cida / de me enviarão hora dizer,/ que El Rey meu Senhor, e irmão,
que está em / gloria lhe passara provisão per que / ouve por bem de lhe
mandar dar agoa / para a ditta casa da agoa da prata aqual / te gora lhe
não fora dada por na / provisão / nam ir declarada acantidade que avião/
de aver, e por que a ditta / casa tinha muita / necessidade della me
pedião lhe declarasse a cantidade / que/ avião de aver, e lha mandasse
dar, pello qual eu assentey, que /ouvesê / esta cantidade e vos
encomendo muito que lhe/façaes logo dar aditta / cantidade de agoa por
sou informado, / que tem o dito mosteiro muito ne/cessidade della, e
Manoel / Piz Cavaleero de minha casa, e mestre / de minhas obras por /
cuja ordenança se ade fazer a arca, e cano levadous / canos de metal de
hum palmo cada hum os quaes mandei fazer / polla ditta / forma para
hum delles se por na arca onde se / repartem as agoas da cidade / e vi
pollo cano, que vay ao / Collegio do Spirito Sancto, e outro se por na /
arca que o ditto/ Reitor e padres mandarão fazer a sua custa no ditto /
cano de frente do mosteiro para ha hi a tomarem no seu chão, e a ditta /
arca tera suas portas, e / fechadura de que o Provedor do cano tera a /
chave segundo / ordenança, e de o assy fazerdes receberey contentamê
to, / e volo agar decerey muito escrita em Lisboa a vinte, e/quatro dias do
mes de Setembro Christovão da Costa a / fez anno de mil, e qui /
nhentos e sesenta e quatro.**

Regimento do aqueduto da Água da Prata , 1606. . foll. XXXVIII v. e XXXIX,[C.M.E.].

Alvara paraq.sua ..e serem hoje em dobro numero os/religiosos do/ditto Convento ac fol.49v.
 Alteza / fez mer não podia sustentar//só com a ditta penna de Agoa, pedindo me
 ce ao Con vento mes/ma...
 de/ São João ... Hey por bem fazer lhe merce de ou/tra/ tanta quantidade de fol. 50
 Evangelista de / Agoa como lhes esta dada,/ com declaração q no tempo/ do estio
 uma penna de havendo/ falta de Agoas, se tape então a penna/ dos dittos
 Agoa/ mais da Religiosos / como os demais conventos ...
 que tem.

Regimento do aqueduto da Água da Prata , 1606, . fol. XXXXX,[C.M.E.].

Provisão de agoa ... me pediu o Cardeal Iffante Dom Henrique / meu muito amado, e fol. 29
 que / se deu das prezado ir / mão, e aveudo respeito respeito anecessidade, que o seu
 fontes, e a/que collegio, que elle mandou fazer / nessa cidade junto da porta do moinho de
 ducto ao collegio vento, tem de agoa, e querendo fa/zer graça, e merce por esmolla ao
 da companhia Reytor, e Collegiaes do ditto collegio, que/do cano da agoa da prata se lhe
 de Je /su por El de aquella cantidade d'agoa, que couber por hu / buraco redondo tamanho
 Rey Dõ João o 3º como este, que nesta carta vay fegurado, que he hum / circulo branco
 em XXX de Ou metido em hum quadrado preto a qual agoa se lhe dara do di/to cano na
 tubro de M.D.L.III quella parte del/le que mais conueniente for para se melhor / poder levar
 ao ditto collegio,e farseha hum cano demetal de comprimento / de tres
 palmos, que tenha o vão do buraco tamanho como o ditto circulo o / qual
 buraco se fara no ditto cano todo de hum tamanho igual mente de huã /
 parte a outra, e asentarseha ao olivel de maneira, que nam possa entrar
 ma/is agoa polo ditto cano para ir ao ditto collegio da que couber pello vão
 delle/ entrando ao olivel, e para que em todo o tempo se possa vesitar, e
 ver se es/tá o dito buraco conforme ao ditto sinal, e circulo desta carta, e
 se possa tapar / e destapar quando for necessario se para huã arca aonde
 a ditta agoa entrar no cano/ do collegio com sua porta, e fechadura, e
 achave della se entregara a quem tiver / cargo do cano grande da agoa da
 prata, e da ditta agoa para o collegio irá todo o / ditto cano por debaixo do
 chão, que nam faça dano as ruas, e vesinhos dellas, e / a ditta agoa se lhe
 dará continuamente assi de dia como de noite em quanto o / eu assi ouver
 por bem, e nam mandar o contrario, ...

Regimento do aqueduto da Água da Prata , 1606, . fol. XXIX,[C.M.E.].

Provisão segunda da agoa/ que se deu das fontes, e / aqueducto ao collegio da Companhia de JESV, por/ El Rey Dom João/ o 3º em XI de Setem/ bro de MDLVI

O Cardeal Iffante Dom / Henrique meu muito amado, e prezado irmão me pedio por merce, que ouves / se por bem de lhe mandar dar do cano da agoa da prata aquella quantidade de agoa que me bem parecesse para ir por cano ao seu collegio por ser pouca agoa a que / lhe ia por outra minha provisão tinha mandado dar para o ditto collegio por / ter necessidade de mais agoa, pello que ey por bem, e me praz, que do ditto ca/no da agoa da prata na quella parte delle, que mais conveniente for se lhe de / para o ditto collegio a quella quantidade de agoa que couber por hum buraco re/dondo do tamanho como este, que nesta carta vay figurado, que he hum cir/culo branco metido em hum quadrado preto e farsiha hum cano de / metal de comprimento de tres palmos, que tenha o vão do buraco tamanho como / o do ditto circulo o qual buraco se fara no ditto circulo todo de hum tamanho / igual mente de huã parte a outra, e assentarseha ao olivel de maneira, que não / possa entrar mais agoa pello ditto cano para ir ao ditto collegio da que couber / pello vão delle, entrando ao olivel, e para que em todo o tempo se possa visi/tar, e ver se esta o ditto buraco conforme ao sinal desta carta, e se possa ta /par, e destapar, quando for necessario, se fara huã arca onde a ditta agoa entrar / ao cano do Collegio com sua porta, e fechadura, e a chave della se entregara /a quem tiver cargo do ditto cano grande, e da ditta arca para o Collegio erá to/do o ditto cano por baixo do chão para, que não faça dano as ruas, e vesinhos / dellas, e a ditta agoase lhe dará continuamente assy de dia como de noite em quanto o eu ouver assy por bem, e nam mandar o contrario ... E ao Reytor e officiaes do ditto Collegio dareiso treslado della as/sinado por vos para o terem para a sua guarda, e assy fareis logo perante / vos romper a outra minha provisão de que acima faz menção (Apêndice documental I) per que lhe / ja tinha mandado dar menos quantidade d'agoa da que por esta ey por bem / que se de ; E sendo a tal provisão já registada na camara se riscara / o registo della para se não poder usar da ditta provisão, e se cumprirá / e guardará esta só mente ...

Regimento do aqueduto da Água da Prata, 1606, foll. XXIX, V. e XXX., [C.M.E.].

Provisão 4ª para se não ti/rar de poder dos padres da / companhia a chave do registo da agoa da prata, que tem d'El Rey Dom Sebastião em trinta de Julho do Anno de MDLXII

...e como a outra provisão que / passey para se entregarem todas as chaves do cano da agoa da prata ao Pro / vedor do ditto cano, nam derroga, nem faz especial menção da concessão feita / ao ditto collegio, ey por bem, e me praz, que a chave do registo da agoa, que / vay ao ditto Collegio do Espírito Sancto se nam tire do poder dos dittos pa /dres e atenhão daqui em diante da maneira, que ategora ativerão, e assy /se lhe nam mude o ditto registo do lugar onde hora está nem se lhe faça aser/ca delle, nem da agoa mudança, nem novidade de alguã de modo, que lhes va / sempre ao ditto Collegio acantidade da agoa, que polla ditta minha provi / são lhe tenho concedido o que assi me praz, sem embargo da ditta provisão / porque mandei igualar, e por olivel todos os Registos do ditto cano, e entregar as chaves ao provedor delle para as ter em seu poder, e mando/ ao ditto Presidente, e ao Corregedor da ditta cidade d'Evora, e aquaesquer outras justças officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto perten /cer, que assy o cumprão, e façam inteiramente cmpir ...

Regimento do aqueduto da Água da Prata, 1606, foll. XXX, v. e XXXI, [C.M.E.].

Provisão, 5ª em
confirma / ção
dou tras sobre
agoa q~ /se tinha
dado ao Collegio
/ da Com panhia
do Carde/al If
fante em nome
d'El Rey Dom
Sebastião seu So
brinho, em XXVIII
de Fevereiro de
M.D.LXVII

... que fosse ao ditto Collegio/ do Espirito Sancto outra tanta agoa como coubese por dentro de hum circulo re/dondo do tamanho deste, que aqui vay fegurado entrando nisso a agoa, que o / ditto Collegio já tinha, que toda era outra tanta como hia a porta de Moura / segundo vi pello acordo, e assento que em camara disso fizerão, e por huã / provisão, que lhe passarão da ditta agoa do qual acordo, e provisão o tresla / do he o seguinte: ACORDO. A os vinte, e cinco dias domes de / Junho de mil/ e quinhentos, e sesenta Annos estando juntos em Vereação / em Evora o Juiz Vereadores, e Procurador perante elles pareceo Dom / Lião Reitor dos Collegios, e lhes disse, que a cantidade da agoa, que o cardeal Iffante lhes deixou para ambas as fontes dos Collegios a de fora, e / a de dentro he a contia, que couber por dentro do circulo fegurado na provisão / atras entrando nisso a agoa, que ja tinhão antes de lhe o cardeal esta orde/nar por virtude da ditta provisão atras, que he tanta como a que vay a/porta de Moura toda juntamente, e por tanto assinarão aqui todos / Antonio Simoes o escreveu ...

Regimento do aqueduto da Água da Prata - 1606 , foll. XXXI, V., XXXII, V. e XXXIII, [C.M.E.].

Provisão 6ª sobre
o/ modo em que
se hade/ assentar
o Cano d'agoa/
que vay ao Col
legio da Compa
nhia de JESV /
d'El Rey Dom
Philip/pe o 2º em
cinco de Abril
de M.D.C.III

... que o registo que tem dos canos da agoa da prata da ditta cidade seja / da grossura, e tamanho do que lhe foy concedido pella doação, que tem feita / no Anno De quinhentos setenta, e dous, e que o ditto cano seja de tres palmos de /comprido, e se ponha ao olivel conforme aos regimentos dos dittos canos, e pro/ visões sobre isso passados, e que no mais se cumpra a provisão, que mandei pas/sar sobre a ordem, que se avia de ter nas chaves das arcas dos registos da agoa dos / dittos canos, e na visita dellas. E mando ao Corregedor da camara da ditta ci/dade faça perante si reduzir o cano, que o Bacharel Rui Mendez d'Abreu dei/xou aos dittos Religiosos, a outra do tamanho, e grossura concedida pella ditta/doação, e o faça assentar, e por fonforme ao que neste se contem de que fara os autos / necessários em que se importará este meu alvara, os quaes se guardarão com / os mais papeis tocantes aos dittos canos, e este mando sem embargo / de quaesquer provisões em contrario. FranciscoRebello o fez em Lisboa / a cinco de Abril de mil seiscentos e tres. Duarte Correa o fez escrever.

Regimento do aqueduto da Água da Prata, 1606, foll. XXXII v. e XXXIII, [C.M.E.].

Documento 38 _____ 1555, Outubro, 3

Provisão da agoa que se deu das fontes, e aque ducto ao mosteiro de nossa Senhora do Paraíso por El Rey Dõ João o 3º em tres de Outubro de M.D.L.V.

JUIZ VEREADORES, E Procu/rador da cidade d'Evora Eu El Rey vos envio muito saudar, avendo Respeito/a necessidade, que a Priora e Freiras de nossa Senhora do Paraíso dessa/cidade tem d'agoa, e querendo lhes fazer graça e merce por esmola ey por bem, e/me praz, que do cano dagoa da prata se lhe de aquella quantidade d'agoa, que couber/ por hum buraco redondo tamanho como este que nesta carta vay figurado, que / he hum circulo branco metido em hum quadrado preto e farseha hum / cano de metal de comprimento de tres palmos, que tenha o vão do buracotamanho/ como o ditto circulo, o qual buraco se, fara todo de hum tamanho igalmentell/ de hua parte à outra e assentarseha ao olivel de maneira, que não possa entrar/ maisagoa pello ditto caño para vi ao ditto mosteiro da que couber pello vao delli/ entrando a olivel e para, que em todo o tempo se possa visitar, e ver se está / o ditto buraco conforme' ao sinal, e circulodesta carta, e se' possa tapar, e des/tapar quando for necessario, se' para hua arca onde aditta agoa entrar no cano / do mosteiro com sua porta, e fechadura, e a chave della se'entregará quem/ tiver carrego do cano grande da agoa da prata, e da ditto arca para o mosteiro / irá todo oditto cano por debaixo do chão, que não faça dano as ruas, e vesinhos/ dellas, e a ditto agoa se lhe dara continuamente assy de dia como de noite, em /quanto o eu assy ouver por bem, e nam mandar o contrario, e vos ditto Juiz/ Vereadores, e Procurador tereis cuidado de visitar cada anno a ditto agoa/ e providereis nisso de maneira, que não va ao ditto mosteiro mais quantidade de'lla da que' lhe' mando dar por esta minha carta aqual se' pora no cartorio da ca/mara em toda a boa guarda, e se registará no livro della, e a ditto Priora e freiras dareis o treslado assinado por vos para o terem para sua guarda, Jor/ge da Costa a fez em Lisboa a tres dias de Outubro de mil, e /quinhentos, e cinquenta, e cinco manol da Costa a fez escrever.

fol.33

fol.33v.

Regimento do aqueduto da Água da Prata 1606, foll. XXXIII e v.,[C.M.E.].

Documento 39 _____

XXXVIII

E porque' altern das fontes, tanques, e chafarizes publicos fize/rão os Reys meus antecessores mercê a cada hum dos mosteiros de dentro, / e fora da cidade de certa quantidade de agoa conforme' a sua necessidade/ os quaes são os que se' seguem.

fol.10 v.

XXXIX

O Mosteiro da Cartuxa, o de' Santo Antonio, o de Nossa Senhora/ do Carmo, o do Monte' Calvário, o de' São Domingos, o de' Sancta Clara/, o de Sancta Caterina de' Sena, o de' São Francisco, o de Nossa Senhora/ da Graça, o do Paraíso, o do Salvador, o da Companhia de JESU, o/Hospital, o de São João, o de Sancta Monica, o de' São Paulo, os meus / paços, a cadea, e o sobejo da agoa do chafariz da praça, o da porta de Moura, que dell'e sobejar, e correr depois decheo, he' do Duque de Bragança / para delle poder levar este sobejo às suas casas por cano particular. Tirado / estes donatarios, que tem agoa destes canos por provisão, nenhuã outra pes/soa de qualquer estado, que seja poderosa ter, nem tomar agoa dos dittos canos/ da agoa da prata sem expressa provisão minha, nem os officiaes da camara/ nem outra pessoa alguma podera tomar conhecimento, nem se' entremetera/ a tomar sobre isso petição com pena de se lhe dar em culpa, e se proceder con/tra elle' como for meu serviço, e tendo alguma pessoa despacho dos officiaes/ da camara, ou de' outrem para aner agoa dos canos mando, que se não faça/obra por elle, e o ey por nullo, e de nenhum efeito, e vigor, por quanto lho não podião dar.

fol.11

Donatario

s

de/agoa

Duque de

Bragança

Dos donatarios, que têm / agoa dos canos

Regimento do aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. Xv. e XI,[C.M.E.].

Documento 40 _____ 1556, Setembro, 16

Juiz, Vereadores e Procurador da Cid.^e de Evora, o Cardeal Infante vos enuio m.^{to} saudar. Eu falei a El-Rey meu Senhor sobre a agua da prata hir a Porta de Moura; S.Alteza houve por bem fazer m.^{ca} a cid.^e da quantid.^e q. vereis pela Provisão de S.Alteza q.uos com esta dava João Pereira Cavaleiro Fidalgo de minha caza; e foy muy bom requirimt^o p.^a Cid.^e ficar melhor prouida; de todas partes podereis ordenar de amandar fazer, porq. he muy boa obra, e provettoza aprovo. Escrita em Lisboa a 16 dias do mes de Setembro. Cristovão da Costa a fez anno de 1556. Diogo Frz a fez escrever.

O Cardeal Infante

Livro 6º dos Originais da Câmara, fol.427, [A.D.E.].

Documento 41 _____ 1571, Agosto, 27

Provisão da a Eu ellRey faço saber a vós juiz, vereadores e procu/rador da cidade goa, que se / deu d'Evora, que por justos respeitos, que me a isso movem ei/por bem, e me das fontes, e a praz que da agoa da prata desa cidade deis para o Hospital/ della outra queduc./to ao tanta agoa quanta se da ao mosteiro de São Domingos desa cida/de, ou Hospital por El ao mosteiro de nossa senhora da graça della, Mando-vos que lhedeis/e /Rey Dom Sebas façais dar a dita agoa para ir á dita casa polla vitola, e medida de ca/da hum dos dittos mosteiros, E este fareis tresladar nos livros da Camara/ tião em/ XXVII d' desa cidade para em todo o tempo se saber como o ouve, assy por bem, e Agosto de MDXX o tor/nareis ao provedor e irmãos da dita casa para o terem em guarda o qual quero, e me praz, que valha e tenha força e vigor como se fosse carta/ feita em meu nome por mim asinada, passada por minha chancelaria/ sem embargo da ordenação do segundo livro titulo vinte, que diz, que as cou/sas cujo effeito ouver de durar mais de hum anno passem por cartas e pasando por alvará não valhão, E se contieme outro sy posto que não/pase polia chancelaria sem embargo da ordenação em contrario.

Jorge/d'Oliveira a fez em Sintra a vinte sete d'Agosto de mil quinhentos se/tenta, e hum Annos. João de Castilho o fez escrever. E posto / que digna que seja outra tanta agoa como a que seda a São Domingos, ou ao/ mosteiro de nossa Senhora da graça ey por bem de lhe' dar outra tanta cantidade de agoa do cano real dagoa da prata quanta mandej dar ao/ mosteiro da Vera Cruz, que a infanta donamaria minha tia na / dita cidade mandou fazer pello registo do quall se lhe fará o cano igual/ assy em grosura como em comprimento, e mando a Duarte de Mou/ra Provedor das obras do ditto cano da agoa da prata, que no lugar e/ arca em que se' a ditto agoa tirar para o ditto Hospital faça assentar o/ dito cano e registo, ao olivel com os mais, que na dita arca estiverem para que todos em todo o tempo fiquem ligados conforme a ditto provi/são, que para isso tenho pasada, E Mando ao dito Juiz vereadores / e procurador da ditto cidade, que o assy o façam cumprir pella ditto/maneira.

Ey por bem que a provisão atras escrita do Sôr Rey dôm/Sebastião, meu sobrinho, que Des tem se' cumpra, e guarde como se nella con/tem, a casa do Hospital da cidade d'Evora, e lhe seja dado agoa do cano/Real dagoa da prata da ditto cidade como na ditto provisão he declarado, / E mando ao Juiz, Vereadores, e mais officiaes da Camara da ditto cidade/, e ao Provedor do ditto cano que / ora he / e ao diante forem, que assy o cum/prão, e façam comprir sem duvida nem embargo algum posto, que o effeito/ desta apostilla aja de durar mais de hum anno, e que não seja passada pella/ chancelaria, sem embargo das ordenações em contrario. Manuel Godi/nho a fez em Lisboa a vinte de Março de mil quinhentos oitenta e dous.

E esta postilla se registrará no livro da camara

fol.34

fol.34 v.

fol.35

Regimento do aqueduto da Água da Prata, - 1606, fol XXXVIII v. e XXXV, [C.M.E.].

Obra do cano de Água para o Hospital

Eu el Rey faço saber aos que este alvará virem que eu ey por bem e me praz por mo enviarem pedir o provedor e irmãos da confraria da misericórdia da cidade d'Evora que os cem mil rs pouco mais ou menos que diz que estão depositados do sobejo das remdas do esprital de são lazaro da dita cidade, que he da administração da dita confraria, se possam gastar e despender na obra dos canos que se ora ha de fazer pera se levar ao esprital da dita cidade que tambem he Apêndice documental à misericórdia certa cantidade d'agoa que lhe mandey dar do cano dagoa da prata. Este não passará pela chancellaria. Gaspar de seixas o fez em Lisboa a 15 de setembro de 1572. Jorge da Costa o fez escrever. Rey.

Ha V.A. por bem por lho pedirem o provedor e irmãos da confraria da misericórdia da cidade d'Evora que os cem mil reis pouco mais ou menos que diz que estão depositados do sobejo das rendas do esprital de são lazaro da dita cidade que he da administração da dita confraria se posão gastar e despender na obra acima declarada e que este não passe pela chancellaria.

PEREIRA, Gabriel - *Documentos históricos da Cidade de Évora – Documentos da Misericórdia e Livro dos Previlégios do Hospital*, Évora, 1885, p.259, [N.D./C.M.E.].

Ágoa da Prata para o Hospital

Aos senhores que a presente certidão virem e o conhecimento della com direito deva e haja de pertencer certifico eu Antonio Martins Aranha, escrivão da fabrica da agua da prata desta cidade de Evora que pera effeito de passar o presente me foi mostrado o regimento da dita fabrica, em o qual ás folhas quarenta e uma está uma provisão com o circulo da agua que se deu do aqueduto da agoa da prata ao hospital d'elRey desta cidade de que o treslado de verbo ad verbum he o seguinte: (transcreve o doc. LXXXII desenhando o calibre do tubo, um circulo de 0^m, 007 de diametro).

PEREIRA, Gabriel - *Documentos históricos da Cidade de Évora – Documentos da Misericórdia e Livro dos Previlégios do Hospital*, Évora, 1885, p.262, [N.D./C.M.E.].

Alvará porque **EU EL REY FAÇO SABER** Que haven/do Respeyto do que por sua
 sua Ma/gestade petição me apresentara o Prezidente e Irmãos / do Recolhimento de fol.50v.
 fez merce ao Pre N.Senhora da Piedade de Evora a serca do mesmo re/colhimento não ter
 zidente, e Irmãos mais que hum penna de Agoa q' pera o sustento e o ma/ís necessario
 doz/ Recolhimen delle lhe esta concedida dos Cannos da prata da mesma cid^{de}/ prezente se
 to de Nossa / Snra acharem, sento e sincoenta molheres, e poder ainda creçer/ o ditto
 Piededesta ci/ da numero pella m^{ta} nobreza da quella cidade e Provincia, e a ditta/ penna de
 de de Evora de Agoa ser m^{to} pouca p^a tão grande numero de pessoas, pedindome/ lhes
 hua / penna de fizese merçe conceder outra penna da mesma Agoa, e visto o que
 Agoa mais da q' alegarão, e o / mais que constou por informação do Provedor da Comarca
 tem. da ditta cidade ou/vindo os officiaes da câmara della q' não tiverão a isto
 duvida. Hey por bem/ e me pras fazer merçe do ditto recolhimento de
 outra penna de agoa dos kannos/da prata come a que ja tem como
 pedem, p^a seu sustento, e mando aos officiaes/ da camara, e mais justiça
 aquem o conhecimento pertencer lhe cumprão // e guardem esta provisão
 como nella se contem, E valerá posto q' seu effeito / haja de durar mais de
 hum Anno, sem embargo da Ordenação Liv^v 2º titt 40/ em contrario, e
 pagou de novos direytos, quinhentos, e quarenta reis q forão car/regados
 ao thezoureyro delles no livro de sua receyta a fol. 36 verço. Miguel /
 Vieyra o fez em Lx^a a vinte de Janeyro de seis centos e oitenta e seis -
 Fran^o/ Galvão a fes escrever - Rey - Alvará do Prezidente, e irmãos do
 Reco/lhimento de N S^a da Piedade da cidade de Évora porq^o S^a Mag^{de}
 lhe faz / merce de outra penna de Agoa dos kannos da pratta como aque
 já tem p^a / sustento do ditto recolhimento como assima se contem - Por fol.51
 Resolução de S./Mag^{de} de sete de Junho de seis centos e oitenta e sinco
 - Em consulta de Dezembargo do Passo de sencio do ditto mêz e' Anno -
 João Lampreya de Vaz/gas - João da Roxa de Azevedo: Diogo Marchão
 Themudo: Registado na Chancelaria do Rey no e Corte em o livro dos
 officiaes, e mr^{ces}/ a fol sincoenta verço = Manoel da Rosa Rego = Pagou
 quinhentos e'qua/renta é aos officiaes, trezentos e quatorze Reis Lx^a o
 primeyro de Junho de seis/centos e oitenta, e seis = Dom Sebastião
 Maldonado Acordão em Cara/ra q' se cumpra o Alvara de S.Mag^{de} q'
 G^{de} de Registe Évora em ve/reação de Junho oito de mil e seis centos é
 oitenta é seis = Zagallo = Lamberto./Sampayo. = Fica registado este
 Alvará no livro dos Registos do Senado da/ Camara q' de prezente serva a
 fol/ noventa é nove verço em diante Evora; onze/ de Junho de mil e seis
 centos e oitenta e seis =Manoel Gálvas Bacoro/ se/gundo o que assim se
 continha em o ditto Alvará de S.Mg^{de} Deos Guarde / o qual.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, foll 50v. e 51, [C.M.E.].

1930, Novembro, 3

Alienação de terreno na travessa dos Arcos.

Requerimento de Manoel António do Monte pedindo a alienação nos termos legais dos arcos que existem na Travessa dos Arcos e terreno ocupado pelos mesmos.

Actas da C.M.Évora - 25 Setembro de 1930 / 14 Março de 1934, sessão de 6 de Novembro de 1930, p.11,[A.D.E].

1933, Janeiro, 5

Pelo Sr. capitão Mendes Moreira foi apresentada a seguinte proposta:

Existindo uns restos de aqueducto na Travessa dos Arcos que nenhuma utilidade tem para o município, e sendo certo que o mesmo está arruinando o prédio que lhe fica anexo proponho que nos termos do nº2, do artº 94º, da lei nº88, seja anunciada a sua venda, sem base de licitação.

Foi aprovada por unanimidade tal proposta.

Actas da C.M.Évora, 25 de Setembro de 1930/ 14 de Março de 1934, sessão de 5 de Janeiro de 1933, p.111 v.,[A. D. E].

1933, Novembro, 28

Por ultimo foi confirmado a adjudicação feita em haste pública ao Sr.Manuel António do Monte dos restos do aqueducto existente na travessa dos Arcos pela quantia de 150\$00, sendo também autorizado o senhor presidente a assinar a respectiva escritura.

Actas da C.M.Evora - 25 de Setembro de 1930/14 de Março de 1934, sessão de 23 de Novembro 1933, p.174,[A. D. E].

fol.68

Por provisão de 16 de Novembro de 1803 do Principe Regente (vid. correspon/dencia recebida da camara de 27 de Junho de 1906) foi concedido ao quartel do / Regimento de Cavallaria nº5 em Évora, um anel d'agua da Fonte/ da Agua da Prata, em o lugar que ficar mais proximo do mesmo quartel/ sendo para ele encanada. Em troca do anel fornecido pelo chafariz do lar/go dos Castellos foi concedida ao mencionado regimento (vid. acta de 5 de Julho de 1906) autorização para fazer a captação da caixa da rua Nova (sob as condições constantes da mesma acta). Em sessão de 20 de maio de 1915 foi resolvido permitir a ligação da cai/xa da água da Rua Nova com o quartel, ficando estabelecido, além de outras/ clausulas, o fornecimento de vinte e sete metros cubicos de água em vinte e quatro horas, correspondentes ao anel devido.

Água para o
quartel de ca
valaria nº5

Regimento do Aqueducto da Água da Prata.- 1606, fol.LXVIII ,[C.M.E].

*Provisão da a
goa, que se
con/sedeo das
fontes, e aque
duc/to ao mos
teiro da cartuxa/
por El Rey Dom
Philip/pe o pri
meiro em XX
de/Fevereiro de
M.D.E/XCII*

*Eu El Rey faço saber aos que este alvara virem/ que o Prior, e padres do
convento de Escala Coeli da ordem da Cartu/xa, que hora estão na
cidade d'Evora me enviarão dizer por sua petição// que por quanto para
começarem a edificar o novo mosteiro, que tinham ordenado o não/podião
fazer sem lhes dar do cano da agoa da prata da ditto cidade a quantidade/
que parecesse que lhes podia abastar como se dava a todos os
mosteiros della me/pedião ouvesse por bem de lha mandar dar, e visto o
seu requerimento mandei / fazer pello corregedor da comarca da ditto
cidade alguãs diligencias em que forão/ouvidos os officiaes da camara
della, e vistas as deligencias, e informação particular, que o ditto
corregedor me enviou, e a necessidade, que os padres da car/tuxa tem
da ditto agoa, e como sem ella nam poderião edificar o ditto mostei/ro, e
os dittos officiaes da camara são contentes, que se lhes dee, e por fazer /
merce, e por esmola aos dittos padres da Cartuxa ey por bem, e mando,
que/na parte, que mais conveniente parecer ao Juiz Vereadores, e mais
officiaes da ca/mara para, que do ditto cano da agoa da prata possa ir
agoa ao ditto mosteiro da car/tuxa se faça huã arca com um registo por
on de va a elle tanta quantidade de agoa/ que possa encher o vão, e
redondeza de hum cinquinho, que he a metade de meo/vintem de prata,
que ey por bem, que se lhes de para o ditto mosteiro do ditto ca/no da
agoa da prata da qual arca, e registo o provedor delle para fazer chave,/
ou chaves que lhe parecerem necessárias e assy como tem as dos mais
mosteiros da dit/ta cidade para que em todo o tempo se possa ir ver, e
alimpar de maneira que se / não possa entupir o ditto vão por onde a ditto
agoa hade ir ao ditto mosteiro/ e em nenhum tempo se possa diminuir,
nem ir menos quantidade de agoa a elle/que o que assi encher o vão do
ditto cinquinho, E Mando aos dittos Corregedor, e Provedor do cano da
agoa da prata, e aos dittos officiaes da camara/ que hora são, e ao diante
forem, e aquaesquer outras justicas officiaes, e / pessoas a que o
conhecimento disto pertencer, que cumprão, guardem, e fação // cumprir,
e guardar este alvará como se nelle contem o qual se registara no livro
da/camara da ditto cidade, e ey por bem, que valha tenha força, e vigor
como se fos/se carta feita em meu nome por mim assinada sem embargo
da ordenação de se/gundo livro titolo vinte, que o contrario dispoem
Belchior Pinto o fez em/Lisboa a vinte de Fevereiro de mil quinhentos
venta, e dous, João da Cos/ta o fez escrever.*

fol.37v.

fol.38

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, foll.37 v. a 38, [C.M.E.].

EU EL REY FAÇO SABER Aos que este/Alvara virem que o Prior, e monges da Cartuxa de Nossa Senhora de Scal/la Cali da Cidade de Evora, me fizeram petição dizendo nella, que se por o ditto/ mosteyro ser de muitos Religiozos, e de muita familia, era mui falta de Ago/a, e della tinham muita necessidade, é gora tem comprado huma fonte de/muito boa agoa ao cabido da See da ditto Cidade, em hua erdade sua meia/legoa della aqual fonte com minha licença querião meter a sua custa no cano/ Real da agoa da prata para q' deixando ametade de toda acantidade da Agoa/ da ditto fonte que assim meterem para acrescentamento da dos canos se lhes de/se a outra ametade junto ao ditto mosteyro, e me pedirão lhes fizesse merce da/ditto licença para allem delles receberem nisso de mim grande esmolla. Rezul/tava em grande proveito, e utilidade publica no acrescentamento da ditto ago/a, e do contendo da ditto petição mandei tomar informação pello Corregedor/ da Comarca da ditto Cidade, e q ouvisse os officiaes da camara della, e vis/ta por mim a informação do ditto corregedor e seu parecer e arresposta q/ darão os dittos officiaes da Camera. Ey por bem q' metendo os dittos Reli/giosos dentro no canno Real da agoa da prata por kannos fortes, e seguros / de pedra e cal toda a agoa da fonte que tem comprado á sua custa sem nisso /despender couza alguma a fabrica dos dittos kannos se lhes de ametade da dit/ta Agoa ficando a outra ametade no canno principal se medira primeiro/ no mes de Agosto toda a que se houver de meter no ditto canno, e se fará/ hum registo da q' hande aver os dittos Religiozos em huma Arca com su/a chave a qual elles não terão, e da ditto Agoa uzarão os dittos Religiozs/ assi o damaneyra q' atem aos dittos os mais mosteyros da ditto Cidade, e a /medissão da ditto agoa se fará pello Provedor e officiaes dos dittos kannos/ dagoa da prata com assistencia do Vereador mais velho da ditto Camara// por orde delles se fara tambem o Registo, e arca da ditto Agoa tudo na forma/do Regemento dos dittos kannos da agoa da prata, sem se alterar, nem mudar/ em couza alguma, e com declaração q' avendo em algum tempo falta geral de Agoa/ nos dittos kannos se fara deminuição na dos dittos Religiozos e Respeyto da fal/ta que houver, e de tudo se farão Autos necessários que se guardarão no cartório/ dos dittos kannos, e mando ao Provedor dos dittos kannos, e officiaes, e / as mais justiças, e officiaes, e as mais pessoas, a quem o conhecimento deste pre/tencer que o cumprão e guardem como neste se contem, que valerá posto que o/efeito delle aja de durar mais de hum Anno sem embargo da ord. do liv.2 ffº4 que dispoem o contrario. João Feyo a fes em Lxª a 2 de Setembro de mil/ e seis centos e vinte. Duarte Correya de Souza o fez escrever. Rey Dom / Diogo de Castro.

fol.45

fol.45 v.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, foll.45 e 45v.,[C.M.E.].

A Vossa Mag^{de} porbem de dar licença ao Prior, e Monges da / Cartuxa de Nossa Senhora de Scalla Cali da Cidade de Evora para que/ metendo dentro no Canno Real da Agoa da prata toda a Agoa que tem/comprado ao Cabide da See da ditto Cidade á sua custa, se lhes dee ametade/ da Agoa junto ao ditto Mosteyro pella maneira que neste se declara, para a V./Mag.^{de} Ver; por despacho da menza Fran^{co} Vaz Pinto pagou duz/entos, e quarenta em Lxª a tres de Outubro de mil e seis sentos, e vinte an/nos. Miguel Maldonado, Registada na chancelaria a fl.241. Luis/Batalha.

fol.45v.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. 45v.,[C.M.E.].

*Provisão da agoa
que se concedeo
das fontes, e aque
ducto ao mos/
teiro de sancto
Antonio/da pieda
de em confirma
ção de El Rey
Dom Philippe o
primeiro/ em XIII
de Outubro de
MDLXXXV.*

EU EL REI FAÇO SABER Aos/que este alvará virem, que o Guardiã, do Convento de Sancto António da ordem/ de São Francisco da provincia da Piedade junto da cidade de Évora me enuia/rão dizer por sua petição, que El Rey Dom Sebastião meu sobrinho, que /Ds tem lhe mandara passar hum alvará de que o treslado he o seguinte. Eu/ El Rey faço saber ao Juiz Vereadores, e Procurador da cidade d'Evora/ que havendo respeito ao Cardeal Infante meu tio mandar hora fazer fora da/porta d'Alagoa junto do mosteiro do Carmo hum mosteiro da ordem de São/Francisco da provincia da piedade, e por fazer esmola aos padres do ditto/ mosteiro ey por bem, e me praz, que do cano da agoa da prata se de para o/ditto mosteiro aquella quantidade d'agoa, que o Cardeal meu tio parecer, e co/vosco assentar o que he necessario para os padres delle, e da quantidade que / se assy assentar, que se lhe de se fara aqui hum circulo redondo da largura/ que ouver de ser o cano por donde for a ditta agoa, e portanto vos mando, que /façaes dar para o ditto mosteiro da piedade a ditta agoa pella maneira, e or/dem, que se da aos outros mosteiros da cidade, e comprireis, e guardareis/ inteiramente este alvara como se nelle contem o que ey por bem, que valha/ tenha força, e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada, / e passada por minha Chancelaria posto, que por ella nam seja passada/ sem embargo da ordenação em contrario Gaspar de Seixas a fez em Lix/boa a dez de Mayo de mil quinhentos setenta, e seis Jorge da Costa a fez/escrever. E assy apresentarão hua carta d'El Rey Dom Henrique, q// sancta gloria aja de que outro sy ho treslado he o seguinte. Duarte de Mou/ra Provedor das obras do cano da prata da cidade d'Evora Eu El/Rey vos enuio muito saudar hui enformado ser necessario abrir-se hua/porta da banda de dentro da cerca do mosteiro de Sancto António quanto/ possão chegar ao registo do mesmo mosteiro quanto se tapar da qual o guar/diã tera huã chave encomendouos, que deis ordem com que se faça assy, e/me avisareis do que nisso se fizer, se nos parecer de Lisboa a vinte dous de /Julho mil quinhentos setenta e nove. E porquanto elle ditto Guardiã, do/ convento não achavão o assento, que se mandava fazer com a Camara sobre/ a ditta agoa conforme a provisão assim treslada, e desejão estar quietos, e seguros em sua posse por me em algum tempo lhe nam tomassem a/ ditta agoa me pedião, que avendo respeito ao acima ditto, e a serem pobres/ sem possibilidade para averem agoa de outra parte, nem se poder susten/ta o ditto mosteiro sem a que agora tem, ouvesse por meu serviço, que elles/tivessem a ditta agoa com a chave della assy, e da maneira, que atem, e possuem desque/se principiou o ditto mosteiro, que he na possibilidade para averem agoa de outra parte, nem se poder susten/ta o ditto mosteiro sem a que agora tem, ouvesse por meu serviço, que elles/tivessem a ditta agoa com a chave della assy, e da maneira, que atem, e possuem desque/se principiou o ditto mosteiro, que he na mesma quantidade, que tem o car/mo, e mais mosteiros da ditta cidade, e receberião merce e antes de se/lhe dar despacho mandei, que os officiaes da camara da ditta cidade ouve/sem vista de sua petição e receberião merce e antes de se/lhe dar despacho mandei, que os officiaes da camara da ditta cidade ouve/sem vista de sua petição e respondessem a ella ao que se satisfez com não/terem nenhuma duvida em conceder aos dittos padres o que me pedião, e vis/to por mim seu requerimento, e reposta da camara, e por folgar de lhes/fazer esmola ey por bem, e me praz, que o ditto convento tenha agoa assy/ e da maneira, que agora tem, e na quantidade em que a possuem sem ou/tra

fol.35

fol.35 v.

inovação alguma, e tenham a chave della livremente por que assy o ey/por meu serviço com declaração que neste alvará se fara hum circulo redon//do da quantidade em que hora tem a ditto agoa sendo presentes a Juiz, Vereadores,/ e Procurador da ditto cidade de, que se fora termo em que todos assinarão para q/ em todo o tempo se sayba, que tem o ditto mosteiro a ditto agoa por meu consentime/to, e outro sy se registrará este alvará no livro da camara onde se fara outro circulo do tamanho do que se fizer neste alvara por donde os dittos padres hão de ter/ a ditto agoa de que lhes faço esmola. E Mando ao Juiz Vereadores, e Procurador da ditto cidade, que hora são e ao diante forem, e as mais justiças e/pessoas a que o conhecimento disto pertencer cumprão, e guardem este alvara co/mo se nelle contem o qual quero, que valha, e tenha força, e vigor como se fosse / carta feita em meu nome por mim assinada, e passada por minha Chancelaria/ posto, que por ella nam seja passado sem embargo das ordenações do livro segundo/ tittolo vinte, que o contrario dispõem. António Moniz d' Afonseca o fez em/Monção a quatorze de Outubro de mil quinhentos oitenta, e cinco.

fol.36

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, foll. 35, 35v. e 36, [C.M.E.].

Documento 51 _____ 1605, Maio, 23

EU EL REY FAÇO SABER aos q'este Alvara/ virem que o Guardião, do Convento de St^a Antonio da Ordem de S.Francisco/da provincia da Piedade, junto da cidade de Evora me enviarão dizer por sua / petição q'os Rey Dom Sebastião, meu Primo q' seja em gloria lhes fes merce d/de certa quantidade de Agoa do cano da Agoa da prata da ditto Cidade e o S^{or} / Rey Dom Henrique, q' seja em Evora lhe fizera depois merce q' se abrisse/huma porta, em humaArca do ditto canno da Agoa da prata na qual esta o re/gisto da Agoa que possuem pera q'oGuardião do ditto convento tivesse chave da/porta, e q'El Rey meu S^{or} e Pay q' esteja em gloria lhes fizera outros y m^e de lhes/confirmar as Alvaras dos dittos Senhores Reys, e em primeyro ouvir de Novo a Cama/ra e estando o ditto Mosteyro na ditto posse da Agoa e chave que lhe foi conce/dida, Ruy Mendes de Abreu que por meu mandado foi a ditto Cidade/ de Evora fazer delig^{as} sobre o ditto canno da Agoa da prata lhes tomou a ditto /chave que tinham em seu poder e lhes tirou o canno do ditto seu registo que sera/ de hum palmo de comprido.

fol. 41v

Estava asentado hum dedo debacho do olivel da /Agoa, e lhe mandou por outro canno novo de tres palmos de comprimento assentado/ a olivel da agoa com o qual se lhes tira o Remedio de poderem habitar aquelle mos/teyro, e q'som a Agoa que tinham escaçame^{te} poderão concervar hum Canteyro de orta no verão e regar huma ves na semana as, laranjeiras q' tem, e com a re/novação e mudança do Registo foram tendo muito menos agoa da q' tinham, sendo// asi que a sua sustentação principal he a Orta por jejuarem a maior parte do anno, e não podere valerce de nora por não poderem ter cavalgadur^{as}, e não terem rendas nem couza de q poder ortaliça, e visto seu requerime/to, e numqua se achar q' do ditto Guardião ter a ditto chave. Rezultasse per ju/izo, algu eas mais rezos q' ha para eu folgar em lhes fazer m^{ce} por esmola./ Hey por bem, e me praz de lha fazer, em lhes confirmar, (como por este Alvará confirmo) os q'tem sobre a ditto Agoa asy e da maneyra q' nelles se conte/ e assim deos restituir ao mesmo estado em q' estavam tudo conforme aos dittos Alvarás, e mando se lhe tome a chave da arca, e se lhe ponha o seu registo q'tinhão, ou outro mesmo tamanho assentado da mesma maneyra, avendo res/peyto a q' a renovação do registo lhe cauza menos agoa e q' se não podem sus/tertar sem a que tinham, e sem ouzo da ditto chave: pello q' mando ao juiz, Veri/adores e Provedor da ditto Cid^a de Evora, que tornem a entregar a chave da/ditta Arqua ao Guardião do ditto Convento p^a a ter assy, e da maneyra q'/ antes a tinha, e que este Alvará assi elles como os que ao diante forem, e as ma/ís justiças a q' pertencer cumprão e

fol. 47v.

guardem, e forção inteyram^{te} cumprir, e/guardar como nelle se contem, sem duvida, nem embargo algu a qual quero/q' valha, tenha força e vigor como se fosse carta per mim assignada, sem embar/go da Ordenação do L^o 2^o titl. 4^o q' dis que as couzas cujo efeyto ouver de du/rar mais de hum anno. Passem por cartas e passando por Alvarás não valhão, e valera outro sy posto q'não seja passado pella Chancelaria sem embargo/ da Ordenação em contrario. Antonio Campello o fez em vall tres de Mayo/ de mil e seis centos e sinco. Rey Francisco Nogeira. Alvará per q'Vossa/Mag^{de} faz m^{ce} per esmola do Guardião e Religiozos do Mosteyro de S^{to} An^o/ da provincia da Piedade da Cidade de Evora de lhes confirmar os Alvarás que/tem sobre a agoa do Canno da prata, e a chave que lhe tomou Ruy mendes de Abreu tornem e restituição a posse asy e da maneyra que antes estavam, e que este sir/va como carta, e não passe pella Chancelaria. Pera vossa Magestade ver.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, foll. 47 e 47v., [C.M.E.].

Documento 52 _____ 1840, Setembro, 24

Escritura de contrato da camara Municipal d'esta cidade d'Evora, e José Paulo de Mello, a respeito da concessão da água da Prata no extinto Convento de Santo Antonio, extra muros d'esta mesma cidade.

.... este contrato com as clausuras / e condições seguintes:

1^a Que será feita à custa d'elle/Outorgante toda a despeza necessária para a agoa se/introduzir, e tirar do canno principal, ou Aqueducto publico. 2^a Que elle Outorgante, e seus sucessores na/ Herd. de das Figueiras ficam sugeitos ao fiel comprimen/to de que se acha determinado no capitulo nono, e seguintes do Regimento dos Cannos da agoa da prata, /e debacho das penas ahi combinadas. 3^a Que tam/bém elle Outorgante deverá construir à sua custa uma caxa ou Arca, no ponto em que a agoa da/nova fonte se introduz no Canno principal collocan/do sobre a mesma caxa, ou Arca uma pedrana qual/esteja gravada esta inscrição= 1840= Contracto da M^{ma} Camara, e Joze Paulo de Mello = 4^a Que será permitido aos actoaes Vereadores, ou aquem lhes succeder na Administração, e Super/Intendencia do Aqueducto, proceder a vistorias, sempre que o julgar necessário, para se verificar, se a agoa que de/novo se mette no canno, tem sofrido algumadiminui/ção porque o Municipio somente ficará obrigado a dar/ a terça parte da agoa que effectivamente correr para dentro do Canno principal, 5^a Que se for tanta a escacez/ da agoa pelos excessivos calores, ou por outras cauzas, que ella/ se tornenecessaria para a cidade, o prudente arbitrio actoaes Vereadores, ou de quem lhes succeder, poderá ver diminui/da a porção que se concede, dando-se menos que a terça parte, e até mesmo se poderá tomar toda, quando o bem publico o/exigir, restituindo-se-lhe logo que cesse a cauza. E pelo Presi/dente, e mais membros da Camara Municipal foi dito// que lhes aceitavam este contracto com todas as clauzulas, con/dições aqui especificadas

fol.64

E depois de lhe ser lida por mim esta Escritura, por elles todos outorgada, e aceite, eu como pessoa pública, a estipulei, e aceitei a bem dos auzentes, e mais pesso/ as a quem pertencer: foram testemunhas Audo presentes Ricar/do de Santa Anna Branco, Porteiro d'esta Camara, e Jozé Joa/quim candido, continuo da mesma camara: Jozé Joaquim Ferreira Lobo Secretario interino d'esta Camara Municipal/ a escrevi, e com todos os referidos assigno.

fol.64 v.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, foll. 64 e 64 v., [C.M.E.].

XXXXVIII ... Man/do aos carregadores, que pello tempo forem da ditta cidade, que quando faltar agora/nas fontes publicas, ou nas dos donatários, que vão pessoal meter visitar todo o cano ate seu nacimiento, e achando, que procede a falta de agoa per descuido do Prove/dor dos canos fara disso autos tomando informacão extrajudicial, que for necessa/ria, os quaes autos me enviará logo pera por elles mandar proceder contra o ditto Provedor como ouver por meui srviço, eouvera ditto corregedor, quatro centos/ñs, por diaquando for fazer esta diligencia eo ser Escrivão, e Meyri/nho duzentos ~rs, cada hum pasgos do dinheiro da fabrica dos canos, e este ca/pítulo se registrará no livro da correição, e o ditto Provedir dos canos será avisa/do, que em todo cumpra, e façacomprir este regimento sem fazer falta alguã,/nem consentir, que se faça por nenhum official dos canos, nem pessoa outra por/que fazendo o contrario me averei por dessemido delle, e mandarey proceder/contra elle com todo o rigor, que convem pello grande dano, que a cidade recevera/emlhe faltar agoa pois nam tem outra de beber se não a destes canos...

Da diligencia que fara/o corregedor avendo/fata d'agoa. fol. 12 v.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. 12 v. , [C.M.E.].

XXVII Nenhua pessoa sera tam atrevida, que tome, cal, tijolo, area, pedra, telões ne quasquer outros materiaes, ou achegas, que estiverem no campo, ou em casa para o conçerto do cano, e sendo lhe provado, que as tomou, ou sendo lhe provado, que as tomou, ou sendo lhe achadas, sem presa e passando a cousa, que se tomar de valia de duzentos rs o Provedor perguntara as testemunhas, que lhe precer ate numero de trinta, e remetera oautos, que so/bre isso fizer ao juiz de fora, o qual procedera contra os culpados como lhe parecer justiça dando apellaçam, e agravo no que nam couber em sua alçada.

Das penas, que tem/os que furtão achegasdo cano fol. 8 v.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. 8 v. [C.M.E.].

XIII E qual, quer pessoa, que quebrar, ou romper o cano, ou fontes, ou arcas e/qualquer parte, que seja, ou quebrar portas, ou aslançar fora de conçefaze/qualquer maneira que seja, ou mandar fazer cada hua das ditas cousas se for/ião seja asoutado publicamente com baraço e pregão, edegradado perdous annos para hum dos lugares de Africa, e pagara vinte cruzados, e sendo/pessoa emque nam caibaa ditta pena de acoutes sera degradado per quatro anno/pera hum dos dittos lugares de África, e pagara cinquenta cruzados os quaes/penas de dinheiro serão para o acusador, e fabrica na maneira acima ditta./E achando o Provedor feito o tal dano tirara sobre isso inquirição, devassa com/o Escrivão de seu cargo, e prendia os culpados, e remefea as culpa, e autos ao Juiz de fora da ditta cidade para as despachar como for justiça, e tendo/o ditto Provedor informacão, que em alguma casa per onde o cano vay se rompe,/e toma delle alguma agoa sefor casa de pião o diytto Provedor com o Escrivão/de seu cargo, e com o

Penados que fazem/dano no cano. fol. 5

XXXXVIII *... Man/do aos carregadores, que pello tempo forem da ditto cidade, que quando faltar agora/nas fontes publicas, ou nas dos donatários, que vão pessoal meter visitar todo o cano ate seu nacimiento, e achando, que procede a falta de agoa per descuido do Prove/dor dos canos fara disso autos tomando informação extrajudicial, que for necessa/ria, os quaes autos me enviará logo pera por elles mandar proceder contra o ditto Provedor como ouver por meui srviço, eouvera ditto corregedor, quatro centos/ñs, por diaquando for fazer esta diligencia eo ser Escrivão, e Meyri/nho duzentos ~rs, cada hum pasgos do dinheiro da fabrica dos canos, e este ca/pitulo se registrará no livro da correição, e o ditto Provedir dos canos será avisa/do, que em todo cumpra, e façacomprir este regimento sem fazer falta alguã,/nem consentir, que se faça por nenhum official dos canos, nem pessoa outra por/que fazendo o contrario me averei por dessernido delle, e mandarey proceder/contra elle com todo o rigor, que convem pello grande dano, que a cidade receverá/emlhe faltar agoa pois nam tem outra de beber se não a destes canos...* fol. 12 v.

Da diligencia que fara/o corregedor avendo/fata d'agoa.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. 12 v. , [C.M.E.].

XXVII *Nenhua pessoa sera tam atrevida, que tome, cal, tijolo, area, pedra, telões ne quasquer outros materiaes, ou achegas, que estiverem no campo, ou em casa para o conçoerto do cano, e sendo lhe provado, que as tomou, ou sendo lhe provado, que as tomou, ou sendo lhe achadas, sem presa e passando a cousa, que se tomar de valia de duzentos rs o Provedor perguntara as testemunhas, que lhe precer ate numero de trinta, e remetera oautos, que so/bre isso fizer ao juiz de fora, o qual procedera contra os culpados como lhe parecer justiça dando apellaçam, e agravo no que nam couber em sua alçada.* fol. 8 v.

Das penas, que tem/os que furtão achegasdo cano

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. 8 v. [C.M.E.].

XIII *E qual, quer pessoa, que quebrar, ou romper o cano, ou fontes, ou arcas e/qualquer parte, que seja, ou quebrar portas, ou aslançar fora de conçoefaze/qualquer maneira que seja, ou mandar fazer cada hua das ditas cousas se for/ão seja asoutado publicamente com barão epregão, edegradado perdous annos para hum dos lugares de Africa, e pagara vinte cruzados, e sendo/pessoa emque nam caibaa ditto pena de acoutes sera degradado per quatro anno/pera hum dos dittos lugares de África, e pagara cinquenta cruzados os quaes/penas de dinheiro serão para o acusador, e fabrica na maneira acima ditto./E achando o Provedor feito o tal dano tirara sobre isso inquirição, devassa com/o Escrivão de seu cargo, e prendia os culpados, e remetea as culpa, e autos ao Juiz de fora da ditto cidade para as despachar como for justiça, e tendo/o ditto Provedor informação, que em alguma casa per onde o cano vay se rompe,/e toma delle alguma agoa sefor casa de pião o diytto Provedor com o Escrivão/de seu cargo, e com o* fol. 5

Penados que fazem/dano no cano.

Meyrinho, ou Alcaide entrara na ditto casa, e achando/feito o tal dano para disso auto, e perguntara as testemunhas, que lhe parecere/necessarias, prendera o dono da casa, e o remeterá com os outros ao ditto Ju/z de fora qual procedera contra elle como lhe parecer justiça. E sendoa casa/da pessoa de mor calidade o ditto Provedor o fara saber ao ditto Juiz de fora, e com elle/irá ver a dita casa, e achando roto o cano, ou tomada delle alguma agoa procedera o ditto/Juiz contra oas culpados a execução daos dittas penas como lhe parecer. justiça dando appel/lação, e agravo nos casos, que não couberem na alçada que de mim tiverem, e todo o/dinheiro das dittas penas da parte que pertence a fabrica de arrecadara paraella pela maneir, que ditto he como declaração de quem a paga, e da conta que he diz o respançado da lauda atras"per quatro Annos".

fol. 5 vº

Regimento do Aqueduto da Áua da Prata, 1606. foll. Ve v...[C.M.E.].

Documento 56 _____ 1606

IX *E porque sou informado, que o ditto cano serompe em muitas partes das raízes/das arvores, silvas, e matos, queestão junto delle o que lhe parte de se perder muita/agoa, que não vem a cidadeey por em, que daqui em diante em cada hum anno/no mes de Abril todas as pessoas de qualquer calidade que seihão, que tiverem, ou/trauxerema rendadas erdads, vinhas, ou quasquer outras propriedades, que/entestem no cano real, ou nos canmos das fontes, que a elle vem, seão obrigados/cada hum em sua propriedadedentro do ditto mes de Abril, arrancar, e terem/arrancadas de raiz todas as arvores de fruto, e sem fruto, silvas, e mato/que estiverem a quinze palmos de vara dos dittos canos de hua parte, e da outra/e as figueiras a sessenta palmos, e qualquer pessoa, que o asy não comprir pagara/dous mil rs da cadea, a allem disso o Provedor do ditto cano fara logo arrancarde/raiz a custa de cada hum, que o assy não cumprir todas as dittas arvores, silvas e/matona maneira acima ditto.*

fol. 4

Meyo para
não
aver/junto ao
cano, silvas
nem arvores.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. 4 e v., [C.M.E.].

Documento 57 _____ 1606

x *E assy ey por bem, que pellas partes onde o cano for baixo ao longo da terra, ou/por baixo della pessoa alguma não cave, nem semee cousa alguma em tempo algum do/anno no ditto espaço de quinze palmos de vara do ditto cano de hua parte, e da outra, porque sou informado, que com a agoa na terra cavadiça entra no cano, e o en/che de lama, e faz vir cá cidade agoa turva, e barrenta, e allem disso convem/estara ditto inteira, a qual portificar entre outra lavrada, e varanda serve/de sinal, e demonstração que por baixo della vay o cano real, e qualquer pes/soa, que o contrario fizer pagara por cada vez mil rs da cadea.*

fol. 4 vº

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. IV v. [C.M.E.].

- XI *E pello grande dano, que os porcos fazem passando aolongo docano de hua banda/, e outra, pague seu dono de coyma cinquenta per cada cabeça até dez cabeças, e passando de des pague mil rs da cadea per quantas cabeças foram, e acham/dasse o cano fossando de porcos dentro do ditto espaço dez palmos, sem constar/dos porcos, que o fossarão a pessoa, que estiver na herdade onde o dano se achar/pagara duzentos rs per cada vez nam dando pessoa cujos fossem os porcos, que/fizerão o tal dano.* fol. 4 v.
- coyma dos
por/cos.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. IV v., [C.M.E.].

- XII *E assy ey por bem, que toda pessoa que trazer propriedade sua, ou arrenda/da, que enteja no ditto cano seja obrigado arrebetando, ou saindo delle alguma/agoa de a fazer a saber dentro em dois dias ao Provedor do cano para o mandar/coçertar, e não o comprindo assy pagara a pessoa que estiver na herdade. Ou // propriedade mil rs da cadea e de todas estas penas sera a metade para quem as acusar e a outra pera a fabrica, e obra do ditto cano, a qual sera cargada em receita sobre/o ditto Tesoureiro, e metida no cofre, as quaes penas se demandarão ante o Prove/dor dos canos, feitos os autos necessarios pello Escrivão de seu cargo, e ouvidas as partes, elle as determinará como for justiça, a até contia de dous mil rs da/ra suas sentenças a sua devida execução appellação, nem agravo por, que/por este lhe doupara isso todo o poder, e alçada e no que passar da ditta contia/dara appellação e agrava para onde pertences.* fol. 5

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. V, [C.M.E.].

- XXXX *.E Porque se vio por experiencia no Anno de mil seiscentos, e cin/quo, que foy muito muito seco, e nem por isso faltou agoa em todas as fontes da cidade, e dos donatari donatarios, nem nos chafarizes, e tanques, no mayor rigor/do estio, no que se mostra, que tem as fontes agoa bastante para não faltar/nunca na cidade se'ellas, e os canos andarem sempre reparados como convé, / e co como estão de presente por o ditto meu Desembargador as fazer repa/rar. Mando ao Provedor, que hora he, e ao diante for, que tenha particular cuidado de visitar os canos, e fontes nos tempos, que atras fica declarado,/e todas as vezes, que allem delles for necessario, em maneira, que não aja nunca falta / na cidade, assi nas fontes dos chafarizes, e tanques publicos como nas fontes dos / donatarios porque faltando me averey por mal servido delle, e mandarey prover no / seu descuido com o ouver por meu serviço ...* fol. 11
- .. Porem trabalhará o Provedor, que na fonte da praça grande não falta numa agoa em nenhum tempo do/dia, nem de noite, porque se tem visto nas faltas, e esterilidades de agoa, que ate / agora ouve que nunca faltou agoa pera esta fonte, e para os dontarios, inda, que os canos /andassem mal reparados, e se o Provedor os trazer limpos, e reparados, e sem roturas parece, que não podera faltar agoa, assy nas fontes publicas como nas/ dos particulares, pois, que no ditto Anno de mor segura não faltou em nenhum tempo por rezão do repairo, e concerto, que eu mandei fazer nos canos.* fol. 11 v.

XXXXII *E o Mestre'da obra sera obrigado enquanto se fizer obra nos canos, / fontes, tanques e chafarizes a assistir nella todo o dia com os officiaes, e/ servidores, que lá andarem, para, que com sua assistencia trabalhem como de / vem, e para ver as achegas, e obras, que fazem se levão os materiaes neces/sarios, e compostos com o convem a obra, que fica debaixo da terra na qual / se não pode conhecer o vicio, e falta que leva destintamente para se poder/remedear no lugar donde ella fica, e só se conhece na falta que a cidde pa/dece na agoa, que lhe não vem, e do que achar que os officiaes fizerão me/nos do que ouverão de fazer aviscorá ao Provedor ao dia da feria para descontar/aos que faltarão o que pro rata lhe parecer. E o Mestre averá por cada dia, que /andar na ditta obra cento, e cinquenta rs como sempre se lhe derão, e nam an/dando nella todo o dia não avera se não soldo alivre do tempo, que naquellle dia / andar na obra assistindo com os officiaes, e pedreiros, que nella andarem, e/ allem disso terá o Provedor cuidado de ir visitar a ditta obra para, que com/ sua presença se fação as cousas com mor perfeição.* fol. 12

Da obrigação do mestre/ das obras, e do que hade levar assistindo a ellas.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. 12, [C.M.E.]

XXXXIII *E o Solicitador das penas sera também aparelhador da obra pra ter / prestes os materiaes, servidores, bestas, e mais cousas necessarias, e avera/por cada dia, que nisso gastar oitenta ñs como ategora se lhe derão acusta do / dinheiro, e rendas da fabrica, e não gastando nisso o dia todo se lhe pagará pro rata, e sendo elle impedido, o Escrivão da fabrica fará o officio de a// aparelhador, e avera os oitenta rs por dia pello modo declarado.* fol. 12

Do officio de aparelha/dor e da que ade aver/quando for ocupado.

fol. 12 v.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. 12, [C.M.E.].

XXXVI *E assy por bem, que quando se fizer obra no cano, que passar de mea legoa/da cidade as pessoas, que la trabalharem quer sejam em inverno, quer em verão não/venhão dormir a cidade, por que na ida, e vinda gastão a mayor parte do dia//antes se agasalhem na mais vesinha erdade, ou quinta, ue estiver onde a obra se fizer/.* fol. 8

Da ordem que hão/de guardar os que tra/balhareem no cano

E mando ao Provedor, que lhes faça dar pousadas obrigando a isso os moradores das/erdades, ou quintas com as penas, que lhe parecer; E os officiaes, e trabalhadores/pagarão a poussada a sua custa, e vindo eles dormir a cidade, quando andarem/trabalhando em distancia de mea legoa como ditto lhe descontarão do jornal a/parte do dia que eixarem de trabalhar. fol. 8 v

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. VIII [C.M.E.].

XXV *Mando ao Provedor, que oje he, e pello tempo for que tod a rotura, que o cano / fizer, que tiver necessidde de ser repairada de novo a faça de telhões de baarro abertos / com tejoslos massariz como está ordenado, e se fez ate agora, e onde o cano na fizer / agoa, ou não tiver rotura, ou quebramento não bullão nelle, e no repairo das taes ro/turas podera o Provedor mandar gastar toda a acantia de dinheiro, que for necessario / ate serem concertadas, e não avendo roturas, ou quebramentos nos canos, fontes, ar/cas, tanques, lavadouros, e chafarizes, não podera o ditto Provedor despender cou/sa alguma nem mandar fazer obra, e parecendo lhe que allem do repayro das dittas cousas he necesrio fazerse' alguma obra, ou cousa de novo o ditto Provedor me escreverá / declarando a calidade da obra, e o que custará para eu mandar, o que ouver por meu ser/viço, e fazendo o ditto Provedor outras obras de novo, tirado o concerto, e repairo das roturas como ditto hé nam lhe será levado em conta o dinheyro, que nisso gastar antes o pagará, e tornará à ditta fabrica.* fol. 8

Do modo em que se an/de reparar as roturas/do cano

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. VIII, [C.M.E.].

XXII *E Assy me praz, que possão o Provedor, e mestre da obra mandar levar a area, que para ella for necessaria de quaesquer partes, e lugares onde a ouver / e fazendo as pessoas, que acarretarem a ditta area algumas covas donde a tirarem/ as taes pessoas as tomarão a tapar a sua propria custa sem pagarem outra pena nem coima.* fol. 7 v.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. 7 v., [C.M.E.].

XXIII *E Pella mesma maneira ey por bem, que possão mandar arrancar toda a / pedra, que se achar mais perto do cano quando disso ouver necessidade para as / obras delle, e recebendo os donos das terras donde se a ditta pedra arrancar alguma / perda, ou dano em arvores de fruto per razão da tirada da tal pedra será a per/da avaliada per pessoas, que o entendão per juramento, que o Provedor pra isso lhe dara, e acontia, que for aluidrada se lhe pagará logo a custa do dinheiro da / fabrica, o que assy ey por bem sem embargo de quaesquer provisões, regimentos de/fesas, e posturas da ditta cidade, que até oje sejião feitas.* fol. 7 v.

Regimento do Aqueduto da Água da Prata, 1606, fol. 7 v., [C.M.E.].

XXXII

Da arcada
fabrica/e lu-
gar onde
hade estar.

Averá hua arca com tres chaves diferentes hua fera o Privedor dos canos, ou/tra o escrivão, da fabrica, outra o Tesoureiro em cuja casa estara a arca, e nella/se meterá o dinheiro, que pertencer aos canos sem algum delle estar fora, nem em de/posito, nem per qualquer outra cousa, que seja, e pella maneira, que atras fica de/clarada se metera nella o dinheiro, e não se abrirá senão sendo presentes estes/tres officiaes, e sendo algum empedido em modo, que não possa ser presente dara/o empedido a sua chave á pessoa que por elle servir em maneira, que em nenhum/tempo passa hua só pessoa ter duas chaves e se o Provedor do cano for ausente/, ditta cidade, e se o Escrivão for em/pedido poderão Provedor, ou quem por elle servir tomar hum tabaião do judicial/que lhe parecer, ao qual mando, que escreva o que cumprir a ditta fabricae o Pro/vedor lhe mandar.

fol. 10 vº

Regimento do Aqeduto da Água da Prata, 1606, fol. X v., [C.M.E.].

XXXXI

Do ordenado
do/Provedor

E porque o Provedor, que hora he, e pello tempo for tem a seu cargo com/prir com as obrigações deste Regimento, e fazer com que o cano ande repara/do para que assy nam aja nunca falta de agoa na cidade, e donatarios. E y/por bem de lhe fazer merce de lhe acrescentar o mantimento, e ordenado que/ate agora teve de seu officio, e quero que aja em cada hum anno de ordenado/com o ditto officio vinte mil rs e são oito mil rs mais allem dos doze que/ate agora teve, os quaes vinte mil rs lhe serão pagos do dinheiro, e rendas da // ditta fabrica, e o Escrivão avera nove mil rs e o Mestre da obra avera oito/mil rs como ate agora tiverão pagos os quarteis com certidão de como todos vesi/tarão o cano real, e fontes todas desde seu nascimento ate a cidade como a/tras se contem.

fol. 11 v

fol. 12

Regimento do Aqeduto da Água da Prata", 1606, foll. 11 v e 12, [C.M.E.].

XXIX

Toas as ferias, e pagas se farão ao domingo a tarde em casa do Provredor do/cano, e o Escrivão fora disso termo no livro da despesa com declaração do dia/mes anno, e lugar onde se fez a obra, e de cadapessoa, que nela trabalhou,/e da contidade do dinheiro, que recebe fazendo verba a cada pessoa em que della/assinara de como recebera o dinheiro, e sem isso não será levado em conta ao Tesou/reiro cousa alguma, ainda, que se ofereça a dar assinados, as verbas depoiis pellas/partes, nem sera admitido a isso.

fol. 9

Regimento do Aqeduto da Água da Prata, 1606, fol. IX, [C.M.E.].

XXVIII

Da ordem, que
ou ha/de ter
no paga-
mento, e obras
do cano

Nenhua despesa, que se fizer em cal, tijolo, pedra, linha, azeite, e qualquer/outra cousa, que se comprar para os canos, e fontes, que passar de cem rs se pagará/se não presenteo escrivão da fabrica o qual para disso hum conhecimento em que assi/narão elle, e a parte a quem se pagarem que declare de como he pago do preço, e es/te conhecimento ficará ao Tesoureiro pera por elle se lançarem livro, e lhe ser/lançado em carta a despesa, que nisso fizer, e depois de lançado em livro a tal des/pesa do conhecimento se lhe dara hum risco, e porão nelle verba, que digna lançado/no livro, orem os taes conhecimentos se guardarão para a conta, que se ouuer deto/mar ao Tesoureiro, e noutra maneira lhe nam, serão levadas em despesa as cousas/e dinheiro, queder inda, que seja pera despesa dos canos. (fl. VIII vº).

fol. 8 vº

Regimento do Aqqueduto da água da Prata, 1606, fol. VIIIv., [C.M.E.].

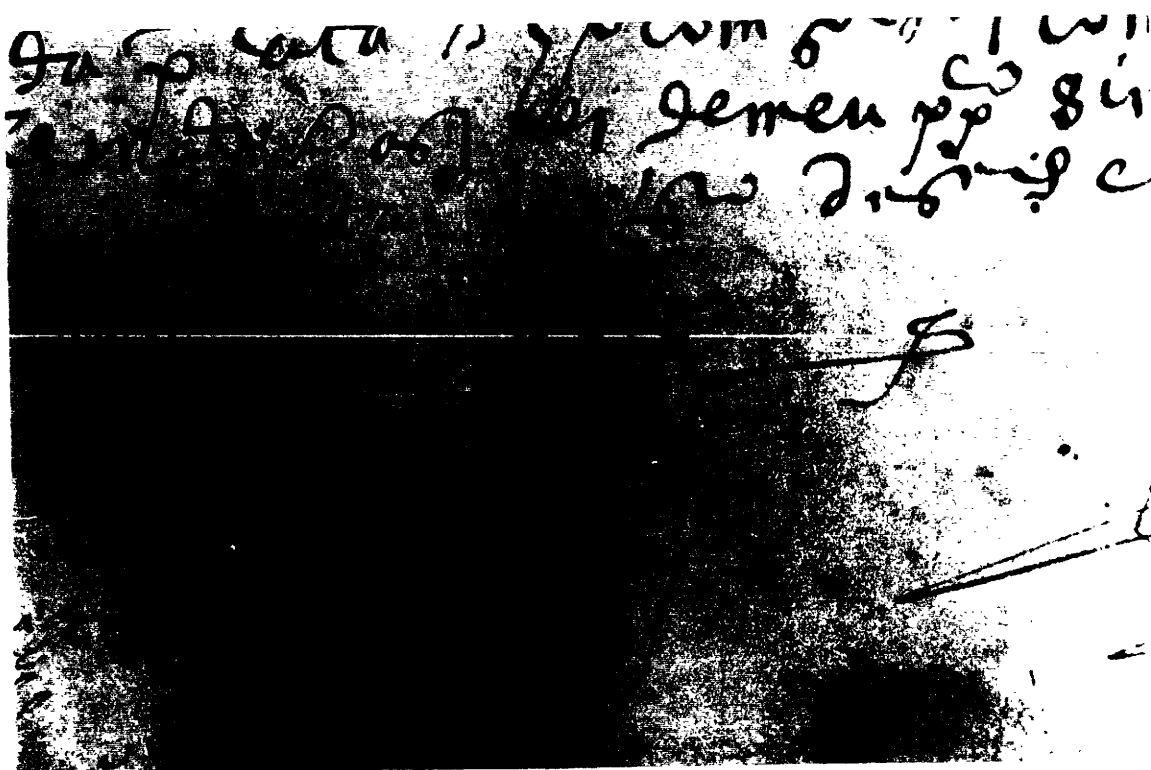


Fig. 318 - Regimento do Aqqueduto da Água da Prata.

BIBLIOGRAFIA SELECTIVA

1- MANUSCRITOS

1.1 - Arquivo Distrital de Évora

- "Sucinta descrição do Aqueduto da Água da Prata, de suas ruínas e das obras de reparação necessárias", *Colecção dos Originais da Câmara*, 1865, fols. 89-93.
- "Lista dos contribuintes da cidade para reedificação do Aqueduto Real da Água da Prata em 1671 obra a cargo de mestre pedreiro João Cunha", *Tombos do aqueduto da água da Prata*, 9º vol.
- *Actas da C.M.E.*, reunião pública de 18 Junho 1942.
- *Actas da C.M.E.*, 1862, pp. 127-132.
- *Livro dos Originais da Câmara*, vol.I, p. 258.
- *Livro dos Privilégios*, fol. 273.
- "Livro de receitas e despesas" *Tombos do aqueduto da água da Prata*, anos de 1670 a 1838.
- "Livro de receitas dos Reaes d'Água e mais dinheiros aplicados à fortificação desde 1681 até 1683", *Livro dos Originais da Câmara*, vol. 11, fol. 99 v.
- "Sentença da relação sobre o exercício da jurisdição na feira de São João pertencer á Câmara e não ao Provedor dos Canos da Água da Prata" *Livro 6º de Registos*, fol. 118.

1.2 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- *Chancelaria de D. João III*, livro. 38º, fol. 139.
- *Chancelaria de D. Filipe I*, livro. 2º, fol. 88.
- *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, livro. 23º, fol. 215 v. e livro. 32, fol. 59 v.

1.3 - Biblioteca da Ajuda

- *Descrição da cidade de Évora feita por ordem do arcebispo D. Luiz da Silva no ano de 1693.*

1.4 Câmara Municipal de Évora

- *Regimento do Aqueduto da Água da Prata*, 1606.

- *Ordem Real para o Concerto da fonte situada na Praça Grande, 1711.*

2 - CARTOGRAFIA

2.1- Biblioteca da Ajuda

- *Planta de Évora de Luiz Serrão Pimentel, 1661, fol. 90 [51-VII-1].*

2.2 - Biblioteca Pública de Évora

- *Aqueduto da Água da Prata - planta, esc. 1/2500 [Hem II, 53].*
- *Perfil longitudinal do terreno em toda a extensão do aqueduto da Água da Prata, esc. 1/2500, 1/250, [Hem II, 52].*

2.3 - Câmara Municipal de Évora

- *Processo do Arranjo das instalações sanitárias da Rua do Salvador, Repartição Técnica, 1948.*
- *Processo da Fonte subterrânea na praça do Geraldo, esc. 1/20, Repartição Técnica, 1902.*
- *Planta da cidade d'Evora levantada à vista e a passo por Manoel Joaquim de Mattos, esc. aproximada 1/200, séc. XIX.*
- *Três plantas com esquema do traçado do aqueduto na zona urbana de Évora.*
- *Carta militar de Portugal (Évora), escala de 1:25.000, 1967.*
- *Cara geológica de Portugal (Évora), escala de 1:50.000.*
- *Carta da área de Évora à escala de 1:5.000.*

3 - IMPRESSOS

ADAM, Jean-Pierre - *La construction Romaine, matériaux et technique*, "Grands manuels", 2ª edição, Paris, Picard, 1989.

AIRES-BARROS, Luís - *Alteração e alterabilidade de rochas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

ALARCÃO, A. Moutinho; MAYET, Françoise; NOLEN, Jeanette S. - "Ruínas de Conimbriga" , *Roteiros da arqueologia portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Instituto Português do Património Cultural - Departamento de Arqueologia, 1989.

ALMEIDA, Claudino de - *Ruas de Évora - Subsídios para a explicação dos seus nomes*, Évora, Gráfica Eborense, 1934.

Analecta Cartusiana, As Cartuxas de Portugal, Salzburgo. 1984.

Aqueducto Sertoriano, Évora, Typographia Eborense, 1896.

AQUIMÉ, Xavier; DUPRÉ, Xavier; MASSÓ, Jaume; ARBULO, Joaquim Ruiz de - *Guia Arqueológico*, Edicion Castellana, 1991.

BARATA, António Francisco - *Catalogo do Museu archeologico da cidade de Evora*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

BARATA, António Francisco - *Évora antiga*, Évora, Minerva Comercial, 1909.

BARATA, António Francisco - *Évora Antiga notícias colhidas com afanosa diligência*, Évora, Minerva Comercial, 1909.

BORREGUERO, Manuel de Frutos - *Época y conservation del acueducto de Segovia*, Madrid, Arthax, 1992.

BRANCO, Manuel C. - "Datação e autoria da igreja da Graça de Évora e do túmulo de D. Afonso de Portugal", *Cadernos de história da arte*, nº 1, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 991.

BUENO, Manuel Martim - "Abastecimento (el) y distribucion e agua al municipium Augusta Bilbilis", *Hispania Antiqua* V, 1975.

CAEIRO, Baltazar Matos - *Arcos e arcadas de Lisboa*, Sacavém, Distri. Editora, 1991.

CAETANO, Joaquim - *Aquedutos em Portugal*, Lisboa, Liber Lda/EPAL S.A., 1991.

CÂMARA, Teresa Bettencourt da - *Óbidos, Arquitectura e urbanismo (séculos XVI e XVII)*, "Estudos gerais série Universitária", Câmara Municipal de Óbidos e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990.

CANHÃO, Telo - "Acerca da tecnologia da água nas termas romanas públicas", *Mundo da Arte*, nº 6, Maio, 1982.

CASADO, Carlos Fernandez - *Ingenieria Hidraulica Romana*, Madrid, Ediciones Turner, 1985.

CASTRO, Elda de - *A conservação de monumentos em pedra - Estado actual dos conhecimentos*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1984.

CASTRO, Elda de; CRAVO, Maria do Rosário - *A Civilização e a deterioração dos monumentos de pedra*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1987.

Convenções - *Recomendações e resoluções da Unesco sobre património mundial cultural e natural*, "Textos e documentos", Lisboa, Comissão Nacional da Unesco, 1992.

COSTA, P. António Carvalho de - *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, 1708.

- CHOAY, Françoise - *L'allégorie du patrimoine*, "La couleur des idées", Paris, Seuil, 1988.
- A Cartuxa de Évora, Santa Maria Scala Coeli*, Évora, Mosteiro da Cartuxa, 1994, (policopiado).
- DELORME, Jean - *As grandes datas dos tempos modernos - 1494/1789*, "Coleção Saber", Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988.
- DESWARTE, Sylvie - *Les enluminures de la leitura nova - 1504-1552*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1977.
- "Distribution d'eau de Cagliari", *Nouvelles annales de la construction*, 21º ano, Julho 1875.
- D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1990.
- ESPANCA, Túlio - "Aqueduto da Água da Prata", *A cidade de Évora*, nº 7-8, Junho-Setembro, 1944.
- ESPANCA, Túlio - *Évora e o seu distrito*, Évora, Livraria Nazareth, 1959.
- ESPANCA, Túlio - *Évora, arte e história*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1980.
- ESPANCA, Túlio - *Évora - cidades e vilas de Portugal*, Lisboa, Presença, 1993.
- ESPANCA, Túlio - "Fundação e descrição da Torre das Cinco Quinas", *Cadernos de História e Arte Eborenses*, nº 21, 1960-61.
- ESPANCA, Túlio - "Palácio Real de São Francisco", *Palácios Reais de Évora*, Évora, Edições Nazareth, 1946.
- ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal*, tomo VII, vol. I, Lisboa, 1975..
- ELERPERK, Augusto Butler - "Synopse de todas as ruas, praças, travessas, becos, igrejas, conventos, edifícios mais notáveis e algumas antiguidades da cidade d'Évora", *A cidade de Évora*, nºs 61-62, 1978-79.
- ÉTIENNE, R.; ALARCÃO, J. - "O Aqueduto Romano de Conimbriga - relatório preliminar", *Congresso Nacional de Arqueologia III*, Porto, 1973.
- Évora e os seus arredores - Indicações gerais para uso dos viajantes*, Lisboa, Typografia da Gazeta dos caminhos de ferro, 1916.
- FIALHO, P^e Manuel - *Évora ilustrada (Manuscrito da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora), publicação e estudo de Armando Gusmão*, tomo I, fascículos 1 a 6, Évora, Imprensa Moderna, 1943-1944.
- FLEURY, Ernest - "Relatório sobre as águas dos vales da Prata e do Divor que abastecem a cidade de Évora", *Técnica*, nº 14, Maio 1928..
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha - "O Aqueduto de Santa Clara de Vila do Conde", *Vila do Conde*, Separata nº 2, Barcelos, Victória, pp. 5-14.
- "Foros próprios do concelho (Tombo Municipal de 1651)", *A cidade de Évora*, nºs 17-18, Março-Junho, 1949.
- "Foros próprios do concelho (Tombo Municipal de 1651)", *A cidade de Évora*, nºs 15-16, Março-Junho, 1948.

GARRETT, Antão de Almeida - "Aquedutos, Fontes e Chafarizes do velho Porto", *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIV, fasc. 1-2, 1961.

Grande Enciclopédia Verbo, vol.2, Lisboa, 1964 (vers. aqueduto).

GROMICHO, António Bartolomeu - *Da Universidade de Évora*, Évora, 1944.

GUERRA, Júlio - *O guia do operário*, 2ª ed., Lisboa, 1867.

História da arte em Portugal, Lisboa, Alfa, 1986.

"Inspeção do Aqueduto Sertoriano de Évora, 1879", *Diário do Governo*, nº 139, de 22 Junho 1880.

JORGE, Virgolino Ferreira - "Conservação do património e política cultural portuguesa", *Anais da Universidade de Évora* (3), 1993.

JORGE, Virgolino Ferreira - "Princípios de salvaguarda do património monumental", *Correio da Natureza*, nº 17, 1992.

LEINSNER, Georg - "Antas dos arredores de Évora" *Estudos de história, arte e arqueologia III*, Évora, edições Nazareth, 1949.

LIXANTE, A. - *Le guide du constructeur de travaux publics*, Paris, Carilian. Goucury et V^{or} Dalmont, 1850.

MANOEL, Caetano da Câmara - *Atravez a cidade de Évora ou apontamentos sobre a cidade de Évora e seus monumentos*, Évora, Minerva Comercial, 1900.

MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria ; ANDRADE, Amélia Aguiar - *Atlas de cidades medievais portuguesas (séc. XII-XV)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

Messe de Oficiais de Évora - *Convento de Nª Sª da Graça, Évora, s.d.*

MONIZ, Manuel Carvalho - *A Praça do Giraldo*, Évora, Gráfica Eborense, 1984.

MONTE, Gil do - *Évora catedral de Cuz-Efemérides*, 3 vols., 2ª edição, Évora, 1985.

MONTE, Gil do - *Dicionário de Toponímia Eborense*, 2 vols., Évora, Gráfica Eborense, 1982.

MONTEIRO, Adriano Augusto da Silva - *A questão das obras do aqueduto Sertoriano d'Évora denominado vulgarmente da Água da Prata*, Évora, Typographia Eborense, 1880.

MORGADO, Amílcar F. - *O aqueduto e a água em Elvas, fontes antigas*, "Caderno Cultural", Câmara Municipal de Elvas, 1992.

OLIVEIRA, Mestre Valério Martins de - *Advertências aos modernos que aprendem o officio de carpinteiro e de pedreiro*, 1757, [B.P.E., N.R. 992].

PELLETIER, André - *L'urbanisme Romain sous l'empire*, Paris, Picard, 1982.

PEREIRA, Gabriel - *Estudos diversos*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1934.

PEREIRA, Gabriel - *Documento histórico da cidade de Évora*, Évora, 1885.

QUEIMADO, José Manuel - *Alentejo glorioso sua ruas e conventos*, Évora, 1975.

QUINTELA, António de Carvalho; CARDOSO, João Luís; MASCARENHAS, José Manuel - *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo*, Lisboa, Direcção Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, 1986.

Reforço do Caudal do Aqueduto, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1951.

RIBEIRO, Orlando - "Évora, sítio, origem, evolução e funções de uma cidade", *Estudos em homenagem a Mariano Feio*, ed. Raquel Soeiro de Brito Lisboa, 1986.

RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira - *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura*, Coimbra, Quimera Editores, 1990.

Roteiro da cidade de Évora e breve notícia dos seus principais monumentos, Évora, Imprensa do Governo Civil, 1971

SAMUEL, António C. Gomes - *Consolidação de edifícios*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1982.

Sistemas de abastecimento de água e evacuação de excreta em zonas rurais e pequenas comunidades, "Aperfeiçoamento e especialização hidráulica", Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1983.

SIMÕES, Augusto Filipe - *Escriptos Diversos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888.

SIMPLICIO, Maria Domingas - "O espaço urbano de Évora. Contributo para melhor conhecimento do sector intramuros", Universidade de Évora, *Geociências*, nº 3, 1991.

SOUSA, Francisco Luiz Pereira de - *O megasismo do 1º de Novembro de 1755 em Portugal, acompanhado dum estudo demográfico e sobre rochas de construção*, vol. II, Lisboa, Tipografia do comércio, 1916, (policopiado).

SOUSA, Joaquim Francisco Monteiro de Campos Coelho e - *Panegyricos do Grande João de Barros, fielmente reimpressos conforme a sua antiga linguagem - anno 1533*, Lisboa, officina de António Gomes, 1791, pp. 324 e 325, [B.A].

"Subsidios para a história do municipio", *A cidade de Évora*, nºs 43-44, Jan-Dez, 1960-61.

Textos internacionais sobre a preservação e valorização do património, "Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira", volume XLIX, Angra do Heroísmo, 1986.

VIEGAS, João Carlos G, e GONZALEZ, António Guilherme B. - "Aqueduto romano da Amadora", *Almadan*, II série, nº 3, Julho 1994.

VITERBO, Sousa - *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*, 3 vols., 2º ed., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

VUTRUVIO - *Los diez libros de arquitectura*, "Obras Maestras", Barcelona, Editorial Iberia, 1991.

2º Encore, Encontro sobre Conservação e reabilitação de edifícios, 2 vols., Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1994, (policopiado).

KOCK, Wilfried - *Estilos de Arquitectura II*, Lisboa, Editorial Presença, 1982..

4 - DIVERSOS

- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Medições e orçamentos referentes às reparações no aqueduto da Água da Prata, a partir de 1979.
- Museu de Évora - Fichas das peças n^{os} 1850, 1851, 1855, 505 e 1278.
- Convento dos Cartuxos de Évora - Escritura de compra e carta de nascente de água, 1620.
- C.M.E. - Diverso espólio documental referente à adução de água à cidade de Évora, durante o século XX.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
1 - A CONSTRUÇÃO DO AQUEDUTO DA ÁGUA DA PRATA EM ÉVORA.	
1.1 - Origem da construção.....	22
1.2 - Captação.....	23
1.3 - Adução.....	27
1.4 - Distribuição.....	39
1.4.1 - Zona interna da muralha fernandina:	
1.4.1.1 - Caixa na muralha.....	47
1.4.1.2 - Donzelas.....	50
1.4.1.3 - Calvário.....	54
1.4.1.4 - Caixa do Chão das Covas.....	59
1.4.1.5 - Fonte do Chão das Covas.....	65
1.4.1.6 - Convento de S. José.....	68
1.4.1.7 - Caixa da Rua do Cano.....	74
1.4.1.8 - Fonte de São Domingos.....	77
1.4.1.9 - Santa Clara.....	82
1.4.1.10 - Caixa à Porta Nova.....	87
1.4.1.11 - Fonte à Porta Nova.....	90
1.4.1.12 - Caixa da Praça do Peixe.....	93
1.4.1.13 - São Paulo.....	95
1.4.1.14 - Salvador.....	100
1.4.1.15 - Caixa na Rua Nova.....	102
1.4.1.16 - Caixa na Ruancha.....	108
1.4.1.17 - Santa Catarina.....	117
1.4.1.18 - Fonte da Praça.....	120
1.4.1.19 - Chafariz.....	125
1.4.1.20 - Cadeia.....	128
1.4.1.21 - Caixa a S. Francisco.....	132
1.4.1.22 - Chafariz.....	135
1.4.1.23 - São Francisco.....	136
1.4.1.24 - Graça.....	140
1.4.1.25 - Mercês.....	145
1.4.1.26 - Caixa na Rua do Paço.....	147
1.4.1.27 - Fonte do Rocio.....	150
1.4.1.28 - Alameda.....	153
1.4.1.29 - Caixa a Santa Mónica.....	156

1.4.1.30 - Santa Mónica.....	157
1.4.1.31 - Caixa à purificação.....	160
1.4.1.32 - Loios.....	162
1.4.1.33 - Caixa.....	167
1.4.1.34 - Casa Pia.....	169
1.4.1.35 - Caixa à Porta de Moura.....	176
1.4.1.36 - Meninos Orfãos.....	178
1.4.1.37 - Paraizo.....	180
1.4.1.38 - Carmo.....	182
1.4.1.39 - Fonte da Porta de Moura.....	184
1.4.1.40 - Hospital.....	187
1.4.1.41 - Piedade.....	191
1.4.1.42 - Fonte dos Castelos.....	193
1.4.2 - Zona exterior à muralha fernadina:	
1.4.2.1 - Fonte a São Bento.....	197
1.4.2.2 - Cartuxa.....	200
1.4.2.3 - Cinco Bicas.....	210
1.4.2.4 - Stº António.....	212
1.4.2.5 - São Pedro.....	217
1.5 - Evacuação.....	219
1.6 - Obras Tardias	
1.6.1 - Ampliação do traçado primitivo.....	221
1.6.2 - Conservação e manutenção.....	223
1.6.3 - Reconstrução de troços.....	226
2 - BASES PARA UMA PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO.	
2.1 - Quadro legal.....	236
2.2 - Medidas gerais de intervenção.....	243
2.3 - Medidas específicas	
2.3.1 - Recuperação do conjunto.....	245
2.3.2 - Valorização patrimonial	
2.3.2.1 - Núcleo museológico e documental.....	252
2.3.2.2 - Núcleo de turismo rural.....	265
3 - COCLUSÕES.....	296
- ELUCIDÁRIO.....	274
- APÊNDICE DOCUMENTAL - DOCS 1 a 72.....	282
- BIBLIOGRAFIA.....	326

